# História de Portugal

**Oliveira Martins**

Edições Vercial

*História de Portugal*

**Oliveira Martins**

Edições Vercial

## Índice

## ADVERTÊNCIA

« Antigamente foi costume fazerem memoria das cousas que se fazião, assi erradas, como dos valentes & nobres feytos. Dos erros porque se delles soubessem guardar: & dos valentes & nobres feytos, aos bõos fezessem cobiça auer pera as semelhantes cousas fazerem» .

*Coronica do Condestabre*

A história é sobretudo uma lição moral; eis a conclusão que, a nosso ver, sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no foro das ciências sociais. A realidade é a melhor mestra dos costumes, a crítica a melhor bússola da inteligência: por isso a história exige sobretudo observação direta das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos, e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objetivo, o sistema dos sentimentos geradores e dos atos positivos.

O desenvolvimento do critério racional e o predomínio crescente dos processos próprios das ciências baniram os modelos antigos e fizeram da história um género novo. Nem os discursos morais ou literários *sobre* a história, à maneira do XVII século, nem o doutrinarismo seco do XVIII, que sobre factos e instituições mal conhecidos construía sistemas gerais quiméricos, nem a opinião, muito seguida em nossos dias, de considerar a história unicamente nos seus fenómenos exteriores, averiguando eruditamente as épocas e as condições dos sucessos, merecem, a nosso ver, imitação.

Todos estes sistemas, porém, ensaios sucessivos para determinar o género de um modo definitivo, têm um lado de verdade aproveitável. Os modelos clássicos fizeram sentir o caráter moral da história; os modelos abstratos, a necessidade de compreender os fenómenos num sistema de leis gerais; os modelos eruditos, finalmente, a condição imprescritível de um conhecimento real e positivo da cronologia e dos elementos que compõem o meio externo ou físico das sociedades.[1]

Nada disto, porém, é ainda realmente a história, embora todas essas condições sejam indispensáveis para a sua compreensão. O íntimo e essencial consiste no sistema das instituições e no sistema das ideias coletivas, que são para a sociedade como os órgãos e os sentimentos são para o indivíduo, consistindo, por outro lado, no desenho real dos costumes e dos carateres, na pintura animada dos lugares e acessórios que forma o cenário do teatro histórico.

Estes dois aspetos são igualmente essenciais: porque a coexistência independente dos motivos coletivos e naturais, e dos atos individuais, é um facto incontestável na vida das sociedades.

Na *História da Civilização Ibérica* tratámos de estudar o sistema de instituições e de ideias da sociedade peninsular, para expor a sua vida coletiva orgânica e moral. Tomámos aí a sociedade como um indivíduo, e procurámos

retratá-lo física e moralmente. Agora o nosso propósito é diverso. Tratando da história particular portuguesa, somos levados a encarar principalmente o segundo dos aspetos essenciais da história geral. A sociedade portuguesa, como molécula que é do organismo social ibérico, peninsular, ou espanhol – estas três expressões têm aqui um alcance equivalente – obedeceu, nos seus movimentos coletivos, ao sistema de causas e condições próprias da história geral da península hispânica. Por isso procurámos sempre, na obra referida, indicar o modo pelo qual as leis gerais se realizavam simultaneamente nas duas nações espanholas: duas, porque a história assim constitui politicamente a Península.

Metade da história portuguesa está, portanto, escrita na *História da Civilização Ibérica*: a metade que trata da vida da sociedade, como um ser orgânico. Compreender-se-á, pois, que nos abstenhamos agora de repetir o que está dito, e que nos limitemos a enviar o leitor para esse livro; indicando, quando for necessário, o lugar onde poderá encontrar a explicação das causas gerais a que no texto se tem de aludir.

Resta fazer a segunda metade: resta caracterizar o que há de particular na história portuguesa; resta fazer viver os seus homens, e representar de um modo real a cena em que se agitam: tal é o programa deste livro, cujas dificuldades de execução excedem em muito as do anterior. Nesse, bastavam o conhecimento e o pensamento: um para nos dizer como foram as coisas, outro para nos indicar o princípio e o sistema da civilização. Agora carece-se do faro especial da intuição histórica, e dum estilo que traduza a animação própria das coisas vivas. Toda a longanimidade do leitor será pois necessária para desculpar as imperfeições da obra.

É mister indicar ainda outro assunto e prevenir uma impressão, natural em quem ler sucessivamente as duas obras. A História de Portugal consiste numa série de quadros, em que, na máxima parte das vezes, os carateres dos homens, os seus atos, os motivos imediatos que os determinam e as condições e modo por que se realizam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso aplauso. Crimes brutais, paixões vis, abjeções e misérias compõem, por via de regra, a existência humana; e por isso mais de um moralista tem condenado o estudo da história, como pernicioso para a educação. – Por outro lado, a *História da Civilização Ibérica* respira um entusiasmo otimista que, ao primeiro exame, pareceria contraditório com o péssimo e mesquinho caráter que as ações dos homens apresentam. Um exemplo bastará para demonstrar este antagonismo: além considerámos as conquistas americanas e asiáticas uma obra heroica, e agora veremos que montanha de ignomínias foi o império português do Oriente.

Esta contradição, real para o critério abstrato, não existe, porém, para o critério histórico. Toda a boa filosofia nos diz que o homem real é a imagem rude de um homem ideal, que essa imagem vive no mundo inconscientemente, e que todas as ações dos homens, maculadas de defeitos e vícios, obedecem a um

sistema de leis, idealmente sublimes. É esta verdade que o povo consagrou quando formulou o adágio: Deus escreve direito por linhas tortas.

Pesada esta consideração, que não podemos agora desenvolver de um modo cabal, ver-se-á como na história de uma civilização os carateres particulares das ações dos homens, fundindo-se no sistema geral de princípios e leis que os determinam, perdem individualidade, e não valem senão como elementos componentes de um todo superior: que sejam humanamente bons ou maus, importa nada, porque só nos cumpre atender ao destino que os determina, e a moral é um critério incompetente para a esfera ou categoria coletiva de que se trata.

Na esfera dos movimentos de instituições e ideias na categoria da vida social, as ações dos homens são sempre absolutamente excelentes; porque a supremacia da sociedade sobre o indivíduo consiste no facto da existência de uma consciência superior da Ideia, no organismo que se diz sociedade. Os poetas épicos, seres privilegiados cuja voz não é própria, senão coletiva, são os órgãos vivos da consciência de uma civilização; assim Camões sente e exprime a grandeza histórica do império das Índias, que na própria opinião particular do poeta são uma Babilónia, um poço de ignomínias.

Esclarecido este lado do problema, embora de um modo incompleto e rápido, resta-nos dizer que na segunda metade da história, na que trata dos indivíduos e dos episódios, na que pinta os costumes e os pensamentos, o critério é outro: por isso afirmámos que a história é uma lição moral. Nos vícios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos indivíduos que foram, há um exemplo excelente. Na sabedoria ou na loucura dos atos políticos e administrativos passados há um meio de prevenir e encaminhar a direção dos atos futuros. A história é, nesse sentido, a grande mestra da vida.

Se os vícios, os erros, o crime e a loucura predominam, iremos por isso condenar a história por perniciosa? Não, decerto. Apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar, se reconhecemos no homem uma fibra íntima de aspirações ideais e justas, sempre viva, embora mais ou menos obliterada. Conhecer-se a si próprio foi, desde a mais remota Antiguidade, a principal condição da virtude.

## LIVRO PRIMEIRO
## DESCRIÇÃO DE PORTUGAL

*«Onde a terra se acaba e o mar começa»*
CAMÕES, *Lusíadas*, III, 20

## I. OS LUSITANOS

«O povo desde o qual os historiadores têm tecido a genealogia portuguesa está achado: é o dos lusitanos. Na opinião desses escritores, através de todas as fases políticas e sociais da Espanha durante mais de três mil anos, aquela raça de celtas soube sempre, como Anteu, erguer-se viva e forte; reproduzir-se, imortal na sua essência; e nós os portugueses do século XIX temos a honra de ser os seus legítimos herdeiros e representantes».

Com esta ironia encoberta mas grave, fustigava Alexandre Herculano[2] os seus predecessores, historiógrafos nacionais, e, segurando com valor a férula magistral, castigava o povo culpado de acreditar numa tradição que tem para o erudito, além de outros defeitos, o de ser recente. Só desde o fim do XV século o nome de *lusitani* começa a substituir o de *portucalenses,* nos livros; mas essa inovação, perpetuando-se entre os eruditos, torna-se por fim uma crença nacional e quase popular.

Que valor merece a inovação? Nenhum; e por vários motivos: «Tudo falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre os povos bárbaros e nós». Ora estes argumentos, decisivos para o sábio historiador, não nos parece a nós – perdoe-se-nos o atrevimento – que o sejam. Outro tanto sucede com todas as nações ou quase todas, desde que procuramos estabelecer a árvore genealógica, indo aos arcanos de um passado ignoto reconhecer a fisionomia dos mortos de muitos séculos e determinar de entre eles os primeiros avós de uma nação. Seria absurdo exigir conveniência de limites territoriais, ou por outra, identidade de fronteiras, entre a localização de uma tribo primitiva, e a de uma nação moderna nem aos povos que hoje mais indiscutivelmente representam, pura, uma raça, poderia fazer-se tal exigência. Se há ou não identidade de raça, é exatamente o problema que deveria agitar-se; e, sem isso, negá-lo é proceder dogmática e não cientificamente.

Alega-se que são indecisas as noções de Estrabão com respeito às fronteiras dos lusitanos; diz-se mais que não coincidem com as que Augusto deu à província da Lusitânia[3]. O geógrafo antigo, ora parece incluir os calaicos nos lusitanos, estendendo as fronteiras destes últimos até à costa do norte da Península, ora os separa, dando-lhes o Douro como divisória. A demarcação de Augusto adotou esta segunda versão. As fronteiras orientais estendiam-se, quer para o geógrafo, quer, depois, para a administração romana, muito além da raia portuguesa, incluindo Salamanca, e subindo quase até próximo de Toledo. Daí para o sul, e depois para o nascente, seguindo o curso angular do Guadiana, os lusitanos de Estrabão e a Lusitânia de Augusto tinham como limite este rio, quase desde as suas fontes, e até a sua foz, na costa do nosso Algarve.

Se ligássemos, pois, um valor positivo às resenhas dos antigos geógrafos, e um alcance social-histórico à identidade das fronteiras primitivas e

atuais, parece-nos que poucas nações poderiam com melhores motivos achar na etnologia dos antigos o fundamento da sua vida moderna. Alargue-se a fronteira do norte ao Minho (conquista da Lusitânia sobre a Galécia), retraia-se a fronteira de leste ao Douro (conquista da Tarraconense sobre a Lusitânia) e teremos feito coincidir os antigos com os atuais limites. Qual é, dos primitivos, o povo que no decurso da sua vida histórica deixou de conquistar e de ser conquistado? Qual é o que não ganhou ou não perdeu, de um lado ou de outro, sobre ou para os vizinhos?

Se a maneira porque, a partir do século XV ou XVI, os historiógrafos nacionais filiam o Portugal moderno na antiga Lusitânia justifica as fundadas ironias do nosso grande historiador, não nos parece que o processo por ele seguido para negar a doutrina seja conveniente, nem até verdadeira a opinião de que entre portugueses e lusitanos nada haja de comum. Quando hoje vimos renascer de um modo erudito, e daí afirmar-se no espírito popular, a tradição nacional germânica, a italiana e até a romana, que valor tem o facto da tradição lusitana ter estado obliterada por séculos, para só ressurgir numa época relativamente próxima e de um modo erudito? Se os portugueses da Idade Média não sabiam de seus avós lusitanos, acaso saberiam de seus avós ítalos, romanos ou teutónicos os piemonteses, os valáquios ou os prussianos até o XVIII século? Acaso, também, ser-lhes-á mais possível do que a nós estabelecer uma transição natural e uma história ininterrupta desde as primeiras idades até as modernas? Não, decerto. Se a erudição pudesse demonstrar a unidade da raça ibérica, então os lusitanos baixariam à condição de uma variedade sem autonomia: facto é, porém, que pouco ou nada sabemos, nem de iberos em geral, nem de lusitanos em particular, e por isso as fábulas dos velhos antiquários não merecem a atenção moderna. Não haverá, porém, acaso outro caminho para atacar este problema? A falta de monumentos escritos, nada poderá valer-nos? Entre a fábula ingénua dos antiquários e as exigências secas e formais dos eruditos modernos, não estará outra via? Afigura-se-nos que sim[4].

Todos reconhecem hoje a indestrutível tenacidade das populações primitivas. Raízes profundas que nenhuma charrua destrói apesar de revolta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagados as folhas e troncos pelo tropear dos cavalos de guerra, depois de queimados e reduzidos a cinzas pelos incêndios das invasões embora se lancem novas sementes à terra e nasçam vegetações novas, essas raízes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu, e afinal convertem ou esmagam, transformam ou exterminam, de um modo obscuro, lento, mas invencível, as plantas intrusas.

A permanência dos carateres primitivos dos povos, facto hoje indiscutível, permite fazer – consinta-se-nos a expressão – a história ao inverso: julgar de hoje para ontem, inferir do atual para o passado. A questão da raça lusitana apresenta-se-nos pois nestes termos: há uma originalidade coletiva no povo português, em frente dos demais povos da Península. Cremos que a há

circunscrita porém a traços secundários. Cremos que as diversas populações da Espanha, individualizadas sim, formam, contudo, no seu conjunto, um corpo etnológico dotado de carateres gerais comuns a todas. A unidade da história peninsular, apesar do dualismo político dos tempos modernos, é a prova mais patente desta opinião[5]. Esse dualismo, porém, leva-nos também a crer que entre as diversas tribos ibéricas, a lusitana era, senão a mais, uma das mais individualmente caracterizadas. Não esquecemos, decerto, a influência posterior dos sucessos da história particular portuguesa; mas eles, por si só, não bastam para explicar o feitio diverso com que coisas idênticas se representam ao nosso espírito nacional. Há no génio português o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invetivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnânima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as feras. Trágica e ardente sempre, a história espanhola difere da portuguesa, que é mais propriamente épica: e as diferenças da história traduzem as dissemelhanças do caráter.

Poderemos regressar agora ao passado, e perguntar-lhe a causa primária deste fenómeno? Decerto não. Ou sombras impenetráveis o encobrem, ou a escassez do nosso saber nos não deixou ainda desvendá-lo. Como hipótese – e do nosso atrevimento será escusa a nossa modéstia – somos levados a crer que a individualidade do caráter dos lusitanos (quer neles incluamos os calaicos, quer não) provém de uma dose maior de sangue céltico ou celta (questionou-se outrora sobre isto) que gira em nossas veias, de mistura com o nosso sangue ibérico. Os nomes próprios de lugares, os nomes de pessoas e divindades, tirados das inscrições latinas da Lusitânia e da Tarraconense, que constituem o nosso Portugal, provam a preponderância de um elemento céltico. As vagas indicações dos antigos falam-nos dos celtas das margens do Guadiana, e dão-no-los na costa ocidental da Península. Vale porém mais do que isso a analogia evidente entre as manifestações particulares dos lusitanos e dos galegos, e aquela fisionomia que os estudos eruditos sobre os celtas da França e da Irlanda têm determinado a estes últimos[6]. Tentámos há pouco esboçar a nossa fisionomia diferencial: escusado é tornar agora ao assunto.

Se a ideia de uma filiação dos lusitanos foi expressa de um modo ridículo pelos antiquários clássicos, a ideia de uma filiação céltica ou celta teve já a mesma sorte quando, quase em nossos dias, houve quem pretendesse filiar diretamente o português na língua dos bardos. Paz do esquecimento a todas as quimeras!

## II. FUNDAMENTOS DA NACIONALIDADE

Que valor tem o problema da nacionalidade perante a questão da independência política?

Causas complexas, de ordem a mais diversa, e de merecimento o mais distante, circunstâncias que não vêm agora ao caso desenvolver, fizeram com que no nosso tempo se substituísse, ao princípio do equilíbrio internacional, o princípio das nacionalidades, na organização dos corpos políticos independentes da Europa[7]. Invasora como todas as doutrinas, e além disso habilmente explorada pelos estadistas, a das nacionalidades tentou – se não tenta ainda – predominar absoluta no triplo conjunto de causas naturais que de facto determinaram sempre, e sempre determinarão, a existência das nações; a geografia, a raça, e as necessidades de ponderações, uma vez que a Europa é de facto uma anfictionia. Sobre estes três elementos naturais, ou antes coartado por eles, o egoísmo das nações e a ambição dos imperantes talharam no mapa a delimitação das fronteiras. Por escasso que seja o conhecimento da história, ninguém ignora que de todos três o que mais impunemente tem sido e é atacado pela vontade dos homens, é o primeiro. A rebeldia dos dois segundos traduz-se de um modo mais imediato e eficaz nas guerras de equilíbrio e nas guerras comerciais ou estratégicas. Guerras, própria e exclusivamente de raça, são raras, se é que alguma houve; e os povos oprimidos por estranhos, quando têm o sentimento como que religioso da comunidade de origem, extinguem-se, ou em revoltas estéreis, ou emigrando. O equilíbrio, o comércio, a estratégia, porém, muitas vezes aproveitam o sentimento da raça, fomentando-o, para dar com ele às guerras a sanção que noutros tempos se achava, de um modo análogo, nas crenças propriamente religiosas.

Até hoje todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa raça têm falhado. Latinos, celtas, lusitanos e afinal moçárabes têm passado: ficam os portugueses, cuja raça, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história. Dessa história nasceu a ideia de uma pátria, ideia culminante que exprime a coesão acabada de um corpo social[8] e que, mais ou menos consciente, constitui como que a alma das nações, independentemente da maior ou menor homogeneidade das suas origens étnicas. O patriotismo tanto pode, com efeito, provir das tradições de uma descendência comum, como das consequências da vida histórica. Não há dúvida, porém, que, se assenta sobre a afinidade etnogénica, resiste mais ao império estranho do que quando provém apenas de uma comunidade de história. No dia em que a independência política se perde, obliteram-se mais rapidamente os carateres autonómicos, embora durante a luta valham menos os elementos de Força provenientes da homogeneidade etnogénica. Assim tantas nações perderam na Europa moderna a sua autonomia, sem que restem vestígios vivos da sua antiga independência; ao passo que as individualidades étnicas aparecem ainda hoje distintas no seio das

nações politicamente unificadas desde largos séculos: tais são o país basco, a Galiza e o Aragão, na Espanha; a Irlanda e a Escócia de raça céltica, na Inglaterra; a Provença, ou a Bretanha, em França; e, na Rússia, a Finlândia que é escandinava, ou as províncias bálticas que são germânicas[9].

O patriotismo português não é pois argumento a favor nem contra o problema da unidade de sangue das populações com que Portugal se formou. O jornalismo e a política podem explorar retoricamente todas as coisas, confundindo-as; mas à ciência impassível e soberana fica mal deixar-se arrastar por motivos inferiores. O patriotismo é excelente, no seu lugar. Negar que durante os três séculos da dinastia de Avis a nação portuguesa viveu de um modo forte e positivo, animada por um sentimento arreigado da sua coesão, seria um absurdo. Essa coesão, que fora ganha nas lutas e campanhas da primeira dinastia, perde-se no XVI século, por causa das consequências do império oriental e da educação dos jesuítas. Portugal acaba; *Os Lusíadas* são um epitáfio.

Deixemos pois celtas e lusitanos em paz, e aproximemo-nos dos tempos que precederam a formação da monarquia portuguesa. Nessa época, o Mondego divide em duas metades o território nacional e as diferenças típicas da população deviam ser então ainda mais acentuadas do que o são hoje. Na metade do sul o tipo vai confundir-se com os limítrofes de além da fronteira do reino; e na metade do norte, diz um nosso ilustre escritor[10], « a Galiza, que tem connosco de comum a língua, que é uma continuação natural da zona geográfica portuguesa, podia muito melhor formar com Portugal uma nação do que Portugal com Castela» . A Galiza, cuja língua se tornou literária sob o nome de português[11], vem com efeito até o Mondego: o mosteiro de Lorvão dá-se em antigos documentos como situados *in finibus Galleciae*.

O falecido Soromenho (*Origens da Língua Portuguesa*) dizia que « entre a língua usada na província de Entre-Douro-e-Minho e a que mais tarde aparece nas terras de Cima Coa e na Estremadura há uma diferença bastante sensível. Pode sem receio dizer-se que, à semelhança do que sucedia além dos Pirenéus, em Portugal havia também uma *langue d'oc* e uma *langue d'oil,* a língua do Norte e a língua do Sul... O Mondego é a linha divisória... ainda um século depois de D. Dinis ter abandonado o Latim como língua oficial» . Esta diferença coincide singularmente com as diferenças, evidentes para todos, no clima, na vegetação, no caráter das populações do Norte e do Sul do nosso país. E a uniformidade posterior da língua explica-se natural e comezinhamente pelo facto de sete séculos de unidade nacional. « A importância que o português adquiriu repentinamente, diz o senhor Adolfo Coelho (*A Língua Portuguesa*), resultou da introdução da cultura poética na corte portuguesa» . É conhecido o papel da política no sentido de unificar as línguas de uma nação; abundam os exemplos de línguas substituídas, e nem sempre a língua denuncia a estirpe[12]. Os normandos perderam em França o seu idioma escandinavo, os burgúndios e

os lombardos, na França e na Itália, os seus idiomas germânicos; à maneira dos oscos e úmbrios[13] que tinham trocado pelo Latim as suas línguas.

Não se pretenda por forma alguma dizer, contudo, que ao sul do Mondego houvesse uma língua diversa; diga-se, porém, que o argumento da *unidade atual* da língua, depois de sete séculos de vida nacional, não tem valor. Todos veem ainda hoje como é rara a população no Sul, menos densos portanto os laços coletivos; e todos sabem como essas regiões, sujeitas por séculos a guerras exterminadoras, habitadas por moçárabes, invadidas por berberes, taladas pelo fanatismo almorávide[14] passaram para sob o império da monarquia nascida na Galiza portuguesa. Como não receberiam a língua do vencedor? Não podia haver luta entre duas línguas românticas, porque a arabização do Sul fora completa: podê-la-ia haver entre o árabe e o português, quando a população cativa passava à condição de escrava?, quando as novas terras conquistadas eram povoadas por colónias francas, ou pelos cavaleiros hierosolimitanos?

Por tais motivos parece evidente a ausência de uma causa etnogénica no facto da formação da monarquia portuguesa, cujas razões de existir são comezinhas, praticamente compreensíveis, sem teorias subtis. A língua vale decerto muito, como argumento: mas não valerá nada o homem que a fala? Não se acham por esse mundo homens de uma mesma raça falando idiomas diversos, e populações de um mesmo idioma, pertencendo a raças diferentes[15]? Ora quem trilhou Portugal e a Espanha vizinha observou decerto – ou não tem olhos para ver – uma afinidade incontestável de aspeto e de caráter, um parentesco evidente, entre as populações dos dois lados do Minho, dos dois lados do Guadiana, dos dois lados da raia seca de leste. Se esses homens não falassem, ninguém distinguiria duas nações. E por outro lado, confundiu já alguém um algarvio, ou um alentejano puro, com um puro minhoto? A história comum funde, não cinde; e quando vemos, depois de sete séculos, diferenças tão marcadas, a observação dos homens leva-nos a crer que com efeito em Portugal faltou uma unidade de raça, sobrando pelo contrário uma vontade enérgica e uma capacidade notável nos seus príncipes e barões. Com um retalho da Galiza, outro retalho de Leão, outro da Espanha meridional sarracena, esses príncipes compuseram para si um estado[16].

A raça é de facto o mais ténue dos laços próprios para garantir a coesão independente de um povo. E além disso a doutrina – se admitíssemos a identidade dela e do facto – exigiria que à expressão de raça se ligassem sempre certos carateres correspondentes à vastidão necessária, à eminência sempre crescente das funções orgânicas, e à originalidade ativa, das nações modernas. Mal de nós, pois, se ao facto de termos ou não termos sido os lusitanos, ou outros quaisquer, formos pedir argumentos para defender a nossa independência nacional; porque esse facto não aumentará, nem a nossa força, nem as nossas

razões; porque esse facto nem sequer chega para motivar a nossa separação da monarquia leonesa.

Não nos levantámos contra ela como lusitanos oprimidos, nós nem tínhamos a menor ideia de que fossemos lusitanos, ou qualquer outra coisa. A população do condado portucalense, ibera, cruzada de celtas, romanizada, submetida ao governo dos godos, depois aos árabes, e finalmente ao monarca leonês, não podia ter, decerto, um sentimento de coesão coletiva ou nacional, incompatível com o estado da sua cultura, com a tradição, e com a situação social e política: é isso o que todos os documentos históricos nos revelam. « Portugal, diz o sr. Herculano, nascido no XII século em um ângulo da Galiza, dilatando-se pelo território do Al-Gharb sarraceno, e buscando até aumentar a sua população com as colónias trazidas de além dos Pirenéus, é uma nação inteiramente moderna» . É decerto; sem isso, porém, impedir que tenha raízes antigas. Não confundamos esta questão com a da independência, e teremos, cremos nós, pisado o verdadeiro e sólido terreno da história.

A causa da separação de Portugal do corpo da monarquia leonesa não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independência do governador do condado, que o tinha do rei suserano; é o afastamento desta nova região roubada aos sarracenos; é a necessidade de pulverização da soberania, que a aliança desta ideia com a de propriedade, e a ignorância de meios administrativos capazes de manter a ordem em terrenos dilatados, tornam inevitável na Idade Média[17]. Portugal separava-se, da mesma forma que o reino da Navarra se dividira em três, e pelos mesmos motivos. Portugal defende a separação; o monarca suserano impugna-a. Debate-se mais de uma vez a questão com as armas; não porque se chocassem os sentimentos nacionais, mas porque os príncipes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua. Estas primeiras guerras portuguesas não depõem decerto de um modo particular em favor da independência, porque eram a lei de toda a Espanha, a lei de toda a Europa – podemos dizer assim. É um preconceito fazer do conde D. Henrique o fundador consciente da independência de uma nação, quando o conde apenas cuidava de uma independência pessoal e própria. O sentimento de independência nacional, a ideia de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se pode dizer que só data da dinastia de Avis, depois do dia memorável de Aljubarrota[18].

No XII e XIII séculos Portugal é um certo território, propriedade de um certo príncipe: donde vem? quem é?, pouco importa. O conde D. Henrique era francês. Assim, a época da primeira dinastia desmente por todos os lados, e de todas as formas, a ideia de uma raça, possuindo, de um modo mais ou menos definido, a consciência da sua existência coletiva.

É essa a consciência que dá porém o caráter eminente à segunda

dinastia, ou de Avis, em cujas mãos Portugal desempenha um papel bem semelhante ao dos fenícios da Antiguidade[19]. Como aos fenícios sucedeu aos portugueses: no momento em que a razão de ser da sua ação na civilização da Europa desapareceu, a nação definhou, sumiu-se, perdendo tudo até perder a independência.

É verdade que a nossa independência restaura-se em 1640. Mas como? De que modo? Atrever-se-á alguém a dizer que é uma ressurreição? Não será a história da Restauração a nova história de um país que, destruída a obra do império ultramarino, surge, no XVI século, como no nosso apareceu a Bélgica, filho das necessidades do equilíbrio europeu? Não vivemos desde 1641 sob o protetorado da Inglaterra? Não chegámos a ser positivamente uma feitoria britânica? E ainda no decurso desta história o Brasil veio, enchendo-nos de oiro, prestar-nos um ponto de apoio extraeuropeu, e como que restaurar o antigo caráter do Portugal manuelino, capital europeia de um império ultramarino, à maneira da Holanda. E que melhor prova pode haver da nossa desorganização do que a duração efémera da obra do marquês de Pombal – o estadista que concebeu a verdadeira restauração de Portugal, chegando por um momento a fazer dele outra vez uma nação independente?, que melhor prova do que a reação vitoriosa de D. Maria I?

A perda do Brasil, reduzindo o reino à miséria, veio mostrar a fragilidade do nosso edifício político. Os ingleses tiveram de nos tutelar para manter, como lhes convinha, a dinastia de Bragança; e passada, vencida a crise, apareceu com o liberalismo a impotência manifesta de restaurar a vida histórica de uma nação imperial ou colonial[20].

Não confundamos, pois, pelo amor de tudo o que há sensato, o patriotismo com as questões e problemas científicos das origens naturais étnicas. Também a Suíça, alemã, italiana, francesa, odiou o austríaco, à maneira por que nós odiámos *Castela*. Basta a história, basta o interesse, para dar homogeneidade social e política a um povo; e basta essa homogeneidade para criar um patriotismo.

Ora o patriotismo das *raças* assim formadas exprime-se na ação, e não em miragens enganadoras de um passado que a história acaba. Na sua língua, nas suas tradições, no seu caráter, o celta da Irlanda encontra sempre um ponto de apoio vivo e positivo. Quereis uma prova da diferença? Os pontos de apoio que nós buscamos são mortos ou negativos: morto o império marítimo e colonial, a Índia, e toda a história que terminou com os *Lusíadas* em 1580; negativo *o ódio a Castela,* que nem nos oprime, nem nos odeia.

Se a unidade da raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal obedece na sua formação às ordens da geografia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de teorias e sistemas. Vão até onde vai a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, contanto que

alarguem o seu domínio.

Por isso as fronteiras de Portugal oscilam durante os primeiros dois séculos à mercê dos azares das guerras, com Leão e Castela de um lado, com os sarracenos do outro; e Portugal vem a ser formado com dois fragmentos do reino leonês, um, dos emirados sarracenos, outro.

Quando Fernando Magno de Castela, descendo do oriente, conquistou a moderna Beira aos muçulmanos[21], a Galiza encontrou em Coimbra e na linha de defesa do Mondego uma fronteira que a punha ao abrigo de futuras correrias, até ou além do vale do Douro. Pelo meado do XI século a expressão geográfica da Galiza ia, pois, até o Mondego; porém, as novas conquistas tinham sido constituídas pelo rei num governo, ou condado, cujos limites eram, pelo norte, o Douro; e a leste, uma linha passada por Lamego, Viseu e Ceia, e que, descendo de novo à costa, acompanhava os pendores setentrionais da serra da Estrela. Condado de Galiza ao norte, de Coimbra ao sul do Douro, sarracenos ao sul do Mondego: eis aí a condição do território do moderno de Portugal na segunda metade do XI século.

Já, porém, nesta época, uma expressão a que não correspondia valor político, militar ou administrativo aparece a designar o território de entre o Douro e o Minho e a moderna província de Trás-os-Montes: a essa parte do condado da Galiza chama-se já Portucale. Nos últimos anos do XI século correrias felizes deram ao célebre Afonso VI a posse de Santarém, Lisboa e Sintra, alargando as fronteiras cristãs até à linha do Tejo. Os nossos territórios de entre o Mondego e Tejo foram criados em condado ou governo, e confiados à guarda de Gonçalo Mendes da Maia, o nomeado *Lidador;* e os três governos que tinham por limites sucessivos o Douro, o Mondego e o Tejo constituíram em favor do genro de Afonso VI, Raimundo de Borgonha, uma espécie de vice-reino. Breve foi, porém, a duração deste período; porque logo em 1097, depois do desbarato do conde borguinhão e da perda da fronteira do Tejo, Afonso VI efetua uma nova divisão do território, dando autonomia política à expressão geográfica de Portucale ou Portugal, e anexando-lhe o antigo condado de Coimbra. O condado portucalense, por tal forma engrandecido, foi dado a um primo do conde da Galiza, e os seus domínios recuavam assim de golpe desde o Tejo até o Minho. Esse primo era o conde D. Henrique, também genro do poderoso Afonso VI.

Na primeira metade do XII século, o conde e a viúva sua herdeira levam as fronteiras do seu Estado, para leste, até Zamora, e para norte, por entre Minho e Bivei, até Tui e Orense. As guerras civis dos Estados da Península davam e tiravam assim, constantemente, territórios e povoações. A fronteira norte-leste breve regressa, porém, aos seus atuais limites de além-Douro; mas o governo de Afonso Henriques, o primeiro que ousou quebrar de todo os laços ténues da vassalagem a Leão, viu alargar-se do lado oposto a raia até à linha do Sado, desde que, no meado do XII século, Lisboa, Santarém, Sintra, Almada e

Palmela caíram definitivamente em seu poder, acrescentando novas terras às do primitivo condado portucalense.

As fronteiras do norte e leste, no além-Douro, eram já, ao tempo da acessão de Sancho I ao trono, as mesmas de hoje: margem esquerda do Minho, por Melgaço a Lindoso, daí a Bragança por Miranda, entestar com o Douro no ponto em que agora se estremam Portugal e a Espanha. A fronteira de leste, entre Douro e Tejo, só no tempo de D. Dinis se demarcou por onde hoje passa: no fim do XII século a raia seguia desde a foz do Coa, rio acima, até a confluência do Pinhel, e, acompanhando-o, passava entre Sabugal e Sortelha, em demanda das fontes do Elga. Daí ao Tejo, então e agora, a fronteira é a mesma.

Ao sul do Tejo é difícil, senão impossível, determinar cronologicamente as fronteiras portuguesas. A nacionalidade do domínio nas cidades do Alentejo permitiria traçar geograficamente a linha da fronteira com uma aproximação conveniente, tanto mais que os territórios de entre as cidades, devastados e ermos, eram posse de quem no momento os pisava armado. Mas as sucessivas correrias lado a lado, a tomada, logo a queda, depois a reconquista de uma mesma cidade, às vezes num período de meses, tornam impossível demarcar a fronteira antes da época em que definitivamente uma certa região passa para o domínio português, para dele não mais sair. Assim, a tomada de Évora, em 1166, dá à linha do Sado, pouco antes conquistada, um ponto de apoio a leste contra as fortalezas sarracenas de Juromenha, Elvas e Badajoz. Por aí a raia portuguesa iria até Marvão, acaso até Arronches.

Tal é a linha das primeiras fronteiras do moderno Portugal. No primeiro quartel do XII século, Alcácer do Sal, base estratégica da linha sarracena ao sul, e Elvas, padrasto avançado da linha de leste, caem em poder dos portugueses; e à determinação final da nossa raia alentejana vem juntar-se, até o meado do século, a conquista do Algarve, completando, entre o Guadiana e o mar, o moderno Portugal.

No ferir das guerras da conquista não são os muçulmanos que põem um freio à ambição pessoal dos príncipes, porque a sorte do império do Islão estava lançada, e para a consumar concorriam todos os Estados cristãos da Península. Será porventura a raça que delimita as fronteiras da nova nação? Ocioso é já responder. Será a geografia? Não parece; desde que vemos a raia cortar de lado a lado as planícies do Alentejo, as bacias do Tejo e do Douro, e cair perpendicularmente sobre as cumeadas das montanhas em vez de lhes seguir a orientação. Qual dos três elementos nos resta? O equilíbrio. O equilíbrio é com efeito o elemento ponderador: à ambição dos príncipes de Portugal opõe-se a resistência dos reis de Leão; as armas, invocadas, demonstram que, se um dos antagonistas não tem força bastante para submeter o adversário, o outro tem de usar com prudência de um poder limitado. Quando tenta passar além do Minho, ou adquirir para si Badajoz, a reação mostra-lhe até onde pode ir a ação dos

meios de que dispõe. Do equilíbrio ou ponderação das duas forças antagónicas nasce a determinação geográfica do Portugal moderno, para o qual só no extremo norte e no extremo sul, sobre o Minho e sobre o Guadiana, se assentou em admitir uma fronteira natural.

Estas já longas explicações bastarão, parece-nos, a expor claramente o nosso pensamento. Há ou não há uma nacionalidade portuguesa? Questão absurda, assim formulada. Evidentemente há, se nacionalidade quer dizer nação. Se por nacionalidade se entende, porém, um corpo de população etnogenicamente homogéneo, localizado numa região naturalmente delimitada, insistimos em dizer que tal coisa se não dá connosco. Se por nacionalidade se entende, finalmente, essa unidade social que a história imprime em povos submetidos ao regime de um governo, de uma língua, de uma religião irmãs, como nós o temos sido durante sete séculos, evidentemente a resposta só pode ser uma.

## III. GEOGRAFIA PORTUGUESA

Quando se observa o retalho da Península, de que a história fez Portugal, separado do corpo geográfico a que pertence, desde logo se vê como a vontade dos homens pôde sobrepujar as tendências da natureza. Os rios e as serranias descem, perpendiculares sobre a costa ocidental, prosseguindo uma derrota e provindo de uma origem que se dilatam para muito além das fronteiras, até o coração do corpo peninsular. As cumeadas das montanhas e os vales extensos mudam de nacionalidade naquele ponto convencional que aos homens aprouve fixar.

Não falta, porém, quem pretenda encontrar, no nosso próprio território, motivos determinantes da constituição primordial da nação: tanto pode a obcecação doutrinária! Diz um que essa separação dos litorais é uma regra[22]; nega outro o caráter arbitrário da linha das fronteiras de leste, afirmando que essa linha coincide com os limites extremos até onde os nossos rios são navegáveis. Decerto nunca os viu quem tal afirma. No Guadiana apenas se navega até Serpa, e entretanto o rio é português nas duas margens até Monsaraz, formando a raia daí até Elvas. O Douro para cima da Régua é tão navegável até Zamora como até Barca de Alva. No Tejo, passando Abrantes, tanto se vai até Alcântara, como até Aranjuez. Onde está pois a concordância da fronteira com a parte navegável dos rios? A alegada base geográfica da nacionalidade desaparece pois, se é que uma tal expressão não quer apenas denunciar o destino marítimo, como que fenício, da nação.

As duas coisas não devem, porém, confundir-se, pois num caso encontramos a causa determinante da agregação social, enquanto no outro se observa a consequência do facto da existência anterior dessa agregação, fortuitamente constituída num litoral. É evidente que o caráter marítimo e colonial da nação portuguesa, na segunda dinastia, não podia ter influído no facto já secular da independência. É sabido que D. Afonso Henriques, o autor dela, não tinha navios, servindo-se dos dos Cruzados para tomar Lisboa e Alcácer. A marinha foi uma criação da monarquia e um produto da nação, depois de constituída; o caráter marítimo é histórico, não é primitivo em um povo rural, como era o português dos primeiros tempos, e ainda hoje o é o galego. O movimento de deslocação da capital do reino para o sul, as medidas de D. Dinis, as de D. Fernando, depois a empresa do Infante D. Henrique, são momentos sucessivos de uma história que é o nervo íntimo da vida portuguesa. Desde a reunião das esquadras cruzadas no Tejo para a conquista de Lisboa, desde a introdução dos genoveses, que vieram ensinar-nos a navegar, vê-se começar a formar-se essa nação cosmopolita, destinada à vida comercial, marítima e colonizadora[23].

É essa a nação que a história forma; e por isso mesmo que a vida portuguesa foi marítima, e o destino da sua história o mar; por isso mesmo

avultam os elementos que diariamente tornam cosmopolitas as cidades marítimas de um país cuja capital é um dos melhores portos do mundo. Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular.

Erguido em frente do mar como um anfiteatro cujos primeiros degraus as ondas constantemente aspergem, o território português, independente, adquiriu desta localização um caráter seu; ao mesmo tempo que nos habitantes de Portugal acaso uma diversa combinação de sangue favorecia uma tendência particular. Assim como, porém, as cristas das montanhas, e, pelo coração dos vales, o curso dos nossos rios são as veias e os tendões que nos ligam ao corpo peninsular; assim também no nosso sangue os elementos primitivos acusam o facto de uma origem e de uma raça irmã.

E se temos uma fisionomia moral, distinta sem ser diversa, também as condições do nosso território nos dão um género de destino diferente, mas encaminhando a um mesmo fim. As navegações e descobertas são a nossa glória e a nossa maior façanha. Mareando a interrogar as mudas ondas, construímos; conquistando, derrocámos. Navegadores e não conquistadores, desvendámos todos os segredos dos Oceanos; mas o nosso império no Oriente foi um desastre, para o Oriente e para nós. A bordo fomos tudo; em terra apenas pudemos demonstrar o heroísmo do nosso caráter e a incapacidade do nosso domínio. Façanhas de homens que dirigem instintos devotos e pensamentos de cobiça, eis aí o que nós veremos ser o nosso império oriental. Epopeia do espírito indagador, audaz e paciente, as nossas navegações, as nossas explorações colonizadoras tornam-nos os génios desse elemento misterioso, para o qual, porventura, a nossa alma céltica nos atraía. Quando à Europa humilhada o castelhano impõe a lei com a espada e o mosquete, nós, amarrados ao banco dos remeiros, segurando o leme, ferrando as velas, alargamos mar em fora a nau, com o olhar perscrutador fixado nos astros que nos guiam. Vamos de manso, ao longo das costas... Ninguém nos vê: só as ondas ouvem as melopeias monótonas dos marinheiros, cujo ritmo obedece ao ritmo do quebrar da vaga contra o costado. – Eles vão, emplumados e vestidos de aço, arrogantes e cheios de império, com o seu grito estridente e trágico, ensurdecer e estontear o mundo! Ninguém diria dois povos irmãos; e são-no, porque ambos obedecem a um motivo idêntico, a um pensamento igual, que está no fundo da sua alma inconsciente, como a chama que arde no cerne da Terra, dando origem a rochas tão diversas no aspeto, na cor, na rijeza, na estrutura, no mérito.

Portugal é um anfiteatro levantado em frente do Atlântico, que é uma arena. A vastidão do circo desafia e provoca tentações nos espectadores, arrastando-os afinal à laboriosa empresa das navegações, que era para eles um destino desde que a política os destacara do corpo da Península.

Quando se percorre de norte a sul a estreita faixa da nação ocidental

da Espanha, encontram-se os sucessivos prolongamentos das cordilheiras peninsulares, galgando uns até o mar, terminando outros mais distantes da costa. Entre eles abrem-se as bacias ou estuários de rios paralelos que podem dividir-se em dois sistemas: o do norte e o do sul, delimitados pela cordilheira da Estrela-Aire-Montejunto-Sintra.

No sistema do norte, o Douro é a artéria central duma região montuosa, coroada nos limites setentrionais e austrais pelas duas cordilheiras culminantes da Galiza e da Beira. De uma e de outra, como socalcos ou degraus sucessivos dessa plateia de montanhas que se fecha aquém da fronteira portuguesa, descem outras serras, entre cujas depressões se precipitam os rios nacionais do norte: o Minho, que delimita a Galiza, o Lima, o Cávado e o Ave, ao norte do Douro, e ao sul o Vouga e o Mondego. As serras de entre Minho e Lima são as do Soajo; as de entre Lima e Douro, as do Gerês e do Marão, separadas pelo Tâmega, confluente deste último; as de entre Douro e Vouga, Montemuro: as de entre Vouga e Mondego, Caramulo.

No sul, as baías do Tejo e Sado, divididas pela península da Arrábida, constituem o centro de um sistema de caudais irradiantes que cortam a zona mais plana, limitada de um lado pela serra da Estrela, do oposto pela do Algarve. Ao norte, na raiz austral da primeira, corre o Tejo, desinteressando-se de Castela; destacando-se deste, para sueste, o Sorraia, em plena planície; e, mais pronunciadamente para o sul, o Sado, que vai nascer no pendor norte das montanhas algarvias.

Se a metade do norte de Portugal é fechada a leste por um sistema de contrafortes avançados dos Pirenéus cantábricos, a metade sul, teatro das guerras castelo-portuguesas, contradiz de um modo inconstestável a opinião dos que veem na orografia a base necessária da delimitação das fronteiras nacionais.

A começar do sul, o Guadiana fende a cordilheira andaluza penetrando no interior da Península. Curvando a sua orientação em Badajoz, o Guadiana, depois de ter regado os nossos terrenos raianos, toma uma direção leste através das largas campinas da Estremadura espanhola que os tratados apenas dividiram do nosso Alentejo. Nesta metade austral da nossa fronteira de leste, as planícies e as águas do rio que as rega mudam de nação sem mudarem de natureza; e outro tanto sucede aos contrafortes avançados que reúnem num mesmo promontório as serras de Guadalupe e a Morena, e onde em Portugal assentam Portalegre ao norte, Évora ao sul. No troço de fronteira ao norte desta como que garra lançada pela ossatura da Espanha no Portugal alentejano, corre, primeiro, o amplo vale em cujo centro desliza o Tejo, prolongando-se com ele, Estremadura em fora, até Toledo; e seguem, depois, as cumeadas da Gardunha, que dividem o Tejo do Zêzere, apertando este rio contra a serra da Estrela.

O pendor austral das serras do Algarve e a faixa ou tapete de jardins sobre que pousa a sua base o trono desses montes, formam uma última e como

que excecional província geográfica, vedeta sobre o continente fronteiro, cujo clima e produções partilha.

Geognosticamente, o território português pode dividir-se em três regiões principais: a das rochas ígneas e paleozoicas, a dos terrenos secundários e a dos terrenos terciários.

Tracemos uma linha que, partindo de Aveiro para norte, ao longo da costa, se dobre para nascente acompanhando a fronteira marginal do Minho. Daí estenda-se por toda a raia de leste até as serras do Algarve, baixando-a em direção poente, para a prolongar com a costa até Sines. Depois, interne-se a contornar a bacia do Sado, por Grândola, Cercal, Panóias, Aljustrel, Ferreira, Torrão até Vendas Novas; em seguida a do Sorraia, por Lavre, Mora, Ponte de Sor, caindo sobre o Tejo em Abrantes, e caminhando para norte por Tomar, Alvaiázere, Anadia – e ter-se-á encerrado em Aveiro um perímetro que abrange cerca de três quartas partes da superfície total da nação. É a região dos terrenos primitivos.

A dos terrenos secundários compõe-se de dois retalhos isolados. O primeiro estende-se ao longo da margem direita do Tejo, desde Lisboa até a Barquinha; entestando daí até Aveiro com a linha anteriormente traçada, e vindo ao longo da costa, a descer para o sul, circunscrever a serra de Sintra, chegando outra vez a Lisboa. O segundo é constituído pelo litoral do Algarve, no pendor sul das serras, até o mar.

A terceira região, finalmente, a dos terrenos terciários, desce pela costa, desde a ponta do Bugio, ao sul do Tejo, até Sines, alargando-se pelas duas zonas divergentes dos vales do Sado e do Sorraia, contornados pela linha determinada antes ao delimitar a raia da primeira região.

Esta última é, como se viu, a mais extensa e importante. Abrange as duas províncias ao norte do Douro, a quase totalidade das duas Beiras, e do Alentejo, e boa metade do Algarve. A Estremadura quase por si só compõe as duas segundas regiões – uma ao norte, outra ao sul do Tejo[24].

Na do norte predominam os terrenos cretáceos e jurássicos, formando também estes últimos a quase totalidade do retalho algarvio da segunda região. Uma pequena mancha de granitos em Sintra, os basaltos dos arredores de Lisboa, e as dunas da costa, desde a Marinha Grande até Aveiro são os fenómenos esporádicos da geognosia desta parte de Portugal.

Na região do sul do Tejo apenas a Arrábida e Santiago de Cacém apresentam breves nódoas de terrenos jurássicos; e estes, os terrenos modernos formados pelas aluviões do Tejo e Sado e que lhes bordam as margens, e os areais da costa entre o Bugio e o cabo Espichel, são as únicas exceções do vasto lençol da região dos terrenos terciários.

Na primeira e mais extensa das zonas geognósticas de Portugal também o Tejo pode dar lugar a uma divisão em duas sub-regiões

diferentemente caracterizadas. Tomadas ambas como um todo, os terrenos, xistosos quanto à estrutura, e primários ou paleozoicos quanto à idade, predominam em massa, envolvendo as rochas eruptivas ou ígneas. Porém ao norte do Tejo o volume destas rochas, exclusivamente graníticas, é proximamente igual à dos xistos; ao passo que ao sul, além destes últimos predominarem, aparecem não só granitos mas pórfiros e dioritos.

Entre Castelo de Vide, Portalegre, Niza e o Crato, inscreve-se acaso o maior e mais compacto afloramento de granitos ao sul do Tejo. Depois deste vem o de Évora, bracejando de um modo irregular, para norte até Vimieiro, para nordeste até Lavre, e no lado oposto até Viana, Aguiar e S. Manços. Afinal, as pequenas nódoas de Galveias, de Santa Eulália, de Freia, de Reguengos, da Vidigueira, e de Vale Vargo a nascente de Serpa, completam o sistema de afloramentos graníticos da sub-região do sul do Tejo. Os pórfiros e os dioritos constituem um longo dorso que vem de sueste a nordeste, desde Serpa, por Beja, Alvito, Torrão, Alcáçovas, terminar junto de Cabrela, quase na raia da região terciária. Além desta formação principal, encontram-se destacadas as manchas esporádicas de Alter, de Benavila, de Monforte, e as duas mais consideráveis de Campo Maior e de Elvas, próximo da fronteira.

Ao norte do Tejo as condições variam. A massa de rochas eruptivas predomina sobre a dos xistos. Depois do maciço xistoso da Gardunha, entre Castelo Branco e o Fundão, transposto o vale do Zêzere, encontra-se a base alastrada da serra da Estrela, e afinal os alicerces de Montemuro. Os granitos vêm desde a fronteira, entre Alfaiates e a Barca de Alva, pela Covilhã e Tábua ao sul, por Viseu a poente, entestar no Douro, cuja margem esquerda sobe até a raia de Leão. Pequenas são as nódoas xistosas na área circunscrita: S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Coa, na margem do Douro; Vila da Igreja às origens do Vouga; Pinhel e Valhelhas no pendor sul da serra da Estrela.

Porém as abas ocidentais das serras da Gardunha, da Estrela e de Montemuro, ladeadas ao sul pelo Tejo, formam duas vastas zonas de terrenos paleozoicos, uma cortada pelo Zêzere, outra pelo Mondego e pelo Vouga; são estas zonas que vêm raiar com a região dos terrenos secundários até Aveiro, e com o mar desde Aveiro até a foz do Douro, tendo de permeio a faixa de dunas da costa.

Ao norte do Douro os xistos predominam para cima da linha Régua-Chaves, os granitos para baixo. Ao longo da costa, desde o Porto até a Póvoa, encontra-se, destacado, um afloramento de rochas eruptivas; e, para leste, um outro nas serras do Gerês e do Soajo, a poente do Tâmega, lançando junto a Braga um ramo que vai, por Barcelos, a Viana e até Caminha.

A leste da linha Chaves-Régua são irregulares e dispersos os afloramentos eruptivos: acompanham a margem portuguesa do Douro desde Bemposta até Miranda; aparecem em dois pontos da extrema fronteira do norte;

vêm de Montalegre, por Chaves, até Valpaços e Torre de D. Chama; e pela serra do Marão, desde Mondim e Ribeira de Pena, por Vila Pouca e Vila Real, morrer junto ao Douro em Vilarinho. Todo o resto, o Marão, da Campeã a Santa Marta, as alturas à esquerda do Corgo, a máxima parte do vale do Tua, e todo o vale do Sabor, são formados pelos terrenos paleozoicos.

IV

# IV. A TERRA E O HOMEM

Conhecida a orografia e a geognosia do território, brevemente indicaremos o sistema de carateres agrícolas e climatológicos, ambos subordinados aos anteriores, e todos solidariamente ligados para formar a fisionomia natural das diversas regiões do território português.

A sua antiga divisão em províncias obedecia mais a estas condições naturais do que a moderna divisão em distritos: as causas determinantes de uma e de outra são o motivo desta diferença.

As províncias formaram-se historicamente em obediência às condições naturais; os distritos atuais foram criados administrativamente de um modo até certo ponto artificial. Umas provinham dos carateres próprios das regiões, e a administração limitara-se a reconhecer factos naturais; outros, determinados por motivos abstratos, nasceram de princípios administrativos e estatísticos (área, quantidade de população, etc.), fazendo-os discordar o menos possível dos limites naturais, geográficos e climatológicos. Por estes motivos nós agora estudaremos por províncias, e não por distritos, o território português; deixando para o lugar competente o estudo das condições modernas da nação.[25]

A divisão das províncias apoiava-se em factos físicos de um valor eminente. Começando pelo norte, o território de além-Douro inscreve duas zonas separadas pelo Tâmega: a leste, Trás-os-Montes; a oeste, Entre-Douro-e-Minho. Além de obedecer, como se vê, à geografia, buscando nos rios fronteiras naturais, a divisão das duas províncias consagrava diferenças essenciais: as geognósticas já por nós observadas (rochas eruptivas dominando a oeste, xistos a leste do Tâmega), e além delas as climatéricas. Portugal, segundo já se disse noutro lugar, é em geral um anfiteatro de montanhas, levantado em frente do Oceano. Esta circunstância caracteriza para logo as regiões de um modo também geral, dividindo-as em duas categorias: as marítimas e as interiores; as cis e as transmontanas; as que estão diretamente expostas à ação das brisas marítimas, e os declives orientais, os vales interiores, e os degraus ou socalcos das serras encobertas aos bafejos do mar por cumeadas ocidentais sobranceiras.

Esta circunstância dá carateres inteiramente diversos às duas províncias do Douro-Minho e de Trás-os-Montes, divididas pelas serranias do Gerês e do Marão, que roubam a última à ação das brisas marítimas. Quem alguma vez transpôs o Tâmega, decerto observou a profunda diferença da paisagem e do caráter e aspeto dos habitantes de aquém e de além desse rio. O transmontano, vivo, ágil, robusto, destaca-se para logo do minhoto, obtuso mas paciente e laborioso, tenaz, persistente e ingénuo. Além do Tâmega o clima é seco (40 a 80% de humidade relativa), poucas as chuvas (500 a 1000 mm. e no estio 70 a 80 apenas), grande o calor no fundo dos vales apertados, mas temperado nas alturas; intensos os frios hibernais, que coroam de neve as

montanhas e gelam as águas pelas baixas (12 a 15º temperatura média). Aquém, as brisas do mar, estacadas na sua passagem pelas serras, condensam-se e produzem as chuvas copiosas: por isso no Minho o pendor ocidental das serras do oriente é sarjado pelos numerosos e sucessivos rios paralelos, cujos vales, reunindo-se junto à costa, formam ao longo dela a primeira das planícies litorais de Portugal. Habita essa região pingue uma população abundante, ativa, mas sem distinção de caráter, nem elevação de espírito: consequência necessária da humidade e da fertilidade. Falta essa espécie de tonificação própria do ar seco e dos largos horizontes recortados num céu luminoso e puro. O Minho é uma Flandres, não uma Ática. As chuvas precipitam-se abundantes (1200 a 2000 mm. anuais, e no estio 80 a 200) sobre um chão lavrado de caudais; a humidade (70 a 100%) torna flácidos os temperamentos e entorpece a vivacidade intelectual, que nem um frio demasiado irrita, nem um calor excessivo faz fermentar, à maneira do que sucede nas zonas genesíacas dos trópicos. Temperado o clima (12 a 15°), sem excessivos afastamentos hibernais, a população satisfeita, feliz, e bem nutrida de vegetais e de ar húmido, oferece a imagem de um exército de laboriosas formigas sem coisa alguma do alado e brilhante de um enxame dourado de abelhas.

O clima determina a paisagem. Além-Tâmega as louras messes do trigo, os pâmpanos rasteiros, o carvalho nobre e o castanheiro gigante vestem os pendores de elevadas serras, cujas cristas dentadas de rochas, no inverno coroadas de neves, se recortam no fundo azul do firmamento, dando fixidez e nobreza ao quadro, e infundindo o quer que é de elevado no espírito. A natureza vive na luz, e a alma sente que os elementos têm dentro em si forças que os animam.

Aquém Tâmega o cenário muda: a humidade cria em toda a parte vegetações abundantes; não há um palmo de terra donde não brote um enxame de plantas! mas como o solo é breve, como a rocha aflora por toda a parte, e os campos nascem do terreno vegetal formado nas anfractuosidades do granito pelas folhas e ramos decompostos, e nos estuários dos rios pelos sedimentos das cheias, a vegetação é rasteira e humilde, o pinho marítimo de uma constituição débil, o carvalho um pigmeu enleado pelas varas das vides suspensas. A densidade da população completa a obra da natureza numa região onde o vinho não amadurece: o ácido picante dá-lhe uma semelhança das bebidas fermentadas do norte, cidra ou cerveja, e com ela, ao génio do povo, carateres também semelhantes aos de bretões e flamengos. A vegetação, de si mesquinha, é amesquinhada ainda pela mão dos homens; as necessidades implacáveis da população abundante produzem uma cultura que é mais hortícola do que agrícola: pequeninos campos, circundados por pequeninos vales, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos das uvas verdes. No meio disto formiga a família: o pai, a mãe, os filhos, imundos, atrás duns

boizinhos anões que lavram uma amostra de campo, ou puxam a miniatura de um carro. Sob um céu enuviado quase sempre, pisando um chão quase sempre alagado, encerrado num vale abafado em milhos, dominado em torno por florestas de pinheiros sombrios, sem ar vivificante, nem abundante luz, nem largos horizontes, o formigueiro dos minhotos, não podendo despregar-se da terra, como que se confunde com ela e, com os seus bois, os seus arados e enxadas, forma um todo donde se não ergue uma voz de independência moral, embora amiúde se levante o grito de resistência utilitária[26]. A paisagem é rural, não é agrícola; a poesia dos campos é naturalista, não é idealmente panteísta. Quem uma vez subiu a qualquer das montanhas do Minho e dominou daí as lombadas espessas de arvoredo, sem contornos definidos, e os vales quadriculados de muros e renques de carvalhos recortados, sentiu decerto a ausência de um largo fôlego de ideal, e de uma viva inspiração de luz. Apenas aqui e acolá, engastado na monotonia da cor dos milhos, um canto do verde alegre do linho vem lembrar que também no coração do minhoto há um lugar para o idílio infantil do amor.

Descendo para o sul do Douro, entre a Beira montanhosa e a Beira litoral, dão-se diferenças análogas às que distinguem o Minho e Trás-os-Montes: análogas, dizemos, e não idênticas porque nesta nova região começam a sentir-se as influências de causas gerais, como são as da latitude. A zona anterior estanceia entre os paralelos 41° e 42º; as Beiras descem até 39º e 30º; Portugal inscrito entre 37º e 42º, e lançado como uma estreita faixa norte-sul, tem na latitude das regiões uma causa geral a concorrer sempre com as causas particulares, quais são a altitude, a exposição e a constituição geognóstica das montanhas, no sentido de determinar os carateres das suas diferentes províncias.

Nesta de que agora nos ocupamos, levanta-se ao centro a serra da Estrela, a cujo pendor marítimo se chamou Beira Alta, dando-se aos declives trasmontanos opostos, reunidos à Gardunha, o nome de Beira Baixa. Três zonas compõem a região das duas províncias o litoral formado pelos estuários do Vouga e do Mondego, as serranias ocidentais ou marítimas, e as orientais ou transmontanas.

A serra da Estrela é a mais elevada das cordilheiras portuguesas; é o prolongamento da espinha dorsal da Península; é a divisória das duas metades de Portugal, tão diversas de fisionomia e temperamento! é finalmente como que o coração do país – e acaso nas suas quebradas e declives, pelos seus vales e encostas, demora ainda o genuíno representante do lusitano antigo. Se há um tipo propriamente português; se através dos acasos da história permaneceu puro algum exemplar de uma raça ante-histórica onde possamos filiar-nos, é aqui que o havemos de procurar, e não entre os galegos ao norte do Douro, nem entre os turdetanos da costa do sul, nem entre as populações do litoral cruzadas com o sangue de muitas raças e com os sentimentos e costumes das mais variadas

nações.

O pastor quase-bárbaro dessas cumeadas da serra a topetar com as nuvens (1800 a 2000 m. de altit.), abordoado ao seu cajado, vestido de peles, seguindo o rebanho de ovelhas louras, é talvez o descendente dos companheiros de Viriato. Por essas eminências, tapetadas de relva no estio e de neves no inverno, nem as vilas, nem as árvores se atrevem a subir: só o pastor nómada as habita. Do alto do seu trono de rochas vê gradualmente ir nascendo a vida pelas encostas: primeiro o zimbro, rasteiro e roído pelo gado, circunda os altos nus; logo aparecem os piornos, as urzes brancas, os carvalhos; depois, já a meia altura da encosta, os castanheiros, as lavouras, os enxames de aldeias; afinal, na extrema baixa, o lençol de lagunas, tapete de esmeraldas engastadas em fios de brilhantes, que o sol faceta ao espelhar-se no labirinto dos canais.

A serra da Estrela, reforçada ao norte pelo contraforte de Montemuro, fecha, com o Marão e o Gerês, uma muralha natural, onde os ventos do mar estacam. Apenas cortada pelos vales do Douro e do Tua – duas fendas – essa barreira, cujos picos sobem até 2000 m., encerra e protege o Portugal do norte, sendo a principal causa das chuvas abundantes e do clima criador do litoral de além Mondego.

O beirão, habitante da encosta ocidental onde o ar é mais húmido do que em Trás-os-Montes (65 a 100%), as chuvas mais abundantes (700 a 1200 mil.) e a temperatura idêntica; onde o castanheiro colossal, o cedro, o carvalho e o pinheiro bravo põem na paisagem todos os tons e essa grandeza própria de árvores que vivem séculos: o beirão é menos vivo, mas mais robusto. Quem divagou por essas terras admirou decerto a estrutura hercúlea dos seus homens, cuja face, não luzindo com os brilhantes reflexos da vida interior, acusa todavia um pleno desenvolvimento da vida animal. Berço dos audazes bandidos, anacrónicos representantes de uma independência de outras idades[27], a Beira é o viveiro de musculosos trabalhadores, que vão todos os anos, pelo estio, lavrar as glebas do sul do Tejo, levemente vestidos com as bragas curtas de linho, descalços, com a camisola de lã agasalhando o tronco, o barrete frígio na cabeça, a manta e a enxada ao ombro.

Descendo ao litoral, o beirão é anfíbio: pescador e lavrador. A lavoura nasce do mar: os carros são barcos, adubos o moliço de algas e mariscos. Ao lado de um talhão de milho está uma marinha de sal. O mar insinua-se pelos canais retalhando a planície, em cujo centro, como uma artéria, corre placidamente o Vouga. A três léguas da costa vê-se fundeado um barco: as mulheres cosem as redes, ao lado, sobre a terra húmida e negra, que os bois lavram, ou o cavador abre à enxada. O calor (15º a 16º), a humidade permanente (65 a 80%), fazem germinar breve as sementes, multiplicam as colheitas e as febres. Essa paisagem deliciosa e original, indecisa entre o mar e a terra, e que nos enche de vivo prazer, quando a dominamos desde os altos de Angeja à raiz

das montanhas, atrai-nos como a sombra da manzanilha, cheia de frescura e veneno. Os elementos, confundidos, vingam-se da temeridade dos homens.

A exposição oriental ou transmontana das abas da serra da Estrela e dos cerros subalternos da Gardunha dá à província da Beira Baixa um outro aspeto: há maior secura no ar, e as chuvas são menos abundantes; os olivais medram melhor, e os habitantes juntam à vida agrícola a industrial, tecendo as lãs dos rebanhos da serra com a força das torrentes que se despenham nas quebradas do vale do Zêzere.

Já semelhante por muitos lados ao Alto Alentejo, a Beira Baixa é a transição da metade norte para a metade sul do país.

Caminhos de Oriente para Ocidente. O alto Alentejo tem o clima de Trás-os-Montes; a temperatura média é mais elevada (16º a 17º) porque a menor altura das montanhas dá frios menos intensos no inverno; as chuvas estivais são menores também (30 a 50 mil). Fronteira aberta da Espanha, a raia apenas convencionalmente o divide da Estremadura Castelhana. As mesmas planícies onduladas, as mesmas culturas cerealíferas, as mesmas florestas de sobros e azinhos, as mesmas vinhas, os mesmos costumes, os mesmos homens estão de um lado e do outro da fronteira. Torrada pelo sol a face barbeada, de olhar vivo, gesto livre, porte nobre e seguro, bizarro, folgazão, hospitaleiro e comunicativo, o alentejano exprime no seu todo a grandeza um tanto austera do chão sobre que vive. Não é decerto um grego de Atenas, mas é um grego da Beócia. Os seus campos são um granel, os seus montados um viveiro. Quando nas longas e alinhadas estradas, entre lençóis de matas de azinho escuro, sob o calor de um sol dardejante, divisamos ao longe uma pequena nuvem de poeira, que a luz ilumina, e ouvimos o tilintar alegre das campainhas e guizos nas coleiras dos machos – é o caseiro, que a trote largo, com a cara redonda e alegre, o ventre apertado nos seus calções de briche preto, vai à feira de Vila Viçosa em maio, ou à de Évora em junho, tratar dos negócios da lavoura. A distância, vem o arreeiro no seu carro toldado, guiando a récua de machos carregados de odres de vinho; logo o pastor com o guarda-mato de pele de cabra, o cajado ao ombro, conduzindo as ovelhas, a vara de porcos, gordos como texugos, ou a boiada loura de longas hastes. O sol ardente dá tom a todas as cores, vida a todos os movimentos; sufoca-se, a poeira cega, e as bagas de suor camarinham na testa. O alentejano diz pouco, e raro canta; não é misantropia, é indiferença. O idílio não pode seduzir a quem vive em ampla comunhão com o campo largo, o céu sempre azul, o sol sempre em fogo. Apenas, de verão, baila ao som da guitarra nas noites calmosas, fazendo a vigília aos seus santos favoritos, não para esquecer um trabalho que lhe não dói, mas para dar largas aos seus amores de um momento.

Os que uma vez embarcaram abaixo de Serpa, onde as cataratas põem ponto à navegação, Guadiana em fora até o Algarve, terão sentido ao chegar à foz a impressão de quem entra, de um sertão, em um jardim; de quem

deixa uma gruta escura por uma planície luminosa. Breve é a extensão do Algarve, desde Vila Real até Lagos abrigado pela ponta do cabo de S. Vicente; mas esse trajeto sombrio do Guadiana divide duas regiões caracteristicamente acentuadas. O algarvio é um andaluz. Ao contrário do alentejano, tudo o interessa, de tudo fala, agita-se em permanência, com uma vivacidade quase infantil. No Algarve não há o silêncio e a impassibilidade; há o movimento constante, o falar, o cantar de uma população como a dos gregos das ilhas, ora embarcados nos seus navios costeiros, ora ocupados nos seus campos, que são jardins. Se a planície e os longos horizontes das montanhas dão ao espírito a placidez solene, também o arrulhar constante da onda, sobre a qual, debruçado como um eirado está o Algarve, põe no pensamento uma agitação permanente, meio tonta, mas encantadora. Ao calor de um sol já africano, durante o estio, e no seio de uma constante primavera, durante o inverno, o algarvio desconhece a aspereza da vida: nem os frios o obrigam à indústria para se vestir, nem a fome ao duro trabalho da enxada para comer. Enquanto voga sobre o mar, mercadejando, pescando, contrabandeando, crescem-lhe no campo a figueira, a amendoeira, a laranjeira, cuja seiva o sol se encarrega de transformar todos os anos em frutos. A alfarrobeira nas encostas da sua serra, a palma pelos valados, pedem apenas que lhes colham os frutos e os ramos; e o mercador, no seu barco, ao longo da costa, espera as cargas, para as trocar por dinheiro.

No decurso da nossa viagem deixámos em claro as mortíferas baixas do Guadiana: nem vale a pena demorarmo-nos nessa região desolada; porque agora, regressando pela costa acima, o litoral do Alentejo e a parte ocidental da Estremadura transtagana partilham com ela os carateres tristonhos e doentios. Entramos na região dos terrenos terciários : as águas estagnaram e apodreceram nas baixas; as populações definham. Ou torradas pelo árido suão, que os areais ardentes não podem suavizar, e sem montanhas que obriguem os vapores do mar a condensarem-se; ou envenenadas pelos miasmas dos pauis que o sol de fogo põe numa fermentação permanente, as populações amarelecidas e magras definham, curvadas pelo trabalho mortífero das marinhas de sal, ou da cultura pantanosa do arroz. São o contraste das baixas do norte do país, estas baixas do sul. Além, copiosas chuvas e uma humidade criadora, aqui o ar seco (500 a 700 mil. anuais, 30 a 50 no estio); humidade (30 a 80%), duro e carregado de emanações mefíticas. Além, uma temperatura branda; aqui um calor (med. 17º) excessivo. Além, uma população exuberante; aqui, as solidões e os areais nus, matizados pela traiçoeira cevadilha, e pelo aloés orgulhoso, levantando com império o seu penacho cor de fogo. Além, homens laboriosos e famílias; aqui tribos esfarrapadas em choupanas, tiritando com o frio das sezões numa atmosfera de lume; mulheres esquálidas, crianças verde-negras, homens na indiferença da desolação, ou na vertigem do crime.

Entre estas duas regiões litorais extremas está porém a central, a

vingar-nos da miséria de uma e da opulência de outra. Quem desce, de Canha e Alcácer do Sal e Sado, e domina, desde o promontório da Arrábida, a paisagem circundante, respira afinal a longos traços uma plena vida e uma doce alegria. Acaso não há no reino panorama nem mais belo, nem maior, nem mais nobre, nem mais variado. A nossos pés descem as anfractuosidades da serra vestidas de espessas matas: as giestas douradas, as bagas carmíneas dos medronhos, o rosmaninho, a alfazema, misturando todos os seus aromas inebriantes. Sobranceiros a Palmela, vemos-lhe os muros ameiados; Setúbal desenha-se no vale encastoada num jardim de laranjas; no fundo quebram-se as ondas contra as rochas do Cabo; e para o lado oposto as colinas da fidalga Azeitão ondulam por sobre o espesso tapete de pinhais estendido até ao Tejo. Erguendo a vista, divisamos além do mar a ponta de S. Vicente e o sul; para leste, Évora de um lado, as campinas do Ribatejo do outro; para norte, Lisboa em anfiteatro sobre a sua baía; além dela, Sintra e os montes da Estremadura cistagana, a qual, até ao Mondego, forma a primeira zona estremenha, por onde vamos entrar no exame da última das regiões do nosso território.

O litoral do centro, entre o Mondego e o Tejo, é a parte mais benigna do país. Aí o ar temperado pelas brisas marítimas mantém um grau de humidade (60 a 85%), e as chuvas regulares sem serem copiosas (700 a 800 mil. anuais, e 20 a 30 no estio) uma rega, que fertilizam os terrenos sem os tornar gordos, como os do norte. Nem o calor (150 a 160) tisna de verão as vegetações, nem o frio do inverno as atrofia. Por tudo isto, a população abunda, sem exorbitar, como no Minho; e o habitante reúne à laboriosidade de uma vida agrícola a liberdade de uma existência mais ampla. Por tudo isto, além dos carateres geognósticos da região, a flora é variada, reunindo o pinheiro bravo e o manso, a vinha, a oliveira e o carvalho, o trigo, o milho e o centeio. Desde os campos que o Mondego todos os anos fertiliza, por Leiria e Alcobaça vestidas as florestas, pelas veigas do Nabão, chegamos ao Tejo; e, transpondo-o, entramos no seu vale, que é para nós como o Nilo é para o Egito. Nele com efeito o campino nos traz à ideia o tipo dessas raças da África setentrional, líbios ou mouros, cujo sangue anda misturado em nossas veias. A cavalo, de pampilho ao ombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, o ribatejano, pastoreando os rebanhos de touros nas campinas húmidas e vicejantes, é como um beduíno do Nilo. A vasta planície matizada de povoações e bosques de choupos, de salgueiros e de álamos, contornada ao longe pelas cumeadas das serras, sem o caráter das paisagens do Egito, ou de Túnis, dominadas pelo esqueleto gigânteo do Atlas[28].

Como o beirão, também o ribatejano reúne à vida agrícola a marítima ou fluvial; é ele quem vem nos seus barcos de água-acima, até Lisboa, trazer o seu tributo de cereais e frutas. Pelo Tejo, o Portugal marítimo abraça o Portugal agrícola, fundindo numa as duas fisionomias típicas da nação. Rio acima, o Alentejo de um lado, a Beira do outro, por esta forma se comunicam

com a população marítima do litoral. Lisboa, com Sines ao Sul, Aveiro ao norte, eis os pontos cardiais dessa costa ocidental, donde tantas grandes aventuras, tão dilatadas viagens se empreenderam. Capital geográfica, Lisboa é também a nossa capital marítima; e se as viagens e descobertas são o coração da nossa história particular nacional, Lisboa é também a nossa capital histórica. As toadas plangentes que ao som da guitarra se ouvem por toda a costa do ocidente, essas cantigas, monótonas como o ruído do mar, tristes como a vida dos nautas, desferidas à noite sobre o Vouga, sobre o Mondego, sobre o Tejo e sobre o Sado, traduzirão lembranças inconscientes de alguma antiga raça, que, demorando-se na nossa costa, pusesse em nós as vagas esperanças de um futuro mundo a descobrir, de perdidas terras a conquistar ao mar?

Os sonhos cheios de encanto e melancolia, por tão longos tempos embalados pelo incessante murmúrio do mar bretão e pelo ciciar das florestas druídicas; o carinho da natureza pelo homem, traduzido nessas lendas piedosas em que os animais falam, os pássaros vêm fazer ninhos na mão dos santos, e a voz das fadas se mistura com o ramalhar das árvores e o murmurar das águas; esse vaporoso e encantador botão da alma céltica, porventura desabrochava no espírito nacional português, quando a conclusão das guerras da independência assim o ordenou.

D. João de Castro, o marinheiro, tem, como um druída, o amor ingénuo da natureza: « ó vergonha e grande cobiça dos homens, que por haver as desventuras dos metais cavam tanto a terra que lhe tiram fora as tripas, derribam grandes outeiros, abaixam ásperas e altíssimas serras no andar e olivel dos campos, e não contentes de *estragarem tanto a terra*, rompem e furam pelo mar por haverem uma perla – e para esculdrinhar uma obra maravilhosa da natureza são tímidos e preguiçosos!»

## V. A HISTÓRIA NACIONAL

Desta viagem, breve, pálida, e incorretamente esboçada, ficaria – ousamos crê-lo – no espírito do leitor uma impressão por isso mesmo verdadeira. Pálida e como que indeterminada, sem fortes cores nem linhas pronunciadas, é a fisionomia da nação, quer na paisagem, quer nos homens. Nenhum traço profundo distingue a nossa geografia; benigno, médio ou temperado é o nosso caráter.

Se alguma coisa de facto nos individualiza, é a falta de afirmação do nosso génio. Aquelas a que poderemos chamar qualidades peculiares nossas, consistem na facilidade com que recebemos e assimilamos as de estranhos. Navegadores – e só por si este caráter não imprime em nós um cunho distinto dos demais povos marítimos – a maneira por que nos aventurámos ao mar retrata ainda a nossa fisionomia coletiva: fomos prudente e pacientemente ao longo das costas africanas, ou de ilha em ilha, no oceano, caminhando passo a passo, avançando sempre, tenazes, mas jamais temerários[29].

Essa individualidade passiva do nosso génio traduz-se na nossa história. Ninguém busque nela movimentos originais e profundamente caracterizados por uma ideia nacional: esperá-lo-ia o castigo reservado a todas as quimeras. Ninguém busque tão-pouco o sistema de um desenvolvimento próprio e orgânico, obedecendo a leis particulares, e constituindo, no seu todo, aquilo a que se chama uma civilização: por esse lado aparecemos indestrutivelmente ligados ao corpo peninsular; e apesar de politicamente separados, obedecemos às leis gerais que lhe determinam a vida histórica. O conjunto dos nossos pensamentos morais, o caráter dos movimentos que compõem o sistema do desenvolvimento das instituições, o das condições das classes, e até as linhas gerais da nossa vida política, são apenas um aspeto do sistema da história da península ibérica. Por isso nós, que, em outro livro[30], tratamos deste assunto, não voltaremos agora a ocupar-nos dele, para não fatigarmos o leitor com repetições inúteis. Procuraremos nesta obra determinar o modo particular, próprio ou nacional, com que realizámos um programa histórico geral, definindo a nossa individualidade coletiva; procuraremos também indicar os movimentos políticos, em que resolutamente defendemos a nossa autonomia; e finalmente mostrar que, sendo a ausência de caráter nacional afirmativa, e a maleabilidade com que recebemos e assimilamos as influências estranhas o que mais pronunciadamente nos individualiza como povo, a independência da nação não proveio de factos naturais, porém sim dos atos de vontade dos seus homens.

Causas de outra ordem houve decerto que vieram dar-lhes um apoio enérgico, e, não falando agora nas marítimas e coloniais, referimo-nos às influências estranhas à Espanha, que por momentos nos puseram, a nós, seus filhos, num estado de antagonismo transitório com o desenvolvimento da história peninsular. É sabido que a nossa primeira dinastia procedia de Borgonha; nos

primeiros tempos são numerosos os fidalgos e soldados estrangeiros entre nós; e as conquistas de Lisboa, de Alcácer, do Algarve, efetuam-se com o auxílio de exércitos e armadas forasteiros. Mais tarde vêm combater ao lado de D. João I os ingleses, com quem já ao tempo de D. Dinis celebrámos tratados de comércio, e que, nossos aliados no tempo de D. Fernando, nos impressionavam com os seus costumes e letras. De então data a generalização dos nomes ingleses como Tristão, Jorge, Duarte, que se começam a encontrar ao lado dos antigos nomes romanos e góticos. As alianças inglesas repetem-se nos primeiros tempos da dinastia de Avis, até que o desenvolvimento do nosso império colonial nos torna soberanos. Anexados à Espanha depois, voltamos a depender da Inglaterra ou da França, quando readquirimos a independência. Generais franceses comandam as campanhas da Restauração, patrocinada pela França; generais ingleses, as guerras do princípio do século, subsidiadas pela Inglaterra. E duas vezes, quando se tentou chamar a nação à vida eminente da ciência; duas vezes, quando D. João III e o marquês de Pombal reformaram a Universidade; duas vezes se importaram mestres estrangeiros.

De tudo o que deixamos escrito o leitor decerto compreendeu já o sistema de preceitos a que vai obedecer o nosso estudo; e afigura-se-nos ser este o caminho verdadeiramente científico de encarar a história nacional, despindo-a de ilusões patrióticas, e de fantasias quiméricas. Mal de nós, se, amando do coração a nossa independência, imaginarmos que ela pode manter-se firme sobre um alicerce de fábulas, contra a reta e indestrutível verdade da ciência! A independência dos povos assenta sobretudo na vontade coletiva: tal foi a base da nossa, tal continuará a ser, se com a vontade tivermos o juízo correspondente. Sem ele, o querer é apenas um capricho.

Obedecendo pois ao enunciado, dividimos a história pátria em quatro períodos sucessivos. No primeiro, o da dinastia de Borgonha, não nos destacamos ainda do sistema dos Estados peninsulares: somos um deles, e a independência provém exclusivamente do espírito separatista da Idade Média, personalizado no ciúme absolutista dos reis e barões portugueses. – Depois de Aljubarrota, porém, o sentimento de independência nacional torna-se popular, desde que a revolução do Mestre de Avis o faz coincidir com o interesse particular da região portuguesa. Entretanto a vida marítima fora-se desenvolvendo; e a nova dinastia obedece conquistando o litoral da África aos marroquinos, à corrente histórica peninsular; e inicia, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional. Pode então dizer-se que por um momento Portugal esteve à testa da história da Espanha.

A terceira época abrange, a nosso ver, a infeliz empresa do Império oriental, onde o movimento marítimo nos levou. Os elementos de vida própria, formados na época anterior, produziram uma colonização à antiga e uma literatura neo-latina: nestas duas circunstâncias provávamos faltar-nos uma fibra

de íntima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão das empresas, o limitado dos nossos meios, os erros políticos, finalmente, condenam-nos à perda da independência. – Se na quarta e final das épocas da nossa história voltámos a reganhá-la, a nossa vida aparece, contudo, outra. Ao império oriental perdido, vem a exploração e colonização do Brasil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brasil, voltamo-nos agora, a ver se a África pode dar-nos os meios de custearmos as despesas de um país pequeno e mediocremente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do maquinismo nacional. Holanda do extremo ocidente, radicada no corpo da Espanha, como ela o está no corpo germânico, só num ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independência excecional; só à custa de recursos coloniais poderemos talvez satisfazer às múltiplas e dispendiosas exigências da organização económica, científica e moral, hoje inseparáveis e indispensáveis à existência de uma nação[31].

# LIVRO SEGUNDO
# HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA
# (DINASTIA DE BORGONHA: 1090-1385)

*«He nossa entençon curtamente fallar, nom come buscador de novas razõoes, per propria invençon achadas, mas come aiumtador em huum breve moolho, dos ditos dalguns que nos prouguerom.»*

F. LOPES, *Crónica de Pedro I*

## I. A SEPARAÇÃO DE PORTUGAL

O condado portucalense, criado nos últimos anos do XI século a favor do conde borguinhão D. Henrique, genro de Afonso VI, pouco tempo existiu sob o regime de uma vassalagem indiscutidamente reconhecida. Era essa a época em que a Espanha tendia a constituir-se num sistema de Estados independentes, à medida que sucessivas regiões iam saindo de sob o domínio muçulmano para o dos descendentes dos godos asturianos, ou dos seus atuais aliados[32]; e o condado portucalense obedecia a esta tendência geral, no empenho que o seu conde não mais encobriu desde a morte do sogro.

É com efeito da data do óbito de Afonso VI que deve contar-se a era da independência de Portugal; embora por largos anos ela seja mais uma ambição do que um facto; embora essa ambição traduza um pensamento que os acontecimentos posteriores da história impediram se realizasse. Qualquer que fosse o valor dado no XI século à expressão geográfica de Portucale, é facto provado, por todas as memórias e documentos desses tempos, que para ninguém deixava de considerar-se o território de entre Minho e Mondego como parte da Galiza. O facto da constituição do condado de nada vale contra esta opinião; porque demasiado se sabe que a formação dos Estados medievais, na Península e fora dela, jamais obedecia às prescrições geográficas ou etnológicas. Não se atribua pois a causas desta ordem, nem à consciência de uma solidariedade nacional, o facto da desmembração da Galiza dos fins do XI século. A cisão que o Minho demarcou obedeceu apenas a motivos de ordem política.

Isto mesmo, porém, deu causa a uma ambição, na qual devemos reconhecer o princípio da vitalidade da nação portuguesa, durante estas primeiras e ainda indecisas épocas da sua existência.

A solidariedade nacional espontânea existia de facto para os galegos; e desde que a Galiza fora dividida pela política em duas, aquém e além Minho, restava saber qual dessas metades tomaria sobre si o papel de representar um sentimento de independência, comum a todos os membros ainda então desconexos do corpo peninsular.

Várias causas concorriam para atribuir este papel à metade portuguesa da Galiza; e porventura acima de todas o facto do merecimento pessoal do conde português. Circunstâncias desta ordem eram decisivas numa época em que a anarquia sistemática da constituição da sociedade fazia principalmente depender os destinos imediatos dela da perspicácia ou da bravura dos seus chefes. Nada há de comum entre a vida destes tempos e a dos posteriores; e num certo sentido pode até dizer-se que os factos de ordem política são independentes dos de ordem social, porque a sociedade é como um elemento passivo que por este lado (mas por ele apenas) obedece às consequências do desordenado capricho dos atos e carateres dos chefes militares que a governam, sem propriamente a representarem.

Nos primeiros três séculos, isto é, na primeira época da história portuguesa, a independência é um facto originado no merecimento pessoal dos chefes militares dos barões de aquém Minho.

Nacionalidade propriamente dita, não a há; ou pelo menos não no-la revelam os monumentos históricos, unânimes, também, em revelar uma ambição coletiva ou social que se estende a toda a Galiza. Ao merecimento pessoal reúne-se, nos primeiros monarcas portugueses, a circunstância de serem os intérpretes deste sentimento. Por isso a tendência permanente e o princípio claramente definido da política portuguesa, nos primeiros séculos, é unificar a Galiza, constituindo a noroeste da Península um Estado tão homogéneo como o Aragão ou a Navarra a nordeste.

Neste propósito se filiam todas as guerras civis – se este nome convém ainda aos conflitos entre Portugal e Leão – e as repetidas alianças dos barões galegos das duas zonas divididas pelo Minho. A facilidade com que os reis portugueses transpõem armados as águas desse rio, e se apossam por várias vezes dos territórios da Galiza leonesa, são provas evidentes da opinião exposta.

Não quis a sorte que chegasse a realizar-se este primeiro pensamento político, a que chamaremos hegemonia de Portugal na Galiza, para usarmos de expressões modernas; antes ordenou que os limites convencionais do condado portucalense apenas inscrevessem o ponto de partida da formação de uma nação, cujo caráter, ulteriormente definido, proveio principalmente da fisionomia geográfica da região; de uma nação, repetimos, que veio a perder a tradição dessa primitiva origem, desde que o génio das populações de entre Mondego e Tejo sobrepujou o das do norte, na direção e impulso dados à vida coletiva portuguesa.

Se nesta primeira época da nossa história o pensamento oculto que dirige com maior ou menor consciência a política é, incontestavelmente, o da hegemonia de Portugal na Galiza, seria absurdo supor que, ao lado deste princípio, decadente desde certa época, e não fossem também manifestando de um modo correlativo, e cada vez mais pronunciado, os sintomas da deslocação do centro vital da nação.

A circunstância que mais decisivamente determina este caráter da nossa história primitiva é a conquista dos territórios sarracenos de aquém Mondego, levada a cabo pelos barões portugueses, sem os auxílios do suserano de Leão. É este movimento que, principiando por quebrar os laços de solidariedade entre os galegos leoneses e os portugueses, vai gradualmente adicionando a estes últimos os lusitanos (seja-nos lícito dizer assim, para mais claramente definir o nosso pensamento), até o ponto de os últimos predominarem na fisionomia posterior da nação, transferindo de Guimarães e de Coimbra, para Lisboa, a capital do reino; fazendo substituir, à vida rural, primeiro quase exclusiva, a vida comercial e marítima, depois predominante e quase absoluta.

A primeira época da história portuguesa oferece pois à observação do crítico dois movimentos[33], opostos num sentido, concordes em outro, que é o da afirmação positiva da independência.

Mas, se essa afirmação, terminante nas guerras leonesas, e também nas sarracenas, exprime de um lado a política da hegemonia na Galiza, do outro exprime, de um modo todavia inteiramente inconsciente e espontâneo, uma tendência contrária. É a formação de uma nação lusitana, de que a Galiza portuguesa desce à condição de província ao norte, como o Algarve, mais propriamente turdetano, vem a sê-lo ao sul. O entre Douro e Guadiana, isto é, a espinha dorsal da Estrela, ladeada pelas Beiras do norte, pelo Alentejo a sul, pela Estremadura a poente: eis aí o que, logo desde o XIV século, começa a representar o corpo homogéneo da nação portuguesa.

No Portugal primitivo, a política da hegemonia na Galiza não se fundava, porém, somente em uma indeterminada ambição coletiva. Era um pensamento decisivo e fixo dos monarcas, e trazia origens tão antigas como a própria constituição do condado portucalense.

Criado por uma desmembração da Galiza, o condado cedido ao borguinhão não é natural que satisfizesse os desejos ambiciosos do príncipe. Como as almas que, desorientadas pelas extravagâncias do bárbaro cristianismo medieval, viviam num estado de aspirações nebulosamente infinitas, assim a ausência de um critério fixo, intelectual ou moral, e a lei da pura força em que existiam lançavam os barões numa vida de aventuras, cujo critério único era a sua ambição, cujo único limite era o limite imposto por uma força adversa. O poder do rei leonês era, para o conde borguinhão, o limite forçado das suas temeridades.

Logo porém que Afonso VI morreu, deixando um vasto espólio a dividir, D. Henrique exigiu para si um largo quinhão. Quebrada pela morte a cadeia da vassalagem a um rei poderoso, e acaso desobrigado já da gratidão para um sogro que tanto favorecera o conde, é desta era que, a nosso ver, data a independência de Portugal; e não da era, de resto indecisa e impossível de determinar, em que Afonso Henriques tomou para si o título de rei. É dar uma demasiada importância ao facto exterior e secundário do título, o fazer dele o símbolo da independência da nação. Apesar de rei, D. Afonso Henriques prestou vassalagem; e a sua monarquia não é, de facto, mais nem menos independente, como monarquia, do que o condado de D. Henrique, ou o infantado de D. Teresa. A força e não a definição de um domínio, só efetivo quando se estriba nas armas, eis aí o que exclusivamente caracteriza os movimentos dos séculos XI e XII.

Ora essa força era já para D. Henrique um facto, desde que lhe morrera o sogro. A unidade que o seu valente braço dava ao domínio sobre os territórios herdados ou conquistados, levara-a Afonso VI consigo para o túmulo; e entre os dois herdeiros rivais, D. Urraca e o rei de Aragão, o conde portugalense

tinha um lugar bem preparado para exercer a sua astuciosa influência, e para impor condições e preço a uma aliança que ambos igualmente ambicionavam.

Passemos longe dessas crónicas de perfídias, de violências, de adultérios e barbaridades que constituem a história da herança de Afonso VI. Como os generais de Alexandre, os príncipes da Península retalham o manto do imperador; e a Idade Média, tão fantasiosamente pintada com traços de nobreza e galhardia, não é de facto menos corrupta e asquerosa do que a idade dos sátrapos do Oriente. A ferocidade é mais violenta, a luxúria menos requintada, a perfídia mais ingénua, porque os homens são verdadeiramente bárbaros, e não gregos barbarizados[34].

Do pacto de aliança de D. Henrique e D. Urraca resultou o engrandecimento do condado, para o norte da Galiza e para leste ao longo da bacia do Douro, abrangendo Tui, Vigo, Santiago, por um lado, Zamora, Salamanca, Toro e até Valhadolide pelo outro. A divisão e demarcação do novo Estado chegou a fazer-se com a possível solenidade, e com a concorrência de barões leoneses e castelhanos. Era a definição de um Portugal que a história não consentiu se mantivesse.

Neste convénio ou tratado vieram posteriormente fundando-se todas as pretensões dos soberanos portugueses à posse da Galiza, e daquela parte da Castela Velha geograficamente denominada Terra de Campos: territórios que o conde D. Henrique soubera ganhar para si na disputa da herança de Afonso VI. Três anos apenas gozou o conde a posse desses seus dilatados domínios. Morrendo, a mesma história de ignomínias, adultérios e barbaridades ia assinalar o governo de sua viúva herdeira, como tinha assinalado o da viúva do conde Raimundo. Eram irmãs também, no caráter e nos apetites sensuais, as duas filhas de Afonso VI.

Morrendo, o velho conde português, ao sitiar Astorga, chamou para junto de si o filho, em cujo peito borbulhavam ambições: « Filho, toma esforço no meu coração; Toda a terra que eu deixo, que é de Astorga até Leão e até Coimbra, não percas dela coisa nenhuma, que eu a tomei com muito trabalho. Filho, toma esforço no meu coração! E sê semelhante a mim, e sê companheiro dos fidalgos e dá-lhes todos os seus direitos, aos concelhos. Filho, toma esforço no meu coração!»

Tal era o testamento do conde; já deixava ao filho uma nação constituída nas suas duas faces paralelas e correlativas: a nobreza, os concelhos. « E depois que houve castigado o filho destas coisas e outras muitas que aqui não dizemos, morreu» .

A viúva de D. Henrique, publicamente amancebada com o conde galego Fernando Peres, deu com os seus escândalos pretexto para uma revolta, que pôs em risco a conservação dos vastos domínios herdados de seu marido. Assim também sucedera a D. Urraca, perdida de amores pelo conde de Trava.

Dissemos pretexto e não motivo, porque nos costumes ingenuamente dissolutos da Idade Média a mancebia não era caso que ofendesse o pudor particular nem público: os amantes das princesas ofendiam, porém, o ciúme dos seus colegas em fidalguia; e o poder efetivo de que um deles dispunha, à sombra do amor que o preferira, enchia de inveja e ódio os companheiros.

As memórias do tempo retratam-nos D. Teresa como uma mulher sagaz, viva e bela. A astúcia combinava-se no seu espírito com um amor que a levava a comprometer-se, como diríamos na nossa linguagem moderna. Uma vez, na catedral de Viseu, apresentou-se com o amante, no meio da igreja apinhada de povo, e em frente do prelado que pregava. A autoridade dos bispos corria então parelhas com a rudeza das suas liberdades; e o de Viseu não duvidou dizer à rainha, em voz alta, do púlpito ou dos degraus do altar, que abandonasse o amante ou se casasse: era um escândalo aquela união, uma vergonha proceder de tal modo. A condessa, vermelha de cólera e confusão, fugiu rapidamente da igreja seguida pelo amante.

Por que não sucederia ao escândalo a vingança, para não quebrar a constante aliança da impudicícia e da crueldade, dominantes na Idade Média? Porque naturalmente as invetivas do bispo traduziam a força do partido dos invejosos e rebeldes, que já faziam do moço filho de D. Henrique um pendão de revolta contra a viúva apaixonada. Nem por tão pouco se afligiria a consciência do bispo, pois o clero demasiado ouvia também os conselhos da carne, e os amores sacrílegos eram tão frequentes como os amores livres ou adulterinos.

A princesa não era menos sagaz do que voluptuosa, e adiava para mais tarde a vingança. Beijos lascivos, perfídias indignas e barbaridades ferinas, eis os elementos que constituíam a mulher da Meia Idade. Os dotes femininos eram naturalmente pervertidos por um ambiente de brutalidade anárquica nos sentimentos e nas ações: e, quando a mulher dispunha da autoridade e da força, ou, como a Fredegonda dos Merovíngios, cevava em sangue a sua fera natureza, ou satisfazia numa impudicícia desesperada as necessidades sensuais do seu temperamento. Nem a crueldade, nem a sensualidade eram menores nos homens: mas a natureza que neles dá o predomínio aos pensamentos, como o dá aos sentimentos nas mulheres, fazia com que a rudeza dos primeiros andasse subalternizada à ambição e aos cálculos políticos, ou à bravura e às façanhas guerreiras.

Não se imagine, porém, a mulher da Idade Média um ser apenas formado de crueldade e amor; menos se suponha D. Teresa uma semelhante criatura. A condessa, infanta ou rainha de Portugal – porque de todos estes títulos usou – era também sagaz e astuta, qualidades que o filho veio a herdar com o sangue. Não tinha o ânimo varonil de uma amazona, mas tinha a perspicácia e o juízo próprios dos príncipes desses tempos. Sabia moderar a cólera e engolir afrontas como a de Viseu, quando não podia vingar-se delas. O amor traduzia

apenas uma exigência dos sentidos, deixando livre e independente a ação da inteligência. No meio das agitadas circunstâncias do seu breve governo, não deixou abandonadas as conveniências próprias, como dona e senhora do Estado português.

Muitas vezes se leem descrições de uma vida sentimental e heroica, em que as mulheres andam loucas de paixões poéticas, e os homens, tipos de nobreza e audácia, são vítimas dos conflitos do amor e da honra. Não há nada mais diferente da verdadeira, do que essa Idade Média das óperas. A carnalidade desenfreada, o cinismo e a perfídia, uma frieza sempre calculadora, uma ambição feroz, uma avareza sórdida, uma corrupção de todas as fontes da vida moral, eis aí o que de facto constitui a vida aristocrática da Idade Média. Onde está a causa de tamanhas desordens? Está na coexistência e no conjunto de condições bárbaras e de tradições cultas. De onde provém a ilusão com que muitos supuseram belezas espontâneas nos carateres, e nobres dedicações nos atos, criando com a fantasia um falso quadro de encantos? Da ingenuidade dos tipos bárbaros.

Há, com efeito, na natureza espontânea o quer que é de sedutoramente belo, que nos chama para uma região de deleites inconscientes: assim todas as descrições das sociedades primitivas produzem em nós uma impressão vivificante, e desde logo somos levados a engrandecer e nobilitar os homens ainda não corrompidos pelas aberrações da civilização. É mister porém observar que tais homens primitivos não são os do XI século; que na Idade Média existem e vivem, principalmente por via da Igreja, todas as tradições da cultura antiga; e que a conjunção da barbárie e do requinte lança nos carateres uma semente de perversão, pronta a rebentar em atos monstruosos, tão corrompidos no princípio, como bárbaros na forma. É popular o sentimento de tédio e nojo para com o império de Bizâncio; pois as causas originárias dessa repugnância são também comuns às sociedades neolatinas ou neogodas da Espanha[35]. Só variam as proporções: os elementos combinados são os mesmos. No Oriente a cultura é maior, os costumes mais requintados; aqui é maior a rudeza, e a feição bárbara predomina. Por isso os vícios procuravam, além, esconder-se sob o manto das convenções; e aqui se expandem ingénua e francamente, à luz de uma ignorância quase primitiva.

Assim que D. Urraca morreu, Afonso VII, depois de conquistadas ao vizinho aragonês as cidades de Castela, olhou para oeste, a fim de reconstituir de novo a monarquia leonesa, fazendo regressar ao seu domínio os territórios de Campos e da Galiza. A invasão e a guerra duraram apenas uma campanha; e a amorosa Teresa curvou-se ao império das condições, reconheceu o facto da conquista, e confessou com humildade a vassalagem ao sobrinho leonês.

Portugal retraía-se aos primeiros limites – do Minho ao Mondego – do condado criado por Afonso VI; e os cálculos do conde borguinhão frustravam-se,

depois de menos de vinte anos de indeciso domínio.

Esse infortúnio da *regina* de Portugal acabou de decidir os invejosos do conde galego, seu amante. As tendências de sublevação, até aí sopitadas ou mal definidas, tomaram corpo e unidade; e a revolta declarada dos barões achou nos desastres de 1127 motivo suficiente para se erguer em campo aberto.

Capitaneava a revolta o infante português. Não é esta a única ocasião em que vemos erguerem-se em armas os filhos contra os pais, os irmãos contra os irmãos, como prova de que, se os sentimentos andavam pervertidos pelos instintos brutais, os vínculos da família eram apenas laços ténues que se rompiam ao impulso de qualquer exigência da cólera ou da ambição. Nem sentimentos, nem instituições fixas: uma anarquia total no indivíduo e na sociedade, uma desordem acabada na moral e no direito eis aí as bases históricas da Idade Média, cujo deus é a força.

D. Afonso Henriques, o primeiro rei português, ou capitaneava ou era o pendão apenas – hipótese que a sua curta idade justifica – da revolta que tinha por chefes o arcebispo de Braga, D. Paio, Sueiro Mendes o grosso, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, genro da *reina* Teresa, e Garcia Soares. Aos pactos de Braga sucedeu o encontro de Guimarães. A rainha, abraçada ao seu amante, vinha seguida por barões fiéis de aquém, e pelos barões de além Minho, que se tinham submetido a Afonso VII[36]. A batalha decidiu-se pelo filho, e a rainha fugiu a esconder no condado do amante o desespero da derrota. De protetora, os acasos da guerra faziam-na agora protegida; e a história deve ainda ao conde galego a justiça de mencionar que a não abandonou, quando a viu despojada do poder e do título. Os prazeres da paixão acaso suavizariam à formosa filha do grande Afonso a infelicidade das armas, e porventura também o desespero maternal, se é que os vínculos de sangue tinham para a mãe um merecimento superior ao que tinham para o filho.

No seio da barbárie corrupta em que se revolvia, a Idade Média tinha, porém, não só o instinto dos deveres, inato nos homens, como o medo dos castigos divinos pregados por uma religião que até para o próprio clero baixara às condições de um quase fetichismo. As lendas contam que, vencedor, o filho encarcerara a mãe, e põem na boca de D. Teresa este anátema terrível: «Afonso Henriques, meu filho, prendeste-me e meteste-me em ferros, e exerdaste-me da minha terra que me deixou meu padre, e quitaste-me de meu marido: rogo a Deus sejas assim como eu sou, e porque meteste ferros nos meus pés, quebradas sejam as tuas pernas com ferros. Mande Deus que isto assim seja!» E o anátema cumpriu-se em Badajoz, anos depois, porque Deus vingador não perdoava os crimes frequentes dos filhos contra os pais. Assim pensavam esses homens simples.

À batalha de Guimarães ligava-se, porém, um alcance maior do que o de uma simples questão de família: era a rotura da solidariedade entre as duas

metades da Galiza, e a vitória da portuguesa sobre a leonesa. Era o primeiro sintoma de uma direção nova, que se ia imprimindo na vida histórica racional. Essa rotura da solidariedade, e a força da monarquia leonesa sob Afonso VII, serão dois motivos concorrentes para impedir que as tentativas do primeiro rei português tenham sobre o norte resultados eficazes. Logo depois de Guimarães, Afonso Henriques, preferindo o papel de invasor ao de atacado, procura reivindicar as fronteiras perdidas em 1127 por D. Teresa. Duas vezes invade a Galiza transminhota: duas vezes é forçado a recuar, em 1130 e em 1132; mas depois de Guimarães, depois da lide de Valdevez, em que os portugueses venceram, já a independência de facto estava conquistada. Selados os preliminares de paz, Afonso Henriques ocupou-se em *acalmar* as terras do seu senhorio a fim de que nunca « lhe acontecesse outro tal desavisamento» , e conquistou « todallas fortalezas de portugal assy como se fossem de mouros» .

Quem era Afonso Henriques? Já amestrado no ofício de reinar, à maneira por que então se entendia um tal ofício, o moço príncipe reunia as condições necessárias para consolidar uma independência até aí precária. Era audaz, temerário até, pessoalmente bravo, qualidade nem tão comum no tempo, como a muitos casos pareça. Fraco general, ao que se vê, porque as batalhas feridas com as tropas leonesas perdeu-as sempre, era feliz guerrilheiro. Capitaneando um troço de soldados, caía de improviso sobre um lugar, e a fúria irresistível do ataque deu-lhe a maior parte das suas vitórias. Nem a grandeza das empresas o assustava, nem as distâncias o impediam de acudir a um tempo, do extremo norte, quase ao extremo sul do país. A estes dotes militares reunia outros não menos valiosos, na precária situação em que se apossara do reino. Era seco, astuto, friamente ambicioso, sem quimeras nem ilusões. Era um espírito agudo e prático, e isso fazia boa parte da sua força. Mal dos políticos ao mesmo tempo apóstolos! Como a tenra haste que verga à mais leve brisa do canavial, assim Afonso Henriques, sem rebuços, obedecia, logo que a sorte lhe era adversa. Passada a tormenta erguia-se; e à facilidade astuta com que se humilhava, respondia logo a teima pérfida com que se rebelava. Isto fazia-o indomável. Tinha o quer que é de fugitivo, na sua política e no modo por que fazia a guerra. Ubíquo militarmente, era nos negócios um proteu. Os seus inimigos, leoneses, sarracenos, não achavam por onde prendê-lo. Submisso e humilde quando se achava vencido, subscrevia a todas as condições, aceitava todas as durezas; para logo mentir a todas as promessas, rasgar todos os tratados, com uma franqueza ingénua, uma simplicidade natural que chegavam a espantar a própria Idade Média. Nem brios cavaleirosos, nem sentimentos de família, nem ódios pessoais, nem vinganças estupendas: nenhuma quimera, nenhuma grande ambição, nenhum sentimento poético enchiam a sua cabeça, estreita, e inteiramente ocupada pela ideia fixa de consolidar a sua independência. O predomínio absoluto de uma ideia prática, servida por uma inteligência lúcida, por um

caráter sem grandeza, e por uma valentia provada, tornavam-no invencível, ainda mesmo quando era batido. A sua teima fazia-o semelhante a uma lâmina de aço, um instante vergada por um esforço momentâneo, logo estendida quando livre, e impossível de manter curvada desde que se acha solta. O seu pensamento tinha a tenacidade da mola, e não a rijeza do bronze nem o peso do chumbo. Vivia dentro do seu Portugal como um javardo no seu refoio: assaltado, investia, despedaçando tudo com as fortes presas. Perseguido, fugia. Não tinha a nobreza do leão, nem a astúcia ferina do tigre: possuía apenas a tenacidade brava e bronca do javali. Um fraco apenas lhe notam, embora os atos da sua vida não denunciem que esse defeito o prejudicasse muito: gostava de ser adulado.

Afonso Henriques foi quem verdadeiramente consumou a separação de Portugal, não pelos méritos próprios apenas, mas porque a direção política do reino começou no seu tempo a ser encaminhada pelos factos no sentido de definir de um modo positivo a independência da nação.

Uma parte dos barões da Galiza leonesa, sublevados contra o suserano, acolheu-se em 1137 sob a proteção de Afonso Henriques, prestando-lhe vassalagem, e, assim, de novo se levantou a questão das fronteiras do norte de Portugal. Afonso VII não pudera, nos anos anteriores, descer a rebater as invasões do turbulento vizinho, ocupado como estava a debelar o navarro; agora, porém, tinha já os movimentos livres, e apressou-se a submeter a Galiza. Por seu lado Afonso Henriques era solicitado a defender a fronteira austral, onde os sarracenos tinham vindo numa algara feliz derrocar o castelo de Leiria. É por estes anos que o destino de Portugal se debate entre a Lusitânia e a Galiza, quando a atividade do guerreiro é solicitada, ora do norte contra os leoneses, ora do sul contra os sarracenos. Oscilante ainda e indeciso, breve assistiremos ao definitivo pender da balança no sentido do alargamento das fronteiras austrais.

A simultaneidade do ataque leonês e sarraceno em 1137 obriga Afonso Henriques a curvar a cabeça assinando as pazes de Tui, nas quais desiste das suas pretensões de além Minho, confessando, ao mesmo tempo, vassalagem ao suserano de Leão. *Ut arrundo fragilis ferebatur:* vergara como o canavial o príncipe, a este sopro da fortuna adversa! Desistia de tudo, da ambição e até da independência. Quem se fia, porém, na palavra do pertinaz batalhador? defendido o seu senhorio por norte, não se demora a persistir numa guerra leal mas perigosa. Espera melhor ocasião para a desforra; porque lhe não custa subscrever a um tratado, a que não pensa decerto submeter-se, senão enquanto a força das coisas a isso o violentar. Não assim os fronteiros de nordeste que, apesar das pazes de Tui, continuam a guerra por conta própria, tão frágeis eram ainda os laços que reuniam os vassalos ao conde soberano de Portugal! De Tui, o leonês, subindo pelo vale do Lima através da Galiza portuguesa que assolara, vai encontrar as mesnadas dos ricos homens sublevados nos Arcos de Valdevez. Rezam as tradições de um torneio ou *bufúrdio*[37] em que os cavaleiros inimigos

batalharam por seus exércitos, vencendo os portugueses na estacada, onde numerosos combatentes ficaram mortos, segundo as regras da cavalaria. Apesar de vitoriosos, porém, os portugueses não podiam resistir a Afonso VII, tanto mais que D. Afonso Henriques desistira de continuar uma guerra improfícua.

Que fazia entretanto o príncipe? Tratava da desforra de Leiria; e em 1139 levava a cabo o temerário fossado de Ourique, pagando uma estocada com outra; e preludiando esse duelo de morte, entre Portugal e o Al-Gharb sarraceno, com um golpe que foi, com a rapidez penetrante do raio, ferir o corpo muçulmano quase junto a Chelb ou Silves, o coração da Espanha austral. A esta aventura temerária, mas feliz, ia suceder em curtos anos a empresa mais séria e importante da conquista da linha estratégica do Tejo, facto de um alcance capital, nesse período em que o futuro destino da nação flutuava ainda indeciso entre a Galiza e a Lusitânia.

Desde que o antigo condado portugalense, batido na sua tendência de absorver a Galiza, conquistava a região de entre Mondego e Tejo, chegando a avançar padrastos ameaçadores para o sul, era evidente que um novo Estado se formava; e esse Estado nascia dos atos próprios do conde português, não de concessões ou benefícios do suserano. Esse Estado era pois um reino, uma vez que a esta palavra andava ligada, de um modo mais ou menos definido, a ideia da independência, segundo o direito político dos godos. Foi, portanto, quando o plano de se apossar do sul do reino começou a ocupar o espírito do guerreiro, orgulhoso pela vitória de Ourique, isto é, em 1139 ou 1140 (a erudição não conseguiu determinar a era) que Afonso Henriques tomou para si o título de rei. O caso não era novo, porque por vezes a mãe usara chamar-se rainha de Portugal; dava-se, porém, agora a circunstância de que esse título, embora juridicamente usurpado, o era com tamanho fundamento, que nunca mais deixou de ser o dos soberanos portugueses.

A razão política da independência, evidente hoje para a crítica, não o estava decerto para o rei, a quem as conquistas apenas satisfaziam a ambição, e o título a vaidade. Via-se mais poderoso e grande; mas não tinha decerto a consciência de que isso importasse o primeiro passo no caminho da formação de uma nova nação peninsular. Ferido, tirara do sarraceno uma desforra completa; mas faltava ainda apagar a nódoa de Tui, rasgar esses tratados que ligavam, como vassala, à coroa soberana de Leão, a sua coroa ainda mal assente, o seu reino precário ainda. Uma volta da fortuna podia outra vez precipitá-lo, das eminências onde as suas ambições o erguiam, na humilde condição de conde de Portugal.

Em Valdevez Afonso VII assinara os preliminares de uma paz que os acontecimentos dos anos posteriores não tinham consentido se traduzisse num tratado definitivo; e agora não era já lícito ao leonês exigir, nem ao português aceitar, as duas condições de uma perfeita vassalagem.

O Papado exercia então na Europa uma espécie de suserania espiritual sobre os príncipes cristãos; porque no meio desses guerreiros, bravios e tímidos como selvagens, o sacerdote tinha verdadeiramente o poder de condenar em nome de Deus[38]. Uma excomunhão valia muitas vezes mais do que um exército. Assim, o cardeal Guido, legado do Papa, é quem em 1143 dita em Zamora, onde Afonso Henriques foi ver-se com o imperador (desse título usava Afonso VII) as condições do tratado de paz. O português desiste aí das suas pretensões às fronteiras cedidas por D. Urraca, e Afonso VII por seu turno reconhece a independência do novo reino e o título do seu soberano. Esta soberania e independência não eram, porém, absolutas. Na hierarquia feudal havia graus diversos de suserania e vassalagem correspondente; e os tratados de Zamora alteravam a natureza, mas não quebravam de todo os laços que prendiam Portugal ao corpo da grande monarquia peninsular.

Afonso Henriques ficava sendo um rei, mas o seu reino nem por isso deixava de fazer parte do império da Espanha; nem ele próprio, por tal forma, deixava de ficar numa situação subalterna perante o imperador. Era uma vassalagem política, substituindo a pura vassalagem pessoal do regime anterior. O direito feudal não se oblitera, porém, ainda ao ponto de prescindir de uma obrigação pessoal; e por isso o soberano português continuava a ser vassalo do vizinho, não como soberano, mas como senhor de Astorga, para esse efeito doada a Afonso Henriques[39].

Estas subtilezas propriamente bizantinas, inspiradas pela política eclesiástica que imprimia o seu cunho ao feudalismo, formavam um sistema de enganos recíprocos, de mentiras mais ou menos sinceras, com que se revestiam os atos brutais da força, e os atos pérfidos da astúcia.

Afonso Henriques, *regendi imperii jam bene sciolus*, mestre acabado na arte de enganar e na arte de combater, tinha já formado o seu plano, e por isso subscrevia sem reserva a todas as exigências do tratado. A independência e a soberania que ele lhe dava eram apenas pessoais e vitalícias, e nas ideias aristocráticas a hereditariedade era inseparável do domínio. O seu reino era pois um falso reino, desde que, não havendo no direito político dos godos outra base para a sucessão, além da eletiva, ou Portugal seria por sua morte absorvido no império espanhol, em via de cristalização, ou o filho de Afonso Henriques teria de recomeçar a debater com as armas a questão vital da independência. Os termos do tratado decerto o não iludiam, garantindo-lhe apenas pessoalmente a independência e a soberania; e se da parte do leonês houvera o intento pérfido de o enganar, ele preparava uma lição ao mestre, e tão eloquente como fora cruel a lição que dera ao sarraceno.

Entre os dois litigantes o italiano perspicaz foi provavelmente o conselheiro de ambos. Guido, como o inseto artificioso e cheio de habilidades, teceu a trama. Ao leonês mostraria o modo de iludir o adversário: conceder-lhe

tudo, deixando esse ténue cordão umbilical de Astorga, para no momento oportuno fazer reverter os territórios portugueses ao corpo da monarquia soberana. Voltando-se depois com um sorriso, diria baixo ao português, que o tratado não valia nada de princípio a fim, se ele quisesse seguir-lhe os conselhos. Todas as habilidades do imperador se provariam inúteis: tinha um meio seguro! – Afonso Henriques devia ouvir com atenção tenaz as confidências do cardeal. Havia um direito superior ao direito feudal: era o canónico. Havia um soberano, rei dos reis: o Papa. Por que não seria Afonso Henriques vassalo do Papa? Colocasse os seus reinos sob a suserania papal, e nenhum Imperador das Espanhas ousaria tocar-lhes. Só assim a sua coroa ficaria segura na cabeça, dele e de seus descendentes. A suserania do Papa era de resto infinitamente menos incómoda. Reduzia-se a uma pequena soma de dinheiro. Um nada! Quatro onças de ouro por ano, nem mereciam a pena contar-se diante da independência de facto. Se o rei aceitasse, ele próprio em pessoa redigiria a carta, ele que redigira o tratado; ele próprio seria portador da missiva ao Papa. Se viera a Espanha fazer a paz, iria de Espanha com o coração contente, por ter conquistado mais um vassalo para a Igreja. – E mais um censo anual para o tesouro romano, acrescentaria mentalmente!

Afonso Henriques desde logo aceitou. Pouco lhe importava o censo, porque não tinha sequer a certeza de ser fiel ao pagamento. O cardeal iludia-se, se supunha que o rei tremia das excomunhões: um rei que não havia de hesitar em rasgar as bulas pontificias, e pôr e depor bispos, como bem lhe aprouvesse!

O cardeal partiu levando a carta do rei; e enquanto este ia formando a tenção de suprimir o pagamento do censo, logo que lhe conviesse fazê-lo, o cardeal foi pela viagem ruminando o modo de colher as onças de ouro, sem se inimizar com o leonês. Só anos depois Afonso VII veio a saber como o vizinho e já quase émulo iludira as disposições do tratado de Zamora. Insistindo com o Papa para que recusasse a vassalagem, não o consegue; mas tão-pouco Afonso Henriques consegue aquilo por que pagara o preço de quatro onças de ouro anuais; pois nas piedosas cartas que lhe escreve, como suserano a vassalo, o Papa cuidadosamente evita chamar-lhe *rei* e *reino* a Portugal.

Em vão Afonso Henriques insta e exige. Por fim, já nos derradeiros anos do seu reinado, e à custa do censo anual, Alexandre III decide-se, e sanciona-lhe o título, garantindo-lhe a hereditariedade, sob condição de preito e confirmação outorgada aos seus sucessores.

Portugal, que já a esse tempo tinha uma razão de ser territorial independente da Galiza, achava agora um fundamento jurídico de independência de Leão. A suserania do Papa colocava o novo reino ao abrigo das pretensões da monarquia leonesa; e se Afonso Henriques não saía da condição subalterna de vassalo, porque apenas mudara de protetor ou suserano, o facto é que na mudança ganhava uma liberdade real, esperando o que de facto veio a

conseguir: que a vassalagem se tornasse nominal apenas.

Ainda no tempo do primeiro rei português de novo se ateia a guerra com Leão; mas também um exame superficial dos monumentos históricos para ver que o caráter e as condições dessa nova campanha são totalmente outros. Não é um vassalo rebelde pugnando pela independência: é o choque de duas monarquias que reciprocamente se reconhecem como tais. A série de guerras entre os diversos estados da Península – caminho por onde ela chegou a determinar as condições definitivas das suas constituições políticas – tem na campanha de 1160 um episódio. Afonso Henriques, já rei de facto e de direito, já senhor da linha estratégica de Santarém, e possuindo além disso, como vedetas avançadas para o sul, várias praças do Alentejo, dispunha de forças suficientes para pesar com a sua espada no debate das questões políticas dos Estados peninsulares. Desde que se decidisse a fazê-lo, é natural que a velha ambição das fronteiras dilatadas de norte e nordeste fosse a causa eficiente dos seus atos.

Fernando II de Leão casara com uma filha do rei português, mas nem ao genro nem à filha Afonso Henriques cedia os seus ambiciosos propósitos. Raras vezes a política tomou em consideração os vínculos de família. O rei de Leão usurpara a coroa de Castela, e contava que a esposa lhe trouxesse a aliança do português; porventura teria havido inteligências positivas entre os dois monarcas. Quando com uma livre audácia se rompiam as pazes mais solenes, que admira que se mentisse a convénios ou ajustes privados? Afonso Henriques era, como se sabe, mestre na arte de reinar. O facto é que, logo um ano depois do casamento da infanta, aproveita o momento em que o rei Fernando se achava a braços com a insurreição dos castelhanos para mandar seu filho e herdeiro, Sancho, à batalha de Arganal, onde foi batido (1165). Invadindo em pessoa a Galiza, o rei apossara-se facilmente de Tui e do distrito de Toronho até o Lerez, seguindo daí para leste (1166). Essa nova ocupação portuguesa da Galiza dura até o desastre de Badajoz (1169).

Correndo então ao sul, Afonso Henriques decide-se a consolidar as suas possessões do Alentejo, conquistando Badajoz aos sarracenos. Este ato, porém, era simultaneamente um episódio da guerra com Leão, porque o vali de Badajoz se colocara sob a suserania de Fernando II, e porque a praça ficava para fora dos limites de leste, marcados em Zamora às futuras conquistas do rei de Portugal sobre os muçulmanos.

A cidade caiu sob o ataque do português. Colhidos por surpresa, os defensores encerraram-se na alcáçova, resistindo. Pôs-se o cerco, mas entretanto o rei de Leão, avisado, correu a defender o que era seu; Afonso Henriques foi colhido entre dois inimigos. De sitiante viu-se cercado.

Afinal o temerário capitão caía em poder do adversário, afinal o caçador colhia-o fora do refoio. Debate-se, estrebucha e, ainda vencido, luta desesperado; mas está pesado, velho e gasto. Faltam-lhe as forças para

arremeter como dantes, com a cabeça baixa e as presas ativas, contra a matilha dos lebreus. Tropeça e cai. É colhido. Cumpria-se o anátema: Deus castigava o filho que prendera sua mãe! Prisioneiro, curva-se submisso, recolhendo a cólera e os dentes açulados perante o seu nobre vencedor. Tal nome convém de facto a Fernando II, cuja magnanimidade perdoou as perfídias e ataques do vizinho e sogro. « Restitua o que roubou, guarde o que é seu, e vá em paz!» Cabisbaixo, com o joelho ferido, a coxear, Afonso Henriques parte dali a Santarém, concluir o que lhe resta de vida. Não tem cóleras nem fundas mágoas pela afronta que sofreu: só lamenta a virente Galiza, perdida para todo o sempre.

Como o avarento, em cuja alma e paixão exclusiva absorveu todos os sentimentos e paixões humanas, assim na alma de Afonso Henriques a monotonia da conquista, doença vulgar nos príncipes da Idade Média, atrofiara o desenvolvimento de tudo o mais. Mas, se entre os consócios de uma pátria irmã, se entre os herdeiros de uma história comum, há o amor por essa pátria e a veneração pelos antepassados, nenhum merece na alma dos portugueses respeito maior do que o primeiro de todos aqueles a cujo braço esforçado se deve a obra da constituição política da nação. Neste sentido as manias chegam a ser sublimes. Um salteador é, não raro, um verdadeiro herói; a perfídia é uma virtude, a crueldade é um título de glória, porque o espírito coletivo substitui o critério moral e abstrato pelo critério histórico o qual tem como base a consagração dos factos consumados.

A separação de Portugal foi um facto consumado, graças ao valente, medíocre, tenaz, brutal e pérfido caráter de Afonso Henriques.

## II. A CONQUISTA DE AL-GHARB

Nas suas empresas contra Leão, Afonso Henriques, batido sempre como guerreiro, conseguira desforrar-se dos desbaratos com a astúcia. Das duas faces que apresenta a história da fundação da monarquia, vimos a primeira: resta-nos ver a segunda. Assistimos aos atos do político; vamos assistir agora às fecundas empresas do conquistador.

O príncipe trazia para a guerra as manhas da corte, sem prejudicar a firmeza necessária, a bravura, o sangue-frio e a audácia. Com este conjunto de elementos dava um caráter original à guerra *(novo genere pugnandi)*. Ia de noite, às escondidas, *(furtim),* como um chefe de bandidos, em assalto a algum vilar, fortificado, no pendor de uma serra distante *(quasi per latrocinium)*. Assim investiu e tomou Santarém. « Assim conquistou a maior parte dos castelos das províncias de Belatha e El-Kassr, este inimigo de Deus!» diz o cronista árabe. O ponto de ataque era de antemão escolhido. Por uma noite escura e tempestuosa punha-se a caminho com um troço de homens resolutos: dir-se-ia uma quadrilha de salteadores. Galgavam rapidamente as distâncias e chegados ao destino, apeavam-se, aproximando-se caladamente dos muros. Afonso Henriques, encostado à escada, era o primeiro a subir com o punhal preso entre os dentes. Parava, escutava, com o olhar agudo, a respiração suspensa: afinal pousava ansioso o pé entre as ameias, e, apertando o punhal nas mãos, cosia-se com os muros. Na sombra não o distinguiam. Caía como um falcão sobre a sentinela, e apunhalava-a antes que ela pudesse tugir um grito. Entretanto os companheiros iam subindo. O bando reunia-se na esplanada, armado e resoluto, e ao grito de « Santiago!» caía sobre a guarnição adormecida e trucidava-a. « Tal foi o modo por que este inimigo de Deus tomou a maior parte dos castelos das províncias de Belatha e Al-Kassr!»

Havia porém ainda outra maneira de guerrear cuja invenção não pertence a Afonso Henriques: era o sistema de algaras, fossados ou correrias, através dos extensos territórios fronteiros. De um lado e de outro, numa zona mais ou menos larga, conforme o ordenavam a constituição geográfica e a estratégica, desdobravam-se as charnecas periodicamente assoladas. Aqui e além, apertadas em cintos de muralhas, ficavam as povoações, em cuja volta, como oásis, apareciam malhas de terrenos agricultados. Confiar ao nervo e à velocidade dos cavalos o transpor as passagens perigosas desses desertos onde as surtidas dos castelos podiam cortar a retirada, e cair impetuosamente sobre as searas, incendiando-as, sobre os rebanhos, roubando-os, sobre os tardívagos, matando-os; talando os campos, cortando as árvores, incendiando as casas, e voltando rapidamente com as presas feitas: tal era o processo igualmente seguido por cristãos e sarracenos; reduzido já a um sistema de invasões anuais na época das colheitas e contado como principal recurso financeiro da rude economia do tempo.

Se a tomada de Santarém (1147) é um tipo da primeira espécie, a batalha de Ourique, ou Orik (1139), é o tipo da segunda. A fortuna acendia a audácia de Afonso Henriques, que levou o fossado por entre as fortes posições de Santarém e Alcácer, deixando Palmela, Sintra e Lisboa na retaguarda: atravessando o Tejo, para ir talar os campos de Chelb ou Silves, empório sarraceno da Espanha lusitana. Poucas vezes, porém, um fossado era apenas uma correria e um saque. As guarnições dos castelos passavam sinal, combinavam surtidas; e o episódio de uma batalha acompanhava quase sempre a obra de depredação. A batalha de Ourique, qualquer que tivesse sido a importância numérica dos combatentes, deu a Afonso Henriques uma vitória que o encheu de ânimo para entrar em campanhas mais regulares e fecundas.

Os primeiros nove anos do governo do príncipe tinham sido absorvidos pelas questões leonesas, quando em 1137 uma invasão sarracena veio destruir Leiria, que ele erguera para defender Coimbra das súbitas investidas dos inimigos. Ourique desforrou-o do desastre, que o rei por outro lado remediava reconstruindo o castelo, então fronteiro do extremo sul dos seus Estados. Mas logo o muçulmano responde, voltando como uma onda que, alastrando o território cristão, vai rolando até os altos de Trancoso, deixando pela segunda vez derrubadas as muralhas de Leiria. Afonso Henriques consegue dominar a invasão, que retrocede ao abrigo da linha do Tejo; e retribui logo a visita com uma tentativa frustrada sobre Lisboa. Depois, aliado ao vali de Mértola contra o de Santarém, vai assolar os distritos de Mérida e Beja. Nos intervalos destas correrias, o rei ferira as batalhas do tratado de Zamora, e ganhara a vitória que lhe preparou o cardeal Guido.

O período de dez anos que está entre 1137 e 1147 oferece nestas guerras o aspeto de um movimento que oscila, como um pêndulo suspenso de um ponto que é Lisboa: invasões sarracenas para o norte, portuguesas para o sul do Tejo, instabilidade de resultado de ambas. O eixo deste movimento era evidentemente Lisboa e o sistema das suas linhas de defesa – Sintra-Almada-Palmela-Santarém. A conquista da linha do Tejo tornava-se a condição indeclinável, não já do alargamento, mas até da conservação da monarquia de Afonso Henriques.

Demasiado, porém, sabia ele que os recursos militares de que dispunha, se chegavam para os fossados anuais, se bastavam para conquistar quasi *per latrocinium* os castelos isolados, eram demasiado escassos para tentar empresa tão vasta como a da conquista do sistema de fortalezas que formavam o núcleo defensivo do centro do que foi depois o reino português. Na tentativa frustrada que fizera sobre Lisboa em 1140 fora ajudado por uma esquadra de Cruzados. As suas esperanças estribavam-se num auxílio dessa ordem: até porque, sem forças navais para entrar no Tejo – ainda então não havia marinha militar – seria absurdo tentar a empresa.

Entretanto, sete anos iam passados depois dessa primeira aparição dos Cruzados, sem que outros viessem proporcionar-lhe ocasião para realizar os seus desígnios. Impaciente, orgulhoso ainda com o resultado da correria de Beja (1145), seguro do lado de Leão pelas pazes de Zamora, forte pela confirmação do seu título, confiado na proteção papal – o sangue pula-lhe nas veias, e decide tornar Santarém (1147), à sua moda, isto é, por surpresa. Pela calada da noite apareceu à raiz das muralhas da vila. Puseram-se escadas. Subiu um furtivamente e abafou uma *vela* (sentinela); depois subiu outro, depois terceiro, « e depois que todos três foram em cima do muro, a vela que estava em cima do caramanchão, quando sentiu Mem Moniz que se ia alongando, disse-lhe: « Manahu!» e ele respondeu-lhe em aravia e fê-lo descer, e logo que foi em baixo cortou-lhe a cabeça e deitou-a aos de fora. E então eles puseram outra escada e subiram por ambas o mais toste que puderam, e foram tantos que se apoderaram do muro e britaram as portas por onde entraram el-rei e os que com ele foram. E desta guisa foi furtada a vila de Santarém aos mouros» . O resultado correspondeu pois ao plano, e quem sabe se a temeridade teria arrastado o rei a prosseguir do mesmo modo contra Lisboa? Não foi, porém, necessário. Esse ano vieram os Cruzados por quem suspirava, e com eles meteu ombros à empresa.

A guerra toma deste então um caráter regular de cercos e campanhas. Os meios correspondem aos propósitos, e estes à ideia da nação que começa a definir-se.

A tomada de Lisboa lavra a ata do nascimento da nação portuguesa, até aí envolvida nos limbos da geração. O cerco afigura-se-nos como o concílio internacional, uma espécie de congresso guerreiro, em que a Europa batiza o recém-vindo à luz da história. Criado pelos atos geradores da vontade de um homem, abrigado pela égide da Igreja, Portugal tem a existência confirmada pela sanção dos exércitos cruzados da Europa. O caráter cosmopolita da sua vida futura, da sua ulterior fisionomia política, parece ter-lhe sido desde logo imposto, como um batismo, quando, em frente dessa piscina do Tejo, onde fundeiam duzentas naus coroadas pelos pavilhões de tantas nações da Europa, se estende o cordão do exército de flamengos, lotaríngios, alemães e ingleses.

As colunas dos cavaleiros cruzados combatem ao lado das mesnadas dos barões portugueses, estendendo-se em meia lua, a investir o morro de Lisboa; e com as pontas apoiadas contra o rio, formam metade do cinto que a armada, fundeada no Tejo, encerra. Com os francos e ingleses, colossais de estatura, rubros de sangue, hercúleos de músculos, vêm italianos sagazes, mestres consumados na arte das minas ou sapas. Sobre os navios e do lado da terra a arte acorre em auxílio da força. Os ingleses montavam as suas manganelas ou catapultas, os francos as suas torres; e Afonso Henriques pasmava desses maravilhosos instrumentos diante dos quais a escada e o punhal do salteador noturno pareciam miseráveis. Acaso a comparação ofendia a sua opinião, bem

fundada, de atrevido; acaso achava mais rápido e simples confiar o resultado aos seus expedientes favoritos de condor: o facto é que decidiu começar um assalto. Foi no dia 3 de agosto que pela primeira vez ribombou a trovoada dos golpes dos moganons, o estridente sibilar das setas despedidas do alto das torres, e das pedras soltas das fundas[40], o clamor apocalíptico dos combatentes, erguendo um coro de imprecações ferozes proferidas nas mais desvairadas línguas. À tormenta dos sons respondiam os relâmpagos do pez, do azeite, da estopa incendiada, que os muros de Lisboa vomitavam sobre os assaltantes ajudando o sol que, iluminando a cena, congestionava as cabeças dos filhos da álgida Germânia, da Britânia ou da Francónia. Às ondas de lume, ao lume do sol, veio juntar-se um novo clarão de chamas e de grossas voltas de fumo negro que subia cravejado de centelhas a perder-se no ar: as torres ardiam! O assalto era repelido; a tentativa falhara.

Começou o cerco. Em poucos dias a voracidade feroz dos homens louros do norte destruiu quanto havia em torno de Lisboa: hortas e pomares, vilas, casais e granjas. Dentro da cidade escasseavam os mantimentos, e bandos de soldados fugiam com fome: do alto dos muros, os que ficavam perseguiam-nos com surriadas e pedras. Os gastadores minavam, atulhando a sapa com lenha cortada nos arredores; no dia decisivo, o fogo, consumindo esses transitórios esteios, roubaria a base às muralhas. Os italianos construíam uma grande torre, que ficou terminada em meados de outubro, quando a resistência de Lisboa tocava o extremo. Queimaram-se os robles da sapa, assestaram-se os tiros, prepararam-se as colunas de soldados, e deu-se o assalto, logo que se ouviu o estrondo de um pano inteiro das muralhas que se derrocavam do lado do oriente.

Lisboa capitulou. Os Cruzados cevaram o amor de ouro, da prata, e das mulheres formosas, *(auri et argenti et pulcherrimarum foeminarum voluptas)* que os levava à Síria; e Afonso Henriques tomou posse da cidade. As fortalezas satélites de Lisboa não podiam resistir: Sintra, Palmela e Almada caíram em curto espaço nas mãos dos vencedores.

A base geográfico-marítima de Portugal estava ganha para não mais se perder; e se o rei fora o autor do facto da separação, era o rei quem todos os dias ia adiantando a obra de uma independência positiva e formal. Lisboa não valia menos, para tal fim, do que a proteção de Roma.

Esses dias de Zamora e de Lisboa (1143 e 47) marcaram o apogeu do reinado do primeiro monarca português. Batido em Badajoz pelo genro leonês (1169), foi-o também nas suas novas conquistas, pelo sarraceno (1167-71). Afonso Henriques não era já o mesmo homem: a idade quebrara-lhe o vigor de outros anos; e o perdão de Badajoz e as armadas dos Cruzados deviam ter quebrado também a cega confiança que punha nos seus recursos e habilidades. Via que no coração dos homens podia haver mais do que ambição e manha; e na arte da guerra processos mais valiosos do que a escada e o punhal, a *razzia* e o assalto noturno. Tais observações, acompanhadas pela ferida do joelho que o

conservava tolhido, roíam o velho capitão no seu antro de Santarém (1171).

O entusiasmo da tomada de Lisboa tinha-o impelido a prosseguir, aproveitando a comoção triste dos vencidos e o aparecimento de novas frotas que agora, cristã Lisboa, demandavam o Tejo, para refrescar, nas suas viagens para a Palestina.

Al-Kassr, ou Alcácer do Sal, era, para além de Lisboa, o centro estratégico da linha de defesa do Alentejo, que guardava Chelb ou Silves. Logo depois de rendida Palmela, Afonso Henriques, confiando demasiado nas próprias forças, investira, só e ao modo antigo, o castelo de Alcácer, mas fora cruelmente vencido (1151). Anos depois, vale-se do auxílio de uma frota inglesa, sem conseguir render a desejada praça (1157), que afinal cai perante o ataque combinado das forças portuguesas e aliadas da Cruzada de 1158. Évora e Beja cedem também por essa ocasião; e dir-se-ia que Silves, desguarnecida da sua linha de fortaleza fronteiras, ia cair rapidamente nas mãos do afortunado príncipe.

Não era, porém, assim. Essas sucessivas conquistas das praças do Alentejo não tinham a importância decisiva que tivera a de Lisboa. Levantadas como pontas de rocha isoladas, no meio dos vastos campos desolados, as praças do Alentejo ofereciam aos guerreiros abundantes presas; e por isto os Cruzados de tão boa vontade paravam aqui, a preludiar na Espanha o programa feito para a Síria. Saqueadas, incendiadas, porém, ou arrasadas, o seu valor para o reino era por certo lado pequeno ou nulo. O rei não dispunha de forças bastantes para guarnecer tão numerosos castelos e tão dilatadas fronteiras. Já para conseguir manter a linha do Tejo, tivera de doar às ordens monástico-militares estrangeiras (Hospital, Templo, Santiago) as praças raianas de Tomar, de Palmela, de Leiria. Os territórios despovoados e nus não vinham aumentar-lhe o número de soldados, nem a riqueza. Para que isso sucedesse era mister que a paz e o tempo fomentassem o desenvolvimento natural das forças económicas. Assim, desde que as armadas dos Cruzados, abarrotadas de presas, largavam a baía do Tejo, Afonso Henriques, tornando a achar-se a sós com os seus recursos militares, era forçado a abandonar as conquistas avançadas do Alentejo. Anos havia, tomara e deixara Beja; e agora (1158), das praças conquistadas, apenas guarnecia e conservava Alcácer.

Estas campanhas do Alentejo estão perante Silves como, antes, as da Estremadura perante Lisboa: enquanto o sarraceno pisar o Algarve, serão precárias todas as conquistas neste largo trato de terreno devastado, que não poderá nutrir-se e prosperar enquanto não estiver ao abrigo das invasões. Por que não foi Afonso Henriques cair diretamente sobre Silves, aproveitando-se de alguma esquadra de Cruzados, em vez de consumir as suas forças na empresa estéril das correrias, conquistas e saques das praças do Alentejo? Porque evidentemente lhe faltava a larga vista das águias dominadoras, tendo só o que é

comum a todas as aves de rapina: o ataque fulminante, e a garra cheia de força e tenacidade.

Depois de saquearem Alcácer, os Cruzados tinham partido; e a notícia dos sucessivos desastres dos últimos onze anos decidira os almuadens[41] a tratar seriamente de pôr cobro aos progressos de Afonso Henriques. Invadem o Alentejo; e junto de Alcácer, seis mil portugueses mortos, o exército desbaratado, decidem a perda de todo o Alentejo (1161), pondo em perigo Lisboa. Os sarracenos chegaram a tomar Palmela e Almada, mas julgaram prudente abandonar esses pontos destacados na península de entre o Tejo e Sado. Desde que outras empresas obrigaram a retirar o exército almuade depois de fortificar Alcácer, já Afonso Henriques e os seus discípulos em aventuras podiam à vontade recomeçar as correrias e assaltos. Efetivamente, em 1162, um troço de burgueses toma Beja por surpresa; e em 1166 um bando de salteadores, com Geraldo à frente, de escada ao ombro, punhal nos dentes, entra uma noite em Évora, que saqueia e atulha de cadáveres. Eram portugueses? Eram sarracenos? Eram de uns e de outros; eram uma das muitas companhias de bandidos que batalhavam por conta própria, sem noção de pátria a que pertencessem, nem de religião que seguissem. Tinham por culto apenas a ladroagem, e adoravam o deus do estupro, do saque, da matança. Eram de todas as nações; e falavam uma algaravia moçárabe nos cristãos, *most'*latina nos muçulmanos – uma língua franca.

Afonso Henriques não podia sossegar vendo essas façanhas. Ei-lo outra vez a cavalo, Alentejo em fora, a correr charnecas e arremeter cidades: Moura, Serpa, Alconchel, e, internando-se pela Estremadura espanhola, Cáceres e Tordjala, ou Truxilho (1166). Essa era a sua paixão, o seu furor. Que importa, se, apenas voltava costas, logo se erguia de novo a bandeira muçulmana nas muralhas que escalara à traição? Ele também voltaria, no verão seguinte, a repetir a façanha. E assim, por falta do génio militar do conquistador, as cenas repetiam-se, os castelos passavam sucessivamente de mão em mão, e portugueses e sarracenos apenas podiam chamar seu ao terreno que atualmente pisavam. Se as forças próprias do português lhe não consentiam outra coisa; se, sem o auxílio dos Cruzados, não podia abalançar-se à empresa de Silves, melhor fora sacrificar a paixão ao interesse próprio, consolidando o domínio, do que pôr em perigo Portugal cistagano, por consumir de um modo estéril as forças militares do novo reino nas correrias transtaganas. O rude capitão não tinha porém inteligência para tanto: a correria arrastava-o, a presa seduzia-o, e a guerra governava-o a ele, em vez de ser ele quem governava a guerra. Sem plano fixo, à toa, à aventura, internara-se até Truxilho e queria tomar Badajoz, invadindo territórios que, apesar de sarracenos, eram vassalos do vizinho monarca de Leão. A sua loucura teve a sorte de todas as loucuras; e já o vimos coxeando e duplamente ferido, no joelho e nos brios, caminhar a esconder a sua

vergonha em Santarém (1169).

O desastre de Badajoz devia ter soado por todo o Al-Gharb, onde as correrias e façanhas do bando de Afonso Henriques espalhavam a angústia e o terror; e o muçulmano, inimigo por pátria e religião, não devia ao bulhento príncipe a generosidade magnânima do genro leonês. Um novo e poderoso exército transpõe o Tejo, e vem cercar o ferido em Santarém (1171). Acode-lhe Fernando II que, como verdadeiro rei, sabia calar os ressentimentos pessoais, diante de um perigo comum para todos os príncipes cristãos da Península. Duas vezes salvo pelo genro que o vencera; humilhado, abatido, ferido e velho, Afonso Henriques já não é o irrequieto soldado de outros tempos. Santarém, que ganhara por esforço próprio, escalando os muros, era o seu túmulo. Aí num leito gemia dores de muitas espécies: todo o Alentejo estava perdido; e agora (1184) Iúçufe, o grande emir de Marrocos, vinha em pessoa, dirigindo o exército, cercá-lo outra vez. Acudiria o genro outra vez a salvá-lo? Cinco anos havia que o exército muçulmano passeava triunfante pelos seus reinos. Não pudera entrar em Abrantes, mas tinha destruído Coruche, que era para a defesa de Lisboa e da linha do Tejo, como fora Leiria para Coimbra e para a linha do Mondego. Évora apenas resistira às invasões, que tinham levado Alcácer e Serpa, Beja, Moura, Juromenha e todo o Alentejo (1179-82). Como o javali, encerrado no covil e perdido, o guerreiro contava as horas, e antecipadamente sentia o penetrar das lanças nas suas carnes abatidas pela idade, e o quebrar dos seus ossos tão rijos ainda, mas mal governados pelos tendões flácidos. Chorava; talvez se arrependesse dos seus erros. Feliz porém mais uma vez, os acasos imprevistos concorriam para o salvar. A magnanimidade do genro devera o não ter ido acabar nalguma masmorra escondida nas montanhas das Astúrias; e a esta circunstância, verdadeiramente excecional, de um príncipe generoso, deverá também o salvar-se do primeiro cerco. Em vez de Fernando, que não acudiu agora, veio em seu auxílio a sorte, que matou o emir de Marrocos, e espalhou uma peste no meio do exército almuade.

Levantou-se o cerco, Afonso Henriques pôde respirar ainda livre os últimos anos da sua já acabada vida.

O pensamento que ele não soubera ou não pudera realizar, coube ao filho e herdeiro pôr em prática. O modo sério de conquistar o Alentejo era ir com os Cruzados, por mar, investir Silves.

Logo que Sancho I herdou o reino, e desde que apareceu no Tejo a primeira armada, decidiu-se levar a cabo a empresa. Já então havia uma frota portuguesa; e se à constituição geográfica do corpo da nação faltava a metade meridional, o coração, Lisboa, pulsava já independente e vivo; os navios da primeira expedição do Algarve são disso a prova. Abria-se afora uma segunda época; e, ou filha do génio do monarca, ou proveniente da expansão natural das forças nacionais, ou resultado das duas causas combinadas, o facto é que,

entrados numa segunda idade, respiramos um ar diverso, observamos um tipo diferente e uma nova fisionomia da nação.

Consolidam-se as conquistas, povoam-se e fortificam-se as vilas, começa a esboçar-se a administração, abandona-se a guerra de escada e punhal. Há um pensamento na política e uma ideia nas campanhas. Sancho I é já um rei: Afonso Henriques fora como um bandido, à imitação de Pelaio.

O distrito de Chenchir ou Al-Faghar – assim os árabes denominavam o nosso moderno Algarve – era o que é hoje ainda: um jardim estendido sobre a costa, e apoiado contra um muro de serras que o defendem dos ventos do norte. A guerra não conseguira mirrá-lo, como sucedeu à costa da Berbéria, fronteira. Retalho da África, cindido pelo mar do Calpe, no Algarve tinham os árabes achado um pedaço da sua pátria. O clima, a flora, não eram bem europeus; e quem, nos fins do XII século, visitasse Silves, ou Chelb, dir-se-ia transportado a uma cidade oriental. De entre as várias raças que tinham vindo à Península, foram os árabes do Iémen que principalmente a povoaram. Chelb ao sul, Hayrun (Faro) mais ao norte, eram as duas cidades principais do Al-Faghar; mas a primeira excedia em muito a segunda. Contava cerca de trinta mil habitantes, era opulenta em tesouros e formosa em construções. Davam-lhe a primazia entre as cidades da Espanha árabe. Vestida de palácios coroados pelos terraços de mármore, cortada de ruas com bazares recheados de preciosidades orientais, cercada de pomares viçosos e jardins, Chelb era a pérola de Chenchir, onde os pródigos da Mauritânia vinham gozar com as mulheres formosas, de puro sangue árabe, os seus ócios luxuosos. Era ao mesmo tempo uma praça temivelmente fortificada.

Quando pela primeira vez as armadas combinadas, dos portugueses e dos Cruzados, apareceram na costa de Al-Faghar, Chelb intimidou os guerreiros frísios e dinamarqueses, a ponto de lhes dominar a avidez com que namoravam uma presa de tamanho quilate. Não se atreveram a atacar, limitando-se a tomar Albur (Alvor), e retirando com um saque abundante.

Para os Cruzados, homens louros do norte que, sob a ingenuidade azul dos olhos, escondem uma crueldade fria e prática e um desvairado apetite dos gozos vedados aos climas setentrionais, a empresa de Chelb tinha o valor da riqueza a roubar, das belas mulheres, desse Oriente misterioso e sedutor, a gozar sobre os leitos de sedas da Índia ou nos fofos tapetes da Pérsia. Eram voluptuosidades que antegostavam; calculando ao mesmo tempo os tesouros de pedrarias, os marfins, os estofos preciosos, a mirra, o incenso, os metais reluzentes, com que voltariam às suas agrestes serras, às suas costas álgidas, deslumbrar as noites veladas à luz baça da candeia, de azeite de foca. Positivos e práticos ao mesmo tempo, mediam bem o impossível da aventura, e por isso preferiram à temeridade de atacar Chelb, a modéstia de saquear Albur. Bastava-lhes o que levavam.

Não sucedia outro tanto a Sancho I. A conquista do Al-Faghar tinha para ele um alcance maior. E os portugueses, mais familiarizados com as seduções dos costumes árabes, menos sensíveis às tentações da carne, mais abertos aos arrebatamentos da paixão, como todos os homens do sul, tinham um propósito mais firme e intenções diversas.

Logo depois da primeira tentativa frustrada no propósito essencial, apareceu no Tejo uma segunda e mais poderosa armada de guerreiros do norte. Decidiu-se então a conquista de Silves. Sancho e as tropas portuguesas iriam por terra, através do Alentejo, investir a cidade pelo norte, cortando os socorros de Alcácer e das demais praças transtaganas; enquanto as armadas combinadas iriam por mar e, subindo a ria de Silves, poriam o cerco pelo sul, apoiando-se nos navios.

Silves, colocada numa eminência e defendida por fortes muralhas, em cujo recinto, no coração da cidade, se erguia a almedina ou *alkassba*, estava ligada a uma torre albarrã por uma couraça. A torre conquistá-la seria, portanto, o prelúdio do cerco. Desembaraçados, começaram por assolar os arrabaldes, destruindo quintas e casais, trucidando os tardívagos, incendiando e roubando, segundo a regra invariavelmente seguida nestas empresas. Quando em torno dos mouros não havia mais do que destroços, ruínas e cinzas, atacaram a torre albarrã. Foi em 21 de julho de 1189 esta primeira tentativa frustrada. Em 29 chegou por terra el-rei Sancho cerrou-se o cerco, e prepararam-se os meios do ataque decisivo. Os sitiados, no desespero, açulavam o furor e a cobiça dos inimigos com insultos e crueldades. Nas ameias da torre albarrã penduravam pelos pés os prisioneiros cristãos; e ali, em frente do exército, como exemplo e ameaça, matavam-nos às lançadas. Era ardente o furor, incansável o trabalho. Estavam preparadas e prontas as máquinas de guerra: começavam os assaltos. Os alemães tinham montado um vaivém coberto, cujas pontas de ferro trabalhavam impunemente na derrocada dos muros; era a origa dos gregos, a testudo de Vitrúvio, o *ericius* das guerras dos romanos, em português ouriço – uma catapulta couraçada contra as massas de estopa a arder em azeite que sobre ela os defensores vazavam. Muitas torres, numerosos trons batiam os muros e levantavam os sitiadores à altura das ameias. A albarrã caiu por fim, entulhou-se a cisterna. As fontes dos pátios ajardinados de Chelb deixaram de correr, e a sede veio auxiliar as máquinas e as armas dos cristãos. Os muçulmanos, fortificados na almedina, resistiam, contudo.

O cerco entrava desde esse momento numa fase nova. Os assaltos repetiam-se, infrutíferos, e a *alkassba* parecia intomável. Socorreram-se às artes dos mineiros de Itália; mas os árabes eram igualmente mestres na engenharia. As galerias subterrâneas cruzavam-se, encontravam-se, rompiam-se. Fatigados de pelejar em vão, à luz de um sol abrasador, transferiram os combates para o coração da terra. Os gastadores eram soldados, e rijas batalhas ecoaram nessas

galerias. A lenha acumulada ardia presa do fogo; e à luz das chamas, buscavam-se, um a um, os inimigos, ferozes como tigres, punhal ou alfanje em punho, e estrangulavam-se, despedaçavam-se, como feras. O crepitar do fogo acompanhava as imprecações roucas, e nos olhos havia mais chamas do que nos montes de troncos e ramos incendiados. O sangue corria dando à lama das galerias subterrâneas a cor do barro com que em tempos mais felizes os árabes ladrilhavam os seus eirados alegres e os seus pátios ajardinados.

A fúria dos combatentes era excitada pelos calores da sede. Os sitiados ardiam em febres. Viam-se nus estendidos sobre as lajes das ruas, sobre os ladrilhos das casas, para refrescar a pele, comiam o barro do chão. Estorciam-se, desesperados, e morriam pelas esquinas. As ruas deixavam apodrecer os cadáveres, e as mães enjeitavam os filhos, quebrando-lhes os crânios tenros contra as umbreiras das portas.

Nos sitiantes a fúria era outra. Durava já um mês o cerco, e não fora para tão demorada campanha que os Cruzados tinham vindo. A *alkassba* não caía! Os perros muçulmanos não se rendiam! Entretanto eles, Cruzados, iam morrendo de feridas, de insolações; e o despojo prometido não chegava. Não podiam perder assim o seu tempo. Isto diziam uns; outros não queriam abandonar o trabalho gasto, e despedir-se de uma presa meio conquistada. Sancho I, desanimado, pensou em retirar. Então rebentaram as iras; porque a segunda opinião vencera no ânimo dos Cruzados. Quase chegaram às mãos, os portugueses e os homens louros do norte. Finalmente a *alkassba* rendeu-se nos primeiros dias de setembro; mas isso deu lugar a novas rixas. O rei queria uma cidade, e não um despojo. Os Cruzados queriam o contrário. Sancho ofereceu pagar-lhes o valor da presa; os Cruzados recusaram. Havia uma coisa que o rei não podia pagar com ouro: era o delírio do saque, a orgia das matanças e dos estupros. Esses ferozes caçadores de mouros queriam retoiçar-se pelo interior das alcovas misteriosas, e enterrar os braços nas arcas dos tesoiros, ensopar em sangue as almofadas macias sobre que iam abraçar as morenas filhas do Iémen.

Cevados, partiram logo. Sancho pedia-lhes que acabassem a empresa, tomando Hayrun. Recusaram; não queriam arriscar os lucros, e estavam túrgidos de gozo. Só ambicionavam tornar à pátria, para contar os seus feitos, e depor aos pés das louras e ingénuas donzelas do norte, de suas noivas e de suas filhas, os colares, os brincos, as manilhas de ouro arrendado, que tinham roubado nos leitos, com a honra e a vida, às filhas de Mafoma.

Sancho I, não podendo seduzi-los, nem convencê-los, desistiu da empresa; e deixando Silves guarnecida, e ocupado o oeste do Algarve, retirou para o norte. A fim de consolidar a conquista, tomou Beja. Mas, enquanto o velho Faro se conservava em poder do sarraceno, não devia o rei português considerar seu o Al-Faghar.

Efetivamente durou pouco o primeiro domínio português no extremo

sul do reino. Quando o filho de Iúçufe, Iacube, chegou a socorrer Chelb, já a cidade estava perdida; e ele não soube ou não pôde retomá-la. Vingou-se irrompendo pelo reino; e, galgando o Tejo, assolou a Estremadura toda, pondo cerco a Tomar. Tão-pouco soube ou pôde vencer, e retirou-se; mas para voltar no ano seguinte. Então Silves caiu de novo em poder do sarraceno (1191) que, vitorioso, tomou Beja, e na sua *gaswat fulminante*, veio ameaçar Lisboa, desde os muros de Almada, conquistada.

Portugal recuava outra vez aos limites do Tejo; porém Silves, embora perdida, indicava o futuro inevitável deste longo e mortífero duelo. O rei ocupava-se em consolidar os seus Estados, povoando e organizando a administração. Na impossibilidade de levar a cabo a conquista do Al-Faghar, enfraquecido militarmente o reino pelas correrias, desiludido sobre o eficácia do auxílio dos Cruzados, abandonou com razão o sistema das algaras e surpresas, com que, sem conseguir manter-se um domínio estável, se extenuavam as forças vivas da nação. O seu governo sábio preparou as decisivas empresas posteriores.

A primeira dessas foi a tomada de Alcácer em 1217. No tempo de Afonso II já os portugueses se tinham achado na batalha das Navas de Tolosa (1212), em que os príncipes cristãos da Península tomando uma cruel desforra do desastre de Alarcos deram o último golpe no domínio sarraceno. Afonso II não tinha amor pela guerra. O lado organizador e administrativo do governo de seu pai imprimira-lhe paixões pacíficas. Instigava-o ainda mais a sua avareza natural, e a condição dura em que a fraqueza dos últimos anos de Sancho I o colocara, por ter doado o reino inteiro, tesouros e castelos, aos nobres e ao clero. Afonso II não quis tomar parte da empresa de Alcácer, porque andava ocupado a reivindicar para si o reino.

Kassar-al-Fetah, castelo da porta ou da entrada, se dizia essa chave do Alentejo; e, sem a posse de um tal ponto estratégico, eram vãs as tentativas de consolidação do domínio português ao sul do Tejo. Castelo sobre todos nocivo, chamam-lhe as memórias coevas (*Castrum super omnia castra nocivum,* Gosuini Carmen), porque daí iam anualmente para Marrocos cem prisioneiros cristãos, arrebatados aos territórios fronteiros até Lisboa, nas algaras de todos os anos.

Com o auxílio de uma forte esquadra de Cruzados, Alcácer ficou definitivamente em poder dos cristãos no meado de 1217. Nove anos depois, Sancho II, em quem renascia o espírito guerreiro dos avós, recomeçou a conquista do Algarve, caminhando ao longo da fronteira de leste, vale do Guadiana abaixo, e tomando sucessivamente Elvas, Serpa, Moura, Mértola, Aiamonte, Tavira e Cacela, que os árabes denominavam Hisn-Kastala (1226). As deploráveis pendências que lhe roubaram a coroa não deixaram a Sancho II consumar a conquista do Algarve, que no meado do XIII século cai por fim (1249), obscuramente, em poder do usurpador da coroa fraterna, Afonso III.

Consolidada a separação, constituído geograficamente o país, resta-

nos agora observar os movimentos internos da nação, para vermos como dentro dela se afirma a independência, só plena e cabalmente definida, porém, na crise que pôs termo à dinastia de Borgonha.

III

## III. A MONARQUIA E A JUSTIÇA

« D. Dinis foi um avaro, Afonso IV um homem de juízo, Pedro I um doido com intervalos lúcidos de justiça e economia» . Assim A. Herculano caracteriza os três monarcas, a quem já fora concedido reinar sobre Portugal integralmente constituído, dentro dos limites das suas fronteiras atuais. Mas que eram então um rei e um reino?

Errada ideia formará dessas épocas aquele que não puder desprender-se das impressões resultantes de períodos mais próximos de nós. Foi só desde o XV século que o desenvolvimento das nações peninsulares permitiu aos reis começarem a ter consciência do caráter jurídico-social do seu cargo[42]. Até ao XIV século, os Estados peninsulares, ou – limitando-nos agora ao campo exclusivo das nossas observações – Portugal, não merece propriamente o nome de nação, se a este vocábulo dermos o valor moderno. As comparações ilustram superiormente a história; e em nossos dias temos exemplos de semelhança quase absoluta. Esses principados eslavos, onde a ocupação da Turquia jamais deixou de encontrar resistências, são como foram a Espanha. O Montenegro reproduz as tradições das Astúrias, ninho dos bandidos de Pelaio; a Sérvia ou a Erzegovina, em cujas campinas, avassaladas pelo turco, as quadrilhas dos indómitos montanheses vêm periodicamente fazer as suas razias, são como foi Portugal. A história repete-se ainda na independência final, ganha pela irradiação do foco de resistência invencível.

Regiões fadadas a tal existência não podem ser propriamente nações: não atingiram esse momento de existência coletiva, não saíram dos períodos preparatórios da organização. O processo tem, neste caso, dois graus característicos. Primeiro aparece o bando, depois a família. O rei é o chefe dos bandidos, antes de ser o protetor, o pai, dos seus súbditos. Se a guerra é antes um sistema de rapinas do que uma sucessão de campanhas, a justiça é também uma sucessão de campanhas, a justiça é também mais a expressão arbitrária de um instinto do que a aplicação regular de um princípio. A sociedade que se desenvolve de um modo espontâneo, à lei da natureza, vai sucessivamente definindo as ideias coletivas, à maneira que progride na série das formas evolutivas do seu organismo[43].

A substituição do princípio da justiça – no qual incluímos as relações entre indivíduos, e entre classes e instituições – ao princípio militar, marca o momento da primeira transformação, que é a passagem do organismo do bando para a forma social primitiva: a família nacional, cujo pai ou patriarca é o rei.

A loucura de D. Pedro I vale, portanto, a nosso ver, tanto como o banditismo de Afonso Henriques. Os dois reis são os dois tipos – da guerra e da justiça. Assim como a primeira era selvagem e feroz, assim a segunda é irregular, cheia de caprichos e arbitrária. Mas se Afonso Henriques foi o chefe do bando, D. Pedro I é decerto o pai da família portuguesa.

O seu furor justiceiro não é mais louco do que o furor guerreiro do primeiro rei. Tentámos esboçar a fisionomia dessa época primitiva; buscaremos agora, indo beber à fonte limpa das crónicas mais próximas, acentuar as feições do segundo período. Na guerra não havia regra, nem planos: era uma correria solta. Na justiça não há processos, nem garantias: é o domínio livre do capricho. Mas se, num caso, a bravura engrandecia e a vitória exaltava os atos do bandido, no outro, a retidão dava força, e a proteção paternal coroava as decisões do *kadi*. O rei é o grande juiz da família portuguesa: a sua vontade é lei, as suas sentenças são oráculos[44].

A justiça de Pedro I caracteriza-se, pois, para nós, com o merecimento de um tipo, da mesma forma que a guerra de Afonso Henriques. São também os dois indivíduos simbólicos, por isso mesmo que são como que doidos. As fisionomias dos outros reis esbatem-se mais no fundo do quadro, confundem-se de um modo mais ou menos completo na massa dos sentimentos do povo; e os seus atos acompanham o desenvolvimento das forças e instintos coletivos sem os dominarem de uma forma superior e típica. O leitor perspicaz não esquece que estas apreciações excluem a do merecimento individual das pessoas. Sancho I tem uma bela vida tristemente rematada num torpor de fraqueza. Afonso II tem uma fisionomia comum e antipática, sem nobreza, mas forte e penetrante. Santo II possui muito do seu predecessor em nome. Afonso III destaca-se pela educação francesa, que lhe ensinara a dissimulação, a perfídia, de mãos dadas com o bom senso governativo. Dinis é um avaro; Afonso IV é um homem de juízo, no dizer de Herculano. Todos reunidos, porém, num grupo, formam um corpo de fisionomias indecisas ou comuns: são mais ou menos guerreiros, são pessoalmente melhores ou piores, o que à história importa pouco; são bons ou maus administradores da república, seu património, cuja riqueza fomentam, acompanhando o desenvolvimento natural da sociedade.

No princípio e no fim desta série estão, porém, os dois indivíduos tipos, os dois loucos – um, frenético, brandindo o punhal mortífero; outro, carrancudo e fero, empunhando o látego do algoz e a vara de juiz, ou, risonho e folgazão, dançando e cantando nas ruas no meio da sua família, como um pai.

Pedro I tinha a paixão da justiça; era nele uma mania, como em seu avô o fora a guerra. Não prescindia de julgar todos os delitos. Os criminosos vinham à corte, desde os remotos confins do reino. Quando algum chegava, manietado, e o rei comia, levantava-se pressuroso da mesa, e trocava a vianda pela tortura. Prazia-se em ajudar e dirigir os algozes; indicava os expedientes e processos para obter a confissão dos réus. Nunca abandonava o açoute: enrolado à cinta em viagem, tomava dele, e por suas mãos castigava o facínora que no caminho lhe traziam. Os adúlteros mereciam-lhe um ódio especial: jamais lhes perdoava. D. Pedro tinha um escudeiro, Afonso Madeira, *luitador e trovador de grandes ligeirices,* a quem embora amasse *mais que se deve aqui dizer* o rei

mandou castrar, porque pecou com Catarina Tosse. – O rapaz engrossou e morreu depois da *sua natural door.* Certa mulher era infiel ao marido, que nem por isso se ofendia: ofendeu-se o rei, e mandando-a queimar, respondeu ao esposo desolado que lhe devia alvíssaras pelo ter vingado. Havia um homem casado, com filhos, mas que antes da boda forçara a mulher. Roussou? Morra. Enforcou-o, entre os choros e súplicas da esposa e dos filhos. O seu ódio aos pecados da carne perseguia com furor as alcovetas; e as feiticeiras não lhe mereciam menos cuidados.

Quando o tomavam os ataques da fúria justiceira, a gaguez fazia ainda mais terrível a expressão da sua fisionomia. A fala não lhe deixava traduzir bem as cóleras; e rubro, grosso, agitando látego, num delírio, metia espanto. Os gagos, porém, têm isto de particular: tanto o defeito acrescenta ao horror na fúria, como põe nas horas mansas o quer que é de bonomia quase irónica. Era assim D. Pedro. Caçador tenaz, descansava do ofício de juiz nas corridas do monte, seguido pelos moços com os nebris e falcões *e* pelas matilhas de cães. Então o seu rosto aplacava-se, e era benigno, benfazejo, liberal, folgazão. Foi *grande criador de fidalgos*. Glutão, passava horas esquecidas à mesa, onde a vianda era em grande abastança.

Punir os maus, enfrear os fortes, « querendo fazer graça e mercê ao nosso poboo» era o seu constante desvelo paternal. Nas cortes que reuniu em Elvas (maio de 1361) vê-se pelas respostas aos capítulos dos povos como o seu governo era protetor. Queixavam-se os concelhos de que as casas dos mestres das ordens, dos bispos e priores, dentro das vilas caíam em ruínas; e o rei decide de um apodo simples: *filhem* as nossas justiças aos proprietários o que for necessário para as obras. Filhem mais, para as pôr em granjeio, as herdades e vinhas ermas. Os ricos-homens vêm ao concelho e pousam em casa de mulheres honestas, perdendo-lhes a reputação; pousam nas adegas e nos celeiros de trigo, e fazem deles cavalariças, alega o povo – e o rei ameaça o fidalgo que assim fizer. O clero, isento como estava dos serviços militares da hoste ou do apelido, recusa-se a acudir na hora de um perigo iminente? Que os clérigos acudam com os leigos, diz o rei, quando haja fogo ou inimigos.

Mas o « nosso poboo» às vezes exige demais como uma criança que se sente adorada. Modere-se; o rei é um pai, mas o pai é um juiz, sempre benigno e amorável porém. Quando recusa, não se vê arrogância, apenas uma reserva prudente: « mostrem e declarem aquello em que his vam contra seus foros, graças e mercees que ham e que nos lhas faremos guardar» . Exigir que as meretrizes e barregãs andem estremadas pelo trajo, é querer muito nessa Idade Média prostituta e adúltera, faminta e leprosa, que vive de carnalidades, violências e feitiçarias: « Tragam as suas vestiduras como as poderem aver, porque perderiam muito em os pannos que teem feitos e nos adubos que elles tragem» . Mas quando o povo se queixa do que sofre com os serviços militares,

obrigado o vilão a ter cavalo e armas desde que possui uma certa *quantia* de bens, o rei atende e ordena que não sejam quantiados a nenhum os panos de seu vestir e de sua mulher até dois pares, nem as roupas de suas camas. Sobre a cabeça do povo humilde pesam duas ameaças constantes: o nobre com a sua violência, o judeu com a sua manha. O fidalgo e o onzeneiro são a desgraça da gente, a perdição das filhas e a ruína das searas. Quem nos protegerá senão o rei? Se o judeu onzenar, responde este, «nós o mandaremos matar e lhe tomar quanto houver». Mas ninguém se atreva com ele, a não ser a justiça, que anda sobranceira a todos, a tudo. De uma vez D. Pedro mandou matar dois escudeiros por terem roubado a um judeu; e se também cortou a cabeça a outro, dos bons, de Entre Douro e Minho, por ter partido os arcos de uma cuba de vinho a um pobre lavrador, foi ele o próprio que mandou degolar o sobrinho do alcaide de Lisboa por depenar as barbas a um porteiro. A justiça havia de ser tremenda quando os costumes eram bárbaros, corruptos e ingénuos ao mesmo tempo; quando o incesto, o adultério, o assassinato, o estupro, o roubo, e essa ofensa extravagante da merdimbuca *(stercum in ore),* tão frequente nos forais, acompanham as linhagens das famílias e enchem as páginas das cartas dos concelhos[45]. O juiz não será um algoz, mas é mister que seja um tirano; e o símbolo da justiça não está na balança com o seu fiel sensível, mas antes na espada e no látego, na fúria e no amor, no capricho benevolente e na sanha vingadora de um rei temido como foi D. Pedro.

Assim como a sua justiça era, pois, destituída de majestade, assim o eram as suas folganças. Dir-se-ia um rústico feito rei; e acaso por isso o povo o amava tanto. Não tinha distinções, nem delicadezas, no sentimento, nem no trato. Em tudo era brutal. Se confundia em si o juiz e o algoz, as suas festas eram *kermesses* extravagantes e plebeias. Os instintos aristocráticos e as formas da cortesia nobre, os torneios, as lanças, não tinham nele um amador. Era um democrata, um *tirano* à moda antiga, em cujo espírito encarnara toda a brutalidade popular; por isso mesmo era adorado! Os seus castigos terríveis, passando de boca em boca, faziam-lhe um pedestal de força; e as suas contíguas folganças populares cimentavam essa força com o amor íntimo que nos merece quem tem connosco a irmandade de gostos. O povo via-se rei na pessoa de D. Pedro.

Quando voltava em batéis de Almada para Lisboa, a plebe lisboeta saía a recebê-lo com danças e trebelhos. Desembarcava e ia à frente da turba, dançando ao som das longas (trombetas) como um rei David. Estas folias apaixonavam-no quase tanto como o seu cargo de juiz. Por elas chegava a fazer loucuras. Certas noites, no paço, a insónia perseguia-o: levantava-se, chamava os trombeteiros, mandava acender tochas; e ei-lo pelas ruas, dançando e atroando tudo com os berros das longas. As gentes que dormiam, saíam com espanto às janelas, a ver o que era. Era o rei. Ainda bem! Ainda bem! Que prazer vê-lo

assim tão ledo! – Vestiam-se todos à pressa, desciam ainda tontos de sono; e as ruas, um momento antes silenciosas e negras, brilhavam com as luzes, e tinham o clamor da multidão em vivas e o movimento das danças universais.

Era uma loucura? Seria. A Idade Média é uma vertigem. O povo, aflito pelas misérias do mundo e pelos terrores do céu, vivia num sonho feito de dores positivas e de medos transcendentes: rodopiava num *sabbath.* Deus abençoe o rei que nos defende por sua mão! que vem connosco bailar às noites por essas ruas lúgubres! que persegue os encantadores e feiticeiras! É o nosso justo juiz, o nosso bom pai, o nosso amigo e irmão: adoremo-lo!

Não eram só justiça e festas que o rei lhes dava, era pão. Sábio administrador, juntava grandes tesouros; e esta notícia aumentava, ao medo e ao amor, o respeito por um rei tão bom. A brutalidade e o egoísmo dos costumes medievais traduzia-se amiúde num flagelo terrível – a fome, de que o pobre povo sofria sempre mais ou menos. A fome e as guerras geravam pestes. A primeira metade do século XIV fora uma cadeia de desgraças. « No ano de Senhor, de 1310, diz o livro de Ceiça, foi a pestilência grande e morreram então em dois meses cento e cinquenta religiosos» . Os lázaros eram tantos e tão antigos que D. Dinis deixara-lhes em testamento duas mil libras. Em 1333 houve fome, e os mortos já não cabiam nos adros das igrejas, enterrados aos seis em cada cova. No dia de S. Bartolomeu do ano de 1346, tremera a terra a ponto de os sinos tocarem nas torres, pavorosamente, um dobre de finados, anunciando o acabar do mundo. Depois veio a peste de 48; e em 55, dois anos antes da morte de Afonso IV, foi a seca, havendo outra fome medonha. Da gafaria para a cova, ameaçado por todos, na terra e no céu, o povo infeliz e faminto congregava-se em volta do trono protetor, adorando o rei justiceiro e providente, inimigo das pestes, das guerras, das fomes, e sentia-se rico dos tesouros guardados nas torres do castelo. Além disso, D. Pedro fartava-o. As suas folias não eram só danças e músicas. Quando Afonso Telo foi armado cavaleiro, houve uma quermesse monumental. Durante a vigília de armas, cinco mil tochas iluminavam as ruas, desde S. Domingos até o paço; e o rei, entre as alas de lumes, radioso e bom, na sua gaguez, dançou com o povo a noite inteira. Ao outro dia o Rossio estava coalhado de tendas e montanhas de pão e grandes tinas cheias de vinho. Nas fogueiras, em espetos colossais, assavam-se vacas inteiras. Havia de comer para toda Lisboa. O povo exultava, nesses ágapes da monarquia.

A velha tragédia dos seus amores e da sua rebelião aumentava-lhe ainda as simpatias. O tirano aparecia, justiceiro e bondoso, sobre o fundo de um azul de amores infelizes que encantavam a alma popular. Inês de Castro, a sombra de um anjo, coroava-o de além do túmulo. Mas esta piedosa recordação era, na alma do rei, um espinho que o mordia sem cessar. O seu génio cruel pedia vinganças. Entendeu-se com o vizinho de Castela, e pôde haver às mãos dois dos assassinos. O povo não aprovou o escambo; e o rei muito perdeu de sua

fama, diz o cronista. O castigo dos assassinos foi duro: D. Pedro estava fora de si, as palavras atropelavam-se-lhe na garganta, e não podendo satisfazê-lo as muitas injúrias, desonestas e feias, vingou-se a chicotear os infelizes na cara. A sua cólera atingia a ironia soez. Queria cebola e vinagre, para comer o Coelho em molho de vilão. Por fim mandou que lhes arrancassem, vivos, os corações, a um pelo peito, a outro pelas costas. Gozou-lhes a morte, e acabou vingado.

Pedro I é a viva imagem da Idade Média, política e doméstica. Todos os vícios e todas as virtudes, a fereza e a ingenuidade, os ódios terríveis e as amizades espontâneas, somadas num caráter primitivo onde acaso alguma lepra dos vícios civilizados antigos punha nódoas novas, formavam o caráter desse rei que é verdadeiramente um símbolo. Por isso o povo, vendo-se nele retratado, o adorou.

A política da independência pusera no seio da família portuguesa um membro, cujas arrogâncias e pretensões ameaçavam desnortear o fiel da justiça social. O clero aspirava a usurpar a autoridade à monarquia. Além da força que as tradições jurídicas lhe davam; além da autoridade espiritual e do espectro das bulas de excomunhão, pavor das almas ingenuamente crentes; além do poderio fundado numa riqueza excessiva e na máquina absorvente da mão-morta, poço onde caíam as heranças e legados dos rudes batalhadores arrependidos; além de todas as causas gerais, o clero invocava em Portugal um argumento particular: o rei era vassalo, o Papa suserano. Por tal preço obtivera Afonso Henriques um simulacro de sanção jurídica para a sua rebelião.

A situação do clero católico no seio da primitiva sociedade portuguesa – e das coevas em geral – resulta de um tal concurso de elementos heterogéneos, que nenhuma das faces do sistema dos costumes retrata, melhor do que esta, a confusão caótica desse novo mundo que se formava sobre as ruínas e destroços do antigo. Politicamente, o facto de um poder, superior por ter um fundamento transcendente, estranho ao poder civil, é a primeira causa de conflitos[46]. Perante a Igreja, todos são igualmente súbditos, desde o rei até o ínfimo dos *viliores*. A base religiosa desse poder consolida-se com a força que dá a riqueza. Os barões, crendo de facto na verdade da revelação, e numa outra vida onde hão de ser julgados, têm uma religião feita de medo: e como no fundo são bárbaros, vivem na terra à lei da força, remindo com esmolas e legados, à hora da morte, os longos rosários de crimes. Julgando-se próximos a aparecer perante o supremo juiz, reconhecendo à hora da morte a inutilidade da força e da perfídia perante quem tudo pode e tudo vê, compram o perdão com o fruto das rapinas e dos crimes, e assim formam o alicerce de um poder real, verdadeiro e mundano. Salvos os mortos, os que ficam têm de entender-se com o clero herdeiro; têm de debater por todos os meios a influência e o poder, para outra vez, à hora da morte, repetirem os atos causadores das lutas que lhes encheram a vida. Por tal forma se encerra um círculo vicioso que a política não pode romper, porque a

religião o não consente. Desde que as raças germânicas, avassalando o império antigo, não tinham podido desenvolver a sua independência religiosa e aceitaram o cristianismo, força era que assim fosse, enquanto os dogmas cristãos governassem as consciências.

Neste sentido é perfeitamente legítima a influência do clero; e não o é menos por virtude da autoridade que lhe dá o saber, com efeito já pervertido, mas ainda preponderante, sobre reis e príncipes analfabetos. Legítima a sua influência, historicamente legítima a sua força, o clero, porém, recebia por seu turno a ação reflexa do meio ambiente em que vivia. Era tão avaro, tão feroz, tão bárbaro, tão vicioso, como os seculares; e a sua cultura acrescentava ainda, aos defeitos da brutalidade, os da civilização. As perversidades requintadas, as perfídias subtis tinham nele os melhores mestres; e por sua via entravam no corpo de uma sociedade bárbara. Os sacerdotes eram os educadores políticos dos príncipes, quando não eram os seus declarados adversários. Ensinavam as manhas, a quem apenas sabia cometer os atos brutais. Aos vícios do instinto sabiam juntar as perversidades da inteligência.

Se os príncipes da Igreja influíam de tal modo, a plebe eclesiástica acompanhava as massas no rodopio lúgubre e sanguinário da dança infernal da Idade Média. Os homens da Igreja cometiam todos os crimes. Sacerdotes, habitando os templos e os mosteiros, os seus erros eram outros tantos sacrilégios, pela qualidade dos delinquentes e pela condição do lugar. Roubavam, feriam, matavam, mentiam. Os casados andavam bígamos; os solteiros, publicamente amancebados. Davam o braço às prostitutas, viviam com elas, e desfloravam donzelas. Enjeitavam os filhos, repudiavam as esposas. Além de criminosos, eram indignos. Faziam-se carniceiros em praça pública, matando e degolando as reses, vendendo carnes. Eram jograis, tafuis, bufões. Escondiam a coroa, deixavam crescer o cabelo, e abandonavam o trajo eclesiástico, para mais à solta poderem abandonar-se aos seus desvarios.

E, obrando tais crimes, desvirtuando por tal modo os legítimos privilégios do sacerdócio e da ilustração, não deixavam de reclamar o foro de uma justiça especial. Daí resultava que o rei podia enforcar um réu, por ser secular, e o cúmplice eclesiástico ficava impune. Testemunhas seculares não valiam contra eles, e eclesiásticas não apareciam, porque o vedava a solidariedade da classe. O desvario era tamanho, que havia quem chegasse a ordenar-se, unicamente para cometer crimes impunemente.

Juntem-se estes costumes aos costumes bravios da época; junte-se mais a série de conflitos políticos e económicos, levantados pela condição particular da Igreja; adicione-se a situação especial de vassalo em que Afonso Henriques colocara o trono português – e desde logo se compreenderão os motivos dos longos e pitorescos conflitos da primeira época da história nacional.

A erudição lançou para o campo das lendas os episódios tradicionais

do tempo de Afonso Henriques; mas a história não pode desprezar esses traços pitorescos com que o povo retrata, infiel, mas tipicamente, as tendências e os costumes. Sabe-se a história do bispo negro de Santa Cruz de Coimbra; e os monumentos remotos contam o que Afonso Henriques, se não fez, podia ter feito ao legado que veio de Roma excomungá-lo por se ter levantado contra a mãe, por a ter metido a ferros e não a querer soltar – segundo reza a crónica. Era homem « muy bravo de grande coraçom» o príncipe a quem a rebeldia do clero irritava. Foi esperar o legado ao Vimieiro, chegou-se a ele, travou-lhe do cabeção, sacou da espada e quisera cortar-lhe a cabeça. Os cavaleiros do rei acudiram « Dirão em Roma que sois herege!» O cardeal tremia de medo, o rei de cólera, mas baixou a espada e voltou: « Pois quero que Portugal não seja excomungado em todos os meus dias e que não leveis daqui ouro, nem prata, nem bestas, senão três!» E prosseguia exigindo uma carta de Roma garantindo a posse « disto (Portugal) ca eu o ganhei com esta minha espada» . O sobrinho do cardeal ficaria em reféns: teria a cabeça cortada se a carta não viesse em quatro meses. O cardeal, diz-se, prometeu, anuindo a tudo; e o leitor sabe, pelo modo como lhe contámos os pactos de Zamora, qual é a verdade que esta cena pitoresca exprime. O rei que « em sua mancebia foi muito bravo e esquivo» , prossegue a lenda, feitas as pazes, disse ao cardeal: « Agora vede como sou herege!» E despindo-se, mostrou-lhe as feridas de todo o corpo, contando-lhe as batalhas em que as tinha havido. Resolvida a contenda, satisfeita a cobiça, aplacada a cólera, aparecia depois do guerreiro violento o homem tímido e crente, com a visão do inferno e o terror da excomunhão.

Por isso os prelados de Braga, Coimbra e Porto eram como três reis no reino, cujos limites já para um único provavam escassos. Se as guerras da separação, primeiro, depois a conquista do sul do reino e a deslocação do seu centro para Lisboa, marcam os momentos geográficos decisivos da história da independência, a resolução dos conflitos eclesiásticos e a consolidação do poder monárquico marcam, decerto, o movimento também decisivo dessa história, sob o aspeto mais íntimo e orgânico da justiça social.

Dos três reis mitrados, o do Porto foi o que mais trabalhos deu aos monarcas portugueses. O reinado de D. Sancho I, tão brilhantemente iniciado pela conquista de Silves, e com tanta sabedoria dirigido para a consolidação do centro assolado do país, é dos mais notáveis na história dos conflitos com o clero. O rei era tão irascível como crédulo: acompanhava-o sempre uma feiticeira, diariamente consultada. Não tinha o furor bélico do pai, nem a energia justiceira do neto: parece ter sido um homem comum, mas sério.

Na primeira década do XIII século governava o bispado do Porto, Martinho Rodrigues, homem atrevido, ambicioso, cheio de força e vícios. A autoridade da coroa limitava-se por esses tempos ao velho Porto, hoje o subúrbio de Gaia, e o bispo imperava na cidade. Exações e tiranias, comuns a todos os

senhorios feudais, levaram os burgueses do Porto a rebelar-se contra o bispo, invocando o auxílio que o rei não lhes recusou. Aclamado pelo povo, Sancho I entra na cidade; arrombam-se as portas das igrejas, a turba invade e assola os templos, conspurca os altares; e o bispo fica cinco meses preso no palácio episcopal, até que finge submeter-se às exigências, com o propósito, que realiza, de ir a Roma pedir desforra ao papa. Entretanto o de Coimbra encerrava os templos e negava os serviços religiosos aos fiéis: era esse um dos meios ordinários de combate. Sancho I vai a Coimbra, faz de bispo, obriga os padres, à força, a celebrarem os ofícios divinos, mandando arrancar os olhos aos recalcitrantes.

Voltou afinal (1210) Martinho Rodrigues, de Roma, com bulas de Inocêncio III. O núncio ou legado do papa devia em pessoa lê-las ao rei; porque o chanceler Julião, valendo-se da ignorância do soberano, usava alterar o que lia. Sancho I ouviu com humildade a monitória papal. Estava doente, já fatigado da vida, e na perspetiva da proximidade da viagem para o outro mundo, memorava tudo o que tinha feito, os desacatos e sacrilégios. Os remorsos enchiam de terror o seu ânimo duro, obtuso e bravio. Curvou-se e penitenciou-se. Este era sempre o momento infalível da vitória da Igreja: a superstição entregava-lhe, manietados e submissos, os seus terríveis inimigos, na hora da morte iminente. Sancho I pedia aos monges de Alcobaça que rezassem por sua alma esses lúgubres salmos, que pareciam aos infelizes como um eco das terríveis sinfonias da eternidade. Reclinado no leito da morte, o rei, apavorado, via a face medonha do supremo juiz; e sentia-se já precipitado nos abismos ardentes, no seio das chamas crepitantes, roído, macerado pelos monstros diabólicos, a gritar em dores infernais.

Desistiu de tudo; abandonou à sua miseranda sorte os burgueses fiéis, deu rendas, legados, terras, senhorios. Deu mais até do que possuía! Conseguiria por tal preço obter o perdão? Os padres diziam-lhe que sim, e abençoavam-no prometendo-lhe a salvação. Fora da câmara, onde o rei agonizava (1211), o herdeiro, Afonso II, vulgar e obeso, avarento e incapaz de perceber a situação cruel do pai, ruminava, porém, com o chanceler Gonçalo Mendes, discípulo de Julião, o plano de desforra. Começou por confirmar tudo o que o falecido doara ao clero, porque primeiro tinha que liquidar contas com os irmãos e com o seu partido. Sancho I deixara-lhe metade do reino. Afonso queria-o inteiro para si; e era muito bastante para ver que não podia bater-se ao mesmo tempo com todos os adversários. Faltava no caráter do filho a nobreza do caráter do pai. Nas cortes de 1211 confirma ainda a isenção dos cargos públicos, mas proíbe ao mesmo tempo ao clero a compra de bens de raiz. O de Braga protesta, e Afonso II manda-lhe arrasar os campos, destruir as granjas e confiscar as rendas. Estava outra vez declarada a guerra entre a monarquia e o clero. O rei morre, impenitente, apesar das ameaças das bulas de Honório III.

O segundo Sancho tinha muito do caráter do primeiro: era sinceramente devoto, e na Idade Média a sinceridade implicava certeza de derrota. É verdade que já a esse tempo o terror das excomunhões diminuíra: tão excessivo uso o clero delas tinha feito. Os interditos e a denegação de sepultura em sagrado eram acompanhamento constante de todas as pretensões eclesiásticas. Se, porém, a força das armas canónicas minguara, não tinha diminuído o poderio positivo do clero, que era a classe mais opulenta do reino. O que os bispos exigiam de Sancho era demasiado; e como lhes foi negado, depuseram o bom e valente rei (1245). Em França, o usurpador subscreveu a tudo; sentado no trono, o terceiro Afonso soube defender-se como se defendera o segundo. Trazia de fora a muita experiência, a manha, e a pertinácia consumada que aprendera nas cortes mais polidas da Europa central.

Evidentemente o clero baixa nesta longa e interessante batalha. O fundamento jurídico das suas pretensões vai gradualmente fugindo, à medida que as tradições romanistas e o espírito secular inspiram as ações dos monarcas, primando sobre as máximas do direito canónico. Esta substituição traduz o aclaramento gradual que se dá nas consciências, à maneira que as superstições infantis dessas primeiras e obscuras alvoradas se vão abrindo no dia claro do renascimento da cultura intelectual.

D. Dinis (1279-325) já não é analfabeto, e mede bem o valor da ciência; prova-o a fundação das Escolas. Por outro lado, vê que a principal causa da força do clero está no ultramontanismo, palavra então desconhecida ainda para exprimir a influência e autoridades soberanas dos papas sobre as Igrejas nacionais. Libertar-se dessa perigosa intervenção era o meio de diminuir a gravidade dos conflitos. Acaso a tradição dos concílios da Espanha visigótica influiu para a criação das assembleias de prelados, cujas *concordatas,* registando os foros da Igreja, a subtraíam à influência estrangeira, por tornarem nacional o clero e internas as suas questões. O rei, que assim fomentava a educação e nacionalizava a Igreja, cimentando por outro lado o desenvolvimento económico do país, tinha uma intuição dos carateres modernos das nações. Portugal caminhava de facto, rapidamente, na estrada da sua independência isto é, da sua constituição orgânica. O povo costumou-se a dizer: « El-rei D. Dinis fez tudo o que quis» .

Pedro, o justiceiro, com a sua típica individualidade, conclui de um modo terminante e brusco a velha questão da influência de Roma, quando estabelece o *placito regio:* « nenhumas bulas, nem letras pontifícias serão publicadas em Portugal sem consentimento meu» . Procedia sumariamente; e a sua política, toda pessoal, aclamada com entusiasmo por um povo que o adorava, era a voz indomável da nação que falava por sua boca. A sua loucura era a síntese do pensamento coletivo. Quando o bispo do Porto reagiu, o rei foi lá em pessoa, diz a crónica, fechou-se com ele numa sala, despiu o gibão para ficar

mais à vontade: trazia por baixo uma saia de escarlata. O bispo, transido de susto, esperava, sem ousar pedir socorro. D. Pedro chegou-se e, placidamente, tirou-lhe a capa; desenrolou o látego, e correu-o a açoites, dizendo-lhe a rir, gaguejando: vai! anda! toma!

Não podia conceber leis, a cuja sombra os criminosos ficassem impunes; e por isso dava-se-lhe pouco de enforcar os padres. – E as regalias da Igreja? – « Vam-no enforcando, respondia com bom humor e pausa, porque não podia falar depressa. Vam-no enforcando: por esse caminho lá vai para Jesus Cristo, seu vigário, que no outro mundo o julgará!»

E ficava-se a rir, vendo o tonsurado espernear na forca.

Tudo mudara. Os tempos eram diversos; as excomunhões, papéis rabiscados; as regalias da Igreja, uma tradição apenas. O rei parado, com os olhos na forca, ria!

« E diziam as gentes que tais dez anos nunca houve em Portugal como estes que reinara el-rei dom Pedro» . (Fernão Lopes).

A fidalguia não tem uma história tão grave como a do clero. As condições peculiares da constituição do reino português aumentavam ainda os embaraços que em toda a Espanha houve para a formação acabada de um feudalismo[47]. Todos os conflitos da nobreza com a Coroa provêm, não de uma questão de ambição política, não de um pensamento definido de emancipação revolucionária, como a do clero; mas da avareza, da cobiça, da brutalidade pessoal dos homens, nos quais é mister incluir também os reis.

A não serem, por outro lado, as revoltas do Porto, e as guerras entre Bragança e outros concelhos transmontanos, por causa do senhorio de Lamas, nada se encontra em Portugal que dê ideia de uma descentralização de domínio político semelhante à que lavra para além das nossas fronteiras[48].

Poucos são os conflitos entre o rei e os barões que não tenham por origem a *pilhagem* dos realengos. Distante, e por isso mais fraca a ação da Coroa, o fidalgo do lugar não receava chamar seu e apossar-se violentamente do terreno vizinho, pertencente ao rei. Além disto, os nobres forjavam títulos, inventavam doações, para *honrarem* territórios sujeitos à ação das justiças reais. Destas causas provinham confusões inextricáveis, que a força apenas decidia. Quando o mordomo do rei, ou o seu aguazil, apareciam a cobrar um tributo ou reclamar um preso, o fidalgo usurpador, ou, do terreno, ou do privilégio apenas, saía com os seus homens: « Ca por aqui é *honra!*» . E enforcava-os. Enforcava-os ou matava-os mais barbaramente ainda. Um porteiro, que ia fazer uma penhora, teve as mãos cortadas, e foi depois assassinado. Outro, atado à cauda de um cavalo, foi de rastos, levado a galope em volta de toda a *honra.* Um foi *pendurado pelos braços.* Outra vez o fidalgo *prendidit eos per gargantas:* os processos eram tão bárbaros como o latim.

Entretanto, embora destituídas de um alcance ou significação político-

feudal, não faltavam nas primeiras épocas portuguesas revoltas e desordens oriundas das necessidades bulhentas da fidalguia. Batalhar era o único meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Mais pacífico o reino ocidental da Península, « em aquell tempo os fidallgos portuguezes hiam a Castella muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugall mesteres non avia» . Mesteres eram desordens, como a que assolou o país no tempo de Sancho II e levou à deposição do rei. Eis aqui um episódio do livro das *Linhagens:* « E este Raymão Viegas de Portocarrero, sendo vassalo de el-rei D. Sancho de Portugal, veio uma noite a Coimbra com a companha de Martim Gil Soverosa, onde el-rei jazia dormindo na sua cama; e roubaram-lhe a rainha D. Mécia sua mulher de a par dele e levaram-na para Ourém. O rei lançou-se após deles e só os pôde alcançar em Ourém, que era então mui forte. Disse-lhes que abrissem as portas, pois era el-rei D. Sancho, e levava seu preponto vestido de seus sinais e seu escudo e seu pendão ante si, e deram-lhe mui grandes setadas e mui grandes pedradas no seu escudo e no seu pendão e assim se houve ende (dali) a tornar» . Mesteres eram estas guerras civis frequentes; mesteres, porém, menos nobres, eram as vinganças cruéis exercidas sobre o povo inerme, como a de um tal Martim Esteves, que matou os doze melhores homens de Alter do Chão « por desonra que lhe aí fizeram» .

Mesteres ainda, são os desagravos do tálamo tão amiúde violado. Houve um Dom Rodrigo Gonçalves casado com Dona Inês Sanches; ela, estando no Castelo de Lanhoso, fez maldade com um frade de Boiro, e o marido, certo disto, chegou aí, cercou as portas do castelo, e queimou-a a ela e ao frade e homens e mulheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as coisas vivas, e queimou a câmara e panos de vestir a cama, e não deixou coisa móvel.

Nos mesteres amorosos também essa gente bárbara se « provava pelos corpos» mas sem necessidade de ir a Castela. Quando em tão pouco se tinha a vida alheia, como se teria em muito a honra? De Afonso Henriques, o rei « muito bravo e esquivo em mancebo» , conta a história que foi um dia hospedar-se em Unhão, a casa de um homem bom que havia de nome Gonçalo de Sousa, e enquanto ele ia adubando o comer, foi el-rei ver-lhe a mulher que tinha por nome Dona Sancha Álvares e começou-lha... E Dom Gonçalo de Sousa entrou pela porta e viu assim ser e pesou-lhe daí muito e disse-lhe: Senhor, levantai-vos, ca adubado o tendes. E o rei foi sentar-se, e comeu e partiu; e o marido pegou na esposa, montou-a num jumento com a cara para a cauda, e mandou-a assim à corte entregar ao rei.

Estes escrúpulos do fidalgo não eram, porém, gerais, e fazem-lhe honra. A promiscuidade repugnante, o incesto, o sacrilégio são casos comuns. Um fez um filho em Tereja Mendes, abadessa de Lorvão, e levou-o para a corte, onde D. Dinis lhe deu muito bem e muita mercê. Outro « ouve um filho de uma dona que era abadessa de Arouca» . O prior de Baldreu, Nuno Fernandes, « ouve

um filho, Rui, que foi privado de el-rei D. Dinis e ouvidor de sua casa» . Os reis, os nobres têm barregãs públicas e legiões de bastardos. Quando D. Maria Pais, amásia de Sancho I, vinha do enterro do rei em Coimbra, encontrou em Avelãs Gomes Lourenço, que lhe saiu ao caminho e a *filhou* por força, roussando-a. Elvira Anes roussou-a Rui Gomes de Briteiros. E D. Fernão Mendes, o bravo, « foi o que matou sua madre na pelle da ussa e pose-lhe os caens, porque lhe baralhara com a barregan» . A bestialidade nem respeita o sangue, nem um incesto impede o casamento das nobres damas. « Dona Teresa Gil foi de mau preço e ouve filhos de seu primo coirmão» ; Dom Pedro Garcia *jouve* com sua irmã e « fez em ella semel» ; Dona Mor Garcia não foi casada, mas roussou-a seu irmão Pedro e « fez em ella Martim Ravaya» . Outro tanto sucedeu a uma Maria Mendes, que depois casou com Lourenço Soares de Valadares. É longa a lista das torpezas das *Linhagens* da fidalguia. Tais são os poéticos amores da Idade Média, cujo brio é perfídia, cuja bravura é crueldade, cuja nobreza é astúcia. A carne, o sangue e o ouro, a orgia bestial, a carniçaria e o roubo são os elementos dessas histórias, em que a rudeza bárbara aparece manchada de podridões asquerosas.

O roubo e o assassinato compõem essa epopeia aristocrática, cujos amores são *roussos,* estupros, adultérios, cujo espírito é a avareza e a perfídia[49]. *Filhar* as terras do rei é a primeira das empresas da *cavalaria* em Portugal. E o rei não vale mais do que os cavaleiros. Quantas vezes, com efeito, não seria usurpadora a sua intervenção? Quantas vezes a ira brutal do fidalgo não teria um fundamento justo? Afonso II leva metade do seu reinado a espoliar da herança os irmãos, e todo ele a *inquirir o* fundamento legal da posse dos domínios aristocráticos: faz-se ideia da regularidade do segundo processo, depois de observada a primeira façanha. A confusão é tão grande, que D. Dinis (1309) decide abolir todas as *honras* posteriores a 1290.

É também no seu tempo que um outro ato de grande alcance vem diminuir o poder da nobreza, de um modo análogo ao que sucedera ao clero. Assim como, fora da nação, o clero tinha em Roma o seu chefe supremo, assim também as Ordens militares, estabelecidas em Portugal, tinham fora do reino os seus mestrados. Nacionalizar as Ordens militares (1310) equivalia ao que se conseguira com as assembleias do clero. O *Templo,* poderosa máquina destruída por Clemente V, legava os seus bens ao *Hospital,* mas os três reis de Castela, Aragão e Portugal, *como todos tres fuessemos uno a catar nuestro drecho,* conseguem nacionalizar os bens dos templários. É com eles que D. Dinis funda a ordem portuguesa de Cristo.

Os monges militares[50] tinham representado um papel importante no movimento da reconstituição económica dos territórios portugueses. Desde os primeiros templos que às Ordens hierosolimitanas fora confiada a guarda de numerosas povoações. O Templo, o Hospital e o Sepulcro fruíam de abundantes

doações; e Afonso Henriques concedera à primeira a terça parte de todas as conquistas ao sul do Tejo. À inópia de forças para levar a cabo as grandes empresas de Lisboa, Alcácer e Silves, pontos decisivos da conquista do sul do reino, remediavam os Cruzados; mas as esquadras partiam com o saque, e sozinhos os portugueses não podiam conservar o adquirido. Neste motivo se fundara a concessão permanente de terras às Ordens militares. Como vimos, Sancho II estendeu as fronteiras do reino pelo Alto Alentejo; e sem recursos para conquistas, chamou para o reino os cavaleiros de Santiago e Calatrava, cujo mestrado era castelhano.

Tal era o único meio de guarnecer os castelos dispersos pelas vastas campinas assoladas do sul do reino. A instabilidade do domínio e a escassez da população – ainda hoje sentimos as consequências dessas prolongadas guerras – não permitiam que a cultura se estendesse; e à falta de produtos da terra, cristãos e sarracenos tinham de socorrer-se ao sistema de correrias e algaras permanentes. Como em nossos tempos na Sérvia, o lavrador trabalhava armado, na limitada área aproveitada em torno dos lugares fortificados. Além da ocupação constante de *alancear mouros,* havia os grandes fossados anuais, no tempo em que as searas estavam maduras; e isto fazia precária e transitória a agricultura. Todas estas causas reunidas produziam em resultado a devastação universal, já consumada na idade de que nos ocupamos. Nos forais dos primeiros séculos da monarquia, o alfoz dos concelhos é demarcado por uma certa penedia no alto da serra, pelo carvalho insulado, pela *velha* estrada mourisca, por certa pedra de cor diversa; jamais por casas, vilares ou granjas.

O norte do reino, abrigado das invasões, defendido pelas linhas estratégicas do Tejo e do Mondego, não era, desde séculos, teatro da guerra santa. As depredações, menos gerais e menos frequentes, provinham aí apenas das rixas dos senhores e das guerras civis. Afonso II mandou arrasar as propriedades do arcebispo de Braga. As guerras entre os filhos de Sancho I, as comoções que acompanharam a queda de Sancho II, a rebelião armada de Afonso (depois IV) contra seu pai, a do viúvo de Inês de Castro, entre outras, trouxeram decerto ruínas e desastres, mas não para comparar com as assolações do sul, nem sequer com os males dos primeiros tempos, quando a ambição de conquistar a Galiza fazia do Minho o teatro das lutas quase constantes com Leão.

As guerras castelhanas do tempo de D. Fernando têm um novo teatro, porque o antigo condado portugalense descera já à conclição de província portuguesa. O coração do reino está em Lisboa, a terra querida de el-rei D. Dinis, *ca hy nascera, hy fora criado y bautizado, e hy fora rey*. Nem o norte do Mondego, rico e populoso, nem o sul do Sado, demasiado bravio e inóspito, chamam a atenção administrativa dos governos. Toda ela se aplica para o centro do reino, a renovar e agricultar, e para o desenvolvimento da navegação e do comércio pelo magnífico porto onde todos os navios, em viagem dos mares do

norte para o Mediterrâneo, vinham refrescar, desde que Lisboa era cristã. D. Dinis lavrou o primeiro tratado mercantil com a Inglaterra (1308). Os armadores da Normandia, da Flandres e da Inglaterra já no fim do XIII século demandavam o Tejo, para mercadejar; e os cuidados dos reis não se limitam apenas a favorecer esse comércio, porque as plantações de vastos pinhais nas costas têm como motivo proporcionar madeiras às construções navais, e ao mesmo tempo defender as terras da invasão das dunas, no litoral de entre o Tejo e Mondego.

O último desta série de fenómenos que demonstram a formação crescente de um organismo nacional, é o aparecimento de Lisboa, a cidade querida, como um centro de atividade marítima e comercial. Definitivamente separado de Leão, obliteradas as ambições da absorção da Galiza, geograficamente completo até o mar do Algarve, rota a dependência feudal de Roma, nacionalizado o clero e as Ordens militares, fortalecido o poder dos reis, iniciada a organização da justiça, da administração, do ensino – o corpo da nação portuguesa, até aí acéfalo, achava em Lisboa a capital. A cidade do Tejo dava mais do que um centro de vida orgânica, dava um destino definido – o marítimo – a uma nação que na terra da Espanha não tinha individualidade, nem por uma índole homogénea e particular dos habitantes, nem por uma conformação especial e autónoma do território.

Corinto ou Veneza do ocidente, Lisboa *grande cidade de muitas e desvairadas gentes* era mais do que a capital do reino: era a razão de ser da sua independência.

## IV. A CRISE

Quando Portugal se encaminhava, por fim, no sentido de uma rápida e definitiva constituição, quis o acaso que o trono coubesse por herança a um príncipe de fracas mas simpáticas qualidades.

*Do justo e duro Pedro nasce o brando*
*(Vede da natureza o desconcerto!)*
*Remisso e sem cuidado algum Fernando.*

O filho de Pedro I era uma infeliz criatura, mal equilibrada nas suas qualidades e defeitos. Não era, decerto, aquele homem de que a nação carecia para consolidar de um modo seguro a sua independência; e num sentido pode dizer-se que as condições em que se achou foram a causa dos males de que muito sofreu. Faltava-lhe a firmeza necessária para realizar os planos concebidos por uma inteligência perspicaz. Era inventivo, mas era quimérico. Media o alcance dos atos e pensamentos, mas não sabia pesar o valor dos meios. O corpo de leis que promulgou para fomentar a navegação e o comércio, honrarão eternamente a sua inteligência e a fina perceção com que via no desenvolvimento marítimo o futuro da pátria. A obra considerável das fortificações da capital (1377) concorre também a mostrar que reconhecia a verdade – cruamente por ele aprendida – de que Portugal era já, e seria sempre Lisboa. Acusam-no modernos sábios de ter defraudado a moeda: mas que outro remédio havia então contra a penúria do tesouro? que outros exemplos davam os demais príncipes? que outro exemplo damos nós ainda hoje, quando, para não cercear o peso ou diminuir o toque do ouro, cunhamos papel? – Acusam-no porque *hordenou almotaçaria em todallas cousas* (1375): e que outro remédio havia, na curta ciência do tempo, contra os monopólios e agiotagens, mais funestos na paz do que as batalhas dos templos de guerra? Tarifar os géneros e os salários foi medida aplaudida quase até nossos dias; obrigar os detentores à venda dos cereais, determinar a partilha dos grãos, foram atos de salvação pública repetidos ainda depois de D. Fernando, e sempre que uma crise obriga a suspender as garantias, ou justiça civil. Mas o rei que cerceava as moedas e ordenava a almotaçaria em todas as coisas, era o que em Lisboa criava os seguros marítimos; era o que fundava a marinha mercante nacional; era o que, olhando para o mar, não se esquecia da terra, obrigando os proprietários dos maninhos alentejanos a cultivá-los, ou a aforá-los. A administração de D. Fernando é um cesarismo. O desenvolvimento político e económico da nação chegava a um momento de crise orgânica traduzida por uma crise militar e dinástica. A população e a riqueza tinham crescido de um modo notável desde que, havia mais de um século, terminara a reconquista do território aos muçulmanos. O censo que anos depois se fez (1417) dá ao reino 4800 besteiros de conto, ao Porto 8500 habitantes, e a Lisboa 63750. Pululavam enxames de aldeias e casais pelos campos agricultados, e muitas vilas que depois definharam eram ainda importantes: Sines, Sesimbra e Mértola. Algumas cidades eram

muito maiores do que são hoje: Évora e Beja, Santarém, Tomar, Leiria. D. Fernando herdou o reino robusto e forte.

Mas o pobre rei, tão bom e tão sagaz, tinha porém um fraco, que estragava tudo: era doido por mulheres. Singular na Idade Média, a pessoa de D. Fernando parece estar no fim de uma época histórica, como um indício e um tipo mal esboçado de futuros personagens. Superior na inteligência, acaso por isso mesmo era desmandado no modo de proceder. Talvez lhe conviesse o nome de cético, espécie moral que o desenvolvimento da inteligência, sem o desenvolvimento paralelo da vontade, ou do caráter, faz tão comum em nossos dias. Para César, D. Fernando era, porém, bondoso demais: tinha um fundo de sinceridade que o perdia, porque à indiferença não reunia o cinismo. Era, no fundo, um pobre homem de talento. Este género de indivíduos é sempre simpático; e por isso o povo, embora chegasse a mofar, nunca o odiou. As suas fraquezas, prazeres e amores sempre foram criticados com benevolência. O povo sabia que no fundo o caráter do rei não era perverso. Não o podia respeitar nem temer, mas sorria-se amigavelmente das suas extravagâncias. Era o filho pródigo da nação.

Às suas qualidades e vícios simpáticos reunia o ser formoso ágil, cavaleiro como os bons, caridoso, afável, « grande criador de fidalgos e muito companheiro com eles, cavalgante, torneador, grande justador e lançador atavolado» – o jogo era uma das bazófias do fidalgo medieval – dadivoso para com todos, e grande agasalhador de estrangeiros. A toda a gente queria bem, mas de um modo familiar e singelo, que não infundia respeito. Os reis de fora, sabendo-o tão singularmente bom e simples, riam-se dele.

Era um infeliz, no sentido que a expressão tem popularmente em castelhano. Dava tudo pela caça: uma paixão desenfreada. Só falcoeiros de besta contava quarenta e cinco, e não estava satisfeito: queria povoar com eles uma rua inteira em Santarém. Quando mandava por aves, nunca lhe trouxessem para menos de cinquenta, entre açores e falcões, gerifaltes e nebris, todas *primas.* Tinha um regimento de mouros para apresaram as garças e outras aves, que iam buscar a caça nas lagoas. Não perdoava sequer os inocentes pombos. Eram às legiões as matilhas de cães para coelhos, raposas e lebres. Correr lebres ou atirar aos pombos era o seu *grande sabor de desenfadamento*. O do seu avô Henriques fora correr mouros e atirar às ameias dos castelos: os tempos, os temperamentos eram já inteiramente diversos.

Ainda assim, não era a caça que perdia o rei. Namorado sempre e mulherengo, « amador de mulheres e achegado a elas» , diz F. Lopes, tinha um feitio terno, *amavioso*. A carnalidade arrastava-o aos maiores excessos, e é provável que tivesse vícios ingénuos. Sua irmã solteira, a infanta D. Beatriz, fora cinco vezes oferecida, outras tantas recusada, a diversos príncipes, nas várias combinações políticas que a sua fértil imaginação criava, e que a sua indolência

invencível punha logo de parte. A corte dessa irmã era um viveiro de donas, onde o rei permanentemente satisfazia os seus gostos mulherengos. Foi nessa corte que viu e se perdeu de amores por Leonor Teles. Parece, contudo que antes disso não amava; porque é próprio dos temperamentos, como era o do rei, não ter paixões. A sua delícia era o gozar indolente dos carinhos e meiguices das mulheres, não era amar. Não é provável, pois, « a suspeita desonesta que alguns tinham da virgindade da infanta ser por ele minguada» . Bastavam ao rei « os jogos e falas tão amiúde misturadas com beijos e abraços e outros desenfados de semelhante preço» . Só aos fortes corações é dado amar e enlouquecer. D. Fernando não tinha essa virilidade de caráter. Distinto, perspicaz, engenhoso de espírito, bom, afável de génio, faltavam-lhe o valor que faz os homens, e a vontade que faz os reis. Era uma indolência formada de espírito de sensualidade; uma criatura romântica e simpática; uma mulher, fraca e inteligente, sentada no trono. Leonor Teles conquistou-o, porque tinha o génio de um homem; e o segredo dessa aliança tenaz não está numa paixão do rei, está na inversão das pessoas e dos sexos. Ela fez-se rei; ele tornou-se a amante, passiva, indolente, sensual.

O tempo de D. Fernando foi uma série de guerras com o vizinho reino de Castela. As muitas desgraças dessas empresas loucas tiveram de bom o afirmar de um modo terminante a independência formal e positiva da nação, como sai da batalha de Aljubarrota. À maneira de certas enfermidades agudas, quando atacam o homem de temperamento indeciso e constituição débil, na idade em que atinge a virilidade, e determinam uma revolução orgânica, fixando e consolidando a saúde – assim as guerras castelhanas de D. Fernando são, para Portugal, uma crise. O seu destino vacilante, os seus órgãos esboçados apenas, sofrem a prova de uma comoção violenta. Acordam outra vez as tentações antigas, já anacrónicas, da conquista da Galiza; o reino é mais de uma vez invadido; a miséria, a ruína, as devastações e a penúria afligem, como uma febre ardente, o corpo da nação. Falta decerto um rei que a dirija, um homem forte que a represente e guie; mas isso mesmo concorre para caracterizar a crise, demonstrando que a vitalidade coletiva existia já, e não provinha apenas da imposição forte de um braço guerreiro. Em dois séculos Portugal tornara-se de uma amálgama de populações rurais, cuja unidade estava apenas no génio dos seus barões, em um organismo, cuja consciência de uma vida coletiva era real e definida. Tal é, a nosso ver, o merecimento dessa revolução nacional, cujo suposto chefe, o Mestre de Avis, é mais o instrumento do que o herói.

Não precipitemos, porém, a narrativa.

D. Fernando julgara convir-lhe apoiar a usurpação do trono de Castela por Henrique de Trastamara, quando o poder do rei D. Pedro ainda chegava para bater o rival em Najera. Depois que o usurpador, voltando de França com o auxílio de Duguesclin, consegue destronar o rei perdido, D. Fernando julga conveniente aliar-se ao do Aragão e ao mouro de Granada, contra o Trastamara

vitorioso. Formara o quimérico plano de bater o vencedor com o partido vencido que o invocava; esperando sentar-se no belo trono de Castela, de que prometia um retalho ao aragonês, outro ao granadino. A empresa não destoava dos antecedentes históricos; porque o regime político da Espanha, retalhada em várias monarquias, era um sistema de conquistas sucessivas de reinos. Era, porém, quimérica por dois motivos, um ignorado então, outro evidente: a incapacidade do rei, e o destino que marcava à Espanha a solução unitária. Se Portugal pôde escapar aos preceitos desse fado, deveu-o ao movimento que, por lhe dar Lisboa, fazia dele uma nação cosmopolita, comercial e marítima, e não propriamente espanhola: outra Holanda, no corpo de outra Alemanha[51].

A política de D. Fernando era, pois, historicamente insensata, falta que seria absurdo irrogar ao rei; mas era também pessoalmente absurda porque os seus planos eram quimeras, tão breve nascidas como abandonadas. Haveria no espírito do rei o pensamento, mais ou menos definido, de se substituir ao castelhano na obra de unificação política dos Estados peninsulares? Nada autoriza a supô-lo; e até porque tal pensamento não estava ainda cabalmente definido para os monarcas de Castela.

O facto é que D. Fernando declarou a guerra e abriu a campanha, invadindo a Galiza (1369); « mas sua ida foi de tal guisa que mais sua honra fora não ir alla dessa vegada» . Muitos barões galegos correram a recebê-lo, e aclamá-lo. Tradições de outras eras? Ambições, ainda vivas, de uma independência, que mais de uma vez tinham considerado solidária com a soberania de Portugal? É provável; mas é também certo que a rapina era o motivo imediato da adesão, porque « muytos vinham-se a elle e pediam-lhe os bens dos que se iam para D. Henrique, o que era dado ledamente» . O inimigo, de Castela, fazia outro tanto. O conde Andeiro foi o mais caloroso dos partidários galegos de D. Fernando. Saiu ao encontro do rei, alvoroçado, a gritar: « Hu vem aqui meu senhor Elrey D. Fernando?» E o rei, esporeando o cavalo, radioso e feliz por uma tão fácil conquista, vendo-se já sentado no trono de Castela, avançou, respondendo: « Eu som! eu som!» A invasão tornava-se um passeio até a Corunha; mas pouco adivinhavam ambos, o conde e o rei, quanto haviam de pagar caro os prazeres desses dias breves.

O castelhano corre sobre a Galiza, e D. Fernando foge a esconder-se em Coimbra. A ressaca assoladora vem até Braga e Guimarães, através de todo o Minho. A província inteira gritava por socorro: Aqui d'el-rei, contra o castelhano! – O rei, indeciso, indolente, esperava a realização da sua quimera: – não é mister batalhar; Castela inteira vem entregar-se, como se entregara, de braços abertos, a Galiza! – Passeava-se, entretanto, com o exército, entre Santarém e Lisboa. Ia, vinha, avançava e retrocedia, tão tonto que já o povo da capital ria desses passeios: *exvollo vae, exvollo vem!*[52]

Afinal em Coimbra – cidade funesta aos dois Fernandos[53] –

decidiu-se a acudir ao Minho quando o rei de Castela, depois de assolar tudo, tinha já partido para além da fronteira. Pela raia porém, o batalhar continuava, e também na costa andaluza o bloqueio marítimo: já Portugal tinha armadas. Mas a guerra dilatava-se; e Castela, decididamente, não o chamava para seu rei. Começou a *assentar-se del a covardice,* abandonou os aliados; e aborrecido e desiludido por esta vez, assinou as pazes de Alcoutim.

A sua quimera só, porém, o deixou quieto por três anos.

D. Pedro tinha morrido em Montiel, assassinado às mãos de Trastamara (1369); a filha mais velha do defunto era casada com o duque João de Lencastre, da casa de Inglaterra: daí vinham as pretensões deste à coroa castelhana e o bravo duelo que a Inglaterra e a França debateram na Espanha por muitos anos. A influência francesa era dominante em Castela; e para logo, nas sucessivas e ulteriores convulsões, a aliança inglesa venceu em Portugal. D. Fernando, ou movido pelo desejo de desforra, ou pensando ainda nas suas velhas ambições, e esperando ludibriar o aliado, assina em Braga (1372) o tratado de aliança com o inglês, contra o castelhano. Henrique de Trastamara, em cuja corte andavam diversos fidalgos portugueses, como os galegos da invasão anterior andavam com D. Fernando, manda Pacheco (o terceiro assassino de D. Inês de Castro) ver se efetivamente o rei se dispunha à guerra. Era tão volúvel o seu caráter, que o castelão não acreditava ainda. Voltou Pacheco: sem dúvida o rei estava disposto a entrar em campanha. Então D. Henrique, com bondade, lhe pede que abandone essa quimera, e insta pela paz. Ele, excitado pelas *espanholadas* de Afonso Telo, supõe que a fraqueza era o motivo da insistência. Inúteis as observações, o rei de Castela prefere invadir a ser invadido; e rapidamente entra pela Beira (1372), cai sobre Lisboa, cujo cerco uma esquadra, ao mesmo tempo partida de Sevilha, encerra por mar (1373).

Que fazia D. Fernando? Do alto dos muros de Santarém, onde se fechara, via passar o exército inimigo, sem ousar mover-se. Dois motivos lho impediam. Esperava a toda a hora o socorro do inglês; e se o fruto dessa guerra lhe era destinado a ele, bom seria que em pessoa o disputasse. Deixar, porém, invadir assim o reino, pôr cerco à capital, abandonar o povo, abandonar Lisboa, era vergonhoso, decerto. Mas se nesses dias Leonor Teles, enferma, estava na cama, com as dores do parto! Como havia de o pobre rei acudir aos dois deveres? A quem obedecer primeiro: ao tirano político, a coroa, ou ao doméstico, a rainha? Como todos os fracos, decidiu-se pelo mais próximo; tapou os ouvidos aos clamores da nação, para atender só aos ais da enferma. Não era por paixão que o fazia, era por indolência: sempre esperava que Lisboa afinal havia de resistir, e saberia defender-se!

Com efeito, não se enganava. A cidade valia muito mais do que o rei. Quando viu aproximar-se o castelhano, chegou a ser temerária, porque pretendeu defender com barricadas os arrabaldes, fora dos muros. Lisboa tinha a

homogeneidade na resistência; e em vão D. Dinis (o infante que por condenar o casamento de Leonor Teles fugira para Castela), em vão Pacheco e os mais portugueses de D. Henrique buscavam convencer os lisbonenses da vantagem da rendição. Não estamos agora no norte, meio galego, onde a ideia de nacionalidade vogava indecisa nos dois lados do Minho estamos no coração do país, e numa terra sem tradições leonesas, que não foi *separada,* que nunca obedeceu a outro rei mais do que ao português, a quem deve o que é. Inúteis as tentativas de D. Dinis, de Pacheco e dos mais, o exército aproximou-se. Viu-se então a temeridade de defender os arrabaldes; e à pressa, recolheram-se todos para dentro dos muros. O enxame acudia às portas, correndo curvado com o peso das trouxas, das arcas, onde salvara o que tinha mais precioso. Vinham as famílias em grupos, as mães, carpindo, arrastando os cordões de crianças, espantadas de tudo aquilo. Já os castelhanos entravam pelos casais e quintas dos arredores: o lume ardia ainda na lareira, a porta estava aberta, os quartos vazios. Arrasaram e queimaram tudo, desde as ervas até os telhados.

No rei assentara outra vez a covardice; e, como o inglês não acudia, aceitou a paz, e foi de Santarém a Valada assinalá-la (1373). «Quanto eu *haarricado* venho!» dizia a rir, na volta. Efetivamente não queria mal algum a D. Henrique; e, se a empresa falhava, o melhor era fazer cara alegre, e acabar por uma vez com o muito que, do cerco, padecia Lisboa. Além disso, agradara-lhe o trato do inimigo; agradara-lhe tanto, que lhe concedeu a irmã, D. Beatriz, para casar com o irmão do castelhano, Sancho. Triste destino o desta princesa, que era, nas mãos do rei, como os joguetes que as crianças dão, tiram, voltam a dar, ao sabor do seu capricho infantil!

Este mesmo modo de que usava com a irmã estava reservado à filha: a outra Beatriz nascida em Santarém durante a invasão precedente. Henrique de Trastamara tinha morrido; e o herdeiro, João I, na ideia de reunir as duas coroas de Castela e Portugal, pedira a D. Fernando (que não tinha outro filho) a mão da pequena D. Beatriz; ao que este anuíra, celebrando-se tratados, porque para casamento, era cedo ainda: a pequena teria oito anos, se tanto.

Mas o rei, diz o cronista, trazia sempre sua fala com os ingleses, o mais encobertamente que podia. Que falas eram essas? Era a aliança de Lencastre, na qual D. Fernando via talvez ainda luzir a possibilidade de realizar a sua quimera. O conde Andeiro, que na primeira guerra abrira a Galiza ao português, fora desterrado para Inglaterra, na ocasião de Alcoutim, por exigência do castelhano. Era Andeiro o confidente do rei, e o seu agente para com Lencastre. Veio de Inglaterra, escondido, a Estremoz, onde o rei, ao tempo, assistia: trazia novos tratos e combinações, com a promessa de uma esquadra. O rei aceitou com facilidade, e afiançou ao duque inglês a mão da filha prometida ao de Castela.

Desta vez decidiu-se a proceder com energia. O castelhano, porém,

já conhecedor de tudo, mandara começar as escaramuças pelas fronteiras de entre Tejo e Guadiana, teatro das façanhas de Nuno Álvares (o futuro condestável, que agora começa a sua epopeia), enquanto dispunha o grosso das forças para a campanha de Lisboa. A energia do português consistiu em enviar a esquadra a Sevilha destruir a inimiga. Com efeito, enquanto mandasse no Tejo, Lisboa não podia ser eficazmente cercada. Mas a *sandia presunção* de Afonso Telo perdeu a esquadra em Saltes (1381). A armada castelhana, vitoriosa, entrou no Tejo, trazendo a bordo o infante D. João, irmão do rei, filho de D. Pedro, o Cru, que se homiziara de cá por ter assassinado a mulher, Maria Teles, irmã de Leonor. Também lhe tinham acenado com a mão da pequena D. Beatriz, e a ambição perdera-o! D. João repete as palavras de D. Dinis na campanha precedente; mas é recebido a tiro, o infeliz. As surriadas de trons e virotões exprimiram a eloquência independente de Lisboa; e o infante, humilhado, levou para Castela o desmentido formal a todas as sedições que anunciara e prometera.

Chegou, afinal, por mar o Lencastre com os seus, trazendo novo alimento à guerra, já acesa por todo o Alentejo. Castela declarara-se pelo papa de Avinhão, Clemente VII; os ingleses e o rei D. Fernando pronunciam-se pelo papa de Roma, Urbano VI. A religião vinha azedar ainda mais os ódios dos combatentes. E os ingleses do duque, mercenários e bárbaros do Norte duro, lançaram-se a este pedaço do Meio-dia como lebreus famintos a um regabofe. Estas gentes dos ingleses, refere o cronista, não vinham como a defender a terra; mas para a destruir e buscar todo o mal, matando, roubando e forçando mulheres. Nem se limitavam a tão pouco. De uma guerra que lhes era indiferente, nas causas e motivos, entre povos inimigos que não distinguiam, inimigos eram para eles todos, e cevar-se o seu constante propósito. Guerreavam por conta própria, para saquearem. Tomam aos portugueses Monsaraz, o Redondo e Évora; e as populações, por fim desesperadas, acodem-se ao processo classicamente peninsular das surpresas e assassinatos. « As gentes começaram a matar muitos deles escusadamente» ; a ponto de que mais de um terço ficou enterrado pelos campos e aldeias do Alentejo. Na extraordinária confusão em que a indolência e as quimeras do rei punham o país, já cada um combatia por si próprio, com o propósito único da defesa nacional.

Se os ingleses deixaram em volta do Tejo alguma coisa a roubar, ou algum campo a queimar, os castelhanos da esquadra, desembarcando, quando o exército anglo-luso tinha subido para Évora a encontrar o inimigo, acabaram a obra destruidora numa razia monumental, a que não escapou eira nem beira, nem árvore, nem coisa viva. Em volta das muralhas de Lisboa ficou tudo um deserto morno e seco.

Pela terceira vez assentou no rei a covardice; e sem combater, voltando as costas ao inglês logrado, assinou as pazes de Badajoz com o castelhano (1381). De novo a pequena infanta D. Beatriz torna a ser prometida a

outro noivo: Fernando, de Castela, que não vem ainda, contudo, a ser seu marido; porque, ao voltar para casa, o rei João, enviuvando, teima no antigo plano da fusão dos reinos. O casamento da filha com o valetudinário monarca vizinho é o último e o mais insensato dos atos de D. Fernando. Extinguia-se com ele a dinastia; e por herança legava, do leito da morte, a independência em perigo ao povo que, apesar de tão dorido, ainda e sempre lhe queria.

Fora no viveiro feminino da corte da irmã que o rei Fernando vira Leonor Teles. Era a terceira Leonor que escolhia para companheira, e foi, desastradamente, a única que veio a ter. A primeira, de Aragão, recusou-lha o perspicaz pai, por ver quanto era defeituoso e fraco o caráter do prometido genro. A segunda, de Castela, repudiou-a, desde que viu e se namorou da terceira.

Maria Teles, irmã de Leonor, era aia da infanta D. Beatriz. Leonor, casada, vivia no seu solar da Beira. Estava em Lisboa de passagem, a visitar a irmã, quando o rei a viu. Como começaram esses amores? Os antecedentes do rei e o caráter da futura rainha deixavam ver bem que não deve ter havido uma destas paixões fulminantes, comuns nos homens de armas, mas de que D. Fernando era incapaz, e Leonor Teles também.

A fria ambição calculadora era comum às duas irmãs. A aia da infanta, por quem o infeliz e louco D. João se namorara com paixão, preparara-lhe cuidadosamente uma entrevista, à noite, no seu quarto. Quando o infante chega, sôfrego de amor, vê um altar e um padre diante do leito. Casemo-nos primeiro, amaremos depois. O infante, coato pela paixão, casou-se para amar; mas a aia pagou mais tarde, com a vida, o erro de brincar com um leão, como se fora um rafeiro.

Leonor Teles tinha em si o saber suficiente para ensinar: não carecia das lições da irmã. Percebeu que o rei, nas suas ligeirices, a preferia à própria infanta; mas o papel de amante não lhe convinha: queria o de rainha. Foi-se deixando ficar e acirrava com tentações a inclinação do monarca sensual e passivo. «Era louçã, aposta, e de bom corpo». D. Fernando costumou-se às denguices da sereia: nos fracos, o costume gera necessidades imperiosas, a que tudo sacrificam. Com o tempo, a ideia de que Leonor era casada, naturalmente a insistência com que ela, séria e afetando decoro, falaria na necessidade de voltar para casa, para o marido, fizeram sentir ao rei a impossibilidade de quebrar o hábito dos seus amores inocentes e moles. A indolência é muito mais teimosa nas suas exigências do que a força; um hábito sensual tem maior tenacidade do que uma paixão. Leonor Teles devia saber isto perfeitamente. O momento decisivo aproximava-se: não podia continuar por mais tempo em Lisboa, o marido chamava-a, as más línguas podiam falar...

O rei lembrou-se então de que para alguma coisa lhe podia servir sê-lo: desmancharia esse casamento porque uma dama tão senhoril e casta não

podia ser uma amante. D. Fernando não tinha, o ingénuo, nem ponta de cinismo. Falou seriamente, em particular, à irmã. Mulheril como era, este caso tinha maior gravidade do que uma guerra com Castela, pelo repúdio da princesa que lhe estava prometida nos tratados de Alcoutim. «Melhor fizera el-rei, dizia o povo, tê-la por tempo e depois casar com outra mulher». Bons conselhos! para quem vivia todo na atmosfera feminina e mole da corte de D. Beatriz, onde Maria Teles reinava. Como se Maria, Leonor, não fossem excelentes senhoras, recatadas, mas sedutoras na sua terna dignidade!

Maria pôs por condição o casamento; Leonor Teles concordou em que muito queria ao rei, mas ainda mais ao seu nome. Combinaram tudo em segredo, e foram, às escondidas, ao norte, casar-se (1371) a Leça do Bailio, junto ao Porto. Tinham, com efeito, medo de Lisboa. Quando regressaram à corte e os rumores se confirmaram, as opiniões moveram-se na capital. O comum das gentes acusava o rei com ódios apaixonados; mas não faltavam os experientes a observar placidamente, «que não era maravilha; já a outros acontecera coisa semelhante; todo o homem namorado tinha uma espécie de sandice; o amor era como uma dor que dói e não dói ao mesmo tempo». Muita gente se ria do marido infeliz que sensatamente fugira para Castela, e para prevenir os motejos mandara pôr no barrete dois cornos de ouro em forma de plumas; muitos notavam a facilidade com que o Papa fazia e desfazia casamentos; e esta cumplicidade da religião e do amor não aumentava em nada o respeito pela Igreja. Em suma, desde que o riso entrava na questão, o ódio do povo não era muito; e Lisboa esperava para ver o resultado dessa comédia, e tomar o pulso ao caráter da rainha. Ninguém sabia ainda de quantas manhas ele era formado.

Mas nem em todos a longanimidade era tão grande; e uma parte da plebe decidiu-se a pedir contas, a reclamar garantias, e até a protestar. Esses adivinhavam a perversidade da rainha. No rei assentou a covardice, e Leonor Teles não podia ainda contar com partido próprio. Fugiram, pois, às escondidas, para Santarém; e o povo, burlado, ficou em vão esperando o rei no átrio de S. Domingos, para onde o comício fora aprazado. Pelo caminho na fuga, o rei carinhoso observava: «Olha aqueles vilões traidores, como se juntavam: prendiam-me certamente, se lá vou». E não podia esconder o susto, conchegando-se ao colo da rainha, no seio duma inclinação protetora. Leonor Teles sorria, calada. Era rainha, mas apupada: o plano da vingança acordava-lhe no ânimo, e também o desdém por esse pobre rei, perdido e fraco.

Este primeiro ato da nova rainha foi decerto o seu primeiro erro. Desde logo, até os mais indulgentes viram que não havia remédio; e o partido dos seus inimigos cresceu em número e ganhou forças e atrevimento. Ela prejudicara os seus planos por um ato precipitado; e todos os esforços que empenhava em ganhar simpatias eram vãos. «Era mui grada e liberal a quaisquer que lhe pediam, mas quanto fazia tudo danava; e a sua caridade e as

suas manhas não podiam encobrir os seus desonestos feitos» .

Com efeito, a rainha nem melhorava a fraqueza do rei, nem o afastava das suas loucuras e empresas perdidas; e por sobre isto era reconhecidamente má. Acusavam-na de ter preparado o assassinato da irmã pelo infante seu marido; e era público que, no meio da agitação da terceira guerra castelhana, tentara matar o Mestre de Avis, forjando para tanto um falso alvará. O povo já a descrevia como uma fera sangrenta; e o povo sabia quantos ódios comprimidos ela guardava contra essa Lisboa miserável que a insultava e a apupava. Toda a gente se sentia ofendida, humilhada, com a humilhação do pobre rei. Contava-se como era com ele ousada e faladora; e como el-rei, submisso e indolente, curvava a cabeça e se calava. Era uma desgraça que entrara no palácio. Depois, além de cruel, sanguinária, e descomposta no modo, era de uma desonestidade pública. Todos sabiam que nas barbas do marido tinha o amante no paço. E o pobre rei não desconfiava, na sua cegueira. Quando o Andeiro viera de Inglaterra, escondido, com os tratos de Lencastre, el-rei recolheu-o na torre do seu paço de Estremoz. A sala da sesta era o quarto do conde; e o rei ia-se, e a rainha vinha passar horas esquecidas a sós com o amante. O rei, como homem de são coração, não via o que escandalizava a todos. Pouco se lhe dava disso a ela, chegando a fazer gala dos seus desvarios. O adultério e a crueldade, o prazer e o sangue, aliavam-se bem nesse génio perverso, mas inteligente e altivo, tão desdenhoso como impudico, queria afirmar sobre o ódio uma força que não pudera conquistar pelo amor. Repelida, acusada, escarnecida por um povo, para quem talvez quis ser boa, decidiu impor-se-lhe pelo desabrido do ódio e pelo desplante do comportamento. Vingava-se à maneira antiga, como uma Cleópatra.

No outono de 1383 faleceu D. Fernando; e logo que a tampa caiu sobre o caixão do defunto, rebentou a revolução.

A revolução de 1383-5 tem um caráter de um Juízo de Deus. A dinastia mentira ao papel justiceiro: *morra por ello!* Por uma série de extravagâncias domésticas e políticas, D. Fernando levara a uma crise a obra lenta e demorada da independência nacional, iniciada com uma espada por Afonso Henriques, assegurada com um açoite por Pedro o Cru. É verdade que não deixara de fomentar a consistência material interna do corpo da nação; mas de que valia isso, pois a deixava outra vez a braços com o problema vital da sucessão, o problema da independência?

Logo que o rei morreu, os diferentes atores da tragédia começaram a tomar os seus lugares na cena.

O castelhano imediatamente encarcera em Toledo o Infante D. João, o mais perigoso dos seus émulos por direito de herança, mas perdido perante o povo pela nódoa do ataque a Lisboa, na esquadra inimiga.

A rainha viúva, julgando o momento oportuno para conquistar

simpatias, representa uma cena de prantos. Abandonara por um instante a sua política de vingança, agora que tudo podia perder, se a não escudassem o respeito ou o amor dos seus. Ela não queria entregar o reino a Castela: queria que a filha fosse aclamada rainha, e ela, como regente, rei de facto. Talvez pensasse em casar-se com o Andeiro, a quem parece amava do coração: seria esse o castigo fatal dos seus crimes, por ser a causa da sua perdição?

Como a rainha sabia a ruim opinião que havia a seu respeito, « fingia-se mui desconsolada e chorava em grandes prantos. Em uma câmara escura, coberta de dó, com lágrimas e soluços – que às mulheres não faltam quando lhes servem – se lamentava, com as visitas, do seu desamparo, queixando-se do governo que o rei dera ao reino, agora pobre e infeliz» (Fernão Lopes). Na sua dor, na boa vontade que tem de servir a nação (para que ela a não expulse do trono), está por tudo. Com efeito, a morte do marido punha-a à mercê da vontade do povo. « Era em tudo obedecida, assim dos povos como dos grandes; mas bem via que essa obediência nada tinha de pessoal, porque ninguém a amava, nem a respeitava. De um momento para outro podia perder tudo. Os de Lisboa queriam que se constituísse um conselho de governo composto de dois homens-bons de cada comarca: anuiu a essa tutela. Quando fora a aclamação da rainha D. Beatriz, mulher do castelhano, observara os tumultos gerais e os votos desencontrados das cidades. Em Lisboa, a aclamação provocara rixas e conflitos; muita gente era pelo infante D. João ou pelo infante D. Dinis, que andavam por Castela; outros gritavam: *Arreal, arreal, cujo for o reino, levá-lo-á!* Em Santarém o infante D. João foi positivamente aclamado. Elvas, para não se decidir, no meio de tanta confusão, gritou: *Arreal, arreal, por Portugal!*

Esse era efetivamente o grito da nação: por Portugal! Ninguém se recomendava bastante, no ânimo do povo, para merecer uma coroa disponível, para se sentar num trono vago. O que Portugal não queria era que nesse trono viesse sentar-se o castelhano. A rainha não o queria tão-pouco; e era toda esforços para ganhar a si o povo, para herdar de facto o reino. Organizada a regência, pensou desde logo na guerra; porque o rei de Castela já se preparava para vir ocupar Portugal. Nomeou os fronteiros do reino, e deu ao Mestre de Avis a zona de entre Tejo e Guadiana.

Havia porém dois homens que, no fundo, protestavam: Nuno Álvares e Álvaro Pais. O primeiro é a mais nobre, a mais bela figura que a Idade Média portuguesa nos deixou. O tipo cristalizado nos romances, o tipo do cavalheirismo e da pureza, tinha encarnado na pessoa do futuro condestável. « Usava muito de ouvir e ler livros de histórias, e especialmente usava mais ler a história de Galaaz, em que se continha a soma da távola redonda» . Tinha a nobreza ideal do cavaleiro, e a castidade de um místico. Era uma açucena na alma, e um leão na bravura e na generosidade. Resistira por muito tempo ao pai que o queria casar, porque não curava de mulheres, nem isso lhe alegrava o coração. Por tudo isto, a

infância da rainha abraçada ao amante, e as lágrimas fingidas pelo marido, coravam-lhe as faces de pejo e enchiam-no de indignação. Nunca a obra indispensável de salvar Portugal podia levar-se a cabo com tal mulher: Deus não consente aos impuros os grandes atos. « Um dia, passeando só no paço, a cuidar no que havia de ser do reino» , ocorreu-lhe a ideia de que só a morte de Andeiro podia pôr termo às desgraças públicas.

O cavaleiro tinha então 24 anos; e esse rapaz, tipo ingénuo e puro de virtude, é a imagem de uma nação, também jovem, e ainda crente num futuro próximo. À indignação da candidez forte junta-se a sabedoria fria e o cálculo experiente de Álvaro Pais, padrasto do futuro grão-doutor. Tudo se conspirava para matar o Andeiro, para perder a rainha. – Era verdadeiramente o juízo de Deus, cuja sentença, logo que fosse pública, seria aclamada pela nação inteira. – Isto assegurava ao Mestre de Avis Álvaro Pais em Lisboa. Falava por sua boca a cidade que Leonor Teles tanto odiava, e que tamanhos medos tinha da rainha. Pensaria já o autor do plano do dia 6 de dezembro (1383) na fundação de uma nova dinastia? Queria acaso matar apenas o valido para aterrorizar a rainha; e entregá-la, assim; manietada, ao poder de uma oligarquia urbana, em que Lisboa se arrogasse o papel de defensora do reino, tendo à frente de um conselho de governo, com a regente vilipendiada e coata, o Mestre, homem simples, por instrumento e chefe? Era um plano atrevido, mas mais de uma vez posto em prática por diversas cidades opulentas da Espanha. Não contava, porém, Álvaro Pais, nem com a arte que os anos desenvolveram no Mestre; nem com o generoso e nobre caráter de Nuno Álvares; nem com a força invencível dos futuros textos e doutrinas do grão-doutor João das Regras.

Combinado o programa do dia 6, Álvaro Pais abraçou e beijou o Mestre. Nesse dia foi este ao paço despedir-se da rainha: partia para a sua fronteira do Alentejo. Momentos depois voltou acompanhado por alguns fidalgos dos seus. A rainha, surpreendida, interrogou-o. – A fronteira era muito *grossa*, levava pouca gente, os arrolamentos estavam errados, queria examiná-los...

Leonor Teles estava então na sua câmara, sentada no meio das suas damas, costurando, sobre o estrado. De joelhos, aos pés da rainha, o Andeiro, de corpo bem disposto, *lustroso*, viril (40 anos), vestindo, apesar do luto, um gibão de cetim carmesim e um tabardo de pano preto, sem o burel branco do estilo, falava manso com ela. Era um quadro de família, e tudo parecia sereno, menos o tom e o aspeto do Mestre e dos seus, de pé, carrancudos e indecisos, como quem tem na mente um crime.

A rainha, inquieta, mas simulando indiferença e sangue-frio, chamou o escrivão da puridade e mandou abrir o livro dos vassalos da comarca: escolhesse o Mestre os que quisesse. O escrivão, de pé, com o livro aberto, ia lendo, indiferentemente *item, Dom*... etc., mas o Mestre não lhe prestava grande *atenção*. Uns perante outros, os personagens da tragédia adivinhavam-se, mas

não se confessavam. Só, porventura, o escrivão, no seu tabardo negro, com a voz monótona, era sincero. Andeiro levantou-se, saiu a outra sala, a avisar os seus sequazes; o que o Mestre vendo, receou perder-se, ou que o ensejo lhe fugisse. Levou-o consigo para fora. A rainha, no meio das suas damas, sobre o estrado, costurava. O momento agudo da crise chegara: era mister consumar o ato. O Mestre empurra então o conde para o vão de uma janela. Ele ia a falar... «sendo, porém, mais tempo de o matar, do que de o ouvir», deu-lhe uma cutilada na cabeça, a valer. Desarmado, o infeliz não podia defender-se; e assim que inclinou a cabeça rachada pelo meio, a gente do Mestre acabou-o ali às estocadas. Foi uma façanha arteiramente combinada, bárbara e cobardemente executada. Nuno Álvares, quando a mesma solução lhe ocorrera, pensou decerto num plano diverso.

Consumado o assassinato, pôs-se em cena a comédia do contrarregra, Álvaro Pais. Foi mandado um pajem a gritar pelas ruas que acudissem ao Mestre, que o matavam no paço. Entretanto, dentro dele, era grande o alvoroço. Uns fugiam pelas janelas, outros pelos telhados: todos corriam como doidos, cheios de susto, e se acotovelavam nos corredores e entre as portas. A rainha levantando-se, ao ouvir que lhe tinham matado o amante, rugiu de cólera, como a fera a quem roubam os filhos: era a sua cruel fraqueza! Viu também a sua vida em perigo, e porventura nesse momento desejou a morte[54]. Animosa, mandou perguntar ao Mestre, que num eirado do palácio, à vontade, descansava das comoções violentas, se também a queria matar. Ele voltou, respeitosamente, que não. Era um homem simples, costumado a ver em Leonor Teles a mulher do rei; e por isso, além de ser muito novo (26 anos), não se atrevia a tanto. Era fogoso, brutal, e de instintos pesados: um instrumento capaz de executar os planos manhosos de Álvaro Pais, pronto para tudo, porque não distinguia bem a linha que separa a nobreza da vilania – como, de resto, sucedia a quase todos os homens de armas da Idade Média. Foram a revolução, os companheiros e depois a mulher, quem fez dele na idade madura um sábio rei.

Na rua, Álvaro Pais vinha a cavalo (por exceção rara, que era velho já e pesado) à frente da procissão de energúmenos, bradando por desvairadas maneiras. A plebe, investindo com o palácio, quebrava os cancelos de ferro, trazia escadas para o assalto e montes de lenha para queimar tudo. Era uma algazarra incrível de impropérios e nomes desonestos, dirigidos à rainha. Já de dentro havia medo que o fogo pegasse, e que o fim da tragédia fosse um incêndio justiceiro. Extenuavam-se a gritar que o Mestre estava vivo, Andeiro morto; mas ninguém tinha ouvidos no meio do clamor da turba. Por fim, o Mestre de Avis apareceu a uma janela e foi vitoriado: «Vinde para nós, gritavam-lhe, e dai ao demo esses paços!» Ali mesmo, ao pé do palácio, ficava a Sé. Era necessário solenizar a festa com os repiques dos sinos, conforme a plebe o ordenava; mas os padres, recolhidos no alto da torre, não sabiam o que queriam deles; e por esse

crime foram precipitados à rua o bispo e mais dois; e os cadáveres, arrastados ao Rossio, ali ficaram para pasto dos cães.

Também o Mestre já sentia fome, depois de tamanho dia. Foi com Álvaro Pais comer sossegadamente. O homem cumprira o que tinha prometido; e, à mesa, na satisfação da vitória, instruiu o rapaz sobre o que lhe restava fazer: pedir perdão à rainha, depois de jantar. Quem sabe? dir-lhe-ia ele, mastigando, mais tarde... casar com ela... E o Mestre, bastardo, pobre, ambicioso e simples, via abrirem-se-lhe horizontes sedutores.

Com efeito, depois de jantar, o Mestre de Avis foi ao paço e, de joelhos, pediu perdão à rainha. Tamanha simplez encheu-a a ela de espanto. Estava calada, não sabia que responder, e como o pobre insistia, ela, afinal com desdém, voltou-lhe: Falemos de outras coisas... O Mestre saía desorientado e corrido, atrás dele as suas guardas, quando a rainha, seguindo-os, deu de chofre com o cadáver do conde empoçado em sangue e coberto com um tapete velho. Não pôde mais conter-se; e o seu ânimo, perdido, rebentou em duas queixas: «Enterrai-o ao menos, já que o matastes tão desonradamente!» Eles não curaram disso, nem se doeram do advérbio da rainha, e foram para suas pousadas. Era tempo perdido.

Ao outro dia a rainha partiu para Alenquer – sufocada em ódios contra Lisboa: queria vê-la arrasada e queimada de mau fogo, queria uma tonelada de línguas das suas mulheres. Queria uma vingança, uma desforra que desse brado ao mundo: que lhe importavam, à sua alma desvairada, a nação e a independência? No egoísmo absoluto de uma paixão, esquecia tudo; e por isso mudou de rumo à sua política, e convidou o rei de Castela a vir tomar posse de Portugal. Perdia-se irremediavelmente.

Entretanto a máxima parte da nobreza acompanhava-a, e a fidalguia era então o exército. Uns não queriam pactuar com a revolta da plebe de Lisboa, nem curvar a cerviz ao império de Álvaro Pais. Outros eram fiéis à legitimidade da regência. O resto dos que não acompanhavam a rainha e grande parte das classes médias eram pelo infante D. Pedro, preso em Toledo. O plano de Álvaro Pais e o partido do Mestre de Avis caíam tanto, que, desanimado, o último decide-se a abandonar a empresa e a fugir para Inglaterra – como fez depois o seu sucessor na história, o Prior do Crato. Puderam, porém, contê-lo. Para quê? Para o decidirem a uma segunda vergonha. Eram incapazes de nenhuma grande audácia, de nenhum plano temerário; e só um desses poderia dar a vitória. Não sentiam o palpitar violento de uma nação forte que aspirava à vida. Os seus meios eram mesquinhos, soezes e cruéis. Conquistaram o castelo de Lisboa, levando à frente de si as mulheres e os filhos dos que o defendiam pelo infante D. João. Angariavam sequazes, comprando-os a dinheiro, segundo a regra de Álvaro Pais *dai o que não é vosso, prometei o que não tendes, e perdoai a quem vos errou.* A rapina e a impunidade eram o alicerce da força do partido, já

ridiculamente alcunhado do *Mexias de Lisboa*. O segundo plano proposto, para evitar a fuga do *Mexias,* era a antiga ideia comum e soez de Álvaro Pais: casá-lo com Leonor Teles. O Mestre acedeu; e propôs o caso à rainha, que respondeu com uma gargalhada. Podia-se, acaso, descer mais? Não podia.

Quem faz, porém, os Messias, é o povo. Valham pouco, valham nada, pouco importa. São um lábaro, onde a turba escreve um moto. Vão, mas não guiam. Portugal com efeito gerava uma revolução messiânica; pedia em altos brados que o salvassem; tinha a consciência de que podia e havia de ser salvo. Esta força latente e invencível era, porém, ignota para a simplez do Mestre e para o lerdo instinto de Álvaro Pais. Andavam ambos como cegos em torno de um farol, sem o verem. Eram ambos como certos animais das trevas, a quem a desnecessidade priva de olhos.

Para ver e para sentir a gravidade do momento, para conceber a audácia da revolução, era mister, ou a ingénua candura dos fortes, ou a refinada sabedoria dos mestres. O de Avis teve a fortuna de encontrar dois homens que o fizeram rei, e tornaram o seu título ridículo de *Mexias,* no título verdadeiro e forte de Defensor do reino, positivo messias da nação (1384).

Termina o reinado de Álvaro Pais, desde que o futuro condestável e o grão-doutor tomam conta, um da guerra, outro da política. Temerárias, audazes, quase loucas ambas, exprimem ambas a suprema sabedoria; porque traduzem o até aí indefinido querer do povo, e empregam os meios únicos de salvação. Nuno Álvares faz de toda a fronteira o teatro de incessantes campanhas, pouco ou nada atende às ordens do Defensor do reino, por vezes desobedece formalmente. À medida que o Mestre via o resultado das armas do nobre capitão, ia reconhecendo a própria inferioridade; e a simplez natural do seu génio tinha de bom o abrir-lhe os olhos à verdade. Nos atos alheios, aprendia a pesar os seus, ganhando com isso a atitude de um moderador prudente. Era sábia a arte com que ponderava os conflitos inevitáveis de Nuno Álvares com João das Regras; do cavaleiro idealista e heroico, e do hábil, consumado político; do representante ingénuo de douradas fantasias com o frio calculador das coisas positivas; do último homem da Idade Média, com o primeiro do novo Portugal monárquico. Entre ambos, o Mestre de Avis era um pêndulo regulador das duas forças em oposição.

A política ia buscar outra vez as alianças inglesas, acordando a antiga ambição castelhana da casa de Lencastre; e a guerra, ora terrível em batalhas, ora fidalga em reptos e duelos, ia acordar por todo o país a revolução. Os grandes, os alcaides das terras, eram por Castela ou pelo infante D. João; mas o povo era pelo Messias: cria e esperava o milagre. Formavam-se uniões espontâneas; e as levas populares conquistavam para o Mestre os castelos e vilas fortificados aos senhores e aos alcaides dos concelhos.

Uma grande parte do reino obedecia ao governo de Lisboa; mas a

rainha, o rei de Castela e o exército invasor, na sua marcha sobre a capital, ocupavam Coimbra. Leonor Teles acabou aí. Arrependida de ter chamado o castelhano que a desprezava; reconhecendo que erradamente, por uma precipitação, forjara por suas próprias mãos as cadeias do seu cativeiro, vendo agora quanto se iludira, e que erro fora o seu em não avaliar a justa vitalidade do país, tentou ainda urdir uma trama para se libertar, perdendo o genro e a filha. Os seus planos falharam; e enojada e cheia de desespero, seguiu a ordem do genro, que de Coimbra a mandou enterrar no mosteiro de Tordesilhas. Como acabaria a sua vida? Quem sabe? Talvez arrependida, santamente amortalhada no burel monástico? Acaso roída de desespero, impenitente?

O exército castelhano desceu sobre Lisboa, e este segundo cerco da capital (1384) foi mais cruel ainda do que o primeiro, no tempo de D. Fernando. Veio a fome perseguir os heroicos lisbonenses, que andavam já doentes das coisas que comiam. Por fora a peste alastrava, porém, de cadáveres os arraiais castelhanos; e quando, um dia, a rainha de Castela, pretendente de Portugal, adoeceu também, os inimigos levantaram o cerco. O povo encontrava nisto motivos para crer numa proteção do céu.

Por mais de um ano se prolongaram ainda as guerras pelas províncias afastadas; mas Lisboa, Coimbra e todo o centro do país eram, já em 1385, pelo Mestre. Os últimos atos da revolução iam consumar-se: as cortes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota.

Em Coimbra o grão-doutor é o general e o chefe. Essa batalha de discursos era diversa, mas não menos brava de pelejar; porque uma grande parte da nobreza, decidida a defender o reino do castelhano, não o estava a aclamar rei o Mestre de Avis. Legitimista, considerava-se ligada ao infante D. João; e a união dos fidalgos, completa para a defesa, não existia, agora que se tratava de consolidar, com uma nova dinastia, a independência e a constituição definitiva do reino.

O rei de Castela era cismático e excomungado por apoiar Clemente VII contra Urbano VI; e além disso os maus costumes de Leonor Teles não deixavam ter certeza sobre a legitimidade de D. Beatriz. – Todos apoiavam João das Regras, porque ninguém queria o castelhano. – D. João, continuava o doutor (e aqui principiavam os murmúrios), é bastardo, porque el-rei D. Pedro jamais se casou com D. Inês de Castro. – Um momento houve em que Nuno Álvares esteve a ponto de brigar com o roncador Martim Vasques, o chefe dos leais; e as cortes por um triz se tornavam numa batalha. Interveio o Mestre de Avis, apaziguando o exaltado capitão, melhor no campo do que no conselho.

Aí reinava o *grão-doutor*. Além de ilegítimos, continuava sem se perturbar, os filhos de D. Inês de Castro tinham tomado armas contra a pátria; e este argumento, próprio a impressionar os leais, pesou, mas não os decidiu. Então o doutor lançou mão das reservas e venceu. Apresentou as bulas, nas quais o

Papa recusara aceder aos pedidos do rei D. Pedro para a legitimação dos filhos. Podia haver prova mais solene? Ousaria ainda alguém conservar dúvidas? E após isto desenrolava todas as consequências: a divisão das forças do reino perante o castelhano, inimigo comum; a impossibilidade de aclamar rei um príncipe preso em Castela, etc. O ataque era irresistível; e tudo cedeu, declarando-se vago o trono, e elegendo-se para o ocupar o Mestre de Avis, D. João I.

Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independência já acabada, do que estas cortes de 1385, em que ela exalta uma dinastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, comum dos portugueses? É só neste momento que bem de facto se pode dizer terminada a história da independência; porque a dinastia de Borgonha trazia consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal: o reino era um senhorio, sublevado, como por tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido, na própria Espanha, a Galiza e a Biscaia[55]. Agora as coisas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se para o sul, recebendo novas gentes em seu seio, fomentando a atividade comercial e marítima em Lisboa, ao mesmo tempo que se constituía interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo, e um ser dotado de vida independente e própria. A crise que temos vindo historiando – com um vagar desculpável pela sua significação excecional – parece ter, para a vida nacional portuguesa, a importância que a natureza dá às crises que determinam a passagem de uns para outros dos seus tipos orgânicos[56].

Não bastava, porém, uma aclamação, era necessário um batismo, à nova monarquia. Aljubarrota respondeu com as armas à eloquência das cortes; e, vitorioso no conselho e no campo, o trono de D. João I ficou inabalável. Seguindo o parecer dos ingleses, seus aliados e mestres na nova tática militar com que vieram a esmagar em Azincourt a cavalaria francesa, o Mestre de Avis entrincheira o seu pequeno exército. Nortberry, Hartcelle e d'Artberry, capitães, traçaram a *carriagem*. Cortaram-se ramos de árvores com os quais se levantou uma estacada para paralisar as cargas da cavalaria; ao meio dessa estacada, um carreiro estreito, internamente bordado por archeiros e besteiros de pé, estava aberto, como uma tentação e um laço, ao ardor fidalgo dos inimigos.

A desproporção do número era grande entre os combatentes. O castelhano trazia consigo vinte mil homens de cavalo, nos quais entravam dois mil franceses, gascões e bearneses; com a peonagem, o seu exército ia a mais de metade. Em volta de D. João I não havia mais de duas mil lanças, oitocentos besteiros e quatro mil peões: alguns elevam a dez mil o total. Evidentemente, só a força da arte podia vencer a desproporção do número. Pelo meio-dia apareceu o exército inimigo, vistosamente composto na galhardia das armas reluzentes com o sol, dos pendões e bandeiras blasonadas, das mesnadas dos ricos-homens da Espanha e da França meridional, montados nos seus cavalos de guerra. Os

portugueses, calados, humildes e obscuros, por detrás das suas trincheiras, esperavam o choque dessa brilhante mole. Havia em muitos valentia e entusiasmo, mas não faltava o temor, menos ainda a decisão firme de morrer vencidos, na desesperança de rebater um ataque tão poderoso. O condestável e os cavaleiros excitavam o ardor bélico; os bispos, confessando, absolvendo, dando a comungar, distribuíam a paz às consciências, preparavam para a morte, acendendo a coragem com os ódios religiosos. Havia exaltação, votos singulares, ditos agudos, mas sobradas dúvidas sobre o resultado do dia. Os padres rezavam no seu latim... *Verbum caro factum est,* e os soldados traduziam desta forma o Evangelho: muito caro feito é este. Havia até medo nessas levas de gente bisonha do campo, soldados saídos de uma população rural; mas uns trinta peões que fugiram, apavorados, foram trucidados pelos castelhanos: o que nos prestou o serviço de evitar as deserções, consolidando o propósito da defesa.

O exército inimigo não se tinha decidido ainda sobre o modo de operar. Uns optavam pela prudência: vinham de longe, cansados da viagem, não tinham comido ainda: esperassem, e os portugueses, como javardos no seu covil, seriam forçados a sair por lhes faltar o mantimento. Outros achavam uma vergonha, para tão fidalgos cavaleiros, o parar diante duma estacada mal defendida por um punhado de soldados bisonhos. Apesar do rei vir em andas, doente com sezões, venceu a última opinião, e atacaram galhardamente. « Em esto os ginetes dos inimigos provavam a miude d'entrar na carriagem dos portugueses, mas tudo achavam apercebido de guisa que lhes non podiam empecer. De forma que os castellãos tiveram de apear e combater com armas curtas» (F. Lopes).

Realizava-se a previsão, e a batalha acabou por um destroço completo da cavalaria orgulhosa. O rei de Castela fugiu nas suas andas. Toda a bagagem do seu exército caiu em poder dos vencedores. Eram carretas e azémolas sem número e dezenas de milhares de cabeças de gado.

Como para a Europa Central foi depois Azincourt, assim Aljubarrota foi na Espanha: o último dia da cavalaria feudal e o primeiro ensaio desses combates de pé, com que dois séculos mais tarde a infantaria castelhana de Carlos V havia de conquistar a Europa.

A Idade Média portuguesa acaba no dia de Aljubarrota, com a primeira época da nação, com o período da sua formação trabalhosa e lenta. Novos horizontes, vastas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro amadurecem encobertos no seio da nação, formada, aclamada, batizada em sangue. Chama-a de longe um dúbio tentador – o Mar!

## LIVRO TERCEIRO
## A CONQ UISTA DO MAR TENEBROSO
## (DINASTIA DE AVIS: 1385-1500)

*...quantas veres estive metido de baxo das bravas ondas por saber o fundo das barras e para que parte endereçavam os canais, e entrada dos rios até então nunqua lavrados cobertos de bravo mato; e asi mesmo que pera alcansar a verdade das rotas, fluxos do mar, voltas e remansos de rios, surgidouros de portos, abriguo de enseadas, deferença de agulhas, altura das cidades, e fazer tavoas de cada lugar e rio em que se contem a mostra da terra, baxos, restingas, rotas, e como se devem de entrar, perdi muita parte da saude e disposição natural.*

DOM JOHAM DE CASTRO, *Primeiro Roteiro da Costa da Índia.*

## I. O INFANTE D. HENRIQUE

Desde o meado do XII século que se propagara na Europa a notícia da existência de um império cristão no Extremo Oriente. O núncio da Igreja da Arménia falara ao Papa (Eugénio III) em um príncipe, chamado João, cujos domínios estavam situados para além da Arménia e da Pérsia, e que reunia ao Império o sacerdócio: era um Papa do Extremo Oriente, e fizera numerosas conquistas, o Preste-Joham[57]. Esta lenda, espalhada na Europa, excitava tanto mais a pia curiosidade dos cristãos, quanto essas distantes regiões se pintavam como paraísos carregados de ouro e encantos.

Durante a Idade Média, vogavam também extravagantes lendas acerca do Atlântico[58]. As tradições obliteradas pela ignorância davam carateres fantásticos às antigas viagens dos cartagineses ao longo das costas de África e às ilhas do mar atlântico[59]. Esse infinito de águas, onde mergulhavam todas as costas conhecidas, povoava-se de monstros e sombras extravagantes: era o Mar Tenebroso! Os homens do norte, que nas suas barcas tinham descido desde os mares gelados do pólo a piratear nas costas da França, foram caindo para o sul; e já no XV século tinham chegado às Canárias, já comerciavam ao longo da costa africana, para cima do cabo Bojador, onde também, por terra, chegavam os berberes de Marrocos[60].

As tradições dos geógrafos antigos, idealizadas pela imaginação bretã, tinham dado lugar à formação de lendas maravilhosas. O mar tenebroso era um oceano de luz, semeado de ilhas verdes, onde havia cidades com muralhas de ouro resplendente: ao cabo das longas e perigosas viagens estava o paraíso terreal. Para os geógrafos árabes, menos fecundos em fantasias, o mar tenebroso era uma vasta e infinita campina, a acabar num caos de nevoeiros e vapores aquosos; e « ainda que os mareantes, diz Ibn-Khaldun, conheçam os rumos dos ventos, não havendo, para além, país algum habitado, perder-se-ão irremediavelmente, porque o limite do oceano não é outro senão o próprio oceano» .

Além destas tentações marítimas, havia a ambição do Oriente e do seu comércio, acendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Espanha, pelo contacto íntimo em que a ocupação árabe a pusera com os monopolizadores desse comércio, durante a Idade Média. Ormuz era o empório mercantil de todos os mercados do Oceano Índico. Daí as carregações se dirigiam para a Europa e para a Ásia do Norte, seguindo derrotas diversas. As da Ásia iam em cáfilas, caminho da Arménia, por Trevizonda, engolfar-se na Tartária; as da Europa, ou vinham por mar a Suez, e daí em caravanas, pelo Cairo, a Alexandria, ou seguiam por terra o vale do Eufrates a Bagdad, passando em Damasco, no seu caminho de Beirute, sobre o Mediterrâneo.

Tinha, porém, no começo do XV século, a empresa encetada com

tamanho vigor e tino pelo infante D. Henrique, o pensamento determinado de chegar por mar – como veio a chegar-se – ao império do Preste-João das Índias? Parece-nos que não. Devassar o mar tenebroso em demanda das ilhas de que havia uma notícia mais ou menos vaga, reconhecer e ir ocupando gradualmente a costa ocidental da África – parecem ter sido empresas ainda não ligadas nesse tempo com a da viagem aos reinos do Preste-João. Esta viagem, contudo, não ocupava menos o espírito do príncipe, que pensava levá-la a cabo por caminho diferente: por terra. A conquista de Ceuta prende-se direta e principalmente a este pensamento. Arquitetos árabes da Espanha tinham ido pelo interior da África até Tombuctu, cujos palácios rivalizavam com os de Córdova ou de Granada. Ceuta era a chave marítima do império de Marrocos; e, porventura, através da África se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso a terra oferecia um campo de exploração mais definido do que esse mar incógnito, infinito, cheio de trevas.

No ambicioso espírito do infante, cabiam as duas empresas: conquistar o império marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o monopólio do comércio do Sudão[61], e ao mesmo tempo conquistar às trevas as ilhas desse mar desconhecido, seguindo também o longo das costas ocidentais para as visitar e explorar. Tenaz e até duro de caráter, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos da sua empresa; nem o dobram as lágrimas do irmão infeliz sacrificado em Tânger, nem as súplicas do outro irmão, o nobre D. Pedro, talvez por sua culpa morto em Alfarrobeira. Às conquistas da África imola os dois príncipes; às navegações os seus ócios, as rendas da Ordem de Cristo, e as vidas obscuras dos muitos que morreram ao longo das costas, ou na vasta amplidão dos mares terríveis. Dominado por um grande pensamento, é desumano, como quase todos os grandes homens; mas, no limitado número dos nossos nomes célebres, o de D. Henrique está ao lado do primeiro Afonso e de D. João II. Um fundou o reino, outro fundou o império efémero do Oriente; entre ambos, D. Henrique foi o herói pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassalagem de todo o globo.

A cândida nobreza de Nuno Álvares, a sabedoria do grão-doutor João das Regras, a explosão da força nacional tinham feito de D. João I quase um herói; os seus ilustres filhos fazem dele o mais feliz dos pais. Ditoso homem medíocre a quem tudo favorece, deu-lhe a sorte uma esposa virtuosa e nobre na princesa cuja lição e cujo exemplo põem a semente das suas grandes ações no coração dos infantes – D. Pedro, acaso o tipo mais digno de toda a história nacional; D. Fernando, cujos méritos desaparecem perante o do martírio que o santificou; D. Duarte, o rei sábio e infeliz; D. Henrique, finalmente, em cujo cérebro ferviam os destinos futuros de Portugal. É uma plêiade de homens célebres, presidindo a uma nação constituída e robusta. Com tais elementos consegue-se tudo no mundo. Bons guerreiros, à antiga, os infantes não se

parecem, contudo, já com as antigas personagens. A corte apresenta uma fisionomia diversa: dir-se-ia uma Academia. D. Duarte ocupa-se em coisas sábias, escreve o seu *Leal Conselheiro*; D. Pedro, cujas dilatadas viagens chegaram a formar lenda, traz consigo vasta lição, muitos livros, cartas, conhecimentos; a literatura e a geografia ocupam-no por igual, e também escreve: dedica ao irmão primogénito o seu tratado da *Virtuosa Benfeitoria*. À noite, nos serões, leem-se, *pouco, passo, e bem apontado,* como D. Duarte manda na sua obra, as histórias sedutoras de Galaaz, de Merlim, de Tristão. Não é uma corte da Idade Média, é já uma corte da Renascença, cheia de ideias novas e de uma cultura eminente. A educação transforma a política, e as teorias monárquicas da Itália são aplaudidas e adotadas. Bole-se na legislação, limitam-se os privilégios aristocráticos e burgueses, adianta-se a obra da unidade orgânica do corpo nacional. Os príncipes, valentes e sábios, são estadistas, no moderno sentido da palavra; e o rei, que na mocidade obedecera aos impulsos de Nuno Álvares, às lições de João das Regras, obedece agora aos incitamentos dos filhos, que lhe mostram, com os livros e os mapas, a conveniência de ir tomar Ceuta – primeiro ato de uma longa e ambiciosa história que desenrolavam perante os ouvidos sôfregos do antigo Mestre de Avis. A rainha, orgulhosa nos filhos, aprova tanto, que, já moribunda, ainda obriga o marido a partir. D. João I, passivo agora e sempre, obedece; e, do princípio ao fim da sua fecunda existência, parece fadado a ornar-se com os louros por outrem ganhos, a ceifar a seara, que outrem semeou. Tinha, porém, a habilidade própria dos homens de juízo – a de pesar, ver, e julgar com retidão.

Os planos de D. Henrique mereciam a plena aprovação do rei, que lhe dava ampla liberdade para prosseguir; e até o incitaria, se o infante carecesse de estímulo. Já no próprio ano de Ceuta, D. Henrique fizera uma primeira tentativa, enviando uma frota a sondar e reconhecer a costa da África.

Terminada a empresa de Ceuta, pôs decididamente mãos à obra, e estabeleceu-se em Sagres. Era uma língua de rocha cravada nas ondas e açoitada pelas ventanias do noroeste. Estava-se ali como a bordo; e a academia do Infante parecia uma nau, em que vogavam os destinos ainda ignotos da nação. Os antigos tinham chamado *sacrum,* sagrado, a esse promontório, e o nome de agora também traduzia, no pensamento e na linguagem, a passada denominação. Sagres ia ser no XV século, como fora nos velhos tempos, o pedestal de um templo. Acreditavam os antigos celtas, do Guadiana espalhados até a costa[62], que no templo circular do promontório sacro se reuniam às noites os deuses, em misteriosas conversas com esse mar cheio de enganos e tentações, aberto ao capricho dos homens para os tragar. Agora, os modernos herdeiros dos druidas erguiam em Sagres um novo templo, onde também às noites, não deuses, mas homens, se entretinham em falas com os ignotos mares, com as regiões desconhecidas. O espírito era o mesmo, a religião era outra: – era a da

Renascença – a ciência, a tentação irresistível que arrastava os homens para a natureza; que os fazia extenuarem-se a desflorar a virgindade dos mares, a interrogar a mudez das noites, na sua ânsia de saber, de dominar, de conhecer o mundo inteiro e os seus segredos: « quantas vezes estive metido debaixo das bravas ondas, por saber o fundo das barras e para que parte endereçavam os canais!»

Em Sagres reunira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmografia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscrito das peregrinações de Marco Paulo. Esses livros, os mapas de Valseca, as obras de João Muller, (de Koenigsberg), de Jorge Purbach, as narrativas e roteiros dos pilotos, as rudes cartas marítimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmógrafo Jaime de Maiorca, então célebre, rodeado de discípulos, passava os dias a discorrer, as noites a interrogar, silenciosamente, os enigmas propostos nos textos e desenhos. Como Raimundo Lúlio entre as drogas e retortas do seu laboratório se extenuava a buscar o princípio da vida, os corpos simples ou elementares da matéria para obter o segredo da existência física e orgânica, assim o infante procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golfos e enseadas, velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso.

Essa paixão naturalista da Renascença nos seus primeiros tempos, essa tenaz curiosidade científica, diferia essencialmente do misticismo religioso da Idade Média, eivado de fantasias cabalísticas, e da ingenuidade das mitogenias primitivas. O homem já preferia a ciência à imaginação: rejeitava as fábulas, e confiava tudo aos processos e aos meios positivos. « Ora manifesto é, diz, um século depois, Pedro Nunes, que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são as coisas de que os cosmógrafos hão de andar apercebidos. Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha» . A bússola, o astrolábio e o quadrante já guiavam as expedições marítimas enviadas anualmente de Sagres pelo infante, a sondar o Oceano, ou a descer a costa para o Sul. Porto Santo, a Madeira e os Açores foram por esta forma arrancados às trevas do mar[63]. Mas, apesar das sucessivas investidas, não se conseguira ainda dobrar o cabo Bojador, limite extremo até onde a costa era conhecida: havia doze anos que os navios iam e voltavam sem resultado. Era uma barreira natural, junta a um muro de terrores fantásticos.

Gil Eanes parte, afinal, em 1434, e volta com a desejada nova. O mundo não acabava ali, sabia-se já; mas seria possível ir além desse *finis terrae,* da África? Gil Eanes voltou para responder afirmativamente. Dissiparam-se, portanto, os sustos; e os navios foram seguindo, costa abaixo, por Cabo Verde, a

Guiné, onde, cheios de satisfação, os mareantes aprisionam os primeiros negros – os azenegues do Senegal[64].

Eram um antegosto das horrorosas façanhas a que as tentações do mar os haviam de conduzir; mas as perdas de gente e dinheiro, já sensíveis, o dilatado das viagens, as consequências fecundas, esfriavam nos ânimos o entusiasmo do princípio. Não acabava, jamais, a costa da África! e o Preste-João e os encantos do Oriente traduziam-se apenas pela malagueta da Guiné[65].

O infante morreu em 1460, e com a sua morte parou o movimento das navegações. A empresa, primeiro esboçada, parecia colossal demais para as forças da nação: não podiam elas vencer de todo, nem o Mar, nem Marrocos; e o que se tinha conseguido, perante os resultados práticos, desanimava e fazia sentir cansaço.

Antes de nos alongarmos na história dessa empresa, cabe-nos o dever de registar brevemente a da formação das forças navais portuguesas, indispensáveis para o empreendimento das viagens de descoberta e das expedições militares à costa da Berbéria.

Pode dizer-se que, até o fim do XII século, não há marinha na Espanha Ocidental. As lutas da reconquista, então feridas, eram-no por terra exclusivamente; e a imperícia marítima dos cristãos, junta aos relativos progressos dos árabes, concorriam para tornar difícil a conservação das praças litorais conquistadas. Os primeiros dispunham apenas de pequenas lanchas costeiras, enquanto os segundos tinham navios regularmente armados e equipados, com que percorriam toda a costa ocidental, refrescando nos seus portos, abastecendo-os de munições e gente quando estavam cercados, e desembarcando amiúde, com o fim de talar os campos dos cristãos e cativar os tardívagos ou indefesos. Já, porém, no XI século o bispo de Compostela tinha mandado vir de Génova pilotos, sob cuja inspeção construiu duas galés que foram às costas de Al-Gharb sarraceno pagar em moeda igual antigas e grossas dívidas. Os genoveses foram os nossos mestres na arte de navegar.

Mas desde o meado do XII século o exame das armadas de Cruzados, com cujo auxílio Lisboa e depois Alcácer foram tomadas, tinha vindo acrescentar os conhecimentos, demonstrando ao mesmo tempo que, sem o império no mar, jamais poderia levar-se a cabo a conquista do sul do reino. À empresa de Silves, no tempo de Sancho I, vão já navios portugueses; e o que escrevemos sobre o caráter mais regular e sistemático da política e das campanhas desse reinado leva-nos a crer que daí deve atar-se a fundação da marinha militar portuguesa. Com efeito, essa marinha existe nos reinados de Sancho II e de Afonso II, como o provam as expedições marítimas que terminaram pela conquista definitiva do Algarve, e as façanhas do lendário Fuas Roupinho. Havia então já um corpo de tropas especiais de embarque.

Que eram esses navios, porém? O leitor decerto viu alguma vez, de

tarde, ao cair do sol, o recolher dos barcos, voltando do mar, nas praias de Ovar ou da Póvoa de Varzim. Viu a construção e os tipos desses navios primitivos, e as pitorescas fisionomias dos seus tripulantes: eis aí uma esquadra do XIII século[66]. Vê-la-á, real e verdadeiramente, se, com a imaginação, substituir por armas os utensílios da pesca. E quando os barcos, encalhados na areia húmida, descarregarem – hoje o peixe, então as presas, os mantimentos e a gente – homens e mulheres fincadas as mãos sobre os joelhos, curvados, com o dorso contra o costado do barco, em linha ao longo dele, impelem-no, manobrando ao som de um canto rítmico, para o fazer rolar sobre toros até ficar em seco, distante dos perigos das ondas. Essa cena repetia-se para pôr a enxuto e para pôr a nado as embarcações; e Sancho II realizou um progresso, ainda hoje desconhecido nas nossas praias de pescadores: mandou construir *debadoiras* (cabrestantes) para encalhar, tirados por cabos os navios. No tempo de Afonso III já o poder marítimo português é de tal ordem, que os nossos navios vão em socorro a Castela, e o Papa nos convida a acompanhar as gentes do Norte à Cruzada.

O reinado de D. Dinis marca uma segunda era na história da marinha nacional. Reciprocamente indispensáveis a marinha mercante e a militar, os cuidados do rei administrador dirigem-se principalmente a fomentar a primeira, cuja importância o tratado de comércio, feito em 1308 com a Inglaterra, acusa. Além disto o rei aplica-se a melhorar o Porto de Paredes, na costa ao norte do cabo da Roca, defendendo-o contra as dunas, que, apesar de tudo, o invadem e destroem. Com este mesmo pensamento mandaria semear o pinhal de Leiria. Também no seu tempo, por morte do conde do mar, Nuno Cogominho, em cuja família esse cargo andara, vem tomar o almirantado da armada portuguesa o genovês Pezzagna. Nacionalizada, a família dos Peçanhas tem por largos tempos o condado do mar, ou almirantado, como já, à moda árabe, se dizia então.

Os progressos realizados no XIV século preparam os recursos poderosos, com que, no seguinte, o infante D. Henrique pode levar de frente as duas empresas a que votara a sua existência. D. Fernando, o *amavioso* e infeliz rei, merece nesta história uma menção condigna. Apesar das quimeras da sua política tornarem em derrotas as suas empresas, a sabedoria e o alcance económico da sua legislação dão-lhe o direito de preeminência na história da formação do poder naval dos portugueses. Já então a alfândega de Lisboa rendia, por ano, de 35 a 40 mil dobras: o que demonstra o progresso comercial do reino e comprova a opinião expressa no livro anterior, da deslocação do centro de gravidade nacional do norte para o sul, e da nova fisionomia adquirida depois do antigo caso da separação do condado português do corpo da monarquia leonesa.

O rei que pretendia, com justiça, impedir aos proprietários a detenção improdutiva das terras, obrigando-os a lavrá-las, ou a dá-las a quem por eles o fizesse, era o mesmo que, num corpo de leis, protegia e fomentava o comércio

marítimo de Lisboa, já então uma cidade cosmopolita. Os genoveses, os lombardos, os aragoneses, os maiorquinos, milaneses, corsos, biscainhos, gentes de tão variadas partes – de toda a Espanha e das costas circum-mediterrâneas – fixavam-se em Lisboa a comerciar. Pelo Tejo saíam cada ano para cima de doze mil tonéis de vinho, sem contar o dos navios da segunda carregação, em março. Os navios eram já maiores e tinham coberta. O cronista chama à capital «grande cidade de muitas e desvairadas gentes». Era uma Veneza que se formava, para suceder à antiga; e, como as cidades republicanas da Itália, também o comércio era privilégio dos mercadores, proibido aos nobres e clérigos, sendo vedado aos estrangeiros negociar fora do porto-franco de Lisboa.

O rei D. Fernando assistia ao pleno desenvolvimento de uma potência comercial e marítima; e o que fez em favor do seu progresso demonstra a lucidez do seu espirito. O rei em pessoa era armador e negociante de certos géneros exclusivos. Criou *bolsas* de seguros marítimos, mútuos, em Lisboa e no Porto, com o produto de uma taxa especial lançada sobre o comércio, instituindo o cadastro ou estatística naval. Reduziu a metade os direitos de importação dos géneros trazidos por navios nacionais, estabelecendo assim um direito diferencial de bandeira, a cuja sombra se multiplicou o número de navios mercantes portugueses. Deu, aos que desejassem construí-los, a faculdade de cortar madeiras nas matas reais. Isentou de direitos os materiais de construção naval, e os navios construídos fora, por conta de nacionais; e o mesmo concedeu à exportação dos géneros do primeiro carregamento de navios novos. Por sobre esta proteção eficaz e enérgica, emprestava ainda aos armadores capitais para comerciarem, ficando interessado com eles no dízimo dos lucros, que se liquidavam duas vezes no ano.

Noutro lugar dissemos que o governo de D. Fernando fora um cesarismo, e com efeito o foi de todos os modos: na sábia proteção dada ao fomento material da nação, na violência das medidas de salvação pública, na desordem dos costumes da corte, e no caráter bondoso e ingenuamente devasso do rei. Este César do fim da Idade Média preparava o caminho à nação, cuja vida brilhante de dois séculos, afastada da estrada ordinária da agricultura e da indústria, ia ser a vida de uma Roma imperial, de uma Cartago, de uma Veneza: metrópole acanhada de um império colossal, subordinada nos seus destinos ao merecimento individual dos governantes autocratas, mais do que à força espontânea de um espírito nacional, ao maquinismo ativo de um sistema de instituições e classes, organicamente construído e funcionando normalmente. De todos os fundadores de Portugal marítimo D. Fernando é o maior; e se as queixas formuladas, ao decair do XVI século, contra os que afastaram os portugueses do arado para o leme, do campo para o mar, têm razão absoluta – a sabedoria de D. Fernando foi como o pior dos erros. Camões fulminava, pela boca do velho do Restelo, os que arrastavam Portugal para o mar; como Plutarco também

condenou Temístocles por ter lançado os atenienses no caminho das empresas marítimas.

Mas esses lamentos do espírito utilitário, se têm um cunho de verdade positiva, têm também um escasso merecimento histórico. Não tivesse a Grécia sido colonizadora e marítima, e a sua voz educadora jamais se teria ouvido no mundo. Outro tanto diremos de nós. Não tivéssemos alargado pelo mar um nome sem razão de ser na Europa, e, jungidos à Galiza virente e à Castela farta, teríamos tido menos fome e menos dores, menos misérias decerto, mas nenhuma honra, também, na história. O próprio nome de Portugal não teria existido senão como lembrança erudita de um certo condado, que, nas mãos de príncipes astutos e atrevidos, conseguira viver alguns séculos separado do corpo da nação espanhola.

Traduzirá isto apenas uma vaga e sentimental banalidade? Não, decerto. Infeliz de quem não viveu; e viver, para os homens e para as nações, difere de absorver, digerir e segregar, porque é mais do que satisfazer as necessidades orgânicas. Além disto, o destino, fatalidade, providência, determinação, ou como se queira dizer – traduzido com as sucessivas palavras, antigas, atuais ou futuras, um mistério eterno – elege ou condena – escolham também os sectários entre as duas expressões – os homens e as nações a uma determinada obra. Nós fomos elegidos ou condenados a conquistar para o mundo esse Mar Tenebroso que o enchia de vagas ambições ou de fúnebres terrores.

Era este o momento oportuno de dizermos todo o nosso pensamento acerca da empresa nacional, do seu destino, da sua missão, ou como aprouver melhor chamar-lhe. A viagem das Índias, que vamos contar – descrevendo previamente a derrota, por Ceuta e Tânger, e, no reino, pela consolidação do poder cesáreo dos reis – necessitava ser julgada: agora que, ainda no molhe os tripulantes, sobre a amarra os navios, se não desferrou o pano, nem se deram as salvas da partida.

Essa esquadra, que fundeia no Tejo, era já poderosa ao tempo de D. Fernando. Os cuidados do rei em favor da marinha mercante abraçavam também a marinha de guerra. A armada que foi bloquear Sevilha (1372) era, no dizer do cronista, *formosa campanha de ver.* Mice Lançarote Peçanha, da linhagem do genovês, ia de almirante; e o cosmopolitismo da nova pátria portuguesa vê-se bem no nome dos capitães: um João Focin castelhano, um Badasal de Spínola, um Brancaleon. Como Roma, Lisboa recebia no seu seio e nacionalizava gentes de toda a parte; e deste aglomerado de carateres, naturalmente inorgânico, sairá, no momento culminante do XVI século, um espírito superior ao espírito nacional-natural e a noção de uma pátria moral ou ideal, como foi a pátria de Virgílio.

A esquadra de Sevilha contava trinta e duas galés, trinta naus redondas, afora as que vieram *pera la da costa do mar.* Vinte e três meses teve

bloqueado o Guadalquivir, e retirou com a paz. Outra frota, quase tão poderosa como esta, foi ainda ao Mediterrâneo, na seguinte guerra de Castela, para sofrer o desastre de Saltes (1381), consequência da temeridade do fanfarrão Afonso Telo.

Agora, fundeada no Tejo, a armada espera o rei e os príncipes para ir conquistar Ceuta, em África.

## II. PORTUGAL EM ÁFRICA

Todos estavam impacientes por partir; mas o vento norte fresco, o vento de monção, assobiava contra as paredes do quarto onde jazia moribunda, com a peste, a rainha D. Filipa. Ninguém pusera na empresa melhor amor do que ela: mandara fazer três espadas cravadas de pedraria para os filhos, que em Ceuta haviam de ser armados cavaleiros; mas o destino não lhe consentiu ver terminada a façanha. Morreu; e ainda não se tinham acabado de arrancar das paredes do convento de Odivelas os panos de dó do enterro, quando a armada partia. Morrera a 20; são hoje 25 do mês de junho de 1415.

As pazes celebradas com Castela no ano anterior tinham dado o sossego a uma corte onde fervia o desejo de praticar grandes coisas. Diz-se que o rei pensara em abrir em Lisboa um torneio de um ano, onde viriam os mais célebres cavaleiros da Europa medir-se com os portugueses; mas esse plano extravagante foi substituído pelo projeto mais sensato de ir a Ceuta. Para não prevenir os inimigos, conservara-se um segredo absoluto sobre o destino da grossa frota que se reunia em Lisboa. Todos temiam: o aragonês, e principalmente o mouro de Granada. Vinham de várias partes soldados e navios. D. Duarte aparelhara em Lisboa oito galeões, e D. Henrique tinha chegado do Porto com uma divisão de cinquenta e dois navios de toda a classe. Havia ingleses, franceses e alemães na armada, que, depois de inteiramente reunida, contava 33 galeões grandes, 27 menores, de três bancos de remeiros, 32 galeras e 120 fustas, transportes, e outros vasos secundários. Iam embarcados cinquenta mil homens.

Ao passarem à vista do Cabo de S. Vicente os navios baixaram as velas por *razam das reliquias que ali havia*. Ainda em Sagres não existia ao tempo a escola do infante, mas o preito dado ao lugar sagrado para muitos parecerá simbólico. Era esta a primeira grande empresa marítima de Portugal; ou antes e melhor, era a primeira vez que as esquadras portuguesas saíam de Lisboa com o fito de alargar o reino para além do mar. Inexperientes ainda os pilotos, as correntes do estreito dispersam a poderosa armada, parte da qual é arrastada até Málaga, indo o resto fundear em Ceuta.

Não nos permitem as proporções desta obra narrar todas as batalhas e cercos, nem isso importa; pois que, salvas exceções que temos tomado em conta, todos se parecem entre si. Nenhum caráter novo, nem particular, apresentou a tomada da cidade que, colhida de improviso, não pôde resistir. Os moradores abandonaram-na depois de um combate em que obtiveram a prova da inutilidade da defesa; e os cristãos saquearam a cidade deserta, arrancando as colunas de alabastro, os mármores das portas e janelas, os tetos lavrados em painéis dourados, dos palácios da opulenta Ceuta. Enquanto a turba dos soldados se espalhava pelos meandros das ruas e pelas casas da cidade abandonada, os fugitivos, de longe, sobre as colinas, bradavam desesperados e miseráveis num

triste clamor de perdidos. Ficavam-lhes além, dentro dos muros da cidade tomada, afora tudo o que possuíam, os cadáveres insepultos dos muitos que na véspera tinham morrido no combate.

Ceuta era portuguesa; e uns sinos, antigamente tomados em Lagos, serviam desde logo para solenizar a sagração da mesquita dos infiéis. O infante D. Henrique, principal autor, denodado executor da empresa, recebeu o título de duque, novo então em Portugal. Todos os três irmãos foram armados cavaleiros.

Que se fazia porém de Ceuta? Muitos opinavam pelo abandono, recolhido, como estava, o saque: eram os que ignoravam os vastos desígnios do infante, ou os não aprovavam.

Ceuta guardou-se como princípio de mais dilatadas empresas.

Vinte anos decorridos – em que o infante se dera principalmente aos seus trabalhos de Sagres – e vendo acaso que as descobertas das ilhas do Atlântico não valiam assaz perante os sonhos da sua ambição, e que ao longo de África pouco se adiantou por mar, torna a preocupá-lo a ideia das conquistas marroquinas, desde tempo posta de parte. A Atlântida misteriosa teimava em não aparecer; ou reduzia-se afinal à Madeira, ou ao arquipélago açoriano, onde não havia, nem encantos, nem muralhas de ouro, nem estranhas gentes; só desertos cerrados de florestas, bravios de abrir, e pouco remuneradores. O reino encantado do Preste-João fugiria diante dos navios aventureiros, como uma miragem enganadora?

Já D. João I morrera a este tempo, e governava o reino o bom, infeliz D. Duarte. O ambicioso irmão levou-o a empreender a conquista de Tânger, depois de ter convencido a que o acompanhasse o infante D. Fernando. O rei, ou aprovou, ou não teve energia bastante para se opor à temerária empresa. No conselho em que ela se debateu, porém, o outro irmão, D. Pedro – cuja sensatez parece tê-lo já a esta época afastado de uma corte onde a irrequieta ambição de D. Henrique governava – observa que tudo falta, para esperar um bom êxito. Não havia dinheiro para custear o exército, e sem grande encargo de sua consciência, o rei não o podia tomar aos povos. Mudar a moeda (enfraquecê-la) em proveito próprio, não o devia: falece-vos o principal cimento da passagem! Posto que Tânger se tomasse, e Arzila, e Azamor, que se lhes faria? Do reino, despovoado e minguado, era loucura enviar gente e guarnecê-las: seria trocar boa capa por mau capelo, perder Portugal sem por isso ganhar a África. O exemplo dos castelhanos não colhia, porque dispunham de mais vastos recursos. – O infante vira muito mundo, e aprendera a medir pelo seu justo peso a importância limitada da nação. A ignorância, mãe de todas as temeridades e audácias, não o cegava.

D. Henrique, pertinaz, decidido e, por sobre isso, violento e sem carinho, não perdoou decerto a sábia prudência com que o irmão se opunha aos seus desígnios. As relações de ambos, já frias, azedaram-se talvez; e porventura

aqui esteja o motivo da indiferença com que D. Henrique ouviu os rogos do irmão, quando mais tarde lhe pedia que o servisse perante o sobrinho, Afonso V – indiferença que decerto concorreu para a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, se porventura a não causou.

As advertências do príncipe no conselho eram tanto mais graves, quanto os seus argumentos eram absolutamente fundados, positivos; e grandes os créditos da sua opinião, merecido o respeito que todos tributavam ao seu caráter. Por isso, apesar da nenhuma brecha que os argumentos, por via de regra, fazem nas teimas, o rei (ou D. Henrique) julgou necessário escudar-se com o parecer do Papa. Consultou-se, pois, Roma; e a resposta, que de lá veio, honra o nome do que a deu: « Se as terras foram cristãs e há templos convertidos em mesquitas, a guerra é santa; se o não foram, deve distinguir-se: são vizinhos incómodos e põem em perigo os cristãos? admoestem-se, ameacem-se e só em último caso se recorra às armas. Não é este, porém, o caso? então, deixem-nos em paz, porque a terra e a abundância dela é do Senhor, que faz nascer o sol sobre os bons e os maus, e dá de comer a todas as aves do céu.

Esta última das três hipóteses indicadas pelo Papa era a verdadeira, o que não impediu o infante de prosseguir na sua teima. « A gente do reino havia esta ida por tão pesada, que a mais dela preferia pagar as multas (impostas aos refratários ao alistamento) a arriscar as vidas» . Nem as multas, nem o dinheiro do rei, nem os empréstimos bastavam, porém, para suprir o orçamento da armada; e por isso lançou-se mão dos bens dos órfãos. Porém, apesar de tudo, dos 14000 homens com que se contava para a ida, apenas 6000 se conseguiu reunir.

Partiram, afinal, os dois irmãos; mas logo um mau agoiro entristeceu os soldados; o vento despedaçou a bandeira do infante, quando a desfraldava. Essa bandeira, sobre que o mouro havia de cuspir afrontas, ia já rota de Portugal...

O resultado correspondeu às previsões gerais: depois de batida, a expedição portuguesa teve de capitular sob os muros de Tânger (1437), deixando D. Fernando em reféns de Ceuta, que era o preço da liberdade do exército. Tristes lágrimas de desespero orvalharam então as areias da costa africana: não seriam as últimas, nem as mais copiosas. D. Henrique voltava com as relíquias da sua expedição, deixando o irmão preso. « Que el-rei se lembre de mim... roguem por minha alma, que é a última vez que nos veremos!» dizia o infeliz ao despedir-se em lágrimas. Dali os mouros levaram-no a Fez. Ia como Isaac para o altar, ou como Jesus para o Calvário. Conduziram-no montado num sendeiro mui magro, desferrado, tendo por freio umas tamiças, a sela esfarradapada, os arções despregados. Deram-lhe também uma cana, para guiar a azêmola. Atrás dele iam os outros prisioneiros amarrados sobre as bestas de carga. A gente acudia ao caminho de Fez, chamada pelo pregão: « Venham ver o rei dos

Cristãos!» E os apupos, as pedradas, os escarros caíam sobre os infelizes, chouteando, na sua paixão, esmagados por um sol abrasador. Uns, com os apupos, remordiam-se coléricos; o infante, submisso e conformado, lembrava-se de que outro tanto, e mais ainda, sofrera Jesus por ele. Antes, porém, ser de uma vez crucificado, do que acabar lentamente nas lôbregas estrebarias de Fez, varrendo as imundícies, comido de bichos, devorado de febres, porque nem a lentidão do martírio lhe poupou o cadáver aos insultos da turba. Pendurado nu, pelos pés, nas ameias da cidade, foi a sorte que lhe deram. Antes, pregado na cruz, tivesse expirado como Cristo. O pobre infante é o primeiro mártir da nossa epopeia; e se nos honramos do muito que fizemos, é agora o momento de deixar aqui uma lágrima de saudade e pena por esse infeliz precursor do nosso império!

De volta ao reino, e salvo, D. Henrique opôs-se decididamente à entrega de Ceuta. O rei, lavado em lágrimas pela sorte do irmão, morreu logo no ano seguinte, triste e taciturno. Com a desumanidade de um apóstolo, D. Henrique sacrificava tudo e todos à sua fé. Por coisa nenhuma consentiria que se entregasse Ceuta: e os reinos do Preste-João? e o império do Oriente? Homens, família, palavra, tudo era vão, diante dessa miragem que, desde tantos anos, lhe punha a cabeça em delírio.

Com o seu braço conquistara Ceuta; arrastara a Tânger o irmão; deixara-o lá perdido, nas mãos feras dos inimigos: tudo isso eram holocaustos no altar da sua ideia. Quem sabe se ele mesmo não choraria a sós a crueldade do seu destino, e a desgraça do irmão que levara ao cepo do sacrifício? Não é, contudo, provável. Pelo menos, a impressão que o leitor destas histórias recebe da narração dos seus atos consecutivos é a de que no caráter do infante não primava a humanidade.

Voltou a encerrar-se em Sagres, com os seus livros, os seus mapas, os seus cosmógrafos e mareantes; voltou a olhar para o mar – pois que, por largos anos, para sempre talvez! estava perdida metade da sua empresa. Os seus navegadores iam vogando e *resgatando*[67] ao longo da costa da África; e as ilhas dos Açores iam sucessivamente saindo dos arcanos do Mar Tenebroso. O Papa (Nicolau V) dava-lhe o senhorio e domínio sobre todas as descobertas na África (1454); e o infante, no meio das contrariedades, não desanimava na sua fé.

Entretanto o reino passara, das mãos da rainha viúva, para as do infante D. Pedro (1438), e destas, finalmente, para as de Afonso V (1446); entretanto miseráveis intrigas, a que D. Henrique não quis opor-se para salvar o irmão que lho pedia, tinham levado à desgraça de Alfarrobeira (1449); e o infante, com a influência que exercia no curto espírito do sobrinho, facilmente o decide a lançar-se nas aventuras africanas: já morrera D. Pedro, para vir repetir o que dissera nas vésperas de Tânger. Quando, em 1460, morreu D. Henrique, esse príncipe tão funesto aos seus mas tão proveitoso para o reino, já Afonso V

tinha conseguido tomar Alcácer-Seguer (1458). Dez anos depois, a conquista de Arzila importa a rendição de Tânger. O domínio português na costa de Marrocos chegava ao apogeu; mas qual era o resultado dessas empresas? Vinha por aí a Portugal o comércio das Índias, como D. Henrique pensara? Não. Monopolizado pelos árabes no Oriente, logo que Ceuta foi para eles perdida, desviou-se para outros portos do Mediterrâneo. Varrida essa ilusão, que restava? Uma série de praças fortes, escola de soldados, fonte de permanentes conflitos, estéril em proventos, pasto para a vã necessidade batalhadora da nação: precipício aberto, que ia tragando, improfícua e ingloriamente, muitas forças vivas do país. A opinião do sábio príncipe D. Pedro era absolutamente verdadeira: nós não tínhamos recursos, no reino pequeno e pobre de gente, para povoar Marrocos; e mudar parte de uma população escassa, de Portugal para a África, era trocar «uma boa capa, por um mau capelo». A conquista de Ceuta movera ainda uma ilusão: mas agora, varrida ela, as campanhas de África eram uma série de empresas quixotescas, que viriam a terminar pela doidice varrida de D. Sebastião.

Contra uma opinião muito aceite, nós pensamos, pois, que a decisão de D. João III, abandonando as praças africanas, só pecou por serôdia; e que Portugal nada tinha a esperar do seu domínio na Berbéria – desde que o destino o levava para o Oriente, e desde que era manifestamente provocado não poder chegar-se lá por via de Marrocos. Incidente na nossa vida nacional, o domínio português das praças do litoral de África é apenas um episódio da grande história das descobertas e conquistas ultramarinas; e o seu melhor merecimento foi de servir de escola para os guerreiros da Índia, de posto de aclimação – como hoje Malta ou Gibraltar, para os ingleses. Para padrão das façanhas de Afonso V e das lançadas de Lopo Barriga, não valia a pena que o custou, ainda quando não fosse a causa da final catástrofe de D. Sebastião.

## III. O PRÍNCIPE PERFEITO

Perfeito não quer dizer sem nódoa, mas sim acabado, completo; não tem aqui uma significação moral, tem um valor político. D. João II é um exemplar *perfeito* do género dos príncipes da Renascença, para quem Maquiavel escreveu (um pouco depois) o catecismo: é um mestre da moderna arte de reinar.

O exemplo mesquinho da pessoa do antecessor e pai, Afonso V, as desordens do reino e a fraqueza do rei tinham educado o espírito agudo e observador do moço príncipe.

A tragédia de Alfarrobeira (1449) começara com um crime o espetaculoso mas triste reinado do *Africano*; e o epíteto dado ao rei ajudou a formar a tradição de um povo cheio de valor e tenacidade, coisa que o pobre D. Afonso V jamais foi. Combater com denodo, num momento de fúria, era uma qualidade comum que lhe não faltava; mas daí ao valor consumado vai uma distância enorme. O grande defeito da sua mocidade fora a facilidade com que se deixava lisonjear. Tutelado na sua menoridade, pela mãe primeiro, pelo tio e sogro depois, o pobre rei sofreu as consequências comuns a quase todos os príncipes, como ele aclamados em crianças. Em volta do rei, pupilo de futuro imperante, formou-se um partido de adversários da regência, ambiciosos a quem não satisfazia o juízo do infante D. Pedro, cheios de esperanças na liberalidade e no caráter desigual do moço rei. Exploravam-lhe as fraquezas, açulando-lhe os ódios nos momentos de cólera, distraindo-o com facécias e ditos nas horas de abatimento, gabando-lhe tudo: os arremessos e as cobardias, a brandura e a cólera, como aduladores de ofício. Da insensatez do rei esperavam colher uma farta ração de benefícios e presentes. Apesar de o infante já ter feito entrega da regência, temiam-no ainda sobremaneira, e não cessavam de o malquistar no ânimo do sobrinho e genro. D. Pedro em vão instava com o irmão, D. Henrique, para que desmanchasse essas perfídias. Aborrecido de viver, desejoso de deixar o mundo, o ex-regente via que tudo se conspirava para o perder. « Era grande príncipe, de grande conselho, prudente, de viva memória, bem latinado, e assaz místico em ciências e doutrinas de letras, e dado muito ao estudo» . Era um dos poucos a quem a sabedoria tornara realmente bons.

Os seus brios ofendidos, a perfídia dos validos, o tonto desvairamento do rei levaram ao encontro de Alfarrobeira, quando o príncipe vinha à corte justificar-se das calúnias: e vinha armado por saber que no caminho o esperavam para o matar. Efetivamente o mataram, a ele, e ao seu fiel Achates, o nobre conde de Avranches, tipo de lealdade cavalheiresca, sempre rara, e agora de todo ausente em cortes italianizadas. Morto o seu príncipe, o conde prepara-se para morrer também, vingando-se: « Ó corpo! já sinto que não podes mais; tu, minha alma, já tardas!» E com fúria, defendia-se e matava. Quando por fim o derrubaram, ferido, cruzou os braços dizendo: « Fartar, rapazes! vingar,

vilanagem!» E morreu, traspassado de lanças.

Livre do importuno conselheiro, Afonso V e os fidalgos da sua roda, tão simples e estouvados como o rei, puderam abandonar-se à vontade e ao capricho das suas loucuras e batalhas. Fatigando o povo com impostos, desbaratando com prodigalidades o património da coroa, o rei, levado pela sua mania, sacrifica tudo às correrias africanas, que a decomposição interna do império marroquino já tornava possíveis.

Mais de vinte anos consumiu em tais empresas que o envelheceram. Era corpulento, e com os anos tornara-se gordo, a ponto de não poder usar senão vestiduras soltas. Tinha a barba espessa, e era calvo; os cabelos enegreciam-lhe as mãos, as orelhas, o nariz, acusando a vulgaridade e a violência bravia do seu temperamento. Apesar de bem proporcionado, era tão comum no aspeto como no espírito. Brutal e vingativo, obtuso mas teimoso, e até cruel, a sua fisionomia reproduzia a do comum dos homens de armas; e imprimiu o cunho a esses guerreiros de África, broncos, sem o menor requinte de perversidade fina, nem ponta de elevação distinta: como touros que marram às cegas e qualquer destro bandarilheiro doma.

Foi isto mesmo que sucedeu a Afonso V em França, onde Luís XI se fartou de rir do simples, iludindo-o com promessas, fatigando-o com viagens, picando-o com ironias perdidas, carregando-lhe a nuca de lisonjas, cumprimentos e atenções, como o bandarilheiro faz ao touro, quando o carrega de vistosas farpas, bem aguçadas.

Afonso V fora a França pedir auxílio, porque o castelhano batera-o. Em 1474, Henrique IV de Castela, ao morrer, deixava por herdeira D. Joana, a *beltraneja* (assim os adultérios da mãe tinham denominado a filha), confiando o governo do reino ao vizinho de Portugal, e pedindo-lhe que casasse com a sobrinha. Afonso V julgou que o reino de Castela era a nova África da sua velhice, e pôs-se em campo para conquistar a coroa testada: conquistar, dizemos, porque os castelhanos invocavam contra a *beltraneja* os mesmos argumentos que, um século antes, nós invocávamos contra a mulher de D. João I, D. Beatriz. Castela oferecia o trono a Isabel, como nós o tínhamos dado ao Mestre de Avis.

Afonso V pôs-se em campo. Já ao seu lado se via a reservada figura do filho. Receoso das loucuras do velho, arrancara da sua fraqueza um título secreto, pelo qual o rei anulava todas as doações superiores a dez mil réis de renda que fizesse durante a guerra. O pai dava e não dava, o filho dobrava cuidadosamente o papel, guardando-o para o futuro...

A batalha de Toro (1476) não foi propriamente uma derrota militar, mas foi uma derrota para o rei e para as suas ambições. O pobre velho, gordo, estafado, sem poder consigo, foi correndo abrigar-se em Castro-Nuno, e deitou-se logo a dormir. Avendano, o fidalgo do lugar, declarara-se por ele; mas a mulher castelhana, esperta, apontava-lhe o volume de carnes, para ali deitado a

ressonar ruidosamente, como os gordos, e dizia ao marido: – « Olha lá por quem te perdeste!» – Efetivamente o rei não valia para coisa alguma. Os castelhanos rebeldes desde logo reconheceram o seu erro, e Afonso V tomou a resolução de ir pedir a Luís XI que lhe valesse.

O príncipe herdeiro aprendia muito, porque observava tudo, com o seu olhar profundo e sagaz. Deixou ir o pai, e ficando a reger o reino, continuou, por amor da honra, mas sem calor, uma guerra que ele decerto via não conduzir ao fim desejado. Enquanto o pai andava por fora, aclamaram-no, ou aclamou-se rei: diz-se que de França lhe viera uma abdicação. Porém Afonso V, desiludido afinal, decidiu-se a voltar; e o príncipe entregou-lhe imediatamente a coroa. Guardá-la, para quê? Se ele, de facto, continuava a reinar em nome do pai, desfeiteado, vencido, quase moribundo? Todas as máximas que Maquiavel escreveu no seu livro do *Príncipe,* tinha-as antecipadamente D. João II na memória: – É melhor ser louvado do que aborrecido, mas só quando isso não prejudica; o bem é preferível ao mal, quando se pode escolher entre ambos para se conseguir um fim. – Por isso, como sábio príncipe, decidia-se a reinar sob o nome do pai, já inteiramente dócil e subjugado por tantas misérias, esperando o momento próximo de outra vez tomar o nome de rei – mera formalidade.

No decorrer de dois anos (1479-81) a paz, negociada pelo príncipe *perfeito,* fazia da *beltraneja,* encerrada num convento, a *excelente senhora,* e do rei um cadáver, afogado numa agonia de aflições pungentes.

O filho não tinha nada dos loucos desvarios do pai, e desde logo vira o absurdo da guerra de Castela. Seria mais nobre e cavaleiroso prosseguir valentemente na defesa dos direitos da coroa, da honra do velho, e da vida e sorte da infeliz princesa confiada à guarda de Portugal? Seria. Mas D. João II pensava (Maquiavel) que o príncipe não deve preocupar-se com a infâmia dos seus atos, quando sejam necessários à conservação do Estado; e que, depois de tudo bem pesado, praticar uma certa virtude pode muitas vezes trazer a ruína, quando a infâmia trazia consigo a segurança e a fortuna.

Este era efetivamente o caso de 1479. Dizia o príncipe que tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão. Não traduzia, porventura, com uma concisão mais eloquente, as palavras do italiano? – « O príncipe deverá imitar bem os brutos porque há duas maneiras de combater: com as leis e com a força; a primeira dos homens, a segunda dos brutos, e saber empregar as artes da raposa e do leão; pois o leão não se defende dos laços, nem a raposa dos lobos: é portanto mister ser raposa para conhecer as redes, e leão para assustar os lobos» . – D. João II, menos clássico ainda, recorria aos exemplos venatórios da Idade Média; tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como f

Os filhos de D. João I, abrindo as portas da nação à cultura da Renascença, chamando sábios, viajando, formando bibliotecas, tinham lançado à

terra dura do velho Portugal as sementes italianas. Afonso V rebentara do solo como um cardo antigo, rijo e bravo, cheio de espinhos. Fora um aborto, ou um anacronismo medieval. D. João II nascia italianizado, com todos os vícios e virtudes da cultura da Renascença. A sua corte era um retrato das pequenas cortes de Itália; e o príncipe como um italiano, cheio de perfídias e ambições, de lucidez e de manha, de instintos sanguinários e fortes decisões políticas.

Os tempos de coruja tinham acabado, porque não carecia mais de pactuar com as tontices do pai; rei agora (1481), seria o falcão. Mas para ser verdadeiramente rei, teria de vestir ainda muitas vezes o hábito de ave noturna, até ver por terra o poder dessa fidalguia que os erros do pai tinham ensoberbado. Isto, porém, não satisfazia ainda as suas largas ambições. O *homem,* como Isabel de Castela o designava com espanto, mirava mais longe. A possibilidade de vir a sentar-se, ele ou os seus herdeiros, no trono de uma Espanha unida, afagara-lhe o espírito em moço, e chegou a esperar (antes de Toro) realizá-la. Depois, rechaçado, mas não desesperado, fez de coruja em 1479; contando voar de falcão no momento oportuno. Nem paravam aí as suas ambições: lembrava-se do falecido infante D. Henrique, e dos vastos planos, abandonados, que tinham fervido naquele cérebro. A sua monarquia dilatava-se da Espanha à Índia: e com a Península da Europa, com a África, a Índia, o encantado reino do Preste-João, sonhou a monarquia de Filipe II...

Numa só coisa o português primava ao italiano: era sóbrio, severo, detestava o luxo – que proibiu. A sua corte apresentava o quer que é de fúnebre e austero, sempre agradável a portugueses. A sua figura, também, nada tinha de imponente, nem de graciosa. Os hábitos de coruja davam-lhe mais caráter do que os de falcão: às duas aves, porém, pedia a cor que punha em tudo, o negro. De maravilhoso engenho, subida agudeza, e *mixtico pera todalas cousas,* de memória viva e esperta, faltavam-lhe porém os dotes exteriores. Não tinha elegância, nem no corpo, nem no dizer: arrastava as palavras, falava a custo e com uma voz fanhosa. Era alvo, mas com umas veias de sangue que o faziam «com menencoria ser muy temido». Inspirava medo sem infundir amor. Aos 37 anos já tinha cãs na barba e nos cabelos; só nessa idade deixou de ser abstémio. A força muscular, dote necessário aos príncipes dos bons tempos, tornava-o célebre: cortava com um golpe de espada três e quatro tochas de cera reunidas. «Muy grande astucioso e acquiridor, sem deixar de ser inteiro e dadivoso, era muy manhoso em todalas boas manhas que um príncipe deve ter». A natureza não o ajudava, decerto; e também, na sua educação de príncipe, deixava de obedecer à regra de Maquiavel: «Não é necessário ser-se dotado de todas as qualidades, mas é indispensável afetá-las; – possuí-las a servir-se delas pode chegar a ser perigoso: fingi-las é sempre útil; – seja-se fiel, clemente, humano, religioso e íntegro; mas de modo que, senhor de si, se possa e saiba fazer todo o contrário, quando a isso o caso obrigue». – D. João não era, nem

clemente, nem humano, e não julgava necessário ao seu papel fingi-lo: isso fazia com que muitos o detestassem, o que era um mal: fazendo com que, se a maior parte o temia, ninguém o amasse, o que se tornava pior ainda. A perspicácia e autoridade não eram nele bastantes para que soubesse envolvê-las numa simulada bonomia, porque doçura ou humanidade não as havia na sua alma. Não hesitava perante o assassinato, à italiana, mas tinha a fraqueza portuguesa de confessar como isso se praticava. Lopo Vaz, a quem Afonso V fizera conde, levantou-se em Moura defendendo o título revogado ou não confirmado, e o rei « por não fiar já dele... determinou de o mandar matar... por certos cavaleiros que manhosamente lá mandou e o mataram à traição, aos quais o príncipe fez boas mercês» . Mas o cardeal D. Jorge da Costa, o *alpedrinha,* vendo-se ameaçado, temeu e fugiu para Roma: o rei expusera-lhe um modo fácil de acabar com ele – mandá-lo tomar por quatro moços de esporas, afogá-lo em um rio e dizer que caíra e se afogara por desastre.

Assim que o pai morreu, D. João II convocou cortes (1482) e mostrou quem era. Mandou examinar as jurisdições dos donatários da coroa, prescrevendo que os corregedores entrassem nas terras de doação no cumprimento dos mandados régios, abolindo o direito de asilo dos criminosos usurpado por muitos terrenos não coutados; e ao mesmo tempo que assim coartava as regalias históricas da nobreza, punha cobro às invasões anárquicas dos fidalgos no foro dos concelhos, proibindo o lançamento de *pedidos,* o intrometerem-se na jurisdição do crime e nas eleições e ofícios municipais. O rei, inspirado pelas novas ideias acerca da autoridade soberana, começava por investir com a nobreza: seria o sucessor, D. Manuel, que, reformando os forais, atrofiaria a outra face do sistema duplo das instituições, cujo equilíbrio mais ou menos estável formara a vida política da Idade Média[68]. Mas D. João II via-se também forçado a emendar os erros dos pais, como o segundo Afonso tivera também de fazer à morte de Sancho I. O moço rei decidira formalmente revogar as doações do antecessor, reivindicar para a coroa o que os fidalgos tinham pilhado ao pobre, gordo, Afonso V. De todos esses fidalgos, o chefe era o poderoso duque de Bragança, cujos domínios contavam cinquenta vilas, cidades e castelos, além de propriedades sem número; cuja mesnada subia a 3000 de cavalo e mais de 100 000 infantes; um rei no reino, do qual possuía, pelo menos, a terça parte. Costumado a considerar o rei como igual, da linhagem de reis, e herdeiro do famoso condestável, o duque sincera e ingenuamente acreditava na justiça da sua rebeldia. « Deservia muito grandemente o rei, fazendo-lhe guerra calada» , e carteava-se com o conde de Atouguia, seu tio, então em Castela, homem prudente, que buscava dissuadi-lo, respondendo-lhe em enigmas ao gosto da época: « Tal não deveis cuidar, quanto mais cometer... quereis abrir uma fonte para matar vossa sede... achareis a água tão quente que vos hão de lá ficar as unhas... *tradiderunt quos deligebam».* Com efeito, era atraiçoado, e o rei tinha

os seus espiões por toda a parte. Um certo Figueiredo vinha a escusas referir tudo a D. João II, que lhe respondia, com a sua voz demorada, baixa e fanhosa: « Guarda-te o melhor que puderes, e depois te farei mercê» . – O espião ia e tornava, e quando, afinal, o duque foi preso por surpresa e executado, o rei deu a mão a beijar ao Figueiredo: « Até agora fiz que te não conhecia, de ora avante olharei por ti. Pede o que quiseres: há tempos de coruja e tempos de falcão...»

O duque foi degolado publicamente no rossio de Évora (1483), depois de um simulacro de processo. Efetivamente, em tais causas os processos são apenas fórmulas. A força impera à solta nas demandas políticas, por isso mesmo que elas põem em questão os fundamentos orgânicos da sociedade, e portanto a lei civil. O duque e o rei eram inimigos velhos; e aos ódios antigos vinham juntar-se agora as intenções, rebeldes em um, tirânicas no outro. Entretanto, o caráter desnaturado da política dos reis na Renascença levava D. João II a representar um papel repugnante, dando ao vencido uma palma como que de mártir; ao passo que a sobrançaria do fidalgo, quase rei, lhe mantinha a dignidade altiva até sobre o cadafalso. Recusa prestar-se a responder no tribunal, a tomar parte na comédia que o indigna; e quando os carrascos, aflitos, lhe vestem o derradeiro trajo, uma loba roçagante, capelo e carapuça de dó, com os polegares atados por uma fita ao cinto, ele observa serenamente: « Sofrerei tudo, e mais um baraço ao pescoço, se S. A. mandar!»

A morte, tão digna, do duque de Bragança excitou ambições de vingança na nobreza e positivamente começou a tramar-se o assassinato do rei, que o sabia. Os seus espiões andavam por toda a parte; e a política dependia das intrigas de alcova e dos serviços dos miseráveis.

O rei usava de todos os instrumentos, e o *sancta sanctis* da razão de Estado absolvia-o de todos os crimes. Havia um Tinoco, privado do bispo de Évora, o qual tinha por manceba uma irmã dele, e que por isso lhe queria muito. O rei descobriu o caso, e comprou-o. Tinoco veio, disfarçado em frade, a Setúbal, contar a conspiração em que o prelado estava, e de que o duque de Viseu era chefe; e recebeu cinco mil cruzados em ouro e um benefício de seiscentos mil réis, porque D. João II não regateava o preço dos bons serviços. Estava compilada e tratada « a segunda e desleal desaventura de que se causou a triste morte do duque de Viseu» . O rei chamou-o a Setúbal, e matou-o por suas mãos às punhaladas. Prescindiu de processo, mas não de um auto póstumo, com o fim de justificar o seu crime, e a perseguição dos mais conjurados. O bispo de Évora foi metido no fundo de uma cisterna, em Palmela, onde com peçonha acabou a vida; os outros foram assassinados ou justiçados, onde quer que os encontraram os algozes do rei; e um, que conseguira fugir para França, nem por isso escapou com vida, porque o rei mandou lá um sicário matá-lo.

O príncipe *perfeito* mostrava-se consumado na arte de reinar, e ninguém ousava já resistir-lhe. A primeira metade do seu programa estava

realizada – agora o falcão ia alargar os seus voos amplos!

Ninguém lhe resistia, mas no fundo da consciência alguma coisa o denunciava como assassino. Uma noite, em Santarém, acorda em sobressalto, ouvindo alguém chamá-lo. Quem era? Ninguém. Ilusões! dizia-lhe a rainha no leito: era *coisa má* que andava pelos vãos dos telhados[69]. O rei não sossegava, porém, e levantou-se, vestiu um roupão, tomou a espada e a rodela, na mão esquerda uma tocha, e viu que uma sombra o guiava. Quem era? Abria as portas diante do rei, e mostrava-lhe o caminho. Foram assim até os vãos dos telhados, a sombra e o rei. Aos gritos da rainha acudiram todos, e acharam-no no sótão, despejado, alegre e seguro, diz o cronista mentindo palacianamente. A coruja notívaga perseguia o ambicioso falcão: a educação do príncipe não conseguira apagar de todo a consciência do homem.

Fernando e Isabel, de Castela, que lhe haviam tomado o pulso, ainda em tempo do pai, admiravam-lhe muito as qualidades, tinham-no em grande conta. Ele, nem por ter tratado as pazes de 1479, desistira dos seus grandiosos planos. Os reis castelhanos tinham uma filha, D. João II um filho: o casamento de ambos seria talvez um meio, mais simples e mais rápido do que uma guerra, para dar ao herdeiro um grande trono. Tratou-se, ajustou-se e fez-se o casamento (1490); e nesse dia de grandes esperanças, o rei sombrio e fanhoso quis mostrar que também sabia ser magnífico. As bodas de Évora ficaram célebres, e principalmente o banquete, uma *kermesse* formidanda. Na sala do jantar, onde os noivos, o rei e toda a corte se achavam, apareceu uma vasta máquina: era um estrado com rodas, tendo em cima um carro com dois bois, à canga. Os bois estavam assados, inteiros, com as pontas e as patas douradas; e o carro carregado de carneiros também assados, também inteiros, com as armas douradas. Vinha um fidalgo, de aguilhada ao ombro a dirigir o carro, e moços empurrando a máquina. Deram a volta da sala, cumprimentando o castelhano, que gabou muito a ideia; e entre aplausos de todos, o carro saiu, e bois e carneiros foram dados ao povo, pasmado fora. Terminado o idílio culinário, foram-se todos à comida, a corte e o povo. Nos velhos tempos do rei D. Pedro essas festas eram uma só; o rei comia na rua entre os seus, e bailava, ao som das longas, com as raparigas da rua.

À noite houve momos que ficaram célebres.

O príncipe *perfeito* sabia também ser magnífico e qual um Médicis, no momento oportuno. De facto, o casamento afagava-lhe as esperanças e ambições, abrindo horizontes de novas grandezas.

Ainda Colombo não descobrira a América, mas o futuro império do príncipe Afonso alargava-se já por ignotas regiões. D. João II queria dar, em troca de Castela, um bom dote ao herdeiro; queria-o, além de imperador da Espanha inteira, e da Itália espanhola, imperador dos Estados orientais do Preste-João. As propostas de Colombo, apesar de recusadas, excitavam-no; e por terra e

mar enviava expedições em busca do lendário príncipe. A empresa iniciada pelo infante D. Henrique prosseguia nas mãos do rei, que tomara a peito descobrir os mundos remotos. O seu poder naval era já tão grande, que o Tejo via com pasmo o famoso galeão de mil tonéis, monstro boiando na água, eriçado de canhões. Nunca os estaleiros tinham produzido navio tão grande; nunca até aí surgira a ideia que o rei teve de artilhar as caravelas, dando um alcance e uma mobilidade desconhecida aos trons do mar. No seu pensamento havia um propósito firme de o subjugar, desvendando-o até os seus últimos confins, dissipando inteiramente as trevas e mistérios das ondas. Mandou aperfeiçoar as bússolas, desenhar cartas marítimas para orientação das rotas, cometendo esses estudos a uma junta em que entraram os seus físicos, mestre José e mestre Rodrigo, ambos judeus, como o famoso alemão Behaim, discípulo de João Monte Régio, que em Viena estudara astronomia com o célebre Purbach. Foi essa junta que inventou as tábuas da declinação do Sol, permitindo aos navios alongarem-se das costas, rumando seguros em alto mar. Traçavam-se como que estradas sobre as ondas, estradas tão misteriosas como as regiões da Mina, cuja navegação costeira a astúcia do rei envolvia em descrições terríveis para afugentar rivais – à maneira do que os fenícios tinham feito, quando os romanos pretendiam segui-los nas suas viagens mediterrâneas[70]. A posse dos segredos das costas e dos segredos das rotas enchia de confiança o ânimo do rei no futuro grandioso do seu império. O cabo da extrema África, limite por tanto tempo invencível, tinha já recebido o nome de Boa Esperança! (1486).

Aladas esperanças eram todas essas que o rei afagava, olhando a cabeça do filho. Neste momento, a que podemos e devemos chamar revelador, D. João II teve a consciência do famoso destino que se preparava à Espanha; do seu império universal, da extraordinária vastidão do seu poder político, e da sua influência moral. Simbolizava tudo isso na cabeça do filho amado; porque a cegueira dos homens careceu sempre das lunetas de um símbolo para ver de certo modo a realidade das coisas. Os símbolos passam, as coisas ficam; e da mesma forma os homens morrem e as ideias vivem eternamente. E, na sua fraqueza, o espírito humano amortece, desespera e cai quando vê apagado ou destruído o símbolo em que para ele estava, mesquinhamente, a realidade inteira.

O funesto caso da queda de um cavalo, matando o príncipe Afonso (1491), foi para D. João II como o tiro do caçador, quando num instante precipita, às voltas, o pássaro que de asas pandas vogava, inebriado, no oceano do ar e da luz. O largo voo do falcão estacou, e todas as ilusões se apagaram diante do cadáver gelado do príncipe, casado de um ano. Essa vida que se finara, levava consigo todos os sonhos dourados, todas as esperanças, todas as quimeras!

Foi um choro universal. « El-rei por tamanha perda, tamanho nojo e sentimento, se tosquiou. E ele e a rainha se vestiram de muito baixo pano negro. E a princesa tosquiou os seus belos cabelos e se vestiu de almafega e a cabeça

coberta de negro vaso» . Nas exéquias, os homens, as mulheres, até as crianças, tomados de vertigem, arrancavam as barbas e os cabelos, davam bofetadas nas faces, batiam com as cabeças nas quinas da eça funerária, e arranhavam o rosto a fazer sangue. O luto era geral e desvairado. À imitação do rei e da princesa viúva, toda a gente andava tosquiada; e os que não podiam, por pobres, comprar o burel, que encarecera excessivamente, adotavam trajos extravagantes: as mulheres vestiam as saias do avesso, e os homens punham em cima de si os sacos de forragens e os xairéis ou cobertas das bestas de carga.

Este incidente imprevisto da morte do príncipe é um dos que obrigam a meditar sobre o valor do acaso na história. Tivesse-se consumado a união dinástica de Portugal ao resto da Espanha já unificado, e a história da Península, a história da Europa, seriam diversas[71]. Que papel teria tido no mundo um império exclusivamente senhor de todas as regiões descobertas? Que teria sucedido, se Carlos V e a dinastia austríaca não viessem reinar em Espanha, pondo nas mãos de um homem o império da Alemanha, da Itália e da Península Ibérica? Acaso a união, realizada no período ascensional da Espanha, se tivesse consolidado abafando o cristalizar da alma portuguesa na era clássica e abastardando a semente que nos deu Camões. Unido então, Portugal ficaria como se nunca tivesse existido, por isso que não chegara ainda a formular o seu pensamento histórico, nem a consumar a sua empresa...

D. João II, humilhado, abatido, e raptado por dó, voltou a envergar o hábito da coruja, para morrer (1495). Agonizante, mal podendo articular já as palavras, com uma voz arrastada e fanhosa que a proximidade da morte fazia satânica, dizia, encostando a cabeça felina sobre a mão descarnada: « Persigam-me sem dó os filhos do Bragança!»

## IV. EM DEMANDA DO PRESTE-JOÃO DAS ÍNDIAS

No verão de 1486, tinha Bartolomeu Dias partido de Lisboa, para dobrar o Cabo da Boa Esperança; o que de facto conseguiu, não podendo porém ir mais avante, porque lho não consentiram as tripulações assustadas. No mesmo ano mandara o rei, por terra, para o Oriente, António de Lisboa e Pero Montarroio, que não passaram de Jerusalém, por só aí reconhecerem que, não sabendo falar o árabe, não podiam intentar a viagem.

No ano seguinte, portanto, escolhem-se dois homens que sabem árabe, para ir por terra descobrir o Preste-João. A viagem por mar, ou se abandonava por parecer impossível, ou aprazava-se para mais tarde: quando houvesse informações mais cabais, colhidas nas expedições por terra. Afonso de Paiva e Pero da Covilhã partiram de Lisboa, via Nápoles, com cartas de crédito sobre o príncipe banqueiro, Cosme de Médicis. Daí os viajantes embarcaram para Rodes, depois para Alexandria, donde seguiram pelo Cairo para Tur (Tor), na praia do Mar Vermelho ao sopé do Sinai, como mercadores, acompanhando as caravanas. De Tur foram a Adém, onde se separaram: Covilhã para a Índia, Paiva para Suâkin (Suaquém) na costa da Abissínia; aprazando o encontro, à volta, no Cairo.

Covilhã, em Adém, embarcou para Cananor, no Malabar, e daí foi a Kalikodu (Calecut) e a Goa. Atravessou, depois, o Oceano Índico, indo parar a Sofala, onde colheu notícias sobre a costa oriental da África, e sobre a ilha da Lua (Madagáscar). Voltou logo ao Cairo, pressuroso de enviar a Lisboa as importantes informações obtidas, e aí soube da prematura morte de Paiva. Recebidas em Lisboa as cartas do viajante, D. João II recambiou logo os árabes e seus emissários, com ordem de visitarem Ormuz e a costa da Pérsia. Executada essa missão, Covilhã, cujo primeiro dever era obter notícias do Preste-João, partiu para a Abissínia. Já por esta época o encantado príncipe que, segundo Marco Paulo, habitava a Ásia Central, fora transferido para a Núbia; e a lenda personalizava no obscuro Negus o extravagante monarca, tão falado e admirado em tempos anteriores. Covilhã, de quem não houve outras cartas, por largos anos aprendera no Oriente a verdade; mas não podia transmiti-la para Portugal. Preso, sem ser maltratado, favorecido e rico pelo contrário, viveu por trinta e três anos na Etiópia[72], onde acabou.

Se a sua viagem não saciava a curiosidade principal do monarca português, se o Preste-João continuava a ser um mito, o facto é que mais valiosos resultados se tinham obtido. A Covilhã cabe a honra de ter marcado o itinerário da navegação da Índia, afirmando que pelo sul da África se chegaria ao Oriente. Nas cartas que enviou do Cairo, dizia que os navios que navegassem ao longo da costa da Guiné chegariam, prosseguindo, ao extremo sul do continente africano; e que, aproando aí para leste, em direção da ilha da Lua, por Sofala, se encontrariam no caminho da Índia.

Destas e das mais informações recebidas se compôs o programa da atrevida expedição do ano de 1497, cujo destino marcado era desde logo Kalikodu, ou Calecut, como cá lhe chamavam, e onde Covilhã estivera. Vasco da Gama foi escolhido por D. Manuel (já a esse tempo D. João II tinha três anos de falecido) para comandar a expedição. Era um homem ousado mas prudente, e reunia às qualidades militares as de marinheiro, coisa então comum, e depois ainda. Sucedeu o mesmo a Afonso de Albuquerque, a D. João de Castro, e a muitos outros; e a esta circunstância deve dar-se um merecido alcance. A separação das aptidões não vinha embaraçar os planos; e havia uma unidade no mando, porque o capitão era também o piloto.

O maior juízo e prudência dirigiam os preparos da expedição. Pesavam-se e debatiam-se todas as notícias do Covilhã, comentando-as com os conhecimentos anteriores. Examinavam-se os roteiros e cartas; e Bartolomeu Dias de viva voz contava tudo o que lhe sucedera, os embaraços com que havia a lutar, as dificuldades a vencer. Com a sua larga experiência dirigia a construção dos navios, banindo os exageros nas dimensões, recomendando a solidez dos cavernames. O descobridor do Cabo devia acompanhar a expedição até S. Jorge da Mina, e ficar aí no *resgate* do ouro. Eram quatro naus pequenas, para poderem entrar em todos os portos, visitar todas as angras, passar os baixios, ao longo das costas. A sua construção ia aprimorada e forte, como jamais se vira: madeiras escolhidas, sãs, e de exagerada grossura, pregadura bem atacada, demorado e cuidadoso calafeto. As atenções não eram menores com o equipamento: levavam três *esquipações* de velas armadas e mais aparelhos, cordoalha três vezes dobrada, e mantimentos, armaria e bombardas em abastança. Levavam seis padrões de pedra lioz com o brasão português e a esfera armilar, que o rei adotara por emblema, esculpidos. Um havia de ser colocado na baía de S. Brás, outro na foz do Zambeze, outro em Moçambique, outro em Melinde, outro em Calecut, outro na ilha de Santa Maria. Iam dois capelães a bordo de cada navio; iam línguas ou intérpretes negros, cafres e árabes; iam dez condenados para qualquer sacrifício necessário, e finalmente iam cento e quarenta e oito soldados. Tinham-se escolhido os melhores pilotos, e o rei não consentia que se poupasse em coisa alguma. Vinha em pessoa examinar o estaleiro, e demorava-se a conversar com os mestres, ouvindo as observações de Bartolomeu, de Pedro Dias, e Vasco da Gama, que lhe mostrava o novo astrolábio de Behaim, tosco triângulo de madeira, mas muito eficaz. Pelo modelo tinham-se mandado fazer outros, mais pequenos, de latão.

Três dos navios levavam os nomes dos três arcanjos: S. *Gabriel,* capitânia, de 120 tonéis, S. *Miguel* (antigamente *Bérrio*) e *S. Rafael* de 100 tonéis. O nome do quarto, de 200 tonéis, desconhece-se.

No fim de junho estavam todos concluídos, prontos e fundeados no mar, em frente da igreja de Restelo, onde os capitães velaram a noite de 7 de

julho. No dia seguinte, depois da missa, acompanhados pelo rei e por todo o povo da cidade, seguiram em procissão para a praia, cantando, com tochas nas mãos, e embarcaram.

Diz Camões que, neste momento,

*...um velho de aspeito venerando*
*Que ficava nas praias, entre a gente,*
*..................................................*
*C'um saber só de experiência feito,*
*Tais palavras tirou do experto peito;*
*................................................*
*Oh! Maldito o primeiro que no mundo,*
*Nas ondas vela pôs em seco lenho!*

No peito de muitos havia, com efeito, uma condenação formal por essa teima persistente dos monarcas em sacrificar dinheiro e gente à quimera das navegações[73]. A prudência de experiência feita, ronceira e fria, não acreditava no êxito, depois de tantas tentativas falhadas. O resultado havia de votar contra ela; mas as palavras do poeta profetizavam as consequências fúnebres de um império, que todos porém, os audazes e os prudentes, aclamaram quando Vasco da Gama voltou. Camões, assistindo já ao declinar do Sol, pôde contar as fomes sofridas no mar, os temporais e os naufrágios, as peregrinações nos reinos adustos do terrível Adamastor, e o colar de esqueletos brancos estendidos ao longo dos areais das duas Áfricas – um rosário de tragédias fúnebres! Pôde também contar as ondas de protérvia e crimes, desse mar da Índia, que se estirou até a Europa para afogar Portugal em vasa.

Com sete dias de viagem, a 15 de (julho), chegam às Canárias, onde um nevoeiro dispersa a pequena frota, que, entre 23 e 27, se reunia outra vez em Cabo Verde, para daí partir em 3 de agosto. Três meses gastaram para descer até Santa Helena (Nov. 7), onde refrescaram, porque tinham seguido ao largo, sem se internarem no Golfo da Guiné. Desembarcaram também para reconhecer a altura, com o astrolábio, porque a bordo não lho consentiam os balanços dos navios; tiveram algumas escaramuças com os indígenas, e partiram afinal no dia 16 de novembro. A 19 estavam à vista do Cabo Tormentoso ou da Boa Esperança, dois nomes que igualmente justificou desta vez. Três dias ali andaram, batidos pelos temporais. O vento e o mar eram tantos, que os navios metiam as postiças debaixo de água, e dificilmente se diria se andavam sobre as ondas, ou de envolta com elas. No alto dos castelos, à popa, levavam as naus retábulos pintados, com a imagem dos santos do seu nome; e quando o mar lançava com entrépito os painéis sobre o tendal, toda a tripulação das naus empalidecia de susto. Era um triste prognóstico, e parecia que o favor divino os queria desamparar. Mares cruéis e espantosos vinham pela popa arrebatando os batéis, arremessando-os contra os costados das naus, avariando os lemes. Amainavam as velas, cortavam os tendais, começavam a alijar carga ao mar...

Por fim o tempo abonançou: « Nosso Senhor seja louvado, que nas maiores fortunas socorre com a sua infinita misericórdia!»

Dobrado o cabo a 22, no dia 25 fundeavam na baía de S. Brás, onde as calmarias os forçavam a demorar-se até 7 do mês seguinte. Navegando uma semana ao longo da costa austral de África, chegam a 15 aos ilhéus Chãos, derradeiro termo da viagem de Bartolomeu Dias. Começavam agora a seguir as instruções do Covilhã, o piloto ausente pelas terras do Preste-João, a quem demandavam. Queriam seguir ao longo da costa, mas as correntes, a que haviam grande medo, lançavam-nos para o pélago do sul, vasto e perdido. Os marinheiros revoltam-se inutilmente: Vasco da Gama, como um destino, inexorável e prudente na sua audácia, venceu as revoltas e as correntes.

Saíam por fim do Mar Tenebroso, e só agora se podia considerar vencido o temível Cabo. As tempestades e as correntes amansaram. De dia a calma e o céu de azul puro; à noite por duas ou três vezes, no topo dos mastros, brilhava a luz de S. Fr. Pedro Gonçalves, o Sant'Elmo de Lisboa. Tudo eram promessas de bonança. Subiam aos mastros a ver os sinais do milagre, e traziam, com devoção, os pingos de cera verde que o santo lá deixara. Às vezes chegavam a brigar contra algum incrédulo, e mais de um desses pagou por *ello*. Os marinheiros recordavam-se piamente do seu santo, que ficara em Lisboa, e de Xabregas, onde cada ano o levavam em procissão, vestindo o melhor que tinham, pondo os seus ouros, coroados de coentros e flores, com bailes, músicas, folias e merendas, pelas hortas do arrabalde. O bom santo protegia-os: já se não rebelavam, e alegres prosseguiam, confiados também na perícia e valor do capitão, que os domava com intrepidez.

A 10 de janeiro tomavam terra de Inhambane, comunicando com os cafres; a 22 tinham subido até Quelimane, onde vêm visitá-los a bordo *fidalgos*, com toucas de seda lavradas na cabeça. Pela primeira vez chegavam à *Índia.* Viam gentes diversas, e sinais dessa civilização distante, demandada com tanto ardor. Emergiam do mar de África e da obscura sombra do continente negro. Esses fidalgos, para quem olhavam, porém, quase com amor, como irmãos, seriam os seus mais cruéis inimigos.

Ficam um mês em Quelimane, para reparar os navios e restaurar a saúde, porque o escorbuto começara a lavrar com força nas tripulações; e, partidos, chegam em 2 de março a Moçambique. Os sintomas anteriores aumentam: vêm mais, muitos fidalgos: estão, decididamente, às portas da Índia! Vão afinal chegar ao império do Preste!

O que observavam aumentava-lhes o desejo, avivando-lhes a curiosidade. Tudo era novo para eles, mas tudo avigorava as esperanças de virem a encher-se com o saque dessas coisas brilhantes, marfins e sedas, ouros e pedras, que luziam nos toucados e vestidos dos fidalgos de Moçambique. Em volta da esquadrilha fundeada vogavam os navios da terra sem coberta nem

pregaria: as tábuas cosidas a ouro, e velas de esteiras de palma[74]. Os mouros vinham mercadejar com eles. O próprio sultão em pessoa quis cumprimentar Vasco da Gama, que o recebeu a bordo. Pediu-lhe pilotos que o guiassem à Índia, à terra do Preste-João; pediu-lhe informações acerca do famigerado imperador. O mouro disse-lhe que o Preste era um poderoso príncipe, com muitas cidades naquela costa, grandes navios e muita cópia de mercadores: foi, pelo menos, isso o que Vasco da Gama percebeu, e tais novas encheram-no de alegria.

Mostrou-se depois o sultão pérfido e a esquadrilha, sem os pilotos, foi seguindo, costeiramente, até Mombas (8 de abril), onde um acaso a salvou da traição que os *mouros* lhe preparavam. Eles tinham descortinado já perigosos concorrentes nesses homens vindos por mar às regiões que, desde a Arábia, o Egito e a Núbia, eram até aí império seu e indisputado. Salvo por um milagre, Vasco da Gama seguiu a Malinda (15), onde o *sultão* o acolhe bem; mas não confiando mais nesses *fidalgos* do Zangebar, aproveitou de um mouro que se deixara ficar a bordo em Moçambique, e que sucedeu conhecer a rota para Kalikodu. Fizeram-se ao mar, e em vinte e seis dias (24 de abril a 19 de maio), estavam na Índia. Durara a viagem dez meses e onze dias.

Foi então que o seu espanto chegou ao auge. Tudo o que já tinham visto não dava uma ideia, nem distante, do que viam agora, desembarcados. O esplendor e o fausto natural do Oriente enchiam-nos de admiração e cobiça; e na sua ignorância religiosa viam por toda a parte os cristãos do Preste. Os indígenas adoravam a Virgem Maria; e os nossos prostravam-se também diante de Nossa Senhora na pessoa de Gauri, a deusa branca, Sakti de Xiva, o destruidor. Esta confusão, aumentada ainda por não se entenderem no que diziam, dava lugar a cenas ingenuamente cómicas. Alguns, duvidosos, observavam que, se os ídolos eram diabos, a sua reza era só para Deus; e com esta reserva mental ficavam quietos na consciência. Para aumentar o espanto, veio ter com eles um mouro a falar português: « Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!»

E nada disso era um sonho, eram « sem mentir, puras verdades» . Os indígenas abraçavam-nos, e os broncos alentejanos, os beirões, os marinheiros do Tejo, ingénuos e ignorantes, abraçavam-nos também, na efusão de um instinto humano, como patrícios. Dir-se-ia que se conheciam de muito, e que pouco ou nada os distinguia: de Lisboa à Índia era uma curta distância, porque o sentimento não tem bitolas. Eram todos cristãos, também tinham reis! O mundo era um só, e o homem o mesmo em toda a parte! A naturalidade ingénua com que se praticavam as maiores coisas, é a grande prova da força heroica dos homens da Renascença.

Por esse tempo, na Índia – e com este nome designamos todas as costas e ilhas incluídas entre os meridianos de Suez e de Tidor, e entre 20º de latitude S. e 30º N., teatro das campanhas portuguesas – na Índia, dizemos, raças

estranhas impunham uma espécie de domínio em tudo semelhante ao que foi depois o dos portugueses: um monopólio comercial-marítimo, e como consequência dele feitorias, colónias e Estados. Os povos que nós íamos despojar desse domínio eram os árabes e os etíopes, os persas, os turcomanos e os afegãos, que, descendo do Mar Vermelho e do Mar da Arábia confundidos na onda religiosa do islamismo, tinham avassalado a península do Indo ao Ganges, e a África Oriental desde Adal até Monomotapa. Estendendo-se para o Extremo Oriente, iam, como nós fomos, até Camboja e Tidor nas Molucas, através do Arakan e do Pegu, da península de Malaca, e de Birma e Shan (Sião) no continente, através de Sumatra e Bornéu e pelo meio do arquipélago de Sunda. A todas essas gentes chamaram os portugueses mouros[75], expressão genérica já usada na Europa para designar os sectários do Islão, e por isso também adotada agora que, tão longe e através de tantos mares, íamos encontrar-nos de novo, frente a frente, com o turco, antagonista do cristão em todo o mundo.

« Al diablo que te doy! Quien te trouxe acá?» assim um mouro de Túnis, em Kalikodu, cumprimentava o português: e como em Moçambique e em Mombas, os mouros (usaremos doravante desta expressão genérica, já explicada) induzem ou obrigam o Samudri-rajá (Samorim), rei ou conde – a Índia vivia num regime símile-feudal – de Kalikodu, a exterminar os portugueses. Kalikodu era o empório comercial da costa do Malabar, e os domínios do seu rajá formavam o chamado reino de Canará.

Fácil seria, sem dúvida, convencer o príncipe de que Vasco da Gama era um pirata, o seu rei uma burla; e sem o pensarem, decerto, os mouros de Kalikodu definiam antecipadamente o domínio português, que só veio a diferençar-se de uma pirataria comum, em ser uma rapina organizada por um Estado político. Convencido ou violentado, o rajá manda perseguir os navegantes, que embarcam e se defendem (agosto 30). Depois de uma estação de alguns meses na ilha de Angediva, sobre a costa, Vasco da Gama decide voltar; e fez-se de vela para Portugal em 10 de julho de 98. Um ano depois, no mesmo dia, chegava a Lisboa. Na viagem, separou-se da frota Nicolau Coelho em Cabo Verde, e Vasco da Gama veio pela Terceira, sepultar ali o irmão que morrera no mar.

O entusiasmo foi grande em Lisboa, à chegada de Vasco da Gama: também D. Manuel tinha as suas Índias, e Portugal o seu Colombo! E o Preste-João, que notícias? E de Covilhã? Nada. O navegador conseguira vencer o cabo e achar a Índia, mas não conseguira decifrar o enigma, que a este tempo já contava três séculos de sucessivas indagações.

Pouco viriam essas a importar para a história. O essencial era a decifração do outro enigma, ainda maior – o do Mar Tenebroso. Pouco faltava já; e em vinte anos mais, não haveria, na rotunda superfície do globo, um canto de terra incógnita, nem um palmo por explorar na vasta amplidão dos mares.

« Debaixo das bravas ondas, por saber os segredos da terra e os mistérios e enganos do oceano» , os portugueses, com uma curiosidade heroica, tomaram em suas mãos o futuro da Europa e do mundo. No ano seguinte ao da descoberta da Índia, Pedro Álvares Cabral, que para lá fora mandado com uma imponente esquadra, não resiste à tentação da curiosidade. Descendo no Atlântico, em direção de leste, uma pergunta incessante o persegue: que haverá, para o poente? Para esse lado descobriu Colombo umas Índias no hemisfério norte; acaso haverá mais Índias no hemisfério sul? Amarou para oeste, a indagar, a ver... Mais uns meses, na longa viagem do Oriente, que importavam? Com efeito, descobriu o Brasil[76]; a terra de oeste vinha, desde o extremo norte até o extremo sul, estendendo-se ao longo, nos dois hemisférios. Só então a América se pôde dizer inteiramente descoberta.

A notícia das novas terras encontradas impressionou pouco Lisboa; na corte ardia o desejo de descobrir o Preste, o encantado Preste-João; de fazer com ele um bom tratado, para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas coisas boas que Vasco da Gama vira por seus olhos, e, contadas, enchiam de cobiça o espírito de toda a gente. Cabral fora mandado a isso e não a descobrir terras: já eram demais as Cruzes, e os nomes do repertório escasseavam já para denominar ilhas e cabos, portos e baías, costas e continentes. Desejava-se outra coisa, ferviam outras esperanças:

« Boa ventura! boa ventura! muitos rubis, muitas esmeraldas!»

Tomarem-no por um pirata enchera de cólera Vasco da Gama. Além da necessidade de mostrar ao Samorim pérfido o poder do rei de Portugal, era indispensável desagravar os brios do fidalgo ofendido. Não podia ir dessa vez, mas para outra seria a sua vingança.

Logo que Vasco da Gama chegou, decidiu-se, pois, enviar uma grande armada à Índia; porque agora sabido o caminho, não havia mais receios, nem motivos, para reduzir o número nem a lotação dos navios. Pedro Álvares Cabral fora nomeado almirante da frota, que contava treze naus, e levava mil e duzentos homens. A construção dos navios tinha progredido com a frequência e extensão das viagens. Naus e galés, embarcações de vela e remo tinham-se preparado melhor, aumentando em dimensões. No primeiro quartel do XVI século, porém, quando a avidez comercial não pervertia ainda a prudência, a lotação ordinária não excedia 400 toneladas[77]. A nau navegava à vela, jogando dos costados a artilharia, no convés ou sob a coberta. A popa e proa, nos castelos, luxuosamente ornados de lavores e douraduras, assentavam também canhões: e nos cestos de gávea havia pequenas colubrinas. De um a outro castelo corria um bailéu ou varanda volante, donde, nos combates, atiravam os mosqueteiros, e se passavam à abordagem dos navios inimigos. Muitas naus andavam munidas de rostros ou esporões de aço nas proas, para a investida. As galés, navios de remo, dividiam-se em *bastardas e subtis:* as primeiras de 27 bancos a três remeiros e 7

peças grossas; as segundas de 25 bancos e 5 peças apenas. A artilharia grossa jogava somente à proa, nos costados; entre os remeiros, colocavam-se, porém, umas peças menores, a que se chamava *berços*. Havia, além disto, as *fustas,* galés pequenas de 16 ou 20 bancos de dois remos, com duas peças grossas. As galés, contudo, também velejavam; e para isso tinham dois mastros, onde levavam latinos; as fustas um só. Havia, porém, galés que, por se aproximarem mais da armação das naus, se diziam *bastardas:* armavam dois mastros, mas no do traquete tinham duas velas redondas, e cestos de gávea, como as naus.

A esquadra de Pedro Álvares Cabral levantou ferro do Tejo no dia 9 de março do ano de 1500. Os gritos da marinhagem, para alar a um tempo os viradores nos cabrestantes, melopeia triste e fúnebre como o mar; o surdo roçar das amarras nos escovéns; o apito dos mestres, dirigindo as manobras; as bandeiras multicolores soltas ao vento; e as velas meio desdobradas nos mastros, formavam o vivo quadro da nação que também partia, no ano de 1500, já confessada e bem disposta, para essa longa viagem de pouco mais de um século, cheia de escorbutos e naufrágios, ao cabo da qual a esperava um túmulo, vasto como é o mar, mudo como ele é nas camas fúnebres dos trópicos.

Não havia protestos agora, senão esperanças, cobiças, ambições. Não partiam à aventura; partiam à conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa. Ninguém duvidava do êxito, e o capitão levava cartas solenes do rei para o Samorim. Em troca delas, da sua aliança, dos presentes que lhe mandava, viriam os rubis e as esmeraldas, a pimenta e a canela, monopolizadas pelo turco, inimigo de Deus!

Já na praia começava a levantar-se a basílica, monumento ingénuo dessa religião do comércio, erguido a Jesus e à Pimenta – os dois deuses que viviam no céu português (ou cartaginês); dois deuses piamente adorados, mas servidos ambos de um modo igualmente bárbaro.

O almirante acaso pensava, já no Tejo, nesse rumo de Oeste, o de Colombo, que o levaria à América; e porventura acreditava pouco na existência do lendário Preste-João, por cuja causa tantas viagens se tinham feito. Não o mandavam descobrir, mandavam-no conquistar; mas ele queria também inscrever o seu nome na lista dos que, durante o século anterior, tinham pouco a pouco rasgado as trevas do mar misterioso. A sua viagem, além de iniciar o domínio português na Índia, teve, com efeito, as duas consequências desejadas. Varreu as duas lendas, a do Preste e a do Mar Tenebroso; descobriu o Brasil, e veio dizer a D. Manuel que o suposto imperador do Oriente era um miserável rei preto, infiel, acantonado nas montanhas ínvias da Abissínia.

Atrás de uma lenda, atraído por uma voragem, Portugal descobrira os continentes e ilhas do Atlântico e chegara à Índia. Por uma ilusão, consumara a realidade que espantava o mundo inteiro.

O mundo é uma miragem, e os homens sombras levadas pelos sábios

ventos do destino...

Reconhecidas as terras, sulcados os mares, por Ocidente e por Oriente, faltava porém ainda reunir essas duas metades do mundo conhecido, e dar-lhe a volta, para se saber que cabia todo, inteiro, nas mãos do homem: eis aí o valor da viagem de Magalhães, vinte anos mais tarde.

Não há mais trevas no mar; consumou-se a grande conquista. Mas uma nova empresa se desenha agora: devorar o descoberto, digerir o mundo.

Portugal inteiro embarca para a Índia na esquadra de Cabral[78].

## LIVRO QUARTO
## VIAGEM À ÍNDIA

*Dês o primeiro dia que com a vista e experiência propria me acabei de desenganar do grande erro que até alli me trazia a fama das cousas da India... me nasceu logo um desejo ardentissimo de fazer por esta via um grande e extraordinário serviço.*

RODRIGUES DA SILVEIRA, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental.*

## I. D. FRANCISCO DE ALMEIDA

Em 13 de setembro do ano de 1500 chegou Cabral a Kalikodu. Não ia, como Vasco da Gama fora – como descobridor; ia como embaixador, à frente de uma poderosa armada, para não ser tomado por pirata, mas sim pelo emissário, que era, do nobre monarca português, portador das suas cartas e propostas de aliança para o rajá de Kalikodu. Como tal foi efetivamente recebido, numa audiência solene. Os portugueses, vestindo as suas melhores roupas, as suas armas mais belas e polidas, pensavam impor de ricos ao monarca do Oriente; mas os representantes da pobre e forte Europa iam ficar deslumbrados com as magnificências da Índia opulenta. O brilho das armaduras era ofuscado pelo rutilar da pedraria « cujas chamas impediam a vista» . O rajá vinha em um palanquim ou andor trazido aos ombros pelos nobres, recostado sobre almofadas de seda, entre colchas lavradas de fio de ouro caindo em pregas franjadas com borlas cravejadas de pedras preciosas, e panos de cárbaso de linho finíssimo, cuja alvura sorria ao lado da vermelhidão sanguínea das sedas e brocados. Corria a compasso o andor coberto por um pálio de seda franjado de ouro, e dentro deste duplo sacrário via-se o rajá negro rutilante de pedras preciosas. Cegava olhá-lo. Aos lados dos do pálio iam pajens com leques de penas de pavão agitando o ar, e à beira do palanquim os que levavam as insígnias da soberania: a espada e a adaga, o estoque de ouro, a flor-de-lis simbólica, o gomil de água, e finalmente a copa onde o rei cuspia o bétele, cujo mascar faz os dentes cor-de-rosa e dá « muito bom bafo» .

Em toda a volta e prolongando-se na cauda da procissão, charangas de músicos atroavam o ar com os seus tambores, com os tantãs de prata e de ouro, suspensos por cordéis em bambus altos, com as trombetas enormes, umas retas, outras curvas, levantadas para o ar, e que davam aos músicos o aspeto de elefantes com trombas douradas, cujos pavilhões se viam cravejados de rubis e esmeraldas. Vinha uma grande trompa de ouro levada por dois homens a cavalo! Os músicos, negros, iam nus, com manilhas nos braços e nas pernas, e à cinta um pano cobrindo as vergonhas. Nus iam os naires e mais tropas do rajá, esgrimindo aos saltos em pírricas singulares, parecendo atacados de fúria com as suas armas variadas; alfanjes curvos para os golpes de cutilada, espadas largas e pontiagudas para as estocadas, espadas triangulares com o vértice nos copos e na ponta a base espalmada, arcos e molhos de frechas de bambu delgado, lanças com anéis tilintantes e guizos, correndo, saltando e gritando em brados: « Cucuya!» como na hora das batalhas. Mais ao largo, o povo mudo, numa impassibilidade de orientais, olhava.

A receção do embaixador fez-se no farame do rajá, à beira-mar, pavilhão de forma oitavada erguido sobre esteios, todo rendado de varandas e lavores, marchetado de marfim, chapeado de prata e ouro em folhas, com pináculos e coruchéus que se desenhavam levemente no fundo azul do céu – tão

azul como o do mar onde fundeava a esquadra de Pedro Álvares Cabral. Na longa praia apinhavam-se as choças dos pescadores e galeotes e por entre elas a multidão negra espantada. Para o interior avistava-se a cidade, com os palácios e jardins do rei, dos nobres e dos ricos, docemente abrigados contra o sol inclemente pela sombra dos palmares e dos bosques de árvores aromáticas. No meio de um turbilhão de gritos de guerra, de sons de trombetas, o cortejo encaminhou-se para o palácio do rajá.

Aí o Samorim estava sentado sobre o velo preto, insígnia da realeza, no seu trono de prata com braços de ouro e as espaldas cravejadas de rubis, diamantes e esmeraldas, no meio da sua corte, recostado em macias almofadas de seda, sobre fofos tapetes da Pérsia, sonolento e imóvel. Negro, nu, um véu de linho branco descia-lhe em pregas desde o umbigo até os joelhos, com a ponta caída e nela enfiados anéis de ouro e rubis. Os dedos, os braços estavam cobertos de anéis e manilhas. Das orelhas caíam arrecadas de ouro cravejadas; à cintura trazia um cinto de ouro. Ao pescoço colares roliços, de ouro também; e duas voltas de um fio de pérolas, grandes como avelãs, que desciam até o umbigo, suspendiam um enorme coração de ouro encastoando a mais bela, a maior esmeralda. Nos cabelos compridos e apanhados em nó no alto da cabeça havia pérolas e pingentes, e a coroa era um deslumbramento. O tesouro inteiro de Kalikodu saíra à luz. Ao lado do rajá, em pé, viam-se os pajens nus com panos de púrpura, apresentando as espadas e adagas de copos de ouro cravejados, e junto ao soberano o da copa de ouro com a toalha a tiracolo, e o da boceta cravejada de brilhantes, com o sal delido em água de rosas, onde molhava as folhas de bétele, antes de as dar ao brâmane-mor, que detrás das espaldas do trono as passava religiosamente ao rajá, para mascar. Outros pajens tinham as toalhas, perfumadas de almíscar, com que nas ocasiões devidas esfregavam os braços e as pernas nuas do soberano, reluzentes de manilhas cravejadas de rubis. Em torno havia castelos de alfaias: vasos e urnas de bronze, de prata, de ouro, e os lampadários de metal amarelo sempre acesos, segundo os ritos ordenavam. Os escrivães, de pé, tinham debaixo do braço as longas folhas de palmeira, secas, onde se registravam as leis e tratados, em sulcos abertos pelos estiletes de ferro, que balouçavam entre os dedos. Em frente de Pedro Álvares Cabral, que, sentado, lia a carta de D. Manuel em arábigo, estava a credência com os presentes que trazia: uma taça e duas maças de prata, quatro almofadas de brocado e dois panos de Arrás, de um desenho primoroso. A corte, de pé, escutava em torno. Mais longe agrupavam-se as mulheres do rajá, untadas de sândalo, e nuas da cintura para cima, com as cabeças coroadas de flores, e colares de contas de ouro, e pedraria, manilhas grossas nas pernas, braceles, e anéis fulgurantes. O rajá tinha mais de mil, entre amantes e varredeiras, escravas e embostadoras. Para além das colunatas de alabastro, nos pátios inundados de sol, viam-se os elefantes submissos, com os seus colares de

campainhas e guizos, cobertos por xairéis de seda recamada de ouro; viam-se os pálios e leques do cortejo do soberano; os truões e os faquires, rebolando-se no chão, desgrenhados, a uivar gritos. Depois formavam alas, ou esgrimiam com trejeitos e cutiladas, os naires, bucelários do rajá, casta singular e poliandra de quem disse o poeta: « gerais são as mulheres porém somente para os da geração de seus maridos» [79]. Mas o que sobretudo enchia de espanto e cobiça os portugueses, envergonhados da sua pobreza, eram os rios luminosos da pedraria que, destacando-se do fundo acobreado das peles indígenas, os cegavam: « As chamas que deles saíam impediam a vista!» Sobre o ouro de Sofala, eram os rubis do Pegu, os diamantes do Dekkan e de Narsinga, as safiras de Simhala (Ceilão) e os seus topázios e turquesas, jacintos e ametistas. Eram as belas esmeraldas de Babilónia!

De parte a parte, contudo, passada a receção solene, não se entendiam bem; e os escrivães em balde mostravam as longas folhas de palmeira escritas, agitando os estiletes de ferro, a indicar as passagens das leis que julgavam opor-se ao que pensavam serem os pedidos dos portugueses. Estes, em trejeitos, esforçavam-se por lhes fazer perceber que queriam pôr ali feitorias, para trazerem por mar, para a Europa, as preciosidades da Índia; e não cessavam de afirmar quanto el-rei de Portugal era poderoso e forte. Apesar de não ter tantos ouros nem pedrarias tinha o bronze das suas peças e o ferro das suas granadas! – acrescentavam com decidida importância. Os escrivães iam compreendendo, desconfiados; e os portugueses desconfiavam também dos sorrisos do rajá. Apesar disto, porém, foi concedido o que pediam; e Cabral fundou a primeira feitoria portuguesa na Índia, em Kalikodu.

Logo os mouros vieram reclamar contra os intrusos que os despojavam; e favorecidos pelo indígena, caíram sobre a feitoria, trucidando os portugueses que lá havia: cinquenta ao todo. Começava a história da Índia. Seguiram-se logo as terríveis represálias do almirante. Tomou dez naus de mercadores árabes, passou à espada mais de 500 homens tripulantes, e, bombardeando a cidade, pôs-lhe fogo. O incêndio de Kalikodu, em 16 de dezembro do ano 1500, era a fúnebre aurora da história oriental. Se as pedrarias tinham cegado os olhos dos portugueses, agora as chamas cegavam os olhos aflitos do rajá, nessa noite de cruel memória.

Incendiada Kalikodu, o almirante foi com a esquadra entrar em Katchi (Cochim), um pouco ao sul, na mesma costa de Malabar, mas já para além dos domínios do rajá pérfido de Kalikodu. O terror da recente façanha abriu-lhe os braços do pequeno soberano de Katchi; e fundou-se aí, em boa paz e amizade, uma feitoria, tomando o almirante, entretanto, reféns, para segurança. Triunfara; o brâmane rajá de Katchi revoltara-se abertamente contra o Samorim, seu suserano. No meado de janeiro (1501) partiu Cabral para Cananor: aí carregou as suas naus de pimenta e canela, e regressou ao reino. Dos treze

navios com que partira um ano antes, apenas três o acompanhavam: cinco, desgarrados, voltaram por diversas vias, e outros cinco foram tragados pelo Mar Tenebroso. Esse inimigo terrível, embora vencido, não estava domado, e a primeira expedição da Índia, este primeiro ato da tragédia de mais de um século, esboçava já todos os elementos da ação: assassinatos e incêndios, morticínios e naufrágios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos, as balanças do mercador na outra; uma Cartago moderna – e, no fundo, a voragem aberta do mar, pronto a devorar homens, navios e riquezas; a fonte perene do vício, entornando caudais de torpezas!

Da curta história anterior da Índia resultavam dois factos: a inimizade pérfida do rajá de Kalikodu, e a feitoria de Katchi. Castigar terrivelmente o primeiro e consolidar, fortificando-a, a última, foi o principal motivo da segunda armada, que em 1502 (fevereiro) partiu de Lisboa para o Oriente, sob o comando de Vasco da Gama, o capitão desapiedado, o fidalgo ofendido nos brios pelo miserável Samorim.

A história da viagem é um horror; e a desforra do capitão uma prova dessa frieza sanguinária, impassível e cruel, que efetivamente existe no temperamento, quase africano, do português.

Obliterada na sujeição ou na paz, rebentou sempre com o domínio e com a vitória, na guerra. Se tais sentimentos, vivos na alma do Gama, inspiram os seus atos, a sua campanha não obedece a um plano, nem no seu rude espírito cabem as largas vistas do estadista. Se algumas levava, reduziam-se a espantar a Índia com a crueldade das suas façanhas, e dominá-la com o terror dos seus morticínios. Grande sobre as ondas, em luta com os temporais, é a imagem da nação, cuja grandeza está na coragem e na teima com que soube vencer o Mar Tenebroso. Um terramoto agitou o mar da Índia quando o Gama pela segunda vez o trilhava; e o almirante, imagem da bravura épica do povo português, acreditou e disse que até as próprias ondas tremiam com medo nosso – com medo dele!

Navegando porém no mar das Índias, com toda a artilharia carregada de metralha, para arrasar Kalikodu, encontra o Gama uma nau de mercadores árabes que ia para Meca ou voltava, nas romarias constantes à santa Caaba. Além da tripulação, o navio trazia duzentos e quarenta homens, passageiros, com suas mulheres e filhos. Era isto no dia 1 de outubro de 1502, «de que me lembrarei toda a minha vida!» escreve o piloto ainda horrorizado, ao recordar como a nau foi cobardemente incendiada, com todos os que continha, e que morreram desesperados no fogo ou no mar. Ia a bordo um flamengo, que assim refere a ocorrência: «Tomámos uma nau de Meca, onde iam a bordo 300 passageiros, entre eles mulheres e crianças; e depois de sacarmos mais de 12000 ducados de dinheiro e pelo menos 10000 de fazenda, fizemo-la saltar com os passageiros que continha, por meio de pólvora, no 1.º de outubro». Satisfeito de

si, o capitão rumou para Kalikodu. Mandou intimar ao rajá a expulsão de todos os *mouros*, que eram cinco mil famílias, das mais ricas da cidade; dizendo-lhe que qualquer criado de el-rei D. Manuel valia mais do que ele, Samorim; e que seu amo tinha poder para fazer de cada palmeira um rei! – Como era de ver, o rajá recusou; e o capitão que, ao fundear, apresara um número considerável de mercadores no porto, mandou cortar-lhes as orelhas e as mãos, e, amontoados num barco, foram com a maré varar na praia, levando a resposta do Gama à recusa do aflito príncipe[80]. Começou logo o bombardeio (2 de novembro). A cidade ardia outra vez; e à população em choros, respondiam as risadas ferozmente cínicas dos marinheiros, abrigados detrás das amuradas dos navios, junto às peças que vomitavam fogo. Era uma inépcia, uma barbaridade e uma covardia; porque as curtas lanças e as setas dos indígenas não podiam medir-se com as granadas (pelouros) despedidas de longe, de bordo das naus. O Gama, cada vez mais satisfeito de si, foi-se a visitar o porto amigo de Katchi; e decidiu regressar ao reino por Quíloa, donde trouxe o ouro com que o rei D. Manuel fez uma custódia para o seu templo dos Jerónimos. Vinha contente da brava desforra que tomara; o Samorim estava punido!

Deixara o Gama na Índia uma parte da sua armada sob o comando de Vicente Sodré, personagem tão eminentemente célebre como o próprio almirante, cujo tio era. Fidalgo, este amava as façanhas brutais e estrondosas; o outro queria mais à pirataria e ao roubo. Com efeito, assim que o Gama partiu da costa do Malabar, o de Kalikodu, invocando porventura direitos de suserano sobre o vizinho de Katchi, exigiu dele a expulsão dos portugueses da feitoria. Mas os ataques repetidos ao poderoso rajá do Canará ensoberbeciam os seus vassalos, e fomentavam a decomposição do sistema político do Indostão. O de Katchi resistiu, implorando o auxílio do Sodré, que pouco se lhe dava da feitoria, e a abandonou para ir ao corso das naus de Meca: era trabalho de mais proveito e menor risco piratear de parceria com a coroa portuguesa nas costas de Adal e da Arábia, à embocadura do Mar Vermelho[81]. O produto das naus de Meca pertencia, metade ao rei de Portugal, metade às tripulações: cabendo aos soldados uma parte, aos marinheiros duas, outras duas aos bombardeiros, quatro aos pilotos e outro tanto ao mestre. Pilhavam todos, de braço dado com a Coroa.

Vicente Sodré andava nisto, ao mesmo tempo que Rui Lourenço, por sua conta e risco, varria a costa de Zangebar, caçava navios e cobrava tributos aos sultões.

O domínio português adquiria logo de começo o caráter duplo que jamais perdeu, apesar de todas as tentativas posteriores de regularização e de ordem. Era no mar uma anarquia de roubos, na terra uma série de depredações sanguinárias. Vasco da Gama ensinara o modo de imperar com o fogo e o sangue; Sodré indicava o modo de ceifar no mar, pela abordagem, as naus de Meca. A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do domínio português,

cujo nervo eram os canhões, cuja alma era a pimenta.

Na artilharia, efetivamente, estava o segredo do poder dos invasores da Índia. Ao tempo em que o Gama voltava da sua segunda viagem, partia de Lisboa uma terceira esquadra (1503, abril), com Afonso de Albuquerque e Duarte Pacheco a bordo. Foram a Katchi acudir ao rajá, na sua guerra com o de Kalikodu, e construíram a primeira fortaleza na Índia. Albuquerque voltou ao reino; Pacheco ficou em Katchi com as tropas e navios preparados para o ataque. O herói – porque este bateu-se como uma fera, no seu covil de Kambalaan, nobre, desinteressada e bravamente – desde logo disse que *toda a festa havia de ser de artilharia.* De que serviam com efeito as armas brancas e de arremesso, principal equipamento dos indígenas que mal sabiam usar dos mosquetes e bombardas, perante o vomitar distante da metralha? Isto explica a possibilidade da resistência dos setenta homens de Pacheco, brandamente auxiliados pelos naturais, contra os cinquenta mil que se dão ao exército do Samudri-rajá de Kalikodu. As surriadas da mosquetaria auxiliavam decerto, mas a defesa decisiva consistia nas ondas de metralha, que num instante varriam as jangadas cobertas de gentes que vinham do mar, e as colunas cerradas dos naires armados de setas e lanças investindo por terra. Mas nem por si só a artilharia seria capaz de resistir à onda maciça das colunas inimigas, se a coragem, a rapidez fulminante das marchas, a ubiquidade – pode dizer-se assim – do primeiro herói soldado do Oriente não animasse os poderosos meios de defesa. Quatro meses durou o assédio de Katchi, que terminou pela derrota do Samudri-rajá.

A esquadra de Lopo Soares de Albergaria trouxe para o reino (1505) Duarte Pacheco: um homem simples que, por voltar carregado de feridas, mas leve de dinheiro e diamantes, foi parar à capitania de S. Jorge da Mina, para de lá vir em ferros por *capítulos* que dele deram; para jazer no cárcere por muito tempo, e acabar esquecido e pobre. A sorte deste herói, diz Góis, « foi de qualidade que se pode dele tirar exemplo para os homens se guardarem dos reveses dos reis e príncipes e da pouca lembrança que muitas vezes têm daqueles a que são em obrigação» . Pacheco voltou, pois, do Oriente, e na Índia ficou, por capitão do mar, Teles Barreto, com a missão de *correr as naus de Meca*. A armada trazia para o reino, a bordo, Pacheco – um infeliz! – e uma carga abundante de especiarias e coisas ricas. A corte, o rei, em Lisboa, quisera muito mais às segundas do que ao primeiro.

Entretanto a este devia D. Manuel a consolidação do seu império oriental, incipiente ainda. Pacheco demonstrara aos naturais e aos árabes que os portugueses não eram apenas piratas; e podiam fazer mais do que bombardear impunemente uma cidade desarmada, ou tomar naus de indefesos mercadores e romeiros. A façanha de Katchi fora o batismo de sangue do novo império; e o baluarte, de pé, atestava a força dos novos dominadores.

Mas já do princípio, também, surgia a última das pragas da Índia: a inveja, a cizânia, os ódios, a maledicência, com que, uns aos outros, os homens do ultramar se abocanhavam na corte; e a inépcia do governo do rei, incapaz de pesar o valor das palavras, de medir o alcance das acusações, e de ser justo e sábio. A lisonja reinava, e sobre ela o favoritismo.

Cinco anos tinham decorrido depois da viagem de Cabral; havia já uma fortaleza em Katchi; estava batido o de Kalikodu; os navios portugueses pirateavam em liberdade no mar da Índia; e numerosas naus de Meca iam sendo apresadas. Esboçava-se o futuro império, anarquicamente, mas já por forma tão decisiva, que era mister organizá-lo, dar-lhe uma lei e uma direção.

D. Francisco de Almeida foi o homem escolhido para governador da Índia, constituída em vice-reino. Das três sucessivas fisionomias que o império português no Oriente apresenta, é ele quem lhe imprime a primeira; dos três vice-reis mais notáveis, é ele o primeiro também. Sem o heroísmo antigo de Albuquerque, um Aníbal[82], sem a simpática pureza ingénua de um Castro, imitador fiel dos tipos de Plutarco; Francisco de Almeida, valente como soldado, hábil como almirante, é sobretudo um estadista.

Pondo de parte o merecimento absoluto dessa política comercial, fecundo sistema de explorar uma região inteira, fielmente executado mais tarde e com tamanho êxito pelos holandeses, o facto é que, para conseguir o fim desejado de roubar aos árabes o império, e a venezianos e árabes o comércio do Oriente, a política de Francisco de Almeida, sem grandeza, é lúcida, perspicaz e forte. O governo da Índia formou três grandes homens: Castro, que se pode dizer um santo; Albuquerque, a quem melhor cabe o nome de herói; Almeida, que é um sábio administrador, um feitor inteligente.

No seu caminho para a Índia, o primeiro vice-rei foi ajustar as contas antigas com o sultão de Mombas, e arrasou-lhe a cidade (1505, agosto 14). Levava também ordens para construir fortalezas em Quíloa, Cananor, Angediva, além da de Katchi, que seria aumentada e reparada, depois dos danos sofridos no ano anterior. Não iam então as ambições do governo, no reino, mais além desse pedaço da costa oriental da África, com as estações fronteiras na costa do Malabar. Entretanto no pensamento do vice-rei, maduro pela observação local e pela prova de uma primeira guerra marítima com que o impenitente rajá de Kalikodu o recebera, formulava-se já todo o seu plano de domínio. Não duvidou expô-lo a D. Manuel na carta que lhe escreveu, e que é um dos documentos mais importantes da história portuguesa no Oriente.

Toda a nossa força seja no mar, dizia: desistamos de nos apropriar da terra. As tradições antigas de conquista, o império sobre reinos tão distantes, não convêm[83]. Destruamos estas gentes novas (os árabes, afegãos, etíopes, turcomanos) e assentemos as velhas e naturais desta terra e costa: depois iremos mais longe. Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os

indígenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a Índia; e se o que queremos são os produtos dela, o nosso império marítimo assegurará o monopólio português, contra o turco e o veneziano. Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças *(cartazes)* para as naus dos mouros navegarem nos mares da Índia e isso as expulsará: as nossas armadas darão corso aos contrabandos. Não é mal decerto que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas somente para proteger as feitorias de um golpe de mão; porque a verdadeira segurança delas estará na amizade dos rajás indígenas, por nós colocados nos seus tronos, por nossas armadas apoiados e defendidos. Substituamo-nos, pura e simplesmente, ao turco; e abandonemos a ideia de conquistas, para não padecermos das moléstias de Alexandre. O que até agora se tem feito é uma anarquia e um esboço apenas; um sistema de matanças, de piratarias e desordens, a que é mister pôr cobro. – A primeira condição de um império seguro é um pensamento definido, e tal era o do vice-rei.

As dificuldades apareciam-lhe tanto mais fortes, quanto « as guerras passadas eram com bestas, agora as temos com venezianos e turcos do Soldão» . Com efeito, a antiga impunidade, de que os nossos gozavam à sombra da artilharia, desaparecia, desde que o veneziano e o do Egito, vendo em perigo o seu poder no Oriente, tinham lançado ao Mar Vermelho uma esquadra poderosa, e tão bem artilhada como as nossas. A guerra tomava um caráter novo; e os portugueses já não se encontravam apenas a braços com as armas brancas do indígena. Aparecera a pólvora do lado dos inimigos; e a esta grave e nova fase das coisas veio juntar-se, no ânimo do vice-rei, o resultado cruel da temeridade do filho, que em Tchala (Chaul) morrera batido pela esquadra egípcia: a armada de *Merocem, capitão-mor do Soldão do Grã Cairo e de Babilónia* – como se dizia no tempo.

Confirmando a doutrina com o exemplo, esporeado pelo desejo de vingar a morte do filho[84], e pela necessidade de destruir essa armada que ameaça matar à nascença o domínio português na Índia,

*...vem o pai com ânimo estupendo.*
*Trazendo fúria e mágoa por antolhos.*

Descendo pelo Mar Vermelho, a esquadra egípcia viera deitar ferro em Diu, na costa do Gujerât (Guzarate), impondo no índio a obrigação de ser defendido. Entre mouros e portugueses, que uns a outros disputavam a presa do comércio do Oriente, os rajás, perseguidos pela proteção de ambos, não sabiam as mais das vezes por quem se decidir, incertos do lado para onde a vitória final penderia. Os vencedores foram sempre os fiéis aliados de todos os fracos.

Tal era a situação do índio de Diu. Não teve remédio senão acompanhar os rumes, e aprisionar os portugueses da esquadra batida de Lourenço de Almeida, guardando-os como penhor e base de argumentos e desculpas para com o vice-rei – caso este vencesse com a nova armada em que

vinha.

Efetivamente D. Francisco de Almeida subia ao longo da costa, deixando após si o rasto de cinzas e sangue, que por toda a parte anunciava a passagem dos portugueses. As faúlhas do incêndio de Deval (Dabul) e os lamentos da população dispersa chegavam até a ria onde fundeavam as esquadras do egípcio e de Diu, já engrossadas com as trezentas fustas que o de Kalikodu enviara também, para ver se conseguia exterminar por uma vez os incómodos visitantes.

O egípcio, apesar de vitorioso, temia o vice-rei; e fundeada a esquadra, dispusera que picassem as amarras nos navios assim que fossem abalroados, dando à costa, e arrastando consigo os portugueses, sobre os quais as lanchas e fustas dos índios cairiam o ardil, mandou preparar as âncoras à popa, e os navios inimigos foram sozinhos varar na praia. Era 3 de fevereiro (1509), festa de S. Brás, pelo meio-dia. A viração do mar soprava fresca pela popa dos navios portugueses, quando a capitania desfraldou o guião azul à proa e, toda empavesada, no meio dos gritos de « Senhor Deus; misericórdia! Santiago!» ao som das charangas de trombetas, soltou a primeira banda de artilharia. Um clamor imenso de vozes, de trompas, de tiros lhe respondeu, e a batalha generalizou-se com artilharia e arma branca, à abordagem. A confusão de gentes que ali combatiam era inextricável; e os pavilhões da Cruz e do Crescente, erguidos nos mastros dos navios, abrigavam os sentimentos mais extravagantes, as crenças mais disparatadas. É que não se combatia, nem pela fé, nem pela pátria: disputava-se com furor o saque da Índia; e a cobiça torna irmãos os homens de todas as fés, os filhos de todas as raças. Havia alemães e franceses por bombardeiros a bordo das naus portuguesas; havia índios, brâmanes e até mouros. Havia, do lado oposto, na confusão dos navios, desde o núbio até o árabe, desde o etíope até o afegão; havia muçulmanos de toda a casta, persas, e rumes do Egito – mercenários de todas as partes, a que se dava este nome genérico; havia, ao lado da multidão dos infiéis, o veneziano, renegado ou católico, mas sobretudo mercador, que por ordem de sua república vinha como artilheiro defender, no mar da Índia, os interesses solidários dos seus sócios no comércio oriental. Em volta da população confusa da esquadra dos rumes, apinhava-se em seus juncos a massa obscura dos índios, de Diu no Gujerât, de Kalikodu no Canará.

Os navios portugueses eram poucos, mas sólidos e ainda bem construídos e artilhados; as suas guarnições não excediam mil homens. Eram naus principalmente; mas também galés, *bastardas* e *subtis* e *fustas* – os *avisos* dessas antigas esquadras. As naus vomitavam fogo das amuradas. Nos castelos de popa e proa fuzilava a artilharia menor, batizada com os nomes da montaria feudal, águias, *sacres e falcões, leões e serpes, pedreiras* que arrojavam *balas de granito, berços, camelos, colubrinas* e *esperas*. Nos bailéus, de popa à proa, os

mosqueteiros despediam contínuas surriadas de balas; e as xaretas de corda, presas nas amuradas, defendiam as naus das abordagens dos juncos e galeotas dos índios. A bordo das galés, o capitão sobre o capitéu – Jesus! S. Tomé! Avé-Maria! – excitava os soldados que, de espada e rodela, se juntavam à proa para a abordagem dos navios inimigos, ou da popa, a tiros, caçavam mouros. As enxárcias apareciam crivadas de setas. Da proa também, o castelo das galés vomitava fogo; e o ligeiro navio, caindo perpendicularmente sobre o contrário, rasgava-lhe o ventre com o esporão, despedaçava-lhe os remos, crivava-o de balas. Sentados, os forçados, nus e negros, acorrentados nos bancos, remavam ágil e poderosamente, obedecendo aos gritos do comitre que, de espada em punho, corria na coxia, entre as plateias dos bancos, distribuindo cutiladas. Sob a coberta, junto ao paiol defendido por colchas e cobertores escorrendo água, o capitão do fogo distribuía a pólvora, tirando-a às gamelas dos caldeirões. E os bombardeiros, com os morrões e bota-fogos a bom resguardo, obedeciam à ordem de atirar. Os bailéus, de onde a taifa dos soldados se lançava às abordagens, defendiam com a mosquetaria dos remeiros; e as velas estavam carregadas nos mastros, por causa dos incêndios. O fogo punha um elemento novo neste antigo modo de batalhar no mar[85]. No meio do enxame das galés e caravelas, correndo à caça dos paraus fugitivos, os navios de vela, de tipos novos, naus e galeões, urcas e carracas, eram como fortalezas flutuantes, vomitando lume, estrondos, fumo, naufrágios e morte.

Tingiram-se mais uma vez de vermelho as águas do mar das Índias; morreram inúmeros; boiavam feridos, pedindo misericórdia e recebendo tiros; e por fim, depois de todos os episódios e cenas próprias destas tragédias, a vitória foi pelo vice-rei, que destruiu rumes e índios. Esta batalha naval tinha uma importância superior ainda à das vitórias de Duarte Pacheco em Katchi: porque os índios, meditando e observando, reconheceram que a falange portuguesa não era só invencível para eles: era-o também para os rumes do Egito, e para a artilharia de Veneza...

O de Diu, que estivera sempre indeciso, ao ver o resultado da batalha, veio, pressuroso, desculpar-se, entregar logo os prisioneiros da empresa anterior. Guardara-os para os salvar das garras ferozes dos rumes, a quem desejava todo o mal, sem lhes ter podido resistir. Mandava-os carregados de presentes e parabéns, por tão grande vitória, que o libertava da odiosa tirania dos rumes.

No capitéu da sua nau, o almirante e vice-rei contemplava a cena de carnagem, agora muda, e os destroços que boiavam com os cadáveres no mar tinto em sangue; e estava glorioso e contente no meio dos seus, que contavam com verbosidade os episódios, o que tinham feito, como se tinham saído, cada qual de seu lance... quando chegaram à borda, numa almadia, os prisioneiros forros, gritando alegres, a pedir que os recebessem. O vice-rei lembrou-se então que lhe faltava o filho, e « se foi assentar na tolda com um lenço na mão, que não

podia estancar as lágrimas que lhe corriam!» Acudiram todos a consolá-lo; e ele, tornando-lhe os ânimos, ergueu-se, e disse-lhes enxugando os olhos, e tratando-os por filhos, que isso já passara e traspassara a sua alma, que se alegrassem todos agora com a boa vingança que Nosso Senhor por sua misericórdia lhes dava!

E regressando, conformado com a sua sorte, ao passar em frente de Cananor, salvou à terra para celebrar a vitória; mas, para acabar de vingar a morte do filho, mandou amarrar prisioneiros às bocas das bombardas, e as cabeças e membros despedaçados dos infelizes iam cair na cidade como pelouros... A morte do filho transtornara o seu lúcido espírito, mudando as suas opiniões antigas de estadista num furor carniceiro, atestado pela devastação da costa do Gujerât. Cedera também às intrigas e maledicências dos capitães que tinham vindo de Ormuz, fugindo ao mando terrível de Albuquerque, atemorizados pela loucura das suas empresas titânicas. Bulhavam, o governador que acabava o prazo do governo, e Albuquerque já nomeado de Lisboa para lhe suceder, e à corte haviam chegado notícias pérfidas de excessos cometidos pelo sábio vice-rei. Em paga dos seus trabalhos esperava-o a masmorra de Duarte Pacheco; porém, na viagem para o reino, deu à costa da Cafraria, e foi morto pelos negros às pedradas e zagunchadas.

O seu plano de governo, por ser sábio, era quimérico, pois que a Índia era uma loucura. Só homens de génio, como Albuquerque, poderiam tornar grande uma empresa condenada; só, como Castro, um santo podia ressalvar o brio português da nódoa de uma ignomínia formal.

Para que o nosso domínio fosse marítimo e mercantil apenas, era necessário que essas tradições estivessem na alma portuguesa, como tinham estado noutras idades, na alma de Cartago, e como agora estavam na de Veneza. Em Portugal, o espírito pátrio fora formado pela religião e pela cavalaria; e exigir dos soldados de África que não desembarcassem dos navios, convencê-los de que o verdadeiro modo de conquistar fosse prescindir do governo, era querer uma coisa impossível. Alargar, ao contrário, os domínios portugueses, avassalar territórios, fazer conquistas, e criar um império à antiga, como o de Alexandre e o dos romanos, era o pensamento comum – naturalmente deduzido dos antecedentes militares da nação, e agora fomentado de um modo especial pela cultura clássica, enlevo de todos os bons espíritos da Europa. A ideia de que Portugal era uma Roma preocupava os reis e os escritores, que se fatigavam a procurar origens e a indicar analogias, decerto verdadeiras. Albuquerque fez vivo em si um tal pensamento, e viu-se o Capitão dessa Roma[86], ou antes o Alexandre da nova Grécia.

Além dos motivos íntimos que tornavam inaceitável a política comercial e marítima do primeiro vice-rei da Índia, havia motivos mais práticos. Uma das suas justas exigências era a da proibição do comércio aos soldados,

magistrados e capitães do Oriente. Com efeito, o domínio, tal como ele o concebia, não era um saque: era uma proteção armada a um comércio, franco por um lado, monopólio do Estado, ou apanágio da coroa, pelo outro. Os capitães e governadores seriam simultaneamente agentes comerciais de S. A., excelso mercador da pimenta. Isto exigia uma fleuma de que só os holandeses foram capazes, e ainda assim à custa de salários que suprimem as tentações.

Desde que o rei era o primeiro negociante, porque não seria o vice-rei o segundo, os capitães das fortalezas e das armadas os terceiros, os soldados os derradeiros? Só isto era, evidentemente, lógico; e, apesar de todas as confusões, quem bem observa, descobre sempre que a história obedece à lógica. Ninguém distinguia bem, na era de 500, entre a pessoa individual do rei e a pessoa abstrata ou simbólica do monarca. Não se separavam Rei e Estado: e só com esta perspicácia moderna poderia convencer-se o rude soldado da Índia de que o comércio, bom para o rei, era mau para ele; de que uma virtude podia ser um vício, por mudarem as condições. Além disto, os portugueses lançavam-se, famintos, ao banquete da Gália, da Itália, da Espanha[87]. Ninguém seria capaz de lhes arrancar dos dentes essas carnes palpitantes, que devoravam com ânsia; e eram inevitáveis as consequências funestas, que D. Francisco de Almeida previa sabiamente.

Fleumático e pontual no cumprimento dos seus deveres duplos de capitão e caixeiro, o vice-rei ao mesmo tempo que expunha para Lisboa os seus planos de governo, mandava os seus relatórios comerciais, como um correspondente ao seu patrão de Génova ou de Veneza. O vice-rei estudara como geógrafo o Oriente; e para fundamentar o seu plano de império marítimo dizia, com Barros, que a Índia « tem entradas e saídas de que seu comércio vive, e que são como o corpo animado, que, se lhe tiram a entrada e saía das coisas que o sustentam, não tem mais vida» . O principal estado consiste na navegação, escrevia o vice-rei; só com ela se governará no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, essas duas correntes da exportação da Índia; só com ela na península de Malaca, que é a transição da Índia para o Extremo Oriente; só com ela manteremos o privilégio da passagem do Cabo da Boa Esperança, caminho que descobrimos para a Europa. Albuquerque em Ormuz, em Goa, em Malaca, assentou na terra firme os limites do império que para o seu antecessor devia vogar flutuante sobre as ondas.

Estadista e geógrafo, D. Francisco de Almeida era ao mesmo tempo um mercador cuidadoso e até hábil. Dava ao rei minuciosas informações dos géneros, preços e pesos. « E o lacre que V. A. diz lhe mande, será maravilha haver-se porque estas naus (portadoras da carta) partem cedo, e as naus que o trazem do Pegu e Martamão (Martaban) vêm tarde. Espero por uma boa soma dele, porque o tenho mandado trazer... E assi V. A. me manda que a pimenta vá limpa e seca, e que o peso se faça com nossas balanças e pesos... e dá-se tal

aviamento que, com duas balanças, té véspora pesaram mil quintais. Se os navios não chegassem tão avariados, em vinte dias carregariam e partiriam. O *baar* de Cochim (Katchi) tem três quintais e trinta arráteis de peso velho, e custa o quintal mil e quinhentos réis e meio. – Mandei noticiar com pregões que todos trouxessem pimenta, e que logo se lhes pagaria à vista: é o meio de bater os mouros, que são regatões e compram fiado. Acodem os gentios com pimenta, e levam o cobre muito alegres. – Quanto à pimenta e drogas que vão ao Levante, são de Malaca, Sumatra e Diu, onde nasce muita pimenta longa e redonda, e muito bem sei por onde passa e em que tempo: falta-me o principal. – O aljôfar e pérolas que me manda que lhe envie não os posso haver, que os há em Ceilão e Carle (?); os sinabafos, porcelanas e mais coisas de jaez são de mais longe. As escravas que quer, tomam-se depressa: que as gentias desta terra são pretas e mancebas do mundo, como chegam a dez anos. – Tem cobre aqui para cinco anos, vermelhão sem número, chumbo e azougue, panos de lã a apodrecer, escarlatas, espelhos, óculos, chapéus, e selas ginetas, que é mui certa mercadoria para cá» . E continua assim, misturando toda a espécie de mercadoria, desde as escravas mancebas do mundo, até as pérolas e aljôfar. – Por que não manda S. A. papel? Seria um excelente negócio.

Eis aí o motivo íntimo, o princípio fundamental, o cuidado superior do rei e dos seus governadores da Índia[88]. D. Manuel perdoava tudo, os crimes e os roubos, as carnificinas e as brutalidades, os incêndios e as piratarias, contanto que lhe mandassem o que ele sobretudo ambicionava; curiosidades, primores e riquezas para encher os seus paços de Lisboa, e deslumbrar o Papa em Roma com a sua magnífica embaixada. « Manda pimenta e deita-te a dormir» , dizia mais tarde, da corte para a Índia, Tristão da Cunha, ao filho Nuno, governador. O saque do Oriente – este é o nome que melhor convém ao nosso domínio – ia ordenado de Lisboa.

II

## II. AFONSO DE ALBUQUERQUE

« As coisas da Índia fazem grandes fumos!» costumava dizer o novo governador. Mas que fumos eram esses? Eram a vaidade e os erros de tantos pigmeus que o gigante via formigar ativamente, enceleirar, e, depois de gordos e ricos, pavonearem-se na corte, alegando serviços, com a bazófia de quem tudo sabia das coisas do Oriente. Fumos, com efeito, eram todos esses para o governador, que aprendera nas suas primeiras viagens, e agora levava já bem definido o seu plano. Levava sem o saber os seus *fumos* também: porque em fumo se havia de tornar o império efémero que construía na mente...

Quando em 1506 partira de Lisboa, o rei tinha-o mandado como subalterno, na armada de Tristão da Cunha; mas o génio do guerreiro não se reprimia com isso, nem estava decidido a esperar que o tempo lhe desse o mando absoluto, para pôr em prática o seu plano gigantesco. Ele sabia demais que, no caos da Índia, cada qual trabalhava por sua conta e risco; e que, nesse vasto campo de batalha, as manobras não obedeciam ao mando de um general; iam ao acaso, segundo a audácia e o génio dos capitães. De Lisboa a Zangebar uma armada era um exército; no mar da Índia o exército fracionava-se em batalhões independentes, e cada capitão era senhor de prosseguir, conforme o seu plano, na vasta empresa de saquear o Oriente. O plano de Albuquerque não era o de um saque, era o de um império.

A esquadra de Tristão da Cunha foi de caminho, como introdução, arrasando, queimando e saqueando Juba (Oja) e Barava (Brava)[89], na costa, acima de Zangebar, dirigindo-se a Socotorá – essa ilha que, junto à ponta extrema da África, pelo norte, o cabo de Jar-Hafun (Guardafui) – era a vedeta sobre a entrada do Mar Vermelho, e a estação onde os navios de corso às naus de Meca se deviam abastecer e refrescar. Os árabes defenderam a sua ilha em vão; e Cunha matou-os todos, sem ficar um só, e construiu a fortaleza, deixando-a guarnecida. Feito isto, dirigiu-se à Índia, destacando Albuquerque (impaciente quase até à rebeldia, durante a delonga da construção do forte) com seis navios e quinhentos homens, para a caça das naus, no Estreito.

Afinal, o capitão comandava! Afinal dispunha de uma falange sua! E resolveu não perder um só dia. Logo que as velas de Tristão da Cunha desapareceram, na sua viagem para a Índia, Albuquerque largou de Socotorá para a costa da Arábia, ao longo da qual foi subindo vagarosamente, assolando tudo. Formara o plano de começar por Ormuz as suas conquistas, marcando primeiro o limite por Norte e Ocidente, para mais tarde ir ao Oriente, pôr em Malaca o extremo do seu império. Ormuz, Sofala e Malaca são três quinas de um triângulo, cuja base mede 70 graus em longitude, cuja altura, até o vértice de Ormuz, conta 50 em latitude.

Foi a 10 de agosto do ano de Sol que Afonso de Albuquerque largou de Socotorá, em direção do Golfo Pérsico. A sua esquadrilha compunha-se de seis

navios apenas, e não contava mais de quinhentos homens; mas a poderosa unidade que o mando do atrevido capitão imprimia, a confiança que todos tinham no seu génio e na sua sabedoria, e também nos mosquetes e artilharia das naus, tornavam poderosa como um aríete esta pequena divisão. Para nos servirmos da expressão de Francisco de Almeida, tratava-se apenas de combater com *bestas;* e não havia ainda que temer em Ormuz a artilharia dos rumes, nem os bombardeiros venezianos. A novidade de um engenho de guerra e a audácia de um grosseiro à antiga iam levar a cabo uma empresa, de facto espantosa, como as de Alexandre ou de Ciro.

Seguindo os exemplos desses famosos, cuja sombra Albuquerque tinha na mente, punha em prática os antigos meios orientais. Avançava no meio de um coro de aflições e mortes, precedido por uma coluna de incêndios, para que, ao chegar, a vanguarda do terror precipitasse os ânimos na abjeção. Assim ia ao longo da costa da Arábia assolando e devastando todos os lugares vassalos do suserano de Ormuz. Primeiro arrasou Kalhât (Calaite) « que é feito de casas de pedra, terradas e muitas cobertas de palha, casas espalhadas e mal armadas, e fora do lugar à mão direita um palmar de palmeiras de tâmaras, onde estavam uns poços de água de que bebiam. O lugar assenta ao longo da água, e por detrás há grandes serranias de pedra viva, e no mar alguns zambucos e naus que vêm aqui carregar cavalos e tâmaras e peixe salgado» . (G. C., *Lendas*).

Em Karayât (Curiate), que lhe resistiu, cortou as orelhas e o nariz a todos os prisioneiros, soltando-os para irem, lavados em sangue e mutilados, anunciar por toda a parte a fama do seu poder. Em Khor-Fakhan (Orfacate) reduziu tudo a cinzas; e como em Karayât, mutilou todos os prisioneiros. Entre eles, porém, estava um velho letrado persa, de longas barbas brancas, que vivia de admirar Alexandre, cujo livro possuía. O velho aplaudia o português, comentando o livro com as façanhas do novo herói; e aplaudia-se a si por ter ainda em vida assistido à ressurreição do filho de Olímpias. Aclamava o português, ou o grego, confundindo a realidade com a história; e de joelhos, adorando-o, deu o seu livro a Albuquerque. O novo Alexandre perdoou-lhe.

Em Maskât (Mascate), já na entrada do golfo e quase fronteiro a Ormuz, tinham vindo acudir a curar-se, chorando, os fugitivos de Karayât e Khor-Fakhan, atroando os ares com a fama do poder terrível desse herói que se aproximava. Tremiam todos de susto; mas quando a esquadrilha apareceu diante da poderosa cidade, ainda houve quem pensasse em resistir, por ver que os navios eram tão poucos. Ignoravam, porém, que cada um deles, com os seus canhões escondidos por detrás das amuradas, era um vulcão pronto a rebentar em lava, um inimigo pérfido cuja força latente não podia medir-se. Maskât foi bombardeada. A mesquita onde os infelizes se tinham refugiado caiu a machado e os cativos, mutilados, foram fugindo, chorando, reunir-se à gente da cidade escondida nas serras. Havia cadáveres em todas as ruas e o fogo posto começava

a crepitar lavrando nos armazéns cheios de azeite e de melaço. As labaredas subiam, zumbia ao longe o clamor dos desgraçados, e à maneira que o terrível herói se alongava na praia com os seus para regressar aos navios, os *mouros* vinham ansiosos e cheios de medo ver se podiam ainda salvar algumas migalhas da sua cidade, pasto das chamas vivas. Era em vão. Como uma tromba devastadora, Albuquerque prosseguiu deixando um rasto de sangue e cinzas. Ormuz estava próximo, e cumpria que a onda de terror, que fora crescendo, estoirasse agora de um modo pavoroso.

Ormuz era então a joia mais preciosa da coroa da Pérsia. Chamavam-lhe a *pedra do anel* das Índias. Era a Londres oriental, onde todos os produtos do Oriente vinham desembarcar; donde saíam nas longas caravanas que se dirigiam a Bagdad e ao Cairo, para a Tartária e o Turquestão, por toda a Ásia do norte. Os armadores levavam por mar a Ormuz a pimenta, o cravo das Molucas, o gengibre, o cardamomo, os paus de sândalo e brasil, os tamarinhos, o açafrão, a cera, o ferro, as cargas do arroz de Dekkan, os cocos, as pedrarias, as porcelanas, o benjoim, os panos de Kambai, de Chala, de Deval, os sinabafos de Bengala. Aí vinham, de Adém, no estreito de Bab-el-Mandeb, o cobre, o azougue, os brocados, os chamalotes, e tudo quanto Veneza mandava da Europa, pelo caminho de Alexandria, a Suez, via do Mar Vermelho. Toda a Pérsia se abastecia em Ormuz dos géneros de fora; por Ormuz toda ela mandava importar os produtos indígenas. Os navios carregavam aí a seda e o almíscar, ruibarbo de Babilónia, e as récuas de cavalos da Arábia, tão queridos de Dekkan, em Kambai e nos Estados da contracosta de Cholomandalam (Coremandel) até Bengala, na foz do Ganges. Contra o arroz e os panos que levavam, os comerciantes traziam de Ormuz as tâmaras, o sal das suas colinas coloridas, as passas, o enxofre e o aljôfar grosso, muito procurado em Narsinga.

A cidade era em si pequena, mas um brinco. Era uma terra de luxo e prazer, uma corte de mercadores. As casas, recheadas de coisas preciosas, eram tesoiros ou museus, com paredes forradas de mármores, colunatas, eirados, pátios ajardinados e fontes preciosas. A vida custava aí caríssimo, porque o luxo absorvia todos os recursos naturais. A terra, uma salina, era estéril em si: tudo vinha da Pérsia, da Arábia, da Índia; mas os mercadores tinham defronte, além, na costa firme, as quintas e hortas, onde iam com frequência. Aí o plátano majestoso do Oriente, o álamo esguio e esbelto, o negro cipreste meditativo destacavam-se no meio das hortas viçosas, das quintas e jardins de rosas, povoados de rouxinóis, abrigando nas encostas à sua sombra as vinhas férteis. Os pomares regados estavam coalhados de laranjeiras, de frutos de ouro e flores de neve perfumada; de macieiras, pêssegos, albocorques; de figueiras de formas extravagantes e amplas folhas; de granadas, com os frutos rebentados a sorrir nos seus grãos cor de rubi. No chão serpeavam as redes de hastes dos meloais, louros e perfumados; e das latadas e parreiras caíam com peso os cachos de uvas

preciosas de todas as cores. Por entre os bastos pomares e do seio dos jardins de rosas, levantava-se orgulhosa e nobre a palmeira, com o seu turbante de folhas agudas, carregada de tâmaras.

Nas ruas da formosa cidade, em frente dos bazares, sob os toldos que a defendiam da luz e do calor do sol, formigava uma população de várias raças, de cores diversas, ocupada em comprar, em vender; mais ocupada ainda em gozar a vida no seio de uma devassidão torpe. O calor e os perfumes inebriavam os sentidos, e acordavam todos os instintos sensuais. Vinham ali vender neve, de trinta léguas do interior da Pérsia. Amar era o primeiro de todos os comércios de Ormuz; e o persa, alto, elegante e formoso, entregava-se a todos os desvairamentos da pederastia. Por isso as mulheres valiam pouco, eram até aborrecidas em Ormuz. Os pobres escravos, moços e mutilados, enchiam os haréns dos ricos, e os bordéis para o comum dos mercadores. Era uma devassidão abjeta, e um luxo desenfreado. Os personagens, nos seus passeios, iam sempre seguidos por pajens, com toalhas e jarras de prata e bacias com água. Havia músicas e festas por toda a parte e as bandas e orquestras andavam constantemente nas ruas onde os mercadores expunham à venda o aljôfar em colchas purpurinas. Os trajos eram dos mais preciosos estofos, e sobre as camisas brancas de algodão finíssimo vestiam-se túnicas de chamalote ou grã, cingidas por almejares com grandes adagas ornadas de ouro e prata e pedras preciosas. Os broquéis eram redondos, forrados de seda; os arcos acharoados, ou de corno de búfalo com cordas de seda. Usavam, além do arco e da frecha, do escudo e da adaga, machadinhas e maças de ferro, todas preciosamente lavradas e tauxiadas de ouro e prata. Os mouros diziam que o mundo era um anel e a pedra Ormuz. Só a alfândega rendia meio milhão de xerafins[90].

As notícias de Maskât, os mutilados de Karayât e Khor-Fakhan encheram de terror essa população embriagada na orgia de uma vida de delícias. No porto havia, com efeito, uma poderosa armada que escondia as águas: eram centenas de naus e galeões, uma infinidade de terradas. Tinham-se arrestado os navios dos mercadores e do seio da frota estava a nau de Cambaia, a *Meri,* de mil tonéis, com gente basta e numerosa artilharia. Havia o melhor de duzentos galeões de remo com arrombadas de sacas de algodão tão altas que escondiam os remeiros. O persa que vestia os laudéis, em vez de corpos de aço, couraçava também de algodão os navios. As terradas alastravam o mar, carregadas de gente armada, com estandartes garridos « que era coisa fermosa para ver» . Na terra, ao longo da praia, havia de quinze a vinte mil homens formados com as suas músicas de trombetas e anafis. « As gritas do mar e terra eram tantas que parecia que se fundia o mundo!» Mas os fugitivos abanavam a cabeça desesperados, contavam como os seis, seis navios apenas portugueses, traziam no ventre uns monstros de fogo destruidores! E o soldão persa, aflito, não sabia de que modo receber a visita de Albuquerque e dos seus navios, que já estavam,

terríveis mas quietos como um vulcão em paz, fundeados no meio do porto, entre os galeões de Ormuz. Albuquerque exigia-lhe que abandonasse o persa, e se declarasse vassalo do português; e o infeliz estava decidido a abandonar tudo, para que o deixassem em paz – quando o capitão, enfadado com as delongas e subtilezas, rompeu inopinadamente o fogo. Começou a varejar em torno o estendal de barcos, reduzindo-os a uma massa de destroços, de naufrágios e cadáveres que era horroroso de ver. Estava como um lobo no meio de um rebanho de ovelhas. Não era uma batalha, era uma carnagem. Os fugidos nadavam num mar rubro de sangue, perseguidos pelas almadias em que os soldados matavam neles às lançadas e cutiladas. Da amurada das naus os grumetes e pajens rasgavam-lhes o ventre com os croques, pondo pastas de vísceras flutuantes no mar de sangue. Houve grumete que matou assim oitenta *mouros*. E enquanto a armada de Ormuz e as tropas do sultão eram chacinadas, desmanchava-se o lençol de barcos como uma teia cujas malhas se soltam. Havia correrias sobre as ondas, e de espaço a espaço o mar sorvia uma atalaia com a gente e as armas. Outras, já ardendo, iam fugindo em chamas, como trombas de fogo correndo, vogando à mercê do vento « que era um grande espetáculo para ver» . Ainda oito dias depois do sanguinário caso havia cadáveres boiando no mar, e os portugueses em lanchas ocupavam-se nessa particular espécie de pesca. A colheita era abundante, os cadáveres aos centos, os trajos ricos, e muitos os anéis, e alfinetes, as adagas e punhais tauxiados de ouro e prata com joias engastadas. Denudados, vinham a bordo as famílias reconhecer os cadáveres e levá-los piedosamente, em lágrimas, aos seus sepulcros. A façanha fora tão grande, que parecia milagre: pois não se viam nos corpos mortos as chagas das frechas, não havendo semelhante arma entre os nossos? Milagre! diziam os soldados e os capitães, perante esse caso tristemente revelador da confusão de combate com o novo Alexandre da Índia. O pobre sultão de Ormuz, aflito, imediatamente acedeu a tudo: consentiu que Albuquerque levantasse uma fortaleza e pagou-lhe vinte mil xerafins de tributo. E deste concerto se fizeram duas cartas, uma em folha de ouro, a modo de livro, escrita em arábico com letras abertas a buril e suas brochas de ouro com três selos de ouro dependurados por cadeias; a outra em parsi, que era a linguagem comum da terra, e em papel com letras de ouro. E ambas estas cartas mandou Afonso de Albuquerque a el-rei D. Manuel.

Ormuz escapara, rendendo-se, aos horrores de um saque; mas isto mesmo desesperava os capitães e soldados da esquadrilha, que murmuravam, cobiçosos de tamanha riqueza desenrolada diante de seus olhos. Não compreendiam para que se haviam de demorar ali, a construir uma fortaleza, quando, a não saquearem a cidade, mais valia partirem para o rendoso corso das naus de Meca, na boca do Estreito. A intriga insinuava-se, dizendo que o capitão-mor queria construir a fortaleza para si, e fazer-se rei de Ormuz, levantando-se

contra o de Portugal: na Índia não havia ainda mais tradição do que a do saque marítimo, e o pensamento imperial de Albuquerque chegava a não ser compreendido. Nem em três anos, diziam, voltariam à Índia, perdendo ocasião de carregar as quintaladas que tinham de ordenado. A cobiça de mãos dadas com a violência e a cegueira agitavam perigosamente as guarnições. Albuquerque, impassível, prosseguia. De uma vez que lhe levaram um requerimento quando vigiava pessoalmente a obra da fortaleza, tomou-o assim dobrado como lho deram, e sem o ler meteu-o debaixo de uma pedra do portal da torre que se estava erguendo. O baluarte ficava cimentado com as queixas. Mas as lajes não pesavam bastante para as abafar, e recrudesceram. Além do mais, os queixosos reclamavam a metade dos 20000 xerafins pagos pelo de Ormuz, que, esperançado nestas desordens, confiado em promessas de sedição, e nos auxílios que o persa lhe enviava, ousou romper as hostilidades. Vieram com efeito o xaque Yar (Xaquear) trazendo consigo quatro mil árabes. Albuquerque estava num sério perigo, e outro qualquer perder-se-ia. Os capitães recusavam ir ao combate; mas ele, arrancando as barbas, aos punhados, ao capitão Nova, levou diante de si os soldados, sozinho, às cutiladas. Dos seis navios, porém, fugiram-lhe três, que vieram para a Índia contar ao vice-rei as loucuras e barbaridades do conquistador: não podiam resistir ao seu mando *terríbil,* só lhes era dado fugir! Albuquerque retirou também de Ormuz, quando viu a impossibilidade de levar por diante a empresa, abandonado por metade das suas forças. Levantou ferro, voltou a Socotorá aprisionar as naus de Meca, e mais um navio que abandonou aí: nenhum podia suportar o férreo mando do herói.

Em novembro de 508, depois de ter voltado ainda outra vez a Ormuz, estava de regresso à Índia, em Cananor, onde abriu a carta de Lisboa, que lhe confiava o governo do Oriente. Nesse momento a violência do seu génio furioso arrebatou-o: queria castigar os capitães insubordinados, queria sobretudo terminar o plano das suas conquistas; e foram necessários os rogos de D. Francisco de Almeida, a quem o filho acabava de morrer, para consentir na expedição naval de Diu. Só quando, meses depois, chegou à Índia a fidalga armada de D. Fernando Coutinho, puderam terminar as deploráveis contendas entre o vice-rei e o seu sucessor. Coutinho levava de Lisboa ordem expressa de tomar Kalikodu; e, cheio de bazófias, lançou-se na empresa em que achou a morte. Engolfados na matança e no saque, no meio de parte da cidade incendiada, os portugueses foram por sua vez trucidados, quando os inimigos os colheram dispersos e sem armas.

Só e livre, absoluto senhor do império nascente, Albuquerque entregou-se com franqueza e decisão ao seu projeto. A primeira condição dele era a fundação de uma cidade, uma capital portuguesa – coisa que até então não existira. Katchi, cujo rajá desde o princípio se abraçara aos novos invasores, era uma cidade Índia, onde possuíamos apenas uma fortaleza, abrigo da feitoria e

guarda de um porto amigo. Albuquerque elegeu Goa para capital. Colocada a meia altura da costa ocidental da península, bom porto, a cidade reunia as condições desejáveis. Fazia ele então parte do reino de Vijajapur (Bijapor), fração que no fim do XV século se separara do de Dekkan, declarando-se o seu Cã independente, sob o título de adil-xá (Adil-Khan, Hidalcão); e o adil-xá do Vijajapur, ao tempo de Albuquerque, tinha por nome Yusuf. Por este governava em Goa Sipahdar, a quem os nossos chamaram Sabaio. Em fevereiro de 1510, Albuquerque tomou Goa por surpresa; e pela primeira vez houve no Oriente um Estado português. Até então, depois de uma batalha, a tomada de um lugar significava apenas a substituição da suserania indígena pela nossa; e o estabelecimento de feitorias e a construção de fortalezas tinham somente em vista assegurar o comércio e a cobrança das páreas ou tributos de vassalagem, segundo o plano do primeiro vice-rei. Albuquerque iniciava um sistema diferente: criava uma cidade propriamente portuguesa; e com o novo governador, o nosso domínio desembarcava dos navios para a terra firme. A um sistema de colónias, como fora em volta do Mediterrâneo o dos fenícios ou o dos gregos, substituía-se um império, como Aníbal o sonhara na Itália, e Alexandre o fundou na Ásia. Albuquerque, porém, não pensava em fazer de Goa uma cidade portuguesa, no sentido de ser exclusivamente habitada por europeus: seria quimérico. Faltava-lhe gente, e para obviar a isto fomentou os cruzamentos de portugueses com mulheres indígenas, criando, tanto em Goa como depois em Malaca[91], uma população de mestiços, que mais tarde se tornou um dos elementos de dissolução do nosso império. Sob o domínio português, os naturais viveriam livremente na sua religião, com as propriedades garantidas, mas sujeitos ao império protetor e soberano de Portugal[92]. Era um plano correspondente ao que mais tarde os ingleses puseram em prática, sem todavia cruzarem com os indígenas; da mesma forma que os holandeses preferiram os planos marítimo-comerciais de D. Francisco de Almeida.

Goa ocupou ao governador todo o ano de 510; porque o Sabaio, tomado por surpresa em fevereiro, voltou no verão; e os soldados de Albuquerque não quiseram resistir-lhe. Apesar do desespero e das maldições, da fúria e das ameaças do governador, abandonaram a cidade e embarcaram. Os planos de Albuquerque pareciam loucuras aos bandidos e piratas da Índia, que além de lhes não compreenderem o alcance, se viam privados de saques, apenas fartos de guerra. Goa perdeu-se em agosto; mas logo tornou para o domínio português, ganha por assalto em novembro. Os soldados obedeciam, porque o comando do governador era *terríbil*, desapiedada a sua crueldade genial, fervorosa a sua fé católica. Alexandre cria-se um deus, Albuquerque viu mais de uma vez os milagres do céu nas horas do combate. Em Goa viu Santiago: um cavaleiro de armas brancas, no manto uma cruz vermelha, pelejando contra os mouros[93] – conforme a tradição histórica portuguesa. Nas cidades da costa da

Arábia, viajando para Ormuz, as suas crueldades tinham sido bárbaras: em Goa não o foram menos. Além queria impor pelo medo; aqui destruía como político. Todos os mouros de ambos os sexos, de todas as idades, mais de seis mil, foram mortos; e queimados vivos os que se tinham refugiado na mesquita, sendo a terra assim «despejada», porque para sossego dela só devia conter gentios. Era o lugar escolhido para capital do império dos novos gregos pelo moderno Alexandre.

Consolidada a posse da capital, no coração da Índia, Albuquerque voltou-se rápido para as duas empresas que rematariam o seu império: Malaca e Ormuz. Embarcou, logo no princípio de 511, e tocando em Ceilão, a terra encantada das pedras preciosas, delícias do mundo, pátria da canela e das pérolas, achamo-lo, já em maio, em frente de Malaca, no Extremo Oriente.

Malaca, na ponta da península da Indochina, sobre o estreito a que dá o nome, era para esta região, como Ormuz, a norte-leste, para a outra. Assim como além permutavam os géneros da Índia com os da Arábia e da Pérsia, e em Adém com os do Egito, assim em Malaca se faziam todas as trocas dos produtos ocidentais da China e das Molucas, e de todo o Extremo Oriente. De Malaca iam as naus a Ternate e a Tidor, a Banda e a Ambon, em procura do precioso cravo; e o estreito andava coalhado de *juncos* de Java, conduzindo à cidade o arroz, as carnes, a caça e os *crises* tauxiados de fino aço, em troca dos damascos e brocados, que levavam de retorno para as ilhas do arquipélago. Anfíbios, os malaios viviam no mar em permanência, com a casa e a família a bordo; e os seus *juncos,* com enxárcias de verga, iam buscar a Malaca os panos de Paleakat e de Mahabalipurum (Meliapor), na costa de Coromandel, e as drogarias de Kambai.

Do saque de Malaca, o governador reservou para si apenas seis leões de bronze, destinados ao seu túmulo. Sem se demorar, avassalou todo o arquipélago malaio, levantando fortalezas e deixando guarnições; e, segura a porta oriental da Índia, voltou-se a Goa, de caminho para Ormuz e Adém, a consolidar o império pelo Ocidente. Em fevereiro de 513 sai com uma armada para Adém, que não consegue tomar; viaja em torno do Mar Vermelho, incendiando e bombardeando as costas; mas não sente forças para levar a cabo o seu plano de conquistar a Arábia, indo a Meca despedaçar a santa Caaba. A campanha de 513 não tem portanto resultado positivo, desde que Adém consegue resistir às investidas do governador. Adiou pois para outra vez esses planos, que eram a cúpula do seu edifício e a chave do império que vinha construindo. Conquistada Adém, as duas empresas que meditava eram relativamente fáceis na sua simplicidade temerária. Levaria quatrocentos homens de cavalo em taforeias ou caravelas e iria desembarcar em Liumbo, partindo num galope até Meca, lugar santo mal guardado por gente prostrada em adorações, roubaria o tesouro sagrado e o próprio corpo do profeta; com ambos se resgataria o Santo

Sepulcro de Jerusalém, cativo. Consumar-se-ia a obra malograda das Cruzadas, tradição piedosa que na Renascença passara das nações do norte para a Itália e para a Espanha, arrastando mais tarde Portugal a Alcácer Quibir. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a grande empresa do Mar Vermelho descarregaria um golpe mortal no Egito, que era a joia do império dos turcos e o arsenal de onde vinham as armadas à Índia. O seu plano consistia em « cortar uma serra mui pequena que corre ao longo do rio Nilo, na terra do Preste-João, para lançar as correntes dele por outro cabo que não fossem regar as terras do Cairo» [94]. Desviando o Nilo secaria o Egito[95]. Já pedira a D. Manuel que lhe mandasse oficiais da Madeira, onde os havia mestres no corte das serras para formar as levadas de rega dos canaviais. Tudo isto continha a empresa de Adém, cujo malogro cortou os voos às ambições grandiosas do herói.

Embora no céu, lá para os lados das terras do Preste abexim, tivesse fulgurado aos olhos do místico e terrível herói uma cruz vermelha, Cristo abandonara-o na empresa. Quando o famoso milagre surgiu, Albuquerque e todos, ingenuamente, crentes na missão divina em que andavam, caíram de rastos adorando a cruz[96]. E, o capitão, para corresponder ao céu, mandou tanger os coros de trombetas, responder com artilharia aos cumprimentos de Jesus. Lavrou-se um *estromento* assinado pelas guarnições, que veio para D. Manuel, com carga de pimenta, afervorar a piedade mística da corte portuguesa.

Como, porém, apesar do milagre, nada se fez, Albuquerque em 514 volta-se para Ormuz, cujo domínio não estava seguro. Outro Alexandre em Persépolis, o herói condenou-se em Ormuz: a grandeza das suas façanhas tinha-lhe feito nascer um orgulho que já não distinguia o bem do mal. Orientalizado com o imperador, cujos exemplos seguia, não lhe bastavam já a crueldade, nem a força: apelava para a perfídia; e intrometendo-se nas miseráveis políticas dos persas, chamou à sua tenda para uma festa o ministro que então governava o príncipe idiota de Ormuz, e assassinou-o covarde e friamente, substituindo-se-lhe. Estava próximo da cova: e a sorte não queria que à história deste herói faltasse o epílogo frequente na história dos heróis: uma abjeção. Tão-pouco a verdade consente que se esconda um fraco de vaidade e fraqueza comum. Alexandre mimoseava os literatos de Atenas para que o exaltassem: Albuquerque mandava anéis de pedras preciosas ao cronista Rui de Pina « para escrever com melhor vontade os memoráveis feitos da Índia» .

Da volta de Ormuz a Goa morreu na viagem: a morte salvava-o, como fizera a D. Francisco de Almeida, dos ferros que tinham servido a Duarte Pacheco. A corte de Lisboa já o mandara substituir no governo por Lopo Soares de Albergaria, que, chegando, começou por condenar o seu predecessor, exaltando todos os que lhe eram inimigos. Antes de acabar, Albuquerque pegou na pena e dirigiu uma carta ao rei – « quando esta escrevo a V. A. estou com um soluço que é sinal de morte!» E pedia-lhe que lhe honrasse a memória e

protegesse o filho; o que o rei fez, honra lhe seja. Agonizando, via-se incompreendido pela tacanha corte de Lisboa, e aceitava de bom grado a morte: « Mal com os homens por amor de el-rei, mal com el-rei por amor dos homens, bom é acabar» . E acabou, à vista de Goa. Era homem de meã estatura, rosto comprido e corado. Era avisado latino e de grandes ditos falava e escrevia muito bem: mui fácil na conversação, muito grave no mandar, muito manhoso no negociar com os mouros, muito temido e amado de todos. Nascera filho segundo de uma família de sangue nobre, e educara-se na corte militar de Afonso V, viveiro da geração dos capitães da Índia amestrados nas guerras de África. Fora em 1480 na esquadra mandada a Nápoles em auxílio do rei Fernando contra os turcos, e nove anos depois partira para África a defender a fortaleza da Graciosa, em Larache, contra os mouros. Era estribeiro-mor de D. João II e já um grande fidalgo quando, em 1503, D. Manuel o mandou à Índia pela primeira vez. Foi, voltou com bons créditos, mas sem nada ter feito de singular; provavelmente observou e aprendeu muito, levando já um plano formado quando o rei o mandou como capitão na esquadra de Tristão da Cunha. Dessa ida começa a história que narrámos e que termina agora com a sua morte.

Os soldados, a bordo, amortalharam-no no hábito de Santiago com borzeguins e esporas, espada à cinta, na cabeça uma carapuça de veludo e aos ombros uma beca também de veludo. O enterro subiu em lanchas, e era tamanho em todos o choro e pranto, que parecia fundir-se o rio de Goa. Ao desembarcar, foi levado aos ombros dos soldados, sob o pálio, pelas ruas da cidade que conquistara; e os gentios, vendo-o com os olhos meios abertos, a longa barba caída até a cinta, flutuando, não o criam morto: Deus o chamara para alguma façanha no céu! Voltaria breve. E por muito tempo houve romarias ao sepulcro do herói, vindo os naturais pedir-lhe justiça contra os desmandos e perfídias dos portugueses, oferecendo-lhe boninas e azeite para a sua lâmpada. Do Extremo Oriente, desde o Pegu até a China, ficaram-lhe chamando o Leão do Mar[97].

Ormuz, Goa, Malaca, os três pontos cardeais do império fundado por Albuquerque no breve período de cinco anos (1507-11), valiam o domínio em todo o mar das Índias e a vassalagem de todas as costas, desde Sofala, em África, ao cabo de Jar-Hafun; desde Khor-Fakhan, na Arábia, até o Golfo Pérsico; desde o Indo até ao cabo Kumari (Comorim); daí às bocas do Ganges, e descendo pelo Arakan e pelo Pegu, até Malaca com as ilhas dispersas de Madagáscar e Socotorá, Angediva, os arquipélagos de Lakkha (Laquedivas) e de Malaja (Maldivas), Simhala (Ceilão)[98], e Sumatra e Java, Bornéu e as Molucas até os pontos extremos de Banda e Ambon. Com efeito, depois de Malaca e da viagem temerosa mas estéril de 513 a Adém, todo o Oriente pasmava e tremia de Albuquerque, o terríbil. A Goa vinham de toda a parte embaixadas e tributos; todos os príncipes queriam a amizade do português, e a seus pés arrastavam a

coroa os rajás de Ahmednagar, e de Kambai, de Vijajapur e de Narsinga[99], o xá da Pérsia e os sultões de Sião, do Pegu, do Arakan; e até o próprio *Hidalcão,* o adil-xá do Canará, consentindo a fortaleza de Kalikodu, comprada com tanto sangue, seguia o exemplo do Gujerât, do Konkana, do Karnataka e de Benguela. Desde o Indo até o Ganges, pelo Cabo Kumari, desde Kambai até Golkonda, o litoral da península estava inteiramente submetido ao jugo português.

Entretanto este império não podia dizer-se ainda construído: era um esboço apenas. Como depois de uma vitória brilhante os tímidos se curvam todos perante o vencedor, assim acontecia no Oriente. Lançado na política de conquista, o império português ganhava a primeira batalha; mas não podia decerto ensarilhar as armas enquanto a costa da Arábia e as margens do Mar Vermelho se conservassem em poder dos inimigos. Os naturais da Índia, avassalados por uma corrupção antiga, aceitavam o domínio de qualquer vencedor; mas era necessário, para o manter, que a vitória fosse decisiva. Ora o inimigo, o *mouro*, fora batido, mas não fora expulso. Como numa doença, tinham-se debelado muitos sintomas, mas não se destruíra o princípio mórbido. Adém continuava a ser o empório do domínio comercial marítimo dos árabes e egípcios no Oriente; o Mar Vermelho, o Suez, no extremo fundo desse estreito corredor, as bocas sempre abertas, para vazar sobre a Índia navios, artilharia e soldados. O domínio, que os portugueses se propunham substituir, continuava; e do caráter dual ou misto que a ocupação da Índia apresentava, resultaria um estado de guerra permanente com os *mouros* e com os naturais, que ora os preferiam a eles, ora a nós. Ninguém, nação alguma seria capaz de resistir a um século inteiro de semelhante vida. O destino do império português no Oriente dependia do exclusivo do domínio, desde que era impossível pactuar ou dividir a presa entre os dois caçadores rivais.

O génio de Afonso de Albuquerque adivinhava isto com toda a lucidez: Adém, Meca, o Mar Vermelho eram a sua preocupação: « Três coisas, diz o filho e comentador, há na Índia que são escápulas de todo o comércio das mercadorias daquelas partes, e chaves principais dela. A primeira é Malaca, que está em três graus na entrada e saída do estreito de Singapura; a segunda Adém, que está em vinte e um graus de altura e na entrada e saída do Mar Roxo; a terceira é Ormuz, a qual está em quinze graus e na entrada e saída do estreito do mar da Pérsia. Este Ormuz, a meu ver, é a principal de todas. E se el-rei de Portugal tivera senhoreado Adém, pudera chamar-se senhor de todo o Mundo» . Dar um golpe mortal no islamismo era, além de retribuir em Meca a afronta humilhante de Jerusalém, mostrar aos muçulmanos do Oriente que Jesus podia mais do que Mafoma. Mas se o génio excecional de Albuquerque não bastou para levar a empresa ao fim, como poderiam bastar para isso os pigmeus que lhe sucederam? Valentes muitos ou quase todos, incansáveis no mar e na terra, os governadores da Índia foram extenuando em um século de guerra permanente

as limitadas forças da nação, sem pensamento político, sem plano definido, à toa e à mercê dum capricho, ou duma ideia a que o ciúme imbecil da corte limitava constantemente os voos. A primeira política, a marítima, fora abandonada com a queda de Francisco de Almeida; a segunda política, a imperial, condenada com a deposição e morte de Albuquerque. Faltava assim a condição essencial de um domínio estável e seguro: uma tradição.

Esta falta, contudo, provinha de causas mais íntimas, umas nacionais, outras cronológicas. O absurdo espírito da política de Lisboa, e a já provada incapacidade dominadora dos portugueses, estão na primeira categoria; na segunda estão os costumes e ideias de tempos relativamente bárbaros. Os portugueses, ao pôr pé na Índia, faziam o mesmo que os povos germânicos, ao descer dos Alpes sobre a Lombardia: cevavam-se. A história de Afonso de Albuquerque em Ormuz (1507) demonstra bem quanto era impossível impor disciplina e ordem em campanhas que tinham no saque o exclusivo motivo

*Fomos ao rio de Meca,*
*Pelejámos e roubámos*
*E muito risco passámos*

Estas palavras de Gil Vicente resumem a história da Índia; e com tais elementos era possível saqueá-la, era impossível dominá-la.

Por isso, nesse século de 500 que a história da Índia abrange, o conjunto dos carateres da ocupação portuguesa forma dois sistemas: o da rapina, contra o qual protesta e reage em vão a espada militar de Afonso de Albuquerque; e depois o da simonia, contra o qual, em vão também, reage a vara justiceira de D. João de Castro.

Estudemos agora o primeiro, a seu tempo estudaremos o segundo. Todos os soldados de António da Silveira, um capitão que andava pela costa, entre Chala e Daman, trouxeram fato, escravos e dinheiro, com que foram contentes; e assolaram tudo « em tanta maneira que se despovoaram todos os lugares da fralda do mar, que pela terra dentro dez léguas não havia gente» . Em Barava, destruída por Tristão da Cunha, os bárbaros cortaram as mãos e as orelhas às mulheres para furtarem as manilhas e brincos de ouro. A tornada de Mangaluru ficou célebre: « Foi entrada com muito valor, e dentro dela fizeram os nossos espantosas cruezas, não perdoando o sexo nem a idade, nem ainda às alimárias» . D. Paulo de Lima « deu na cidade de Johore (Jor) – escreve à esposa – e assolou-a *com o favor divino».* Noutro lugar os combatentes, empilhados contra os muros, pedem aos da frente que, *por amor de Deus,* lhes deixem matar um *mouro*. A aproximação dos portugueses, despovoam-se as cidades e fogem todos com terror: assim aconteceu em Bintang. Albuquerque sustentou por três anos, no mar da Arábia, a sua armada com as presas das naus de Meca. Quando os portugueses ocuparam as terras de Bardez, « fizeram mui grandes males de roubos, tiranias, tirando as mulheres e filhas formosas a seus maridos, e outras

corrompiam, e as furtavam e tornavam a vender» . O de Ormuz queixava-se de que, em paz, lhe tiravam, a ele e aos seus, « parentas de que (os nossos) faziam uso, tornando-as cristãs a seu pesar» . O roubo e a luxúria, aliados aos inimigos, davam lugar a intermináveis guerras: assim os capitães de Malaca originaram as de Johore e do Atchim (Achém); e nas Molucas a cidade de Bachian, despovoada e vazia, foi incendiada, indo os bárbaros às sepulturas dos reis furtar os ossos, na esperança de receber por eles, mais tarde, um grosso resgate. Roubando e pirateando à solta, o génio aventuroso dos portugueses larga as asas, e os exploradores vão até aos confins do Mundo, fiados no seu atrevimento. Dois heróis das *Peregrinações* têm uma história extravagante. Um, António de Faria, vai à China roubar os sepulcros dos imperadores; outro, Diogo Soares de Albergaria, obtém o título de irmão do rei do Pegu, com duzentos mil cruzados de renda e o comando do exército: é o rei, mas morre assassinado, por ter furtado uma rapariga. Nem se julgue que só pelos confins do mundo oriental português, em Ormuz ou em Malaca, ou só pelas costas, nos seus navios, a fúria dos portugueses se desmanda em ferocidades anárquicas. Na própria Goa, capital, a vida é um combate. Pelas ruas há batalhas e cadáveres insepultos. Um governador prende certos salteadores portugueses, manda-os ferrar no rosto, junto à picota e degredar para o Brasil: logo um pelotão de amigos se amotina em armas para os libertar, e, não podendo consegui-lo, vai a bandear-se para os mouros inimigos: o governador manda-os desorelhar e amarrar aos bancos das galés; fogem e fortificam-se, e é necessário tomar à força o reduto; prisioneiros, são, afinal, amarrados vivos a elefantes, e esquartejados. É conhecida a tragédia em que a amante de D. Paulo de Lima, precipitando-se das janelas do seu palácio de Pangin, morreu, e o sedutor, de espada e rodela, abriu caminho por entre a gente armada que acudia com o marido.

Até dentro das próprias igrejas havia rixas, e tiros: viam-se homens cair assassinados no confessionário, e nos degraus dos altares, à mesa da comunhão; e uma vez foi morto com um tiro o bispo quando levava a hóstia, em procissão, pelas ruas.

Era uma anarquia bárbara; e decerto os naturais lamentavam a má sorte que os condenava a suportar tantas crueldades ferozes. Antes o mouro indolente e mole, e o antigo tempo que placidamente corria no seio de uma orgia podre mas calma, nos braços do luxo, da opulência e dos prazeres! Como demónios vomitando fogo, negros nas suas armaduras, esses portugueses eram enviados para os desgraçar, para os punir talvez! E levas esfarrapadas de fugitivos, num coro uníssono de lágrimas e aflições, acompanhavam por toda a parte a visita dos terríveis forasteiros, que não sabiam fazer-se amar do índio, tão submisso, tão bem disposto para obedecer e servir.

*Os fumos* da Índia (como Albuquerque dizia) embriagavam os pobres portugueses, limitados na Europa à porção côngrua do bragal e do aço, sujeitos a

uma forçada sobriedade e a costumes mais presos. Na Índia o *fumo* desenfreava o animal, que se retouçava delirante nas sedas e nos perfumes, nas frutas e nas mulheres, coberto de diamantes, abarrotado de pardaus de oiro. Breve, porém, esse fumo se dispersou no ar; e a desolação universal trouxe a miséria, o luxo trouxe a fraqueza; e à violência de bárbaros, os portugueses juntaram a mesquinhez de chatins.

## III. D. JOÃO DE CASTRO

Morto Albuquerque, as coisas da Índia voltam ao estado anterior; e abandonada a política imperial, torna-se à política marítima; ou antes o domínio flutua ao acaso, indeciso entre os dois planos. Lopo Soares prosseguiu ainda as guerras de conquista, acabando de avassalar Ceilão e as Molucas. Vasco da Gama voltou pela terceira vez à Índia, como vice-rei, para ver se podia pôr cobro às desordens e à corrupção interna das colónias: foi com ele que se inaugurou o sistema das sucessões, mandadas de Lisboa em cartas, que só se abririam por ordem numérica, na falta de cada vice-rei, para prevenir as frequentes desordens, a que dava lugar a transmissão do governo. O almirante morreu três meses depois de chegado, sucedendo-lhe D. Henrique de Meneses; a este, Pero Mascarenhas, e o usurpador Lopo Vaz de Sampaio, tão célebre pelas suas perfídias.

Nuno da Cunha tomou posse do governo em 1528 em condições difíceis. As torpezas dos governos anteriores tinham sublevado contra nós os monarcas do Indostão. O de Kambai, ao norte, com o de Kalikodu, inimigo antigo, ao sul, estavam desde tempo em guerra aberta connosco, de mãos dadas com os *mouros*, nossos rivais. O governador, em quem os dotes de guerreiro primavam, decidiu reunir todas as suas forças para ir tomar Diu, na costa do Gujerât, castigando por um modo ruidoso a insubordinação do de Kambai.

Quem via a esquadra com que Nuno da Cunha se foi a Diu, podia avaliar a transformação que trinta anos apenas, ou menos ainda, tinham produzido no caráter dos portugueses. Ninguém os tomaria já pelos descendentes de Pedro Álvares Cabral, envergonhados da sua pobreza em Kalikodu; nem sequer pelos piratas domesticados com a disciplina de Albuquerque: pareciam já mouros, na opulência e nos costumes. A esquadra era das maiores, senão a maior de todas as que se tinham reunido na Índia: constava de quatrocentas velas, entre as quais mais de quarenta vasos maiores, e a multidão de bergantins, galeaças, fustas e catures. Após ela vinham os juncos malaios com mantimentos, e um cardume de zambucos e cotias de taverneiros, gente da terra, vendendo comestíveis e vinho. Capitães e soldados tinham-se preparado como para uma função, luxuosamente vestidos, carregados de pedras preciosas e ricas armas tauxiadas. As mulheres enxameavam a bordo, esposas e amantes da gente da guarnição; e além das mulheres, os escravos eram numerosos. O governador tinha prometido prémios de 1000, 500 e 300 pardaus aos primeiros que sucessivamente subissem às muralhas. Era uma expedição mercenária, e não uma aventura de bandidos. Isto exprimia a transformação que já se tinha operado; e o governador, apesar dos seus méritos, nada podia contra ela.

Seguindo as boas tradições, a esquadra foi ao longo da costa deixando o seu rasto de carnificinas e investidas covardes contra os pontos indefesos; e quando chegou em frente de Diu, rompeu o bombardeio. Dentro da cidade era

grande o susto. Os comerciantes mouros agitavam-se, escondendo os seus tesouros e preparando-se para a fuga. Os faquires imundos, nus, e de rastos, estrebuxavam, e, erguendo-se como doidos, acutilavam os braços e as pernas, ou batiam com calhaus grossos na ossatura do peito, como a quererem matar-se num delírio de visões santas. E o brâmine, com os seus longos cabelos enlaçados em turbante no alto da cabeça coroada de flores, perfumado de aloés e de água de rosas, untado de sândalo branco e açafrão, lançava-lhes uma esmola e palavras de paz, para não juntar à desgraça da guerra novas desgraças de suicídios! Os senhores de Diu, ricos do Gujerât, príncipes de Kambai, atónitos, vagueavam nas ruas com as mulheres, a procurar refúgio contra as bombardas que estalavam por toda a parte. Com as caras rapadas à navalha e os longos bigodes negros caídos, arrastavam pressurosos as compridas camisas de algodão e de seda, calçados nos seus sapatos bicudos de cordovão lavrado; e os longos brincos de ouro cravejados de pedra balouçavam e tilintavam nas orelhas, enquanto corriam desafivelando, cansados, os cintos de ouro rutilantes de esmeraldas. Atrás deles as mulheres, de uma raça delicada e formosa, com o rosto de um branco de leite, meio encoberto em mantos de seda com que vestiam o tronco nu, corriam descalças, mostrando nos dedos dos pés os ricos anéis, nas pernas as manilhas de ouro e prata, os braços nus carregados de pulseiras, as mãos rutilantes de pedras preciosas. Era um terror e uma agitação por toda a cidade, ao ouvirem o ribombar da artilharia, e ao verem no ar a trajetória de fogo das bombardas, que vinham sem piedade rebentar em estilhas no meio da gente, crivando de lascas o corpo cor de pérola das mulheres, e as carnes cor de barro dos faquires tisnados pelo sol, cobertos de uma camada de lodo seco e de imundícies das estrebarias dos elefantes.

As tropas de Kambai, nos seus postos das muralhas, esperavam o assalto, para então se medirem com esses homens que, abrigados por detrás das suas peças, distribuíam assim impunemente a devastação e a morte. Tremiam contudo; e os mouros, por entre os batalhões, lamentavam-se da falta dos artilheiros venezianos e das esquadras dos rumes. Esperavam, porém, muito da tropa de elefantes, que eram quinhentos, com as presas limadas e o pé triturador, com que haviam de fazer em pastas húmidas de sangue a falange portuguesa[100]. As balas dos mosquetes nada podiam contra a couraça da sua pele, e esmagando com o peso, despedaçando com as presas, acabariam a obra começada pelos besteiros e fundibulários de cima das torres. Mudos e imóveis, os quinhentos elefantes de Kambai estavam na planície, como âncora da salvação de Diu; e os soldados olhavam para eles com amor. Além dos elefantes, também a cavalaria se achava formada, montando à bastarda os leves cavalos da Pérsia, embraçados os seus escudos pequenos e redondos forrados de seda, ao cinto duas espadas e uma adaga, ao ombro as setas e o arco. Uns vinham defendidos com armaduras e cotas de malha de aço, outros com laudéis, que eram mantos de

algodão acolchoado, onde todos os golpes morriam perdidos. Os cavalos traziam testeiras de aço. Porém, apesar de toda a força reunida, a artilharia dos navios aterrorizava-os; e já por mais de uma vez alguma bomba, caindo no meio dos elefantes, dispersava as montanhas de carne, a correr em rugidos, com a tromba erguida, como um mastro, entre as presas de marfim. Na cidade havia também artilharia e mosquetes, mas que nada podiam contra os navios distantes: os pelouros disparados ricocheteavam na água.

Parou afinal o bombardeio, e todos olhavam com ânsia, porque esperavam assistir ao desembarque e contavam com a peleja. Viram, porém, com surpresa que as naus emastreavam e as galés mudavam a proa ao mar, afastando-se ao impulso dos remos. Fora medo? Fora fraqueza? Decerto; a esquadra, atulhada de escravos e mulheres, não tinha forças para uma batalha: apenas se arriscava a um canhoneio sem perigos. Já era fora de dúvida que os deixava. As velas desfraldadas impeliam os navios na volta do mar. A alegria e a assuada substituíram então o pavor e o silêncio. Todos pulavam contentes, desde o faquir imundo, até o grave e perfumado brâmine; desde os velhos e as crianças, até as mulheres, envolvidas nos seus mantos de seda, com os braços e as pernas nuas, a correr, agitando os longos brincos, preciosos, tão pesados que lhes rasgavam as orelhas. Os comerciantes mouros abriam os bazares e desenterravam os cofres: e todos vinham à praia ver a armada que se afastava, despedindo-se dela com vaias e gritos de zombaria, tangendo músicas, disparando tiros de espingardas para o ar, e mandando, por cortesia, pelouros, a arranhar a superfície azul das ondas. Diu estava salva das ameaças do português.

Porém, quatro anos depois, intervindo nas questões internas dos sultões e rajás da península, Nuno da Cunha obteve a permissão de construir a fortaleza de Diu; célebre depois pelo heroísmo dos seus cercos. A política do governador não desdenhava, contudo, o assassinato; e o pobre sultão de Kambai, convidado a uma entrevista, foi trucidado, à maneira do que já sucedera antes em Ormuz. Daí proveio a guerra e o primeiro cerco de Diu, sobre-humanamente defendido por António da Silveira.

As crónicas chamam a Nuno da Cunha vencedor de Kambai, herói de Bassaim, de Kalikodu, e fundador de Diu. Basta esta enumeração dos lugares para demonstrar que o domínio português na Índia inclinava já, com trinta anos de vida apenas, à decadência. Os erros políticos originavam guerras permanentes; e o poder dos invasores, que num relâmpago se alargara por todo o Oriente, não se consolidava: agitava-se desordenadamente, no meio de questões sempre renascentes, extenuando as forças defensivas, e corrompendo-se intimamente. Se Nuno da Cunha merece dos coevos o nome de herói, não é pelo valor ou alcance dos méritos próprios, é pela absoluta incapacidade dos seus predecessores e dos que lhe sucederam. D. Garcia de Noronha, que veio após ele, era um fidalgo pobre, sem merecimentos, além do da pobreza, e das

simpatias do rei, que o mandou à Índia enriquecer. « Honra eu a tenho: não venho mais que a levar dinheiro» , dizia mais de um governador. D. Estêvão da Gama foi ninguém; e Martim Afonso de Sousa pregou com o exemplo, francamente cínico, a abjeção em que a administração da Índia se tornara – agora que terminara o saque de todas as costas, e as naus de Meca, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudes combates, não davam com que satisfazer a cobiça dos ocupantes.

A segunda época da história da Índia, a da podridão, aparecia já desenvolvida e acentuada por tal forma, que o governo de Lisboa reconheceu a necessidade de pôr cobro a tamanha desordem, e nomeou vice-rei D. João de Castro, leitor assíduo de Plutarco e decidido, por opinião, a ser um modelo de virtude, e um tipo de nobreza à antiga – ou pelo menos à moda do que então se julgava terem sido certos dos antigos heróis.

Efetivamente o estado das coisas exigia remédios enérgicos. Martim Afonso de Sousa deve abrir o rol das protérvias, porque ninguém melhor e mais ingenuamente vivia no seio da podridão e o confessava, nas cartas que enviava para Lisboa, ao rei. A sucessão do governo de Vijajapur era debatida entre dois príncipes indígenas; e o governador « tardou em se determinar, porque estava esperando quem levava a melhor» . Afinal decidiu-se pelo Hidalcão, que parecia ter mais justiça e era *mais firme*, « ainda que vos certifico que da outra (parte) havia tantas razões e contrários que foi necessário *socorrer-me a missas e devoções*» . Além das devoções, o vencedor deu-lhe 70 000 pardaus para el-rei, 20 000 para ele próprio governador, e uma joia para sua esposa. Deus, porém, não se contentando com ajudar o modo por que o governador vendia o seu apoio, matou o rival vencido. Tudo corria para o melhor, quando, para coroar o caso, vem um privado de Assud-Khan propor-lhe a divisão do tesouro do falecido: 500 000 pardaus: « Mando 300 a el-rei, mas destes tomei 30 000 para mim, que é o dízimo que lá mando a minha mulher: que em razão está que tenha alguma parte disso, pois o pudera ter todo, que eu pudera ter tomado este dinheiro sem o ninguém saber» . Esta prática de vender o auxílio nas contendas indígenas não era, todavia, privilégio de Martim Afonso. Em Ormuz, sob a tutela dos portugueses, D. Duarte de Meneses substitui a um governo amigo dos nossos, um outro que preferia o mouro, porque este lhe deu « cem mil pardaus em xerafins novos, e em conta ricas pérolas e joias e aljôfar» . Gaspar Correia diz do governador, que gostava de « boas peças e dádivas e alvitres de apanhar dinheiro, e banquetes e prazeres, e com mulheres solteiras com que ia folgar no tanque de Tinoja, e em tudo era mui devasso» .

Os capitães seguiam os exemplos dos governadores. De um de Ormuz, Diogo de Melo, queixa-se o rei, porque o alguazil o ferira e quisera matar por lhe não dar dinheiro e joias que exigia; pedindo socorro, pois, se lhe não acudissem, despovoava-se a cidade. E nem só as fortalezas, ao lado dos

soberanos indígenas, eram rendosos meios de rapina; o mar produzia também muito. Rui Vaz vai por sua conta a Bengala às presas; e dois navios, mandados expressamente de Lisboa à Índia com instruções e cartas, para decidir o pleito entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz, fogem para Madagáscar às presas, e aí se perdem. A pirataria dos portugueses era tão produtiva que excitava os estranhos; e de parceria, piratas, franceses, guiados pelos nossos, dão a volta de África, e vão explorar a Índia. Não era tão-pouco raro ver nos mares do Oriente navios de árabes guarnecidos por portugueses mercenários; os *mouros* pagavam melhor do que o rei. A guarnição da armada com que Lopo Vaz foi às ilhas de Sunda incendeia os navios por falta de pagamento do soldo; e os naturais assaltam os portugueses à pedrada, obrigando-os a pedir capitulação. Efetivamente a sorte dos soldados era tão dura, que se recusavam a embarcar em Goa sem primeiro terem sido pagos. Os governadores eram obrigados a mandá-los caçar pelas ruas e casas, levando-os algemados ao tronco, e da prisão para a armada.

A vida do soldado da Índia e a organização militar eram com efeito singulares. Desembarcando sem dinheiro em Goa, depois das doenças da viagem, os que não tinham parentes ou amigos na capital da Índia, espalhavam-se pedindo esmola em bandos pelas ruas, dormindo esfarrapados e seminus debaixo dos alpendres das igrejas, ou nas galés e lanchas varadas na praia. Empenhavam o que traziam: a capa, a espada; ou preferiam roubar para viver, esperando o arrolamento da armada, que todos os anos ia varrer as costas do Malabar, inçadas de piratas árabes cujo rei era o Cutiale (Kuuat-Ali)[101]. Chegada a época, lançado o bando, nomeavam-se os capitães dos navios – logo veremos por que artes e maneiras o capitão tratava de angariar a sua gente. A *chusma* da marinhagem compunha-se de negros cativos, agarrados a laços pelas ruas. Os soldados recrutavam-se nos bandos já amestrados na rapina e que, de volta das expedições, se pavoneavam nas ruas de Goa: era uma tropa de salteadores e adúlteros, malsins e alcoviteiros, que enchiam a cidade de roubos e assassinatos noturnos, ocupando-se a beber nos lupanares e a matar por ofício e dinheiro. Os *reinois* bisonhos entravam só nas faltas, até que tivessem por seu turno aprendido como se era soldado na Índia. O capitão dava dez xerafins a cada um dos soldados para se prepararem e armarem. Cada qual escolhia as armas que bem lhe agradavam, e muitos preferiam gastar o dinheiro em orgias, indo para bordo esfarrapados e sem mosquete, nem lança, nem rodela, nem espada: com as mãos vazias.

A mesma anarquia se usava no ataque; desembarcavam em chusma, e *davam-lhes de Santiago,* cada um conforme podia e sabia. Dispersavam-se todos com a mira no que podiam roubar, porque esse era o verdadeiro soldo; os dez xerafins um preparo apenas. Geralmente a primeira investida era irresistível; e logo ao ataque se seguiam o incêndio, o roubo, a matança – muitas vezes também a reação dos inimigos. Dispersos, deixando as armas às portas das casas

para irem mais leves a roubar, os soldados eram mortos um a um: como sucedera no grande desbarato de Kalikodu, onde morreu D. Fernando Coutinho; como sucedia a cada passo, por toda a parte. Com tal sistema a guerra protraía-se indefinidamente; mas era isso o que convinha a todos, porque tiravam dela o melhor dos seus proventos.

Os soldados roubavam, os capitães roubavam com eles, roubavam-nos a eles, cerceando-lhes as rações de arroz avariado e podre. E depois da façanha, em que muitos ficavam, depois de forçados a fugir em debandada, « os capitães-mores das armadas recolhem-se com os focinhos quebrados e com alguns navios perdidos. E ao entrar a barra de Goa, é tanta a bombarda que não há quem se ouça e ao sair em terra tanta pluma e bizarrice, como se deixaram destruído o mundo[102]. – E não é bem, acrescenta outra testemunha, a facilidade com que os capitães da Índia entram em Goa triunfando, esbombardeando, cheios de plumas e pontas de ouro, deixando muitos companheiros descabeçados nas praias de Calecut» .

Não é bem, decerto; mas não podia ser de outra forma; e ainda assim a bazófia, apesar de ser enorme, não era a pior das fraquezas dos capitães da Índia. Pedro não obedecia a Gonçalo por não ser tão fidalgo como ele: eram todos *pontinhos e biquinhos de honra*. Em tendo sido capitães de quatro fustas, não queriam mais sair fora sem bandeira na quadra; « e alguns não têm mais notícia da guerra que passear às damas» . O pior, o pior de tudo era que uma vergonhosa corrupção apagava todos os brios. Nuno da Cunha dizia que os homens da Índia eram como os doentes de cólera, tinham os gostos danados; e outro acrescentava que os vice-reis, ao passarem o Cabo da Boa Esperança, perdiam todo o temor a Deus e ao rei, como perdem a memória os que passam o Letes.

Vimos há pouco o modo por que se guarnecia uma armada; resta dizer que as capitanias do mar e as das fortalezas eram compradas por dinheiro aos vice-reis: um rapaz imberbe pagou uma dessas por um serviço de mãos e um saleiro de prata; e duzentos pardaus eram *as ordinárias,* isto é, o preço usual de uma capitania. Providos no seu lugar, os capitães, que o tinham comprado, faziam-se mercadores e contrabandistas, conluiando-se com os empregados fiscais, e associando-se com os mouros e judeus. Os capitães de Malaca tinham naus para irem de sua conta, à China, de um lado; a Diu, Chala, Damão, Bassaim, do outro. Os de Ormuz comerciavam por mar com Bengala, com os portos da costa ocidental da península, e com o Zangebar. Como negociantes, à imagem do rei, exigiam também em favor próprio um monopólio; e daí vinham as desordens e violências brutais exercidas sobre os indígenas. « A guarda do *cartaz* (salvo-conduto que os navios *mouros* pagavam para navegar no mar da Índia) é o crédito do nosso Estado» , diziam os homens bons do Oriente; mas por cima de tudo o mais, os capitães, para fazerem presas, buscavam bicos no exame dos passaportes e roubavam os navios e as cargas. Os lucros do comércio

não lhes bastavam, e o roubo vinha engrossar o rendimento das capitanias. Ormuz era, sobre todas, célebre nesta espécie. Arrolamentos de guarnições fictícias, matrículas de praças mortas, para embolsarem o soldo de supostos soldados, eram casos ordinários e comuns a todas: só desta verba um capitão de Ormuz fazia 30 000 cruzados em três anos. Com os navios sucedia outro tanto: fundeados, a apodrecer nas águas, ou varados na praia, custavam ao tesouro da Índia o preço de guarnições que só existiam no papel. E estes roubos eram tão vulgares que não havia pejo em os confessar. Um capitão de Ormuz declarava, alto e bom som, que não perdoaria um real da soma que se tinha decidido a ganhar – 300 000 cruzados.

Um certo Álvaro de Noronha, na mesma praça, acusado, responde que outro tanto fizera o seu antecessor, « que sendo *apenas um Lima* levara 140 000 pardaus: ele *como Noronha,* havia de levar mais» . O brasão da sua casa ficaria manchado, seus avós corariam, se gente menos nobre lhe passasse adiante em qualquer coisa – até no roubo.

E os crimes dos capitães não podiam ser punidos, porque os vice-reis faziam outro tanto e mais: quando o exemplo vinha de cima, como se havia de condenar a cópia? O governador Lopo Vaz de Sampaio, que era pobre, tinha muitos parentes a proteger, foi a Ormuz *para fazer proveito, com doze navios,* cujos capitães eram todos seus próximos e afilhados. Diogo de Melo era seu cunhado, e isso o deixou impune dos roubos e males extraordinários que tinha cometido. Nas deploráveis intrigas com que empolgou o governo a Pero de Mascarenhas, Lopo Vaz, para criar partidários, usou de todos os meios. Pagaram-se todos os *alcances* por meio de folhas de supostos soldos vencidos; e nesta *água envolta* muitos enriqueceram. A um certo Nuno Redondo, exímio em *falsar sinais,* deveu o governador o alvará com que espoliou o seu émulo.

As principais rendas dos governadores provinham de diversas espécies de peculato: as *peitas*, ou luvas que recebiam por todos os empregos; as heranças jacentes que roubavam; os cabedais do índio ou judeu queimado pela inquisição de Goa; os conluios com os *contadores,* para extorquirem dinheiro aos funcionários e litigantes; a falsificação da moeda; o roubo do cofre dos órfãos; o fornecimento de material de guerra; as matrículas de soldados mortos ou nunca arrolados; a amortização dos títulos de dívida do governo, comprados no mercado por vil preço, e que nas contas iam metidos pelo seu valor nominal.

A turbulência e devassidão dos soldados provinham dos crimes dos comandantes, ficando por isso impunes; os roubos dos governadores autorizavam os dos capitães: mas se o governador fosse punido, não poderia acaso varrer-se o lodo e moralizar-se o domínio? Poderia; mas os governadores tinham a favor da sua corrupção argumentos muito valiosos, e podiam contar com a impunidade. Em Lisboa, salvas momentâneas exceções, considerava-se a Índia como uma vasta seara a colher. « Cartas se liam pelas portas, em ajuntamentos de cadeiras,

que era uma vergonha os descréditos que nelas vinham» . Desde o rei até o mais ínfimo dos moços da chusma, todos eram comerciantes; e o comércio, cuja mira é o lucro apenas, tolera tudo, pactua com todas as devassidões. Contam que D. Manuel em pessoa achava graça às manhas e expedientes vis com que se explorava a Índia, quando os que de lá vinham justificavam as artes com a riqueza, aumentando a opulência faustosa da corte. Bastante dinheiro e um pedaço de lisonja venciam tudo. Diogo de Melo, de quem já falámos como herói, foi condenado à morte pela Relação de Lisboa; mas *ficou* em morte civil para S. Tomé; depois para África; e, por fim, com dar 500 cruzados para a Arca da Piedade, casando suas filhas com as muitas riquezas dos roubos que neste mundo não pagou.

Pagá-los-ia no outro? Não era de crer; porque o jesuitismo tinha descoberto que a simonia não era pecado, sempre que se seguissem umas certas regras. O furto deixava de provocar escrúpulos de consciência desde que os casuístas tinham averiguado ser lícito cobrar por qualquer modo, o que se não pode haver por demanda, de pessoa poderosa. Ora quem mais poderoso do que o rei, dono do tesouro da Índia? Por isso, uma vez os cónegos de Goa fecharam a sua igreja e suspenderam o culto, quando o vice-rei, distante em Katchi, deixou atrasar-se-lhes as pagas. E além desta justificação de todos os expedientes, os padres confessores da *Companhia,* defendendo os que recebiam *luvas,* diziam que o nome de *peita* se entende só do que se toma da parte antes de a despachar, ou de concerto que se faça para o negócio[103]. Mas se a parte for despachada, pode muito bem gratificar depois: é um agradecimento, e não uma peita.

Não deixaria, por certo, de valer para muitos esta boa paz em que se achavam com o céu; mas é fora de dúvida que os escrúpulos religiosos não incomodavam a máxima parte senão quando, na volta para o reino, os assaltavam os temporais da costa de África. A cumplicidade de Deus era muita; mas era melhor ainda a cumplicidade das justiças, que na terra podiam confiscar, prender e matar. Um cronista erudito escrevia: « O império romano não se começou a perder senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assim eu dou a Índia por acabada» . Não eram só venais, eram também analfabetos, os juízes: fazia-se um desembargador com *dois debruns de latim*. As testemunhas custavam em Goa a pardau por cabeça « e se a um ladrão ou salteador, por conhecido que seja, não faltam 4 ou 6 testemunhas que o abonem, como faltarão a um vice-rei? Além disso, de que valeriam rigores contra os « roubos, injúrias, mortes, forças, adultérios com as casadas, viúvas, virgens, órfãos... se dizem que el-rei N. S. é tão cheio de misericórdia, que por males que lhe façam, tudo perdoa e quita?» Gaspar Correia achava, entretanto, indispensável que se mandasse cortar a cabeça de um vice-rei no cais de Goa.

A misericórdia de S. A. não consentia isso, mas o povo esteve por um nada a fazê-lo. Quando o conde da Vidigueira, ex-governador, partia para o

reino, as turbas derribaram da porta da cidade de Goa a estátua do bisavô (Vasco da Gama), enforcaram-no em efígie na verga de uma nau, e envenenaram ao neto o pasto dos animais que levava de vitualha para a viagem[104].

Mais graves e decisivos sintomas de desagregação do efémero império da Índia, rebentavam constantemente, e por toda a parte. Ferviam as deserções; e grupos de soldados iam arrolar-se nas tropas indígenas, ou nos navios árabes, por miséria, por cobiça, por homízio, arrastados pela fome ou pelas moraxas infiéis, espalhando-se em Kambai, no Baluquistão, no Afeganistão e na Pérsia, de um lado; em Bengala, do oposto; alastrando-se pelo Arahan, por Pegu, por Malaca e Camboja, até a China. Os que militavam debaixo das insígnias dos reis e príncipes infiéis eram tantos, « que sem muitas lágrimas não se poderá considerar, quanto mais escrever... e muitos se põem por soldados em navios de chatins, onde, posto que o soldo não seja tão honrado como o de el-rei, é mais proveitoso, por ser melhor pago» . Em tempo de el-rei D. Sebastião havia na Índia 16000 portugueses, e não se puderam mandar 500 homens a socorrer Malaca.

Já em Chala, no tempo de D. Francisco de Almeida, logo no começo da ocupação da Índia, 50 marinheiros da armada do vice-rei, perante o inimigo, conspiravam para se passar aos mouros, que pagavam melhor. Estes fenómenos, pois, não provinham diretamente da decadência, manifesta agora; mas tinham causas íntimas, e logo evidentes no começo da empresa.

Além dos que desertavam, outros iam por conta própria estabelecer feitorias, ninhos de piratas « buscando pão para comer, por não haver armadas ou fortalezas em que lho deem» . Assim em Tchitagan, assim em Ugoli de Bengala, em Nagapatan na costa oriental da Índia, em Macau, e em infinitos lugares[105].

Para engrenar esta roda de misérias, foi do reino enviado D. João de Castro. O quarto vice-rei da Índia[106] era, havia muito, conhecido pela cândida nobreza do seu caráter, pela sua experiência de navegador e guerreiro, e pela vastidão do seu saber, pelo seu amor às boas letras. Esse amor punha na sombra os dotes ingénuos do seu espírito; e esse asceta e amante místico da natureza, qual o descobrimos nos seus escritos, vestia a toga dos heróis antigos, para aparecer em público na atitude clássica do estilo dos seus papéis de Estado e do cortejo do seu triunfo em Goa. A preocupação romana do XVI século em Portugal tinha em D. João de Castro um fervoroso sectário; e como o génio do vice-rei era de uma sinceridade cândida, a afetação antiga tomava para ele as proporções de um culto. As suas frases e gestos, copiados dos antigos heróis, não eram decerto uma máscara postiça, embora a nós se afigurem tais. Afonso de Albuquerque, porém, tinha no sangue a força de Alexandre; e a D. João de Castro só a imaginação fazia um Numa, e um Cincinato. Mas a imaginação governava-o tanto, que lhe moldou o génio, tornando-o um exemplo vivo do poder que a

educação moral é capaz de exercer sobre o temperamento. Esta construção artificial do caráter produzia, contudo, contradições necessárias. O amor literário da frase, e o entusiasmo da cópia, arrastavam-no a coisas, senão ridículas, extravagantes. Não ter em casa uma galinha para comer, enfermo, e confessá-lo com orgulho, era decerto misturar à honradez natural uma ponta de afetação. Quando pediu a Goa trinta mil pardaus para levantar a fortaleza de Diu, mandou os cabelos das barbas por penhor; mas, com o símbolo, era forçado a dar também uma provisão para o símbolo, era forçado a dar também uma provisão para o tesoureiro de Goa, adjudicando ao pagamento do empréstimo o rendimento dos cavalos. Todos os casos da sua vida simpática demonstram a nobreza ingénita de um caráter, cunhado artificialmente pela educação literária.

Era este o homem capaz de engrenar a roda da decomposição do império oriental? Não, decerto. A sua própria grandeza na honra valia pouco, por ser afetada, embora não fosse fingida. Os homens positivos e corrompidos da Índia sorriam desse espetaculoso herói; e, vendo ao mesmo tempo a ingenuidade cândida e pura do seu espírito, confiavam descansados em que não lhes viria de aí mal algum para os seus interesses. A própria afetação *antiga* do vice-rei demonstrava a fraqueza do estadista; porque só uma alma ingénua podia ligar tamanho amor às formas, e a ingenuidade jamais venceu nos governos. Íntegro, forte e piedoso no seu foro íntimo, D. João de Castro era um herói e um santo; mas nem essa forma subjetiva do heroísmo, nem a santidade foram nunca os meios de travar o movimento de decomposição de uma sociedade, ou de a impelir no caminho do progresso. Para tanto, exigiam-se as almas duras, os espíritos frios, sem escrúpulos, de um João II, ou de um Pombal.

D. João de Castro não tinha em si os dotes de nenhum desses; e o seu governo ficou inútil como uma bela página de moral: à maneira do livro em que lhe escreveram a vida, e que é uma boa página de retórica[107]. Ficou, porém, como um sincero protesto: esse é o seu valor social-histórico. Ficou como um exemplo de bravura temerária, atestada nos cercos de Diu – quando o sultão da Turquia (Soliman II) mandou de reforço quatro mil janízaros ou *rumes* sob o comando do paxá do Cairo, em auxílio de Khuajeh Safar (Cogeçofar), o ministro do rei do Gujerât – mas desses exemplos abundavam; ficou, por fim, como um tipo, ao mesmo tempo nobre e interessante, do caráter de um santo e da influência das literaturas do génio dos indivíduos, ou antes, nas suas ações.

Se é que alguém havia em Portugal capaz de governar a Índia, o governo de D. João III demonstrou cegueira, escolhendo-o; ainda que, por distintos que fossem os dotes de qualquer outro, é também facto que a empresa de levantar da anarquia o império do Oriente excedia as forças humanas, porque os vícios dele eram congénitos da sua existência.

Ao terminar este rápido esboço da vida política de Portugal no Oriente, convém mencionar a opinião do quarto vice-rei e as suas observações,

transmitidas para Lisboa, em cartas ao monarca. « Cá está tudo, escrevia, em estado que não há mouro que cuide haveis de ser de ferro para o seu ouro, nem cristão que o creia» . E passava a enumerar o estendal das misérias. As armadas ficavam podres, que se desfaziam com as mãos; e não escapariam ao inverno, sem irem ao fundo. Nenhum dos soberanos do Oriente confiaria nem uma palha a um português: a tanto chegara o descrédito. Fora um milagre trazer do reino à Índia, a salvamento, a esquadra em que viera. Todos os dias havia em Goa lançadas, revoltas e desafios, capazes de maravilhar até a própria Itália. Não havia soldado que não tivesse uma ou mais mancebas. Todos desobedeciam aos capitães, e cada qual se arvorava em chefe. Por causa das mancebas dos soldados havia revoltas e desastres em todas as naus. Nas Molucas, os nossos, depois de saquearem e roubarem as casas de um certo rei, puseram-no a ferros e « forçaram suas mulheres com tamanhas desonestidades, que se não pode dizer a V. A. – Todos são ladrões, todos, sem exceção, chatins. As cobiças e vícios têm cobrado tamanha posse e autoridade, que nenhuma coisa já se pode fazer por feia e torpe, que dos homens seja estranha. E são mais as almas perdidas dos portugueses que vêm à Índia, do que se salvam as dos gentios que os pregadores religiosos convertem à nossa santa fé» .

## IV. SUMÁRIO DA DERROTA. VOLTA AO REINO

Anarquicamente iniciada, a ocupação da Índia foi, de princípio a fim, uma exploração anárquica. A política marítima e comercial de D. Francisco de Almeida, o império de Afonso de Albuquerque, o virtuoso reinado de D. João de Castro provaram-se igualmente impotentes para organizar o domínio português no Oriente, de um modo regular e duradouro. Nem a arte, nem a força, nem o santo exemplo puderam disciplinar a turba dos invasores da Índia.

Causas íntimas, a que de passagem temos aludido, o impediam. A Renascença, apresentando aos homens um sem número de ideias e impressões novas, desorganizando os sistemas, as crenças, as instituições e todo o organismo das sociedades medievais, abandonou o indivíduo aos impulsos desordenados da natureza, pondo ao mesmo tempo nos seus atos uma energia afirmativa até ali desconhecida. Heroísmo pessoal e naturalista, uma grande explosão de força, a devassidão nos costumes e a anarquia nas ideias, eis aí em que se resume, por este lado, a Renascença. A França, a Itália, a Espanha, a Inglaterra e a Alemanha, isto é, a Europa inteira, oferecem ao observador carateres de fisionomia bastantes para supor que, se a qualquer delas tivesse cabido o destino de ocupar as Índias, o seu império não teria sido melhor nem pior do que foi o nosso.

Porventura, porém, às nações protestantes que nos sucederam com superior fortuna no Oriente poderia a rigidez fanática ter coibido um tanto, e o génio mercantil ter mostrado mais depressa os meios eficazes de explorar a Índia, sem a saquear. A nós faltavam-nos os dois requisitos. O catolicismo não era então – como o era a religião protestante – uma fé íntima e absorvente: era uma convicção para uns, uma convenção para outros, uma conveniência para muitos, e um desvairamento para os defensores intolerantes da fé. Havia decerto uma afirmação religiosa unânime e violenta; mas desaparecera a unanimidade ingénua e espontânea da crença, que radica as religiões. O catolicismo atravessara uma crise, de que saíra malferido; e a violência com que se impunha estava denunciando que ficara sendo antes uma expressão de autoridade, do que uma expansão de sentimento popular. Isto fazia com que o povo, sem renegar o catolicismo, fosse caindo num relaxamento; e que, ficando com a religião, deixasse de lhe dar significação ou importância moral. Muita devoção e muita devassidão; eis aí a concomitância resultante, e universalmente provada pelos costumes das nações católicas depois da Renascença.

Apesar do catolicismo, podemos, pois, dizer que não havia no domínio da Índia uma religião capaz de moralizar o império, embora houvesse exemplos de uma santidade heroica como a de António Galvão, o apóstolo das Molucas. Mas tais exemplos eram exceções, e faltando o primeiro elemento de ordem, quando os motivos sociais não se tinham definido ainda de um modo suficiente, o individualismo naturalista do tempo arrastava os homens a todas as desordens,

precipitava-os em todos os crimes; e umas e outros cresciam tanto mais quanto maior era a força íntima, o arrojo, a temeridade dos guerreiros. Sobre isto, a influência dissolvente do clima, do luxo, da sensualidade oriental, veio lançar a sua semente de corrupção; e o indivíduo, desarmado, sem crenças nem leis, vivendo ao belprazer dos seus instintos e paixões, caiu num poço de ignomínias, perdendo inteiramente a noção do próprio brio, da força, e tornando-se, de um pirata, em um chatim.

A estas causas gerais é necessário adicionar as causas particulares provenientes da incapacidade fortuita dos governos em Lisboa; e porventura, se a Índia se tivesse descoberto meio século mais cedo, o génio político de D. João II teria desde o começo evitado graves transtornos. D. Manuel e os seus conselheiros tinham para a Índia um plano só: explorá-la, e arrastar para Lisboa, por quaisquer meios, as riquezas do Oriente. Sistema e programa de governo foram coisas desconhecidas; e assim vemos que a ocupação muda de caráter com os sucessivos governadores, e ao sabor das ideias ou das inclinações de cada um deles. A Índia sofre de todos os inconvenientes dos governos eletivos e temporários, sem gozar das vantagens dos governos hereditários; e é nisso que se fundará sempre a acusação de incapacidade que a história formula contra o nosso domínio.

Porém essa incapacidade trazia raízes de mais fundo. Explorar o Oriente comercialmente à holandesa era coisa para que o nosso génio não chamava. Nos estadistas não houve a perspicácia bastante para medirem as diferenças que distinguiam Portugal de Veneza, e as condições do comércio anterior do Oriente das condições em que ele ia achar-se, desde que nós chegámos por mar, armados, à Índia. A geografia dera aos árabes o domínio indisputado dos mares das Índias; e era ela também que fazia dos venezianos os aliados do Turco, e de Veneza o empório do comércio oriental. Para nos substituirmos na Índia aos árabes, na Europa a Veneza, tínhamos contra nós, não só a geografia, mas ainda e principalmente outra circunstância. Indo despojar os árabes da sua presa, devíamos comerciar de armas na mão, manter poderosas esquadras nesses mares longínquos outrora avassalados pacificamente por vizinhos.

Estas causas naturais, aliadas às causas igualmente naturais da falta de tirocínio comercial, produziram um género de exploração, até certo ponto novo na história; porque não é propriamente uma *razzia*, como as conquistas dos antigos persas ou assírios, pois pretende ser um comércio; mas, como o comércio só pode fazer-se à sombra da fortaleza ou à vista da esquadra, as transações andam sempre misturadas com pilhagens e mortes, com roubos e violências. Isto dá aos nossos capitães da Índia uma fisionomia original na sua dualidade. Vê-se de um lado o mercador, como foram outrora os cartagineses ou fenícios; mas vê-se no mesmo homem um soldado, como os de Ciro, ou Assurbanípal[108].

Uma tal confusão de coisas, um tão grande caos de elementos opostos e ideias contraditórias bastavam para arruinar breve e necessariamente o império; ainda quando, por sobre tudo isto, o caráter do português, pouco vivo na sua audácia, bronco, cheio de orgulho ingénuo, mais temerário ainda que valente, presunçoso e fanfarrão, não viesse acrescentar dificuldades; ainda quando o ar inebriante, os venenos adormentadores, as seduções perigosas, os vícios extenuantes do encantado Oriente não viessem entorpecer os braços e perverter o espírito dos ocupadores.

O padre Manuel Godinho, que estava na Índia pelo meado do XVII século, dividia em quatro épocas a história do nosso domínio oriental. A primeira eram os 24 anos do reinado de D. Manuel; a segunda os 35 do de D. João III; a terceira vinha de 1557 a 1600; e a quarta, finalmente, até a época em que ele viajava no Oriente.

Logo na primeira, o domínio português conseguira alargar-se por todas as costas e ilhas, desde Sofala até Malaca; isto é, pela África Oriental, pela Pérsia, por todo o Indostão, do Indo ao Ganges, e pela Indochina. Algumas, poucas, cidades propriamente Portuguesas, feitorias e fortalezas espalhadas por toda a parte, e a vassalagem dos soberanos em cujos Estados assentavam: eis aí a forma do nosso domínio. Goa e Malaca eram nossas; e tributários da coroa portuguesa os soberanos (independentes ou subalternos, porque o regime político indígena era feudal) – o de Ormuz, na Pérsia; o de Tidor, nas Molucas[109]; o de Simhala; e o das ilhas Malajas; o de Batukala (Batecalá) no Canará; o de Kolian, em Karnataka, na extremidade austral da Península da Índia; e na costa de África, os de Melinde e de Quíloa. Além destas suseranias, algumas delas consignadas apenas nos tratados, várias fortalezas garantiam vassalagem de outros territórios. A de Sofala era a primeira, para quem vinha do reino pelo Cabo; depois a de Socotorá na ilha desse nome, junto ao Jar-Hafun, dominando a embocadura do Mar Vermelho; daí Ormuz, na garganta do Golfo Pérsico; depois, na costa ocidental da Índia, descendo para o sul, Chala, Angediva, fronteira a Goa; Cananor, Kalikodu, onde Vasco da Gama primeiro aportou; Kadunguluru (Cranganor); Katchi, teatro das façanhas de Duarte Pacheco; e Kollam (Coulão), próximo do Cabo Kumâri. Sobre as ilhas do Oceano Índico havia a fortaleza de Malaja (Maldiva), e a de Kolaambu (Colombo) em Ceilão; e finalmente, lá para os confins orientais, Persaim (Pacém) no Pegu[110], e Ternate nas Molucas.

Os anos do segundo período viram consolidar-se estes dilatados domínios por meio de numerosas fortalezas que, completando o sistema esboçado pelas antigas, bordavam de feitorias todas as costas. Na oriental da península indostânica, ou de Cholamandalam (Coromandel), levantaram-se os presídios de Nagapatan e de Mahabalipurum (Meliapor, S. Tomé). Completou-se a ocupação da ilha de Ceilão por meio de fortalezas e colónias-feitorias[111] de

Jafanapatan, de Negombo, de Kalitura (Calaturé) e de Gala, na costa ocidental; e de Batikalo (Baticaloa) e Trinkonomali (Triquimal), na oriental. Bassaim, Damão e Diu, além de outros pontos fortificados, asseguraram a costa de Kambai. Incessantes guerras, bem sucedidas, abateram as revoltas, consolidaram domínios antigos, ou alargaram o império português. Assim, a derrota final do Samudri de Kalikodu, do Sultão de Kambai, do Xá de Vijajapur (Hidalcão), do Nizam de Ahmednagar (Melique, Isamaluco, Nisamaluco, ou Nisamoxá) garantiram a posse pacífica de toda a costa ocidental da Índia, no Gujerât, em Kontana, no Canará. As guerras da Indochina firmaram o poder português em Jadithani (Ujantama), no reino de Aname, e em Johor; em Bintang (Bintão), na ponta extrema da península de Malaca; em Atchim (Achém), na ilha de Sumatra; e a submissão de todo o arquipélago de Sunda até as Molucas completou, por oriente, o império colonial português, reprodução do velho tipo grego e líbio-fenício[112]. Por ocidente, os resultados eram menos decisivos; e se as duas costas que levam ao estreito de Bab-el-Mandeb se confessavam tributárias de Portugal, nem em Adém ao norte, nem ao sul, na costa de Adal, o nosso domínio era positivo. O muçulmano guardava com ciúme a porta do mar santo de Meca; e os mercadores árabes sabiam que, mais ou menos embaraçados, jamais seriam de todo expulsos do comércio da Índia enquanto possuíssem o Mar Vermelho, onde os inimigos iam, sim, mas não conseguiam fixar-se. De arma ao ombro, na sua ilha de Socotorá, e a bordo das armadas que cruzavam no golfo do mar da Arábia, o português espiava o armamento das esquadras de rumes e os comboios das naus de Meca; mas não faltavam oportunidades para que umas e outras, astuta ou violentamente, conseguissem atravessar o estreito, entrando ou saindo para mercadejar ou combater.

No terceiro período conserva-se, não se alarga o domínio da coroa; ainda que na África oriental e na costa do Malabar apareçam novos presídios. São, no Canará, Barkuluru (Barcelor), Mangaluru (Mangalor), e Hanavare (Onor). Na África, pela derrota e morte do *rei* de Laum, a fortaleza de Pata; mais ao sul a de Mombas, e a da ilha de Pemba; e além do Zangebar, já avassalado, Monomotapa, na costa de Moçambique. Afora isto, funda-se ainda Sirian, no Pegu; e Hugh (Golim), em Bengala, sobre o delta do Ganges.

Porém o acontecimento mais grave deste período foi a guerra simultânea do Adil-Xá contra Goa, do de Ahmednagar contra Chala, do Samudri contra Kalikodu. Os príncipes indígenas da Índia Ocidental coligados contra o português, foram porém batidos; ao mesmo tempo que o era o de Atchim (Achém) atacando Malaca; e que um pirata incómodo e célebre nos mares da Índia, o *Cunhale* (Kunji-Ali-Markar), era degolado em Goa depois de tomado o seu forte de Pudepatan, donde saía às presas.

Apesar dos sintomas de decomposição, o império comercial português atingia, no fim do XVI século, o seu apogeu. As frotas singravam,

carregadas de preciosidades, até os mares do Japão e da China, donde traziam a prata e o ouro, sedas e almíscar. Das Molucas vinha o cravo, de Sunda a massa e a noz, de Bengala toda a sorte de finíssimos tecidos, do Pegu os rubis, de Ceilão a canela, e de Mausalipatam os diamantes. Na pequena ilha de Manaar junto a Ceilão, carregavam-se as pérolas e aljôfares; em Atchim, na Sumatra, o benjoim; das ilhas Malajas trazia-se o âmbar; e Ceilão exportava elefantes, por Jafanapatan. Katchi contribuía com os angelins, tecas e couramas; toda a costa com a pimenta, e com o gengibre o Canará. Nas ilhas de Sunda, Madura fornecia o salitre, Solor o pau, e Bornéu dava a cânfora. De Kambai vinham o anil, o lacar, os tecidos; e Chala era célebre pelas suas baetas. Ormuz vendia os cavalos da Arábia, e as sedas e alcatifas da Pérsia; e, do outro lado do mar da Índia, a África dava em Socotorá o azebre, em Sofala o ouro, em Moçambique o marfim, o ébano e o âmbar. Além dos preciosos carregamentos, além dos lastros de arroz do Carará para mantimentos, e de pimenta que era um estanco régio, as naus da coroa levavam, de Diu, de Ormuz e de Malaca, as grossas quantidades de dinheiro que nesses três pontos estratégicos se cobravam pelos *cartazes* que aí compravam os navios mercantes.

As causas da decadência, tão antigas como a descoberta, mas avolumadas todos os dias, precipitaram porém a queda, logo que, pela união a Castela, Portugal se achou envolvido nas guerras com a Inglaterra e a Holanda. Mais tarde ou mais cedo, de um ou de outro lado, é, porém, fora de dúvida que o domínio português na Índia, corroído de tão grandes lepras, cairia, desde que os protestantes, marítimos e mercadores, seguissem caminho do Oriente, pelo Cabo da Boa Esperança, na esteira das naus portuguesas. Já por vezes piratas franceses tinham ido por aí à Índia; e se, com o inglês, nem o holandês lá fora ainda, era porque lho impediam as condições e embaraços que a religião para um, para o outro a independência, levantavam na Europa. Batida a Espanha pela Inglaterra protestante e pelas Províncias Unidas independentes, ambas estas nações, aliadas, iam batê-la na Índia, com a facilidade com que se vence um inimigo doente, mal apercebido, cheio de vícios e moléstias.

Os que no meado do XVII século observavam o império português, diziam no estilo pretensioso do tempo: « Está o estado da Índia tão velho que só o temos *por estado*. Se foi gigante é pigmeu. Se foi muito, não é já nada» . Era apenas Goa e Macau, Bassaim, Damão, Diu, Moçambique e Mombas. Já não havia armadas nos mares; e os holandeses e ingleses, fomentando a rebelião dos naturais, e auxiliando-os, substituíam-nos, como nós tínhamos substituído os árabes – mas com outra arte e muito juízo.

Uns preferiam a Indochina, outros as partes ocidentais; e em cinquenta anos varreram das costas e ilhas os presídios e feitorias portuguesas. O inglês combateu ao lado dos persas em Ormuz para nos expulsar, e o êxito levantou todos os naturais. O soberano do Arakan lança-nos fora do Pegu, o de

Bengala despede-nos de Hugli, perdemos assim Mahabalipurum e, na contracosta, Mangaluru, Barkuru, Ilanavare, Chala, Kalikodu. A perda de Ormuz arrastou consigo Mascate, com a qual se foram todos os estabelecimentos do litoral da Arábia até o Mar Vermelho; e desguarnecida a costa do norte, inútil era conservar Socotorá e os pontos fronteiros no Adal, que foram abandonados com Quíloa em África, as ilhas de Malaja e Angediva, e Passir (Pacém) em Sumatra.

Os holandeses herdavam, do nosso império do Extremo Oriente, tudo o que não voltava a cair no poder dos naturais. Outro tanto sucedia na Índia. Da África, Arábia e Pérsia, isto é, das fronteiras ocidentais, ficavam-nos Mombas e Moçambique[113]; das fronteiras orientais, o ponto isolado de Macau, já na China, e Solor; do centro, restavam apenas uma cidade e quatro fortes – memória, mais do que domínio, em frente desses mares, onde já se não via tremular a bandeira portuguesa em poderosas esquadras como as de outro tempo.

Ambon, Tidor, Ternate nas Molucas, Malaca na sua península, Madurá e toda a Sunda eram holandesas; os nossos antigos pontos de Ceilão – Kolaambu e Kalitura, Negombo e Batikalo, Trinkonomali, Gala e Jafanapatan, com a ilha de Manaar vizinha – pertenciam-lhe também; e nas duas costas da península indostânica tinham-nos tomado igualmente Negapatan de um lado, Kolam, Kadunguluru, Cananor e Katchi, do outro. Abertamente se proclamava a queda do império português, e até os mais ínfimos blasonavam. Um régulo da Arakan escrevia nos seus estandartes: Fatekan, senhor de Sundiva, derramador do sangue dos cristãos e destruidor da nação portuguesa!»

Tudo estava perdido, e a viagem terminada. Não havia outra coisa a fazer senão voltar a casa: embarcar para o reino, com o produto das rapinas, dando a popa a esse mundo onde a nossa missão terminara.

Cada capitão que, nos bons tempos, regressava da Índia, fazia outro tanto: cerrava as arcas atulhadas de ouro e pedrarias: arrumava a bagagem no porão, e largava as velas à nau, dizendo adeus para sempre ao Oriente!

Assim aconteceu em 1589 a D. Paulo de Lima, o que assolara Johor, na Malásia[114]. Foi em janeiro desse ano funesto que embarcou em Goa. Vinha rico; e a nau gemia com o peso do carregamento, abarrotada com um lastro de pimenta a granel, o convés atulhado de arcas, fardos e escravos. O capitão trazia consigo a esposa e domésticos; e embarcaram com ele, de passageiros, numerosas pessoas: soldados de retorno, frades, clérigos e mulheres.

Como na Índia não havia estaleiros onde os navios pudessem ver o fundo e passar o calafeto, a nau, já velha e demasiadamente grande, voltava em mau estado. Ao embarque benziam-se todos e imploravam a proteção dos frades, lembrando-se dos muitos naufrágios que o tamanho e má condição das naus multiplicava todos os dias. Este contava que da esquadra de Kalikodu, no ano anterior, tinham desaparecido quatro naus com toda a gente, vindo um mastro

com a cordoalha da enxárcia entrar pelo rio de Damão. Aquele, que já três vezes fora à Índia, narrava o naufrágio célebre da *Flamenga,* e chamava às naus sepultura de homens, e vasos de desastres, e um, persignando-se, contrito, dizia que as naus iam e vinham tão alastradas de pecados, que nas tormentas se ouviam falar os demónios claramente. Os religiosos não declaravam que fosse impossível, mas recomendavam resignação e esperança no auxílio divino; intercalando nos seus discursos frases breves, num latim sagrado[115].

Entretanto a viagem seguia feliz por um mar bonançoso. Todos confiavam em que Deus não deixaria de proteger um capitão piedoso como era D. Paulo de Lima. Isto, porém, não impedia que fossem comentando as tristes coisas do mar; e com tanta maior liberdade, que começavam a crer-se salvos desses perigos, à medida que viam irem-se aproximando do terrível cabo da África. Asseguravam que nem um terço dos que embarcavam em Lisboa chegavam à Índia, e isto ninguém impugnava, por ser verdade reconhecida; e que a volta ao reino acabava os que as doenças da terra, a miséria e a guerra tinham poupado no Oriente. Era um sorvedouro de homens, era... De 200 a 500 que cada nau levava, só metade vinha a servir. Depois, queixavam-se dos calafates, que lançavam os navios ao mar mal feitos e mal vedados; e referiam os numerosos casos de água-aberta, dentro do Tejo, em navios novos. Outros acusavam o modo desumano com que se arrumava a bordo muita mais gente do que a lotação permitia: iam como carneiros, a monte, nas toldas, expostos ao sereno mortífero das noites, sem camas nem para os enfermos, respirando o ar podre das cobertas: por estas causas havia o escorbuto, as febres podres, as disenterias... como se não bastassem os perigos do mar e dos ventos! Na nau em que fora à Índia D. António de Noronha iam 500 pessoas: metade morreu na viagem. Além disso os capitães – era sabido – roubavam nos mantimentos, e, para poupar, escolhiam géneros da pior espécie. Tudo ia avariado e podre, a água corrompida. Numa viagem de seis meses, como a da Índia, abasteciam-se para cinco apenas: daí resultavam fomes.

Estas conversas exaltavam muitas vezes os ânimos. Como punham nos crimes o nome dos réus, levantavam-se os partidos; e mais de uma vez houve rixas tão bravas, que o capitão se viu forçado a levá-los de roldão para debaixo do castelo da proa; e os frades, atrás, de crucifixos nas mãos, pregavam paz e amor, com orações pausadas em latim. Os fidalgos e religiosos, no chapitéu da popa, comentavam as queixas dos soldados, reconhecendo que, em verdade, tinham razão; e como eram mais letrados, ligavam os efeitos às causas.

A abundância da pimenta e uma economia mal entendida tinham exagerado as dimensões dos navios, ainda por cima agravada pelo excesso das cargas. Era funesta uma cobiça, causa de tantas vítimas; mas o mal vinha de longe, desde o reinado de D. João III. Os navios, mal desenhados, de muito porão, e, por cima de tudo, abarrotados, não obedeciam ao leme, e eram

ronceiros... Verdade seja dita, os antigos não tinham podido admirar as monstruosas carracas de sete e oito cobertas, com alojamento para dois mil homens e porões para mil toneladas de carga. Cada um desses navios parecia um reino! Armavam peças de vinte toneladas de peso e calavam mais de dez braças. O costado media cinquenta palmos acima do lume de água a meia-nau, e chegava a oitenta nos castelos à popa e à proa. Os bailéus, que os ligavam, tinham dois andares; e nos cestos de gávea cabiam dez ou doze homens, para manobrar os canhões pequenos: berços e sacres. Mas as carracas, observavam também, eram péssimas no mar: boiavam, não andavam. E um dos fidalgos velhos contava como era o *S. João*, *o Botafogo* em que fora, em 1535, com a divisão portuguesa, a Túnis, na expedição de Carlos V.

E por fim, esquecidos de males distantes, todos concordavam em admirar a grandeza de Portugal, onde havia sempre para mais de 400 navios de alto bordo, além de perto de 2000 caravelas e vasos menores... porque o tempo ia bonança, e o vento fresco levava-os rapidamente, pelo canal de Moçambique, direito ao Cabo.

Estavam em 26° quando, porém, quase à vista da ponta austral de S. Lourenço (Madagáscar), deram por uma água que a nau fazia. Tudo correu aos porões, clamando contra os calafates, por cuja causa as naus se perdiam, andando pelo mar a Deus misericórdia, por pouparem quatro cruzados. Afastando a carga, viram que a água era na proa, abaixo das escoas, às primeiras picas: cuspia as estopas e as pastas de chumbo do forro, jorrando no porão, de um torno tamanho que por ele cabia um punho. Mas, como o tempo estava bonançoso, não se afligiram demasiado, depois de terem vedado o rombo com sacas de arroz; e foram rumando para o Sul, até 32º, a oitenta léguas da terra natal. Já levavam três meses de viagem.

Foi então que o vento rondou a sudoeste, o que os forçou a fazerem-se na volta do norte. O mar crescia, e com o quebrar das vagas a nau desconjuntava-se, e o torno da proa, vedado com arroz, cedeu. Água aberta e temporal desfeito: era um dia de juízo! Começaram a ouvir os demónios, e as mulheres a gritar em ais. Cada qual implorava o seu Santo, a sua Nossa Senhora, com uma fé simples e espontânea, beijando os relicários e bentinhos, rezando em voz alta, confessando em grita os seus pecados, arrepelando os cabelos, estorcendo-se nas ânsias do medo da morte e do inferno. Ocorriam os expedientes devotos e pediam-se milagres. O capitão levava a bordo uma cruz de ouro com uma partícula do Santo Lenho engastada: relíquia, fetiche, em que todos punham as maiores esperanças. Amarraram-na com um fio de retrós, ataram-na piedosamente a uma espia, lançaram-na pela popa, a ver se moderavam a sanha do mar. A nau rolava com as ondas, o Santo Lenho, seguro na popa, com um prego para o afundar, seguia os balanços do navio. Milagre! Milagre! exclamaram quando o céu aclarou, amainando o vento, parecendo

sossegar as ondas. Os homens – fidalgos, soldados e escravos, brancos, pretos, mulatos e amarelos – puseram mãos à obra, confiando ainda na salvação. Havia seis palmos de água no porão; mas, apesar da ânsia, revezando-se nos aldropes das bombas, não conseguiam vencê-la. Alijaram ao mar toda a carga do convés, para libertar as escotilhas e aliviar a nau, que vinha abarrotada. Nos porões a carga nadava, e as pranchas de brasil, as pipas da aguada, e mais volumes, boiando, eram lançados pelos balanços do mar contra o costado, batido por fora com violência pelas ondas. O temporal recrescia; o Santo Lenho não queria protegê-los! Era um inferno e um desespero de estrondos, com o assobiar sinistro do sudoeste na cordoalha das enxárcias. Como as bombas não vazavam os porões, estabeleceram forcas nas escotilhas, e por aí tiraram a água em barris, como de um poço. D. Paulo de Lima não fugia ao trabalho puxando à corda como os escravos. Nem comer podiam; e os frades iam de uns a outros, com água e biscoitos, matando-lhes a fome e a sede, combatendo o cansaço com exortações, e recomendando contra a desesperança que confiassem na providência de Deus...

Três dias, desde 12 a 14 de março, conservaram a fé e os brios. Ao quarto viram que trabalhavam debalde. A água já inundava a coberta, e só no convés se podia estar. As bombas não trabalhavam, entupidas com a pimenta a granel do porão; e só à custa do muito que iam alijando – todo o fruto das rapinas da Índia! – conseguiam que o navio não soçobrasse. Já tinham resolvido varar na terra; mas o temporal crescia sempre, e no meio da cerração plúmbea, não podiam governar-se. Para mais, uma vaga partiu o leme. O vento sudoeste vinha batido em salseiros rijos, que despedaçavam o pano. A pobre nau era um destroço, com que as ondas brincavam na sua fúria. Assim estiveram, perdidos e já sem esperança, duas noites e um dia. De 14 para 16, os transes foram medonhos. Em montes, estendidos no convés, os homens, ou blasfemavam, ou se confessavam em voz alta, acusando todos os seus crimes, os roubos, as violências, os estupros, as matanças da Índia, e pedindo em lágrimas, aos clérigos, que os salvassem das penas do inferno! As mulheres, pranteando-se, levantavam um choro de rezas, lembravam-se dos seus santos favoritos, as *nossas-senhoras* particulares da sua devoção, fazendo votos e promessas. Os frades ouviam as confissões, absolviam, deixando semimortos, na confiança do perdão, os que antes clamavam em desespero, movidos pelo terror. E por sobre tudo isto os salseiros rijos do vento assobiavam nas cordas, bradando: morte! morte! « D. Paulo havia que aquele castigo era por seus pecados» .

No dia 16 o tempo clareou um pouco; e no rumo de nor-nordeste que levavam, descobriram terra à proa. A noite de 17 passou-se em aflições e esperanças; mas quando amanheceu, e os olhos ávidos não puderam tornar a ver a costa, decidiram formalmente deitar o batel ao mar. Logo todos se precipitaram no barco, ainda suspenso nos aparelhos. A ânsia de viver

enlouquecia-os; e D. Paulo, em pé sobre o batel, com a espada e a adaga em punho, defendia-o, acutilando os invasores, como numa abordagem. O seu abatimento, a sua fraqueza, a sua desesperança apagavam-se, varridos pela aurora derradeira. Repelidos os homens, o batel desceu e poisou no mar. Depois veio remando, pela popa da nau, para receber pela varanda os fidalgos, suas mulheres, e os frades: o comum dos infelizes tinha a bordo um túmulo feito. Com os balanços da nau e o impulso da vaga, o batel ameaçava despedaçar-se a cada momento contra o costado; e as mulheres desciam, penduradas em cordas de lençóis e panos, até o mar, onde as apanhavam.

Os do batel gritavam, desesperados por partir, porque a gente era demais e o barco afogava-se; os da nau gesticulavam, bradando em fúria para que os salvassem. Uma escrava, com o filho da senhora nos braços, mostrava-o de bordo à mãe que lho pedia, exigindo que a salvassem, se queriam salvar da morte a criança. E os marinheiros condenavam, em altos gritos e frases insultuosas e obscenas, D. Paulo e os fidalgos, pelos abandonarem cruamente a uma morte miserável. Mais difícil fora o naufrágio da nau *Santiago*, no baixo da Judia, e tinham-se salvado todos em jangadas. Não abandonassem os infelizes, lembrando-se apenas de si, os fidalgos malditos! Havia tempo para formar uma jangada, onde todos iriam, guiados pelo batel.

Neste desespero infernal e no meio da explosão de egoísmo feroz houve um único herói: um frade que não saiu de bordo sem ter confessado todos os condenados. Absolvidos, lançou-se ao mar, e foi a nado agarrar-se ao batel que se afastava pesadamente: o hábito salvou-o, porque os do barco não ousavam repelir o sacerdote, como repeliam a golpes os mais que vinham a nado. Na iminência da morte, escrupulizavam de matar um padre.

Por toda essa noite de angústias, o batel vogou nas águas da nau; os remos não podiam vencer a força das ondas, e o vento arrojava-o para o mar. A carga era demasiada, e, reconhecendo isto, deitaram fora seis homens; depois mais seis, ficando de 110, em 98, ao todo. A bordo da nau havia mais de outro tanto. Condenados a uma morte inevitável, já confessados e absolvidos, estavam resignados. Ainda tinham formado duas jangadas, que o mar logo devorou: e depois disso unanimemente resolveram morrer, a bem com Deus. Os do batel viam no escuro da noite as luzes das velas acesas ao retábulo da *nossa senhora* do castelo da popa[116], diante do qual, prostradas de rastos, com os cabelos desgrenhados, chorando, as escravas rezavam. Os homens faziam procissões sobre o convés, contando ladainhas e hinos. Pela manhã viram o batel tão perto que chegaram à fala; e pediam ainda que os salvassem com vozes tão profundas e piedosas, que metiam medo e terror.

Finalmente, num clamor de gritos e numa coluna de fumo, espadanando a água, a nau soçobrou: no alto do capitel da popa a escrava, com a criança nos braços, mostrava-a à mãe, desolada no batel. A nau soçobrou,

enterrando consigo os homens, as mulheres e « as coisas da Índia, adquiridas pelos meios que Deus sabe» .

A viagem da Índia não terminou aqui. O império submergiu-se, mas os salvados foram arrastando ainda, pela arenosa costa, uma vida de miséria e perdição...

O batel foi dar à terra em 27º20' Sul, na terra dos *fumos*, a que os cafres chamam Macomata, a Zululândia. Desembarcaram, os restos da nau da Índia; e achou-se que tinham 5 espingardas, 5 espadas e um barril de pólvora. Eram ao todo 98. Dos remos fizeram contos de lanças, e ferros das verrumas dos carpinteiros. Formaram em coluna, seguindo costa em fora, em demanda de Lourenço Marques.

À frente ia um frade com a cruz alçada; depois D. Pedro de Lima com metade da gente e das armas, na cauda o capitão da nau com o resto; e, entre ambos, as mulheres, umas de pé, outras em andores levados por marinheiros e grumetes, e feitos com remos e velas do batel. Seguiam a coluna bandos de cafres, com quem por vezes tinham de pelejar, e que fugiam rebolando-se no chão e em gatinhas como bugios aos saltos. Dormiam na areia ao relento; comiam alguma coisa que apanhavam, principalmente os caranguejos da praia; levavam os pés empolados e em chagas... Em tamanha miséria se tornara o antigo império com que tinham andado pela Índia, pela Arábia e por Johor, em Malaca!

Na altura de 26º30' depararam com os restos das jangadas da nau *Santiago;* uma sorte comum esperava, no regresso, todos os que vinham da Índia; e esses desastres eram os da nação, que em massa embarcara, e agora em massa também naufragava. « Estas desventuras e outras, diz o cronista, que cada dia se veem por esta carreira da Índia poderão servir de balizas aos homens, principalmente aos capitães de fortalezas, para neles se moderarem com o que Deus à boa mente lhes dá, e deixarem viver os pobres» .

Os náufragos, miseráveis e famintos, internaram-se em Manica, achando nos cafres a proteção e carinho que negavam no Oriente aos naturais. Dispersaram-se em várias direções, indo uns por mar a Inhambane; e na ilha de Inhaca, D. Paulo « caiu em cama, ou para melhor dizer, no chão» , e morreu...

Não eram, porém, somente as ondas que, punindo a desordem e a avidez, tragavam os navios podres e abarrotados; eram também os nossos inimigos, cruzando nos mares da Índia, que apresavam as naus portuguesas, como outrora nós tínhamos apresado as dos árabes e egípcios.

Cornélio Honteman, perseguido pela Inquisição de Portugal, fora para Amesterdão, e publicara o que sabia das viagens da Índia, incitando os holandeses com as perspetivas de grossos lucros. Em 1595 partiu de Texel a primeira frota holandesa que dobrou o Cabo da Boa Esperança; e já em 1591 os ingleses tinham feito uma viagem à Índia. Em 1602 fundou-se a Companhia

Holandesa das Índias Orientais: foi no primeiro quartel do XVIII século que o império português caiu.

Tudo se desmoronava de um modo simples e rápido. As esquadras perdiam-se inteiras; e tantas desgraças abatiam os ânimos antigos, a ponto de tornarem a covardia tão vulgar como eram de antes a audácia e a bravura. Entre outros casos, conta-se o de um filipebote holandês tornando um galeão que montava dobrada artilharia e guarnição. Em 1591 e 92, de 22 navios de alto bordo saídos da Índia, só duas naus chegaram ao Tejo, porque vinham vazias por velhas. Quer à ida, quer à volta, os cruzeiros inimigos caçavam as nossas frotas; e a destruição do poder marítimo português garantiu para todo o sempre a destruição consumada do império do Oriente.

Essa louca viagem, sem pilotos hábeis, terminava por um breve naufrágio; e os mares que, no século XV, nós vencemos com tamanha audácia, vingavam-se, no XVI, do nosso atrevimento. Rasgáramos as nuvens do Mar Tenebroso; mas, para além dos seus confins, fomos perder-nos no seio dos nevoeiros prognosticados pelos geógrafos árabes, no meio das trevas da nossa perversidade. A natureza ofendida punia-nos com a morte; e o destino implacável retribuía-nos todos os males com que tínhamos flagelado o próximo.

# LIVRO Q UINTO
# A CATÁSTROFE
# (DINASTIA DE AVIS: 1500-1580)
(Continuação)

*Corre sem vela e sem leme*
*O tempo desordenado*
*Dum grande vento levado.*
CAMÕES, *Redondilhas: O tempo.*

## I. A CORTE DE D. MANUEL

A conquista da Índia encheu de ambições o ânimo ostentoso do rei D. Manuel. Queria também figurar entre os primeiros soberanos da Europa, intervir de um modo conspícuo na política internacional: e para isso resolveu mandar a Roma uma embaixada, tão faustosa que deslumbrasse o mundo. Ao Salomão papal enviava o imperador de Sabá um tributo de cortesia que era ao mesmo tempo um escudo de pretensões. Menos de quatro séculos andados tinham bastado para que o rei de Portugal, o antigo humilde vassalo da Igreja, se apresentasse hoje, não aos pés, mas em frente do trono papal, vestindo o manto roçagante de um império constelado pelas coroas do Oriente.

O rei de Portugal queria que se prosseguisse no Concílio de Latrão, na reforma dos abusos da Igreja, porque « desde o tempo do papa Alexandre VI havia na corte de Roma muita soltura de viver e se dava dissimuladamente licença a todo o género de vício, de maneira que grandes pecados se reputavam por veniais» , diz Góis. « Amoestar o papa, continua, e pedir-lhe que quisesse pôr ordem e modo na dissolução de via e costumes e na expedição de breves, bulas e outras coisas que em a corte de Roma tratavam, do que toda a Cristandade recebia escândalo» , eis aí a causa de uma embaixada anterior e um motivo também da ostentosa missão de agora. Queria, porém, mais el-rei que se lavrasse entre os príncipes cristãos uma liga contra o Turco; queria ainda que o clero português contribuísse com uma coleta para as despesas da Índia; e que o padroado de todas as igrejas do Oriente ficasse à Ordem de Cristo, cujo mestrado andava com a Coroa portuguesa. Sobretudo, o rei queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, aí onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro – salvo os mártires. Miguel da Silva anunciava a oferta de uma canonização grátis.

A embaixada, confiada a Tristão da Cunha, partiu de Lisboa em janeiro (1514), e foi recebida em Roma em março. Era uma procissão magnífica, e o fausto espetaculoso do rei português conseguiu deslumbrar essa corte de Leão X onde se reuniam os primores da civilização da Europa.

Partiram, primeiro da porta del Populo, trezentos cavalos guiados à rédea por outros tantos azeméis, vestidos de seda, e os cavalos cobertos por mantos de brocado com franjas de ouro. Seguia logo a turba da criadagem, e após ela os portugueses de Roma, seculares e eclesiásticos. Depois iam os parentes dos embaixadores, ostentando o luxo desvairado desses tempos: chapéus de plumas bordados de pérolas e aljôfar, grossos colares e cadeias de ouro cravejados de pedras preciosas, armas tauxiadas com embutidos e lavores, sedas, veludos, rendas, anéis; montando cavalos de raça, ornados de fitas e jaezes de preço. Eram mais de cinquenta os fidalgos; e atrás do brilhante esquadrão via-se, primeiro, uma companhia de besteiros de cavalo, depois os oficiais da casa do Papa, com a sua guarda de honra de archeiros suíços e lanceiros gregos, a pé.

A cavalo, os músicos da embaixada portuguesa e trombeteiros e charameleiros do Papa, reunidos, abriam a segunda metade, mais singular, do préstito capitaneada pelo estribeiro do rei, Nicolau de Faria, que montava um cavalo cujos arreios eram esmaltados de ouro cravejado de pérolas.

Um elefante recamado de xairéis preciosos levava, na sua torre, o cofre onde ia o pontifical oferecido por D. Manuel ao Papa; e um paire da Índia, vestindo os seus trajos de seda, ia governando o animal dócil «tão formoso, sendo mui feio, que era coisa gentil de ver». Depois do elefante, num cavalo da Pérsia, montado por um caçador de Ormuz, ia deitada na anca uma onça domesticada. Estes animais, dois leopardos em carros, encerrados em gaiolas, e o pontifical magnífico eram as páreas que, dos seus domínios orientais, o rei enviava ao Papa. Morreu noutra viagem o rinoceronte, destinado a representar a África, mas foi depois empalhado para Roma; não chegando porém lá as quintaladas de cravo, de pimenta, de canela, de gengibre, de malagueta, carregação da nau que naufragou em Génova.

Depois das páreas, a embaixada formava um grupo deslumbrante de riqueza. Garcia de Resende, o secretário, era seguido pelo rei de armas de Portugal, com a sua cota vestida, e pelos maceiros do Papa, que precediam os embaixadores. Tristão da Cunha a cavalo «tão posto e tão poderoso com seu chapéu de pérolas que matava todos de gentileza» vinha entre o duque de Bari e o governador de Roma; Diogo Pacheco entre o bispo Alberto Cáspio; e João de Faria entre o bispo de Nápoles e o sábio Guilherme Budeo, embaixador do rei de França. Depois seguiam os embaixadores de Castela e de Inglaterra, da Polónia, de Veneza e de Milão, de Luca e de Bolonha, cada um com seu bispo ao lado, e marchando em coluna, aos pares.

Havia séculos, desde o antigo Império, que a Itália não vira um elefante, e a novidade espantosa, correndo por toda a península, trouxera gente de muito longe. Havia quem estivesse em Roma desde meses esperando o grande dia, e as ondas do povo alastravam o chão ansiosas: «Não sei contar a V. A. por onde vim, que eu não via outra coisa senão gente, sempre gente». O dia amanhecera chuvoso, mas aclarou depois, e nas ruas, nos palanques, nos telhados das casas, nos balcões, por toda a parte, o negrume do povo se estendia a perder de vista.

Boa terça parte da população de Roma, por trinta mil pessoas, andava nas ruas para ver o desfilar do préstito; e ao rumor, aos vivas, às exclamações do povo, juntavam-se o estrondo das salvas de artilharia e o cântico metálico dos sinos de todas as igrejas, repicando e dobrando com furor. Chegada a procissão em frente do castelo de Santo Angelo, o Papa, com os seus cardeais, apareceu na varanda a recebê-la; e o elefante, molhando a tromba, como hissope, numa bacia de água perfumada, aspergiu por três vezes, primeiro o Papa, depois o povo. Singular cerimónia, extravagante sacerdote!

À água abençoada de virtudes místicas, Roma preferia as essências do Oriente; e um elefante de Ceilão valia muito mais, para a sua curiosidade naturalista, do que o fúnebre acólito, à entrada da nave obscura do templo cristão. A Igreja triunfante era aclamada na varanda de Santo Angelo.

É verdade que D. Manuel pedia, ou afetava exigir, que se reformassem os abusos da cleresia, que se moralizassem os costumes, e intimava com Gil Vicente:

*Feirai o carão que trazeis dourado,*
*Ó presidente do crucificado:*
*Lembrai-vos da vida dos santos pastores*
*Do tempo passado!*

Mas se Leão X, o magnífico Papa, não quis ouvi-lo, é fora de dúvida que o esplendor da embaixada traduzia mais o amor pagão da vida do que o fervor místico da pobreza virtuosa, da caridade humilde do cristianismo legendário.

Mas foi mais feliz o rei na pretensão que tinha de intervir nas pendências internacionais da Europa, propondo a liga contra o Turco e advogando a ideia quimérica da Idade Média, em que se abrasava o misticismo espanhol[117]. O rei levava nisto, porém, um motivo interesseiro, porque abater o sultão na Europa era libertar a sua Índia das esquadras dos rumes do Egito. Ninguém já na Europa tinha ódio ao Turco; e D. Manuel podia ostentar a riqueza oriental, mas não podia impor a sua vontade à Itália, à França, à Alemanha – como o fez mais tarde Carlos V, o grande imperador. « Nem se fez o Concílio, nem se reformaram as coisas da Igreja, nem menos se pôs em obra a guerra contra os turcos» .

A embaixada ficaria como uma ópera magnífica, uma exibição deslumbrante da riqueza oriental, uma satisfação estéril da vaidade portuguesa, se o Papa não acedesse às outras pretensões da coroa. Conseguiu-se o padroado pedido para a ordem de Cristo, coisa fácil; obteve-se a coleta das terças dos rendimentos eclesiásticos; e além disso a Cruzada, que o núncio trouxe, e na execução da qual, diz Damião de Góis, « por mau resguardo, culpa e demasiada tirania dos oficiais dela, foi o reino muito avexado, e sobretudo a gente popular, a quem fazia tomar por força as bulas, fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus móveis e enxovais publicamente em pregão, por muito menos do que valiam: pela qual desumanidade os mais dos executores desta Cruzada houveram mau fim» .

Não era, decerto, repetindo em casa o que já levantava as cóleras e indignações da Europa, que o rei podia obrigar o Papa a reformar a Igreja; antes a venda das bulas trazia para Portugal o fermento de um protesto, que o espírito da nação não podia, é verdade, fazer levedar.

As questões religiosas, acordadas na Europa, tinham em Portugal um caráter particular. Na Península, a constituição acabada do poder monárquico –

obra em que o rei D. Manuel trabalhou com afinco[118] – dava às nações uma coesão orgânica bastante para impedir as revoluções anárquicas da França e da Alemanha, a cuja sombra medrava o protestantismo; e essa circunstância favorecia as tendências, evidentemente católicas, do espírito coletivo. Por outro lado, a questão dos judeus complicava os problemas da reforma da religião, dando força à ortodoxia; porque o povo, sendo contra esses hereges[119], de uma espécie diversa, é verdade, encontrava, porém, nisto mais um motivo para condenar todo o género de heresia.

A estas causas devemos juntar o ardor místico da corte castelhana, que o rei D. Manuel, sem o partilhar, servia, na esperança de vir a herdar esse trono cobiçado, acrescentando mais a influência que os felizes acontecimentos ultramarinos exerciam no ânimo de todos. Como seria condenada por Deus a sabedoria de homens, a quem a Providência galardoava todos os dias e de um modo inaudito? O céu abria-se um milagre: e a nação por ele favorecida protestaria? Nunca. Entre os pedidos gerais de reforma da Igreja, formulados por Gil Vicente nos seus *autos*, por Damião de Góis, o amigo dos *humanistas,* por todos e pelo próprio rei; entre esses pedidos e o protesto místico dos alemães, há uma distância que nem sempre se mede bem. E como havia de Portugal protestar se, para que as revoluções, quer religiosas quer políticas, rebentem, é indispensável o aguilhão da miséria; e o reinado de D. Manuel via abrir-se o tesouro do Oriente, que parecia inesgotável?

D. João II tinha acolhido em Portugal os judeus foragidos de Castela; e D. Manuel protegera-os até o dia em que casou. A expulsão dos judeus foi o preço por que julgou pagar o império da Península. Inconsequente e dúbio na sua política, oscilando entre o bom senso e a ambição, obedecendo agora às suas opiniões, logo arrastado pelos clamores do povo, o rei tornou-se réu das matanças que no princípio do século molharam em sangue tantas terras, e mais do que todas Lisboa em 1506. O ódio aos judeus era tradicional em toda a Espanha: Portugal não fazia exceção. Já no século XIV as cortes pediam a D. Pedro (1361) que não desse lugar aos judeus de sua terra de onzenarem, reclamando que « lhe deem legares aguizados pera sua morada e esto medez se estenda nos mouros» . D. João II acolhera os expulsos de Castela, mas as cortes não cessam de pedir leis de exceção para essa gente que suja o povo: que não usem vestidos ricos e só trajos por que sejam conhecidos (1482); que não sejam rendeiros das rendas reais, nem tenham ofícios públicos, nem sejam feitores de nenhumas pessoas (1490). O povo, para o qual os assassinos de Cristo eram réprobos, temia neles a habilidade e as artes com que, enriquecendo, desgraçavam o trabalhador. Esta velha questão chegava agora a uma crise[120]. Um dia, o rei D. Manuel tomou a si o papel de Herodes, e como um sátrapa mandou arrancar aos pais e batizar todos os filhos menores de catorze anos, « a qual obra não tão somente foi de grão terror misturado com muitas lágrimas, dor e tristeza dos judeus, mas

ainda de muito espanto e admiração dos cristãos» . Ao mesmo tempo, num prazo breve, os judeus haviam de receber o batismo, ou embarcar em navios que se lhes não davam. Era um choro, uma aflição desoladora, e Lisboa parecia uma Babilónia com as turbas dos cativos eleitos de Jeová. Os malsins furavam pelas ruas, farejavam pelas casas à busca das crianças: as mães escondiam os filhos no seio, fugiam clamorosas, caíam desgrenhadas soluçando. Muitas preferiam afogar os inocentes, arremessando-os do seio ao fundo dos poços ou às águas do rio. E a desolação era tanta que os próprios cristãos davam guarida aos infelizes perseguidos.

Por outro lado, em Lisboa, onde, para embarcar, os judeus tinham vindo de todo o reino, os Estaus da Ribeira apresentavam o aspeto de um acampamento antigo. Albergadas em barracas as famílias, vinte mil judeus esperavam as naus de embarque, contando hora a hora o prazo da redenção. Esse prazo correu, sem virem as naus; por isso foram todos convertidos à força, porque os teimosos ficavam cativos. Este batismo forçado, causa de tantas desgraças posteriores, revela a política dúbia e falsa de um governo que não tinha a coragem purista do castelhano, depois de ter perdido o bom senso e a humanidade dos tempos anteriores. Desumanos, os atos eram ao mesmo tempo cobardes, pois o cronista diz com franqueza que se procedia assim com os judeus por serem párias, sem rei nem terra, não se podendo já fazer outro tanto aos mouros, com medo das represálias dos soberanos maometanos.

De tal modo se originou a crise que teve na era de 1506 o seu primeiro episódio trágico.

As fomes dos anos precedentes, a peste que lavrara no outono anterior e vitimava, já na primavera, mais de cem pessoas por dia, enchiam de aflição o povo da capital, que buscava uma causa a tamanhas desgraças. D. Manuel tinha fugido da peste, para Évora. O castigo tremendo, que a cólera divina impunha sem piedade, não podia ter outro motivo senão a criminosa proteção concedida aos judeus. Batizados, mas não convertidos, eram uma viva e impune blasfémia; e todos os seus atos religiosos outros tantos sacrilégios. Deus estava, decerto, ofendido; e por isso castigava sem dó. E o pobre povo sofria tamanhas misérias por causa desses malditos que insultavam Deus dentro do seu templo sagrado, fingindo orar e comungando! Eram só estas acusações vagas e místicas? Não eram. O batismo forçado dos judeus tornara mais grave ainda o problema económico da sua existência. « Depois que tiveram nome de cristãos, diz Damião de Góis, puderam tratar em muitas coisas que pelo direito canónico expressamente lhes eram defesas – das quais uma era não arrendarem os bens das igrejas nem nenhumas novidades, do que se seguia não haver naquele tempo tantas vezes carestia de mantimentos como houve depois de eles começarem a tratar nisso, fazendo alevantar o preço das novidades da terra» .

A 15 de abril tinha havido uma procissão, com muitos votos e

lágrimas, pedindo a cessação do flagelo; e todas as noites, em S. Domingos, se faziam preces públicas. Houvera um milagre, a 19, domingo de Pascoela: a custódia ao lado do *Senhor* aparecera iluminada; mas um herege ousou rir, dizendo que um pau seco não podia fazer milagres. Isto fez transbordar a ira de todos, e o tumulto começou fulminante. O ímpio foi tirado pelos cabelos, de rastos, para fora da igreja, e logo ali morto e lançado a uma fogueira.

Os mercadores dos arcos do Rossio, desde a Betesga até S. Domingos, fecharam as lojas – onde vendiam as cassas de Holanda, os panos de linho cadequim da Índia, rendas, tranças, franjas e passamanarias – vindo em pessoa, com os seus escravos pretos e mouros, engrossar o tropel. A multidão corria por debaixo dessa arcada, que limitava por Oriente o Rossio, abrangendo o Hospital e o dormitório do convento de S. Domingos, amontoando-se às portas da igreja, onde o burburinho era grande, e um frade, de crucifixo em punho, pregava, exaltando o furor religioso da turba.

As mulheres agitavam-se coléricas pronunciando ditos obscenos, palavras descompostas, à mistura com as expressões de refinada devoção e de um fervente beatério. Incitavam os homens à matança; e, do púlpito, o frade, oráculo do céu, definia com palavras os sentimentos da multidão. Os judeus eram a causa da fome, eram a causa da peste! De cruz alçada, saindo da igreja, os frades vinham clamando « heresia! Heresia!» concitando o povo à matança.

Já houvera sangue, já crepitava o lume; e a cor rubra e os primeiros ais dos moribundos exacerbavam, como a um touro, a fúria da plebe, açulada pelos sermões dos frades energúmenos. Desencadeou-se a tempestade, rebentando numa hora a cólera reunida em muitos séculos. Cresceram as fogueiras no Rossio e na Ribeira; e os bandos iam caçar pela cidade os judeus escondidos, invadindo as casas. Traziam-nos às manadas de quinze ou vinte, amarrados, feridos, cuspidos, semimortos; e lançavam-nos, aos montes, nas fogueiras. As chamas crepitavam, e os gritos dos moribundos conseguiam ouvir-se por entre o vozear da plebe. Os sinos dobravam a rebate, chamando os fiéis à matança. Viam-se os homens despirem-se, para mostrar que, não sendo circunscisados, não podiam ser judeus; porque o furor da plebe já a arrastava a queimar tudo, numa fogueira que purificasse os ares pestilentos. Além disso, as vinganças pessoais e o roubo soltavam-se à vontade no meio da desordem. Queimavam-se os infelizes porque os tinham assassinado, e assassinavam-se porque se não deixavam roubar. Ao saque de Lisboa tinham corrido as tripulações dos navios do Tejo: eram mais de quinhentos marinheiros flamengos e outros; e na faina do roubo e da matança andavam gentes de todas as nações e cores, invadindo as casas, violando as mulheres e incendiando. No primeiro dia, domingo, não faltou gente; matou-se meio milhar. Na segunda-feira eram já mil e quinhentos os que andavam na faina da matança. As justiças tinham fugido, o povo escondera-se, os judeus aferrolhavam as portas, e enquanto os escravos

acarreavam lenha para as fogueiras, os bandidos assaltavam as casas com vaivéns e escadas. Arrancavam as crianças do colo das mães desesperadas, e, tomando-as pelos pés, esmagavam-lhes os crânios tenros contra os muros. As casas escorriam sangue, que se precipitava pelas escadas, vindo reunir-se em poças nas ruas. Havia um cheiro nauseabundo de carne queimada, risadas ferozes no rosto dos pretos, e olhares terríveis na face macilenta dos frades, que pregavam às esquinas das ruas. Os desgraçados corriam às igrejas perseguidos, rojavam-se nos altares abraçados aos santos e às relíquias, e dali eram levados à fogueira arrastados pelos sicários. Na segunda-feira mataram-se mais de mil. Na terça acalmou a fúria « porque já não achavam quem matar» . Três dias e duas noites durou a orgia; e no fim contavam-se mais de trezentas pessoas queimadas, mais de duas mil mortas, e não se sabe quantas mulheres, chorando com amargura a sua viuvez, a sua orfandade, a sua miséria, a sua desonra.

O rei acudiu com tropas, abriu devassa e enforcou muita gente; entre essa, frades. Os marinheiros de bordo velejaram barra em fora com os roubos nas mãos tintas de sangue; nas esquinas das ruas havia forcas; na fogueira acabaram os dois frades concitadores, e Lisboa pela sua fraqueza foi desautorada dos seus foros. O rei puniu o que não soubera prevenir; e insistindo na sua indiferença, ou na sua fraqueza, fez com que as cenas de Lisboa se reproduzissem periodicamente por todo o reino.

*Os fumos* da Índia, como dizia Afonso de Albuquerque, não deixavam pensar a corte senão em enriquecer e gozar. Pouco importavam essas miseráveis questões dos judeus, quando dia a dia chegavam do Oriente os preciosos carregamentos e as notícias das vitórias estupendas. Se Leão X alcunhava o rumor da Alemanha de invejas fradescas, o césar de Lisboa olhava com o mesmo desdém da opulência para as miseráveis rixas da plebe. Meditava na embaixada de Roma, para espantar o mundo; e calculava as proporções do seu império, quando reunisse, a Portugal, Castela, e, às Índias do Oriente, as do Ocidente. Afonso de Albuquerque trouxera-lhe o elefante e o cavalo persa com o seu caçador de Ormuz, a onça e os leopardos, que ia enviar ao Papa!

Ocupado a calcular os lucros da sua fazenda da Índia, mercador e apaixonado pelas ricas alfaias preciosas, como um Médicis, D. Manuel tratava os seus capitães como feitores; e com um espírito acanhado de negociante, ouvia todas as intrigas e usava do seu poder de rei para satisfazer os seus caprichos. Injusto e ingrato, era pequeno e cruel: Góis fala dos alvarás de espera, uns em contrário dos outros. D. Francisco de Almeida escrevia da Índia ao rei: « Se cada dia cá há de armar uma invenção, sem informação do que cá vai, perder-se-nos-á tudo em pouco» .

O rei queria ser absoluto, além-mar, como o era em Portugal, desde que resumira em si todas as soberanias da Idade Média, unificando a legislação, reformando os forais, levando a cabo a obra do seu predecessor. Este, porém, se

prezava os *retóricos,* Diogo Sigeu e Cataldo, o sículo, a quem regalou « montão, pelote, calças de menim, jubão de cetim e um barrete» , fora todavia um estadista, e os seus atos obedeciam a planos de governo. D. Manuel era um ser medíocre, para quem o mandar não passava de uma satisfação e de um gozo tão mesquinho e pouco nobre, como as delícias de sibarita opulento cuja vida, sem ser uma orgia, era apenas um deleite, e o reinar, em vez de ofício espinhoso, um mole abandono aos gostos delicados. A corte portuguesa era nessa época um paraíso de delícias fáceis: a existência moldava-se no tipo das cortes italianas, com exceção das orgias de punhal e veneno. O paço era um teatro: o rei comia, adormecia, ouvia os conselheiros para tratarem dos negócios públicos ao som de músicas permanentes. De todas as partes da Europa lhe vinham cantores e músicos extremados a quem fazia grandes partidos; tinha bandas de charamelas, sacabuxas, cornetas e harpas, tamboris e rebecas, atabales e trombetas; tinha menestréis mouriscos que cantavam e tangiam em alaúdes e pandeiros. Enquanto ceava, dançavam os moços-fidalgos do paço, e os chocarreiros castelhanos diziam disparates intencionais, como todos os bobos. Rara era a noite sem folia; havia danças e concertos; havia saraus preciosos em que o rei lia gravemente as crónicas dos seus maiores, revendo-se todo na sua glória; ou assistia ao esgrimir pedante do alfobre das literatas da corte, a infanta D. Maria, Ana Vaz, as Sigeias e as Hortênsias; ou escutava os autos em que Gil Vicente, fulminando o clero, era aplaudido pela corte *humanista,* ainda não inspirada pelo misticismo fúnebre de D. João III.

Esta inferioridade do rei fez com que ele não soubesse imprimir ao domínio do Oriente o caráter de um império, pondo-se a comerciar por sua conta, como faziam em Cartago os oligarcas da república, e, agora, em Veneza, os doges mercadores. Guardou para si o monopólio de certos géneros de exportação; e, da importação, a pimenta era privilégio seu. O Brasil e a África ainda rendiam pouco ou nada para o Tesouro[121], mas a Índia estava em plena sazão de receitas. Orçava por vinte mil quintais só a pimenta que vinha cada ano, produzindo o melhor de um milhão de cruzados; afora isto, havia os rendimentos do Estado, e para a nação os lucros de um comércio opulento. E quanto à metrópole, os réditos *bem feitos, forros* de toda a despesa, atingiam duzentos contos. Garcia de Resende diz que vemos no reino

*As rendas tanto crescer*
*Que agora o vemos render*
*Duzentos milhões de reais*
*Índia e Mina não entrando*

Lisboa avantajava-se em riqueza, em população; o Tejo via-se coalhado de navios de todas as nações, que vinham trazer e levar produtos de todo o mundo. Os mercadores, operando sobre os grandes valores dos carregamentos asiáticos,

*Venderam junto em um dia*

*Em drogas, especiaria,*
*Setecentos mil cruzados.*

Damião de Góis diz que viu « muitas vezes na casa da contratação da Índia mercadores com sacos cheios de dinheiro de ouro e prata para fazerem pagamento do que deviam; o qual dinheiro lhes diziam os oficiais que tornassem o outro dia, por não haver tempo de o contar» . O comércio do Oriente fazia-se, ou por mar, livremente; ou com os naturais à sombra da proteção dos sultões; ou por contratos (à maneira depois seguida pelos holandeses) com os soberanos locais; era este o sistema adotado na costa do Malabar, em Cananor, em Katchi, e em Kolam, bem como na ilha de Ceilão.

Apesar das desordens e das pestes[122], Lisboa contava mais de cem mil habitantes, porque a imigração era abundante, do reino e de fora dele. Irregular nas suas ruas tortuosas, e tão estreitas que muitas vezes os carros esmagavam contra os muros quem passava, a cidade tinha na Rua Nova dos Ferros uma artéria que era ao mesmo tempo o coração da sua vida comercial e o da sua vida brilhante[123]. Contava cerca de vinte lojas de panos, trinta de sedas e outras fazendas, treze de mercearias e especiarias, nove boticas, onze livreiros, e mais de cinquenta serigueiros e ourives. À porta dos bazares dos homens de negócios, naturais e estrangeiros, pavoneavam-se os casquilhos; e todos os préstitos e procissões desfilavam por essa artéria opulenta da cidade. Ali pulsava o coração da capital, feito de luxo e devoção; aí se cruzavam os trajos variegados e as cores diversas das gentes remotas que as conquistas traziam a Lisboa. Perpassavam as pretas com as canastras da limpeza à cabeça, ou vendendo água por conta dos senhores: havia milhares delas em Lisboa. Perpassavam os mendigos rotos e os fidalgos vestidos de seda. Corria a multidão num sentido, e ouvia-se o rumor surdo de um préstito: era o rei, que vinha de passeio com o seu cortejo asiático. À frente aparecia a ganga, rinoceronte da África, depois, como montanhas, os cinco elefantes das cavalariças do rei, recamados de xairéis de brocado, depois, num cavalo da Pérsia, o caçador com a onça, como na embaixada papal, por fim o rei e a corte, cavalgando, cercados e seguidos pelas bandas de atabales e clarins. Era um rei da Europa? Era um rajá da Índia? Ou um soldão de Babilónia?

O cortejo deslumbrante sumia-se, e certas vezes a Rua Nova tinha um outro aspeto oriental. Na quinta-feira santa desenrolava-se à noite a fúnebre procissão sagrada em que iam trezentos irmãos com vestes pretas, e muitos mais penitentes, oitocentos, um milhar, disciplinando-se a escorrer em sangue. Ouviam-se preces e gemidos clamorosos, viam-se crucifixos erguidos e homens com barras de ferro aos ombros, ou cruzes de madeira ou de pedra, como Jesus na sagrada paixão. Ao lado dos penitentes iam os que levavam as bacias de vinho cozido para molhar as disciplinas « porque lhes apertem as carnes» , e mulheres com bocetas de marmelada e cidrão, dons das fidalgas, para os que desmaiavam

no caminho. Por entre a lúgubre procissão fuzilavam baças as luzes das candeias e das tochas enfumadas, e de espaço a espaço, no negrume da noite, oscilavam no ar fantasticamente as chamas dos faróis de fogo erguidos em varas altas[124].

Lisboa apresentava o aspeto duplo de uma orgia de mercadores e de uma penitência de faquires, os dois lados do génio como que africano da sua gente apareciam; e a tragédia que se apresentava no Oriente, tinha um eco nas cenas da capital – como em Cartago, quando os fenícios, mercadejando por todo o Mediterrâneo, adoravam nos seus templos Milita e Baal[125].

O tempo, corrompendo o império, havia de atrofiar a riqueza, exacerbar a devoção e apagar o que restava dessa semente de cultura iniciada pelos filhos de D. João I e ainda protegida ao depois, até que a vinda dos jesuítas a perverteu. O comércio traduzia um sério movimento da inteligência. Calculava-se que os livreiros vendiam para cima de vinte mil cruzados por ano; e o valor do papel recebido de França, de Veneza e de outros lugares não importava em menos. De toda a Europa acudiam a Lisboa os produtos das suas várias indústrias. Eram as escarlatas de Veneza e Valência, os vasos de Florença, as sarjas de Flandres, as marlotas de Constantinopla, as sedas de Nápoles, os veludos de Génova, os damascos de Luca, os corais, o cinábrio, o arame, e os espelhos de Veneza, que só o rei podia mandar para a Índia.

Todos os géneros da Europa e os produtos do reino, o vinho, o azeite, os panos, vinham a Lisboa, para embarcarem para o Oriente; mas o que mais chamava ao Tejo os armadores de toda a parte, o que fazia acudir os curiosos e os ricos aos bazares da Rua Nova, eram essas preciosidades que as naus da Índia traziam constantemente. Além dos carregamentos de pimenta e de arroz, vinham as especiarias: o cravo das Molucas, a noz e massa de Banda, o gengibre de Kolam, a canela de Simhala, para os vastos armazéns à borda do rio, de onde eram baldeados nos navios de todas as nações da Europa. Os géneros preciosos constituíam um comércio de grande valor: era o marfim da Guiné, em África; eram as sedas da China e os tapetes da Pérsia, o âmbar das ilhas Malaias, o sândalo de Timor, as tecas e couros de Katchi, o anil de Kambai, o pau de Solor, as cambraias de Bengala, o ébano, o bórax, a cânfora, a laca, a cera, o almíscar de Ormuz; e as porcelanas curiosamente pintadas com vivas cores, sobre a massa leve e transparente. As pedras e metais preciosos completavam, por fim, o catálogo dos produtos orientais reunidos em Lisboa. Sofala e Sumatra mandavam o ouro e prata; o Japão e Manaar as pérolas, que também vinham de Kalchar; o Pegu os rubis, e toda a Índia os diamantes. De Ormuz recebiam-se diretamente os cavalos da Arábia e da Pérsia.

Na embriaguez de tamanhas riquezas, quem podia ouvir o grito lancinante do judeu queimado? Quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? que os campos se despovoavam? que a miséria crescia? e que o rei de Portugal, tão opulento, era de facto um pobre pedinte?

Tal foi, porém, a verdade, logo no reinado de D. João III. As rendas do tesouro não chegavam para custear as despesas públicas; e o rei, a braços com falhas enormes, esmolava empréstimos sucessivos em Flandres, e em toda a parte, sem saber como havia de pagar os juros exorbitantes, que cada dia mais agravavam o estado da sua fazenda. Já em 1534 D. João III devia «por juros vencidos, dívidas das casas da Índia e câmbios de Flandres» quatro anos das receitas do reino, ou oitocentos contos. Três anos depois, os «câmbios dos dinheiros tomados a interesse» em Flandres, chegavam a cento e vinte mil cruzados. Em 1543 esses *dinheiros* só por si representavam já quase tanto como a dívida total de nove anos antes: excediam setecentos contos[126].

Era verdade que a Índia produzia muito, mas absorvia imenso. O Oceano tragava esquadras, subvertendo milhões e milhões de cruzados. Não menos de 32 naus se tinham perdido nos trinta anos, desde que durava o novo reinado (1521-51). O abandono de Arzila e das mais praças de África não teve outro motivo senão a penúria da nação, em dinheiro, e também em gente. D. João III, obedecendo à tradição humanista iniciada pelos filhos de D. João I e querendo emparelhar os estudos superiores ao que eram nas nações da Europa Central, reformara a Universidade de Coimbra, contratando professores e dotando-a generosamente: mas o reino já não podia com tamanho encargo. «Os gastos da Universidade tiraram demasiado pela fazenda real, e disso havia queixas por sobejarem estudantes e faltarem soldados».

Já se calculava que a população do reino baixara de metade: de dois a um milhão de almas; o que não admirava, pois saíam anualmente para as Índias mais de 8500 homens válidos; e a população rural definhava, vergada ao peso de uma miséria fúnebre. Fomes sucessivas tinham dizimado também a população. Em todo o ano de 21 não choveu, e no seguinte a miséria lavrava por todo o reino. Lisboa regurgitava de pobres e morria gente de fome pelas ruas, sob os alpendres das casas. As terras pareciam cinza, e em vez de sulcos de arado viam-se fendas e gretas da secura desoladora. Por uma semana não houve pão: comia-se carne e frutas. Em 35 voltou segunda ou terceira fome, a que o rei acudiu mandando comprar cereais em Dantzig e na Flandres.

Os preços ordinários do trigo tinham triplicado e a carne era um objeto de luxo: cada arrátel valia 8 a 10 reais, isto é, 240 a 300 réis do preço atual. O alqueire de centeio custava o equivalente de 300 a 400 réis; ao passo que o trabalhador rural, com cavar à enxada todos os dias, de sol a sol, não ganhava mais de metade. Não lhe dando o trabalho para comer, mendigava; e ia de porta em porta, pelas casas fidalgas, pelos conventos e passais dos prelados, pelas comendas, conezias e abadias, pedir que lhe matassem a fome. Garcia de Resende nota assim o encarecimento do pão:

*Vimos em Évora valer*
*Os moios de pão iguais*

*Quinze, vinte mil reais*
*Agora os vemos vender*
*A setenta mil e mais.*

«Não há país onde as coisas sejam mais caras do que em Portugal», dizia o belga Cleynarts. Por um florim em Louvain, notava, tinham-se mais coisas do que por um ducado aqui. A agricultura estava inteiramente abandonada, os escravos desempenhavam todos os serviços domésticos, e os estrangeiros todas as indústrias. Os portugueses viviam indolente, luxuosa e miseravelmente. O belga, nem por 25 ducados ao ano, podia obter uma criada em Lisboa; e todo o serviço doméstico era feito por negros e mouros cativos. Os escravos, em número de dez mil, representavam a oitava parte da população da capital; e seus donos faziam deles criação para venda, como se foram bestas. Em Évora, os negros eram mais do que os brancos; e o belga, que vinha de Salamanca, onde tivera casa farta, à moda do seu Brabante, dizia-se transportado a uma cidade do inferno.

A emigração dos naturais, a incessante importação de negros de África[127] alteravam a fisionomia da população, e Garcia de Resende escrevia:

*Vemos no reino meter,*
*Tantos cativos crescer,*
*E irem-se os naturais*
*Que, se assim for, serão mais*
*Eles que nós, a meu ver.*

As manadas de escravas, criadas como rebanhos, pervertiam os costumes; «e Vénus, dizia o belga, merece em toda a Espanha o nome de *pública,* como em Tebas, e mormente em Portugal, onde é raro ver um mancebo contrair uma ligação legítima». Esta desordem concorria decerto para diminuir a população. O rei dera a um fidalgo o exclusivo das casas de prostituição em certa vila do Algarve.

A corrupção desvirtuara todas as qualidades do caráter nacional. A justiça era um mercado, no reino e na Índia; e a nobreza ingénita, que além se traduzia em ferocidade, traduzia-se em Portugal num luxo impertinente e miserável. Era uma ostentação, já não era um orgulho ingénuo. As classes sociais estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdém as profissões mecânicas, para irem à Índia batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artífices, se não fossem os de fora. As mulheres, sempre na rua, a pavonear-se, ou a correr as igrejas em devoções, não tinham mais utilidade prática, dizia o belga, do que a língua e aquilo que lhes dá o título de casadas.

«Se eu quisesse seguir o uso do país, acrescentava, poria mula e quatro lacaios, jejuando em casa». O tipo do fidalgo pobre era tão comum e tão ridículo, que andava nas comédias, conforme se vê em Gil Vicente:

*Trazeis seis moços de pé*
*E acrescentai-los a capa*

*Coma rei, e por mercê,*
*Não tendo as terras do papa,*
*Nem os tratos da Guiné.*
*Antes vossa renda encurta*
*Coma pano de Alcobaça*
......................................
*Todo o fidalgo de raça*
*Em que a renda seja curta*
*He por força qu'isso faça.*

Para satisfazer a vaidade dava tratos ao estômago:

*Vem tão ledo: Sus! cear!*
*Como se tivesse quê.*

E a carestia dos víveres reduzia-o a pão e água e rabanetes, quando os havia na praça:

*Toma um pedaço de pão*
*E um rabão engelhado*
*E chanta nele um bocado,*
*Coma cão.*

O pobre mordia-se de inveja, diante do luxo insultante do que tornava da Índia rico, e se passeava na Rua Nova com um estado oriental. Precediam-no dois lacaios, seguidos por um terceiro com o chapéu de plumas e fivelas de brilhantes, um quarto com o capote, e, em roda da mula, preciosa de jaezes e luzidia, um quinto segurava a rédea, um sexto ia ao estribo amparando o sapato de seda, um sétimo levava a escova para afastar as moscas e varrer o pó, um oitavo a toalha de pano de linho para limpar o suor da besta, à porta da igreja, enquanto o amo ouvia missa. Eram todos, oito escravos pretos, vestidos de fardas de cores agaloadas de ouro ou prata.

Se a nobreza ingénita e o orgulho do caráter se tinham transformado em uma vaidade miserável, também a doença entrara na fé. A devoção, tornando-se em hipocrisia ingénua, e o misticismo em embriaguez carnal, tinham exagerado o número de frades e clérigos, por não haver mais farta nem rendosa vida:

*Somos mais frades que a terra*
*Sem conto na cristandade*

E a plebe tonsurada acompanhava pelos prostíbulos e tabernas a ralé da gente devassa e inútil:

*É cura no Lumiar*
*Sochantre da Mealhada*
*Arcipreste de canada*
*Bebe sem resfolegar.*

Na aristocracia do clero os defeitos eram outros. Elegantes, sábios, requintados, os grãos-senhores da Igreja praziam-se em orgias de ordem diversa. A embriaguez do misticismo mole entontecia, nas capelas recônditas, forradas de

sedas, com lâmpadas de prata cinzelada e alvos Cristos de marfim sobre cruzes de ébano. Era aí que se ouviam as confissões misteriosas das fidalgas, e se rezava à noite o rosário místico por fios de pérolas de Manaar: um encanto! E o terrível império com que era governada a cidade cristã, à imitação do despotismo da cidade civil, enchia de autoridade os padres-mestres da Igreja, santificando-lhes todas as cruezas e perfídias de que usavam para converter e submeter o fiel omisso e o cristão-novo impenitente.

O misticismo não resistia à corrupção geral, e se se tornava externamente uma fúria, começava já no íntimo a desenhar aquele estado puerilmente senecto que, para além da educação dos jesuítas, vamos ver pronunciar-se claramente no nosso século XVIII. Do tempo de D. João III já Garcia de Resende, coevo da primeira camada dos homens da Índia, dizia:

*Agora vemos capinhas*
*Muito curtos pelotinhos*
*Golfinhos e sapatinhos*
*Fundas pequenas, mulinhas*
*Gibõezinhos, barretinhos*
*Estreitas cabeçadinhas*
*Pequenas nominazinhas*
*Estreitinhas guarnições*
*E muito mais invenções*
*Pois que tudo são coisinhas.*

O diminutivo impera, a gente amesquinha-se, a nação decai.

# II

## II. A INQUISIÇÃO (D. JOÃO III)

A Inquisição, ardentemente desejada e pedida por D. João III ao Papa, estava fundada; e se a criação do tribunal era o único meio de conter e moralizar os furores fanáticos da turba, e de evitar o sistema de matanças e pilhagens do reinado anterior, é fora de dúvida que os nervos da nação, já flácidos e podres, não podiam usar, de um modo relativamente justo, a arma terrível que lhes era confiada.

Os desejos do rei e dos seus acólitos eram sinceros e desinteressados; mas o estado moral das classes diretoras era tal, que a instituição apareceu podre, desde todo o princípio. Nem a tortura, nem as fogueiras propriamente a condenam, porque esses processos eram comuns ao direito penal contemporâneo. Os que identificam a crueldade com o hábito dos domínicos, não se lembram de que antes de haver Inquisição, quando os processos de heresia corriam pelas mãos dos bispos, a crueldade era tão grande como foi depois. Em 1543, em Goa, sob o governo de Martim Afonso de Sousa, que presidia com o seu ouvidor à mesa secular, e que por parte da justiça civil confirmou a sentença; em 1548, dizíamos, o arcebispo, predecessor dos inquisidores, condenava um réu de heresia a ser queimado vivo, consentindo, porém, piedosamente, que, se se retratasse... o afogassem.

Não é pois a crueldade que condena a Inquisição, mas sim o facto de constituir um poder do Estado, uma função até então exercida de um modo mais ou menos regular, mas não consagrada ainda numa instituição particular. Não inovou: deu, porém, corpo, unidade e sanção a processos que anteriormente se seguiam já. Tornou sistemático e constitucional o uso que se fazia dos meios pérfidos, atacando frente a frente a humanidade, a família, o caráter, a virtude: triturando o homem em tudo o que há nobre no espírito, em nome de uma razão de Estado transcendente. A Inquisição foi uma polícia com autoridade de tribunal; e se já nos repugnam os meios imorais da polícia, que será quando esses meios são um poder, e não um instrumento? quando servem para condenar, e não para elucidar e preparar apenas, de um modo indireto e meramente prévio, o juízo do tribunal?

Tal era o vício orgânico da Inquisição; e não só da nossa, como de todas essas instituições nascidas do espírito místico que, à maneira do cesarismo no Estado, sacrificavam as garantias do indivíduo, quebrando todas as molas morais que levantam o homem na sociedade. E deste vício orgânico, inerente ao próprio princípio, provinham logo as consequências funestas: a ferocidade cruel e a devassidão natural dos cesarismos e dos misticismos. Ponha-se, agora, nas mãos de uma sociedade corrompida até à medula, a arma terrível de um poder absoluto e irresponsável em si, e sem limites morais nem legais nos seus meios, e conceber-se-á como a Inquisição portuguesa, nascida do seio das torpes negociações de tantos anos[128], apareceu logo à nascença podre, qual miasma

de uma lagoa infeta.

Os seus processos infringiam todas as regras elementares da justiça e do bom senso. Os delatores serviam de testemunhas; os filhos depunham contra os pais, os pais contra os filhos; o réu não podia comunicar com os defensores, nem conhecia quem o acusava; a delação era aplaudida e a espionagem considerada uma virtude. Os *familiares* insinuavam-se nas famílias, como médicos, confessores, íntimos e conselheiros, para captarem os segredos e os delatarem. Na sentença não havia revisão, nem apelação. Nas prisões não havia prazos preventivos, e o encarcerado jazia meses, anos, todo o resto da vida muitas vezes, ignorante do crime de que o acusavam. Armavam-lhe laços e perfídias para o perder. Metiam-lhe no cárcere pessoas subornadas, que se diziam também pacientes, para o afagarem e se condoerem da sua miséria. Ganha assim a confiança, começavam as confidências: a Inquisição era um horror, uma peste! E se o miserável, perdido, aplaudia, estava condenado. Para lhe obter a confissão de faltas, imaginárias frequentemente, os inquisidores fingiam enternecer-se, prometiam perdões, ajudavam, seduziam, até que o miserável confessasse o que fizera, ou não fizera.

Esta espécie de tortura era muitas vezes mais dolorosa do que a outra; e os infelizes encarcerados chegavam a considerar um céu o calabouço negro, onde lhes não era dado nem ver, nem falar, nem gemer, nem chorar, sob pena da chibata do verdugo. No seio da treva e do silêncio absoluto, nem bem sabiam se viviam ou tinham morrido, e, como idiotas, deixavam-se ficar estendidos no chão, imóveis, no antro dos seus sepulcros.

Cada vez que a porta do cárcere se abria, estremeciam de medo, ou de uma esperança meio-apagada. Levavam-nos amarrados à casa dos tormentos; e enquanto iam descendo as escadas tortuosas, onde os gritos se perdiam abafados, o juízo ardia-lhes, confundiam-se-lhes as ideias, já não distinguiam do real o suposto; começavam a crer-se monstros, a acreditar em tudo aquilo de que eram acusados: tinham visto o diabo em pessoa, tinham-lhe vendido a alma, tinham partido com um machado um crucifixo, etc. O inquisidor, frio e fúnebre, sentado ao fundo da casa de abóbada, mal alumiada por tochas presas em anéis de ferro às paredes, acreditaria no diabo e nos seus aparecimentos? Porque não? Um doido torturava um idiota; e, no fundo escuro de uma cripta, a loucura dos homens tinha os seus ágapes terríveis[129].

Demónios pareciam os verdugos, mudos e mascarados, com o capuz e samarra de holandilha preta, onde havia os buracos dos olhos e da boca, movendo-se como autómatos a preparar os instrumentos da tortura; e de toda aquela gente, nem talvez o médico, a um lado, a observar que a vida dos pacientes se não apagasse de todo, tivesse o juízo são. Desde que os homens se tinham considerado senhores da verdade absoluta, a palavra de Deus enlouquecia-os e fazia deles monstros. Nessas tragédias lúgubres morria por

vezes o miserável, na tortura ou no cárcere; e então era enterrado nas covas do palácio, sendo primeiro o esqueleto descarnado, religiosamente, para que os ossos pudessem figurar no Auto-dafé próximo, queimados na fogueira.

O primeiro desses dramas fúnebres e burlescos teve lugar em Lisboa no dia 20 de setembro de 1540: ainda a Inquisição não estava definitivamente confirmada pelo Papa.

A procissão saía do palácio do Rossio, para a praça da Ribeira, onde tinha lugar a cerimónia. Vinham à frente os carvoeiros, armados de piques e mosquetes para olhar pelas fogueiras; depois um crucifixo alçado, e os frades de S. Domingos, nos seus hábitos e escapulários brancos, com a cruz preta, levando o estandarte da Inquisição, onde numa bandeira de seda se via a figura do santo, tendo numa das mãos a espada vingadora, na outra um ramo de oliveira: *Justitia et Misericordia.* Após os frades, seguiam as pessoas de qualidade, a pé; familiares da Inquisição, vestidos de branco e preto, com as cruzes das duas cores, bordadas a fio de ouro.

Depois vinham os réus, um a um, em linha; primeiro os mortos, depois os vivos: fictos, conflictos, falsos, simulados, confitentes, diminutos, impenitentes, negativos, pertinazes, relapsos – por ordem de categoria dos delitos, a começar nos mortos e pelos contumazes.

Em varas erguidas como guiões, que os homens de samarra e capuz de holandilha preta levavam, penduravam-se as *estátuas* dos condenados ausentes, vestindo as *carochas* e *sambenitos;* e se a estátua representava o morto, outro verdugo seguia após dela com uma caixa negra pintada de demónios e chamas, contendo os ossos para serem lançados aos pés da estátua na fogueira. Mais de uma vez se queimaram esqueletos desenterrados de pessoas que, imunes durante a vida, foram julgadas e condenadas depois de mortas.

Em seguida vinham os réus vivos, por ordem crescente de gravidade dos crimes, sem distinção de sexos, um a um, com o padrinho ao lado, ou com o confessor domínico, se iam a queimar. Os homens vestiam um fato raiado de branco e preto, com as mãos, a cabeça e os pés nus; as mulheres apareciam em longos hábitos da mesma fazenda. Traziam todos tochas de cera amarela na mão e o baraço ao pescoço. Insígnias diferentes distinguiam os que iam ao fogo, dos penitentes e dos confessores. Estes vestiam o *sambenito,* espécie de casula branca, com as cruzes de Santo André, vermelhas, no peito e nas costas; e levavam a cabeça descoberta. Os que depois da sentença tinham obtido perdão da fogueira, levavam *samarra,* uma casula parda; e *carocha,* uma mitra de papelão; e numa e noutra, pintadas, línguas de chama invertidas, o fogo *revolto,* a indicar a sua sorte. Os condenados à morte, quer para serem estrangulados primeiro, quer não, os destinados, vivos ou mortos, à queima, levavam na samarra e na carocha o retrato pintado, ardendo em chamas, com demónios pretos pelo meio, e o nome escrito, e o crime por que padeciam.

Depois da estirada procissão, no couce, vinham os alabardeiros da Inquisição, e, a cavalo, os oficiais do conselho supremo, inquisidores, qualificadores, relatores, e mais sequazes da corte. Os sinos dobravam pausadamente nas torres das igrejas. A turba apinhava-se nas ruas, insultando os pacientes com palavras desonestas e atirando-lhes pedras e lama.

Cordões de tropa impediam que o povo invadisse, na praça, o recinto reservado ao Auto. Havia ali, para um lado, afastadas, as pilhas de madeira, retangulares, com o poste erguido ao centro e um banco; e no meio da praça um espaço reservado com o estrado e as tribunas. Na da esquerda estava o rei, D. João III, piedosamente satisfeito na sua fé, como espírito duro, mas sincero e forte; estavam a rainha e a corte; e, ao lado do monarca, o condestável com o estoque desembainhado. Na outra, da direita, levantavam-se o trono e dossel do cardeal D. Henrique, depois rei, e agora infante inquisidor-mor, ladeado pelos membros do tribunal sagrado, nos seus bancos.

A meio do tablado ficava o altar, com frontal preto, banqueta de cera amarela, e um crucifixo ao centro. Em frente, num plinto, erguia-se o estandarte da Inquisição. A um lado tinha o púlpito; ao outro a mesa dos relatores das sentenças, coalhada de papéis com selos pendentes; e os padecentes, em linhas, ficavam de pé, voltados para o altar, para o púlpito, para o tribunal.

Disse-se missa. O inquisidor-mor, de capa e mitra, apresentou ao rei os Evangelhos, para sobre eles jurar e defender a fé. D. João III e todos, de pé e descobertos, juraram com solenidade sincera. Depois houve sermão; e finalmente a leitura das sentenças, começando pelos crimes menores.

A adoração das imagens, questão debatida nos concílios, dava lugar a muitas faltas. Outros iam ali por terem recusado beijar os santos dos mealheiros, com que os *irmãos* andavam pelas ruas pedindo esmola. Outros por irreverências, outros por falta de cumprimento dos preceitos canónicos; muitos por coisa nenhuma; a máxima parte, vítimas de delações pérfidas ou interessadas. Os relatores iam lendo as sentenças, os condenados gemendo, uns, e chorando; outros exultando por se verem soltos do cárcere, livres da tortura, prometendo a si para consigo serem de futuro meticulosamente hipócritas.

Chegou-se finalmente aos condenados à morte, no fogo: eram três mulheres por bruxas, e dois homens, cristãos-novos, por judaizarem, mais um por feiticeiro.

O relator, imperturbável, leu as sentenças, onde se narravam os crimes. Os cristãos-novos comiam pães ázimos; e um deles, quando varria a casa, chamava nomes a um crucifixo, fazia-lhe caretas, e dava-lhe tantas unhadas quantos eram os golpes de vassoura no chão. Estes crimes vinham envolvidos em frases horrorosas e generalidades tremendas; e a corte, o clero e o povo, ao ouvirem tão grandes sacrilégios, pasmavam de ódio contra os desgraçados.

A feiticeira não os impressionava menos. Cristãos-novos e bruxos, que lançavam malefícios e olhados, eram a causa das pestes, das fomes e dos naufrágios das naus da Índia. Sobre as cabeças dos desgraçados caíam as maldições de uma população aflita. Ninguém duvidava da verdade dos crimes, que muitas testemunhas afiançavam. O diabo aparecera a um, e ensinara-lhe as curas infernais, pelo livro de S. Cipriano. Sangrava os doentes na testa, com alfinetes. Estou picado e enfeitiçado: Jesus! nome de Jesus! despicai-me e desenfeitiçai-me! – dissera uma vítima a um padre da Beira. Os diabos, para se vingarem, foram a casa do padre e quebraram-lhe toda a louça. Um caso terrível era esse; e o povo olhava com horror para o médico de S. Cipriano, que tinha a loucura evidente na face. – Às bruxas o diabo aparecia de dia sob a forma de um gato preto, e de noite, de *forma humana de homem pequeno;* assim o dizia gravemente a sentença, com o depoimento das testemunhas. A bruxa saía com o demónio e iam juntos a um rio, onde as outras estavam com outros demónios; e depois de se banharem tinham coito com circunstâncias lascivas e abomináveis; a sentença enumerava-as, e a devassidão da corte e do povo percebia-as, comentava-as. De volta ao *sabbath,* de madrugada, as bruxas entravam invisivelmente nas casas, perseguindo as famílias honestas e piedosas.

Terminada a leitura, absolvidos os penitentes, os cristãos-novos e as bruxas foram relaxados ao braço secular, para serem queimados. O rei, a corte, o inquisidor retiraram-se; e os sinos continuavam a dobrar, pausada e funebremente.

Os carvoeiros de alabardas, os verdugos de capuzes, e os frades de escapulário e crucifixo na mão, ficaram junto dos condenados para os queimar. O povo cercou em massa o lugar das pilhas quadrangulares de lenha, com os olhos ávidos, e a cabeça cheia de cóleras contra esses réus das suas desgraças. Todos, menos o bruxo, morreram piedosamente, garrotados, depois de queimados.

O médico de S. Cipriano, porém, tinha culpas maiores e fora condenado a ser queimado vivo. Junto da pilha, o frade, com as mãos postas, pedia-lhe que, por Deus, se arrependesse; mas ele, com o olhar esgazeado do louco, virara a cara e zombava. Largando a correr pela escada, subia à pilha, e do alto, sentado no banco, fazia esgares e visagens irreverentes. O frade batia nos peitos, a plebe rugia colérica. Os verdugos amarraram-no ao poste, e os carvoeiros acenderam a fogueira, que principiou a crepitar. Os rapazes e as mulheres da Ribeira, salteando-o com paus e garrunchos, arrancaram-lhe um olho. Atiravam-lhe pedras, pregos e tudo; e faziam-lhe feridas por onde escorria sangue: tinha a cabeça aberta e um beiço rasgado. Entretanto, a chama começava a romper por entre os toros; e ele com as mãos estorcendo-se, dava no fogo, querendo apagá-lo; e quando via, com o olho que lhe restava, vir no ar uma pedra, fazia rodela ou escudo com a samarra, para se livrar. Do vão do

outro olho escorria pela face um fio de sangue. Isto já durava por mais de uma hora e divertia muito o povo – agora que tinha a certeza de ver morrer o seu inimigo. Mas o vento, que soprava rijo do poente, da banda do rio, arrastava consigo as chamas; e por não ter fumos que o afogassem, o condenado ficou três horas vivo, a torrar, agonizando, contorcendo-se, em visagens, e gritando – ai!... ai!... ai!...

Prolongara-se o suplício pela tarde; e, no paço, a família real comentava o sucedido, acusando todos com fúria os cristãos-novos e os feiticeiros.

Referiam-se as crueldades piedosas, e contavam-se anedotas beatas de procissões e milagres. Lembravam-se as brincadeiras devotas do infante D. Duarte, filho de el-rei D. Manuel, que era mui dado a elas: de uma vez meteu na cabeça de um judeu uma carapuça untada por dentro com terebentina, e, puxando-a, arrancou-lhe os cabelos; de outra, sabendo que um criado seu tratara com judeus, obrigou-o a comer toucinho até o ponto de o homem ficar à morte com uma indigestão.

À noitinha iam todos para a capela, o rei, a rainha D. Catarina, o príncipe D. João e a princesa; e, piedosamente recolhidos, ouviam as práticas do místico Francisco de Borja, que viera de Castela habitar no paço, para entreter a devoção do rei. Transportado e absorto em Deus o frade, parecia que a alma lhe voava para os mundos etéreos, e o corpo ficava ali num abandono, morto. O rei e os príncipes confessavam-se e comungavam todas as semanas: e ainda essa manhã o tinham feito, para se prepararem para a cerimónia solene do Auto-dafé. Na capela usavam passar as noites em rezas e jogos de devoção: era o divertimento do rei, e toda a corte lhe seguia o exemplo. Duro, reto e simples como ser medíocre e « não daqueles mais capazes de se regularem pela própria cabeça» , o rei fora educado na alfobra devota e luxuosa da corte de D. Manuel. Criança, aos doze anos, deram-lhe como brinquedo pio um convento. Instituiu (1514) a igreja de Nossa Senhora da Serra, em Almeirim, e os altares, as imagens, os frades, as rezas eram os seus jogos infantis. Criara-se pois numa estufa de devoção, e como o seu caráter era ingénuo e forte, a piedade avassalou-lhe inteiramente o ânimo, tornando-se verdadeiramente um chefe de religião coroado. Grosso de corpo, sem agilidade, com o pescoço breve e a cabeça pesada apertada entre os ombros, a fisionomia triste do rei adquiria o quer que é de severo da cicatriz do olho direito, consequência de uma queda da varanda do paço. Falava devagar, com pausa e majestade, e a seriedade do seu caráter traduzia-se no juízo das medidas do seu governo. Foi ele o fundador da colonização do Brasil[130], foi ele o reformador da Universidade, foi ele o que por todos os modos buscou em vão enfrear a orgia da Índia, foi ele o que suprimiu as mutilações e as marcas de ferro nos criminosos. Apóstolo porém de uma religião fanatizada, era ele quem acendia as fogueiras onde o judeu ardia.

Os costumes beatos tornavam a gente sonâmbula, cegando-lhe a vista. As coisas do Estado eram sacrificadas aos caprichos dos devotos; e o rei, com a mania de obter do Papa a Inquisição, gastara rios de dinheiro. O êxtase gerava a crueldade; porque, na absorção mística, perdiam-se as noções do justo, e as máximas crueldades e perfídias eram virtudes, desde que se encaminhavam a servir a Deus. *Sancta sanctis.* Mas esta doença da corte era a doença de todo o reino: os doidos que apareciam por toda a parte, a fazer milagres ou endemoninhados, traduziam a loucura universal de um povo. Os terrores fúnebres da Idade Média tinham cristalizado no catolicismo peninsular; e os portugueses, exangues pela Índia, uma sanguessuga, e estonteados pelos milagres das descobertas e conquistas do Oriente, pervertidos pelo luxo, corrompidos pelas pestes e pelas doenças que vinham do Ultramar, tinham perdido a noção da realidade forte. A vida era-lhe um sonho feito de loucura e medos.

Dois séculos antes, Portugal – uma nação pequena, homogénea e forte – defendera-se, afirmando a sua independência e a sua vitalidade, por um modo eminente. Depois, à maneira que a força lhe acordava a ambição, e que as ideias imperialistas vingavam nos espíritos, os seus monarcas pensaram confiscar para si a coroa de Castela. D. Afonso V fora jurado rei de Castela e Leão em 1471 pelo direito da *beltraneja,* a filha de Henrique IV com quem casou; mas a infelicidade de Toro e a incapacidade pessoal do rei favoreceram a resistência de Castela, condenando a *excelente senhora* D. Joana à sua triste sorte, e o rei à viuvez. D. João II, mais tarde, contava com a desejada coroa para seu filho, casado com a princesa de Castela; e se não fosse a inesperada morte do príncipe, acaso a história da Península tivesse sido diversa. Depois ainda, D. Manuel, casando com a viúva do príncipe Afonso, esperou herdar um império então colossal, porque as duas nações da Península dominavam em todos os territórios descobertos. O herdeiro de Fernando e Isabel morrera, e a rainha de Portugal era a única sucessora da monarquia espanhola. D. Manuel tinha dela um filho que viria a ser o maior rei da terra. A morte, porém, varreu tudo num momento, porque levou consigo a rainha e o príncipe; e a coroa de Espanha coube ao austríaco, imperador da Alemanha.

Neste momento inverte-se a ação; e é da parte da Espanha que se promove a anexação de Portugal. Curiosas coincidências históricas: porque no instante em que a nossa grandeza começa a declinar, volta-se contra nós a política fomentada pela nossa ambição. A separação nacional, consumada pela energia e vontade, era evidentemente um erro e um mal, no espírito dos príncipes dos dois reinos que então viviam numa estreita intimidade; e a fusão pareceu que devia levar-se a cabo. Por nós, ou contra nós? Eis aí o que a sorte ou a vitalidade relativa de cada nação resolveria.

Entre Carlos V e D. João III, que trocaram as irmãs para se casarem, havia um acordo sobre essa questão de unidade do corpo peninsular; e porventura

unânimes no princípio, deixariam ao acaso decidir entre os descendentes das duas dinastias.

Quando D. João III morreu, Carlos V julgou que a sorte propícia se declarava em seu favor. O herdeiro de Portugal, D. Sebastião, era uma criança e débil. Morto, ficava o reino sem sucessão; e o imperador que, ainda na sua cova de San-Justo, tecia as intrigas políticas, queria assegurá-lo para o seu neto. Tinha em Portugal, na rainha viúva, sua irmã, um instrumento submisso; e mandou-lhe por embaixador o místico Francisco de Borja, que nos tempos do marido era escutado com tanta devoção na capela do paço da Ribeira. O embaixador veio a pé, disfarçado, peregrinando a pedir esmola até Lisboa, para não levantar suspeitas. Trazia cartas para a regente, que estava por tudo e obedecia cegamente ao imperador. Entretanto Carlos V morreu; e a timidez do cardeal regente, porventura os seus reservados planos em favor da duquesa de Bragança, sua afilhada, não consentiram que as negociações progredissem.

Filipe II, porém, estava de atalaia, e não esquecia os conselhos do pai. Facilmente conseguiu que D. Sebastião se não casasse; porque o moço príncipe, arrebatado pelas tradições cavalheirescas, supunha a castidade uma condição necessária para levar a cabo a sua empresa, ainda vagamente esboçada. Consumada ela, viria o tempo de tratar da herança do reino. Bem pensava em noivas, quem ardia em grandes esperanças: arrasar os muros de Constantinopla, ou apoderar-se do califado do Egito, ou libertar a Palestina, ou conquistar Marrocos! A morte, a que vamos assistir, precipitou a ação; e sem rei, nem força, nem vida, Portugal, exânime, caiu afinal nas mãos do filho de Carlos V.

Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal[131], mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exacerbaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morto instantaneamente.

## III. JORNADA DE ÁFRICA (D. SEBASTIÃO)

Todo o reino sofria dos sintomas dessa doença, e muitos previam a crise final que se aproximava; entretanto, quase todos, costumados a um padecer crónico, nascidos já na atmosfera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protérvia, do beatério e do vício, da simonia e da ferocidade piedosa. A Inquisição, a Índia e as pestes concorriam para perverter a moral, aguçando nos espíritos desejos orgíacos, irritando cóleras fúnebres, terrores extravagantes.

Todo o século fora açoutado por epidemias: em 1506, em 1530; e agora ainda, nas vésperas da jornada de África, eram vivas as lembranças da *peste grande* de 1569. Em julho e agosto desse ano morreriam setecentas pessoas por dia em Lisboa, e já não havia onde enterrar os cadáveres. Abriam-se valas, onde se lançavam aos cinquenta e mais de cada vez. Era uma doença fulminante; e sem dúvida alguma um castigo do céu, pelos pecados dos cristãos-novos; quando não era o malefício dos bruxos, vendidos a Satanás. Repentinamente os homens caíam mortos, nas ruas. Topavam-se cadáveres a cada instante. Tinham-se sagrado campo e olivais para cemitérios, porque, nas igrejas e nos adros, as covas estavam atulhadas, e havia exalações podres. Os grilhetas das galés serviam de coveiros por faltarem braços para tanto cadáver. Enterravam-se os mortos nas calçadas, e nas próprias lojas das casas, por não haver quem os levasse ao cemitério. Ao longo das ruas, viam-se fiadas de embrulhos brancos de cadáveres em lençóis. O mau cheiro dos corpos insepultos, das covas à flor da terra, mal fechadas, era insuportável; e, ao passar em frente das portas cerradas das casas, ouviam-se ruídos: eram os ratos e doninhas cevando-se nas carnes putrefactas da família que caíra toda. Morreu da *peste grande* mais de um terço da gente de Lisboa: quarenta mil pessoas. A erva crescia em grande altura na Rua Nova, onde os maraus jogavam a bola.

E se mais gente não morreu foi porque um boato horroroso circulara na primavera, afugentando grande parte da população da cidade. Corria e todos acreditavam, que em junho, no dia 10, os montes do Carmo e do Castelo, unidos por um terramoto, iriam cair sobre Almada, entulhando o Tejo, arrasando Lisboa. No dia 9 a cidade vazou-se, levando todas as roupas e alfaias em carradas, às trouxas, para os arrabaldes. O dia 10 passou; mas, como a peste já grassava, só voltou à capital quem absolutamente não pôde residir fora.

De tal modo começava o reinado de D. Sebastião, que no ano anterior (1568) tomara posse do governo. Nesse próprio ano se reduzira a um terço o valor da moeda de cobre – o patacão a três réis, as moedas a real e meio e um real. Era uma medida cruel, mas indispensável, porque o inglês, que levara toda a prata e todo o ouro, mandava para cá, nas barricas de farinha e nas pipas de pregos, o cobre fraco, português, cunhado por ele. O dinheiro da Índia tinha passado por Portugal como trigo por uma ciranda: fora-se o grão, ficavam o joio

e o lixo da eira. Os figurões, sabendo de véspera a lei, pagaram tudo; e o pobre povo, pasmado, achou-se com dois terços de menos. Enforcou-se muita gente, ao ver-se perdida. No ano seguinte veio a peste: dizia-se ser o castigo do roubo infame da Semana Santa de 68.

A dureza das infelicidades da pátria levava os espíritos ao estado de uma loucura febril, de uma superstição idiota, de um furor de devassidão, de medo e de extravagância. Tudo se acreditava possível, com o desvairamento do delírio. Como outrora, nas vésperas do ano mil, todos queriam gozar à farta o pouco tempo que o mundo tinha a durar. Portugal era uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnara toda a loucura do povo. Passados os tempos do misticismo feroz e devoto de D. João III, a religião tornara-se um puro medo, o culto um fetichismo, a vida uma orgia. O crescendo da decomposição aproximava-se do acume, e esse terror do abraço inconsciente do grande terramoto que ia subverter a nação inteira. A loucura positiva do rei humanizava o estado moral da nação. Um destino comum arrastava a ambos para o fundo de uma voragem; e nação e rei, nas bordas do precipício, dançavam alegres como uma coreia de espectros. *O sabbath,* tantas vezes queimado nas fogueiras da Inquisição, era a tragédia em que, por fim, todos se achavam atores.

A imaginação do povo tinha criado em volta do berço do rei uma nuvem de milagres; e a lenda fantástica que ela lhe formou depois de morto trazia origens de antigos casos maravilhosos. Quando fora do casamento do príncipe D. João – o pai do rei, que não chegou a reinar – viram as gentes de Lisboa no céu, por cima das torres da Sé, noites seguidas, um fogo avermelhado, em forma de ataúde. Contavam-se, depois, as singulares aparições no paço de Xabregas. A princesa estava no leito, D. Sebastião ia nascer; e da sombra da câmara de altos tetos destacou-se a figura de uma dona, vestida de negro... Trazia mangas de ponta e touca larga; vinha envolvida em crepes. Não falava, mas seguia, oscilando e crescendo para o leito, com um estalido de ossos nus que se tocam. Parou, e, como quem despede um beijo com os dedos, soltou um sopro. Uma visão e um estertor de vida que foge, seriam o rei ainda no ventre, a nação na beira da cova. – De outra vez – caso para espantar! – viu-se aparecer na varanda do paço um bando de mouros com albornozes de cores, tochas acesas, como num enterro, caminhando a salmear, com vozes lúgubres.

Nessa atmosfera de prenúncios fúnebres viu a luz a
*Maravilha fatal da nossa idade!*

Em Almeirim, na coutada, caçava em permanência, domando os cavalos bravios, expondo-se a todos os perigos dos saltos atrevidos, gabando-se da sua destreza e da sua audácia. Outras vezes arremetia num barco aos temporais do Tejo; e por toda a parte, como um Quixote, fazia fala de uma temeridade que a loucura do seu génio confundia com a coragem. Quando tinha dezasseis anos, gastava três horas por dia a correr lanças, sozinho; e com a cabeça repleta das

tradições cavalheirescas, memorando a vida do grande Condestável, queria fazer voto de castidade, para ir puro à sua empresa. « De natureza feroz e robusta, de espírito veemente e levantado, e de coração invencível e determinado, não cuidava senão em guerras e em famosas conquistas e militares empresas. E nem é possível senão que um dia imaginava sujeitar a si toda a Berbéria: outro arrasar os muros de Constantinopla; logo fazer-se senhor do califado do Egito, e trazer à sua obediência a veneranda Palestina» . Era um rapaz antes baixo do que alto, ruivo, de olhos azuis, com a tez branca pintada um tanto de bexigas, e o beiço inferior grosso dos Habsburgos, cujo sangue tinha da mãe. Inquieto, nervoso, doentio, era um desequilibrado. Tinha todo o lado direito maior do que o esquerdo; a mão, o braço, o flanco, a perna e o pé, com um dedo a mais. As pernas eram excessivamente longas para as dimensões do tronco. Tinha um tal horror a mulheres que corriam versões, a ponto de Filipe II, seu tio, lhe mandar o dr. Almazan, a ver se o curava. Daí vinha o dizer-se que a castidade lhe era fácil. Vingava-se na devoção; e dos padres que ouvia, dizia um emissário francês a Catarina de Médicis: « São dois hipócritas perigosos, mais sequiosos de vingança do que de religião» . Os negócios do Estado eram-lhe um aborrecimento; e na sua nobreza ingénita, olhava com horror as intrigas e conselhos da política. Seus validos eram os moços, temerários e doidos como ele. Vagamente percebia que a nação, desesperada, pedia um messias, e tinha para si talhado o papel de salvador.

A legislação de 70-71 demonstra bem o caráter agudo a que a crise chegara, e o pensamento que havia para resolver. Era um recrudescimento de tirania no reino, e um relaxamento do poder no Ultramar. A Índia já se não mantinha fechada aos ingleses e holandeses, que navegavam, impunemente, nos seus mares: legislou-se, portanto, a franquia da navegação. Mas era mister reconstituir as forças navais e militares do reino, era mister paralisar a corrente pavorosa da desorganização. O novo reinado acentuava-se como uma renascença; mas nem o rei, nem os seus conselheiros, a viam na reorganização das instituições, mas sim numa aventura famosa. Assim, as longas leis militares coloniais, marítimas, empalidecem na importância e no alcance, como impotentes para travar a roda das desgraças e para acalmar o delírio do monarca. Outro tanto sucede aos regulamentos e pragmáticas, incapazes de moralizar uma sociedade corrompida, mas reveladores do estado dos costumes. Condenam-se os hereges e também os sodomitas. Que a usura lavrava desenfreada, vê-se da lei dos « câmbios, onzenas e trapaças» , que, na sua dureza, manifesta o desvario do vício. A facilidade com que se havia dinheiro a juro era uma das origens do luxo desmoralizador. Proíbem-se pois, os empréstimos a prémio sob penas cruéis; perda do capital à primeira, perda de metade de todos os bens à segunda, confisco geral e degredo para o Brasil à terceira. Quando a lei ataca de tal modo os direitos da liberdade individual, a

sociedade agoniza. A ociosidade, a vadiagem eram tão perseguidas como a usura; o luxo dos trajes, das mobílias, dos manjares merecia uma lei meticulosa e indiscreta. O espírito do governo reagia, protestando contra a tradição manuelina da opulência, regressando às doutrinas espartanas do tempo de D. João II. Ninguém poderia gastar mais do que a renda que tivesse; ninguém ter à mesa mais do que «um assado, um cozido e um picado». A importação de tapeçarias era vedada; e ordenada a moderação do dotar. Nos quartos não haveria, nem dosséis, nem camas, nem cadeiras de brocado, nem de tela de ouro ou prata, nem de rás, nem de seda alguma, nem dourados ou pinturas a óleo; nos fatos apenas o gibão seria de seda com um pesponto simples de retrós, sem alamares nem bordaduras.

A legislação, porém, nada podia contra a tendência dos costumes. O luxo e o desvairamento tinham maior força do que as leis. Condenavam-se já francamente a Índia e as podridões que trouxera ao reino – conforme se vê n'*Os Lusíadas* – e a opinião regressava à política africana de D. Afonso V e D. João II. Nenhum moço fidalgo da casa do rei *se acrescente* a escudeiro ou cavaleiro sem ir a África. Podia a lei varrer assim as consequências tristes da viagem da Índia. Não podia. O desvairamento que ela trouxera à sociedade via-se, como um símbolo, na cabeça do moço rei. A África seduzia-o; mas não tinha planos políticos, nem prudência, nem conselho, nem paciência, para ir lentamente corrigindo, encaminhando a nação. Um grande milagre, ou uma grande catástrofe, qualquer coisa extravagante e nunca vista, eis aí o seu desejo, a sua ambição.

Essa quimera dava-lhe uma arrogância inaudita. Tinha, decerto, o génio de um herói, mas nascera no meio de um paul de rãs. Foi o Nuno Álvares da perdição. Mas essa catástrofe inevitável, cujas causas punham todos os seus defeitos no génio do rei, tornou-a ele, ao menos, trágica; levantando, com a sua morte, uma esperança querida, um símbolo, como uma cruz; e encerrando, com uma temeridade infeliz, a grande era da vida de Portugal, que começara pelas temeridades afortunadas do infante D. Henrique.

Tanto o rei percebia a solidariedade que o ligava aos seus antepassados, que, à maneira dos heróis, quis vê-los de perto e examiná-los, antes de partir para a sua empresa. Diante do cadáver de Pedro I tem cóleras contra a fraqueza do amante; e D. Afonso III, conquistador do Algarve, merece-lhe aplausos. Foi à Batalha, para ver e adorar D. João II; e mandou-o tirar do caixão, erguer de pé, com a espada em punho. Reverente e orgulhoso, saudou com admiração o avô – o predecessor, porque ele estava certo de lhe continuar as façanhas!

Esta certeza dava-lhe ironias, gargalhadas e escárnios contra a prudência dos conselheiros, graves e encanecidos nos negócios, que bem mediam a distância dos tempos e as consequências fatais da projetada conquista

de África. Mãos anónimas iam depor trovas e conselhos, amorosamente acusadores, sobre os poiais de pedra do paço de Almeirim, implorando ao rei que não aventurasse tudo numa empresa desvairada. Jerónimo Osório, o latinista, escrevia-lhe memorando as desgraças consequentes da sua aventura: « Não falo nos juros que a fidalguia tem vendido, nas joias empenhadas, nas lágrimas das mulheres, na pobreza da gente nobre, na miséria dos que pouco podem» . D. João Mascarenhas ousava dizer-lhe que, se se decidia a ir, levasse a mortalha, para enterrar o reino fora de sagrado. E o rei, parando-se a olhar o defensor de Diu, chamou-lhe, formais palavras, velho e tonto; e depois, insistindo, acrescentou: e covarde! – Martim Afonso de Sousa, que fora governador da Índia, onde se manchara em torpezas, não ousava advertir o rei, mas bradava pelas salas do paço que, se se atavam os loucos perigosos, não sabia porque se havia de deixar solto a este.

D. Sebastião não tinha ouvidos senão para o bando de estouvados, temerários como ele; a guerra de África era uma corrida de javalis, como as de Pancas. A corte era um covil de intrigas, os cortesãos um bando de miseráveis, caquéticos, ou doidos, ou enfezados. Uns eram os aventureiros do bando de el-rei; outros os moles pintalegretes alfenados, que entravam nas salas encostados ao ombro dos pajens, arrastando o corpo, arrastando a fala, parecendo mulheres doentes de requinte; outros finalmente, os conselheiros velhos, miseráveis, como Martim Afonso de Sousa, o mais descarado de todos os *condottieri* da Índia, e D. João Mascarenhas, o herói de Diu, que vendeu Portugal como um Judas. Como haviam de perceber a heroica doidice do rei? Como haviam de sentir na face o ar quente do patriotismo de Camões?[132]

Como D. João Mascarenhas insistia na sua reprovação, o rei mandou, por chacota, buscar médicos, para que decidissem se acaso o velho teria os brios acobardados pela velhice, ou o cérebro amolecido. Uma vez perguntara ao duque de Alba se sabia qual era a cor do medo. Estes modos atrevidos, insolentes e escarnecedores tinham desgostado todos os velhos, que se afastavam da corte. O cardeal ex-regente, ofendido, retirou-se; e a avó, a rainha D. Catarina, desatendida e só, fiava longas noites o linho da sua roca, as tristezas da sua alma, molhando amiúde os beiços quentes e secos do trabalho e da aflição. Assim, fiando, morreu a irmã de Carlos V, com a certeza da irremissível perdição do neto estremecido.

Além dos valentões, ou como ele temperados, ou que o adulavam, o rei só podia entender-se com os teatinos e jesuítas. Não era beato, como seu avô D. João III, nem a licença dos costumes, nem a própria irreverência já impressionavam; mas ficara-lhe na sua alma poética um quente misticismo para substituir o amor, condenado pela castidade tradicional cavalheiresca. Embriagava-se ao ouvir a história de Santo Inácio, que fora a Jerusalém para conquistar o sepulcro sagrado de Cristo. Passava horas esquecidas no convento de

Almeirim com os frades, e manhãs inteiras, fechado a sós com o jesuíta Simão Gomes, a ouvi-lo discorrer.

Em quê? Na história romanticamente piedosa de Loyola, o rei Artur da Virgem[133], já comentada com subtilezas teológicas. Pio V mandara ao doido rei, para mais o ferir, uma das setas com que S. Sebastião fora martirizado; e terminados os piedosos colóquios, o cavaleiro, professado o voto, escutava os conselhos dos vates. Camões dizia-lhe:

*África esconde em si luzentes veias.*
*Mova-vos já, sequer, riqueza tanta,*
*Pois mover-vos não pode a Casa Santa.*
....................................................
*Vede'lo duro Inglês, que se nomeia*
*Rei da velha e santíssima Cidade,*
*Que o torpe Ismaelita senhoreia*
*(Quem viu honra tão longe da verdade?)*

Era uma renascença do génio das Cruzadas nos dois espíritos do rei e do poeta. Cervantes[134] (1547-1616) condenava ambos no tipo imortal do Quixote. Quixote fora em Tunes, na mocidade, o castelhano; mas curou-se. Camões, soldado e poeta, ficou o mesmo, pregando a quimera de uma aventura desesperada a uma nação agonizante. Enquanto Castela, a pátria da « caballeria á lo divino» , a pátria de Santa Teresa, de Loyola, de Ximenes, o cardeal-soldado[135], abandonara para sempre a guerra-santa, nós, que tínhamos também desistido dela desde o tempo de D. João II, voltávamo-nos agora para esse passado remoto, como para uma última esperança. O entusiasmo místico era em Camões, porém, a necessidade de ação de um temperamento forte, e não o desvario de uma imaginação dolente. Partidos de um mesmo estado de espírito, Loyola chegava à visão, Cervantes ao bom senso, e Camões, nem santo nem cético, à doutrina da ação positiva:

*Não se aprende, Senhor, na fantasia,*
*Sonhando, imaginando ou estudando,*
*Senão vendo, tratando e pelejando.*

Tal era o estado de espírito do poeta e do rei quando a sorte aproximou um do outro. Em ambos o mesmo pensamento; em ambos igual ideia para resolver a crise lúgubre em que viam o reino.

Camões e D. Sebastião ouviram-se, compreenderam-se. O louco arrebatamento do último exprimia de um modo temerário, desvairado, o pensamento do primeiro. Ambos olhavam para a história; e em frente do roído cadáver do império ultramarino, apelavam para a política africana esquecida por ele, inspirando-se nas tradições heroicas da nação. Outro Virgílio, também o nosso poeta chamou Marcelo ao rei:

*Rei bem-aventurado, em quem parece*
*Aquela alta esperança já cumprida*
*De quanto o céu e a terra te oferece!*

*Pôs Deus na mão do rei a vara alçada*
*Para guia do povo errado e cego...*

O caráter anacrónico da educação cavalheiresca e mística do soberano era um dos modos por que se traduzia a loucura atual, de que padeciam tanto o rei como a nação. Os prudentes conselheiros, cheios de juízo, condenavam o herói, temerário como um doido, por não poderem perceber já nem a cavalaria, nem o misticismo – coisas passadas! Porém, esses mesmos sofriam de uma loucura diversa, mas abjeta: porque Martim Afonso mostrara na Índia ser um chatim; porque D. João Mascarenhas sujou as mãos com o dinheiro de Filipe II, fazendo-se seu corretor; porque o cardeal D. Henrique, inquisidor ferino, era um saco de fraqueza mole, a que, depois de morto, o povo condenou « a viver no inferno muitos anos» .

Morto, D. Sebastião viveu por séculos na alma popular e assim realizou o moto que tomara para si de um verso de Petrarca:

*Un bel morir tutta la vita honora*

No verão de 1574 partiu para Sintra o rei, a passeio. Mandou esperar as galés em Cascais; e dizendo que ia visitar o Algarve, embarcou. Não levava tropas, nem pólvora, nem canhões. Os fidalgos, o duque de Aveiro, o conde de Vimioso, iam em trajos de corte, por nem terem tido tempo para vestir os de guerra. D. Sebastião partiu. De caminho, agregando à frota os barcos guarda-costas, foi fundear em Sagres. Daí, fora do alcance dos conselheiros importunos, expediu oito mil cartas que levava feitas, convocando para Tânger os terços dos concelhos, as mesnadas dos fidalgos. Era uma conspiração contra o reino inteiro, que para salvar o rei correria a África. Seguiu a Tânger. Mas o tempo fugia: era outubro, entrava o inverno, e teve de renunciar por então ao seu plano. À volta, um temporal desbarata a frota: a galé do rei, corrida do tempo, desce até à Madeira; já outros navios tinham chegado a Lisboa – e o do rei? Naufragado? Perdido?... Quando as aflições eram maiores, entrou num dia de temporal no Tejo, mareando a galé, borrifado de espuma, e foi deitar ferro em Xabregas... no Dia de Finados, 2 de novembro.

O revés acirrou-lhe o desejo. Contra os sábios conselheiros de quem escarnecia, tinha por si o Papa, que lhe mandara uma das setas do santo do seu nome, e Camões que, incitando-o mais que nunca, positivamente lhe dizia:

*Tomai também a seta veneranda*
*Que a vós o sucessor de Pedro manda*
*...Sereis o braço forte e soberano*
*Contra o soberbo gládio mauritano.*
*Que farão, rei, as vossas (setas) que têm liga*
*Com a que já tocou Sebastião?*
.....................................................
*No sangue sarraceno as tingireis.*

Filipe II instava com ele para que abandonasse a empresa temerária,

em que ia acabar de arruinar um reino, já considerado como seu pelo castelhano. Enviara a Portugal D. Cristóvão de Moura (o que mais tarde foi corretor da compra de Portugal), mas este, vendo as nenhumas probabilidades de êxito, preparou ao tio e ao sobrinho as vistas que tiveram em Guadalupe, e em que o castelhano nada conseguiu do português.

Mas, desde que a recente revolução de Fez levara o monarca destronado a implorar o auxílio do rei de Portugal, D. Sebastião considerou este caso como providencial, vendo nele uma revelação do seu destino. Nenhuns rogos, nem advertências, nem conselhos, nem invetivas, foram capazes de o dissuadir.

Sucedera que, tendo Marrocos sido dividido entre os dois xerifes irmãos Maula Ahmed e Mohammed, ambos morreram assassinados (1556). A Mohammed sucedera seu filho Abdullah, que nomeou herdeiro um bastardo por nome Ahmed (1572). Isso determinou a fuga de Abd-el-Melik, decano da família e como tal herdeiro legal do trono, para Constantinopla, onde obteve as boas graças do sultão e socorros com que desembarcou em Marrocos e destronou o usurpador Maula Ahmed bin Abdullah (1577), que, trazido por D. Pedro da Cunha, cativo na Berbéria, veio pedir o auxílio de D. Sebastião. Parecia, com efeito, um acaso providencial, e o rei não hesitou um instante.

Tão-pouco recuou diante dos obstáculos levantados pela penúria e fraqueza do reino, nem vacilou na escolha dos meios. Cunhou moeda com todas as coisas. Por 250 000 cruzados dos cristãos-novos concedeu-lhes a isenção da pena de confisco durante dez anos. Obteve de Gregório XIII uma bula de Cruzada, e a imposição de um terço das rendas eclesiásticas, convertida, por acordo entre o rei e o clero, numa prestação de 150 000 cruzados. Fez do sal um monopólio. Lançou a contribuição de um por cento sobre o valor das propriedades. Deu curso legal à moeda castelhana, mais fraca. Vendeu empregos. Arrematou antecipadamente as rendas do Estado, e, por vontade ou força, obteve muitos empréstimos de particulares; pondo, com todos estes meios, em prática um desusado esfolar, segundo se exprime um coevo.

Tanto ou mais difíceis de obter eram soldados, do que dinheiro. Mandou alistar três mil homens na Alemanha e outros tantos em Castela; e despachou por todo o reino os coronéis e capitães, para fazerem um recrutamento, ou uma rusga. Solteiros ou casados, moços ou velhos, serviam todos. Porém, os coronéis e capitães, boa gente educada na escola do Ultramar, não conheciam escrúpulos; e só era preso quem não tinha com que pagar-lhes. Deixavam-se peitar por vinte cruzados; mas crescendo o número, o preço da isenção dos recrutas foi baixando até dois: só os miseráveis pedintes eram arrebanhados... As mulheres vendiam as saias, e por vezes a honra, por dois cruzados, para salvarem os filhos e os maridos.

É de ver que espécie de exército se reuniria por tal forma. O

recrutamento do reino produzira apenas 9000 soldados bisonhos, bandos de gente miserável e perdida: as fezes da população. Os 3000 alemães mercenários chegavam, carregados de bagagens e mulheres, como gente para quem a guerra era um modo de ganhar a vida burguesmente. O melhor do exército eram os 3000 castelhanos, aguerridos e disciplinados. De Castela tinham vindo também 500 fidalgos com a sua peonagem e criados; e havia 900 italianos do Papa. Com os fidalgos pobres formara-se o terço dos *aventureiros,* que o rei armara à sua custa, pondo-os sob o comando de Cristóvão de Távora, seu valido. Era agora o terço dos aventureiros, como a ala dos namorados em Aljubarrota: a cavalaria, esgotadas as glórias medievais, figurava num esquadrão de gente perdida, de mancebos devassos e pedintes, temerários e vaidosos.

Tais foram os elementos da expedição, à qual os *senhores* portugueses iam com as suas tropas, ao lado do rei; à qual em África se haviam de reunir os cavaleiros de Tânger e Arzila, e os berberes do xerife destronado. A soma não excedia 24 000 homens, de que só três quartas partes vieram a entrar em batalha, « são e podre, que se não cirandou» .

Nas vésperas da partida, Lisboa era um acampamento; e a excitação da aventura enchia as ruas de gente curiosa, que vinha futilmente ver, divertir-se, pavonear-se. Tantos rapazes, de todas as famílias do reino, aguçavam a curiosidade das mulheres; e as entrevistas, os requebros e galanteios, as promessas e noivados ocupavam a gente moça. As mulheres não deixavam as ruas, correndo aos bandos, com o rosto coberto pelos rebuços dos mantéus, em busca de aventuras. Os rapazes folgavam, dando largas à doidice, entregando-se nos braços dos amores fáceis. Lisboa inteira cantava, ria, dançava, preparando-se para a jornada de África: uma batida, de javardos, como as de Almeirim, ou de Pancas! Galanteava-se nas ruas; e as damas, nas suas liteiras forradas de seda, com sorrisos tentadores, provocavam os amantes que lhes falavam, descobertos e de joelhos. Os companheiros invejavam-nos; e os grupos de mulheres embiocadas nos mantéus, deixando ver o pé e os chapins afivelados, passavam, breves, rindo e comentando, cada qual para a sua entrevista.

O luxo fazia um leito sedutor às aventuras amorosas, e com os preparativos da função, os fidalgos arruinavam-se; desbaratavam o que tinham, vendiam as terras, empenhavam-se como o rei, que também empenhara por muitos anos os réditos do Estado. As mulheres gastavam o seu e o alheio, para se vestirem e adornarem com joias em profusão. Apareciam como ídolos, carregadas de pedraria: fivelas e topes nos chapins, colares, luas, gargantilhas e afogadores de ouro, cravejados de diamantes de Dekkan, de safiras do Pegu, de pérolas de Bornéu, de camafeus da Alemanha, arrecadas nas orelhas, os dedos cobertos de anéis. Vestiam as coisas mais preciosas: as martas e zibelinas de Moscovo, os arminhos da Suíça, as sedas da Pérsia e da Itália; e nos encantados camarins, onde recebiam os seus validos, reuniam tudo o que no mundo havia de

precioso, desde os bufetes encastoados de marfim até os tapetes da Pérsia, as colgaduras de damasco de Génova, os espelhos de Veneza, os vasos de porcelana da Índia, ou de bronze do Japão. Dobradas pelos amores e pelo luxo, tinham requintes nos modos, e uma afetação de entusiasmo nas falas. Adoravam o rei, moço e temerário, e queriam ver nos seus amantes outras tantas imagens do príncipe. Meneavam-se com donaire, provocantes, abanando-se com os preciosos leques de charão da Índia; e embalsamavam o ar com os perfumes dos frascos de cristal da Boémia, suspensos da cintura por cadeias de ouro. Onde ficavam as severas leis de 70? No pó das gavetas dos arquivos, na triste desesperança dos conselheiros graves.

Os fidalgos tinham-se empenhado em aparecer bem na corte; e a porfia exagerava o fausto até onde não fora ainda, porque ninguém queria parecer menos do que o vizinho, nem fazer pior figura. Sem o saber, amortalhavam-se no seu luxo, como vaidosos que, ainda na morte, queriam impor aos vivos. Trajavam de galas, com gibões de veludo, de cetim ou de damasco, ornados de alamares e rendilhas e passamanes de ouro. Traziam nos chapéus tranças cravejadas de pedras rutilantes, e as capas bandadas de veludo e torçais. Esmaltavam de ouro as esporas; e os arreios dos cavalos, as cabeçadas e estribeiras eram lavrados, com borlas de ouro; as mochilas e cobertas de veludo, franjadas de ouro ou prata. Os criados vinham vestidos de seda de cores, segundo o rito de cada casa; e nos corpos de aço brunido, os senhores traziam pintados os brasões em campos de cores diversas. Nas couras e coletes de anta assentavam as couraças de lâminas sobre veludo e cetim, cravadas de ouro e prata. As armas eram objetos de arte: rodelas tauxiadas, adagas com punhos esmaltados, montantes e terçados preciosos. Alguns tinham chegado a fazer de seda de cores as tendas de campanha, com grimpas douradas; e as belas damas da corte vinham ver e admirar todo esse luxo, aplaudindo, comentando, pagando com risos de aprovação as loucuras dos seus namorados, que se pavoneavam, perfumados, ostentando no peito de aço o brasão, levantando com a bainha da espada a capa, descansando a mão nos copos, tendo na outra, pendente, o chapéu emplumado, quando, amorosamente curvados, falavam.

Era uma festa permanente; nas tendas havia banquetes e amores entre os fidalgos e fidalgas; orgias, embriaguez e rixas entre os soldados. A cidade andava atulhada de soldadesca, natural e forasteira. Havia constantes revistas e exercícios; e os toques dos pífanos, o rufar dos tambores à frente dos piquetes, os gritos das sentinelas, o comando dos oficiais, as cores brilhantes dos fardamentos tornavam sedutor o aspeto das ruas. Ninguém parava em casa: todos queriam ver os exercícios das tropas, o manobrar dos tudescos e dos italianos da frota do Papa, e dos castelhanos; mirar-se no esplendor da fidalguia; e assistir aos ataques simulados, às descargas da artilharia, às surriadas da mosquetaria, tapando os ouvidos para não ensurdecer, observando os rolos de

fumo da pólvora erguerem-se no ar. As próprias bulhas e rixas dos soldados eram um divertimento. As ondas de povo corriam impelidas em todas as direções, quando a desordem tomava proporções maiores como no dia em que as tropas do duque de Bragança vieram às mãos com os castelhanos, havendo muitos feridos e mortos. E pelo meio da turba, com os seus capotes de burel e carapuças de lã, por entre os escravos pretos curiosos e mudos, viam-se os grupos de mendigos chegados, que o ajuntamento reunira de todo o reino, pedindo esmola pelo amor de Deus; e os beatos com as suas opas, descobertos, levando na mão os mealheiros com retábulos de santos, que todos beijavam devotamente, deixando o seu cobre: « Santo Antão o abençoe!»

O rei não sossegava um momento: ia do campo a bordo dos navios, pressuroso, indiferente às etiquetas. Tudo aquilo era obra sua, feita contra a opinião de todos. O capricho aguçava-lhe o ardor. Dos exercícios ia ao cais dirigir a carregação dos navios; e depois embarcava na sua galeota, navegando por meio das 500 naus que compunham a esquadra, a saber o que faltava, se tudo corria como era dever.

Finalmente, em 25 do mês de junho, a armada largou velas. D. Sebastião levava a bordo a coroa imperial de ouro, que havia de pôr na cabeça, depois de entrar em Fez; levava os fardamentos e alabardas para a guarda de honra, na cerimónia da coroação; e o pregador Fernão da Silva levava, também, o sermão composto e já decorado para a solenidade.

Essa « maravilha fatal da nossa idade» , que nascera num berço cercado de fantasmas, caminhava para a guerra no meio de um cortejo de presságios fúnebres. Aparecera um cometa, e corria que Pedro Nunes, o astrólogo, fizera profecias. Vinha dar à praia um peixe, que de um lado tinha uma cruz entre dois açoites, os emblemas da paixão do Redentor, do outro, a data de 1578. Ouviam-se vozes por várias partes. No Minho tinha-se visto no céu um combate de cavaleiros. D. João III, em fantasma, aparecera a Luís de Moura, profetizando mortes. Uma voz dissera. « Ai!» a Vasco da Silveira, capitão da armada; e assegurava-se que o rei a quisera ver e ouvir, e que a alma crescera, cor da noite, dizendo em tom dolente: « Choro por mim! choro por ti! choro por quantos vão!...» Mas apesar do susto, ou talvez por causa do terror, os que iam abandonavam-se ainda mais à orgia do luxo e do prazer. Amar, jogar, beber, era o meio de afugentar as visões pavorosas do medo.

Por mar continuou a festa. Refrescaram em Cádis, onde se ficaram seis dias a ver touros; e, chegados a África, debateu-se no conselho o plano de campanha. Os capitães experimentados e prudentes propunham que se não abandonasse a costa, cooperando com a esquadra, e tendo, como apoio, as praças portuguesas de Tânger – e de Arzila, que já no tempo de D. Sebastião voltara a ser cristã. O rei opôs-se terminantemente a um tal plano: queria internar-se em Marrocos, vencer o inimigo em sua casa, e, numa carreira

fulminante, ir a Fez coroar-se imperador. A temeridade era tão grande, que pela cabeça de alguns passou a ideia de o prender. Mas já era tarde, e os capitães do terço dos *aventureiros,* esse grupo de rapazes estouvados que pensavam como D. Sebastião, atacavam com chufas os prudentes. Muitos viam a perdição fatal, mas raros ou nenhuns se atreviam a falar. O duque de Aveiro, com a sua autoridade de grande fidalgo, ainda insistiu: o rei disse-lhe que se não queria pelejar podia ir para bordo. « Tudo foram erros cometidos pela cabeça de um só homem» .

Outra coisa ainda fazia desconfiar do êxito os homens velhos: era a impiedade dos moços. Tinham por Deus um grande desdém, e blasonavam contra o juízo e experiência. Não se dizia missa no arraial, nem havia « oração geral, como se costuma: só houve dados, ganha-perde, pontos de honra, juramentos e desonestidades» . Nos despojos do campo, depois da derrota, acharam-se *dez mil guitarras.*

E o berbere astuto, receando a guerra na costa, não aparecia; espreitava de longe, como um condor, para tombar sobre a presa, logo que a visse perdida nos areais adustos, sequiosa e esvaída pelo sol ardente. Quando o momento propício chegou, apareceram as nuvens de cavaleiros fugazes e um numeroso exército. Foi em 4 de agosto. Que se quisesse ou não, já não era possível retroceder. Se não pelejassem, morreriam à fome. Havia sete dias que tinham deixado Arzila, e no campo não chegava a haver « duas costas de biscoito nem outra coisa que comer» . A batalha durou uma hora apenas. No primeiro ímpeto, os *aventureiros* tinham levado os mouros de roldão. A bravura desordenada e louca fora tanta que chegara a haver rixas para disputar lugares na primeira linha; mas quando os clamores de vitória já soavam ouviu-se uma voz gritando: « Ter! Ter!» e os *aventureiros* pararam. Os mouros tornaram então com bastas rociadas de escopetaria e cargas dos de cavalo. A avançada recuou, o grosso do exército fundiu-se. Eram quinze ou dezasseis mil homens congregados pelos modos que o leitor viu, na maior parte bisonhos, « tirados à força do arado ou das cabras» , não falando em seis mil gastadores e muitos carreteiros e escravos, que não era gente, nem mais que impedimento. Viu-se logo o desbarato na sua desgraçada crueza; « tudo gritos e lamentos, mortos em cima de vivos e vivos de mortos, feitos pedaços, cristãos e mouros abraçados chorando e morrendo, uns sobre a artilharia, outros braços e tripas arrastando debaixo de cavalos e, em cima, espedaçados, e tudo muito mais do que posso dizer porque aperta consigo a dor na lembrança do que passei!» (M. Leitão de Andrade) – O primeiro ataque, vertiginoso, levara de roldão os inimigos; mas a falange portuguesa, penetrando como uma seta no meio da seara dos soldados africanos, foi abafada na sua vitória. Depois veio a chacina, e o trabalho mais lento de amarrar os prisioneiros: eles eram tantos que já não havia cordas!

O suicídio é ainda uma virtude nas batalhas; mas o exército de D. Sebastião nem essa virtude possuía já. Raros sabiam morrer; todos preferiam

render-se. Mas o duque de Aveiro, ofendido nos brios pela resposta do rei antes da batalha, andava no campo à maneira de um anjo de extermínio « todo tinto em sangue» , e encontrando o rei na correria disse-lhe: « Veja V. A. se eu sou homem que me embarque!» E seguiu. D. Sebastião seguiu também, « cheio de pó e suor, e a camisa como o mesmo carvão» – tão escuro como as nuvens espessas da sua amargura. Calado e sombrio, assistindo ao desmanchar da sua quimera, defendia-se; e aos que o rodeavam, insistindo com ele para fugir, respondia com o silêncio, precipitando-se a cavalo contra a mó dos inimigos. – « Mas que resta?» perguntavam-lhe aflitos. « Morrer!...» – E seguia, batalhando, matando. – « Morrer, senhor!» diziam-lhe em lágrimas, e ele sereno e conciso – « Morrer, sim; mas devagar! – Pois não há outro remédio? – O céu!»

Um tropel de africanos, rolando como uma vaga que rebenta, envolveu tudo, e esmagou esse último grupo de resistência. Foi como num terramoto, ao desabar de uma casa; tombaram, num turbilhão de pó e de imprecações, donde rebentavam os clarões das espadas, como línguas de fogo pelas fendas dos escombros. Os que puderam escapar não viram o rei imberbe cair nem morrer; ficou obscuramente enterrado nas ruínas da sua loucura...

Quando a nova do desastre chegou a Lisboa, a cidade entrou em si, tomada de contrição e espanto. As mulheres saíam pelas ruas, desgrenhadas, a pedir misericórdia, chamando pelos pais, pelos maridos, pelos filhos cativos dos mouros! O que ainda havia de homens em Portugal perdera-se em África; e a prova era que o reino ia parar às mãos do cardeal D. Henrique, tio do rei infeliz: o clérigo tímido, já caduco, incapaz de nenhum ato viril. Todos o imploravam, todos o rodeavam chorando, órfãos e viúvas, para que remisse os cativos! E o reino « acabou de ficar sem pele com o preço dos resgates» .

Acabavam ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens – Camões, D. Sebastião – que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa quimera, o plano de ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema d'*Os Lusíadas*[136]. A pátria fugira da terra para a região da poesia e dos mitos[137]. Na terra via-se apenas o cardeal-rei, caquético, pendurado, como uma criança, a mamar nos peitos da Maria da Mota. E havia quem pedisse ao Papa que o deixasse casar para dar sucessão ao reino! A sucessão estava preparada a favor de Filipe, que comprava tudo, e diante de quem todos reverentes caíam de rastos.

## IV. O SEBASTIANISMO

Mas o clamoroso ato de contrição, gemido nas ruas, ao chegarem as notícias de África, afogou-se logo na atmosfera corrompida. « É para chorar e acabar de pasmar a louquice desta terra» , dizia uma testemunha. Não havia força bastante, nem para sofrer e os infelizes, desesperados, abandonavam-se à proteção do castelhano, vendendo-se-lhe; abandonavam-se à proteção mágica das *promessas,* dos votos e das feitiçarias. – O rei de Castela, Deus, o Diabo, um qualquer messias que nos salve, pois que o adorado Messias, o moço redentor, morreu (talvez não morresse) em África.

E as donas ilustres e de qualidade andavam a modo de romarias pelas ruas e igrejas; e não havia devoção defesa que não fizessem, nem feiticeira que não buscassem, para saber notícias do cativeiro: era um tempo dourado para santões e beatas, que as roubavam em quanto possuíam. Achavam-se por toda a parte, aos grupos, cumprindo as devoções, embiocadas e descalças, parecendo medos. Mas, na prolongação mole destes hábitos, tinham adquirido paixões novas, e a frequência das missas e procissões tornara-se uma forma diversa de vício, uma nova origem de devassidão. Nas casas não ficava negra, nem rapariga; todas iam às rezas acompanhadas pelos namorados, velhos emparvecidos, ou algum rapaz travesso, porque os homens tinham morrido ou estavam cativos em África. Todas se conheciam nas igrejas e iam aí como a saraus; e « tão andejas se fizeram por modo de galantaria, que duvido que os maridos, se o soubessem, queiram de lá (do cativeiro) sair, pelas não verem» .

As mulheres galanteavam, os homens vendiam-se, e o cardeal D. Henrique rezava e chorava, sem saber como decidir-se – fugido em Almeirim da peste, que mais uma vez tinha chegado a visitar Lisboa. Filipe II queria o reino, o prior do Crato sonhava repetir a façanha do Mestre de Avis, o duque de Bragança alegava os seus direitos; e o cardeal-rei, tremendo do pretendente vizinho, inclinado ao duque pela amizade, odiava D. António, em cuja cabeça estava a única tábua de salvação do reino, se é que o reino podia salvar-se.

O prior do Crato não valia mais nem menos do que o Mestre de Avis: acaso valesse pessoalmente mais; a nação, porém, fora um ser vivo e forte no século XIV, e era um corpo moribundo no século XVI. Os pretendentes, com a avidez de herdeiros, afligiam no seu leito de morte o cardeal, cuja vida se extinguia com a da nação.

Assim que o rei caquético morreu, sem deixar coisa alguma resolvida, Filipe I mandou ocupar Portugal; e o prior do Crato dispôs-se a repetir a história de 1385. O duque de Bragança, retirado em Vila Viçosa, caçava no seu paço, indiferente à sorte do reino; e o exército castelhano descia, do Alentejo a Setúbal, capitaneado pelo duque de Alba.

Em Lisboa reinava D. António, aclamado rei. A capital, obediente ao jugo dum messias importuno, ansiava, contudo, por uma terminação da crise.

Queria entregar-se nos braços do tirano de Castela, mais poderoso, e por isso, provavelmente, mais benigno. Assim como a onda da miséria viera crescendo, invadindo e afogando, assim crescera a onda da loucura; e quem viu Lisboa antes da jornada de África, e a vê agora sob o mando do rei do Crato, reconhece que o paroxismo do delírio não fora então ainda atingido. Era uma loucura feroz, um terrorismo do desespero, como se dá em toda a parte, quando desgraças calamitosas desequilibram as forças coletivas, aclamando as ambições vulgares, e dando o mando às plebes e aos facínoras[138].

Assim estava Lisboa, na iminência do ataque dos castelhanos. Com o intervalo de duzentos anos, em que se fechara o círculo de uma história brilhante e meritória, a capital, que iniciara a viagem por uma revolução, concluía-a por uma *Comuna*. As mesmas ruas que tinham visto as cenas de 1385, presenciavam as de 1580. O prior era um Mestre de Avis, o conde de Vimioso o Nuno Álvares de agora. Havia a cena, havia os personagens: faltavam, porém, os coros; porque nesses duzentos anos o povo extinguira-se, trucidado nos palmares da Índia, devorado pelos mares irritados, roído pelas pestes[139]. Restava apenas a baba vil, como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vai fugindo para o mar, na praia nua.

O governo do prior do Crato em Lisboa era uma tirania de energúmenos. Tinham desertado da capital os nobres e os ricos: ficara uma plebe desvairada, que tomou posse dos cargos e dos arsenais. Era o reinado da demagogia. Lisboa parecia uma cidade antiga, D. António um antigo tirano da plebe. Os fugitivos, tíbios, eram caçados; e uma vez colhidos, prendiam-nos, arrastavam-nos pelas ruas, apedrejando-os e vilipendiando-os, para os obrigarem a alistar-se nas desordenadas levas do exército de Lisboa. Do mesmo modo por que se compunham as tropas, se obtinham recursos: eram assaltos às casas, rapinas, violências. O governo vendia tudo: lugares e honras, desesperado por não achar compradores bastantes. Os judeus folgavam, remindo-se a dinheiro. Também os escravos, alistados nas tropas, se libertavam; e esta medida deu um tom novo aos tumultos e aos roubos e assassinatos que impunemente se cometiam por todas as ruas. Os tesouros e alfaias das igrejas eram saqueados, os templos profanados. Os frades andavam arregimentados, de couraça e capacete sobre o burel, pregando sermões e ordens de comando. Arregaçado o hábito, subiam aos marcos, nas esquinas das ruas e, de espada em punho, falavam em Deus, na glória que esperava os Macabeus, nas penas do inferno reservadas aos tíbios. Os conventos eram arsenais, e pelas salas abertas, homens e mulheres escolhiam armas, praguejando. Era uma saturnal. Entretanto o duque de Alba avançava cautelosamente. Como os enfermeiros, quando rodeiam em círculo o louco varrido, aproximando-se, defendidos por almofadas para evitar os golpes, e para o abafar, pondo-lhe o colete, assim o veterano, com prudência, fortificada Setúbal, dava por mar a volta a Cascais segurando as torres, e avançando contra

Lisboa, torneada e presa.

Em Alcântara (1580, agosto) não houve propriamente uma batalha: foi o encontro de uma onda fatal com um viveiro de formigas tontas. A artilharia castelhana varreu breve os batalhões de frades, de escravos e de regateiras; e a cavalaria tornou a derrota numa debandada. Toda a força do Prior, do conde de Vimioso, do bispo da Guarda não bastava para amparar, na derrocada, os muros que desabavam a pedaços.

Os do Senado de Lisboa imploravam ao duque de Alba que os libertasse da tirania dos revolucionários; e os governadores, a quem o cardeal, morrendo, confiara o reino, refugiados em Castro Marim, tinham por sentença dado a coroa a D. Filipe. O seu general ocupou Lisboa, e no ano seguinte (1581, abril), as cortes, em Tomar, aclamaram-no rei.

Não houve protestos contra a perda da independência? Houve; mas de tal natureza, que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

O prior do Crato, vencido e fugido, foi pedir à política europeia o auxílio que os portugueses lhe negavam; protraindo nos Açores, e mais tarde em expedições dirigidas contra o continente, uma teima impossível de vingar – porque o povo, deprimido e miserável, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, e a um milagre.

Como os antigos judeus na Palestina, os portugueses tinham amassado com as suas lágrimas a quimera do messianismo. Devastada, vencida e por fim vendida, a nação era um campo santo; os homens como sombras; as agitações messiânicas, espécie de fogos fátuos que ondeavam no ar, suspensos na atra sombra da noite do infortúnio. Os Macabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o povo, perdido o sentimento, da sua realidade, como todo e como força, abandonava-se a esperar a volta do Messias – D. Sebastião, o príncipe encantador, a divina criança, que soubera aspirar para a salvação comum, que viria decerto redimir a nação!

Ninguém vira morrer o rei; Sebastião de Resende achara-lhe o cadáver já nu; vestira-lhe um gibão de holanda branca, e, atravessando-o na sela do cavalo, montara nas ancas, levando-o consigo. Os prisioneiros lavraram um auto, reconhecendo aquele cadáver como o do rei; mas depois dizia-se que o tinham feito para melhor defender a fuga, tirando ao inimigo as esperanças de o haver às mãos; e se, no primeiro momento, o terror do cataclismo fizera esquecer a circunstância da morte oculta, logo as maiores desgraças posteriores acordaram na alma do povo a suspeita de que D. Sebastião vivia. A sua fisionomia simpática, os seus próprios erros, que eram virtudes, por fim a sua história trágica, fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. O povo cristalizava os seus ideais, transfigurando o homem num símbolo das suas esperanças e desejos.

Um fugitivo, mascarado, batera depois da batalha às portas de Arzila,

e para que lhas abrissem dissera-se D. Sebastião. De nada valeu o depoimento do capitão de Arzila, nem do próprio autor da mentira. O povo acreditava que tais notícias eram embustes, armados contra a sua esperança pelos miseráveis, vendidos e podres, que o governavam. Tinham covardemente abandonado o herói, e agora temiam-lhe a cólera: porque ele voltaria a julgá-los, a condená-los.

Desde que se lançara nos braços desta esperança mística, desde que o messianismo, sintoma superior da caquexia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente num milagre próximo, D. António, um pseudomessias, debatia-se em vão chamando a si o auxílio das populações contra o castelhano.

Os profetas, o Bandarra, e Simão Gomes, *o sapateiro-santo,* inspirados, cantavam a epopeia do herói, e as condições em que viria a aparecer para redimir o seu povo: como na Judeia, também, o Cristo fora um salvador na nação, antes de ser redentor das almas. Também o Cristo português havia de alargar o seu império por longes terras, e a sua idade seria a era de redenção. Também o messianismo da Judeia fora buscar às lembranças próximas do reinado glorioso de Hircano a raiz positiva da formação aérea – como a pessoa do imberbe príncipe desgraçado era a raiz do edifício místico português.

Em 1584-5 aparece o Messias, encarnando sucessivamente em dois homens, que também tiveram a sua paixão, a sua cruz. O primeiro, o *rei de Penamacor*, era um oleiro; o segundo, *o rei da Ericeira,* era um pedreiro. Um aparecia nas faldas da serra da Estrela, junto à fronteira; o outro nas raízes da serra de Sintra, junto ao mar: ambos no coração do país, sobre o seu dorso, junto da medula espinal, onde vibram as comoções centrais do organismo: nessa cordilheira onde moram os puro-portugueses. Quando a alma nacional rebentava num soluço íntimo, o grito não podia vir, nem do norte galego, nem do sul turdetano.

Não são os dois reis da plebe impostores, nem charlatães: ou também Jesus foi uma e outra coisa. Não são, como o prior do Crato, pseudomessias, políticos e cheios de manhas e atrevidas artes: são homens simples, como é simples o povo que os aclama e segue. Por um mistério, vedado à razão, encarnou em ambos a alma coletiva e são verdadeiros cristos nacionais. Não se arrogam a si esse título, como também Jesus o não fez; mas quando lhes dizem: és o rei! eles creem; como Jesus acreditou, quando lhe disseram: és o filho de David! – Só o povo sagra os verdadeiros cristos, e mal dos que, sem a sagração popular, usurpam essa dignidade.

Morreram ambos no cadafalso ignominioso, como Jesus acabou numa cruz; mas as suas agonias radicaram a fé na alma do povo, porque o próprio das sublimes loucuras coletivas é protestarem contra as sentenças da realidade, do mundo, dos sentidos. Inconsciente voar para a região de um mundo ideal indefinido, a fé e os milagres que ela produz são a coroa divinizadora da

humanidade...

Os dois reis da plebe não podiam evidentemente ser D. Sebastião, mas era, contudo, facto que ninguém vira morrer o rei. Corriam tradições a respeito da sua fuga, e nada se opunha à possibilidade de ele, de facto, existir escondido por algum canto da Europa. Os emigrados com D. António em Paris ardiam em desejos de ver confirmada esta suspeita; e não faltava quem, depois das revoltas de Penamacor e da Ericeira, chegasse a pensar em forjar um D. Sebastião, para o apresentar à adoração do povo em Portugal, levantando-o como pendão de revolta contra o castelhano.

Destes dois motivos nasceram as aventuras de Madrigal e de Veneza, cujos heróis foram o pasteleiro, e Marco Túlio, o calabrês. Não nos demoraremos a contar essas histórias, curiosidades sem alcance. Se o pasteleiro conseguiu fazer-se amar por D. Ana de Áustria, enclausurada; se o de Veneza conseguiu ser pregado pelo primeiro apóstolo do Sebastianismo, D. João de Castro, neto do vice-rei, e S. Paulo da religião portuguesa; se ambos acabaram nos suplícios, pagando com a vida a sua impostura (1594-1603): são isso meras curiosidades da história, e na nossa propusemo-nos apenas a traçar a derrota do sentimento popular.

Para este, eram verdadeiros todos os sucessivos D. Sebastião, passando a falsos desde que morriam. Deificar o rei, transferir o seu reinado deste para o outro mundo transfigurar a esperança e transcendentalizar a crença, como sucedera na Judeia, era coisa que o espírito português não podia realizar. Tudo se opunha a isso; e este fenómeno de embriologia religiosa não passou à categoria de religião. Não só o catolicismo – já de si messiânico – o impedia radicalmente, como também na raça não havia os dotes elementares com que o helenismo, insinuando-se nas tradições judaicas, fizera do messias um deus, de um império uma apoteose, e de uma idade áurea a idade eterna e ideal do espírito.

Manteve-se o caráter realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um herói, e o cristo nacional não atingiu a categoria de deus. Os sucessivos desenganos, porém, e o tempo que, no seu decorrer, tirava a possibilidade à existência real do homem, não podendo transferir a lenda para a região do dogma, levaram-na para a região do mito; não podendo transcendentalizá-la, naturalizaram-na; não podendo transfigurar o rei em Deus, fizeram dele um herói: Héracles e não Zeus, o Arcanjo e não o Verbo[140].

Com os movimentos da íntima psicologia coletiva e com a história dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador pode penetrar no fundo das origens étnicas, por toda a parte encobertas com as superfetações sucessivas das influências estranhas, da intervenção do acaso, da vitalidade das tradições.

E quando vemos que a alma religiosa da nação, retraindo-se ao seu âmago íntimo, criando espontaneamente uma fé, ao lado do catolicismo

dogmático e transcendente, imposto, importado, e mal definido nas consciências, constrói essa fé com os materiais conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas; quando vemos que D. Sebastião se transforma num rei Artur, escondido na ilha viçosa dos bardos; somos, com efeito, levados a supor que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus frutos ingénuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça.

Nem só a lenda de D. Sebastião prova isto; porque já observámos as manifestações do ingénuo amor da natureza, o entusiasmo cândido do heroísmo, a sentimentalidade nebulosa da poesia. Para nós, o Sebastianismo é uma prova póstuma da nacionalidade. Na hora das agonias derradeiras, os soluços violentos do povo traziam aos lábios a voz íntima, e proferiam de modo eloquente e altissonante o pensamento natural orgânico. Como nos terramotos geológicos, a revolução das lavas subterrâneas repelia as camadas superiores, levantando-as e separando-as; e punha a nu a ossatura dos granitos, vomitando uma golfada de lume vivo.

Mas, por que motivo, se no fundo íntimo da alma nacional ardia esse fogo céltico, as suas manifestações foram sentenciadas a ser por tal forma indecisas, quase obscuras, nas épocas ordinárias da vida? Por que apareciam apenas, ou nos tipos excecionais (Nuno Álvares, D. João de Castro), ou nos momentos de crise – crise de entusiasmo, como quando nos lançávamos ao Mar Tenebroso, ou de desespero, como quando nos afundávamos no messianismo tumular? Por que fora a vida da nação uma existência pálida, incolor, sem caráter acentuado, nem fisionomia bem definida? Por que foram, nos melhores dias, os seus grandes homens como os heróis de Cartago, ou como os imperadores da Assíria? E a sua religião, como o culto africano dos deuses da Orgia? Por que não pudera, finalmente, uma raça que tanto sentia agora o seu génio, construir uma história, e instituições e religião próprias desse génio, como na Irlanda, na Escócia ou na Bretanha?

Porque a definição da nacionalidade não obedeceu às prescrições da natureza; porque a nação portuguesa foi, como tal, o fruto de atos da vontade de certos homens; porque à gente lusitana se agregaram, pelo norte, os galegos, onde corria muito sangue suevo, pelo sul, os turdetanos, onde corria muito sangue berbere, e a população formou-se da combinação dos três grupos; porque, finalmente, nem o *habitat* dos celtas da Lusitânia correspondia a uma unidade geográfica, adequada a manter independente a vida da raça, nem as fronteiras, delimitadas pela política, a uma expressão territorial que nos pusesse ao abrigo das influências incessantes, imperiosas, multiformes do estrangeiro[141].

Só um princípio subjetivo, qual é a Vontade, podia dar coesão a esse amálgama de elementos, a esse conjunto sem unidade natural; e a nação portuguesa vive enquanto vive o patriotismo. Esse querer, que é uma ambição pessoal apenas nos reis da primeira dinastia, é um sentimento coletivo na

segunda; e o desenvolvimento das ideias faz com que os monarcas se sintam os representantes, os órgãos e os símbolos de um ato que não obedece às leis da natureza física, mas provém das ordens da natureza moral. Portugal foi uma nação como a Judeia, e um império como Roma. É assim como, no íntimo fundo das manifestações romanas, aparece entre nós o lusitano, ou celta. Mas, da mesma forma que o ato da consciência alargou, para fora da esfera natural da raça, a esfera política e social de Roma, assim também sucedeu a Portugal. A nação não foi um produto simples das qualidades naturais; a sua história não é apenas um desenvolvimento orgânico ou impessoal: é uma sucessão de atos voluntários, de planos de estadistas.

Por isso, em Roma e em Portugal, Virgílio e Camões, dois verdadeiros épicos, inspirados pelas ideias, e não apenas arrastados pelo temperamento coletivo, são a mais cabal expressão do génio das duas nações.

Quem for observar intimamente a fisionomia da *Eneida ou* d'*Os Lusíadas* verá que, para além das manifestações conscientes do pensamento moral, aparecem contudo as confissões espontâneas do génio natural. O misticismo rural de Virgílio traduz a alma do Lácio; o amor ingénuo da natureza, as invencíveis atrações do mar traduzem, em Camões, a alma lusitana. Tem a crítica notado a afinidade literária do poema de Camões e do de Virgílio: registemos nós uma diferença. *Os Lusíadas* cantam um passado, e são um epitáfio. A *Eneida* era uma apoteose, cantando os *aurea saecula,* a idade presente, de Augusto César, filho dos deuses...

A alma lusitana, ingénua na sua candidez – tombado agora por terra o edifício imperial, desconjuntado e condenado o sistema de ideias patrióticas que desde o XVI século tinham dado a vida à nação – rebentava em soluços, buscando no seio da natureza, onde se acolhia, uma salvação que não podia esperar mais das ideias, dos sistemas, dos heróis, nem dos reis em quem tinha confiado por dois séculos. A obra temerária dos homens caía por terra; e o povo, abandonado e perdido, abraçava-se à natureza, fazendo do lendário D. Sebastião um génio, um espírito – e da sua história um mito.

O Sebastianismo era pois uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica.

Por aqui se pode avaliar a loucura dos que esperavam derrubar, com o Sebastianismo, o rei de Castela. D. João de Castro, o apóstolo da religião, amontoava textos sobre textos, invocava as Sibilas e os Santos Padres, os Evangelhos e o Apocalipse, para demonstrar que D. Sebastião viria salvar Portugal; e nenhum dos apóstolos via que o messianismo sebastianista se tornara um milagre e uma esperança fúnebre. Como S. Paulo, os apóstolos só deviam

aconselhar a morte, porque só essa era a ambição do povo!

## LIVRO SEXTO
## A DECOMPOSIÇÃO
## (DOMÍNIO ESPANHOL: 1580-1640)
## (DINASTIA DE BRAGANÇA: 1777)

*«Somos entrados na santimonia, ou por melhor dizer, na beataria. Tenho cansado a V. m., quisera passar voando por aqui, mas hei medo que não possa. A matéria é das mais importantes».*

D. FRANCISCO MANUEL, *Carta de Guia de Casados.*

## I. A EDUCAÇÃO DOS JESUÍTAS

Desde que o destino concedera às duas nações da Espanha o domínio sobre os novos mundos por elas descobertos, as cortes de Madrid e de Lisboa primavam sobre todas na Europa; e a Península, onde Santo Inácio vira a luz, a Espanha cujo misticismo formara o corpo da doutrina da *Companhia*[142], era, por mais de um motivo, o foco de atração da força reformadora da nova milícia eclesiástica.

Reagindo contra a explosão violenta do heroísmo dos homens da Renascença, o jesuitismo pregava a doutrina da submissão e proclamava a Obediência sistemática. Santo Inácio recomendava aos seus discípulos portugueses que fizessem inteira resignação das suas vontades, que oferecessem candidamente ao Criador, em seus ministros, a liberdade: um dom providencial! Mas esta abdicação formal da vontade, assim pregada, não era simplesmente uma regra de consciência religiosa, pois o jesuitismo soubera conciliar a transcendência com a realidade, e dar ao misticismo um caráter prático. Era uma ordem de moral positiva, e o primeiro princípio da educação: o sacrifício da vontade é uma abdicação real, nas mãos dos confessores e ministros de Deus, padres da *Companhia.*

Não basta porém sacrificar a vontade, porque o homem moral vive também da inteligência; e ninguém soube ler as intimidades psicológicas do género humano como Santo Inácio e os seus companheiros. Além da vontade, escrevia o fundador, é necessário oferecer o entendimento, tendo não só o mesmo *querer,* mas também o mesmo *pensar* do superior. Esse segundo, e mais íntimo e difícil sacrifício, acabava de reduzir à passividade ideal o discípulo. Entretanto a passividade não era uma abjeção, porque na boca do ministro, ou superior, estava o verbo de Jesus Cristo; nas suas palavras e nas suas ordens, a intenção divina: « Não considereis o superior, qualquer que ele for, como homem sujeito a erros; antes olhai para aquele a quem no homem obedeceis, para Cristo; buscai em vós as razões que possam defender os seus mandados» .

O ministro ou superior não é, decerto, impecável, pois que é homem; mas no mundo, imperfeita imagem da sociedade celestial, governam as ideias, como o sol ainda nos alumia, quando o não vemos. As fraquezas e imperfeições do espírito humano são como os nevoeiros que nos encobrem o foco de uma luz, ou como a incapacidade da palavra para traduzir toda a profundidade e delicadeza do pensamento. Essa luz íntima, esse primeiro princípio abscôndito é a Obediência; porque o Universo é a grande monarquia de Jesus, imperador absoluto das vontades e dos pensamentos. Obedecer, pois, é acertar sempre; ainda quando, por motivo de fragilidade humana, a ordem possa ser errada. A autoridade é em si mesma impecável, embora as suas manifestações se nos afigurem alguma vez erróneas.

Tal era o primeiro princípio da reforma jesuítica; e entre os diversos

monumentos da capacidade do espírito humano que a Renascença nos legou, nenhum excede a este em grandeza, porque nenhum ousou atacar de frente, com maior coragem, nem força mais íntima, os problemas da religião e da moral. Fundar a moralidade na abdicação, construir a ordem com a ruína da vontade, era contradizer por tal modo o racionalismo e o misticismo, confundir o ideal e o real, o divino e o humano, por forma que o mundo, submetido à educação jesuíta, dominado pela profundidade desse pensamento, corria o perigo de acabar afogado por um paradoxo de génio.

O mundo reagiu; mas nós portugueses, filhos desta Espanha em cujo seio o monstro se gerara, acabámos efetivamente, triturados pelas tentações frias e potentes duma serpente de nova espécie – afogados, extenuados, cadavéricos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade.

Uma revolução tão íntima e constitucional, que se propunha a modificar a natureza humana, para depois alterar a ordem do mundo, exigia, desde logo, que a *Companhia* fosse, antes de tudo, instrutora e educadora. A pregação e o exemplo que tinham bastado no XII século às ordens mendicantes, não bastavam agora; porque, então, os apóstolos propunham-se a converter os homens, mundanos, à absorção em Deus; e agora, os novíssimos missionários queriam formar *ab ovo* uma diversa espécie humana e transfigurar o mundo sem o aniquilar.

O jesuitismo não condenava o mundo nem o homem, como outrora os místicos tinham feito. Queria à natureza e ao homem, queria à atividade e ao saber; mas todas essas coisas eram para ele aspetos apenas de realidades íntimas, e instrumentos cegos de uma obra misteriosa e santa. O império de Cristo na terra, o messianismo que até ao ano mil fora uma esperança realista; que depois se transfigurara numa abjeção mística, numa condenação formal do mundo, da natureza e do homem – ressuscitava agora sob uma forma nova. A Obediência piedosa, a abdicação conseguiriam o que nem a taumaturgia, nem o misticismo tinham realizado: fundir numa essência única Deus e o Homem, o céu e a terra, o absoluto e o contingente; resolver essa eterna e insolúvel questão que, desde Alexandria, vinha enlouquecendo as cabeças e ameaçando a solidez e o futuro do cristianismo.

O milagre que a Europa esperara durante seis séculos, contavam os jesuítas realizá-lo, educando o homem, transformando o mundo: transfigurando ambos, de realidades positivas e de seres vivos e autónomos, naqueles *aspetos* que a razão transcendente descobre na realidade. O homem ficaria sendo, não propriamente um autónomo, mas um cadáver, um fantasma, a representação impessoal de uma ideia. Viveria como se fosse morto, conservando a forma, sem conservar a alma. E assim, a instrução, origem da sua força (porque, no XVI século, a influência do saber primava já sobre a do braço) seria também formal apenas.

Examinaremos, sucessivamente, mas de um modo sucinto, a maneira pela qual esta filosofia se traduziu nas instituições e na política; e releve-nos o leitor o demorarmo-nos sobre tal assunto, porque, sem compreendermos o caráter exato do jesuitismo, jamais compreenderemos a história nacional dos séculos XVII e XVIII. Portugal tornou-se o baluarte da *Companhia,* e a dinastia de Bragança, obra dela, foi o seu melhor pupilo.

Contra o misticismo protestante, tinham os jesuítas defendido em Trento[143] a razão e a ciência; e agora, perante os conflitos inevitáveis entre uma religião revelada e a filosofia, davam a ambas o caráter fugitivo e num sentido falso que, no entender dos fundadores, convinha a todas as coisas reais. A fé reduziam-na a catecismos dogmáticos, e a moral religiosa à casuística. Na filosofia mantinham tudo o que lhe é exterior, exagerando o luxo aparatoso de uma retórica inútil e vã, e levando os espíritos à mudez, pelo caminho de uma erudição míope, de um aparato de sabedoria, no fundo ignorante. O crente e o sábio, e a religião e a filosofia eram fórmulas secas, estátuas mudas de coisas outrora vivas. O jesuitismo mumificava o mundo e o homem.

A força da disciplina, o entusiasmo por uma doutrina genial no paradoxo, servidos pelo temperamento heroico de Santo Inácio e pela perspicácia do professor Laynez, deram desde o começo à educação jesuítica uma superioridade incontestável. O êxito confirmava as previsões dos fundadores; e todos concordavam, até no seio da Alemanha protestante, que a mocidade aprendia mais e melhor com os jesuítas. As línguas antigas eram, na Renascença, o alicerce da educação clássica. Ninguém excedia, no conhecimento delas, os professores dos colégios que a Companhia espalhava por toda a parte: sempre que erigiam um templo, fundavam uma escola. Assim chegaram a contar 25 universidades e 150 estudos-gerais, seus próprios.

Laynez reconhecera com perspicácia os efeitos devastadores da gramática no espírito sensível da infância. As fórmulas abstratas e incompreensíveis para a imaginação, as definições metafísicas (cuidadosamente evitadas na instrução superior) convinham para estontear e emparvecer os cérebros infantis, cujas impressões duram por toda a vida do homem. O catecismo de Canísio vinha em socorro da gramática; e, ao mesmo tempo que esta, secava, com as abstrações, a fonte viva da imaginação, o longo rosário de perguntas e respostas encadeadas, infalíveis, claríssimas na sua obscuridade; realistas e práticas, atrofiavam na origem o sentimento ingénuo e quente sobre que vive a piedade espontânea. Juntando, finalmente, ao catecismo e à gramática, as fórmulas e práticas devotas, sempre regulamentadas, e ligadas sempre a fetiches (rosários, bentos, relíquias, etc.) para que o espírito se não perdesse na espontaneidade, nem se deslocasse, do mundo positivo, para o do sentimento ou da imaginação, os jesuítas conseguiam, efetivamente, fazer uma sociedade de beatos e pedantes, exteriormente religiosa e sábia, num acordo

completo, sem disputas, nem rixas, nem protestos, nem contradições – por isso que tinham conseguido secar as fontes da vida moral e da vida intelectual.

Assim como substituíam a *devoção* à oração, a prática religiosa à religião: assim também punham, no lugar da espontaneidade abafada, a emulação, para provocar o ardor dos estudantes. Foi Laynez o inventor dos *prémios,* distribuídos solene, publicamente, para galardoar o aproveitamento de uns discípulos, ferindo e deprimindo os menos capazes, ou menos felizes.

Convenientemente encaminhado, podado, arranjado e correto como as árvores que nas latadas se estendem em leque, para produzirem monstruosamente, o discípulo entrava nos estudos superiores. Aí, as matérias eram ainda nominalmente as mesmas, mas na essência outras. Na Teologia tinham substituído a escolástica aos Santos Padres; no Direito tinham banido o método histórico, cingindo-se às apostilas dos lentes, a *sebenta;* na Medicina tinham suprimido a anatomia, sem a qual o estudo era uma quimera; e a Matemática, reduzida em Coimbra a uma cadeira apenas, como distração, limitava-se em Évora a um curso elementar. O ensino da Filosofia, prolongado por três ou quatro anos, era um modo de entreter, com frases ocas e dissertações estéreis, a atividade mental dos discípulos, desviando-a do pensamento para a retórica. Em três ou quatro anos, apenas outros tantos dias eram consagrados à ideia do Ser; e quanto à Substância, aos primeiros princípios e à liberdade e eternidade de Deus não era lícito discorrer, nem investigar: *nihil dicant, nihil agant.*

Precursores positivistas, propunham-se temerariamente a fixar a raia do império da razão, construindo os marcos fronteiros além dos quais lhe não consentiam ir: *Questiones de Deo... praetereantur.* Ninguém levante problemas novos: *Nemo novas introducat questiones.* E como a natureza, vingando-se dessa disciplina seca, prática, mas irracional, multiplicava os idiotas, apesar de sábios, o jesuitismo, prevendo a hipótese, tinha já destinado o lugar dos tolos: os que forem ineptos para filosofar, destinem-se à casuística.

Tal foi o sistema de educação introduzido em Portugal; e nessa escola se formaram os braganções, e o reino de que os jesuítas os fizeram seus feitores.

Entre as medidas do reinado de D. João III conta-se, como o leitor já viu, a reforma da antiga Universidade nacional. Fundada em Lisboa na última década do século XIII pelo rei D. Dinis, a Universidade foi trasladada para Coimbra na primeira do seguinte: o bulício de uma capital não provava favorável ao progresso dos estudos. D. Fernando, porém, em 1375, volta a estabelecê-la em Lisboa, mas logo em 1431 é reconduzida a Coimbra sob os auspícios do infante D. Henrique. O leitor sabe como os filhos de D. João I, que sem exagero se podem dizer os fundadores do nobre e glorioso Portugal da Renascença, se tornaram os iniciadores da cultura eminente dessa época. A literatura, as artes, as ciências e a filosofia, trazidas em semente para este magro torrão de uma nação

rural e como que *provinciana,* eram verdadeiramente uma importação; mas a semente vingou tanto que deu de si a história, ou brilhante, ou duradoura, das nossas descobertas, das nossas conquistas e das nossas colónias. A decadência foi rápida, e acabou por uma tragédia fúnebre.

Mas já muito antes de Alcácer Quibir se viam e conheciam os sintomas mórbidos. O governo que mandava à Índia D. João de Castro para travar a desordem miserável do Ultramar, reconhecia a necessidade de revivificar os estudos decadentes, abastardados. Planta exótica, a ciência, trazida de fora para o seio de um povo em que a curiosidade intelectual não é um traço de caráter eminente, definhara. Como se faria reviver? Como se renovaria a tradição em via de extinguir-se? Por meio de novas introduções de gente de fora, contratando sábios que viessem alumiar os cérebros de um povo naturalmente inclinado à inércia intelectual. A empresa de D. João III precede a do marquês de Pombal, na história e no alcance expressivo para a compreensão do caráter do povo português. O governo reformador não se limita a alargar a área dos estudos universitários: manda vir de toda a parte professores que ensinem aos nacionais essas matérias novas – conquistas do espírito, coevas e paralelas às descobertas e conquistas do Oriente e das Américas, e ideias religiosas formuladas por oposição às doutrinas da Alemanha herege e mística.

Em Paris havia desde muito uma colónia de estudantes e doutores portugueses, intelectualmente desnacionalizados, mas que sem dúvida podiam melhor do que ninguém pôr em prática o pensamento de D. João III. Por sua ordem veio pois Marcos Romeu, doutor da Sorbona, ensinar teologia, com o companheiro Paio Rodrigues Vilarinho. Tomás Rodrigues e Henrique Colhar vieram lecionar medicina, ao lado de Pedro Nunes, do dr. Reinoso, do dr. Franco e do dr. Luís Grego. Alcalá mandou-nos castelhanos célebres, como Afonso Prado e Francisco de Monção, mestres na teologia; como Aspilcueta Navarro, Alarcão, Morgovejo, doutores em cânones. Para as leis veio de Castela Santa-Cruz, e da Itália vieram os doutores Fábio e Ascânio, e para ensinar latim e grego « mandou el-rei D. João vir de Paris um colégio inteiro» .

Dir-se-ia que uma nova era intelectual ia iniciar-se, e Portugal demonstrar a força e a originalidade do seu pensamento. Outro tanto devia esperar nos tempos vindouros o marquês de Pombal; mas com o intervalo de dois séculos, as tentativas de aclimação falharam igualmente e por motivos semelhantes. O leitor já viu como o espírito reacionário e rude protestava contra as despesas da Universidade no tempo de D. João III: a onda cresce, e no reinado de D. Sebastião os capítulos dos Três Estados (1562) pedem a abolição dos estudos de Coimbra, aplicando-se as suas rendas para as despesas da guerra.

Mas seria ingénuo ou sincero o pedido? Não haveria já quem inspirasse ou explorasse o protesto de um povo sem curiosidade científica, apenas dotado de energia militar e religiosa? Talvez. Havia já três anos que os jesuítas

tinham transformado em Universidade o seu colégio de Évora, por não poderem apropriar-se de Coimbra. Havia já vinte e dois anos que Simão Rodrigues de Azevedo e Paulo Camerate tinham aportado a Setúbal, mandados de Roma por Loyola, a quem D. João III pedira padres para missionarem no reino. Chamando os jesuítas, entregando-lhes o ensino primário e o secundário, o rei piedoso julgava completar a obra da reforma dos estudos iniciada pela reorganização da Universidade. O jesuitismo, introduzindo-se capciosamente na cultura humanista, racionalista, da Renascença latina, perverteu-a em Portugal e fora dele, roendo-a; e lavrou, minando, até colocar sob a sua direção o sistema inteiro dos institutos de ensino.

Em 1542 funda-se o colégio de Coimbra, logo depois o de Sanfins, no Minho; em 1554 o cardeal D. Henrique, depois rei, fundou o de Évora; em 1560 abriu-se o do Porto; e ao cabo de vinte e cinco anos, depois da introdução da *Companhia*, os seus colégios estavam espalhados por todo o reino.

Não bastava, porém, colocar ao lado da antiga instrução o novo método: a *Companhia* não queria concorrer apenas, queria dominar absolutamente. Enquanto o não conseguia, ia combatendo contra as ordens monásticas, que se queixavam de que os jesuítas lhes roubavam os moços mais inteligentes, espalhando emissários pelo reino a arrebanhar discípulos, reduzindo o preço das matrículas, etc. A decidida proteção da coroa, porém, breve lhes confiou o monopólio do ensino. Em 1555 D. João III entregou-lhes o Colégio das Artes de Coimbra, onde se estudavam os preparatórios da Universidade, proibindo que os alunos *ouvissem* nas Faculdades de Direito e Cânones sem a certidão de exames no Colégio. Em 1559, por fim, não conseguindo confiscar a Academia de D. Dinis, transformaram o colégio de Évora em Universidade, para bater Coimbra; e o êxito correspondeu ao propósito; em 1660 Évora doutorava 248 alunos, e 404 cinquenta anos depois. Por outros meios ainda, os jesuítas se assenhoreavam do ensino superior: todo o professo da *Companhia,* por ela aprovado, era admitido gratuitamente aos graus de Coimbra; e por último, qualquer jesuíta doutorado onde quer que fosse, tinha foros iguais aos doutores de Coimbra. O colégio existira sob a direção do reitor da Universidade, mas os jesuítas repeliram a tutela.

Na instrução secundária, o monopólio fundara-se a favor dos Colégios, desde que as ordens religiosas foram inibidas de ensinar publicamente, limitando-as a instruir os seus noviços. Em Évora, capital do ensino jesuíta, era proibido ensinar, não só aos conventos, como aos particulares. Anuladas para a instrução as ordens religiosas, proibido o ensino secular livre, batida a autoridade dos bispos, substituída à Universidade do Estado a privativa dos jesuítas, a *Companhia* conseguira realizar o seu programa, cujos frutos se viram quando D. João IV, rei levantado pela Sociedade para a servir, ordenou que todos os doutores e estudantes jurassem a Imaculada Conceição de Maria.

Ao ensino propriamente dito juntava a *Companhia* a pregação; e assim como batia as ordens monásticas nos bancos das escolas, batia-se no púlpito, porque, rainha em Roma, monopolizava as indulgências e jubileus com que trazia todo o povo a ouvir os seus pregadores. Nos colégios lecionando, pregando nas igrejas, dominava ainda nos átrios e nas ruas ensinando a cartilha e o catecismo às crianças da plebe, que vinham em procissão, chamadas pelo instrutor da infância, o Padre Inácio, com o pendão arvorado e a campainha tocando pelas ruas.

Essas campanhas do mestre popular não se reduziam, porém, ao ensino do catecismo. Seguido pelo seu exército de catecúmenos, invadia os pátios, onde o povo se entretinha a ouvir as comédias e autos dos seus autores favoritos – de Gil Vicente, o primeiro de todos. O padre Inácio subia ao palco, expulsava os atores, persignava-se, pregava, e dizia a doutrina.

Por que era este ódio às comédias? Pela liberdade com que acusavam o *carão finado* do Papa, aconselhando-o a imitar a vida dos antigos pastores; pela irreverência, pela falta de submissão e obediência com que o povo ousava ainda aplaudir. Assim como, sem destruir o ensino, a *Companhia o* pervertera, assim também era necessário que o fizesse a essa educação do teatro e dos livros. Nos séculos XV e XVI (1385-1580) Portugal conseguira apresentar um caráter nacional próprio, fazer ato de existência independente, e consagrá-la para todo o sempre nos monumentos de uma literatura breve, mas esplêndida. O patriotismo é porém ainda uma afirmação de força, uma rebeldia contra a Obediência; e para as nações poderem viver com virtude é necessário que se confessem humildes servas do Vigário de Cristo – que é o servo da *Companhia*. Mal do povo, mal do rei, que pensar valer por si alguma coisa. O tipo do soberano e da grei é esse D. João IV, beato e mole; é esse povo português, macilento e inerte, com a cabeça oca, os lábios sempre ocupados a rezar ladainhas e rosários, os joelhos doridos das longas estações dos jubileus, para ganhar intermináveis indulgências.

Afogar esse antigo orgulho nacional é tanto maior necessidade, quanto as desgraças repetidas, a perda do Oriente, estão mostrando que Deus o condena. A educação faz-nos os novos homens: que o teatro e a literatura não venham prejudicar a obra, lembrando como eram os passados. Já que o povo carece de distrações, dêmos-lhas, mas inocentes e piedosas.

E deste modo a *Companhia* fundou um teatro seu, deslumbrante de tramoias e comparsas, e inventou o género inóxio, sensabor, da Tragicomédia latina, em que o poema, insípido, desaparecia afogado pelo esplendor do cenário. Ao mesmo tempo, com os índices expurgatórios (1564, 81, 97, 1624), truncava, mutilava a literatura nacional; e dava nas *Seletas* os textos clássicos, bons para exercícios retóricos, sem perigo de que os leitores compreendessem e se namorassem do naturalismo vivo da Antiguidade.

Destacando o homem do mundo real e moral, e arrancando o

português às suas ainda recentes e mal seguras tradições nacionais, a *Companhia* em parte alguma conseguia realizar tão cabalmente o seu programa como em Portugal. Nação moça, criada pela audácia dos seus príncipes, a abstração era mais fácil entre nós do que pelos reinos da Europa, mais ou menos assentes sobre o alicerce resistente de uma origem étnica, consagrada por uma longa história. Desnaturados e desnacionalizados, os portugueses eram, nas mãos da *Companhia,* uma excelente matéria-prima, um barro de qualidade rara, para se moldar a todas as formas que aos oleiros do Senhor aprouvesse dar-lhes.

Filho amado, seu Paraguai da Europa, a *Companhia* reconheceu por fim que não lhe convinha ver Portugal agrilhoado à vizinha Espanha, onde imperava, decerto, como em toda a parte, mas onde não podia tão facilmente apagar, com a esponja da abstração, nem as tradições nacionais, nem os carateres profundos de uma raça bem constituída, organicamente desenvolvida numa civilização já histórica de muitos séculos. Portugal seria a coisa sua própria, e não a coisa de el-rei de Espanha. Se, para o arrancar das mãos do seu dono, era necessário inventar uma tradição, não estava aí o Sebastianismo, lavrando quente no desvairado espírito popular?

O geral Aquaviva, no seu *Diretório,* tinha deixado escritas as regras a seguir, para conquistar os neófitos à doutrina da Obediência: convém esperar a ocasião – uma desgraça, maus negócios – e explorar até os vícios e fraquezas humanas. Tal era a situação de Portugal, perdido em 1580, escarnecido, miserável, pedinte, e agora mugido, até dar sangue, pelos Filipes; tais éramos com a nossa fraqueza sebastianista e o vício ingénito da nossa bazófia fidalga. – Depois, continua Aquaviva, eduque-se o neófito na solidão celular, onde não veja estranhos, muito menos os amigos, só o instrutor; entreguem-se-lhe os *Exercícios* e deixem-no ruminar, digerir o seu desânimo e a esperança da doutrina. – Assim a *Companhia* usava, expurgando os livros amigos de Gil Vicente, espalhando por toda a parte os seus colégios e as suas missões. – Quando o converso abraçou a doutrina, conclui o *Diretório, o* papel do instrutor muda; aparente indiferença... Convém excitar o entusiasmo; mas abafá-lo, assim que rebenta. – Essa foi a regra seguida em 1640, desde que Portugal julgou restaurar, com a independência, o antigo império. O jesuíta, com frieza, ordenou-lhe que abandonasse a Índia aos holandeses, e não se deixasse arrebatar por loucuras e quimeras.

Os preceitos da educação individual generalizavam-se, entre nós, a uma educação nacional; e o Portugal restaurado em 1640 era como devia ser, um bom filho da *Companhia:* uma sombra apenas, fantasma sem fisionomia nem caráter, passivo, obediente, nulo, idiota e beato.

Assim como no palco bastavam as tramoias e os comparsas, também no trono bastava um manequim vestido de rei, com uma coroa e um cetro, cenário vistoso e coros numerosos. Noutro tempo os jesuítas tinham tido

veleidades de combate; e mais de uma vez tinham dito ser necessário matar os reis. Era ainda uma compreensão imperfeita ao princípio do sistema. Agora, no século XVII, estavam já convencidos de que o regicídio era um erro, especialmente quando se achava uma tão boa forma de rei como D. João IV, o devoto da Imaculada Conceição. Fiel discípulo, o bragança, sem amor pelo povo, sem ambições vivas, sem ódios, sem coragem, egoísta e *diletante,* era mais do que um belo instrumento: era um tipo.

Assim devia ser tudo sobre a terra. O homem e o mundo, os cidadãos e os Estados reduziam-se a um sistema de máquinas automáticas, só aparentemente vivas; e o regime do equilíbrio político, dos exércitos permanentes e da diplomacia, regime em que a Europa ia entrar depois da explosão das guerras religiosas e das descobertas, afigurava-se ao jesuíta como a ossatura de um corpo, dentro do qual, misterioso e humilde na sua roupeta negra, ele viveria, imprimindo direção a todos os movimentos, pensamento a todos os atos: como aquele que nos bastidores do palco move por cordéis os títeres da comédia. Esse programa de universal esterilização foi uma realidade em Portugal. O padre Vieira, exaltando o seu Rei, acusando o castelhano, nesse panfleto profético-político chamado a *História do Futuro,* exclama: « Ah! se os reis e monarcas considerassem que as púrpuras que vestem lhas empresta Deus da sua guarda-roupa, para que representem o papel de reis enquanto ele for servido!»

A grande explosão de *descobertas* no mundo psicológico, também consumada pela Renascença, trouxe para o foro da moral uma confusão semelhante à que das outras descobertas proveio para o regime político dos Estados, e para a economia das sociedades. Loyola foi decerto um Maquiavel, com a diferença de que a esfera de ação do florentino não ia além das ideias e das ações políticas, ao passo que o espanhol propôs-se a explicar e regular não só a vida dos Estados, mas também a da sociedade e da família, e até a vida íntima individual, afetiva, religiosa. Um não via mais do que os cidadãos, o outro via os homens; mas em ambos o modo de ver era igual. O realismo individualista da Renascença proscrevera as doutrinas abstratas em que a Idade Média se deliciara, impondo a tudo e a todos o espírito prático e o regime da ação positiva.

Estes princípios não bastavam, contudo, para construir uma doutrina – necessidade eterna do espírito humano; e à falta dela, Maquiavel e Loyola fundaram o sistema de equívocos, delicadas subtilezas, em que a crítica tanto pode achar perversidades requintadas como intuições profundas, segundo a ocasião, o temperamento e o móbil do observador. Efetivamente, há um momento em que o terreno foge, e tudo é nebuloso e vago; e tanto se podem explicar os factos por uma sinceridade inaudita, como por um *maquiavelismo* extraordinário. As manhas com que o Príncipe deve fazer felizes os seus súbditos, são, nos jesuítas, os casos e *probabilidades* com que o educador e sacerdote deve encaminhar as almas, distribuir o perdão, a paz, a fortuna moral, na sociedade

dos crentes.

Ao esboçar a fisionomia do nosso Maquiavel, D. João II, vimos posta em prática a doutrina da justificação dos meios. O processo é ainda o mesmo[144], porém diversos os fins; porque, se para além, como uma ambição definitiva, há no jesuíta a esperança de uma fortuna ultraterrestre, a ambição imediata é a transformação do indivíduo humano naquela espécie de ser obediente e passivo indispensável à constituição do futuro império. Maquiavel e D. João II, em nome do espírito prático, pactuavam com o crime; e os jesuítas, em nome do mesmo espírito, pactuavam com todas as fraquezas dessa alma humana que queriam adormentar sem a extinguir.

A casuística, ciência que desnorteia e irrita os espíritos retos e simples, é, como a política de Maquiavel, o ódio de todos os republicanos católicos. O pecado, diziam os Padres, só consiste no conhecimento da falta e no perfeito acordo da vontade. As culpas dos homens são, na máxima parte, a consequência do acaso, das condições, da fragilidade, e por isso quase sempre perdoáveis. Basta não desejar o pecado, basta não pensar em Deus quando se comete, basta obedecer ao império de uma paixão – para estar inocente. O uso ou os maus exemplos reduzem o crime a uma falta. Deus tudo perdoa, porque o homem é miserável, fraco, irresponsável.

Proteste embora – e com fundamento – o espírito da justiça contra essa negação do livre-arbítrio, mas reconheça nela a expressão de uma opinião, hoje proclamada por certas ciências e cegamente aplaudida; e não vá, com uma cegueira maior, lançar o estigma absurdo de uma perversão consciente sobre o jesuíta. O sábio de hoje, quando afirma a irresponsabilidade do homem, propõe às sociedades a vida brutal dos instintos; o jesuíta, na sua incompleta sabedoria, e na sua fé ardente, propunha-lhe o regime da obediência abstrata, a cujo sistema chamou probabilismo.

Sempre que o espírito duvide, abandone o homem os escrúpulos, ponha termo às vacilações, abrace-se a uma autoridade, ainda que não concorde com ela. Negada a certeza psicológica, negada a consciência, só é provável acertar quando se siga moderada e submissamente a opinião estabelecida por outrem e consagrada pela tradição.

Temos estudado, com o desenvolvimento indispensável, o espírito dessa sociedade que o destino aliou à existência do novo reino, de forma tal que a Companhia e o Reino são uma e a mesma coisa, a partir do XVII século. Como perceberíamos o último, se desconhecêssemos a primeira?

Resta-nos, porém, acentuar agora as consequências íntimas da doutrina e a sua ação, não já no mundo exterior sobre que se propõe atuar, mas no próprio espírito dos seus sectários; porque esse fenómeno é também essencial para a história portuguesa, desde que Portugal se tornou a nação jesuíta por excelência. No XVI século a *Companhia* influi em Portugal e consegue

transformá-lo: foi o que já historiámos na educação, no teatro, etc. Nos séculos XVII e XVIII, consumada a transformação, Portugal é a causa da *Companhia:* e só no estudo da ação da doutrina sobre os seus sectários podemos encontrar os traços genuínos do novo aspeto da existência moral portuguesa. Assentemos pois os pontos cardeais, a que o exame particular da história se há de referir ulteriormente.

A falta insanável de todas as doutrinas que propõem ao homem uma autoridade, ou esotérica ou materialista – em ambos os casos estranha à constituição moral do mesmo homem, isto é, à consciência, única fonte de certeza e de verdade – está em que, iludidos por uma quimera, os próprios que se julgam missionários de Deus, ou deuses da força, obedecem fatalmente às consequências deletérias da ilusão. Dedicados neófitos, apóstolos sinceros, no seu espírito dá-se inconscientemente o mesmo movimento que se propõem imprimir ao espírito alheio.

Assim sucedeu ao jesuíta. Ele queria torcer, afogar, adormentar os homens, e, de todos os que mais sofreram dessa quimera, foi ele o primeiro. A natureza humana protestou, repelindo por fim a taça de ópio consolador; mas o jesuíta, sem o saber, embriagara-se com a bebida que oferecia ao próximo. Assim os césares que, sobre a ruína da liberdade, oferecem às nações a taça da fortuna, são os primeiros que, inebriados por essa fortuna, acabam escravos e perdidos. As nações ficam, os césares morrem. Também os jesuítas morreram, e não a humanidade, que é imortal. Portugal que era, porém, um jesuíta coletivo, foi com eles ao túmulo.

Quando se compara a primeira com a segunda geração dos homens da *Companhia,* vê-se bem a influência fatal que transforma inconscientemente o espírito jesuíta, arrastando-o do alto de uma quimera sublime ao abismo da perversão ignóbil e pueril, quase idiota, sem atacar por isso a sinceridade individual. Assim, também a religião sincera de D. João III ou de D. Sebastião é uma doidice, mas nobre; ao passo que a de D. João IV, não menos sincera, é mais pueril do que doida, e é vulgar em vez de ilustre. O caráter deprime-se fatalmente nos apóstolos da doutrina da aniquilação do homem; a sinceridade, igual em si mesma, reconhece e venera, da mesma forma, primeiro uma quimera, depois uma perversão.

Comparem-se os *Exercícios* com as *Constituições* e ver-se-á como, na própria alma do grande fundador do jesuitismo, atuara o veneno lento da educação. Comparem-se esses primeiros monumentos com *o Diretório* de Aquaviva, e ver-se-á a que ponto, numa só geração, a índole da *Companhia* chegou a transformar-se.

Num homem, que foi para D. João IV o que o *grão-doutor* fora para D. João I; num homem superior e forte que está à frente do Portugal de agora, como o guia, o mestre, o fundador, multiforme na capacidade, omnímodo da

ação, missionário e diplomata, financeiro e estadista, e por sobre isso filósofo, moralista e liberato: nesse homem, que é o padre António Vieira, o jesuíta, apraz-nos ver, ao mesmo tempo, o espírito da *Companhia* no meado do XVII século, e o génio da nação, formada no seio da Sociedade de Jesus, por ela educada, por ela restaurada à independência política. A doidice do Quinto Império, a frieza requintada e pérfida do político, a imbecilidade da devoção, a extravagância do estilo pomposo, a monstruosidade das ideias, a antítese e a extravagância fazem do padre António Vieira a individualidade mais acentuada do tempo, e como que o tipo onde irão encontrar-se miudamente todos os traços da sociedade portuguesa, desde que alguém se lembre de cumprir a velha dívida da biografia do grande pregador.

As aberrações monstruosas ou abjetas, a que levara (necessariamente) a ideia quimérica de Loyola, apareciam todas na pessoa do padre Vieira, que, sucedendo ser um homem de génio, e ao mesmo tempo um representante do espírito nacional, ficou o tipo de Portugal restaurado, do Portugal jesuíta. A doença nacional do Sebastianismo reverdecia na alma do padre sob a forma nova de um sonhado império, profetizado desde Isaías e David até S. Frei Gil de Santarém. « Note-se aqui e note-se muito que os profetas são os que dividem os reinos e os que os repartem: eles os dividem primeiro profetizando, e depois Deus executando» . (*Hist. do Futuro*). A aclamação de D. João IV era a verdadeira vinda de D. Sebastião. Varriam-se no ar as nuvens célticas das ilhas encantadas, invadindo os espíritos uma quimera de império clássico, reprodução dos de Ciro e de Alexandre: um novo império, o quinto e último, que nos seus salmos, Isaías, David, Salomão tinham prognosticado. Quando Isaías dissera: *Ecce isti de longe venient et ecce illi ab Aquilone et mari, et isti de terra Australi,* era evidente referir-se à conversão da China. As ilhas esperavam-nos já: *Me enim insulae expectant!* e o profeta perguntava quem seriam esses que voam como nuvens *Qui sunt isti qui aut nubes volant?* – Salomão dissera: *Surge Aquilo,* etc. David falara nas viagens pelos mares remotos *maris remotorum;* tudo fora previsto – as viagens, as descobertas, os antípodas do Brasil e as gentes do Japão. Nem a crise da ocupação castelhana esquecera à visão profética, e videntes mais modernos tinham-na prognosticado. Não dissera S. Frei Gil que « Portugal por orfandade do sangue de seus reis gemerá por muito tempo, mas Deus lhe será propício e inesperadamente será remido por Um não esperado?» Não se ouvira o que Deus disse a Afonso Henriques quando o veio visitar: que velaria pela sua descendência, *super semen tuum*, até à décima sexta geração; que nessa hora o seu olhar se atenuaria, mas que em breve tornaria a volver seus olhos?... Queria-se coisa mais clara? Contem-se os reis, veja-se quantos há até D. Henrique. E se não bastasse o que Deus disse, tínhamos o que S. Bernardo escreveu de Claraval a Afonso Henriques, agradecendo-lhe a doação de Alcobaça à sua ordem: nessa carta

estão anunciados os sessenta anos fatais. – Tal era o pensamento do maior português do seu tempo...

É nos factos da história, e não no retrato do padre, que nós, porém, iremos estudando esse novo modo de ser da nação portuguesa. Veremos em breve que, nem a doidice, nem a superstição inepta, nem a vulgaridade chata, nem a corrupção íntima do Portugal jesuíta do século XVII representam o último resultado da educação anterior. O progresso da decomposição vem até nossos dias; e vamos ver a sinceridade com que se cometem abjeções e crimes, até o primeiro quartel do século XIX.

# II

## II. OS FILIPES

A primeira consequência da educação jesuíta foi o modo por que Portugal, rendido ao probabilismo, se abraçou ao rei de Espanha que vinha salvá-lo em 1580 dos atrevimentos e loucuras do prior do Crato. Ainda nessa época o jesuíta, fiel aliado da monarquia castelhana, esperava levantar com ela o império de Deus; porque ainda Filipe II, no apogeu da sua força, era o primeiro soberano da Europa. Do alto da sua grandeza dizia de Portugal: « Yo lo heredé, yo lo compré – yo lo conquisté, para quitar dudas!»

A administração da casa de Áustria em Portugal divide-se em três épocas, correspondentes aos reinados dos três Filipes. O primeiro (segundo em Espanha) conquistou, mas prometeu guardar os foros deste último pedaço da Península, amalgamado no corpo da sua monarquia. O segundo, em cujo nome reinava com fortuna o duque de Lerma, procurou cimentar a união com a amizade e o interesse, abandonando os meios violentos, e fazendo muito pelo bem de Portugal. O terceiro, com o seu louco Olivares, homem de *espanholadas,* criou embaraços e levantou conflitos que o perderam. Quando o jesuíta viu que a Espanha baixava, o seu plano mudou. Os políticos abraçaram-se a Richelieu para libertar Portugal da Espanha; os iluminados começaram a esperar uma ressurreição: o Quinto Império que absorvia o mundo, formando uma apocalipse das lendas maravilhosas de D. Sebastião.

Filipe II (em Portugal, III em Espanha) fez, realmente, bastante para a restauração do corpo da nação portuguesa, submissamente curvada, e decidida a esquecer o momento breve em que no mundo contara como indivíduo soberano e independente. Recopilou e refundiu a legislação pátria; aboliu as alfândegas da raia: primeiro passo da unificação, promovida também pelos esforços para melhorar a navegação do Tejo, longa e caudalosa artéria que poria em comunicação direta o coração da Península (em Aranjuez, junto a Madrid) com o porto magnífico de Lisboa, através das campinas estremenhas. Deu a Cristóvão de Moura, grande homem que sabia de cor os interesses do seu país e a funda abjeção dos próceres, pois que os comprara a todos antes da invasão: deu-lhe o vice-reinado de Portugal, e a administração melhorou, cresceram as rendas de tesouro, proibiram-se os conluios dos arrematantes dos contratos reais, que passaram a licitar-se em Lisboa, diminuiu-se a mendicidade oficial, velha moléstia – ainda hoje por curar! – da extravagante monarquia portuguesa, feitora de um império ultramarino.

Por tudo isto, quando o rei veio a Lisboa, foi aclamado pelo povo como um bom príncipe. Ninguém se lembrava então da possibilidade, nem pensava nas vantagens da independência. O povo trasladara a sua quimera sebastianista para a região dos sonhos ideais, depois das escaramuças da Covilhã e de Óbidos; a nobreza mendicante, curvava-se toda perante o monarca, e perante o vice-rei, que a conhecia bem de perto; o clero e os jesuítas confiavam

ainda no grande futuro católico da monarquia da Península. Nos seus Colégios, a *Companhia* pôs em cena as mais aparatosas comédias; e os poetas laureados, Quevedo, que escrevera o Afonso *Africano,* e Rodrigues Lobo, autor do *Condestabre,* enrouqueceram a cantar versos em louvor do soberano. Filipe II distribuíra vinte mil cruzados pelos pobres de Lisboa e suspendera por três dias os direitos do pescado; a plebe aclamava-o, e vinham coroá-lo, saudá-lo, pedir-lhe a bênção, as danças, as folias, as chacotas populares.

Incontestavelmente Portugal abdicara da independência; e a educação jesuíta, consagrando o resultado das loucuras e desgraças do XVI século, apagara para todo o sempre a tradição antiga da nobre monarquia de Avis, agora perdida pelos desvios das serras no sonho de um D. Sebastião transfigurado, como os flocos de névoa fugaz ainda errantes nos vales augustos, quando o sol vai doirando já as cumeadas.

Não podiam, porém, os jesuítas dar de comer a um país extenuado, miserável e faminto; e muito menos saciar a voracidade feroz dos grandes de Espanha e dos fidalgos portugueses. Essa impotência foi o motivo dos desvarios da política espanhola, e da resistência tumultuária do povo: sendo estas as causas que levaram os fidalgos portugueses e os jesuítas, aliados, a criarem mais tarde, com o nome de Portugal, uma nação nova que da antiga só tinha a identidade do lugar.

Quando o primeiro Filipe veio às cortes de Tomar, a nuvem dos pedintes era tal que se dizia não bastarem todas as riquezas da Península para satisfazer a venalidade portuguesa. Cristóvão de Moura sabia-o de perto; e ninguém ignora que essa mendicidade aristocrática traduzia a penúria geral do reino, saqueado até as últimas pela expedição de África. As correrias aventurosas do prior do Crato, os bandos que o aclamaram em 1580, o simulacro de guerra, a invasão castelhana, e, depois dela, as associações dos ingleses com que D. António veio mais de uma vez assaltar as costas de Portugal, tinham reduzido o país àquele extremo de miséria e de aflição que Aquaviva, no seu *Diretório,* acha conveniente e próprio para que o homem se converta a Jesus. Tamanha era a penúria, que as guarnições castelhanas, condenadas a viver do país ocupado, segundo as regras militares do tempo, não achavam que pilhar, e esmolavam, esfarrapadas e famintas, pelas portarias dos conventos e pelo interior dos alcouces.

A própria natureza conspirava também, como fizera com as pestes do século XVI, contra este cadáver roído, humilhado, contrito e convertido pelo catecismo de Loyola. De 1598 a 1602, durante cinco anos, uma brava peste ceifou o reino; e só em Lisboa matou oitenta mil pessoas. Um grande terramoto arrasou a cidade em 1598: foi quando o monte de Santa Catarina se subverteu, deixando aberta essa chaga profunda, hoje cicatrizada – a Bica de Duarte Belo.

No meio da penúria universal, a antiga mina dos judeus não se

esgotara ainda: era um úbere que não secava; e os monarcas espanhóis seguiram fielmente as tradições da torpe especulação portuguesa.

As leis de D. João III, que não deixavam sair do reino os judeus sem fiança, leis abolidas por D. Sebastião para ter dinheiro com que fosse morrer em África, tinham sido revalidadas em 1580 e em 1587 pelo Cardeal-rei e por Filipe I. No tempo do segundo Filipe, a pobreza do tesouro obrigara a tributar o sal (1601); e os judeus, esperando muito da política mais livre do novo rei, ofereceram-lhe cento e sessenta mil cruzados pela revogação das leis. Bem ouvidos, cresceram-lhes as esperanças. Decuplicando a oferta, pediram uma absolvição geral, e que os declarassem aptos, como quaisquer cidadãos, para todos os ofícios, cargos e honras. Quando o Portugal beato soube que Lerma, em Madrid, dava ouvidos às tentações dos judeus, a velha alma católica rugiu; e por um momento se receou a repetição das cenas antigas. Nem a miséria, nem as vergonhas, nem o duro império do soldado estrangeiro tinham podido acordar o povo da sua indiferença humilde e morta; mas o ódio antigo aos judeus possuía ainda o condão de o excitar. Jesus seria mais uma vez vendido: os castelhanos eram o Judas.

Quem se demora a observar intimamente o desenvolvimento dos sentimentos coletivos, vê que, se entre o Portugal antigo e o restaurado há uma linha de união que se não cortasse, é esta. Tudo se apagara na morte universal, menos o ódio ao judeu, sentimento vivo desde o tempo dos godos.

Com efeito, a resistência à combinação projetada pelo duque de Lerma é o ponto de partida da série de acontecimentos que, dirigidos e aproveitados pelos jesuítas, levam à separação de 1640.

Lerma disse em Madrid aos emissários portugueses que, se o reino protestava contra a reabilitação dos judeus, era mister que suprisse ao tesouro as somas que a recusa fazia deixar de receber dos pretendentes. Os emissários obrigaram-se, com efeito, a sacar oitocentos mil cruzados do reino, para que os judeus não fossem remidos.

Quando em Portugal se soube isto, levantou-se outro clamor contra a extorsão. Entretanto, em Madrid, Lerma não abandonava o dilema: ou 800 000 cruzados, ou a redenção dos judeus. O português, entre o ódio e a penúria, dava tratos à cabeça, e, como se não decidia, Lerma assinou o contrato. Cumpriu-se? Não; nem o rei os equiparou aos nacionais, apesar de perdoar tudo; nem os judeus pagaram, por fim, alegando falta de execução do tratado. Como podiam sair livremente, iam vendendo os bens, fugindo, rindo-se da arte com que tinham iludido o rei e todos. Em 1605, porém, pôs-se cobro ao desaforo por uma crueldade: suspenderam-se as leis de 1601, proibiu-se a saída, e decretou-se o confisco para pagamento da quantia devida; e em 1610, cobrado o serviço e não havendo mais que pilhar, revogaram-se terminantemente as leis protetoras: a casuística demonstrava claramente a possibilidade de guardar o dinheiro negando

o perdão, inocentemente, sem pecado.

Mais tarde (1627), sob Filipe III e Olivares, os judeus compraram o indulto por milhão e meio de cruzados, e o escambo acordou novos tumultos em Portugal; porém, a contar da confirmação do indulto, em 1629, os judeus gozaram de uma relativa segurança, sem terem porém obtido a sua ambição de agora: a igualdade civil, que só o marquês de Pombal se atreveu a dar-lhes.

A penúria, crescente sempre, e a mendicidade, cada vez mais teimosa, das duas cortes de Madrid e de Lisboa, faziam perder o juízo aos dominadores. Se nunca houvera escrúpulos, agora já não havia política, nem sabedoria, nem cálculo. Filipe III e o seu fátuo ministro Olivares parecia terem apostado empregar todos os meios capazes de provocar a resistência dos portugueses. Quando em 1635 mandaram para Lisboa a duquesa de Mântua, puseram-lhe ao lado, como secretário, Miguel de Vasconcelos, cheio de ódios pessoais contra a pátria, vulgar, temerário e bêbado.

Desde logo começou a pôr-se em prática a política de pilhagem, lançando-se novos impostos, aumentando-se os anteriores; e as somas tiradas de Portugal iam perder-se no sorvedouro de Madrid, sem utilidade para o reino, ficando ao abandono as colónias da Índia e da América, de que os holandeses e os ingleses iam livremente tomando posse[145]. Diante do protesto contra as novíssimas extorsões, ocorreu a Olivares um pensamento ineptamente simples: abolir todos os novos impostos (sal, real de água, e aumento das sisas) reduzindo-se a um serviço anual de meio milhão de cruzados, que os concelhos distribuiriam entre si livremente. Via-se, porém, que esta soma atingia o dobro do que podiam produzir os impostos, e que a proposta de Madrid era uma nova extorsão e escárneo.

Era tão monstruosa a exigência que, para muitos, encobria mal o plano de excitar uma resistência desesperada, para então se invadir Portugal, rasgando os tratados das cortes de Tomar, abolindo de direito a independência, reduzindo o reino à condição de uma província da monarquia espanhola. Seria como quando, no circo, o touro extenuado e indiferente não quer ver o matador, e que, para o excitar, lhe enterram as bandarilhas de fogo. Desesperado, o animal corre num ímpeto a oferecer a nuca à espada fria e cortante. Porém, a espada do grande *matador* da Espanha no meado do XVIII século, Olivares, nem tinha ponta nem gume: era apenas um resto, embotado, da lâmina antiga com que a Espanha traspassara o mundo.

Portugal, efetivamente, levantou-se e arremeteu (1637). Como? Como o animal ofegante, extenuado. A vista, pervertida, mostrava-lhe coisas extravagantes; e a terra andava-lhe à roda, diante dos olhos espantados e vítreos de moribundo.

Assim foi a insurreição de Évora, que, como um fogo de palha, se generalizou a todo o reino. Os jesuítas, já aliados a Richelieu contra a Espanha,

fizeram, como primeiro ensaio, uma revolta popular. O caráter realista e extravagante, sonâmbulo e positivo de todas as suas coisas, manifestou-se nesse arremedo da ressurreição de um povo, fadado a reaparecer no mundo como o exemplo da inépcia mais boçal e ridícula, aliada ao positivismo mercantil e prático mais soez. Em 1637 viu-se o caso único de uma revolução anónima, porque, dos seus dois chefes, um era D. Sebastião, uma sombra; outro o *Manuelinho,* gigante membrudo – um doido que divertia pelas ruas a plebe de Évora. Inconscientemente, os jesuítas criavam um símbolo: o *Manuelinho* era a estátua de Portugal. Fizeram de um doido um messias, e de D. Sebastião o deus incógnito, encoberto, cujos milagres enchiam de esperanças redentoras as imaginações populares. Pregaram o advento do Quinto Império, precedido por calamidades pavorosas, como no Apocalipse: e o terramoto de Lisboa vinha a propósito, e Olivares era um anti-Cristo, um Nero; Como nos primeiros tempos cristãos, agora, na limitada arena de Portugal, os milagres e prodígios pululavam: havia profetas, e a plebe atacava e combatia, inspirada pelos textos do Velho Testamento, dos oráculos sibilinos, das revelações do padre Leão Henriques, a quem Deus falara, e do padre Luís Álvares, que morrera santo em 1590, depois de pregar por todo o sul do reino. O Alentejo, o Algarve, boa parte da Estremadura, e, no norte, o Porto e Viana ardiam no fogo da insurreição jesuíta.

Que faziam entretanto as classes altas, a burguesia e a nobreza? Que fazia o duque de Bragança, rei presuntivo do futuro Portugal restaurado? Quieto e egoísta no seu paço de Vila Viçosa, o duque chegou a ser aclamado rei; mas, sem recusar, mandou a Madrid um próprio, confessar a sua inocência, garantir a sua sujeição. Ele não era o *Manuelinho* de Évora; lavava as mãos, como Pilatos; não queria lançar-se em cavalarias, altas demais para o seu génio, e perigosas. Não queria comprometer-se por uma loucura; e, se adorava os jesuítas, seus mestres, adorava também, e mais ainda, o seu sossego, a sua riqueza. O Portugal positivo e baixo, utilitário e prático, surdo a qualquer excitação da glória; o Portugal sem alma, que a educação jesuíta formara, vivia na pessoa do duque, egoísta e beato. As loucuras sebastianistas eram boas, mas somente para a imaginação infantil da plebe, ou para o iluminado espírito dos padres – que o duque venerava como santos, mas que prudentemente se abstinha de imitar.

Com o duque, a nobreza e a burguesia não reclamavam a independência, desejando, bem no íntimo, a fusão. Repeliam e indignavam-se, porém, contra o sistema híbrido, contra a *união* dos dois reinos, que, permitindo à Espanha saquear Portugal, não dava aos portugueses os foros e interesses dos espanhóis. Se a política de Madrid não estivesse condenada à fraqueza da cobiça; se claramente se pronunciasse pela encorporação de Portugal, em vez de seguir o caminho, fatal para ela, da rapina, parece evidente que Portugal, concluído o ciclo de Avis, teria desaparecido para sempre do rol das nações.

Com efeito, as reclamações portuguesas eram simples e justas, sem

entusiasmos nem reivindicações patrióticas. Eram práticas; e num sentido estavam indicando a anexação, como a política que satisfaria a todos. A nobreza queixava-se de que os senhorios e bens aristocráticos de Portugal se dessem a espanhóis, contra as decisões das cortes de Tomar. Os negociantes pediam que lhes abrissem os portos das colónias espanholas da América. Os magistrados, os jurisconsultos, os letrados e eclesiásticos pediam também que se lhes desse lugar nos tribunais e nas igrejas de toda a Espanha. Que pretendiam todos? Que Portugal se fundisse no corpo da monarquia[146]; mas a corte de Madrid, que podia ir indo saqueando o reino conquistado e unido, veria secar-se essa fonte, desde que a fusão se consumasse; e a burguesia espanhola, togada, mitrada, comercial, temia a concorrência dos adventícios aos lugares e às especulações mercantis.

Por estes motivos as altas classes abandonaram a revolução, e o seu chefe truanesco, o *Manuelinho*. O fogo de palha apagou-se, tão breve como crescera, quando os exércitos do duque de Bejar e do marquês de Valparaíso ocuparam Portugal. O duque de Bragança, satisfeito de si, dava graças a N.ª S.ª da Conceição pelo modo hábil com que, sem se indispor com os seus, ficara bem com os amos; e o jesuíta, ser duplo, feito de ilusões e manhas, guardava as primeiras, para ir continuar a sua obra com as segundas.

## III. PORTUGAL RESTAURADO

Uma das condições peculiares de Portugal no XVII século era a existência de uma casa aristocrática, tão grande como as maiores de Espanha, e que no reino estava como a cabeça monstruosa de um anão. O duque de Bragança era dono de grande parte do Minho e Trás-os-Montes e de quase todo o Alentejo, porque na sua casa se tinham reunido os senhorios de Barcelos e os do Condestável, rei verdadeiro do Alentejo, esse teatro principal das suas façanhas no tempo de D. João I.

De sangue de reis, os duques de Bragança eram verdadeiramente os reis da terra, porque a possuíam. Eram duques de Bragança, de Barcelos e de Guimarães; marqueses de Valença e de Vila Viçosa; condes de Ourém, de Arraiolos, de Neiva, de Faro, de Faria, de Penafiel; senhores de Monforte, Alegrete, Vila do Conde, etc. Tinham como padroado eclesiástico a colegiada de Guimarães, a de Barcelos; tinham a apresentação de 80 igrejas, 14 comendas, além de um sem número de matrizes e conventos. Proviam 18 alcaidarias-mores; 4 ouvidorias, abraçando a nomeação de mais de mil e trezentos oficiais de justiça e fazenda. Possuíam, além da cidade de Bragança, 21 vilas e lugares inúmeros; só no termo de Bragança contavam 201, e no de Chaves 187. Chegavam a perto de cem mil os seus v

Herdeiros de Nuno Álvares, que fizera um rei, viviam como reis, tendo um estado, como na corte. Se jantavam à mesa do rei, eram servidos pelos oficiais próprios, como um soberano em casa de um igual. Usavam de arautos com cotas de armas, e de porteiros de maça, como a casa real. Do grémio dos seus criados saíram governadores para a Índia, como foi Martim Afonso de Sousa[147].

Condenados, porém, à condição de quase reis, viu-se nos duques de Bragança o que toda a Europa aristocrática mostrava nas casas que ombreavam com a real. A preocupação constante de parecer uma coisa que se não é, a rivalidade, a ambição mais ou menos definida de substituir o monarca, a esperança tradicional de uma fortuna vindoura, são tentações constantes que criam uma situação falsa depressora do caráter, pervertendo as intenções, lançando em tudo o fel da desconfiança mesquinha. Para vassalos de reis os duques eram grandes demais, sem chegarem a ser propriamente monarcas.

Por isto a descendência de Nuno Álvares, um herói e um santo, foi uma sucessão de intrigantes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoístas vulgares. A grande herança do herói esmagou os seus descendentes. O que ousou lutar com D. João II morreu no patíbulo; e a casa, confiscada, desapareceu. Exilada por Castela durante catorze anos, a família voltou a Portugal em 1497; e D. Manuel restituiu ao filho do justiçado, D. Jaime, as honras e os bens. Doido, foi este o que assassinou cruelmente a esposa; e depois, vaidoso, para impor ao rei, empreendeu à sua custa a jornada de Azamor, em África (1513). Quando em

1580 a coroa portuguesa se debatia entre um simpático estouvado, o prior do Crato, e um terrível pretendente, Filipe II, o duque de Bragança teve medo; e não quis arriscar o sossego, a fortuna, à empresa aventurosa – de facto cheia de perigos – de se medir com o tirano. Durante o governo dos Filipes, o receio pelo poderoso fidalgo português era tão grande, que em Madrid pensava-se sempre em o reduzir, nunca em o dominar. Filipe II (de Portugal) quando enviuvou de Margarida de Áustria, propôs casamento à duquesa D. Catarina, viúva também. Ela recusou, afagando a esperança de fazer rei o filho D. Teodósio, e não querendo prejudicar a sua ambição. Esperava que de Madrid nomeassem o duque vice-rei ou governador de Portugal, para então facilmente empolgar a coroa. Por isso os braganças foram fiéis defensores do castelhano[148]. Quando os ingleses do prior do Crato assaltaram Lisboa, o duque veio com 6000 homens seus auxiliar o cardeal-arquiduque Alberto, governador do reino. Mais tarde, perante nova ameaça, armou 13000 homens à sua custa. Mas estas provas de uma excessiva dedicação eram astúcias perdidas, porque a própria força demonstrada instigava o castelhano a não se lançar nos braços de um amigo tão poderoso.

Depois da morte de D. Teodósio, o duque D. João seguiu a mesma política de submissão e fidelidade aparente. Vimos a decisão que tomou, quando em 1637 os jesuítas sublevaram o reino.

Esse episódio irritou Olivares, incitando-o a prosseguir na extenuação sistemática de Portugal. Novos impostos, multiplicadas levas que iam combater na Flandres, sugavam as mealhas de sangue e dinheiro do cadáver português. Preparava-se o último golpe: a anexação violenta – sem igualdade, nem garantias, como de um país conquistado e escravizado – para quando chegasse a Lisboa a poderosa armada de Oquendo, que, no caminho, devia bater os holandeses. A sorte foi mais uma vez adversa a Olivares; e perdida a batalha naval das Dunas (1640, março), os planos cruéis do ministro modificaram-se.

Nomeara o duque de Bragança vice-rei da Lombardia, para o retirar de Portugal e confundi-lo na turba dos satélites da corte de Madrid. D. João recusou, Olivares não insistiu. Em Madrid, porém, sabia-se quanto o duque era dúbio, fraco, egoísta. O receio de que abusasse de um posto de confiança não era de temer, e dar-lho seria talvez o modo de o ligar para sempre aos interesses espanhóis. Por isso, nos fins de 1639, realizara-se o que fora a antiga ambição da duquesa D. Catarina. Separou-se a administração política do governo militar de Portugal, confiando-se este ao duque sob a regência da duquesa de Mântua. D. João aceitou e tomou posse do cargo: portugueses e castelhanos, amigos e inimigos, o censuravam e o repeliam.

Tal era a situação, quando à derrota das Dunas veio juntar-se a insurreição da Catalunha (junho), para impedir a realização dos planos de Olivares sobre Portugal. A nobreza do reino teve ordem para ir em massa à

Catalunha; e a 24 de agosto chegou um mandato positivo para que todos, incluindo o próprio duque de Bragança, acompanhassem Filipe III às cortes aragonesas.

Eram impossíveis as dilações, e a dúbia situação do duque tinha de definir-se. A era das tergiversações, dos compromissos fracos, em que a sua natureza mesquinha se prazia, terminara. Não o forçavam a arrancar uma máscara, porque ele não a usava; mas obrigavam-no a decidir-se, o que era uma aflição, uma dor de alma, para o seu génio quieto, egoísta, pequeno.

Desta situação nasceu o dia 1.º de Dezembro: uma conjuração, como sempre se lhe chamou, e não uma revolução. Os jesuítas, que em 1637 tinham tramado uma revolução, batidos, mudaram de rumo; e passaram da rua para a alcova, do púlpito para o confessionário, da pregação para a intriga. Todos os conjurados acusavam o duque; e para o decidir foi mister propor-lhe claramente, cruamente, a dureza da situação. Estava perdido: a conjuração far-se-ia quer ele o quisesse ou não; e ou teria de combater contra os seus, ou de acabar miserável no fundo de algum cárcere em Espanha. O medo decidiu-o; rezou a Nossa Senhora, carregou o pescoço de rosários e bentinhos que os jesuítas piedosamente lhe davam; e confiando na proteção do céu e na de Richelieu, o émulo de Olivares e íntimo dos jesuítas, resolveu lançar-se à aventura.

O que o dia 1.º de Dezembro melhor prova não é a audácia dos conjurados, é a indiferença do povo, o medo da burguesia, e a inépcia do governo espanhol. Tudo estava podre, tudo caduco: frutos maduros, que o jesuíta saboreava, com a esperança no futuro império de Deus!

Os conjurados foram ao paço: mataram com um tiro o secretário Vasconcelos, prenderam a duquesa de Mântua, que assinou todas as ordens para a entrega das fortalezas. Foi uma mutação de cena, uma substituição de pessoas, um acontecimento imprevisto e singular. Os vereadores no senado, cheios de susto, não queriam crer, nem reconhecer o que se lhes dizia. O castelo abriu as portas, e a guarnição foi convidada a continuar, por conta do novo regime: seria fielmente paga. As torres do Tejo, Almada e Belém entregaram-se. Os galeões do rio renderam-se à voz de uma galé guarda-costas; e S. Julião, que o duque de Alba comprara em 1580, vendeu-a em 1640 Fernando de la Cueva por uma comenda. Em quinze dias, metade de Portugal aclamara D. João IV, sem dispêndio de segundo tiro; bastou o de Miguel de Vasconcelos. Entretanto, o duque descia, em procissão triunfal, através das suas terras, de Vila Viçosa a Lisboa, onde chegou no dia 6. Era mais fácil do que receara; e estava contente com o seu povo.

Esse povo, porém, conservava-se fiel a D. Sebastião; e não faltou quem se recusasse a reconhecer o novo rei, temendo ser desleal ao antigo, ao verdadeiro: espectro fugaz do passado reino, senhor da Índia! O padre Vieira esforçava-se por demonstrar com sábias alegorias, antigos processos da literatura

primitiva do cristianismo, que D. João IV não era senão o verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro *encoberto;* apesar de, como rei aparente, ser outro, uma sombra, um meio, um instrumento, um *fetiche*. Não errava o fogoso jesuíta.

Tudo era, com efeito, aparência, sombra e instrumento, nas mãos dos terríveis educadores. Aparência e comédia, a conjuração; sombra sepulcral, o reino. Quem viu Portugal por esse tempo, descreveu-o como uma região desolada e nua. Extensas campinas, outrora férteis, reduziam-se a poucas folhas cultivadas, em volta de pequenas aldeias de 30 ou 40 vizinhos. O comum das terras estava coberto de urzes, roídas pelas cabras silvestres. Por toda a parte havia casas arruinadas, abertas à inclemência do tempo; miseráveis choupanas de colmo, onde habitavam cretinos, como os dos Alpes, alimentados de peixe seco e pão de farelo.

O rei deste reino, *encoberto* e morto, punha-o sob a proteção de N.ª S.ª da Conceição, padroeira; e da antiga fidalguia portuguesa restava ainda uma tradição: nas cortes de 1641 o estado popular insta com fervor para que se castiguem as mulheres que usarem *dom*, sem o possuírem de *jure;* e se proscrevam as cabeleiras e guedelhas postiças dos homens, como atentatórias da velha gravidade portuguesa!

A guerra, que principiou logo em 1641, para só vir a terminar em 1668, pode dividir-se em quatro períodos. O primeiro, que vai até 1646 e inclui a vitória de Montijo, demonstra aos portugueses a inutilidade das operações ofensivas. O segundo conta dez anos (a 1656) em que de parte a parte nada se faz, além de correrias e encontros sem importância. No terceiro (1660) os espanhóis tomam a ofensiva; mas param, diante da batalha das linhas de Elvas. No quarto, finalmente, que termina com a paz, a invasão ocupa todo o Alentejo; mas é repelida pelas batalhas do Canal e Montes Claros.

As duas campanhas de 1641 e 42 não passaram de escaramuças e reconhecimentos. De parte a parte faltavam os meios de combate; não havia exércitos. Os espanhóis esperavam os regimentos que andavam na Flandres e na Catalunha; e o exército português compunha-se de um agregado de mercenários bisonhos, sem disciplina, nem comando. Além de que a guerra era, no século XVII, coisa diferente do que fora no XIV, via-se que o povo não acudia, como no tempo do Mestre de Avis. O governo recrutava soldados em França e por toda a parte onde a Espanha era inimiga; e contratava coronéis e capitães: os Fieschi, os Pignatelli, os Naper, os Saint-Paul, etc. Esta invasão de forasteiros, sempre que em Portugal há alguma coisa a fazer, na guerra, no trabalho, na ciência, recrudesce agora, sendo a melhor prova da incapacidade do novo reino. Só a desorganização completa a que a Espanha chegara livrou D. João IV do cativeiro ou da morte, fazendo crer que em Portugal havia, com efeito, energia e vontade da independência. O Bragança insistia por que se licenciassem os batalhões mercenários holandeses, por *serem hereges,* e isto quando a deserção ardia por

toda a parte: passavam de 3000 os desertores no princípio de 1643.

Apesar de tudo a inércia dos espanhóis era tal, e tamanha a sua fraqueza, que, na campanha de 1644, o exército português invade a Estremadura e ganha a batalha de Montijo (maio). Logo porém a desordem, a penúria, a corrupção ponderaram as forças, ou antes a ausência de força.

Nos anos de 45 e 46 nada se fez. A deserção fervia; os holandeses mercenários passavam-se para o inimigo, e os naturais fugiam para as suas aldeias. O recrutamento, em rusgas, assolara todo o reino, e as resistências surgiam por vários pontos. Nas cortes de 1646 ouviu-se um lamento universal: era o povo a dizer os roubos dos capitães-mores, as rapinas da soldadesca, a crueldade dos aboletamentos. Os pais, as mães dos desertores iam presos por culpa dos filhos; e as viúvas ficavam desamparadas, esmolando, na ausência dos órfãos roubados pela guerra. Os de Óbidos diziam que não havia já quem lavrasse as terras: e Castelo Branco perdera 805 homens *mortos à formiga* (sem falar nos soldados que dera) e mais de 68 000 cabeças de gado.

O jesuíta, em cujo nome D. João IV era rei, acudiu neste doloroso transe; achou o meio de resolver as dificuldades que pareciam insuperáveis. Foi o padre António Vieira quem aconselhou a guerra defensiva. Efetivamente, as tropas recolheram aquém das fronteiras, fortificando-se nas praças. Em 1648 assinou-se a paz de Vestefália, que reduziu a um só, a França, os anteriores inimigos da Espanha. O susto do Bragança foi tão grande, que esteve a ponto de abandonar a empresa, atraiçoando o reino que devastava. Mas, por outro lado, a paz deixava massas de mercenários ociosos para preencher os quadros do exército português. Fr. Domingos do Rosário foi mandado à Irlanda buscar gente; da Alemanha vieram 1500 homens; o recrutamento em Nápoles era maior. D. João IV recomendava aos emissários que só alistassem católicos, e os emissários respondiam ser coisa difícil; meia Europa, ou mais, era protestante. O rei tinha horror aos hereges, mas acreditava em milagres e feiticeiros, apesar da Ordenação, apesar da Inquisição; e imaginava diminuir as baixas do exército do Alentejo dando uma tença a um soldado que curava os enfermos *com palavras* – diz assim o alvará.

Pouco ou nada se fazia, entretanto, no teatro da guerra: razias e escaramuças, correrias, encontros sem importância. Em 52 tomou o comando do exército o príncipe herdeiro, malogrado, D. Teodósio. Era um ser formado de astúcia e misticismo, beato, discípulo querido dos jesuítas, e no qual eles punham as maiores esperanças. Ao partir para a campanha, o padre Vieira dizia-lhe: « Leve quantidade de dobrões» . Para quê? Isto explicava o padre no seu estilo, redundante e obeso: « A pólvora, as balas, os canhões são comprados, e bem se vê o ímpeto com que servem, e o estrago que fazem nos inimigos: e mais natural é em muitos homens o interesse, que nestes instrumentos a mesma natureza» [149].

Apesar disso, a campanha jesuítica perdia-se, e o futuro aparecia negro de borrascas. A Espanha batia a França, e nós tínhamos chegado à última penúria. Famintos e nus em casa, éramos o riso das capitais da Europa. Na Haia o nosso embaixador, D. Luís de Portugal, era perseguido pelos padeiros e cervejeiros; e, em Paris, Francisco de Sousa Coutinho via a casa penhorada por beleguins. Urbano VIII em Roma não quis receber o embaixador português; a Suécia não reconhecia o que fora para lá mandado; e em Londres, Cromwell invadiu a legação portuguesa para prender o irmão do embaixador Pantaleão de Sá que assassinara um burguês. D. Fernando Teles de Faro, enviado junto da Holanda, vê as coisas tão mal paradas, que se passa para Castela, confessando no seu manifesto de Colónia a desunião dos fidalgos e a ruína infalível. Ninguém confiava no Bragança apesar da sua riqueza: as primeiras letras que passou, para tirar dos bancos de Amesterdão dinheiro para a guerra, apregoaram-se em vão na praça; e ficariam inúteis a não ser um judeu, o Costa, que as comprou por um emprego. Salvou-nos em 1654 a inércia dos espanhóis, que, deixando passar o momento, só atacaram vigorosamente em 57, quando as coisas já tinham mudado em França.

Essa campanha de 57 foi de parte a parte uma vergonha: Olivença rendeu-se covardemente; e depois da empresa inútil do cerco de Badajoz, caiu tudo no marasmo antigo. D. João IV morrera; e felizmente acabavam com ele as contínuas intrigas, a desconfiança permanente, que paralisavam as operações. Em 58-9 as defesas de Elvas e de Monção faziam raiar uma esperança quando a paz dos Pirenéus, desembaraçando a Espanha, pactuava a nossa perda: o Mazarino vendia Portugal por Philipeville e Marienburgo.

Tudo estaria perdido se, de facto, o francês, ao mesmo tempo que nos abandonava no tratado, nos não favorecesse eficazmente, mandando-nos generais (Schomberg) e soldados. Adiante veremos a história complicada dos tratados, que são um constante comentário à guerra, e valem mais do que as batalhas.

Aos socorros de França vieram juntar-se dois mil homens que nos mandou de Inglaterra Carlos II; mas nada disto bastou para suster a invasão fulminante de D. João de Áustria. Desta vez a Espanha, desembaraçada sucessivamente (Vestefália, Pirenéus) dos seus inimigos, podia ocupar-se de Portugal. Em 61 os espanhóis invadem o reino: Borba, Juromenha, Veiros, Monforte, o Crato, Assumar, Ouguela caem num instante nas mãos do inimigo, que ocupa o Alentejo em todo o ano seguinte. Na primavera de 63 a invasão desce a Évora, que se rende vergonhosamente, entregando 7 000 prisioneiros; e depois de Évora, a tomada de Alcácer do Sal enche Lisboa de terror.

Entretanto, uma revolução na corte terminara a regência da rainha viúva Luísa de Gusmão (dezembro, 62), dando o trono a Afonso VI, e o governo ao conde de Castelo Melhor. Os jesuítas, desacreditados e batidos na sua

campanha infeliz, perdiam terreno; e o forte ministro, copiando Richelieu, usava deles sem ser seu escravo. Reinava em nome de um rei positivamente doido, como o padre Vieira tinha reinado em nome de D. João IV, e O'Daly (F. Domingos do Rosário) em nome da regente D. Luísa de Gusmão.

Castelo Melhor provou ser um homem. Organizou o exército e preparou uma reação enérgica. Em junho, menos de um mês depois da queda de Évora, ganhava-se a batalha do Canal e libertava-se o Alentejo; no ano seguinte invadia-se decididamente a Estremadura espanhola, e vencia-se em Castelo Rodrigo; em 64, finalmente, respondia-se ao cerco de Vila Viçosa e à nova agressão da Espanha, com a vitória decisiva de Montes Claros, que pôs termo à guerra.

Portugal parecia reviver à voz de um homem. Acordaram tradições apagadas, em cujo nome o ministro, apoiado por um exército vitorioso, reclamava, e talvez obtivesse, da Espanha caduca a Galiza – se as aparências fossem verdades. Eram uma ilusão, porém. No século XVII a abstração fizera do governo uma arte, e da guerra um xadrez. Nem nos concelhos, nem nas batalhas, se ouvia a voz poderosa e viva do povo. Como certas plantas que medram só do ar, sem raízes no solo, assim o governo, a diplomacia, o exército eram coisas quase fantásticas, sem base efémeras, que viviam de fórmulas e convenções apenas divorciadas da natureza. Produtos da abstração racional, estavam à mercê das lufadas imprevistas do capricho. A força aparente era uma fraqueza íntima, e por isso os castelos erguidos caíam de repente com um homem.

Assim aconteceu em Portugal em 1667; assim havia de acontecer um século depois, e de um modo ainda mais evidente. Os jesuítas, destronados, conspiravam, aproveitando habilmente a rivalidade da França e da Inglaterra, que possuíam em Portugal um instrumento dócil e submisso contra a Espanha. Os jesuítas, cuja obra era o reino, tinham um rei feito para pôr no lugar do doido Afonso VI, que cedia do trono em favor do Castelo Melhor; e, como o ministro se atrevia a ser um homem, como não se curvava submisso e humilde, a Companhia baniu-o. Depôs o rei, aclamou Pedro II, voltou a reinar, assinando a paz com a Espanha (1668), sem fazer exigências temerárias: o Diretório de Aquaviva condenava o excesso de zelo, e toda a espécie de entusiasmos e ambições...

Contámos a guerra: é mister contar agora as comoções internas e a política internacional da Restauração, que sacrificou Portugal aos interesses dinásticos.

Indiferente o povo, adversa uma boa parte da nobreza, D. João IV tinha por si em 1640 o clero; tinha a plebe da capital, que fraternizava, vendo sentada no melhor estribo do coche real a *Maranhã,* regateira-mor de Lisboa; tinha os aliados da França contra a Espanha. Para formar o seu ministério, foi

escolher entre os parciais do domínio espanhol, que agora parecia renegarem-no: Francisco de Lucena, nomeado ministro, era um desses. A fidalguia protestava contra a nova ordem de coisas, não acreditando no êxito da empresa. Desertaram muitos para Castela, e os de casa conspiravam claramente conta o rei. Em julho de 41, oito meses depois da aclamação, o governo decidiu-se, por fim, a perseguir e castigar. Sem força para vencer na guerra, ia sendo ridículo na sua fraqueza interna. Era necessário sangue, para dar vida ao novo trono, e terror, para dominar os incrédulos.

A história dessa conjuração de 1641, que termina com as execuções de 19 de agosto em Lisboa, é mais uma prova da deplorável decadência universal. Aliciados o conde de Armamar e o marquês de Vila Real pelo chefe da conspiração, Sebastião de Matos de Noronha, o moço e idiota duque de Caminha entrou aí como Pilatos no *Credo,* sem saber porquê – para não denunciar o pai. Só ele, o infeliz, por quem em vão o arcebispo de Lisboa implorou à rainha, deixou de ser covarde. Todos os mais se rojaram aos pés de D. João IV, pedindo perdão, denunciando os cúmplices. Salvou uma vida miserável o arcebispo de Braga; e o duque de Caminha, irresponsável e até inocente, foi degolado com os companheiros – porque era necessário extinguir a família, para com os bens da casa de Vila Real, confiscados, se criar a casa do infantado. Assim se dotou o príncipe que depois foi D. Pedro, rei *a pedido das cortes e muito aprazimento da Santa Sé*.

O novo trono já tinha um degrau de cadáveres e sangue: bom fundamento. Era necessário consolidá-lo com a proteção dos inimigos da Espanha.

Desde 1634 que Richelieu vinha incitando o duque de Bragança a declarar-se rei de Portugal. Por ocasião da revolta do *Manuelinho* mandara um espia propor o auxílio de 50 navios, 13000 homens, e dinheiro. Se o Bragança recusasse, ele oferecia um Bourbon. Em 39 voltara a insistir, propondo a coroa a um neto do prior do Crato. Quando rebentou a conjuração de 40, Richelieu viu consumada a sua esperança e considerou morto o seu rival Olivares: feria-o com duas graves diversões, a Catalunha e Portugal. Logo em julho de 41 se assinou o tratado com a França, e os navios (20) franceses encorporaram-se na esquadra holandesa que vinha em socorro da dinastia. Que pedia a França em troco? Nada; porque era bastante para ela o serviço de apunhalar a Espanha pelas costas. Indiferente aos territórios portugueses da Índia e do Brasil, única moeda com que D. João IV podia pagar; exclusivamente ocupada pela Europa de que era o centro, a França usava de nós como um mero instrumento e fá-lo-ia enquanto isso lhe conviesse. Efetivamente o tratado permitia à França assinar a paz com a Espanha, sem Portugal ser ouvido; e o futuro mostrou bem o valor desta condição, e a nenhuma conta em que o rei dos jesuítas era tido.

Já estava assinado o tratado com a Holanda (21 de junho). Se o

francês escarnecia de nós, o holandês, que até então nos roubava como inimigo, ia agora espoliar-nos como bom amigo; e em nome de uma promessa falaz de socorro, o rei vendia o melhor do seu reino. Como inimigo da Espanha, a Holanda era nossa aliada; mas nosso inimigo ao mesmo tempo no Ultramar. O governo português queria decerto reivindicar o muito que a Holanda pilhara durante os sessenta anos anteriores, porém a Holanda pôs como condição *sine qua non* a conservação do *stato quo*. D. João IV comprou o auxílio, pagando-o com o império ultramarino, sancionando os roubos de sessenta anos. Não era a primeira vez, nem seria a última, que os dinastas, substituindo-se à nação, a venderiam para se conservarem a si. O holandês, porém, exigia e obteve mais. Além do reconhecimento da posse do que ocupava, concedeu-se-lhe o ser equiparado a Portugal nas colónias ainda portuguesas, o que equivalia a uma cessão positiva de toda a fortuna colonial. Não valeria a pena abandonar tudo, para termos D. João IV, e os jesuítas que aplaudiam e defendiam tratados holandeses: para os termos como os senhores e reis?

Nem por tal preço, contudo, os holandeses davam por concluídas as pendências ultramarinas: o tratado não consagrava a paz, estabelecia apenas uma trégua de dez anos. Assinada essa convenção ruinosa, a Holanda mandou 40 navios, 2 regimentos de cavalaria, armas, munições, etc.; mas logo em setembro chegou do Ultramar a notícia de que a trégua era uma mentira: os holandeses acabavam de tomar-nos o Maranhão, no Brasil; Angola e S. Tomé, em África[150]. Que fez D. João IV em Lisboa? A esquadra estava no Tejo, e as guarnições viam-se perdidas, crendo que o rei teria juízo bastante para apresar os navios e os homens, como reféns. Nem a tanto chegava, porém, a inteligência, nem a audácia; e quando o holandês o percebeu, levantou ferro, largou velas, e foi-se, livre e sossegadamente, com o preço das colónias cedidas de facto e de direito.

D. João IV ficou burlado; mas Angola e o Brasil, abandonados, vendidos, souberam defender-se a si próprios. Essa epopeia, que selou a independência real da nossa colónia americana, terminou em 1654 pela expulsão total dos holandeses[151].

Falta o terceiro dos aliados contra a Espanha, Inglaterra, sobre a qual reinava ao tempo Carlos I.

Inspirada por outros interesses, a nação onde o génio comercial e fabril despontava viu em Portugal um bom país de ilotas a explorar. Do tratado de janeiro de 42 data a suserania que a Inglaterra veio exercendo até nossos dias sobre Portugal: desde logo se criou um foro especial para os ingleses residentes, com um juiz conservador privativo.

Cego instrumento nas mãos da França, campo aberto à exploração inglesa, burlado pela Holanda, o Portugal restaurado, sem gente, sem dinheiro, sem colónias, sem vida, sem caráter, era o cadáver sobre que o jesuíta

imperava, e a *herdade* de D. João IV, rei pela graça das espingardas dos aliados e da senectude da Espanha. Ninguém acreditava no êxito de uma empresa começada sob tão maus auspícios; e os cadafalsos do Rossio (1641) demonstravam o protesto contra o egoísmo do rei, que sacrificava tudo à sua conservação. O terror lavrava por toda a parte; calculava-se o que havia de sofrer, quando a Espanha voltasse a tomar posse do reino. Havia a consciência de uma absoluta impotência. E, para sufocar o medo, D. João IV sacrificou em um patíbulo o seu ministro Lucena (1643). O povo, além de temer, gemia com os tributos repetidos que lhe sugavam até a última gota de sangue. Em 41, as cortes tinham votado dois milhões de cruzados, que a guerra absorvera inteiramente em 42. Novo serviço se reclamava, e o povo exigia por sua parte que ele se repartisse por estados, segundo as posses de cada um: pela nobreza, pelo clero. O padre Vieira, num sermão de finanças, esgotou em vão a sua eloquência teatral, para convencer o povo da utilidade de pagar; e o rei, não se atrevendo a bulir na arca santa da riqueza do clero, teve de dar do seu bolso um milhão de cruzados.

Em 44 foi a vitória do Montijo que trouxe algum alento; mas, no fim do ano seguinte, mais dois milhões eram necessários, e o povo gemia e chorava. Tudo piorava; os horizontes cada vez se carregavam de maiores sombras, quando em 48 estoirou, como um trovão, a notícia da paz de Munster. O tratado de Vestefália terminava uma guerra de trinta anos, deixando a França, apenas, em campo contra a Espanha.

D. João IV não resistiu ao medo e tratou de se salvar a si. Já tinha empenhado uma parte da sua riqueza, sacrificando os seus ócios beneditinos de erudito, os encantos da música – porque era um *virtuoso* – para dar a Portugal a dita de reinar sobre ele. Não duvidara alienar o Ultramar, e subscrever a todas as exigências humilhantes da França e da Inglaterra, para nos dar a nós a honra de o termos como rei. Arriscar tudo, incluindo a própria cabeça, parecia-lhe excessivo. Não era mau, decerto, nem talvez inepto; mas o seu génio não o chamava para o campo, nem para o conselho: prazia-se estudando, tocando e rezando, porque era beato. Já que o destino assim o mandava, perdesse-se o reino, mas ao menos salvasse-se o rei. Sempre foi egoísta. Enviou, pois, o padre Vieira a entender-se com os jesuítas em Roma. Propunha uma combinação aos verdadeiros soberanos da Europa. O neto, herdeiro presuntivo, e filho do já falecido D. Teodósio, casaria com a infanta de Espanha, e voltaria a fazer-se a união. O padre Vieira, acaso autor do plano do rei, ia entusiasmado com a visão do Quinto Império; e mal sabia a Espanha o que perdia, recusando uma dinastia tão ilustre. O facto é que de Madrid proibiram terminantemente as negociações, e o padre Vieira veio corrido de Roma. Então mais do que nunca, a Espanha contava submeter-nos pela força.

Repelido com desdém, D. João IV viu-se tão perdido, que pactuou com o Anti-Cristo Cromwell, ele, o rei devoto que não queria hereges entre os

mercenários do seu exército. Carlos I caíra em Inglaterra, e a revolução puritana estava no apogeu, quando um conflito ridículo trouxe ao Tejo uma armada inglesa, que apressou as naus do Brasil, nas barbas do rei. Este, que dera de barato as colónias aos holandeses, abandonava agora (1654) tudo ao inglês. Confirmou-se o tratado de 42, que fazia de cada inglês um rei de Portugal; deu-se a esses insulares ativos a faculdade de comerciar livremente, em Portugal, com a Índia, com a África e o Brasil. Os portugueses não poderiam fretar navios de outras nações enquanto houvesse no porto navios ingleses; – nenhum inglês poderia ser preso, sem permissão do seu juiz conservador – e as mercadorias inglesas nunca pagariam na alfândega portuguesa mais de 23% *ad valorem* sob quaisquer títulos.

Era impossível descer mais fundo, baixar mais, abdicar de um modo mais completo a independência, que se debatia contra o espanhol, e se sacrificava, assim, ao inglês. Só faltava morrer de todo; e D. João IV morreu, com efeito, dois anos depois de assinar o tratado.

No ano seguinte perdeu-se Olivença, e em 59 assinou-se a paz dos Pirenéus, entre a França e a Espanha: Mazarino aproveitou a condição do tratado de 41, tratando livremente com a Espanha, e abandonando-nos. Os franceses ficavam inibidos de servir no exército português e de auxiliar de qualquer modo o governo de Afonso VI; e Filipe IV, atendendo à poderosa intercessão da Franca, concedia generosamente que Portugal retomasse a posição que tinha antes de dezembro de 1640.

Rompiam-se pois as relações diplomáticas com a França que, de aliada, se tornava nossa inimiga; e o padre Vieira, considerando tudo perdido, aconselhava a regente a embarcar a casa de Bragança para o Brasil, abandonando o reino à sua sorte, para fundar na América o Quinto Império – de Deus e dos jesuítas.

Entretanto, ou o rei de França tinha uma política diversa da do seu ministro, ou este, nas complicadas combinações do seu génio, decidira abandonar e apoiar Portugal ao mesmo tempo. O facto é que, iludindo as estipulações do tratado, Schomberg e mercenários franceses vieram para o exército, e a proteção da França continuou de um modo oculto. As questões francesas na Espanha estavam adiadas, mas não resolvidas; as pazes eram tréguas apenas.

Desembaraçada, porém, a Espanha pôde cair sobre nós com as suas melhores forças, e ocupar todo o Alentejo, quase até Lisboa (1661). A regência valeu-se do inglês que, tendo provado a utilidade de segurar este canto da Península, de explorar este bando de ilotas, e mirando no futuro valor do Brasil, oferecia auxílio e socorro. Já Cromwell caíra, e no trono britânico sentavam-se outra vez os Stuarts. Deu-se a Carlos II a infanta D. Catarina, com o dote de dois milhões de cruzados, Tânger e Bombaim – para nos defender dos holandeses na África, dos espanhóis na Europa. Confirmaram-se os tratados de 42 e 54,

concedendo-se aos ingleses a liberdade de estabelecimento em todas as colónias. Garantiu-se a propriedade de tudo o que pudessem haver dos holandeses na Ásia, salvo Colaambu, em Ceilão, que reverteria (mas nunca voltou) à coroa portuguesa.

Pelo tratado de 54 a Inglaterra ficara-nos possuindo; por este de 61 tutelou-nos, declarando-nos pródigos e ineptos; encarregava-se de nos defender, mas, como bom tutor, vendeu-nos. Não nos defendeu na Europa, porque a monarquia dos Stuarts era, em Inglaterra, a obra da França; nem no Ultramar, porque nos impôs o tratado de paz com a Holanda (1662), em que desistimos formalmente de todas as pretensões e de todos os direitos.

Da longa campanha diplomática da Restauração através de todos os incidentes, holandeses e franceses, resultava este facto que ficou pesando por dois séculos sobre o novo Portugal: o protetorado inglês. Protetorado, sempre se traduziu, na linguagem real da história, por exploração: é um eufemismo diplomático.

A guerra prosseguia; e D. João de Áustria, senhor do Alentejo, ameaçava Lisboa, quando a revolução de palácio que entregou o governo ao único estadista português do XVII século, o conde de Castelo Melhor, imprimiu força e unidade às operações, dando-nos as vitórias decisivas do Ameixial e de Montes Claros. O inglês acudia a intervir pela paz, e o ministério inclinava-se para aí, desde que obtivesse as compensações necessárias. Por outro lado Luís XIV, a quem a sucessão de Flandres punha de novo em conflito com a Espanha, embaraçava as negociações, porque lhe convinha ter no flanco do inimigo um cravo penetrante. O casamento de Afonso VI com uma princesa francesa (1667) fez decidir a política, e assinar a liga defensiva e ofensiva contra a Espanha. A situação respetiva das duas nações da Península mudara muito depois de Montes Claros; e a aliança francesa era neste momento o meio único de exigir indemnizações (a cessão da Galiza) de um inimigo incapaz de continuar a guerra.

Outra revolução de palácio, cujo alcance indicámos já, expulsou do governo o Castelo Melhor, depôs o rei, e levantou sobre o trono o jesuíta – entre D. Pedro II e a rainha, desbragada e sem pudor.

Pagámos então (1668) à França na mesma moeda de 59. Abandonámo-la, como ela nos abandonara na paz dos Pirenéus: e a Espanha, contente por se ver tão facilmente livre de um dos inimigos, assinou a paz, reconheceu finalmente a independência de Portugal. Vinte e oito anos durara o pleito.

Luís XIV, vitorioso, pouco se lhe deu do nosso abandono; e como, na sua política de equilíbrio, as nações eram dados, na tavolagem da Europa, ganha a vaza, esqueceu Portugal. O inglês, com outros intuitos comerciais e utilitários, pôde reinar sozinho de mãos dadas com o jesuíta.

E o povo, a nação? Abstração era tudo no XVII século, e em Portugal

mais do que em parte alguma. O jesuíta educara cuidadosamente o seu reino; e, como fruto primoroso, nascera Afonso VI, espécie de rei Lear, doido e mau, furioso e docemente terno. Não tinham, porém, os padres contado com a hipótese de um homem como Castelo Melhor, que os vencesse a eles na inclinação estúpida de um rei nulo; e quem sabe se não correram o risco de lhes suceder, um século antes, o que mais tarde veio a acontecer, no momento análogo do marquês de Pombal.

Em 1667 venceram o ministro precursor do espírito civilista e secular do XVIII século, e puseram no trono um homem apaixonado e violento, explorando o amor incestuoso em que ardia pela cunhada. Ela era uma coisa própria da *Companhia,* e, *bem educada* na corte dissoluta de Versalhes, não temia os escândalos e as indignidades, que os padres sábia e piedosamente lhe descreviam como virtudes. A comédia repugnante da *Causa de nulidade* é a sentença condenatória dos educadores e educandos.

O caráter imundo, as inclinações vis, os gostos obscenos de Afonso VI reproduziam num tipo o estado a que a educação embrutecedora dos jesuítas levara os costumes: oportunamente esboçaremos esse quadro.

Agora, a vitória de 1667 e a paz com a Espanha, desembaraçando os movimentos dos atores, coloca evidentes na cena o rei, o jesuíta e o inglês: o sátrapa, o mestre e o judeu. Esta é a trindade augusta que vai reinar em Portugal – uma necrópole!

O inglês aproveita o momento de 703 para exigir de D. Pedro II, seu protegido, dois serviços: o tratado de Methwen e a liga contra a França (rasgando a de 67), para defender a sucessão de Espanha da ambição borbónica.

O tratado de Methwen tornou-nos feitores da Inglaterra, e fez do país uma *fazenda,* uma *vinha* da Grã-Bretanha no Meio-dia. Os vinhos portugueses pagariam em Inglaterra um terço menos do que os franceses, e Portugal preferiria os produtos fabris ingleses. Compreende-se como este processo *livre-cambista* (aplicar as regiões ao que a natureza indica, sem curar das considerações sociais e políticas) desvairou para logo a economia nacional. As exportações subiram no primeiro ano a treze milhões de cruzados, e os vinhos atingiram no país o preço de 60$000 rs. a pipa. A especulação folgava; mas em 1750 era tanta a produção que o vinho baixara a 10$000 rs. O inglês, dando largas ao seu vício querido, podia embriagar-se por pouco dinheiro, e enriquecer vestindo-nos e dando-nos de comer por bom preço – porque Portugal não produzia pão.

D. Pedro II já tinha reconhecido o trono de Filipe V, Bourbon da Espanha; mas isso não obstou a que retirasse a palavra, entrando no conluio do inglês, do holandês e do Império, a favor do pretendente austríaco, contra Luís XIV. Portugal armaria um exército de 28000 homens, pagando os aliados metade do soldo. Ao exército português se reuniria uma divisão de 10000 homens

de tropas estrangeiras; os aliados forneceriam pólvora e generais, munições de guerra, e uma esquadra para defesa das costas. O pretendente austríaco prometia a Portugal a cessão de Badajoz, Albuquerque e Valência de Alcântara, na fronteira de leste; de Vigo, Tui e Guardia, na do norte; e além disto a restituição de todos os territórios usurpados no Rio da Prata.

Desde o começo apareceu evidente a nenhuma sinceridade de todas as combinações; e das quatro nações aliadas, Portugal, onde todas vinham assentar arraiais; Portugal, torrão preciso para um acampamento contra a Espanha, foi quem tudo perdeu. Em março de 704, chegou a Lisboa o arquiduque Carlos pretendente, e declarou-se a guerra à Espanha, mas a desordem, as bulhas, a anarquia nas tropas, a rivalidade dos comandantes prognosticavam uma derrota. Portugal era uma hospedaria e um acampamento, e a insensata política anglómana do rei fora, por gosto, fazer do reino o trono da guerra.

Logo em maio os borbónicos de Berwick entram pela Beira, descem para o sul, e ocupam Castelo Branco e Portalegre: ao mesmo tempo as costas do Algarve eram devastadas por mar. A guerra estava desencadeada; e nenhuma guerra melhor do que esta retrata a confusão a que a vitória das fórmulas abstratas monarquistas (poder absoluto, equilíbrio, diplomacia, etc.) levara a Europa. Eram três exércitos em campanha, sobre o território português – uma banca de jogo. À frente do nosso via-se um herege e holandês, Fagel; à frente dos franco-espanhóis andava um inglês, Berwick; à frente dos ingleses e imperiais, um francês, Ruvigny.

Em 705 e 706, Luís XIV e Filipe V baixam; a Espanha é invadida pelos aliados, e a divisão do marquês das Minas chega a entrar em Madrid, aclamando Carlos III (2 julho, 706); porém, logo em 707, a perda da batalha de Almanza (abril, 25) determina a reação. D. Pedro II morrera antes da derrota; e o novo rei, D. João V, tomou conta do governo com o fardo da guerra. Nos quatro anos seguintes (707-11) o trono de Filipe V consolida-se a ponto que os ingleses, desenganados, abandonam-nos, retirando a divisão auxiliar. Esboroa-se tudo: os soldados desertam em massa para o inimigo. Negoceia-se então a paz, que se assina em Utrecht em 713. De dez anos de guerra, que lucrávamos? Devolvemos fielmente tudo o que tínhamos na Estremadura espanhola, e apenas nos foi restituída a colónia do Sacramento na América[152].

Nesta guerra de *equilíbrio* em que D. Pedro II lançara o reino, nesta guerra em que nenhum interesse nacional se pleiteava, vê-se bem o império das novas ideias a que a monarquia obedecia já no princípio do XVIII século. Formara-se, como sistema, o *absolutismo*[153]; e D. Pedro II desde 1674 não convocara mais as cortes nacionais, instituição que outrora representava a nação, como um corpo, perante o rei, um chefe. Pode dizer-se que depois de 1668, quando se fez a paz com a Espanha, as cortes portuguesas não tiveram mais intervenção no governo. Em 1674 o rei convocou-as, mas dissolveu-as logo, por

quererem fiscalizar as despesas públicas. D. João V fingiu, iludiu, sem negar; mas D. José I afirmou, de um modo positivo e terminante, que o poder é uma « alta e independente soberania, que o rei recebe imediatamente de Deus; pela qual manda, quer e decreta aos seus vassalos, de ciência certa e poder absoluto» .

Das três pessoas que designámos no trono – o rei, o inglês e o jesuíta – vimos como vivem os dois primeiros. E o terceiro? O mestre, o guia, o fundador do novo reino? – A sua educação educava-o a ele próprio; o veneno com que minara a sociedade corroía já a constituição íntima da *Companhia*. O inglês, apesar de judeu, apresentava-se como apóstolo do espírito prático e utilitário, radicalmente inimigo de todos os sonhos e quimeras, de sebastianismos e beatérios. O rei, como um pupilo que cresce em forças e experiências, não ousava renegar o mestre, mas ia comentando e explorando em proveito próprio as lições recebidas. Prevê-se, pois, já o choque entre os dois absolutismos, o do espírito e o da lei; e as intrigas da corte no tempo de D. João V preparam a campanha de que Portugal saiu vencedor.

Essa vitória era de esperar, porque o absolutismo monárquico, apoiando-se naturalmente à corrente das opiniões práticas e utilitárias, ganhava forças; ao passo que o jesuitismo, pervertido pelo tempo, era absorvido pelo cuidado exclusivo de intrigar e enriquecer. O reino da terra (com que antes se havia de ganhar o céu) é para o jesuíta do XVIII século o motivo positivo da sua atividade, e ambição transcendente desce à condição de uma fórmula vã de estilo.

No seio da Ordem tinham também ocorrido casos graves, na segunda metade do XVII século. De começo houvera apenas um pequeno número de professos que tivessem proferido os quatro votos. Afastados dos colégios, vivendo de esmolas, a sua autoridade era toda espiritual: por isso também eram a força e o nervo da Sociedade. Os lugares que exigiam atividade temporal, reitores e provinciais, e em geral os colégios, estavam nas mãos dos coadjutores.

Foi sob o geralato do fraco Vitelleschi que os professos chegaram aos empregos administrativos, participando do rendimento dos colégios, fazendo-se reitores e provinciais. Daí veio a obliteração das severas práticas devotas; daí a preocupação ambiciosa de ganhar os altos graus, que agora davam já o poder temporal com a autoridade espiritual. Acabou assim a disciplina severa, e veio a mundanização.

Desde logo se restringiu o poder absoluto dos gerais, colocando-se-lhes ao lado um vigário, com poder privado: o que fazia duas cabeças num mesmo corpo, e destruía a unidade do mando.

Outrora exigira-se dos neófitos a renúncia absoluta dos próprios bens. Agora temperava-se esta disposição crua. Primeiro, começou-se por adiar o cumprimento do preceito; depois, a renúncia foi condicional, prevendo-se o caso de expulsão; por fim, a doação não se fazia propriamente à Sociedade, mas sim

àquele colégio em que o neófito entrava, e de que ficava fazendo parte como associado.

Os colégios transformaram-se em sociedades mercantis – porque o banco e o comércio, diziam, nada tinha de pior do que a lavoura em que os santos monges dos primitivos tempos se ocupavam. As fábricas de tecidos de Mecerata eram propriedade do colégio de Roma: o embaixador português na cidade dos Papas recebia os honorários em saques sobre os jesuítas. Os de Marselha tornaram-se célebres pelas especulações do padre Lavalette na Martinica; mas o centro da rede de escritórios comerciais e bancários que abraçava os dois mundos era em Lisboa, capital do jesuitismo e do reino por ele e para o seu uso trazido à luz das histórias[154].

As mundanidades (poder, riqueza, etc.) de que, antes, fora ideia fazer instrumentos de salvação correspondiam, agora, os apóstolos; e as fraquezas humanas (superstições, escrúpulos, paixões, ilusões, etc.), desculpadas, primeiro, em nome de uma tolerância transcendente, ou exploradas com um espírito idealista, tinham apagado a consciência, varrido a inteligência: eram toda a moral e toda a religião dos homens.

Foi isso o que o reinado beato e devasso de D. João V veio mostrar, patenteando um sistema de costumes ridículos e nojentos.

# IV

## IV. AS MINAS DO BRASIL (D. JOÃO V)

Um facto fortuito, alheio aos elementos naturais da vida portuguesa na Europa, tinha vindo pelos fins do século XVII influir poderosamente nos destinos da nação. Despovoado e inculto o reino, miseráveis e nuas as povoações, sem riqueza nem trabalho – as minas do Brasil deram ao rei e ao povo uma fortuna que o reino lhes negava.

A situação que a descoberta da Índia criara a Lisboa, no XVI século, renascia agora com a riqueza americana. Populosa, teatralmente opulenta de um luxo fidalgo e sacerdotal, a corte de uma espécie de sátrapa, Lisboa era mais a metrópole de um vasto império ultramarino, do que a capital de um reino europeu. Portugal via-se outra vez o alfoz da sua bela cidade que o devorava. O destino marítimo da nação, criado pelo seu porto magnífico, numa das fronteiras do mundo, condenava-se a sofrer as duras consequências de uma grandeza singular. Portugal, nos antigos e modernos tempos, só comenta a miséria das suas províncias, a penúria do seu organismo nacional, nas horas de crise: 1640, 1755, 1820, 1834. Agora, as minas americanas chamam todas as ambições e todas as forças para a cidade onde se encontra a vida inteira da nação[155]. Na corte, em Lisboa, portanto, se desenrola a história, muda em províncias despovoadas, embrutecidas e miseráveis.

Foi sobre o ouro e os diamantes do Brasil que se levantou o novo trono absoluto de D. Pedro II; foi com eles que D. João V, e todo o reino, puderam entregar-se ao entusiasmo – desvairado dessa ópera ao divino, em que desperdiçaram os tesouros americanos. O acaso, pai sem virtudes deste filho pródigo chamado Portugal brigantino, concedeu a um tonto o uso de armas perigosas, abrindo-lhe de par em par as portas dos arsenais; e D. João V, enfatuado, corrompeu e gastou, pervertendo-se também a si e desbaratando toda a riqueza da nação. Tal foi o rei. O povo, pastoreado pelos jesuítas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir como convinha à festa solene do desbarato dos rendimentos do Brasil.

A tradição da existência do ouro era antiga. Em 1573, um certo Tourinho, subindo o rio Doce, descobriu o território chamado de Minas, e encontrou esmeraldas. Depois dele, outros exploradores visitaram a região; até que, em 1693, chegou a Porto Seguro um paulista com a notícia de que havia ouro no sertão de Cuiaté. A exploração começou desde logo, provocando o delírio que em nossos dias se viu na Austrália. A princípio, a saca do ouro era severamente proibida, mas, por impossível de fiscalizar, libertou-se, impondo-se o tributo do quinto, que começou a render cerca de 12 arrobas por mês[156].

Para que bem se possa avaliar da importância das novas descobertas; para que ninguém se iluda, supondo que os desperdícios faustosos de D. João V traduzem um renascimento da riqueza natural do reino, poremos aqui umas notas das massas de metais e pedras preciosas que D. João V recebeu do Brasil: 130

milhões de cruzados; 100 000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24500 marcos de ouro em barra; 200 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados de valor, em diamantes. Além de tudo isto, o produto do imposto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cerca de milhão e meio de cruzados. Pois essa soma quase incalculável de riquezas não bastou para encher a voragem do luxo e da devoção do espaventoso e beato monarca. O inglês sentava-se com ele à mesa, e aplaudia os desperdícios, porque todo o ouro do Brasil passava apenas por Portugal, indo fundear em Inglaterra, em pagamento da farinha e dos géneros fabris, com que ela nos alimentava e nos vestia. A indústria nacional constava de óperas e devoções. O português só sabia ser lojista: todo o comércio externo estava na mão de ingleses, principalmente, e de italianos.

Por isso, nem todo o ouro do Brasil chegou, a dívida nacional cresceu, e se Lisboa quis deixar de morrer à sede, teve de pagar com um imposto especial a construção do seu Aqueduto.

Os dinheiros do Brasil tinham outro e melhor destino. Iam para Roma custear o preço de concessões valiosas. Era a elevação da capela do rei a Patriarcado – um arremedo do Vaticano; eram as insistências (sem resultado) para que se definisse o dogma da Imaculada Conceição de Maria, antiga teima dos Braganças; eram licença para os padres dizerem três missas em Dia de Finados, eram os lausperenes, as relíquias, as canonizações, as indulgências.

A educação jesuíta produzia duas espécies de carateres que, às vezes, quase sempre, se viam reunidos na mesma pessoa, e que imprimiram na fisionomia portuguesa do XVIII século um cunho ainda não de todo apagado em nossos dias: a brutalidade soez e a parvoíce *carola*. Eram os frutos da esterilização do ensino e da perversão da religião. Nos nossos reis quis o acaso que os dois carateres encarnassem, com tipos, em dois homens, para melhor se poderem ver e observar. Afonso VI foi um, João V o outro.

A antiga hombridade portuguesa, que a perversão universal tornava em bazófia, dava o braço à antiga piedade, traduzida agora por uma devoção idiota e piegas. D. João V era, ao mesmo tempo, balofo e carola. Tinha o amor das cerimónias, e sabia todos os pontos da etiqueta do paço e da igreja. Era mestre em liturgia. Queria bem a todos os santos, mas tinha um fraco particular por S. José e por S. Francisco de Assis. Quem diria, ao asceta do XIII século, o amor futuro do rei sibarita e devoto? Nossa Senhora das Dores merecia-lhe também um cuidado especial; estendeu e vulgarizou pelo reino o seu ofício; mas o fraco por S. Francisco era de tal grau, que aspirava ao lugar de andador da sua Ordem Terceira. D. João III aspirara ao lugar de inquisidor; nesta diferença de ambições se vê a diferença dos tempos e da religião. O jesuíta está de permeio.

A Patriarcal era para D. João V o reino, a corte. Essa ópera contava quase quatrocentos figurantes. Afora o patriarca, tinha vinte e quatro principais,

setenta e dois prelados, vinte cónegos, setenta e três beneficiados, mais de trinta mestres de cerimónias, acólitos, capelães. Custavam todos trezentos contos ao ano. E além disso, cento e trinta cantores e músicos, por trinta e oito contos. E por cima, as rendas principescas do patriarca. E mais ainda o preço incalculável das festas magníficas, como o cenário deslumbrante de ouro, pedrarias, veludos, rendas, luzes, em nuvens de incenso despedidas pelos turíbulos cinzelados.

D. João V não regateava o preço das coisas; antes, como rei *brasileiro,* rico sem bem saber como, punha a honra na despesa, imaginando espantar o mundo com o modo perdulário com que dissipava. Mais de duzentos milhões de cruzados foram para Roma; não tem conta o que deu pelo reino às igrejas, aos conventos de frades e freiras e na sua fúria de ser esmoler-mor do catolicismo lembrava-se de todos derramando por toda a parte o ouro do Brasil: Santo Antão de Benavente, S. Francisco de Badajoz, a capela dos portugueses de Londres, o presepe de Belém na Palestina, os templos de Jerusalém, para não falar nos de Roma. – Alexandre de Gusmão, atónito, apertava a cabeça com ambas as mãos, exclamando « A fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos!»

O rei não pensava em tal; e emproado, soberano, a peruca majestosa, o pulso em fofas rendas, com a mão sobre a bengala, risonho de si, passeava os olhos pelo cenário da ópera faustosa.

Vestia-se de Paris. Era, deveras, um grandíssimo rei! E os mitrados de púrpura, os tonsurados de camândulas e burel, de rastos, humildes, batendo nos peitos, louvavam e adoravam o grande Lama do extremo ocidente.

Faltava, porém, a D. João V alguma coisa. O figurino pelo qual se vestia, o seu modelo, o Rei-Sol de França, Luís XIV, tinha fábricas, academias e monumentos; e além disso o monarca, intimamente interessado em todas as coisas do culto, reparara não serem bons os galões que vinham de fora para as armações de igrejas e para os fatos dos comparsas – os soldados. Criou pois uma fábrica de sedas; primeira e evidente necessidade de um reino que não fiava a lã, nem o linho.

Criou também uma academia, pomposa e grave, para escrever numa *História* os fastos de antepassados da grande era a que se assistia. Por isso o historiador encartado chamou à história da nação *História Genealógica da Casa Real*... Que era, de que valia o reino, perante a real casa? Quem era o miserável povo, diante do Bragança magnífico?

Já tinha os galões de seda, já tinha a *História,* mas não errava satisfeito ainda, o grande rei.

Queria também monumentos, e traçou uma basílica maior do que o reino. Mafra devorou, em dinheiro e gente, mais do que Portugal valia. Também, para o rei, afora Mafra, a Patriarcal, a Corte, nada havia, no canto extremo da Península. Erro! Havia um cubículo misterioso em Odivelas onde o sibarita dava

largas à concupiscência, fundindo num só os amores da carne os do incenso, numa embriaguez dolente e sensual, cheia de misticismo doce. O jesuíta preparara, ao rei e a todos, esses recessos misteriosos, alcovas perfumadas, vestidas de imagens piedosas, onde se exercia o culto de todos os amores, sem pecado, num arroubo de semivida de delícias. O místico levava o rei até à porta, abria-a, sumia-se, murmurando rezas untuosas...

Não desvendamos, contudo, por enquanto, as alcovas, nem as salas dos importantes conselhos. Vejamos apenas, como espectadores da plateia, a ópera sumptuosa que se desenrola entre os bastidores de Mafra. Por fim o rei conseguira o cúmulo da sua ambição e a mania do monumento, que lavrara em França com Luís XIV, transportada para cá, erguia de uma só vez, num lugar único, uma montanha fria de pedra. Vasto abrigo mortuário, povoado de frades negros, era ao mesmo tempo o palácio do moderno Salomão. 50 000 homens andaram nessa obra, como escravos; e ao lado a forca ameaçava os que protestassem, fugindo, contra o capricho do soberano que os mandava buscar de todo o reino, às levas, entre alas de soldados. As oficinas de Roma e de Veneza, de Milão e de Génova, da Flandres e da França tinham fornecido as alfaias preciosas, os lustres e candelabros, os cancelos de bronze arrendado, as lâmpadas e tocheiros, os relógios e carrilhões. Nunca se vira ópera tão estrondosa de músicas, tão brilhante de ouros, pedrarias, luzes, púrpuras, rendas, sedas!

D. João V triunfava. Não tanto, afinal, por ter levantado Mafra; mas porque via nas torres o seu enlevo, a sua paixão, o objeto dos seus cuidados – um sino que pesava oitocentas arrobas! Quando lhe anunciaram estar suspenso, deu ao alvissareiro o cargo de sineiro-mor, com a tença de cem mil réis. O sino dobrava agora solenemente, e cada golpe vibrava no coração do rei como uma nota de alegria e de orgulho. E o sino continuava, batia! e esses golpes repetidos parecem à história os soluços de um povo inteiro, faminto e miserável, arrastado por um doido numa procissão grotescamente fúnebre.

Em toda a Europa não havia um sino assim.

Entremos agora nos bastidores da cena.

Alexandre de Gusmão, em Lisboa, junto do rei que o tinha por secretário, e D. Luís da Cunha, embaixador em Paris, carteavam-se intimamente. Ambos sabiam Portugal de cor: e enquanto o embaixador insistia com o amigo para que se interviesse na política da Europa, ganhando um lugar no concerto internacional, Gusmão respondia: «Esquece-se de que deixou os amigos lutando com as ondas do mar da Superstição e da Ignorância».

D. João V presidia aos conselhos, entretendo-se a armar e desarmar um modelo do Vaticano, de madeira, miniatura primorosa que de Roma lhe tinham enviado de presente. «Oh! quem pudera dizer o que sente!» exclamava consigo o secretário. O rei não lhe prestava atenção; só curava das coisas beatas: quanto rende o mealheiro *das almas*? e as missas? perguntava ao prior de S.

Nicolau, seu valido. Depois o cardeal da Mota, irmão do secretário de Estado, que tinha a paixão de alporcar cravos, observava a Gusmão ser inconveniente metermo-nos *em fofas*. E voltando-se para D. João V, contava-lhe gravemente a aparição de Sancho a seu amo, como a conta o padre Casuíno na sua *Corte Santa*: o rei, o duque de Lafões, o marquês de Valença, e todos os outros do conselho, com uma atenção cortesã, íntima e imbecil, escutavam religiosamente. Esses homens, tão formais diante do rei, eram um poço de brutalidade, de portas afora. Contava-se ao ouvido como António de Saldanha dera uma forte descompostura no cardeal da Mota, e como Francisco Galvão mandara a todos os diabos o secretário de Estado. O que agora ocupava principalmente o rei e o conselho era o caso de uma feiticeira, caída em poder da Inquisição, e que fizera confissões tenebrosas[157]. Por isso o cardeal instava com o soberano para que se conseguisse do Papa o livrar-nos de espíritos malignos e de feitiços que causavam neste reino tanto dano. « Não me consta que os sintam outras nações» , concluía gravemente. E enquanto o Papa não resolvia a questão, decidiu-se proibir o anúncio dos raios, tempestades e trovões, nas folhinhas do ano, para sossegar o povo.

Por isto, Gusmão, respondendo para Paris, dizia que se D. Luís da Cunha caísse na materialidade de querer instituir algumas irmandades, dissesse, que o empenho havia de conseguir-se, e dar até bom prémio. Outra coisa não havia a esperar nem do Soldão, nem de seus vizires. O rei era um « Bolónio, estéril e contrafeito» .

Luís XIV teve um furúnculo; o nosso teve também na decadência (1742) uma paralisia. Toda a corte dos santos do céu grotesco de Lisboa se agitou. O Senhor dos Paços foi para a Patriarcal, a Senhora do Carmo para o quarto do rei. Houve preces, esmolas, procissões, via-sacras: não cessava o latim dos frades, nem o tocar dos sinos importunando a Deus. Os médicos enviaram o soberano para as Caldas e só então se viu a necessidade da estrada que se fez, e que o cardeal da Cunha mandou benzer antes da passagem do enfermo. Melhorou; e então os sinos repicavam alegres e nos recintos das igrejas fulgurantes entoavam-se Ações de Graça. Nas academias literárias, os desembargadores de óculos e preciosas tabaqueiras tiravam do cérebro emperucado temas destes: « Foi tão grande a moléstia de S. M. como a afetuosa piedade dos seus vassalos?» ou « Foi neste reino tão grande o sentimento da queixa de S. M. como o gosto da sua melhora?» E os *escolhidos* dissertavam gravemente, analisando o problema, enquanto os vates dos conventos e das secretarias entornavam um enxurro de odes latinas, de sonetos, *liras*, e toda a farragem da poesia pseudoclássica.

Lord Tirawley, o embaixador da Inglaterra, verdadeiro sultão em Portugal, que o seu país tutelava, dizia: « Que se pode esperar de uma gente, metade da qual está pela vinda do Messias, e a outra metade pela de D.

Sebastião?» Este reparo do inglês provava também quanto o povo era indiferente ao novo regime. O seu verdadeiro rei era, continuava a ser, e seria sempre (até nossos dias) D. Sebastião. Nem os Filipes, nem os Braganças; nem 1580, nem 1640; nem depois ainda o marquês de Pombal, nem mais tarde a invasão francesa; nem os reis beatos, nem os reis magníficos, nem os reis plebeus; nem João IV, nem Afonso VI, nem João V – tinham poder bastante para o acordar do seu sonho. Este fenómeno de um povo, inteiramente fiel a um rei encantado, piamente crente numa lenda, e por isso indiferente ao rei de facto, às revoluções, à política, as guerras do estabelecimento da dinastia, e às reformas profundas do meado do XVIII século, é um caso único. Por isso o marquês de Pombal pôde impunemente mudar a face de todas as coisas em Portugal; por isso, também, a sua obra caiu num momento. Nada ganhava raízes, nem solidez, no terreno fugidiço de um povo indiferente à realidade, só fiel à sua quimera sebastianista. A própria corte, apesar do fausto, parecia aos visitantes estrangeiros « tout triste» .

D. João V, porém, não era sempre bolónio; também arremedava os estadistas, e queria mostrar-se forte e severo nos seus ímpetos, porque os tinha. Portugal era então uma espécie de Tunes da extrema Europa, e toda a casta de estrangeiro ousava rir-se de nós. De uma vez, o capitão de um navio flamengo, à carga do sal em Setúbal, desaveio-se com o guarda-mor, e, para encurtar razões, prendeu-o e levou-o para bordo. Em Lisboa, por qualquer rixa dos marinheiros ingleses, bêbados em terra, o *conservador* prendia livremente os naturais. Os almirantes das esquadras forasteiras desembarcavam tropas e faziam recrutamentos de marinheiros, rusgados a cordel. D. João V enchia-se de cólera e desenvolvia energias extravagantes, risíveis, sem isso impedir que as coisas continuassem. O estrangeiro dizia: pois não é verdade que nós fizemos o rei e o reino? Não foram os soldados ingleses, holandeses, franceses, que bateram o castelhano? E chamavam a isto seu, os comerciantes e armadores, e os governos das nações estrangeiras.

Mas D. João V tinha a consciência da sua grande força, e nos momentos graves empregava-a ruidosamente. Uma vez mandou preso para Cascais o conde do Prado, por não parar a sege quando passava o patriarca. De outra vez que um cónego da patriarcal fugira com uma mulher, sua amante, temendo que ambos saíssem por mar, mandou embargar todos os navios no Tejo, para dar busca. Mas o caso maior de todos, a grande façanha do governo, foi a batalha que as tropas do rei feriram contra as freiras de Odivelas.

Certa madre presa pela Inquisição por cristã-nova, figurara num auto de fé, e absolvida, fora recambiada ao convento. As irmãs, porém, renegaram-na, recusando-se a recebê-la no grémio piedoso e casto. Saíram em procissão de cruz alçada, caminho de Lisboa, para se lançarem aos pés do rei, que tamanho amor tinha pela comunidade. Mas D. João V, se era terno, também sabia ser

severo, como um bom pai. O majestoso soberano não consentia rebeldias. Mandou-lhes ao encontro a sua cavalaria, que fez recuar o exército inimigo. Acastelado no palácio da condessa do Rio, o adversário esperou o ataque; e como a cavalaria jamais serviu para investir os muros das fortalezas, e como as freiras recusavam a batalha em campo raso, mandou-se infantaria tomar o reduto. Deu-se o assalto, que os sitiados aguentaram bravamente, metralhando as tropas reais com pedras e móveis, bacias de toda a espécie, e líquidos de várias naturezas corrosivas. O exército fiel não foi batido: venceu. E os vencidos foram presos, em carruagens, para Odivelas.

Este caso deu a medida da força do rei, que todos, com susto e respeito, admiravam. Por isso, quando as freiras de Santa Ana quiseram também rebelar-se, bastou a intervenção do Camões do Rossio, *o pícaro* favorito do monarca.

No meio da comédia burlesca da devoção, a desordem, a corrupção eram enormes. «Tudo se consegue com quaisquer quatro bolsas, aplicadas decentemente a qualquer bonzo, quando não possa ser ao vizir seu protetor», dizia Alexandre de Gusmão, que via as coisas de dentro. Era público, efetivamente, que o vigário dos padres da Boa Hora, o Grilo, confessor e valido da rainha, vendera o contrato do tabaco por 12000 cruzados. O conde de Unhão, capitão-general do Algarve, contrabandeava por sua conta e risco, e na própria Lisboa sucedia outro tanto. Os fidalgos ocupavam-se em *troças* brutais, promovendo tumultos e desordens, em que havia mortos. Eram falados os bandos e arruaças do duque de Cadaval, dos marqueses de Marialva e de Cascais, dos condes de Aveiras e Óbidos, que punham Lisboa num estado permanente de terror. O próprio irmão do rei, o infante D. Francisco (como D. Afonso VI), de súcia com o Supico e outros, se divertia nessas aventuras e raptos noturnos que ensanguentavam as ruas da capital. A antiga valentia portuguesa aparecia transformada em uma brutalidade grosseira. Falava-se com entusiasmo do falecido rei, D. Pedro II, que levantava e punha ao ombro com uma só mão um saco de trigo de seis alqueires; do célebre *menino do Freixo,* que dera meças ao famoso monarca, e do marquês de Alegrete, cuja cutilada abria por meio a cabeça de um toiro. Estas *gracinhas* que vieram sendo aplaudidas até nós, e tiveram um herói em D. Miguel, introduziam nos costumes uma ferocidade singular. O assassinato, a tiro, pelo meio da capital, era coisa comum; e nas casas fidalgas propinavam-se bebidas de água-forte, para resolver as questões domésticas. Em Coimbra a desordem era maior ainda: ninguém ousava sair de casa depois do sol-posto, porque a Universidade se organizara em sociedade de malfeitores. O bando da *Carqueja* dava brado; e além dos roubos e assassinatos que cometiam, os seus parceiros viviam por todos os conventos de freiras, de Coimbra e dos arredores, transformados em bordéis.

A orgia sanguinária e lúbrica era o fundo real do quadro da devoção e

da majestade burlesca. O conde de Tarouca, tão piedoso que dava ao Papa autoridade para tirar um santo do Paraíso e mandá-lo para o Inferno, vivia amancebado com a Rocha, furtada por ele ao pai e casada com um criado seu: a Rocha fugiu-lhe com o padre Soares. D. Henrique de Meneses, que se homiziara em França por uma questão de adultério, voltou, e foi monsenhor na Patriarcal. O conde de Valadares, que matara a filha com crueldades devotas, ia disfarçado em mulher, de manto e touca, o vegete, falar à criada em Santa Clara, e dormia no convento com ela, depois da morte da filha. O prior de S. Jorge, em Lisboa, tornou-se célebre pelo seu *molinismo:* tinha 65 anos e um serralho de beatas suas confessadas. A Inquisição interveio, condenando-o a degredo; mas o velho defendia-se dizendo que *o amor é a caridade, resumo de toda a lei*. A abadessa do convento de Santa Ana de Lisboa fugia para Holanda com um frade capucho. A Quaresma e a Semana Santa eram a época desejada das aventuras piedosas. O ritual fúnebre do catolicismo acirrava o desejo, pondo um requinte místico no amor lúbrico. Dizia-se que o rei ia disfarçado em andrajos de pobre para junto do andor do Senhor dos Passos da Graça beliscar as fidalgas quando beijavam o pé da imagem. Em Quinta-feira maior a corte visitava a pé as igrejas, e, como as ruas eram enxurros de imundície, iam diante moços com tábuas para a corte se não sujar. O comum da gente formigava vestida de preto, de igreja para igreja, *visitando,* penitenciando-se com bofetadas diante dos nichos dos santos nas ruas; os homens de espada à cinta e rosário na mão, as mulheres em biocos, falando e rezando a um tempo, batendo com as mãos nos peitos e namorando com olhadelas furtivas, segredinhos ou bilhetes perfumados que os galãs passavam às meninas. Toda a gente usava óculos – traço que impressionava os forasteiros. A sangria imperava absoluta nesta terra já sangrada pela Índia e a que o jesuíta prescrevera drásticos e eméticos tão fortes que a deixaram caquética. O rei devoto e lúbrico era o verdadeiro representante da nação, e se imperava sobre a aristocracia e sobre as freiras, o seu império chegava às cantoras e bailarinas da sua ópera, chegava à plebe – tendo por amante, no seu harém, uma cigana. Para empunhar, porém, a vara de um poder tão absoluto, não lhe bastavam os requintes sensuais com que as luzes e o incenso com o seu cheiro capitoso excitam o amor: comia âmbar.

As suas prodigalidades abraçavam os santos da corte do céu e as divas da corte, bem terrestre, de Lisboa; por toda a parte se falava do capricho do rei pela Petronilla, da ópera do Bairro Alto, onde representavam companhias espanholas. A Gamarra dera brado também, quando abandonou o marido pelo amante, o marquês de Gouveia, metendo-se depois a freira em Santa Mónica, e deitando, por fim, os votos às malvas para fugir para Espanha, a congraçar-se com o marido.

É verdade que D. João V perdia a cabeça por todas as mulheres; mas a sua verdadeira paixão estava em Odivelas, o ninho da madre Paula. Mandara

fazer uma boceta preciosa, para guardar os seus amores. Madre Paula e a irmã Maria da Luz viviam juntas, nesse fofo recinto preparado para todas as voluptuosidades. Todo o luxo da época se acumulara no palacete misterioso e maravilhoso: as talhas douradas, os mosaicos de Itália, os charões da Índia, os móveis de ébano embutidos de marfim, os espelhos de Veneza, os cristais, as cambraias, as rendas, as pratas e ouros, as franjas pesadas, os estofos de melania (a fazenda da moda) e as sedas adamascadas que revestiam as paredes. As duas irmãs dormiam no mesmo quarto, e entre as camas tinham duas pias de prata, com água benta, para se persignarem. Da sala verde, onde havia um relógio de minuetes e um balcão de mármore envidraçado, abria-se uma tribuna carmesim e ouro sobre a igreja do convento, com os retábulos de Nossa Senhora da Graça, de S. Bernardo e de S. Bento, três protetores dos três beatos; o rei e as duas irmãs. A embriaguez devota não excedia, porém, o desvario lúbrico da sala cor de fogo, onde a mole odalisca, brevemente vestida de rendas, era servida pelas suas criadas mulatas, de arrecadas de ouro nas orelhas...

O rei entrava e saía, sem se esconder, sem recear que o vissem. Todo o convento o conhecia e lhe beijava, reverentemente, a mão. Perto do palácio, porém, rebuçava-se por decoro: era ao Arco dos Pregos, e o Cucolim, ao contar as idas para Odivelas, dizia – « Ali perde a vergonha!»

O voluptuoso monarca era verdadeiramente rei porque o seu povo – a nobreza, o clero, a burguesia rica – ardia nas mesmas paixões.

Os escravos[158], legado repugnante da descoberta da África do domínio ultramarino, punham na sociedade uma mancha torpe, e, na fisionomia das massas, borrões de cor negra pelas ruas e praças da capital. Tinham-se e tratavam-se como gado. Engordavam-se rebanhos de mulheres para crias; porque um pretinho novo, desmamado apenas, já valia 30 ou 40 escudos.

As pretas, que são fecundas, inçavam as casas de negrinhos e mulatinhos, vivos como demónios, chocarreiros, ladinos: quem não gostaria deles? E, depois, não eram bem gente, não havia receios com esses animalinhos. Por isso tinham todas as intimidades, e mimos das meninas, que às vezes apareciam grávidas. O preto, mulato, submisso, escravo mudo, era o confidente dos amores, e por vezes o amante – por desleixo, fraqueza, ou requinte sensual dos temperamentos ardentes. Era o escravo, era a escrava, quem punha em contacto a fidalga ou a rica merceeira com as curiosidades picantes da plebe das ruas. Por seu intermédio vinham ao gabinete afastado, à tardinha, os namorados e as alcovetas, as ciganas, ermitoas, mulheres que deitavam cartas e diziam a *buena-dicha* às meninas perdidas de amores, dessoradas de beatério. Vinham as adelas e contrabandistas, vendendo garavins e bolotas de cheiro para os lenços, vendendo doces e confeitos, mais barato do que nas lojas – porque traziam dentro o bilhetinho dobrado do namorado. Vinham os benzedeiros e adivinhos, chocarreiros, trejeitadores, bufões, pregando e arremedando os animais, diante

das velhas donas, piedosas, ainda cheias de esperanças e pretensões. Vinham os que vendiam dixes, águas de rosto, e faziam sobrancelhas com linhas, punham os sinais, limpavam a pele com vidro: cabeleireiras e perfumistas. Vinham, finalmente, certas mulheres idosas, humildes, pedindo para uma certa missa, esmolando para amparar uma órfã, contando terrores: as bruxas que chupavam as crianças recém-nascidas; os lobisomens cumprindo o seu fado, a uivar como cães, de dia esgazeados, macilentos, melancólicos sob forma de gente; os ciganos do pinhal da Azambuja. – Medos, milagres, espantos! Uma freira em S. Elói, à força de exorcismos, vomitara demónios, sob forma de alfinetes! E as meninas e as velhas pasmavam, bendizendo o poderoso Deus; e metidas com os seus santos davam-lhes torturas para que lhes fizessem a vontade: Santo António, o pobre, ia baldeado ao tanque, Nossa Senhora para debaixo da cama, se a velha beata das novenas de S. Roque não trazia a horas o bilhete perfumado do galã.

« Oh! quem pudera dizer o que sente!»

« Quem pudera escrever, nua, realmente, as coisas encobertas sob essa procissão que visitava todos os dias as casas nobres e ricas» . – « Sabeis latim, criaste-vos em mosteiro, tendes marido na Índia?» perguntavam os confessores. « Vinde cá outro dia, que tereis muito a dizer, e eu não tenho agora tempo» . – O saber latim era a *sensatez* pretensiosa e pedante, fradesca, nos homens e nas mulheres. Uns formavam a aparatosa *Academia*; as outras decoravam perguntas para a gente discreta, traziam memoriais para motes difíceis, davam significação às ervas, adivinhavam a tenção das cores, repetiam os sermões, falando em circunlóquios e paráfrases, meneando as mãos com eloquência, e revirando os olhos afectadamente.

A criação do mosteiro dava outros resultados que se combinavam com os traços anteriores. Dava, em primeiro lugar, a gulodice clássica, própria dos costumes brandos, convencionais e requintados. Reinava a marmelada, reinava o cidrão; e os copos *de água,* nas *grades* e em casa, eram ocupação favorita. Não havia dia sem merenda, não havia merenda sem requebros; e as meninas riam, sem tom nem som, apenas para mostrar os dentes e a covinha da face. As filhas-famílias, metidas à força nos conventos, ou iam morrer ao hospital, ou fugiam de noite endemoninhadas, ou beatamente abraçavam a doce vida do mosteiro, entregando-se com moleza nos braços da concupiscência piegas e da carolice ridícula. Debatiam o feitio dos sapatos em bico ou redondos, em chinela ou afogados, e a cor das fitas: roxa ou preta? e a forma dos toucados: a toalha chegaria ao nariz, ou não passaria da testa? Um caso destes sublevou Odivelas: a comunidade saiu, protestando em coro contra um bico da toalha: « Não queremos! não queremos!» com vozes de falsete.

A criação do mosteiro dava a embriaguez da devoção, que era um encanto, uma vaidade, um luxo, uma sedução, e muitas vezes um pretexto. Ir ouvir missa era desculpa para tudo, sempre pronta; e quando iam à missa

escolhiam sempre aquela onde havia melhores charamelas. Quando havia *festa,* levavam a comida para as igrejas, *para ficar para a tarde*. Nos conventos encontravam-se, além dos melhores doces, os mistérios mais irritantes. Iam ver as freiras veleiras, as velhas alumiadas que diziam visões, as que sabiam dar à língua e contar novidades e escândalos; as que traziam devoções de tantos dias, com tantas candeias, e de certas cores, a certos santos. Iam consultar as *madres* que diziam, em segredo, se o casamento iria ou não iria avante; se teriam filhos; se enviuvariam; se o filho seria governador de tal parte. Havia as que benziam os enfermos, e gastavam rolos de cera a Santo André, afirmando os dias certos que a alma do defunto esteve no purgatório.

E as meninas, arrebicadas e pintadas, sensatas e namoradeiras, caçoulas perenes, em visitas constantes, merendas, jogos, romarias, festas, rodeadas de comadres e amigas, com os seus papagaios e saguins, os seus cãezinhos felpudos (o *Cuidado*, o *Primor*), mestras em jácaras e sarambeques, formavam um tipo ridículo e *precioso* de que resta ainda, desbotada, a imagem da menina *da baixa* de Lisboa. Ver o lagarto da Penha e afogar o *Judas* na Madre de Deus em quinta-feira de Endoenças eram distrações queridas, esperadas com afã. Passava na rua o cego apregoando *o Auto de Maria Parda* e as obras de Clara Lopes, o testamento da *Velha* antes da serração, contos sensabormente divertidos, com pulhas e beatices, que eram lidos ao serão pelo frade armado de óculos, à luz do candeeiro no velador. Em volta, encruzadas no chão, velhas e meninas desmanchavam-se em gargalhadas; e vinham as vizinhas da escada ouvir, com a costura ou a meia pendurada no seio por um gancho, ou a roca e o fuso nas mãos. «Bendito Deus!» Acudiam também primos e namorados; e cheios de remoques e facécias chulas, o estudante de Coimbra, em férias – uma alegria! A dona da casa ensarilhava; o marido, empregado no *Erário,* dobrava as teias; as meninas coravam com os beliscões amorosos dos primos; e o frade, guardando os óculos, dobrando o papel, despedia-se, abençoando, dando a mão a beijar. Chegava a hora de Vésperas.

Dos conventos dizia um observador coevo serem lugares arriscados para os maridos depositarem as mulheres; e dos frades acrescentava que pareciam bem, sobretudo pintados. De facto, as calvas luzidias e os óculos, célebres em toda a Europa, davam-lhes um aspeto pitoresco. Os crúzios, príncipes de Santa Cruz, em Coimbra, andaram um tempo aflitos com as reformas do comissário do Papa, Fr. Gaspar da Encarnação; e queixavam-se em termos nada piedosos, quase blasfemos. Os breves, as bulas compravam-se a dinheiro, diziam, observando que «para ir ao inferno não é necessário *Breve,* mas que o reformador intentava o caminho de Roma por mais breve». Não lhe invejavam a romaria, depois de o castigarem com um trocadilho. Na raiva, os frades confessavam que as consciências ficavam enredadas, as aulas sem estudantes, as cadeiras sem mestres, os púlpitos sem pregadores. E a miséria,

confessada, da religião dos crúzios, era a miséria de toda a religião dessorada, pervertida, embrutecida pela educação dos jesuítas. Os pensamentos deles convertiam, involuntariamente, os próprios que eram no mundo os inimigos declarados da Sociedade.

A Religião e a Índia davam ocupação aos bastardos que abundavam; e os escravos, a devoção e a sífilis eram três lepras que tudo roíam. As mulheres dos ministros e dos juízes vendiam a justiça e os empregos: eram já o melhor *empenho*. Sob a opulência ostentosa, havia uma miséria real: nenhum *desembargador* deixava perder casamento de 30 000 cruzados. Os fidalgos, com os seus nomes da extensão de léguas, com as casas empenhadas, eram mendigos impertinentes, mas ao mesmo tempo obsequiosos: os ministros recebiam-lhes os memoriais por mão das esposas, nos seus gabinetes reservados, com toda a decência e respeito; e eles ficavam fora, esperando que a mulher convencesse o magistrado da justiça da sua causa.

Esses eram ao mesmo tempo, os arruaceiros da corte, rufiões da rua, espadachins e até facínoras. A brutalidade soez, a crueldade sanguinária, o requinte e a corrupção de todos os costumes formavam a coroa e a corte de D. João V.

O inchado Salomão de Mafra, o lúbrico devoto de Odivelas, o vencedor da batalha das freiras foi o que mandou queimar António José, por este se atrever a chamar-lhe *Grande governador da ilha dos Lagartos.* Esse auto célebre, que o povo aplaudia no Bairro Alto, definia assim a justiça na ilha dos Lagartos:

« Sabei primeiramente que isto de justiça é coisa pintada; e que tal mulher não há no mundo, nem tem carne, nem sangue... porém como era necessário haver esta figura no mundo, para meter medo à gente grande, como o papão às crianças, pintaram uma mulher vestida à trágica, porque *toda a justiça acaba em tragédia.* (O poeta adivinhava a fogueira). Taparam-lhe os olhos, porque dizem que era vesga e metia um olho pelo outro; e como a justiça havia de sair direita para não se lhe enxergar esta falta, lhe cobriram depressa os olhos. A espada na mão significava que tudo há de levar à espada, que é o mesmo que a torto e a direito» .

A perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a carolice piegas e lúbrica retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada num sudário de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um cenário de ópera, armado numa igreja. Não somos nós, com as nossas críticas inspiradas por motivos felizmente diversos, quem o diz: confessam-no os contemporâneos. Leia-se o que escreveu o Cavaleiro de Oliveira, leia-se Alexandre de Gusmão, leia-se o *Testamento Político* de D. Luís da Cunha, e reconhecer-se-á a verdade do triste quadro que esboçamos.

Nada há a esperar do rei: é a impressão que sai do texto deste último

documento. E o que fora ministro português em França e conhecia a Europa, apela para o príncipe, o futuro D. José, aconselhando-o, indicando-lhe já o também futuro marquês de Pombal como o único homem capaz de fazer alguma coisa da pobre miserável pátria. « Achará muitas terras, dizia, usurpadas ao comum, outras incultas, os caminhos intransitáveis. A terça parte de Portugal é propriedade da Igreja, que não contribui para a segurança e defesa do Estado: é dos cabidos das dioceses, das colegiadas, dos priorados, das abadias, das capelas, dos conventos de frades e freiras. Achará que o reino não é povoado» . Fundão, Lamego, Covilhã, Bragança, a Guarda estavam desertas, e a Inquisição continuava a matar e a expulsar judeus. Tudo nos vinha de Inglaterra desde o tratado do Methwen, cujo irmão era lá fabricante de panos. O cardeal da Mota, omnipotente junto de D. João V, tinha « muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros e menos atividade ainda nos domésticos» . – « Não tenha ministro, nem valido, aconselhava ao príncipe, muito menos confessor: confesse-se ao cura da freguesia, que tem ciência bastante para tranquilizar a consciência porque a teologia de frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuítas» .

A revolução do marquês de Pombal acha-se esboçada no *Testamento* de D. Luís da Cunha. A reação contra o Portugal bragançāo, jesuíta e inglês formulava-se no espírito de um homem que achava no equilíbrio a razão de uma independência, só nominal desde 1640. « Se a Espanha estivera senhora da prata, ouro, e mais produtos de Portugal e da América, daria a lei a todas as potências da Europa: e esta razão-de-Estado é o nosso melhor garante» . O seguinte episódio da história nacional veio mostrar que D. José teve as qualidades bastantes para seguir à risca o *Testamento* do diplomata: chamou, com efeito, o marquês de Pombal e sancionou o terramoto da *ilha dos Lagartos*.

Foi esta ilha o porto, leitor amigo, onde nos conduziu a educação que os jesuítas começaram a dar-nos no XVI século. Não se investe debalde contra a natureza, seja em nome de quem for; e os padres, secando em nós todas as fontes da vida real e justa, deram-nos, em troca do juízo, um sistema de tresvarios e fraquezas, para nos salvarem. Quando estávamos a bom caminho do fim final, o Bragança lembrou-se de nos remir, e as minas do Brasil vieram jorrar um dilúvio de ouro nos bolsos de uma gente perdida, de corpo e alma. Das loucuras que isso deu, fiquem estas páginas por documento. A história interrompe-se, mas não termina aqui. Se alguém pensa que um povo não podia descer mais, engana-se: em breve se convencerá da verdade.

## V. O TERRAMOTO – O MARQUÊS DE POMBAL

« E o Senhor arrasou a cidade com todos os seus moradores e os seus arrabaldes, e todo o viço das terras» . Assim aconteceu a Sodoma, assim aconteceu a Lisboa. O terramoto durou cinco anos (1755-60); e subverteu as ruas e as casas, os templos, os monumentos, as instituições, os homens, e até as suas ideias. E sobre as ruínas e destroços da cidade maldita, levantou-se a Jerusalém do utilitarismo burguês; sobre as migalhas de Síbare, a efémera Salento do marquês de Pombal...

Na manhã do 1.º de novembro a cidade estremeceu, abalada profundamente, e começou a desabar. Eram nove horas, dia de Todos-os-Santos. Nas casas ardiam as velas nos oratórios, e as igrejas regurgitavam de povo a ouvir missas. Toda a gente, numa onda, correu às praias; mas, rolando em massa, estacou perante a onda que vinha do rio, galgando a inundar as ruas, invadindo as casas. Por sobre este encontro ruidoso, uma nuvem de pó, que toldava os ares e escurecia o sol, pairava, formada já pelos detritos das construções e das mobílias, que o abalo interno da terra vasculhava, e os desabamentos enviavam, em estilhas, para o ar. A onda do povo aflito, retrocedendo, a fugir do mar, tropeçava nas ruínas; e as quedas, e a metralha dos muros que tombavam, abriam na floresta viva, agitada pelo vento da desgraça, clareiras de morte, montões de cadáveres e poças de sangue, dos membros decepados, com manchas brancas dos cérebros derramados contra as esquinas. E as casas erguiam-se com as paredes desabadas, os tetos abertos sobre o esqueleto dos tabiques, mostrando a nu todos os interiores funestos neste dia em que, para muitos, Deus julgara e condenara Lisboa, como outrora fizera a Sodoma. Por isso o rouco trovão dos desabamentos se ouvia cortado pelos ais dos moribundos, e pelos gritos dos homens e das mulheres, abraçados às cruzes, aos santos, às relíquias, soluçando ladainhas, ungindo moribundos, parando esgazeados a cada novo abalo da terra que não cessava de tremer, arrastando-se pelo chão, de joelhos, com as mãos postas, a face em lágrimas, a clamar: Misericórdia! Misericórdia!

Casas, palácios, conventos, mosteiros, hospitais, igrejas, campanários, teatros, fortalezas, pórticos, tudo, tudo caía. « Se visses somente o palácio real, diz uma testemunha, que singular espetáculo meu irmão!» Os varões de ferro torcidos como vimes, as cantarias estaladas como vidro! A onda do rio sorvia num momento o cais do Terreiro do Paço, com os barcos atracados, coalhados de gente. Dos andares altos precipitavam-se sobre as lajes das ruas. O medo crescia, vinha a loucura: viam-se mortos arrastados pelos vivos, viam-se mutilados coxeando, gente correndo desgrenhada, seminua, homens e mulheres, velhos e crianças, dilacerados, sangrentos, arrastando uma perna fraturada, esvaindo-se em sangue por algum membro decepado. Gritos, choros, clamores, imprecações, ais, preces, um burburinho de vozes desvairadas acompanhava os

gemidos comprimidos dos soterrados nos escombros. No turbilhão das ruas havia quedas e mortes, abraços e agonias. A mesma loucura dos homens era o desvairamento dos brutos: os machos, desbocados, arrastavam os cavaleiros e as caleças, precipitando-se nos despenhadeiros da cidade monstruosa; e as massas de gente viva, moribunda e morta, de envolta com os entulhos, rolavam nas ruas ladeadas pelos esqueletos das casas, dando uma imagem desolada do que seria o caos. Quando a terra se subvertia, quando o mar vinha subindo, a afogar a terra, quando no ar faiscavam as línguas flamíferas rutilantes, que lembrança podia haver das invenções humanas? Abraçados, confundidos, na comunidade do pranto, fidalgas e freiras, meretrizes e mães, mendigos e senhores, vilões e cavalheiros, abraçavam-se na comunidade da fome, do frio, da nudez, do terror. De rastos, a cidade inteira, sacudida pelo abalo formidável, reunia toda a sua eloquência numa palavra única: – Misericórdia! Misericórdia!

Mas vinha o clarão das chamas com a sua luz sinistra; vinha a labareda fustigar com lume a pobre gente seminua, tiritando sob o açoite de um nordeste frígido. Gelava-se e ardia-se a um tempo; sufocava-se em fumo e pó. E as labaredas cresciam, e o incêndio lavrava, e aos gritos desvairados dos infelizes juntava-se o crepitar das madeiras, o estalar das cantarias, a cascalhada dos espelhos, dos cristais e dos charões, que o fogo devorava. A densa nuvem de pó que escurecia tudo, iluminava-se com os clarões vermelhos que rebentavam por toda a parte, porque Lisboa inteira derrocada era um braseiro. As línguas orgulhosas das chamas subiam emproadas para o céu, juntando às preces lacrimosas de habitantes como um protesto satânico dos elementos. Outros protestos, mais positivos e igualmente horríveis, atroavam agora os ares: os escravos vingavam-se da sua escravidão, os mendigos da sua pobreza, os maus da sua maldade. O assassinato, o estupro, o roubo, como numa terra posta a saque, rolavam de envolta com as ruínas e o fogo; e, por entre os destroços ainda apagados, viam-se os perfis negros dos escravos, rindo infernalmente, com os olhos infetados, os dentes brancos, a atirar tições ardentes para cima das ruínas, aumentando o incêndio, aclamando a chama vingadora... Misericórdia! Misericórdia![159]

Calcula-se terem morrido nesse dia, em Lisboa, de 10 a 15000 pessoas.

Dessa hecatombe nasceu o poder do marquês de Pombal; e o acaso, aterrando os ânimos com o pavoroso acontecimento, preparou-os para aceitarem submissamente o jugo do tirano, que ia consumar o terramoto político, depois da natureza ter consumado a ruína da cidade perdida de D. João V. A decisão do ministro, nas horas do cataclismo, dera a medida da sua força, conquistando-lhe para logo a absoluta obediência do rei D. José. Lisboa era um acampamento; e tudo havia a refazer, tudo se podia executar, nesse momento único da destruição total do passado. O terramoto era o fim de um mundo. Antes de criar, porém, o

ministro precisava consagrar a destruição, nas esferas onde a natureza não chega – na sociedade, nas instituições – para que a futura Salento fosse uma cidade nova em todos os sentidos. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho.

Quando a cidade ardia e desabava ainda, nos dez primeiros dias de novembro, Pombal, como o imperador de uma tribo antiga, destroçada na guerra pelo inimigo – assim era Lisboa, acampada em barracas nos subúrbios – Pombal, duro e forte, preveniu as consequências da desgraça funesta. Denunciava-se uma fome temerosa. Já se comiam os cães, os gatos, os ratos e pássaros vivos; já se devoravam as raízes, as ervas e as cascas das árvores. Gemia-se num abandono miserável; não havia alimentos, nem casas. Pombal construiu albergues para os dispersos; organizou a tropa em companhias de coveiros; recolheu todos os salvados, restos das coisas preciosas de Lisboa, da Índia e do Brasil; comprou trigos; tarifou os géneros; impediu os conluios; proibiu a saída de víveres; defendeu as praias contra os argelinos, corvos que decerto viriam explorar o campo de batalha; prendeu os mendigos e vadios; enforcou sumariamente, sem processo, em altos paus erguidos pelas esquinas das ruas, os ladrões e incendiários, deixando-lhes as cabeças pregadas no patíbulo, para exemplo.

Tamanha força aturdia o povo simples, tanto ou mais do que a fúria do cataclismo. Que momento singular era este em que a terra estremecia, como nas dores de um parto, dando à luz um tirano? Seria chegada a hora das catástrofes prometidas, ou vinha Pombal como Anti-Cristo do Messias sebastianista? Os velhos livros do Bandarra, bíblia portuguesa que andava na memória de toda a gente, acudiam a desvendar o fenómeno que lá se achava profetizado:

*Na era que tem dois cincos*
*Entre madeiras armadas,*
*Vejo dar umas passadas*
*E uma galinha com pintos*
*Prognostica grandes gritos*
*De gente despedaçada.*
*Não deito mais longe a barra*
*Fico batendo na testa...*
*Cuidem-me agora nesta*
*Profecia do Bandarra.*

O povo cuidava, cismava: a era, 1755; madeiras armadas, as forcas; os grandes gritos de gente despedaçada, não os estavam todos ouvindo por meio dos escombros das casas, de onde com ais de moribundos saíam coruscantes as línguas rubras do incêndio? O terramoto entrou assim, como episódio, no corpo do Sebastianismo, enraizando com uma nova desgraça essa religião que nascera espontânea na alma portuguesa – bela flor de candura, alva como as ninfeias dos paúis.

Com o ano de 56 começou o ministro o seu terramoto, continuação do anterior. Queria principiar corrigindo os costumes; e por isso mandou abrir devassa contra os concubinatos públicos: os nobres seriam desterrados, os plebeus teriam prisão. O pulso forte do ministro, abalando com energia os membros da sociedade, doria-a. Houve a sombra de uma conspiração (junho) que Pombal castigou, prendendo, por suspeitos, frades e fidalgos, e prometendo 20000 cruzados ao delator. No fim de agosto foi degredado Diogo de Mendonça Corte Real, que ainda lhe fazia sombra. Em setembro fundou-se a Companhia dos Vinhos, e em dezembro a junta do Comércio, instituições de que, por se prenderem no sistema da edificação pombalina, falaremos em outro lugar.

O Porto rebelara-se contra a Companhia (janeiro, 57); em fevereiro foi aí a alçada, que em outubro enforcava 18 réus, mandava para as galés 26, e degredava 99.

Tais foram os prolegómenos das duas grandes catástrofes: a dos jesuítas e a da nobreza. A tempestade formara-se nos anos de 56 e 57, para rebentar nos seguintes, fechando o ciclo dos seis anos que durou o terramoto português.

Em 58 o atentado contra a vida de D. José (setembro, 3) veio dar ao marquês de Pombal um excelente pretexto para deitar por terra a cidade aristocrática, já abalada por investidas anteriores, mas rebelde e forte ainda. Três meses o ministro, guardando a câmara do rei, soube conservar secreto o acontecimento. Recebia os visitantes, e, como bom ator, informava todos, até os próprios réus, da doença do monarca. Decorridos três meses e preparadas todas as redes, desmascarou-se, por fim, e passou as ordens de prisão (9-13 dezembro).

O processo foi rápido e bárbaro – como são todos os processos políticos, em que os acusados vão já condenados à presença dos juízes. A 12 de janeiro (de 59) publicava-se a sentença, e a 13 executava-se.

Quando as paredes do paço da Ribeira desabaram, no dia 1.º de novembro, e todo o edifício se esboroou, viu-se correr um jorro de coisas preciosas que a onda do rio engoliu: eram as joias, as louças, as pratas, os quadros e charões da Índia, que, desde D. Manuel, os reis entesouravam, e se dizia valerem para cima de mil milhões de cruzados.

Quando a sentença de 12 de janeiro se publicou viu-se também a nu o interior de um edifício feito de crueldades, de protérvias e de sangue: eram outras alfaias do palácio dos reis...

No dia 13 de janeiro, em Belém, foram executados os réus, ou supostos réus, do atentado de 3 de setembro. D. Leonor de Távora foi degolada e morreu nobremente[160]. Seguiu-se o segundo filho quase imberbe e louro, desfalecido entre os braços de dois frades. Estenderam-no sobre a aspa, quebraram-lhe os ossos a maço, e garrotaram-no; mas como a corda partiu, o

infeliz acabou lentamente. Apareceu então o marquês de Távora, cuja mulher passava por amante do rei. D. José, dizia-se, desonrara-o primeiro: depois matava-o barbaramente. Veio logo o conde de Atouguia e mais três cúmplices, plebeus. Isto durou toda a manhã, das 6 às 12.

Depois de um descanso, prosseguiu a hecatombe. Entrou primeiro em cena o velho marquês de Távora: mostraram-lhe os cadáveres da esposa e dos filhos, deitaram-no na aspa, esmigalhando-lhe os ossos. O desgraçado gemia; mas o horror pavoroso dos gritos veio da execução do duque de Aveiro. O Ferreira, que dera os tiros contra o rei, foi untado de breu, com um saco de pez e enxofre ao pescoço, queimado vivo e assado lentamente, porque o vento afastava o fumo e as chamas: a cadeia de ferro que o ligava pela cintura ardia em brasa, apertando-o num anel de fogo. A cena acabou às 4 horas da tarde. A nobreza estava domada, arrasada; e vingado o sacrilégio do ataque ao rei, erigido em deus pelo absolutismo.

Resta agora o outro baluarte da velha Sodoma: faltava-lhe extirpar pela raiz a manzanilha do jesuitismo – a cuja sombra Portugal se definhara e se corrompera – para que a nova Salento do marquês de Pombal pudesse erguer-se, soberana e forte, sobre as ruínas e os cadáveres.

O duelo começara logo em 57[161]; e, a partir de então, o ministro encontra, ou convém-lhe encontrar, a roupeta jesuíta em todos os episódios da resistência à sua tirania. Declarando-a cúmplice da revolta do Porto, expulsa do paço os três confessores do rei à meia-noite, pondo-os, real e verdadeiramente, na rua (21 de setembro, 57). Este primeiro ato indicava bem o resultado da luta, e o futuro vencedor. Perder o confessionário, que tinham tornado a mola real e absoluta do poder, era para os jesuítas começar por perder tudo. Em fevereiro de 58, o ministro abre a campanha em Roma, pedindo o castigo daqueles a quem já chamava réus. Excitavam o povo à revolta contra as paternais leis do soberano, atemorizavam a plebe com vaticínios pavorosos, usurpavam as colónias, eram rebeldes, e a paz do reino exigia uma emenda.

O marquês de Pombal reforçava a inchada retórica das suas notas para Roma com as instruções secretas e mais positivas ao seu embaixador. A antiga comédia do tempo dos judeus repetia-se com os mesmos traços. « Combata o suborno dos padres, dizia o marquês ao embaixador, observando quem são os cardeais e as pessoas mais importantes com relação ao negócio, e compre-os por todos os meios que lhe forem possíveis, sem se expor a ser sacrificado por eles. Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro do que com exércitos. Aqui (em Lisboa) há mais de cem mil cruzados de fina prata lavrada em Paris e de porcelana de Saxe. Poderei também enviar-lhe alguns diamantes brutos, que mandará lapidar; entretanto dir-me-á se podem servir para cruzes, peitorais, etc. Mando-lhe quatro anéis. Seria talvez melhor oferecer as pedras em bruto, como uma amostra dos produtos dos países tão queridos dos

jesuítas» .

O marquês de Pombal fora discípulo deles; sabia-lhes os processos, jogando, assim, em terreno conhecido. Em abril, o Papa nomeou o cardeal Saldanha reformador dos jesuítas; em maio, o reformador proíbe-lhes o exercício do comércio; em junho, o patriarca de Lisboa expulsa-os do confessionário e do púlpito, na sua diocese. Tão claramente vencida, a *Companhia* não abdicava, porém; e no fim de julho pedia humildemente ao Papa que anulasse os éditos patriarcais, e avocasse a si o julgamento da pendência. Qual seria a sentença, sabiam-no os padres; e não criam que o terrível ministro imperasse no ânimo piedoso do rei, a ponto de o levar a rebelar-se contra o Papa. Enganavam-se, como o tempo o demonstrou, mas esperavam; e, com efeito, o marquês apenas conseguiu a dilação da resposta papal.

O atentado de 3 de setembro veio em socorro da polícia do ministro: os jesuítas foram declarados cúmplices de regicídio, pecado antigo da Ordem. Justiçados em 13 os fidalgos, em 19 de janeiro (59) os bens da sociedade foram sequestrados, e proibidos os povos de comunicarem com os padres. Em 20 eram expedidas as cartas para Roma, pedindo licença para que a Mesa da Consciência julgasse os réus de tão horríveis crimes, agora coroados pelo sacrilégio de atentarem contra a vida do rei.

Essas cartas eram um libelo contra a *Companhia;* e ao lado dos supostos crimes, que eram pretextos apenas, veem-se nelas patentes todos os verdadeiros pecados da instituição que se pervertera. Nas casas de Deus aceitavam-se e expediam-se letras de câmbio, como nos bancos e casas de comércio: vendiam-se mercadorias e fretavam-se navios. A *Companhia* tinha armazéns próprios onde vendia ao público, por grosso e a retalho, todos os géneros. Porque a instituição da Companhia do Grão Pará fazia concorrência aos seus interesses, os jesuítas, excitando os negociantes da Mesa do Bem Comum, diziam do púlpito que não entraria na companhia de Cristo quem entrasse na do Grão Pará. No Ultramar tinham *saladeros* e faziam charques, vendendo carne e peixe salgado, coiros e drogas do sertão, e abrindo tendas de molhados e açougues.

Depois enumeravam-se enfaticamente os crimes políticos. Na ocasião do terramoto exaltavam os ânimos, anunciando castigos do céu, e fulminando anátemas. Tinham fomentado as desordens do Porto. Tinham – coisa horrível de referir! – ousado tramar contra a sacrossanta vida de S. M.

Finalmente vinha a emaranhada questão dos domínios americanos. O tratado de limites no Prata, entre a Espanha e Portugal, destruía a *sua* república do Paraguai; e em Madrid diziam que Portugal codilhara a Espanha; em Lisboa diziam o inverso: para que o ajuste se não realizasse.

O que neste sentido praticavam na América era inaudito. Conservavam o Paraguai em cárcere privado; escravizavam e exploravam os

índios, para fruir de toda a riqueza. Não consentiam que no sertão entrassem bispos, nem governadores, nem europeus, a não serem eles próprios, jesuítas. Proibiam o uso do espanhol, e aprendiam o guarani, para que só eles pudessem entender-se com os índios. Governavam esse povo sequestrado com uma autoridade religiosa. Faziam crer aos índios que os brancos seculares eram gente sem lei, nem religião, tendo um deus único, o ouro[162].

O general Gomes Freire, que comandava o exército de ocupação, escrevia para Lisboa: « Entendo que acabará de persuadir-se (o ministro) de que os padres da *Companhia* são os sublevados. Os índios dizem que el-rei está muito longe, e só conhecem o seu bendito padre. Cortam as cabeças aos portugueses, porque os padres lhes dizem ressuscitarem às vezes, quando o não fazem» . O general acrescentava que os índios manobravam com planos de campanha sabiamente feitos, o que revelava a intervenção dos jesuítas para fomentarem a resistência. O império dos padres era tão absoluto que os pobres indígenas rojavam-se-lhes espontaneamente aos pés para receberem os açoutes, levantando-se depois a beijar a mão que os castigara. O general encontrara artilharia nas mãos dos índios, e alemães que a manobravam; o principal plano da resistência consistia em arrasar os campos, para que o exército perecesse à míngua.

Tais eram os artigos do libelo contra os jesuítas. O Papa tergiversa: quer que o tribunal seja presidido por um bispo, à sua escolha. Pombal recusa, e as negociações interrompem-se. Por fim, em setembro, os jesuítas são expulsos violenta e arbitrariamente, e confirmado o sequestro dos seus bens. Roma protestou, e em junho de 60 foi expulso o núncio; em agosto intimada a saída de Portugal a todos os súbditos dos Estados pontifícios.

Estava arrasado o último baluarte da cidade antiga; e o marquês de Pombal, no orgulho da vitória, estudava o risco da nova Salento. Para satisfazer uma veia de rancor que entrava no seu caráter, o terrível ministro desceu a representar a comédia repugnante da execução do padre Malagrida. Ver a roupeta no patíbulo fora a sua esperança; e não prescindia do gozo de se vingar sobre esse infeliz que guardara no cárcere quando expulsara os companheiros. Ao mesmo tempo que a sociedade de mundanos comerciantes e diplomatas era banida, o misticismo jesuíta, chegado ao extremo da loucura visionária, acabava numa fogueira (1761, dezembro).

À medida que tudo caía e o chão, nivelado pelos terramotos de seis anos, pedia a régua e o esquadro do matemático construtor, o marquês de Pombal, rico pelos quintos do Brasil, levantava a nova cidade utilitária e abstrata.

Foi em junho de 59 que o risco da Lisboa mereceu a sua aprovação. Em breves anos se ergueu do seio das ruínas a mole das construções anónimas: as ruas em alinhamentos retos, as praças retangulares, as fachadas simétricas e monótonas, as arcadas clássicas suportando os muros lisos, fendidos por janelas

regulares e simples, os edifícios públicos centralizados em torno do Terreiro do Paço, que sob o nome de Praça do Comércio recebia no seu centro a estátua insípida do pseudo-fundador de Salento. Não se reedificava Lisboa: erguia-se, no lugar da antiga, uma nova cidade, porque Portugal, a que o jesuitismo quebrou a tradição da sua vida histórica, veio, desde o XVII século até nossos dias, de revoluções em revoluções, *fazendo tudo de novo* (1640, 1755, 1834). Árvore sem raízes, qualquer sopro abala a construção inteira, e depois de cada terramoto, os estadistas, perante a ausência da vida coletiva, podem livremente seguir os impulsos do seu próprio pensamento. A sociedade, estéril e muda, somente pede alguém que a governe e a faça feliz; recebe tudo, aclamando os audazes. A grande catástrofe do XVI século embrutecera-a; corromperam-lhe o caráter, quando a encontraram assim aflita; e na sua miséria mesquinha e torpe, conservou apenas o messianismo sebastianista como fé, esperança, e princípio de coesão espontânea.

D. João IV nunca pôde passar por messias; mas agora aparecia o salvador, na pessoa do marquês de Pombal, de quem a fúria, a crueldade e o terror faziam ao mesmo tempo o precursor, ou Anti-Cristo.

A nova lei, que o ministro vinha impor à sociedade obediente e passiva, não era propriamente uma descoberta. Pombal aplicava ao seu reino o código da França absolutista e *mercantil,* cuja fisionomia deixámos já esboçada em outro lugar[163].

Abolindo as distinções entre cristãos novos e velhos, abolindo a escravidão no reino, equiparando os canarins aos portugueses, dando por uma vez a liberdade aos índios do Brasil – o reformador nivelava todas as classes perante o trono absoluto, varrendo parte do sistema de categorias individuais legado pelas tradições da Idade Média. As reformas na condição das pessoas foram completadas pela reforma da legislação, da qual também se baniram as tradições anacrónicas do romanismo e do direito canónico.

Por outro lado, coibindo a liberdade de testar e travando o movimento de absorção de toda a riqueza de uma nação beata pelo clero, Pombal atacava de frente a teocracia nacional. « Por uma parte, diz a lei de 9 de setembro de 1769, são já tantos os encargos de Missas que ainda que todos os indivíduos existentes nestes reinos em um e outro sexo fossem clérigos, nem assim poderiam dizer a terça parte das Missas que constam das instituições registradas nas Provedorias dos mesmos reinos, em uma das mais pequenas das quais (por exemplo) se acharam instituídas doze mil Capelas e mais de quinhentas mil missas anuais. Por outra parte, para se dissimular e cobrir a referida impossibilidade, se afetam Bulas Milenárias que não existem nem poderiam existir sem o reprovado vício de Simonia; e se fazem negociações sórdidas de flores, doces, e outras mercadorias a troco de Missas solicitadas, etc.»

A expulsão dos jesuítas, educadores já seculares de Portugal, forçava

a organizar a instrução pública, preenchendo os quadros vazios do professorado. O marquês foi além, e não somente secularizou o ensino, como o propagou. Mas de todas as suas grandes empresas, era esta a mais difícil, porque, se a legislação se faz e se impõe, o ensino pode decretar-se, mas não passa do papel, quando como em Portugal não havia, não há instrução no corpo da sociedade. Expulsavam-se os jesuítas mas, nem dos costumes, nem da educação, podia banir-se de repente o jesuitismo: como evidentemente o provou a reação de D. Maria I.

Já em tempo de D. João V começara a desmanchar-se o monopólio da instrução concedido aos jesuítas: fora abolida a exigência das certidões do Colégio das Artes para entrar na Universidade; e o colégio das Necessidades, fundado em Lisboa, tinha sido entregue à congregação do Oratório. D. João V mudara de confessor, e como se sabe, no século XVII as revoluções de confessionário e de alcova são, por toda a parte, a chave das alterações políticas e administrativas.

Logo em 1755, o marquês de Pombal encarregou as congregações dos exames dos seculares nas províncias; e quatro anos depois, os jesuítas foram dispensados do serviço de professores régios. A Universidade voltou ao poder do Estado, e as leis posteriores lançaram as bases da organização do ensino.

Das quatro casas dos jesuítas em Lisboa – S. Roque, Santo Antão, Arroios e a Cotovia – a última foi aplicada ao *Colégio dos Nobres,* escola superior, militar e patrícia, criada na capital. As três casas restantes foram transformadas em Misericórdia (S. Roque), em hospital (Santo Antão) e a última entregue às freiras da Conceição, da Luz.

A nova Universidade e o Colégio dos Nobres eram os institutos da instrução superior, ampliada com o ensino das doutrinas e ciências novas. Repetindo a tentativa de D. João III (mas sem melhor êxito), Pombal quis levantar a Universidade ao nível do saber europeu, instituindo as cadeiras do que no século XVIII se chamava Filosofia Natural, criando museus, observatórios, gabinetes científicos, organizando o ensino do direito natural e da história civil dos povos. E como em Portugal ninguém tinha ideia nem conhecimento das ciências recentes nem do espírito novo, naturalista, que as animava, o ministro confiou o ensino a estrangeiros – como D. João III já fizera também no seu tempo. A instrução primária e a secundária criava-as por outro lado a lei de 6 de novembro de 72. Estabelecia-se uma escola de primeiras letras em cada centro local, cadeiras de português e latim por todas as vilas, e um sistema de liceu onde se devia ensinar a filosofia, a eloquência e o grego. Para obviar aos encargos, criava-se o subsídio literário. O ensino particular ficava livre, o magistério seria provido por concurso, e as ordens religiosas poderiam ensinar publicamente.

A *Real Mesa Censória* era uma espécie de conselho superior de instrução pública, a cujo cargo competia superintender em todas as escolas

primárias e secundárias do reino. A essas funções juntava a de revisão dos livros, encargo que o marquês de Pombal tirou à Inquisição. O claro espírito do tolerante humanista Fr. Manuel do Cenáculo, presidente nomeado pelo marquês, fomentava a reimpressão dos autores nacionais, facilitava a importação dos estrangeiros; e Portugal pôde ler o que se escrevia pela Europa, ao tempo agitada por controvérsias ardentes e profundas.

O alvará de setembro de 74 reformava e quase destruía a Inquisição, a que a lei que abolira a classe dos cristãos-novos tirara grande parte do público e a censura, confiada à *Real Mesa,* uma das ocupações principais. Sem propriamente a abolir, o marquês de Pombal mirrava-a. O tempo dela acabara, mas nos seus fastos sanguinários deixava uma profunda vala sepulcral. Até 1732 os autos tinham penitenciado mais de 23000 pessoas e queimado 1454. O número dos que morreram nos cárceres é desconhecido. O marquês de Pombal, antes de garrotar a Inquisição, quis condená-la; e para isso encarregou-a do papel odioso e ridículo de julgar o jesuíta. A sentença do padre Malagrida é o testamento lúgubre e burlesco da terrível instituição. Como um demónio, feroz na sua ironia, o ministro opunha, frente a frente, os velhos deuses rivais – ele, o moderno semideus absoluto – e obrigava-os a devorarem-se, condenando-se por suas palavras. Se tal comédia se não representasse sobre uma fogueira, onde verdadeiramente, em carne e osso, ardeu mais um doido – nós, o público desta plateia da história, aplaudiríamos com entusiasmo o causticismo do comediante.

Até 1732 os autos-da-fé tinham penitenciado mais de 23000 pessoas e queimado 1454. Já no lugar próprio estudámos o nascimento e formação desse tribunal destinado à exterminação dos judeus e à depuração da fé; já noutro livro[164] mostrámos como da raiz do misticismo peninsular tinham brotado a Inquisição e a Sociedade de Jesus, instituições paralelas, e por isso mesmo constantemente rivais. Nacionalizada uma, cosmopolita a outra: tribunal a primeira, exército a segunda, o caráter adquirido por ambas, e a rivalidade com que se empenhavam em purificar, castigando e expurgando, ou ensinando, propagando e convertendo, foram a causa dos conflitos sucessivos que enchem a história nacional no XVII século, mas que pertencem particularmente à mesma história – por escrever entre nós – da religião portuguesa, do que à história geral da nação.

Para esta, as duas instituições, embora rivais, provêm da mesma origem moral, e traduzem, por formas distintas, um movimento único das consciências. O misticismo ardente do XVI século criara o novo tribunal e a nova milícia católica; e no século seguinte, quando as desgraças inauditas, o abaixamento do caráter, a perversão do saber amesquinham o espírito da nação, vemos amesquinhadas também as manifestações do misticismo nacional. A loucura messiânica do Sebastianismo substitui o entusiasmo com que o próprio Camões pregara a conquista do Sepulcro Santo e a exterminação de mouros e

judeus. A pieguice devota e os milagres burlescos substituem as visões, como a de Afonso de Albuquerque no mar da Arábia. O amor poético de uma Santa Teresa vai descendo até o abismo de uma embriaguez de devoção ridiculamente lúbrica; e as façanhas do diabo tornam-se cada vez mais transparentes, revelando a malícia dos impostos ou a devassidão dos costumes monásticos – em vez de revelarem a doida mas pia crença das imaginações desvairadas do temor de D. João III, « o homem de curto juízo» , como lhe chama Fr. Luís de Sousa.

Nós que estudámos com um certo vagar a influência da educação jesuíta, sabemos até que ponto lhe devemos atribuir a responsabilidade desse rebaixamento universal dos instintos religiosos observado no tempo de D. João V. Se por seu lado a Inquisição não cessava de funcionar, queimando judeus para depurar a fé, confiscando-lhes os bens para acudir às urgências do erário régio – e não raro para satisfazer vinganças particulares e sancionar roubos descarados – força é também confessar que, no decurso do século XVII e na primeira metade do seguinte, a Inquisição condena, castiga e queima os messias sebastianistas, frequentemente padres, as freiras feiticeiras, os molinistas pietistas, quietistas e *tutti quanti* mais ou menos ingénuos sectários de uma devoção lúbrica, de um misticismo orgíaco, antipático às tradições eclesiásticas do catolicismo. À rivalidade do poder juntava-se, entre a Inquisição e o Jesuitismo, a inimizade proveniente de temperamentos religiosos opostos. Na primeira, o racionalismo católico predominava contra a mistagogia, contra a equívoca moral probabilista, contra a verdadeira devassidão mística – consequências provadas (e já por nós estudadas) do aspeto falso sob que Loyola encarara a alma humana, ao construir a sua doutrina[165].

O marquês de Pombal, representante eminente e sectário audaz do naturalismo do século XVIII, aprendido nas suas missões de Inglaterra com D. Luís da Cunha, que decerto o educou, pois o recomendava no fim do reinado de D. João V ao herdeiro da coroa para seu ministro; o marquês de Pombal, utilitário e prático, incluía numa condenação comum – e terrível, porque o seu génio era feroz – a Inquisição e os jesuítas, a tradição purista do catolicismo e os desvarios místicos. A religião era, para ele, não um instinto ou um sentimento, mas sim uma engrenagem necessária, porém subalterna, do maquinismo da sociedade; e aos espíritos geométricos da sua escola passavam desconhecidos e desapercebidos os fenómenos complexos e profundos da alma religiosa. Eram inconscientemente ateus, ou reduziam Deus a um arquiteto. O fanatismo de D. João III, as visões de Afonso de Albuquerque, o entusiasmo católico de Camões, a loucura de D. Sebastião deviam parecer ao marquês, ou imposturas, ou artes de políticos, ou verdadeiras doidices de cérebros perfeitamente ocos.

Varrendo tudo com a esponja do absolutismo matemático ou mecanista; desprezando, com a intolerância da paixão utilitária, dois séculos, os mais vivos da nossa história, o marquês supunha em Portugal o temperamento

coletivo de uma Inglaterra ou de uma Flandres, porque a filosofia absolutista e clássica não reconhecia ainda que as sociedades crescem e vivem também como plantas, segundo as sementes, os climas, os ares que respiram e as águas que as regam[166].

Feitas estas reservas, é mister aplaudir com ambas as mãos a dupla destruição da Sociedade de Jesus e da Inquisição, porque ambas, já caducas, serviam apenas para protrair, de um modo corruptor, um estado já anacrónico. O misticismo que as criara tornara-se de facto uma verdadeira doidice ou uma torpeza sórdida, e os antigos ódios contra os judeus estavam amaciados, mortos quase.

Um relancear de olhos sobre os processos da Inquisição – infelizmente inéditos – no século XVII e na primeira metade do século XVIII, demonstra cabalmente o que temos dito. Vê-se aí a história da alma religiosa portuguesa, e mede-se o fundo abismo onde o catolicismo a levara. Vê-se a perniciosa ação dos tribunais especiais, que por um instinto de conservação acham sempre réus, e condenam com a ferocidade própria de juízes da fé. Como nos tribunais da revolução em França, todo o suspeito é réu, todo o réu condenado, quaisquer que sejam as provas. Não se julga, impera-se. Não se castiga, fulmina-se. Nas agonias do terror e dos tormentos, os mais inocentes confessam os crimes mais inverosímeis e estupendos: crimes absolutamente impossíveis; e o crítico é forçado a duvidar da sinceridade com que os juízes creem nas visitas do demónio ao corpo dos possessos; forçado a condenar a ferocidade com que se mata gente, sem haver já a razão de um entusiasmo, vivo em outras eras. A imparcialidade, sob pena de se transformar numa estúpida indiferença, obriga-nos a protestar, reconhecendo no proceder do tribunal mais um sintoma da decadência deplorável de costumes atuais, que dos antigos guardavam apenas a ferocidade.

A queima dos judeus, cujos retratos ficavam alinhados em pequenos painéis nas paredes de S. Domingos, era, ainda assim, dos crimes da Inquisição, senão o mais desculpável, o mais compreensível. Apesar de visceralmente pervertida, a religião nacional não morrera; e o ódio contra os supostos executores de Jesus trazia raízes bem profundas, tradições não apagadas de todo ainda. Mas a crença feroz nas visitas do demónio, denunciada em casos ridículos ou inverosímeis, será sempre o testemunho, ou da absoluta imbecilidade a que a educação *realista* dos jesuítas levara os juízes, ou de pavorosa ferocidade, de imperdoável iniquidade. Além destes dois géneros de crime, a Inquisição vivia condenando outros dois, absolutamente condenáveis, e neste sentido – embora em princípio o juízo nos obrigue a não reconhecer a justiça de nenhuma espécie de tribunal moral, religioso, político ou filosófico – devemos confessar que o Santo Ofício pugnava em favor da razão humana, desvairada pela sordidez do misticismo orgíaco, e pela doidice varrida do sebastianismo apocalíptico. Além

destes quatro tipos genéricos de crimes, a Inquisição punia constantemente os crimes comuns do clero.

No auto de 1600 em Lisboa, onde foram 68 pessoas, das quais 6 a queimar, apareceu Fr. Jerónimo do Espírito Santo, franciscano, condenado a degredo e galés, por se ter casado duas vezes. Não há auto em que não figurem padres, frades e freiras, réus de crimes mais ou menos graves. A sodomia é dos pecados mais frequentes, em clérigos e seculares, e um dos mais cruamente punidos pelo tribunal. Os bens dos cristãos-novos queimados são, por via de regra, confiscados para a fazenda real; a nódoa da Inquisição protrai-se até a extinção dela. Em 1660, Filipa Ferraz é queimada viva em Lisboa por judia; em 1682 são-no Gaspar Pereira e Miguel Henrique da Fonseca; em 1709 há nova queima; em 732 Rodrigues Mendes e o médico Francisco de Sá e Mesquita são garrotados e queimados; em 706 morrera na fogueira, como um herói e um mártir, Heitor Dias da Paz[167]. Como se vê, a ferocidade do tribunal não abrandara com o tempo.

Embora se possam e se devam distinguir crimes de duas espécies – os demoníacos e os místicos –, é difícil isolá-los nos casos especiais de muitos processos, porque, para os juízes do Santo Ofício, as visões, os êxtases, as carnalidades do misticismo são invariavelmente obra do demónio. Entretanto, encontram-se endemoninhados sem ponta de misticismo; e é nestes casos singulares que o crítico não sabe se deva chamar imbecis, se malvados, aos juízes. Entre outros, deu brado o caso da freira do Sacramento, Maria Teresa Inácia, penitenciada no auto de 1748. A sua história é um tecido de extravagâncias burlescas, risíveis – se não fizesse arrepiar a lembrança de que por tais motivos se ia ao garrote, ou à fogueira.

Induz-se das confissões e depoimentos que a rapariga fora uma das muitas metidas à força nos conventos; e que, para ver se a soltavam, cometia toda a espécie de diabruras, correndo de noite as celas das freiras e estonteando-as com extravagâncias, fazendo crer que o demónio se apossara dela. Passou a ser tida por feiticeira, e as madres de Alcântara contavam os casos espantosos que se davam desde então no convento. Ouviam-se ais e guinchos dos demónios, alta noite; e de manhã, no leito, soror Madalena aparecia com um cabresto de burro na cabeça, soror Gertrudes com fita apertada no pescoço; ambas se sentiam picadas de muitos alfinetes invisíveis, como o eram as feridas. Roupas, breviários, camas, tudo andava em desordem, estragado, rasgado. Um dia fora o diabo quem empurrara a freira, que caiu ao tanque do jardim; outro dia fora ela, a feiticeira, quem deitara soror Joana por uma escada abaixo. E o mais terrível era o não se ver a ação diabólica dos espíritos malignos! O comer aparecia sujo de muitas porquidades.

Os clamores cresciam e a Inquisição interveio. A rapariga, interrogada, confessou sinceramente todas as diabruras que fizera, porque não

queria ser freira, queria despir o hábito – não tinha pacto nenhum com o diabo, nunca o vira: era boa cristã! Os juízes mandaram-na encarcerar. E enquanto a estouvada jazia gemendo na masmorra, firmava-se a lenda dos cérebros emparvecidos das freiras e acumulavam-se as acusações tremendas. A história apurada e provada que a condenava era a seguinte: Aos cinco anos fora entregue ao demónio em pessoa por duas bruxas; aos sete assinara o pacto lendário, com o sangue da tradição, em três escritos autênticos; aos dezoito anos entrara no convento, de mãos dadas com o diabo, que lhe pusera uma marca de fogo num seio. Já a esse tempo tinha morto *infinita* gente com feitiços e bruxedos. A profissão fora uma comédia. De noite era adorada como rainha por cem demónios, no sagrado recinto do convento! O diabo seu esposo, com quem não guardava castidade, dera-lhe um anel. Ao comungar, tirava a hóstia da boca, sem a engolir, e guardava-a para feitiçarias. Açoutara e picara com agulhas o menino Jesus. E até comia carvão! – exclamavam chorosas ou indignadas as freiras.

As coisas pavorosas que lhe imputavam eram sem conta. Entre pessoas grandes e crianças tinha mais de cem mortes às costas, incluindo os próprios pais. Do convento matara, com doenças que lhes dera em filtros, o nosso padre confessor, a nossa mana Joana, e a nossa parenta Calhariz – dizia D. Bárbara de Jesus, em cartas às irmãs. Deus os tenha em sua santa glória!

Havia doenças graves, singulares, entre as freiras, desde que o demónio por lá andava. Ninguém podia dormir, porque se ouviam grunhir porcos, zurrar burros, tocar pandeiros, castanhetas e tambores, com grandes risadas, e cantares de pássaros extravagantes. As freiras achavam-se vivas por milagre e levavam uma existência de medos. Soror Madalena tinha dado grandes quedas, e aparecera mais de uma manhã na cela com a boca cheia de sal; na de soror Gertrudes aparecia pimenta, e a madre caíra com bexigas. Soror Vicência cegara.

E a Inquisição, gravemente, torturava a infeliz rapariga, que por fim reconhecia ter tido coito com o diabo, ter-se-lhe vendido por um pacto; confessava ser rainha e adorada, confessava todas as mortes e crimes – confessaria ter engolido o reino e o mundo inteiro, para que a poupassem às cruas dores do tormento; e porque duvidava, afinal, de si própria, vendo unânimes tão graves e doutas pessoas, e, emparvecida e louca, acreditaria ter praticado tudo o que lhe imputavam...

Quase sempre, contudo, o endemoninhamento se traduzia por visões e êxtases em que os criminosos julgavam ver a Virgem, Deus, os anjos – feitiçarias do demónio, explicavam os juízes. Havia frequentemente jesuítas entre os místicos; mas por via de regra eram mulheres em que o histerismo se apresentava com sintomas de misticismo religioso. Em 664 fora executado em Goa o jesuíta Mateus Francisco por ter visões de coros de anjos e dizer-se deus.

Em 742 foi açoutada em público e degredada por 10 anos, para S. Tomé, Joana Maria de Jesus, que se julgava Santa Ana em pessoa, mãe da Virgem, membro da sacra família: coisas do diabo, com quem tinha coito! Em 720 figuram no *auto* de Lisboa três padres por molinismo; em 745 foi garrotado e queimado o padre José de Sequeira, por se ter demonstrado que vivia numa carnalidade mística com as suas confessadas – por ordem de Deus! alegava o padre; por tentações do diabo!, julgava a Inquisição. Tinha filhos das suas pupilas espirituais; e os desvarios que cometera não eram preceitos divinos, nem infernais: era a consequência da miserável doidice que a educação mística e realista do jesuitismo propagara por toda a parte.

Madre Teresa, penitenciada em 1740, fora vítima da deplorável confusão que o realismo punha entre os dois elementos antitéticos da moral religiosa do catolicismo – o espírito, a carne. Não negava as visões que tinha, nem como era arrebatada em êxtases ao céu, nem a ciência universal que adquirira em Jesus na sua divina graça, no seu amor ardente. Contestava porém que houvesse luxúria nos seus atos, confessados e aparentemente desonestos. Examinava a sua consciência e só se acusava de negligências, imperfeições, tibieza, no amor santo! Odiava a concupiscência e cria que o seu corpo, o contacto das suas carnes, tinham poder curativo para as doenças da luxúria. Dormindo abraçada às pecadoras, curava-as do mal da carne; as infelizes torturadas pelas tentações dos homens enfiavam-se no leito « e tanto se deitavam junto dela R. sentiam logo melhoras» . Perseguida, torturada, martirizada, confessa, por fim – como raros apenas deixavam de o fazer – que tudo isso era o demónio, a quem se entregara, vendendo-se e escravizando-se...

É necessário observarmos agora a outra face da loucura mística – o profetismo. Judeus e jesuítas, possessos da febre messiânica, confundiam a redenção com o sebastianismo, o Apocalipse com o Bandarra. A doença do espírito português, ganha com as desgraças do século XVI, lavrava profundamente na alma coletiva, apesar da Restauração e da Independência. É nos processos da Inquisição que a história irá descobrir os monumentos sucessivos do desenvolvimento dessa loucura sebastianista, fundo do quadro da existência moral portuguesa nos séculos XVII e XVIII, e que nem D. João IV, nem D. João V, nem o marquês de Pombal, puderam apagar de todo – por isso que a vemos reaparecer ainda viva politicamente no século XIX.

O padre Manuel Lopes de Carvalho, queimado vivo num poste na Ribeira, no auto de 1725, dizia-se o Cristo, chegado do Brasil; acusava S. Paulo; era ebionita; e vinha restaurar a primitiva pureza do cristianismo galileu. Herói e mártir, não conseguiram dobrá-lo; e no decurso do processo teve uma visão, em que Deus lhe disse haver de lavar as mãos no sangue dos inquisidores – que o queimaram.

O padre António Hebre Loureiro, penitenciado em 1741, dizia-se o

próprio Deus e anunciava uma segunda encarnação do Verbo e uma segunda redenção do mundo. Era em pessoa o Messias, e havia seiscentos anos que andava pela terra esperando a hora da salvação geral. Tinha morrido, tinha ressuscitado, e possuía o dom dos milagres. O mistério da transubstanciação endoidecera-o, e consagrava-se na Hóstia, vendo-se unido em corpo e sangue à Trindade. As suas heresias tinham porém um caráter nacional, porque o profeta que o anunciara fora o Bandarra.

Pedro de Rates Henequim, também queimado em 1744, era também um enviado a pregar o império português, o quinto – definitivo reinado de Deus, de D. Sebastião, sobre o Universo. Chegava do Brasil onde vivera no Paraíso, examinando por seus olhos os sinais das passadas de Adão. Era ao pé da Baía, e falava-se já, no Paraíso, o português![168]

O padre António Vieira formulara um século antes a estrutura do Quinto Império; e esse lado particularmente português da loucura jesuíta colava-se às suas feições cosmopolitas: a mistagogia, o misticismo dúbio, confundindo num sonho a carne e o espírito, o céu e a terra. Dir-se-ia que voltava a era de Alexandria, e que a soma dos desvarios místicos, levada pelo fermento poderoso amassado por Loyola, ia alastrar tudo. Não era porém assim. Na própria religião jesuíta se veem bem claras as duas faces do século: o último arranco do catolicismo dualista, e o império indomável do espírito prático, utilitário. A Sociedade, banqueira e fabricante, era a pátria religiosa do padre Malagrida.

O século XVIII, o marquês de Pombal não podiam julgar os jesuítas, porque os não percebiam. Condenavam os mercadores e intrigantes, os rivais na riqueza e no poder político; e Malagrida e todos os visionários eram considerados loucos – como se tal explicação explicasse coisa alguma!

Dessa opinião acanhada, dessa incompreensão dos fenómenos íntimos da alma religiosa, dão testemunho os processos instaurados pelo grande marquês. Os crimes são para ele a simonia e o comércio, são a lesa-majestade do atentado contra as leis, contra o rei: não são os atentados contra a moral religiosa, contra a razão humana, que condenam o jesuitismo num tribunal mais vasto, mais sábio – o nosso tribunal da crítica nacionalista.

Abatendo a Inquisição, o marquês abatia um poder do Estado, segundo a regra niveladora do absolutismo; mas decerto pensava que o tribunal da fé era uma casa de orates. Que podiam ser, senão doidos, os graves juízes que levavam a vida a julgar as loucuras místicas e as parvoíces da teosofia? Reduzida a uma *mesa censória* dos costumes do clero, do decoro conveniente à fria religião oficial; eliminadas as distinções de cristãos novos e velhos, para pôr cobro à matança e ao roubo de mais de dois séculos, a Inquisição podia, devia continuar a funcionar como engrenagem subalterna do maquinismo político do Estado.

Se o crítico não aplaude, nem o acanhamento das vistas doutrinárias,

nem a secura formalista, nem a crueldade feroz do grande marquês, é mister aplaudir com ambas as mãos a obra, não a intenção, o facto, não o pensamento, porque a tirania absolutista, desmantelando o Santo Ofício, foi um instrumento de liberdade.

Resta-nos agora falar do comércio da nova Salento portuguesa. Não podemos examinar, uma a uma, as diferentes criações do ministro. Subordinadas todas ao princípio de que um Estado é um corpo autónomo, independente, soberano, como um astro que só se prende ao sistema europeu pelas leis da gravitação que determinam a estabilidade, e cuja lei vital é o egoísmo coletivo e nacional; de acordo com o princípio do equilíbrio e com o sistema mercantil (falsa expressão de um princípio exato enquanto houver nações), as medidas do marquês de Pombal tendiam todas a formar de Portugal, com as suas colónias, um indivíduo independente no seio dos indivíduos-nações da Europa.

Por isso proibia a exportação do ouro; por isso criava as companhias do Grão-Pará e do Maranhão para bater o comércio cosmopolita *(livre-cambista)* dos jesuítas[169]; por isso denunciava os tratados do Methwen, que estabeleciam a troca *natural* do vinho português pelos artefactos e farinhas inglesas; por isso queria que Portugal desse trigo para si, e mandava arrancar as cepas dos vales do Tejo e do Mondego; por isso favorecia e protegia os vinhos do Douro – uma cultura natural em seu entender; por isso criava fábricas e indústrias, para que Portugal não dependesse do estrangeiro, nem para comer, nem para se vestir e mobilar.

A guerra, incidente inevitável no regime de equilíbrio internacional, é a condição que, tornando as nações adversas, embora transitoriamente, vem provar a necessidade de cada uma delas poder satisfazer, com os seus recursos, as suas próprias necessidades. A guerra, porém, condenação do radicalismo livre-cambista, não é a única razão do protecionismo, que considera uma nação como um todo, artificial se quiserem, mas deste artifício sem o qual não há direito nem instituições: coisas que ninguém jamais pôde descobrir na natureza inconsciente. A guerra não faltou à história do marquês de Pombal, para lhe mostrar a necessidade de um exército, para afirmar de um modo ativo e positivo, perante as demais nações, a existência real de uma nação nova, que o génio do ministro soubera criar sobre a confraria de sacristães de que a Europa mofava no tempo de D. João V.

A rápida campanha, encetada na primavera de 62 – terminada na de 63 pela paz de Fontainebleau, que pôs termo à guerra dita dos *sete anos* – não encontrou ainda armada esta parte da máquina social de que o marquês era o construtor. Aliado da Inglaterra contra a Espanha, pôde, porém, rechaçar a invasão; e logo que se viu livre, mandou levantar o sistema de fortificações que defendem a nossa raia de leste e os nossos portos, e organizou um exército numeroso à moderna.

Não lhe faltou, assim, o génio nem o tempo para levantar desde os alicerces o edifício da cidade destruída, *ab imis fundamentis,* por um espantoso terramoto. Arquiteto ou maquinista, estudara cuidadosamente todas as peças do seu artefacto, e deixou a prova de quanto é capaz a vontade de um homem.

Ignorava-se porém no seu tempo – e mais do que ninguém o ignorava Portugal, ensandecido e caquético; mais do que ninguém o ignorava o marquês, discípulo ilustre dos filósofos mecanistas dos séculos XVII e XVIII – que Salento nunca existiu fora da imaginação; e que uma cidade, ou uma nação, é um ser vivo e orgânico, e não um artefacto, um produto da abstração, construído com uma régua, um esquadro, um prumo e um compasso. Mas, quando a filosofia fazia de Deus o supremo arquiteto do Universo, que outra coisa podiam ser os grandes homens senão arquitetos supremos dos seus pequenos mundos nacionais?

Pombal queria construir uma nação, com a ideia de fazer dela um indivíduo autónomo e forte. Ora, nas casas e nas máquinas, pouco importa donde vem o tijolo e o ferro; mas, nos edifícios humanos e nacionais, o material, ou é de casa, ou é mau. Em Portugal nada havia capaz de entrar na liga das argamassas, nem na elevação dos muros; a cal estava ardida por dois séculos do jesuitismo, as pedras estavam podres do tempo e da ação corrosiva dos vícios orientais. Material assim, genuína, autenticamente nacional, só podia dar um D. João V, e dera-o; só daria D. Maria I, e deu-a – logo que o rei anónimo acabou, e com ele desapareceu da cena o importuno que adornava Lisboa com a casaria insípida da *baixa,* e o reino com uma fantasmagoria de leis ímpias, estrangeiras. A máquina desconjuntou-se, desde que o maquinista a largou; e para ensinar aos utopistas que uma nação não se inventa, que um organismo é coisa diversa de um maquinismo, veio a reação de D. Maria I repor à luz da evidência o verdadeiro Portugal, beato, soez, violento e ridículo.

O Portugal de D. José – só agora, ao concluir, lhe proferimos o nome, para dizer como foi ninguém – era um falso Portugal de importação, nas ideias, nas instituições, nos homens. Para criar um exército e construir as fortalezas, o marquês mandou vir o conde de Lippe e oficiais estrangeiros. Alemães, franceses, espanhóis, mas principalmente ingleses, tinham muitos comandos dos regimentos do exército: Valerai, Weinholtz, Aguilar, Monroi, Mac-Donal, Sharp, Preston, Maclean, Smith, Anderson. Para inventar as indústrias, já D. João V mandara vir de Lião os tecelões de sedas; de França, os relojoeiros e cutileiros, chapeleiros, tintureiros, penteeiros, e fundidores de metais; de Itália, os louceiros e estucadores. O marquês de Pombal não mandou vir operários apenas: encomendou empresários, industriais, comerciantes, como Bacigalupo, Bom, Emeretz, Jorge, Palyart, Despie, Vanzeller, Crammer, Vanpraetz, Clamouse, Verdier – e Ratton, cujas *Recordações* lançam tamanha luz sobre o fim do XVIII século português. O marquês também queria ter um Portugal sábio; e como, na pátria de Pedro Nunes, não havia nem um geógrafo, nem um cosmógrafo,

importou professores para a Universidade, e para o Colégio dos Nobres. Já antes fora necessário mandar vir homens capazes de se entenderem com os comissários espanhóis na delimitação das colónias da América do Sul: Ciera, Velasco e Brunelli. Depois para o magistério das escolas superiores, vieram mais: Franzini, Tallier, Vandelli, Cecchi, Gould, Birmingham.

O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias, sensatas e insensatas. Dera para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação majestática e fradesca; dava agora para o marquês de Pombal construir uma nação *de estufa,* com gente de fora.

Colocada, pois, no seu verdadeiro lugar a empresa do grande ministro, estudada no seu valor exato, resta-nos memorar uma consequência. A ação da vontade dos homens sobre a natureza social não é completamente estéril, ainda quando seja, como foi a do marquês, viciada por uma crueldade ferina, e contrariada por uma tendência oposta da força coletiva. Se as sociedades são verdadeiros seres orgânicos, são também num sentido mecanismos sobre que a energia das ações conscientes dos indivíduos decerto influi. Manter a justa ponderação destes dois elementos é a prova suprema do génio político. Exagerando um lado, o marquês condenava a uma ruína quase total e próxima a sua obra heroica; mas por isso mesmo que batia de frente o Portugal jesuíta, consumava uma revolução cujo mérito foi mostrar ao português, beato e ensandecido, que havia no mundo alguma coisa mais do que freiras e marmelada, outeiros e arruaças, piedosa luxúria e visões desvairadas. Por isso mesmo que a máquina era construída com materiais da Europa, onde uma revolução se realizava nas ideias, os homens de fora vieram lançar no torrão português a semente das revoluções futuras.

Talvez que um vislumbre de verdadeira luz raiasse já no cérebro nacional, quando, ao observar a restauração das coisas pátrias, com a sua natural pachorra, o povo dizia depois: « Mal por mal, melhor Pombal!»

# LIVRO SÉTIMO
## A ANARQ UIA ESPONTÂNEA
## (DINASTIA DE BRAGANÇA: 1777-1834)

*Lisboa já não é (torno a dizer-vos)*
*A mesma que há dez anos se mostrava,*
*É tudo devoção, tudo são terços,*
*Romarias, novenas, via-sacras.*
*Aqui é nossa terra, aqui veremos*
*A nossa cara irmã cobrar seu reino.*
*O Rei da Estupidez*

## I. A SOCIEDADE

O reinado de D. Maria I veio demonstrar que o braço de ferro do marquês de Pombal não pudera desviar da carreira da decomposição esta sociedade envenenada pela educação jesuíta. O ministro pôde exterminar a Companhia, mas não pôde extinguir o seu espírito, nem os seus discípulos, que eram em Portugal toda a gente, incluindo Pombal em pessoa. Pôde, à custa de vontade e dinheiro, forjar um Portugal aparente: não pôde alterar a índole adquirida do povo. Como charrua que revolve a gleba, exterminou as plantas visíveis; porém as raízes dos cardos e escalrachos ficaram e reverdeceram. Logo que a morte do rei condenou o ministro ao exílio, rebentaram do chão os cogumelos, a adornar o trono de uma rainha a quem nunca sobrou o juízo, e veio a morrer doida. Nos seus seis reis, a dinastia de Bragança contava já dois mentecaptos declarados: Afonso VI, D. Maria I.

Nobreza e clero, de mãos dadas, sentiam a necessidade de continuar a comédia do tempo de D. João V, que o importuno ministro viera interromper. Mas o abalo do terramoto amesquinhara ainda mais os espíritos, e a restauração do Portugal clássico demonstrou a realidade de um verdadeiro entremez idiota. Nem para farsas nem para óperas, como as do tempo de D. João V, havia já nervos. Cumpre-nos, pois, a nós registrar as fisionomias dos personagens e a ação da peça. Desse modo o leitor ficará sabendo melhor como era esse tempo do que se nos demorássemos a estudar os casos mesquinhos da política; o processo do marquês, a reabilitação dos réus do 3 de setembro, etc.

As influências do confessionário e de alcova tornaram a ser dominantes, agora que no trono se sentava uma mulher, virtuosa sim, mas também a maior *beata* que a educação jesuíta criara no decurso de quase três séculos. Os *empenhas* ficaram desde então caracterizando a mola principal do mecanismo administrativo português; e à sombra deles, à sombra da camarilha que reinava no paço, instituía-se uma desordem tão soez como corrupta. O *desembargador* formou-se em tipo da pujança inepta, cheia de bazófias, ventripotente e faz-tudo, de uma nação que nada sabia. Pina Manique, o grande homem do reinado, era desembargador, intendente-geral da polícia, administrador da alfândega de Lisboa, feitor-mor das alfândegas do reino, provedor da Casa Pia, administrador das calçadas e da aluminação da capital, e muitas coisas mais.

À sombra da proteção desembargatória fervia o roubo. Um Sarmento e um Costa – era sabido por toda a gente em Lisboa – tinham loja aberta de lugares públicos. Um sargento-mor das ordenanças do Fundo comprara o cargo por 5000 cruzados. Certa freira, querida de Luís de Vasconcelos, era considerada como um dos melhores *empenhos*. E o próprio arcebispo de Tessalónica, o confessor da rainha, omnipotente sol da monarquia, não se dedignava de proteger os Ferreiras, arrematantes dos contrabandos. Foi essa uma larga história, cheia de

peripécias. Outrora as tomadias eram queimadas; mas a rainha convenceu-se de que melhor valia pô-las em praça, e aplicar o produto a obras pias. As tomadias não eram arrematadas, mas eram dadas por avaliação aos Ferreiras, que engordavam, engordando os seus protetores. Considerava-se como uma das melhores *postas* a de superintendente dos contrabandos. Os ministros eram criaturas singulares. O marquês de Ponte de Lima, dado por pródigo, nem por isso se julgava inapto para governar o reino. A sua paixão eram as grã-cruzes, e ocupou-se todo na grande obra de fixar de uma vez a cor das fitas de Cristo, de Avis e de Santiago. O cardeal da Cunha tinha uma ostentosa livraria: 11000 volumes, a que alguns chamavam as onze mil virgens. Mas o grande, grande homem do tempo, era o arcebispo de Tessalónica, tão bruto e atrevido que não escapou a uma sova que lhe deram na *matinha* de Queluz, moendo-o com sacos de areia, e deixando-o pelas ruas da amargura.

Quem o conheceu de perto viu-o rústico e volumoso, exemplar acabado da brutalidade fradesca e fidalga do fim do XVIII século em Portugal. Tinha começado por cabo de esquadra, e conservava os hábitos: até com o príncipe do Brasil, o futuro D. João VI, a quem tratava de um modo incivil e grosseiro. Era rubro e gordo, e sentado à fresca, desabotoado, prazia-se em gozar as digestões, arrotando soltamente, à portuguesa. O marquês de Pombal dera-o por confessor à rainha, então princesa do Brasil, por ver como ele era jovial e ignorante. D. Maria I fê-lo inquisidor-mor e seu ministro: quase rei. Sentia-se feliz, satisfeito, e dava largas à sua alacridade beliscando as moças do paço, e perseguindo-as pelos corredores, como um sátiro amável. A rainha, que era muito piedosa, julgava-o, porém, um santo, e nada sabia das suas travessuras. Enfadava-o bastante o governo, a necessidade de ensaiar os conselhos, antes de ir à presença da rainha; e quando olhava para a escada interior, que ligava os seus aposentos aos da soberana, dizia aos íntimos: « Forte praga é aturar essas mulheres, lá de escada acima!» Porém a sós, nos seus quartos, desforrava-se, *à larga,* sentado à mesa, onde tinha sempre frades seus íntimos, e o famoso truão D. João da Falperra, que lhe fazia estoirar de riso a boca atassalhada de leitão assado. Contavam-se então livremente, na intimidade, as crónicas do paço, os escândalos picarescos da corte, apimentados com as graçolas obscenas ou imundas que ainda faziam rir nossos pais: as graçolas portuguesas. Outra espécie de truão era o leigo que o sorvia, rechonchudo e chocarreiro, tosco e vulgar, almocreve de sandálias, carreiro de escapulário. O leigo dizia que só três pessoas tinham entrado no paço: o sábio, o santo e o bobo; mas o primeiro saía logo desanimado, o segundo mártir, e só o terceiro prosperava. O arcebispo, incapaz de malícia, meneava a cabeça, ria às gargalhadas, servindo-se do leitão louro, nadando em molho na bandeja de prata.

Escadas acima, a cena mudava. O palácio era um convento. O rei esposo, feiíssimo, com um aspeto de idiota, olhar esgazeado, a peruca

desgrenhada, parecendo bêbado, era um sacristão, ou coisa nenhuma: o ente que piedosamente fora encarregado de dar herdeiro à coroa. Por toda a parte se murmuravam *terços,* e havia *santos* por todos os cantos, em oratórios e nichos, com velas e lâmpadas acesas. Os aventureiros protestantes da guerra do conde de Lippe *convertiam-se,* para terem postos e a rainha por madrinha. O exército era uma confraria; e Santo António, que por ordem de D. Pedro II sentara praça em 1668 no regimento de infantaria de Lagos, subia ao posto de major-ajudante, depois de várias façanhas e proezas que no comando das tropas praticara contra os castelhanos – segundo o atestava o coronel. O paço, venerando o milagre, despachava o santo. Cheia de escrúpulos devotos, a rainha banira as mundanidades teatrais, proibindo as mulheres de entrarem em cena. Contavam-se as abominações perdidas do reinado anterior; e com os olhos no céu, e as mãos postas, a piedosa senhora pedia a Deus que lhe perdoasse os pecados do rei seu pai, a quem tanto respeitava. As damas descreviam as comédias do Pátio das Arcas, ou do Bairro Alto, e os coros infernais das bailarinas e cantoras da Rua dos Condes. Em boa verdade, diziam algumas com saudade, a companhia de Zamperini trouxe-a o núncio de S. Santidade, Galli, que vivia com eles em permanência. – E a rainha, não podendo explicar o caso, impunha silêncio, lembrando a impiedade de dar 1200 ducados de ouro a Jomelli por uma cantata, e 25 contos à Conti e à Cafarelli por três meses de teatro em Lisboa. Tanto dinheiro poderia ter tido mais piedosa aplicação, e ter-se-iam evitado graves escândalos... O patriarca tinha sido forçado a castigar o Padre Macedo, o *Grão-Macedo,* proibindo-o de ir à ópera, de fazer versos à Zamperini, e de usar o cabelo à italiana, polvilhado e penteado. Essas cantoras de perdição davam a volta ao juízo, e eram um sacrilégio: ia-se à missa do Loreto para as ouvir gargantear!

Melhor do que elas trinavam os *castrati*, o célebre António Antunes e o *Tortinho* da Sé: a música da igreja substituía bem a ópera. Com efeito, a da capela real era então, no dizer dos entendidos, a primeira da Europa, levando a palma ao próprio Vaticano. Para distração bastavam as assembleias em casa, aos domingos, em que as cadelinhas vestidas de senhora representavam comédias com aprazimento geral.

As quatro ou cinco dúzias de açafatas comandadas por um frade, o rancho dos sopranos castrados, o viveiro de músicos e cantores, redondos e lustrosos, os seis mil cavalos e muares das estrebarias reais, a negrinha anã, valida, por nome D. Rosa, sempre vestida de encarnado; os mais anões e fidalgos e pretos, grandes e pequenos, com o portentoso arcebispo de Tessalónica, e o visconde de Vila Nova da Cerveira, o ministro de quem o poeta dissera ser « grã-besta que chegou a ser grã-cruz» – formavam o séquito inseparável da rainha, quando ia a Salvaterra, à caça, ou às Caldas, banhar-se. No séquito incluía-se também o rei.

A capital do seu reino recordava aos viajantes sábios, que tinham visto mundo, Fez ou Mequinez em Marrocos. Mas, por sobre Lisboa africana, havia uma outra Lisboa afrancesada; e a reunião das duas, e a cor raiada de preto e branco da população, produziam contrastes extravagantes.

« Há uns poucos de anos, quando se via um mocetão bem trajado, animado em galantes ditos, andando pelas ruas em ar de minuete, com os olhos em todas as janelas, tirando muitas vezes o chapéu às senhoritas, puxando da algibeira o lenço de cambraia, cuspindo nele para não sujar a rua, enfim, um casquilho completo, chamava-se-lhe *bandalho* (antes, no tempo de D. João V, tivera por nome *faceira*): agora diz-se *peralta»* (Nicolau Luís). O janota odiava os costumes nacionais, falava em francês ou italiano, e ia exclusivamente à Rua dos Condes, à ópera, porque detestava o teatro nacional, do Salitre ou do Bairro Alto. Meneando-se ostentosamente nas ruas, recebendo algum recado (ou fingindo) riqueza, o fidalgo janota era chamado por várias ocupações. Estacionava nas esquinas e nos adros das igrejas, *namorando de estafermo,* fazendo os sinais com o lenço *(alcoviteiro das distâncias)* ou partia *escudeirando* a dama. Corria apressado outras vezes, de uma missa a uma *grade,* a um *oiteiro.* Durante a Quaresma devia achar-se às quartas-feiras no Carmo, às quintas na Trindade, aos sábados na Graça; mas os grandes dias eram os das procissões. « Tomava então pílulas de azougue, espalhando-se como espadana pelas ruas, bebendo janelas, engolindo cortinas com um chapéu tão pequeno como a cabeça, *quitó* (espadim), casaquinha, luvas de manopla e gravata. Se tinha sege, esgotava a fortuna» . As meninas, das janelas, faziam-lhe momices e acenos, chamando-o às vezes, à escada, para cochicharem; e pela noite fora ia aos conventos das freiras, onde mais de uma vez a polícia deu assaltos para expulsar as ternuras.

Por essas horas perdidas, nas ruas da mal cheirosa Lisboa – *fedorenta,* diz Ratton – despenhavam-se das janelas as cataratas de imundícies que os bandos de cães vadios exploravam. Ausente o peralta, Lisboa parecia Marrocos. Afigurava-se também um acampamento do Grão-Mongol das Índias no grande dia de *Corpus*, com as casas vestidas de damascos e tapeçarias, as varandas cobertas de colchas opulentas, as ruas toldadas de seda e tapetadas de areia e buxo, com o cortejo de padres vermelhos e brancos, de frades e fidalgos, plumas, luzes, pálios, leques, incensos e tropa, salvas de artilharia e foguetes, mendigos leprosos e bandos de crianças com sarna, correndo pelo meio do povo.

Um dia Beckford (opulento inglês que passou algum tempo entre nós e o contou), excitado por uma gritaria infernal na rua, chegou à janela: eram visitas. Vinham dois frades: o padre Teodoro de Almeida, humilde e untuoso, voz fanhosa e olhos em branco, e outro que falava em tom rotundo nas *alucinadoras bebidas da filosofia.* Cada qual trazia a sua missão. O da filosofia ofereceu um cestinho de doces, embrulhados em papéis recortados, da parte de uma abadessa fidalga que pedia o dote para duas noviças. O padre Teodoro, capelão das

Salésias, trazia uma salva de prata com um crucifixo, e um bilhete de convite para uma *grade*. Os dois frades saíram acompanhados pela música do convento: seis pretos, vestidos de encarnado a tocar tambor e pífanos; seguidos por mais pretos que atacavam foguetes, por uma relé de velhas beatas pedintes, e de garotos tinhosos, saltando, berrando, a dar cabriolas. Os mendigos iam esmolando como faquires, os andadores dos conventos vendiam piedosamente uvas, rapé, e muitas coisas mais, pelas bentas almas do purgatório! Era Fez.

Na *grade* reuniam-se, porém, aos costumes africanos, os costumes franceses. O requinte devoto adquirira entre nós um caráter mais sensual. A imagem loura, feminina, infantil do *pastor* bucólico, S. Francisco de Sales, o filho dos colóquios doces das Filoteias e das Chantal, o camarada do *sire* de Urfé, amável autor da *Astrea* e ex-amante de Margarida, refugiada em Saboia, presidia em espírito no locutório de Belém. O padre Teodoro, extático, com os braços cruzados sobre o peito, os olhos em alvo, mudo, ou conciso em voz ténue, assistia às visitas. Soror Teresa era forte em aritmética, a *madre* especial em gramática, soror Francisca muito boa moralista e excelente costureira. O padre Teodoro, esse melífluo autor da *Formosura de Deus,* do *Pastor Evangélico,* do *Feliz Independente,* da *Lisboa Destruída* e outros poemas de maçadora memória, criava ali a sua melhor obra, um viveiro de prodígios; e a sala da grade, deliciosamente fresca, perfumada de jasmins, com uma luz tépida, era ao mesmo tempo a dourada gaiola das salésias e das pombas, dos papagaios e canários que voejavam soltos, chilreando dos seus poleiros para o seio das meigas freiras. E nesta deliciosa mansão as visitas comiam doces, ouvindo os discursos seráficos do confessor...

Quando algum *primo* tinha sérios e secretos assuntos de família a comunicar, o confessor, a madre retiravam-se prudentemente, por discrição. Diz-se que muito se namorava nas *grades,* e que o amor das freiras era o mais apetecido e o mais picante. A severidade do hábito, o composto da figura emoldurada na touca irritavam. Para os capelães e confessores, as freiras eram uma tentação constante, vivendo com elas no convento, no confessionário. O *ter freira* não lhes ultrajava a gravidade. A arte de namorar, cultivada por todas as classes, tinha prescrições especiais nos conventos, por causa dos vestidos de feitio diverso, e dos encontros das grades. Mostrar o sapato com pejo, por acaso, mas de modo a enlouquecer; voltar a cara piedosamente, ao ouvir as confissões galantes; ter os trejeitos melindrosos; indicar desafectadamente as formas, eram, entre outras, as regras do amor devoto. Preceito universal se considerava fugir dos frades franciscanos, vadios em moços, zelosos em velhos. A *madre,* confidente discreta, acudia, nalgum momento de crise, a chamar a esquecida que, por notícias de família – questões mundanas, indignas das filhas do Senhor! – deixava o coro, as matinas ou a novena. Já na igreja os fidalgos, de joelhos, curvados, batiam nos peitos; lá os padres estavam no altar; já os músicos

entoavam as contradanças e minuetes de Haydn e Jomelli com que o Eterno era invocado. – Adeus!... Um beijo furtivo, um doce rebuçado, ficavam como penhor das futuras *notícias* que, dali por dias, o primo levaria.

Nem todos os padres eram seráficos: além de os haver plebeus e grosseirões, havia-os livres-pensadores, que não poupavam sarcasmos à Igreja, e tinham publicamente mulheres e filhos. Estas contradições extravagantes eram, de resto, comuns em todas as classes.

A fidalguia apresentava também uma combinação de brutalidade soez e de requinte precioso, que por toda a parte constitui o traço particular próprio da sociedade portuguesa no fim do XVIII século, e ainda na primeira metade do atual.

O maior fidalgo da corte era, no tempo de D. Maria I, o marquês de Marialva. Um pátio precedia a entrada do palácio, e esse pátio parecia uma casa de posta: as seges de um lado, as cavalariças de outro, montes de estrume pelos cantos, e um rebanho de porcos, pulando e grunhindo, por entre os monturos. Nos palácios do campo, atravessava-se o pátio sobre um tapete espesso de mato, para ali deitado a apodrecer, para estrume. As estrebarias, por baixo das salas, davam a toda a casa um cheiro imundo, e por toda ela se ouviam as patadas e o relincho dos cavalos. O nome de Marialva ficou célebre na equitação.

A plebe dos criados e parasitas formigava no pátio, o marquês distribuía trezentas rações de arroz. A turba dos cortesãos chegava de tarde para *passar a noite*. Na sociedade dos fidalgos não havia demasiada escolha, porque a grossaria nos costumes não deixava excluir os plebeus. A mistura nas classes correspondia ao disparate dos usos, e o nome que melhor define o conjunto de coisas e pessoas é o de grotesco.

Na varanda do palácio de Belém, sobre o rio, acudiam a tomar o fresco e a fazer companhia ao velho marquês personagens plebeus, seus parasitas: era o frade, volumoso e comilão, de facécias de taberna; era o boticário esguio, vestido de negro; o anão das senhoras, fazendo esgares, ou chiando numa frauta de cana; o aparatoso brigadeiro, no seu fardamento já velho, fanfarrão, impudente, governador licenciado dalguma fortaleza distante; era um toureiro célebre, ou picador famoso; era, finalmente, o orate improvisador, disparando a torto e a direito esguichos de versos, na sua fúria repentista:

*Rapada amarelenta cabeleira,*
*Vesgos olhos que o chá e o doce engoda;*
*Japona que da ladra andou na feira,*
*Ferrugento faim que já foi moda,*
*Ruço calção que espipa no joelho,*
*Meia e sapato com que ao lado avança,*
*Vindo a encontrar-se com o esbrugado artelho.*

Enquanto na varanda a sociedade contava anedotas grosseiras e

partidas de toureio, de caça e de comezainas, do fundo da estrebaria vinham os sons de viola e canto: um *fadinho* batido com os arrieiros pelo filho *segundo,* mendigo em casa, embaraço constante, madraço e mariola – quando não era frade, ou não o tinham mandado para o Ultramar num *cavalinho de pau.* Por outro lado as senhoras, depois de se divertirem com as criadas, cochichando para passar a tarde calmosa no jardim, catando a cabeça, recolhiam-se, porque já chegara o querido bispo do Algarve: um colosso de tamanho e de cortesia, armado de um par de famosos óculos verdes. Sentados todos no chão, encruzados, as senhoras à roda, o bispo no meio, rezavam o terço e ladainhas; depois vinham os brincos e pulhas, os jogos de prendas, as venetas, em que o prelado era célebre. Todas as senhoras o adoravam, e por isso o feliz era sempre regalado com os doces mais primorosos.

À hora da ceia os criados gravemente aprumados, com tochas acesas, alumiavam o corredor da sala perfumada com braseiros e caçoilas. Comiam-se então os guisados doces, gordurosos e pesados, cuja digestão laboriosa esgotava a máxima parte das forças. Por isso, fora da mesa, eram todos grotescos, e, não é injúria dizê-lo, idiotas.

O marquês tinha a mania dos relógios: só no quarto de cama havia dez que davam horas e quartos, com assobios, cucos, minuetes e procissões. Toda a casa tresandava a cânfora, para defender dos parasitas as curiosidades: obras de conchas e jaspe, marfins, louças, cruzes e santos; toda a casa fedia a alfazema, que se queimava a toda a hora, para varrer os maus cheiros das alcovas que serviam para tudo. O marquês babava-se, e como era entusiasta de D. João V, celebrava agora a morte de Pombal, falando com volubilidade e calor, no meio de uma chuva de perdigotos.

Amava os saraus; e um sarau é a ocasião de ver de perto os homens e escutar as suas opiniões, as suas ideias. Estava o esperançoso conde de Vila Nova, depois marquês de Abrantes, que tinha uma paixão: acompanhar o Viático. De dia, de noite, escutava em permanência, trazendo sempre o criado com a capa encarnada e a campainha de prata; e como ouviu tocar os sinos, foi correndo aos pulinhos, sem dizer adeus, envergando a opa. O herdeiro de Angeja, doido pela janela, de ninguém fazia caso, e pregado contra uma varanda, via de noite a estrada empoeirada, depois de ter observado o dia inteiro a sua rua. O conde de S. Lourenço, que viera com ambos, era asmático, portuguesmente obeso, com duas barbas e dois bobos para o distraírem às noites, um bocado, antes do terço; e deixava, por toda a parte onde passava, um rasto de espirros e uma esteira desse rapé tão adorado que já no colo se dava às crianças.

Os *peraltas* e as *frangas ou sécias* falavam agitadamente, com grande mobilidade, agudeza e repentes, em coisas preciosas. Esta era Sol-entre-Nuvens; os olhos doutra Figas-de-Cupido, por serem pretos, Ciúmes-da-Vista, os azuis, Traições-à-Beata os pardos; os pés chamavam-se Onças-de-Neve, as mãos

Jasmins-de-Carne. As mães sisudas eram Vénus-Maduras. As meninas, polvilhadas, mosqueadas de sinais, meneavam os leques, mordendo os beiços para encurtar a boca, ajustando o broche para mostrar as mãos e os anéis. Os *sinais* formavam uma ciência: o da testa era *majestoso, o* das fontes *discreto, apaixonado* o do canto do olho, *atrevido* o do nariz, o da face *galante*, o dos lábios *garrido*, o da orelha *tentador,* o da barba *provocante,* e *louquinho* o da asa do nariz. Os sinais traduziam, assim, todo o requinte dos sentimentos amorosos; ao passo que os penteados, em piras, estrelas, cestos, polvilhados de amido ou diamante, com laços, flores, fios de pérolas e colchetes, fitas, plumas, e *belezas* ornando a testa ou as fontes, acusavam a extravagância pretensiosa e de mau-gosto, do pensamento, da literatura e da moda, em uma sociedade em decomposição podre. O estoico briche do marquês de Pombal estava condenado – só ressuscitou em 1820 – e o *faceira,* vestido de veludo e seda, camisa de holanda, chapéu de plumas com presilha e botão de diamantes, sapatos afivelados, cabelos frisados a ferro e empoados, cheio de rendas e presunção, traduzia na figura o tolo requinte de uma sociedade ignara.

Essas importações francesas adquiriram na música uma expressão nacional. Enquanto à sociedade de Luís XV bastava o requinte, o português sensual e grosseiro, *amavioso* de feitio antigo, juntava-lhe a brutalidade e a ternura. A *modinha brasileira* era o encanto doce de uma sociedade licenciosa. Havia mulatos célebres, autênticos, aplaudidos nos salões por darem ao *lundum* um acento libidinoso como ninguém: era uma feiticeira melodia sibarita, em lânguidos compassos entrecortados, como quando falta o fôlego, numa embriaguez de sensualidade voluptuosa.

Não esquecia o Policarpo, castrado da capela da rainha, que cantava ao cravo, acompanhado por algum frade, organista no seu convento, e mestre de música nas casas fidalgas; não faltava a tocata do saltério e a harpa hebreia pelos dois anões, também célebres na época. Mas *o lundum,* acompanhado à guitarra, ensandecia as meninas:

*Em bandolim marchetado*
*Os ligeiros dedos prontos.*
*Louro peralta adamado*
*Foi depois tocar por pontos*
*o doce* lundum *chorado.*

Depois do *lundum,* a velha marquesa, alta, com o rosário, de pérolas e topázios enrolado no pulso, a cruz de brilhantes pendente, dizia, lembrando-se de outros tempos: « Lá vai!» Era um *mote,* que os peraltas *orates* glosavam. E as meninas, derretidas, aplaudiam com afetação: belo! sublime! precioso!

Porém, as pessoas graves, os desembargadores e bispos, os monsenhores da Patriarcal e os ministros e padres-mestres das Ordens ocupavam-se de gamão ou voltarete, conversando sabiamente das coisas do tempo. O tema obrigatório era a apoteose do piedoso D. João V, a condenação de

Pombal, que se dizia assim: « o Sebastião José» , sentindo-se respeitosamente a fraqueza do rei defunto em se ter deixado governar por tal forma. Aplaudia-se a insistência dos Távoras para obterem a reabilitação, censurando-se os escrúpulos da rainha, que não queria ofender a memória do pai. Lamentavam-se os pobres jesuítas exilados, e, a propósito, o desembargador Sampaio tirou do bolso e leu a carta do irmão que escrevia de Urbania: « Já tenho dito 81 missas das 112 que encomendou, e espero carta sua para saber se posso meter algumas das que vêm oferecer, e me servia para as despesas ordinárias; porque estar 112 dias sem receber dinheiro algum de missas, vivendo nós pobremente, dá seu incómodo; acrescendo mais que esta gente, persuadindo-se que nós seremos aqui de pouca duração, querem agora cumprir todos os seus legados, enquanto têm aqui tanto sacerdote: de facto nos vieram agora 950 missas da esmola de 100 réis cada uma» .

Ouvida a carta e lamentada a penúria do padre, todos concordaram em que o desembargador devia consentir que o irmão fosse vendendo as suas missas, a tostão, aos de Urbania, para ir comendo.

Daí começaram as conversas ponderosas sobre a sorte das vítimas do Sebastião José; e por entre as graves dissertações políticas, em que se discutiam os *empenhos* capazes de mover fulano ou sicrano, vinham incidentemente os casos mais notáveis do dia. Este visitara o *Lausperene* em S. Roque; aquele fora na véspera com os filhos, as meninas à Conceição, os rapazes aos Arrábidos: eram quem livrava de bexigas. Um desembargador possuía, moída em pó, uma pérola da rainha defunta; misturada em água, curava as quartãs. Por mãos do outro correra o processo de uma mulher formosa que comia crianças: tomava-as como ama, porque tinha abundância de leite, e os meninos desapareciam: estava agora na Inquisição, depois de ter devorado mais de vinte.

Este caso fez sensação: trocaram-se perguntas, deram-se explicações, e a propósito dele, não se sabe como, levantou-se uma questão de teologia e de história. O prior de S. Julião ponderava que fora Henrique VIII em pessoa quem fizera saltar os miolos a S. Tomás de Cantuária; e o arcebispo de Tessalónica afirmava, com autoridade, que Lutero era sem dúvida alguma a besta designada no Apocalipse.

Passando à religião, acorreram anedotas freiráticas, e voltou-se a fazer apoteose do senhor rei D. João V. Falou-se do milagre do Senhor dos Passos da Graça: um judeu que lhe dera uma dentada na perna, ficando os dentes cravados no pau, como se fosse carne. Agora mesmo um mouro se convertera vendo o milagre, e ficara de sacristão em S. Roque. Monsenhor Acciaioli, aos pulinhos, esfregava as mãos, contente e risonho, pela conversão recente de certa inglesa protestante. « Figas, demónio!» e dava estalinhos com os dedos.

Falar-se do demónio, fez com que se referisse mais uma vez o caso estupendo do convento do Sacramento, em Alcântara: o caso que aterrara

Lisboa, pela audácia de Satanás. Belzebu, sequaz do inferno, entrara em pessoa no convento por uma janela sobre o rio, e seduzira as freiras[170]. Todos, arrepiados, com medo das bruxas, tremiam. Talvez, porém, que mais de um desembargador risse consigo, recordando as vezes que fora às *grades* visitar suas primas. Mas a decisão do arcebispo-confessor o primeiro-ministro merecia o aplauso unânime: as freiras estavam na Inquisição; a janela por onde Belzebu entrara, entaipada; e sobre essa e todas as que dão sobre o rio, mandara o prelado pintar cruzes vermelhas, para afugentar o demónio...

Caso horrendo! E para não irem assim, com tão maus sonhos para a cama, lembraram a *gracinha* dos rapazolas que tinham posto fogo ao convento de Santa Clara, para meter medo às freiras. – « Para alguma coisa mais...» – observou, com benévola malignidade, Monsenhor Acciaioli. Eram uns maganões, os rapazolas. Verduras da mocidade.

À porta, em baixo, esperavam as liteiras e os criados com lanternas, no meio de um burburinho de mendigos leprosos. E, saindo com mesuras, o desembargador dizia – como o corregedor de Viseu a Link – « Portugal é pequeno, mas é um torrão de açúcar!» No reinado de D. Maria I, apesar da reação beata e do ódio ao marquês de Pombal, julgava-se necessário continuar o movimento de organização e fomento do reino. Martinho de Melo, Almada, e outros homens, discípulos de Pombal, prosseguiram ainda a sua política, como o rasto de um navio que passa. Daí veio a fundação da Academia das Ciências, da Academia de Marinha, a construção da Cordoaria de Lisboa, além de outras obras.

Projetaram-se também estradas; e o primeiro cuidado foi lavrar em Lisboa colunas monumentais para marcar as léguas. Cada marco tinha um relógio de sol; mas como, às vezes, a légua acabava à sombra, debatia-se qual era preferível: errar a medição, ou ficar o relógio de sol sem luz. Por se não chegar a um resultado, deixaram de fazer-se as estradas. Gastaram-se, em compensação, nove milhões de cruzados na construção do *Convento Novo*.

Apesar de todos os sábios que Pombal importara, a ignorância continuava na mesma. Um desembargador, conselheiro da fazenda, administrador da Alfândega, negou entrada a uma caixa, vinda de Génova, por haver peste em Marselha: estudando o mapa, e achando só meio palmo entre os dois portos, julgou perto demais para não haver perigo. Outro desembargador não mandava para o Rio de Janeiro notícias do cerco de Gibraltar (1781), porque, estando-se no Brasil mais perto, as novas seriam mais frescas.

As famosas cabeças desembargatórias eram tão vazias como vazio de gente era o reino; e documentos de pouco mais tarde (1804) acusam este facto estupendo: ao longo da raia, as Misericórdias negociavam com os enjeitados da roda dos expostos, vendendo-os aos espanhóis, a moeda de ouro por cabeça, para crias. Essas rodas tinham nascido da necessidade de albergar a numerosa criação

dos conventos. Quando a uma parte considerável da população se impunha o celibato, era indispensável instituir asilos para os milhares de filhos sacrílegos.

Tal era o Portugal-Bragança, *restaurado,* ao que se disse. Para consolidar uma dinastia, cedeu-se o Oriente aos holandeses; e se não se perdeu o Brasil, foi porque ele próprio soube defender-se. Depois enfeudou-se o reino aos ingleses; e por cima de tudo isto aceitava-se o santo e a senha dos jesuítas. Quando o Brasil começou a render, D. João V começou a reinar e a gastar. Devorou-se o que ainda restava em Portugal, devorou-se tudo o que veio da América. Portugal importava, só por Lisboa, 4000 contos de pão cada ano.

E uma série de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuítas e ingleses, pupilos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um único sonho: o Sebastianismo.

D. Maria I endoideceu de todo; e na cena portuguesa levantou-se a espessa figura do príncipe-regente, com o seu olhar vago, na imóvel contemplação da régia ociosidade, bocejando em permanência – a assistir com as mãos nos bolsos, indiferente e passivo, ao desabar ruidoso do carcomido edifício da nação. Casou-se com o príncipe herdeiro dos Braganças uma princesa castelhana, ou napolitana. Enxertou-se no trono roído de uma família, sempre estéril e agora moribunda, o rebento da família orgíaca em cuja seiva corria toda a podridão ardente da Itália do sul. Vieram daí, com um temperamento audaz e um caráter semelhante, os dois filhos que o acaso fez rivais. Esse cruzamento de sangue concorreu para determinar a nossa longa crise de trinta anos (1808-38), anunciada pelos ecos da grande revolução de França, já em esboço na dupla fisionomia do paço de Queluz.

Fora, nos jardins, reinava Carlota Joaquina; dentro, nos salões nus, tristes e sombrios, o príncipe-regente. Fora eram festas e esperanças, dentro ironias e tristezas. A princesa tinha uma corte de aias e criadas espanholas, e sentada à moda do Oriente num tapete de veludo sobre a relva, assistia às danças voluptuosas da Andaluzia acompanhadas de castanholas, ao som das cantigas sensuais da Península. Era um jardim da Síria com o seu cortejo de bacantes, com as suas ruas de limoeiros, de buxo, de murta, folhagem de um verde quente e escuro, quase carnal; com os repuxos e cascatas presididos por estátuas e grupos da mitologia amorosa dos gregos; com aviários, encerrando pássaros de cores rutilantes que embriagam e gritos estrídulos excitantes com a nota selvagem da *malagueña*; com estufas recheadas de plantas gordas do Brasil, tão extravagantes nas formas e nas cores como as talhas e jarras da Índia e do Japão espalhadas ao longo das ruas misteriosas. À noite, os bailados, os risos, o canto, o sapateio do bolero e o estalar das castanholas insinuavam-se em coro pelas avenidas umbrosas, onde timidamente luziam as velas ardendo em campânulas de cristal, como estrelas lúbricas incitando amantes. O jardineiro preto parecia

um eunuco, e os bosques de Queluz, embalsamados pelo aroma das laranjeiras, jardins de uma Armida feia e já em moça mal reputada.

Dentro do paço, habitado pela sombra de um rei, vagueavam nas salas nuas as sombras de uma corte. Era um dó, uma tristeza mole sem nobreza. Era uma galeria enorme forrada de espelhos, para aumentar ainda o vago de uma realidade crepuscular. Ao fundo, em pé, o príncipe dava audiência a um inglês excêntrico e opulento (Beckford) e confessava-lhe tristemente a sua miséria com ironias pungentes. O reino era de frades, mas metade deles não estavam em seu juízo. Tudo enlouquecera, tudo emparvecera. E de longe ouvia-se o trovão medonho da França! «A nau do Estado, dizia o príncipe arcadicamente, naufraga: Deus sabe a que praia irá bater!» E retirou-se o príncipe como um sonâmbulo. As velas de cera, enfumadas, tristes e raras, alumiavam sepulcralmente o paço, e nas câmaras havia enxames de pretendentes, como os mendigos nas portarias dos conventos. Generais e magistrados, morgados, capitães de navios, nobres e plebeus, triste, passivamente, esperavam horas depois de horas, calados, encolhidos com a sombra dos muros. Uma vaga nuvem de tristeza caída envolvia o paço, envolvia a nação, moribunda e silenciosa.

De repente ouviram-se gritos de horror. Que era? Chegara o trovão de França, despedindo raios? «Ai, Jesus! Ai Jesus!» Era a rainha doida que se estorcia no leito com um acesso de medo. «Ai, Jesus! Ai, Jesus!» Eram as chamas do inferno invadindo o quarto; era o pai, ímpio cúmplice de Pombal, de pé, em cinzas, devorado pelo inferno e ainda vivo, eternamente padecente. Era o pai a cavalo, vestindo imperialmente: a majestosa estátua do Terreiro do Paço, negra, hórrida, sobre um pedestal de ferro candente, no meio dos coros de demónios, asseteando-a, perseguindo-a. «Ai, Jesus! Ai, Jesus!».

De joelhos, o príncipe chorava implorando sossego à mãe delirante; fora, nos jardins, ouvia-se o estalar das castanholas e o grito selvagem da *malagueña*; e de longe, pelas quebradas das serras, vinha reboando o trovão ameaçador da tempestade francesa, a aproximar-se.

# II

## II. A INVASÃO FRANCESA

Por toda a parte rebentavam sintomas da gangrena. Não eram só os documentos da inépcia ingénua: eram também certos protestos de um espírito revolucionário, que entrava em Lisboa por via marítima, e no reino por intermédio de sábios e fabricantes estrangeiros importados pelo marquês de Pombal. A intendência de polícia, inquisição política formada sob o modelo da outra, e confiada ao factótum Pina Manique, farejava e perseguia. As *moscas* do intendente não cessavam de zumbrir por toda a parte; e como ainda hoje na Rússia, a polícia formava um poder do Estado, absoluto, irresponsável. O intendente percorria as cadeias, sentenciando verbalmente os presos, sem processo; dava buscas às casas, confiscava, deportava; e na sua própria moradia tinha segredos e prisões, para os réus de maior peso. A segurança da capital exigia absolutamente os meios violentos. Havia combates à facada e a tiro pelas ruas, e os ladrões andavam organizados em quadrilhas que se batiam com a polícia em formais pelejas. Mas a polícia não se ocupava só da segurança; era principalmente um instrumento de perseguição reacionária.

Nem por ser tirana, deixava, porém, de ser burlesca. As *moscas* prenderam, mais de uma vez, rapazes, para os casar ou meter a frades, conforme as ordens da família poderosa; e o caso de M.$^{me}$ de Entremeuse, entre outros, deu muito que rir e falar. Incomodada pelas exigências da alfândega, ao chegar a Lisboa, protestara, alto e bom som. Foi presa: porquê? Por desrespeito? Não; mas porque não se julgou que uma mulher pudesse falar alto, e suspeitou-se que o trajo encobria um *jacobino*. Prenderam-na para ver se era efetivamente mulher, e como o fosse, logo a soltaram.

O medo dos *jacobinos* era o único sentimento forte dos últimos anos do século passado e do princípio deste. Por toda a parte se descobriam emissários da convenção francesa, franco-mações, apóstolos da impiedade revolucionária. Bocage foi preso, Ratton foi banido do reino. O bispo do Algarve, confessor da rainha, queria que o episcopado português excomungasse em massa a França revolucionária. «Os cafés, dizia a Intendência, são clubes onde se pregam aquelas liberdades que têm adotado os tais chamados filósofos modernos». Sabia-se que na Madeira se tinha aberto a primeira loja maçónica, por via de um emissário do grão-mestre de Orléans; e a um corregedor enviado a essa ilha recomendava Pina Manique: «Aquele que v. m. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meia orelha, cabelo rente no toitiço e tufado sob a moleirinha com suíças até aos cantos da boca (o retrato do nosso futuro jacobino de 20) – agarre-me logo dele, tranque-mo na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro; é iluminado ou pedreiro-livre!» A divisão auxiliar inglesa que viera em 1797, espalhara as lojas de pedreiros-livres pelo reino. Já não era raro ver nas ruas luvas e laços de cores suspeitas, *cocares, fitas, da liberdade*. O livreiro Borel tinha

vendido mais de 10000 exemplares da constituição francesa traduzida em português, e 12000 folhinhas do Père-Gérard. A polícia conhecia os principais propagandistas das novas ideias, e os lugares onde eles se reuniam. A loja de capelista da rua do Amparo, debaixo do convento de S. Domingos, era um *club*; era o café dos Romulares; era-o sobretudo a Praça do Comércio, onde se reuniam os estrangeiros: Lecenei, negociante francês, Rubie, Guillon, Macé, fabricantes e artífices. No Tejo carregavam-se armas e munições, em navios que se dizia irem para a Holanda, e saíam para França, onde a *Convenção* se defendia da Europa coligada. O ministro e o cônsul da América do Norte, o Kantzow, agente da Suécia, o Lebzeltern, enviado da Áustria, favoreciam o contrabando de guerra e fomentavam a propaganda! Não eram porém só estrangeiros: eram nacionais que assim pregavam a abominação *jacobina.* O duque de Lafões reunia os neófitos na sua quinta dos *Alfinetes,* a Braço de Prata; e na própria Academia das Ciências, ao Poço dos Negros, hospedava o emigrado Broussonet, ex-secretário de Necker, em quem o intendente via um comissário da *Convenção*. Para o duque se descobrira na Alfândega uma caixa com os livros *perigosos e incendiários* de Reynald, de Brissot, de Voltaire. O abade Correia da Serra, valido do duque, era um infatigável propagandista, e por sua mão corriam secretamente manuscritos de obras sediciosas: era, dizia o intendente, o primeiro dos bota-fogos.

Um rumor surdo de tempestade começava a ouvir-se: pressentia-se um segundo terramoto. Não podia ser tão medonho como o anterior, porque tudo baixara, tudo estava derreado pela podridão. Mas na inércia do nosso cemitério nacional, as notícias aterrando o português, fiel ao trono e ao altar, eram comentadas com os casos da França, onde o mundo acabava. A rainha, o rei e o melhor do reino tinham morrido no patíbulo; Robespierre fora o primeiro Anti-Cristo; e agora, sobre o seu cadáver, vinha à frente dos exércitos invencíveis o segundo, a derramar por todo o mundo o clamor do último dia.

Quem resistiria ao destino armado? Quem faria face a Napoleão, cuja coorte atravessara a Espanha, e pisava já o solo português? Não seria o príncipe-regente, nem a rainha doida, nem as altas classes ensandecidas, nem o povo faminto, indiferente, sebastianista. – À voz do verdadeiro Anti-Cristo português, que foi Junot, desabou tudo por terra! A nação, roída nos ossos pelo térmita infatigável, o jesuíta, nem já era o esqueleto: era apenas o pó de um cadáver.

Três séculos antes, Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (novembro, 29) embarcava um préstito fúnebre para o Brasil. A onda da invasão varria diante de si o enxame dos parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cais de Belém. Parecia o levantar de uma feira, e a mobília de uma barraca suja

de saltimbancos falidos: porque o príncipe-regente para abarrotar o bolso, com louras peças de ouro, seu enlevo, ficara a dever a todos os credores, deixando a tropa, os empregos, os criados, por pagar.

Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terramoto começado pela natureza continuado pelo marquês de Pombal, se tornava um facto consumado. Os cortesãos corriam pela meia-noite as ruas, ofegantes, batendo às lojas, para comprarem o necessário; as mulheres entrouxavam a roupa e os pós, as banhas, o gesso com que caiavam a cara, o carmim com que pintavam os beiços, as perucas e rabichos, os sapatos e fivelas, toda a frandulagem do vestuário. Era um afã, como quando há fogo; e não havia choro nem imprecações: havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, no cais, os criados e os monsenhores, as freiras e os desembargadores, alfaias preciosas e móveis toscos sem valor, nem utilidade. Era escuro, nada se via, ninguém se conhecia. Os botes formigavam sobre a onda sombria, carregando, levando, vazando bocados da nação despedaçada, farrapos, estilhas, aparas, que o vento seco do fim dispersara nessa noite calada e negra.

Muita gente, por indolência, recusava ir; outros preferiam o invasor ao Bragança, que fugia miserável e cobardemente: ao herdeiro de reis, que jamais tinham sabido morrer, nem viver. Mais de um regimento desobedeceu aos chefes que o mandavam embarcar; e muitos, vendo a debandada, se dissolveram, deixando as armas, dispersando. Outros embarcavam: chegavam ao portaló dos navios já repletos e voltavam para terra, aborrecidos e enjoados de tanta desordem, de tão grande vergonha.

O príncipe-regente e o infante de Espanha chegaram ao cais na carruagem, sós: ninguém dava por eles; cada qual cuidava de si, e tratava de escapar. Dois soldados da polícia levaram-nos ao colo para o escaler. Depois veio noutro coche a princesa Carlota Joaquina, com os filhos. E por fim a rainha, de Queluz, a galope. Parecia que o juízo lhe voltava com a crise. « Mais devagar! gritava ao cocheiro; diria que fugimos!» A sua loucura proferia com juízo brados de desespero, altos gritos de raiva, estorcendo-se, debatendo-se às punhadas, com os olhos vermelhos de sangue, a boca cheia de espuma. O protesto da louca era o único vislumbre de vida. O brio, a força, a dignidade portuguesa acabavam assim nos lábios ardentes de uma rainha doida!

Tudo o mais era vergonha calada, passiva inépcia, confessada fraqueza. O príncipe decidira que o embarque se fizesse de noite, por ter a consciência da vergonha da sua fuga; mas a notícia transpirou, e o cais de Belém encheu-se de povo, que apupava os ministros, os desembargadores, toda essa ralé de ineptos figurões de lodo. E – tanto podem as ideias! – chorava ainda pelo príncipe, que nada lho merecia. D. João também soluçava, e tremiam-lhe muito as pernas que o povo de rastos abraçava.

A esquadra recebera 15000 pessoas, e valores consideráveis, em dinheiro e alfaias. Levantou ferro na manhã de 29, pairando em frente da barra até o dia seguinte, às 7 horas, que foi quando Junot entrou em Lisboa. Os navios largaram o pano, na volta do mar, e fizeram proa a sudoeste, caminho do Brasil. Enquanto a esquadra esteve à vista, pairando, os altos da cidade, donde se descobre o mar, apareciam coroados de povo mudo e aflito. As salvas dos navios ingleses que bloqueavam o Tejo troavam lugubremente ao longe. O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma solidão... Soltou-se logo a anarquia da miséria, e na véspera da chegada do Anti-Cristo, Lisboa correu risco de um saque.

Napoleão estava burlado. O príncipe D. João, a bordo com as mãos nos bolsos, sentia-se bem remexendo as peças de ouro: ia contente com a sua esperteza saloia, única espécie de sabedoria aninhada no seu gordo cérebro. Bocejava ainda: mas porque o enjoo começava com os balanços do mar. É o que sucede à história, com os miseráveis balanços do tempo: vem o enjoo incómodo e a necessidade absoluta de vomitar.

Este desenlace burlesco tivera condignos precedentes.

Aliados aos espanhóis, ainda então inimigos da França, tínhamos feito a guerra à república francesa, entrando na campanha do Roussillon (1793), que terminou com o tratado de paz em julho de 95, seguido pela aliança ofensiva e defensiva da França e da Espanha, um ano depois. Godoy, que devera à paz o principado, reinava em Espanha, onde era o instrumento da política da nação sua vizinha. Nós éramos o instrumento da Inglaterra, no seu duelo com a República. Essa aventura do Roussillon acabou de arruinar os miseráveis restos do nosso comércio marítimo. Nos anos de 93-6 os franceses apresaram-nos cerca de 200 navios, no valor de mais de 10000 contos. As nove naus que armámos, apodreceram sem honra nas docas de Portsmouth.

Em 96, tínhamo-nos declarado neutrais, mas como não podíamos evitar a proteção amiga imposta à força pelo inglês, a declaração era ociosa.

Em 801, a França, já então dirigida por Napoleão, ordena à Espanha que nos declare guerra; e logo em maio o príncipe da Paz, Godoy, invade o Alentejo. A Inglaterra, invocada por nós, não se move. O conde de Pombeiro escrevia de Londres: « Nenhumas diligências para salvar Portugal, nenhumas tropas destinadas, dinheiro escasso. Outros objetos lhe doem mais. – A Inglaterra está feita com o ódio das nações, e a popularidade está do lado dos franceses» .

O duque de Lafões, que tinha 82 anos, e Forbes, da mesma idade, comandaram o exército, para o deixarem ser constantemente batido. O duque não esperava, nem queria outra coisa. Era o epigrama vivo de uma sociedade podre. Rindo, observava, ao espanhol que o atacava, a desnecessidade de se baterem. « Para quê?

Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a

Espanha; as da Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos: que se ouçam os guizos, pois que é necessário – segundo dizem. Mas, por amor de Deus! não nos façamos dano: rir-se-iam demasiado à nossa custa!» E assim combinaram os dois vencer e ser vencido. Esta última foi, nem podia deixar de ser, a sorte de Portugal. Tudo estava desorganizado: os quadros incompletos, as fortalezas desmanteladas. Mértola nem tinha portas. O espanhol entrou como por sua casa; tomou posse de Olivença e Juromenha (20 de maio); ganhou o combate de Arronches (29); o de Flor de Rosa (4 de junho); fingindo perseguir o exército que retirou para Abrantes. O duque era demitido dos seus cargos, escarnecido em pasquins, ele que levara a rir com motivo dos burlescos personagens da corte: – «Alvíssaras a quem achar um menino de 82 anos que se perdeu entre Portalegre e Abrantes!» – Campo Maior entregou-se em 6 de junho; e num mês apenas terminava a campanha, se tal nome convém a essa miséria. Assinava-se a paz com a Espanha (8 de junho), e com a França (29 de setembro), perdendo-se para sempre Olivença.

Em 1804 Napoleão fez-se imperador, empenhando a sua coroa no duelo com a Inglaterra. A precária situação de Portugal desde o estabelecimento dos Braganças, por ser forçado a optar por um dos contendores da influência na Península; essa situação que impedia a neutralidade em todos os conflitos europeus – a história o prova – desde que o reino não tinha em si força para a defender; essa situação ruinosa, e que veio, em menos de dois séculos, a mirrar de todo a nação para conservar uma dinastia de procuradores de interesses estrangeiros; essa situação definiu-se no princípio do século atual de um modo que forçou o monarca a fugir demitindo-se, e a nação a protestar insurrecionando-se.

Entre a Inglaterra, que não admitia a hipótese de prescindirmos da sua proteção, e a França, que exigia de nós, depois da paz de 1801, o entrarmos na liga franco-espanhola contra a Inglaterra, Portugal debatia-se numa impotência absoluta, vazio de força, de inteligência, de audácia. Éramos uma pela jogada entre os dois lutadores; e o príncipe-regente, na sua inépcia, esperava codilhá-los a ambos com a esperteza saloia do seu caráter.

A França exigia dele que declarasse guerra à Inglaterra dentro do prazo de vinte dias, que fechasse os portos aos navios ingleses, anuindo ao bloqueio continental, que juntasse os seus navios às esquadras combinadas franco-espanholas, que sequestrasse todas as propriedades inglesas e prendesse todos os súbditos britânicos.

Como havia de o príncipe anuir a isto, se por seu lado o inglês, para o proteger, guardava a sua costa com uma esquadra? Mas, como podia lançar-se-lhe nos braços, se a Inglaterra declarara que à invasão de Portugal pela França, responderia a ocupação do Brasil pelas forças britânicas? Quando o seu defensor afirmava que o saquearia para o defender, como havia de o príncipe-regente

aceitar o auxílio oferecido?

Fez o que pôde. Fechou os portos, sequestrou as propriedades dos ingleses; dizendo-lhes ao mesmo tempo, em segredo, que não era a valer, que seriam indemnizados, que se tratava apenas de amansar Napoleão – a ver se o déspota o deixava ir arrastando a sua vida ociosa de inocente príncipe.

Resultou desta solução o que era de esperar. Napoleão não se iludiu: ditou o tratado de Fontainebleau com a Espanha (1807, outubro), para pôr fim a Portugal. A Inglaterra, reconhecendo a necessidade imprescritível de nos defender, tomou posse da Madeira e ordenou à Companhia das Índias que ocupasse Goa. Portugal acabava; e o príncipe-regente adotou a decisão de se demitir, escapando para o Brasil. Talvez no outro mundo o deixassem em sossego. Em 1810, o inglês foi ter com ele, para o proteger na América, pelo mesmo modo por que o protegera na Europa[171].

O tratado de Fontainebleau – em virtude do qual Junot atravessou a Espanha para ocupar Portugal – dispunha a divisão do reino em três Estados. O de Entre Douro e Minho, com o nome de Lusitânia Setentrional, seria dado à rainha da Etrúria, expropriada pela nova constituição da Itália. O sul do Tejo, chamado principado dos Algarves, indemnizaria Godoy, pagando-lhe os seus bons serviços. Trás-os-Montes, as Beiras e a Estremadura ficariam, como penhor, nas mãos do imperador, podendo eventualmente reverter à casa de Bragança, se ela de futuro se mostrasse dócil e submissa.

Talvez nenhum dos atos de Napoleão mostre tanto como este o desvario da sua política.

Quando o príncipe-regente se soube perdido e ameaçado com uma viagem de meses, tão incómoda, até o Brasil, mandou que o rojassem de rastos aos pés do terrível déspota, pedindo perdão, e oferecendo tudo para ganhar o seu sossego. Estava pelo que quisessem; até dava o seu primogénito para marido da filha do sargento Junot. Tanta baixeza avigorava o plano de Napoleão. Junot passou a fronteira de Portugal em 29 de novembro (1807), e dez dias depois entrava em Lisboa: o príncipe escapara. A rapidez da marcha, a temeridade da aventura provavam-se parcialmente inúteis. Foi necessário que a regência se lançasse de joelhos pedindo misericórdia, para que a cólera do soldado burlado nos seus planos não rebentasse violentamente. Ao mesmo tempo que os franceses ocupavam Lisboa, os espanhóis entravam em Setúbal, tomando posse do sul em nome do príncipe da Paz, e no Porto, apoderando-se do norte em nome da rainha da Etrúria.

Junot em Lisboa lançava a mão sobre a esquadra que ficara no Tejo, fortificava a barra contra os ingleses. Em Madrid Godoy mandava cunhar moeda com a sua descarada efígie: *Dux Algarbiorum*. Tudo se curvava, a começar pela regência. O cardeal Mendonça, patriarca de Lisboa, chamava a Napoleão o Prodígio, «o grande imperador eleito por Deus para fortuna dos

povos!» No primeiro de fevereiro de 808 Junot suprimiu por fim a regência, tomou conta do reino em nome de Napoleão. Godoy e a rainha da Etrúria estavam burlados, e havia muito quem em Portugal, por ódio aos espanhóis, preferisse a monarquia de Junot. O Sebastianismo apareceu como sempre. Napoleão era o *encoberto;* o Bandarra profetizara o N e a águia:

*Ergue-se a águia imperial*
.........................................
*Faz o ninho em Portugal.*

Junot podia querer um reino, mas Napoleão queria um saque, uma contribuição de 18000 contos, a pele de um cadáver, a prata das igrejas, uma rapina universal. Queria o resto das forças vivas da nação, e os soldados que foram nobremente combater em Wagram, em Smolensko.

Decerto ninguém aplaudia a rapina, mas já que o Bragança fugira, deixando o reino viúvo, o reino podia esposar o Junot – que lhe prometia dois Camões; um à Beira, outro ao Algarve.

Tratou-se de reunir os Estados – as *cortes de Lamego,* para aclamar o rei francês. E quem sabe se, a não ser a Inglaterra, nos teria sucedido como à Suécia?

As guarnições espanholas do Porto, de Setúbal protestavam. A reação contra os franceses lavrava para além da raia, e em junho (11) Sepúlveda levantou-se em Trás-os-Montes; em 19 instalou-se uma junta no Porto. Ao mesmo tempo (1) o Algarve rebelava-se em Olhão; e o protesto descia de um lado pelo Alentejo, do outro pela Beira e pela Estremadura. Balsemão foi mandado do Porto à Inglaterra pedir auxílio, e no dia de *Corpus* em Lisboa, Junot, cercado por uma sublevação geral do reino, correu o risco de um levantamento da capital. O inglês vigiava, do seu posto das Berlengas, com a esquadra guardando a costa, esperando o momento. Wellesley e 9000 homens desembarcaram em Buarcos no 10 de agosto. A divisão portuguesa de Bernardino Freire com 8000 homens reuniu-se-lhe. Depois chegaram os 13000 de Spencer, e venceu-se o combate da Roliça (17). Em 21 ganhou-se a batalha do Vimeiro; e em 30, Junot, cercado e batido, assinava a capitulação de Sintra. Convém notar que nela se entendiam a Inglaterra e a França, por via dos seus generais: nem Portugal, nem a Regência figuravam em coisa alguma!

Éramos o instrumento, o servo, a *mula de carga* da Inglaterra, desde que ela nos arrebatara das mãos do francês. Beresford, nomeado general do nosso exército, foi de facto um procônsul, um rei. Instituiu-se, contudo, uma nova Regência, por amor da forma; e o inglês arregimentou toda a gente portuguesa, para com ela bater Napoleão na Península. A Inglaterra, que por toda a parte salariava já os exércitos inimigos da França, descobria em Portugal um processo melhor e mais barato. A nação, bem comprimida, deu ainda 60 000 homens; o português soube ainda ser soldado, Soult, Massena vieram e foram batidos. Mas

Wellington, que fizera das linhas de Torres o baluarte donde partiu a ruína do império francês, deixara todo o reino aberto à devastação, porque o pensamento do inglês não era defender Portugal, mas sim destruir Napoleão com os soldados portugueses.

O império foi, com efeito, vencido; mas Wellington em pessoa lamentava os feitos das suas tropas: « É uma canalha insuportável, dizia, que tem saqueado o país do modo mais terrível» . Como no tempo de D. Fernando, como no tempo de D. João V e de D. Pedro II, os nossos aliados ingleses faziam-nos maior mal do que os inimigos, espanhóis ou franceses.

As depredações destes, no calor das invasões, tinham sido atrozes; mas o inglês possuía a arte de ir, fria e sistematicamente, saqueando toda a vida (exército permanente de 60 000 homens) e todas as migalhas da antiga opulência portuguesa. O seu auxílio estrangulava-nos, vazando-nos o bolso e saqueando-nos para nos salvar.

A última invasão, a de Massena, em 1810, excedera, porém, as duas anteriores em ferocidade. O caminho do exército francês, através da Beira, era um fundo sulco de ruínas alagadas em sangue. Houve gente esquartejada a machado; houve requintes de barbárie selvagem. No Rego da Murta penduraram um homem numa árvore, e assaram-no vivo. Em Taperra cortaram os tendões das pernas a um velho trôpego e abriram-lhe as veias. Por toda a parte queimavam os celeiros, destruindo os grãos: só em Arega se perderam 12000 moios. A gente de Coimbra e seus arredores fugira para as montanhas, vagueando nos pinhais: foi cercada e condenada à morte, salvando-se dos fuzilamentos por dar tudo o que tinha em joias, ouro, dinheiro. Os registros, decerto incompletos, acusam, só no bispado de Coimbra, 3000 assassinatos, mais de 1000 casas e 20 lugares queimados e saqueados.

Por seu lado o inglês, « insuportável canalha» de tropas auxiliares; o inglês que, desde 1640, e principalmente desde 1703, reinava mercantilmente sobre a inépcia portuguesa; o inglês, que agora tinha em Portugal uma coisa sua, um Gibraltar e um exército, sentia ainda o apetite de acompanhar o príncipe-regente ao Brasil, para o *defender* na América, apropriando-se do resto do império e da riqueza nacional.

Uma semana apenas, depois de chegar, o príncipe-regente, aconselhado pelo seu protetor, abriu os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas; eufemismo de boa economia que queria dizer – à Inglaterra. Ainda assim não lhe bastava isto, a ela que na Europa tanto se esforçava por conservar o morgado bragançã o. Exigia a paga, e obteve os tratados de 1810 (19 de fevereiro). Mais uma vez a dinastia vendia o reino, como Esaú a primogenitura; mais uma vez, depois de tantas, o Bragança, para conservar o trono, sacrificava o país. A Inglaterra reconhecia, mais uma vez, os seus humildes vassalos, que se comprometiam a consentir as reparações dos navios

ingleses nos portos do Brasil; a conservar em todos os domínios da coroa o foro e jurisdição especial dos ingleses; a favorecer os géneros ingleses nas alfândegas das colónias com o direito de 15*% ad valorem,* isto é, 9% menos do que os das outras nações: ao passo que a Inglaterra só daria aos géneros portugueses o direito da nação mais favorecida. Além deste monopólio comercial que a Inglaterra criava para si, uma teoria platónica, liberal e sentimental, que então seduzia a pátria de Wilherfoce, impunha uma última condição, abolir o tráfico dos negros.

A consequência destes tratados era de ver, e desde logo se viu. O comércio, a indústria portuguesa ficaram de todo arruinados. De 1796 a 1807, a exportação de manufaturas portuguesas para as colónias subira a 94 milhões de cruzados: nos dez anos seguintes é de 2 milhões, apenas. Em iguais períodos, o Brasil manda para Portugal géneros no valor de 353 milhões de cruzados, antes, e de 189 depois; e a exportação portuguesa, que fora de 300 milhões, baixa a 149. Em 1806 tinham sido reexportados de Portugal 14 milhões de géneros brasileiros; em 1819 eram-no somente 4. Em 1805 tinham entrado no Rio 800 navios portugueses; em 1820 entraram 200 apenas. O rendimento das alfândegas baixara 4 ou 5 mil contos. Wellington dizia abertamente que era a ruína de Portugal.

Arruinada no fim do XVI século, e perdida a independência, a nação arrasta uma vida pedinte e miserável no XVII século, à mercê da Europa e das suas intrigas de equilíbrio. No século XVIII o rendimento do Brasil vem dar riqueza a um país desolado e despovoado; e agora, de facto perdida outra vez a independência – se alguma houve realmente, a não ser durante o reinado do marquês de Pombal – perdia-se com ela o tesouro português. No fim do XVI século, era o desabar do império ultramarino que fazia cair por terra a nação. A dinastia de Avis soube acabar heroicamente. O D. Sebastião de agora, o D. Sebastião dos Braganças, sabia fugir em vez de morrer; sabia apenas sacrificar tudo para se salvar a si, como fizera o avô, D. João IV. Por tudo isto, o último homem dos de Avis deixou no coração do povo um rasto de luminosa saudade, e o último homem dos Braganças deixou apenas aquele enjoo que provoca o vómito...

Quando Napoleão saiu e voltou a paz, deu-se o balanço à fortuna portuguesa. Era um sudário de miséria e solidão. De 1807 a 14 a população baixara de meio milhão: um quarto do que fora.

Não havia quem trabalhasse; Beresford fizera soldados todos os que não eram frades, nem desembargadores, nem cónegos e capelães cantores, ou castrados. Não havia cultura, nem indústria, nem gado, nem pesca. De cada 2000 recrutas só às vezes dois sabiam ler. Até o princípio do século, com uma população de um quarto maior, bastava importar por ano 10 milhões de cruzados de trigo: agora necessitavam-se 40, e mais 23 de bacalhau, num país que é uma

faixa marítima e piscosa. A desgraça crescia de ano para ano. 19 era muito pior do que 18. Em Lisboa e Porto tinham entrado menos 416 navios, tinham saído menos 238. As importações de fora baixavam de 49 a 37 milhões; as exportações de 42 a 26. Para o Brasil, em 18 tinham ido 20 milhões de géneros, em 19 iam só 16; tinham vindo 24 milhões, vinham 19 apenas. No congresso (1821, fevereiro) lamentava o ministro, ainda sectário do equilíbrio económico pombalino, que o *deficit* total da balança do comércio português fosse de 21 milhões de cruzados. As finanças arruinadas reproduziam o estado da indústria, do comércio. Custava a casa real por ano, apesar do rei estar ausente, 260 contos; e só por si as cavalariças absorviam 80. O *comissariado* consumia mais de 1200 contos; e ao mesmo tempo que os operários das fábricas de Portalegre e da Covilhã pediam esmola, o *deficit* do orçamento anual chegava a 2000 contos.

# III

## III. 1820

Tornou-se moda, para muitos, escarnecer da revolução de 20, pela sua fraqueza, pelas suas ilusões, sobretudo pelo seu mau êxito. Os democratas *pé de boi,* gravemente hirtos nas suas gravatas altas – como os retratava Manique – solenes nos modos, afogados em rapé, couraçados de direito romano, e tratando os velhos monarcas por *senhores reis,* formaram um tipo de que muitos se riram, e riem. « Mandaram, disse Herculano, a D. João II e a D. João III, nos seus túmulos, o código do absolutismo e a bula da Inquisição. Queimaram profusamente a cera e o azeite em iluminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, horrorosamente grosseiro e bastante caro. Foi um tiroteio de banquetes, procissões, foguetes, discursos, arcos de triunfo, revistas, *Te-Deum,* eleições, artigos de jornais e salvas de artilharia. Todos os dias havia novas festas, e babavam-se por elas. Era um salseiro de hinos, sonetos, canções, dramas, cortes de fato, e formas de sapatos liberais. (Foi então que apareceu nas cabeças portuguesas o *chapéu alto,* revolucionário). Multiplicavam-se as lojas maçónicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Arquiteto do Universo e os espertos comer-lho em honra do mesmo Arquiteto. Reuniram-se as cortes. Fez-se uma constituição pouco mais ou menos republicana, mas inteiramente inadequada ao país. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em português, ou coisa semelhante, os discursos mais célebres do *Choix des rapports,* ou as páginas mais excêntricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito teórico: porque na realidade, nos factos materiais, palpáveis, da vida económica, as coisas estavam pouco mais ou menos na mesma» .

Com efeito, assim sucedeu; mas a sinceridade das ilusões é ainda o que mais nobilita os homens. Os revolucionários de 1820, imbuídos das quimeras jacobinas que a invasão francesa propagara em Portugal[172], foram nobres; mas – triste força é confessá-lo – foram um tanto ridículos. Cegava-os a idolatria da liberdade, ao mesmo tempo que os acendia o desejo de serem um novo Pombal, uma segunda Convenção. Eram apóstolos, quando a miséria pública não deixava ter ouvidos para dissertações, e só podia ser convencida por factos duros e cruéis. Nem Moura, nem Fernandes Tomás, nem Borges Carneiro, os radicais, os voltaireanos tinham pulso para tanto. O plano das suas reformas, dominado pelos princípios naturais-utilitários da escola de Rousseau e de Bentham, nem por isso deixava de reconhecer as necessidades do país; mas o seu erro foi pensar – era, é ainda, o erro da escola – que os povos podem converter-se e mudar de temperamento à voz dos apóstolos, e que a simples evidência da verdade basta para afastar os pecadores dos seus erros, para convencer e levar à abdicação das classes dominantes, e ao domínio as classes escravas e passivas.

As cortes suprimiram a antiga legislação municipal, judicial e fiscal, aboliram as jurisdições senhoriais e eclesiásticas, criaram o júri para as causas

crimes e cíveis, substituíram as câmaras municipais por conselhos eletivos, chamaram ao domínio público as propriedades das prelaturas, canonicatos e benefícios eclesiásticos, tributaram as rendas das corporações religiosas, extinguiram vários mosteiros, proibiram os votos, chamaram ao fundo nacional os bens da coroa e ordens, destinando-lhe o produto para amortização da dívida nacional. Tudo isto, ou pouco mais ou menos isto, fez Mouzinho da Silveira, em 34: porque vingou depois, e não vingou em 1820? Por dois motivos. Agora, legislava-se: mais tarde houve uma espada para o impor, e uma vitória para o consagrar[173]. Agora, o rei estava ausente, vivas, pois, todas as esperanças da restauração do antigo regime, e viva ainda, também, a esperança de readquirir o Brasil, à custa do qual esse antigo regime podia conservar-se em paz e sossego. Depois, a lenta decomposição que durava há quase três séculos sofrera a última crise; o rei estava à frente da revolução, como um tirano da Antiguidade; e o Brasil, decididamente perdido, obrigava a uma partilha dos bens das corporações parasitas, impunha o regime da porção-côngrua, impunha as reformas, com as exigências duras da miséria sem esperança.

As cortes aboliram a Inquisição, de facto acabada pelo marquês de Pombal, e convidaram D. João VI a voltar ao reino onde formalmente lhe negavam o exercício da realeza: na constituição, o rei sem *veto* era uma simples imagem. Para que o queriam? Porque não proclamavam de uma vez a república? Porque a maioria era ainda sincera e ingenuamente monárquica; e porque se considerava a volta do rei indispensável à realização do projeto de recondução do Brasil à frutífera condição antiga de colónia – a mais viva de todas as questões pendentes.

Nela, como sempre, as cortes demonstraram a sua incapacidade, o contraditório das suas ideias, a arrogância das suas palavras, a debilidade das suas ações. O Brasil, a que a residência da corte, os seus decretos abrindo-lhe os portos, os tratados de 1810, finalmente, tinham dado uma independência de facto, já consagrada pela lugar-tenência do herdeiro da coroa que D. João VI lá deixara, o Brasil só pedia que as exigências reacionárias de Lisboa o impelissem a proclamar a independência, seguindo o exemplo das colónias da Espanha. As cortes satisfizeram amplamente esse desejo. Decretaram a abolição de todas as autoridades centrais do Rio de Janeiro, devendo os governadores das capitanias entender-se diretamente com a mãe-pátria. Os 14 distritos, em que a colónia estava dividida, seriam outras tantas colónias; e esperavam as cortes que a destruição da unidade e a volta de D. Pedro para o reino, formalmente exigida, permitiriam restabelecer pouco a pouco o antigo estado. Esta esperança era tão quimérica como eram absurdas as exigências: o Brasil proclamou-se independente (maio-agosto, 1822) e D. Pedro, em vez de voltar, fez-se seu imperador[174].

Os decretos das cortes (setembro, outubro, 1821) eram arrogantes; os

seus atos, porém, eram nenhuns, nem força tinham para serem alguma coisa.

Abolindo os tratados de 1810, repelindo a aliança inglesa, e elevando ao duplo os direitos sobre as manufaturas britânicas, as cortes, cujo radicalismo tornara Portugal suspeito a toda a Europa já restaurada à monarquia, criavam para si uma situação desesperada, sem auxílio fora do reino, sem apoio dentro dele, porque feriam as altas classes, e porque o povo, surdo e passivo, nem entendia, nem se movia em defesa dos seus representantes, nem queria saber de *carcundas* nem de *empertigados*. No seu próprio seio tinham as cortes a causa da sua impotência: eram um amálgama de ilusões radicais, de paixões declamatórias, de um *pastiche clássico,* pseudo-romano; eram Brutos de papel, e Catões pintados, Aníbal, Cipião, Mário o perpétuo cônsul, o triunfador Pompeu, ou Camilo o *supersticioso* – como a moda os construía no princípio do século, nas odes, nas tragédias, nos quadros, nas mobílias; eram arremedos de Robespierre e de Pombal; eram montes de ignorância prática e ausência de espírito administrativo: eram, sobre tudo isso, representantes das tradições nacionais, e votavam um horror piedoso aos pedreiros-livres, um profundo respeito aos *senhores reis,* e tinham uma grave opinião sobre as belezas do estado natural e dos direitos do povo.

Da confusão destas coisas disparatadas nascia a impotência das cortes. Em agosto (1820) rebentara a revolução, depondo a regência e criando um governo provisório (setembro), proclamando a constituição espanhola de Cádis (novembro) e reunindo um congresso que levou quatro meses a votar as bases da constituição nacional. Em junho (21) regressou D. João VI a Lisboa e foi maltratado, insultado. Intimaram-lhe a hora a que podia desembarcar; proibiram-lhe que trouxesse para terra os validos, o Maciel, o Targini, os Lobatos; proibiram que os fiéis súbditos beijassem a mão papuda do seu soberano. Um ano durava já a revolução, e apenas poucos parágrafos da constituição estavam votados. A inépcia do facto, sob uma agitação aparente, o inchado das frases e a inocência das medidas traduziam a falta de coesão da assembleia, que decididamente se apresentava, cada vez mais, como o fruto peco de uma árvore carcomida, como um fenómeno extravagante, inconcebível, no meio da sociedade portuguesa. Os cem deputados autores das leis eram os únicos a percebê-las, se é que eles próprios se entendiam. A nação não resistia; mas olhava para o desbragamento de que se usava com o rei, ouvia os discursos ímpios e revolucionários; e o rei e o clero e a nobreza, se não se atreviam a insurgir-se, limitavam-se sabiamente a fomentar a resistência, aplaudindo a inércia do povo. Assim, ficaram como dantes, apesar das reformas, os corregedores e juízes-de-fora: não havia modo de os substituir. Assim, aconteceu que ninguém foi às eleições dos conselhos municipais, que ninguém quis ser jurado, que os proprietários continuaram a pagar os dízimos e os foros, e os conventos a receber os votos.

A revolução era, em si própria, um episódio mais da lenta decomposição: não podia tornar-se em outra coisa. A montanha das desgraças e a fome iam levar a história às convulsões finais do absolutismo, apresentando ao mundo uma epilepsia social, predecessora do acabamento. A inópia era uma positiva mendicidade; em outubro as tropas vindas do Brasil com o rei estavam ainda por pagar, e esmolavam ou roubavam pelas ruas da capital. A anarquia espontânea revestira até o princípio do século um caráter manso; agora, depois da invasão, depois de 20, depois da independência do Brasil, a sociedade perdida, rota, nua, faminta, sem leme e sem governo, caía numa anarquia feroz. Então, as altas classes conservavam um domínio e uma autoridade: era uma doce anarquia, aristocrática; depois, os ataques de 20, a fuga do rei, as sucessivas provas de incapacidade, destruíam no povo o respeito, sem lhe mudar a paixão. Era ainda monárquico e beato, mas de um modo rude e demagógico. A monarquia desce às ruas, e Portugal chega a oferecer o mais acabado exemplo de uma ditadura da plebe.

Concluíra-se finalmente a Constituição, e foi jurado pelo monarca e pelo reino (outubro-novembro, 1822). Portugal, a Espanha estavam divorciados da Europa, já convertida à reação. Os embaixadores do norte tinham abandonado Lisboa, porque a plebe quebrara as vidraças da legação da Áustria, que não pôs luminárias. O furor dos jacobinos denunciava o fim do *intermezzo* liberal. As cortes ordinárias reuniram-se em dezembro.

Este episódio das ideias liberais, que vinham lançar um novo elemento na combustão em que a sociedade se consumia, delimitou para logo três partidos. Era o dos radicais, os jacobinos, quase republicanos, pedreiros-livres, ideológicos sem malícia, ingénuos sem maldade, que destruíam tudo com a sua retórica balofa inçada de fórmulas, princípios, doutrinas, quimeras, esperanças, visões. Era o dos *miguelistas,* o partido que tinha no paço a rainha e o infante, que tinha os conventos, todos os parasitas, todos os veneradores do passado católico e monárquico, e a plebe: o partido forte e audaz, a que estava reservado o futuro imediato, e o papel de consumidor do desabamento final da nação. Era, finalmente, o partido *prático,* moderado, conservador e monárquico, partido de uma minoria seleta que partilhava as opiniões correntes na Europa, *restaurada* pelos tratados de 1815.

Em fevereiro de 23, os futuros *miguelistas,* capitaneados pelo conde de Amarante, sublevam Trás-os-Montes contra as cortes, a favor do absolutismo; em maio caía a revolução espanhola à voz do exército do duque de Angoulême. A ação precipitava-se, e cinco meses depois de abertas as cortes ordinárias (maio, 1823), os absolutistas rebelaram-se para *libertar* o rei, proclamando em Santarém a queda da constituição (maio, 29). O infante D. Miguel era o braço da revolta, de que era alma a rainha. D. João VI foi para Vila Franca (31), e os três partidos acharam-se acantonados em três pontos; Lisboa, Santarém, Vila Franca.

Ia haver uma guerra civil? Não; ainda não. Houve apenas uma *poeira.* Bem ou mal, fizeram-se as pazes na família real. D. Miguel foi nomeado generalíssimo, a rapaziada fidalga substituiu os cavalos no coche de D. João VI, aboliu-se a constituição, nomeou-se um ministério moderado, e criou-se uma medalha comemorativa da jornada *da poeira.*

O pobre D. João VI dizia em 30, da Bemposta, que abandonara D. Miguel como pai, e saberia castigá-lo como rei: estava em poder das cortes. No dia seguinte fugira para Santarém, donde denunciava que as instituições careciam de reforma: estava em poder de quem? As cortes em Lisboa deliberavam, declamavam, em sessão permanente; e afinal, vendo caído, vazio, o balão aéreo das suas quimeras, sumiram-se dissolvendo-se com um protesto inocente (2 de junho), que ninguém comentou com uma insurreição. O rei dissolvia de direito o congresso dissolvido de facto; abolia a constituição radical, e nomeava uma junta para redigir a futura carta *moderada* do reino. Palmela era a alma da situação e o factótum de D. João VI, que o elevava a marquês.

Em poeira ficara a revolução de 20. Poeira, e não mais, era a restauração; porque o rei, solicitado pelos seus amigos moderados e pelos seus inimigos absolutistas, era um ser feito de barro miserável, sem consistência, mole.

Neste derradeiro representante do sangue brigantino[175] apareciam vivos todos os carateres da raça. Era necessário que, ao extinguir-se, a árvore desse o mais bem acabado fruto. Egoísta e seco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V; tinha a esperteza soez e baixa de D. Pedro II, e o plebeísmo de Afonso VI, sem ser inteiramente idiota, como fora o infeliz encarcerado de Sintra. Todas estas qualidades, e por isso mesmo que as reunia todas, apareciam em D. João VI esbatidas e confundidas, sem nenhuma predominar, realizando assim um tipo complexo, merecedor dos louvores de alguns, igualmente digno do enjoo de muitos.

Começava por ser quase disforme. Tinha as mãos enormes, e uma inchação das pernas, doença antiga da família. Sofria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorroidas.

A má saúde amarelara-lhe a cor do rosto flácido, donde pendia o conhecido beiço, carnudo, sem vida, peculiar dos Bourbons. Em 1805 os seus padecimentos tinham-se agravado, repetindo-se os delíquos, e aumentando, com a fraqueza, a timidez e os medos. Deixou de andar a cavalo, temendo cair. Abandonou Queluz, por ter visto aí endoidecer a mãe, e recear também a loucura: receava, sobretudo e sempre, morrer. Este medo trazia-o estonteado e pronto a subscrever a todas as baixezas e humilhações: ninguém talvez as sofreu tão grandes! O medo, a indolência, os padecimentos, até a ponta de ironia com que de si para si se vingava dos seus tiranos domésticos (a rainha, o infante), diminuíam porém a crueza das provações.

Era muito sujo, vício de resto comum a toda a família, a toda a nação. Nem ele, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de se não lavarem, única em que concordavam. Tinha inclinações baixas, e gostava, sobre todos, dos seus validos plebeus: o padre João, seu afilhado, os Lobatos, guarda-roupas, e o José Egídio, seu secretário particular. Com esses fiéis e dedicados súbditos, com os frades de Mafra, em cuja companhia amava ir entoar o cantochão, para mostrar a sua poderosa voz de baixo, sentia-se bem, sentia que era tomado deveras como rei. Isto dava-lhe um gozo de inocente vaidade, e não deixava de falar de si na terceira pessoa: sua majestade quer dormir, sua majestade quer passear, sua majestade quer comer, etc.

Era, também, bastante avarento: por desleixo e economia, usava, até caírem de podres, as tradicionais calças de ganga; e uma vez que lhe furtaram um capote de doze moedas, esteve a ponto de revolucionar Lisboa para descobrir o ladrão: era caso muito mais grave do que furtarem-lhe o poder, o governo, a autoridade! Não deixava de amar o seu povo, mas queria ainda mais às louras peças de ouro que entesourava; e como os liberais não faltavam ao pagamento pontual da lista civil, não achava de todo má a Constituição.

Não se vá supor com isto que era inteiramente boçal: não. Tinha uma esperteza de saloio, refinada por uma casuística fradesca, porque era filósofo e teólogo, a seu modo: um resto da educação nacional jesuítica. Desconfiava sempre, e de tudo, de todos; e se era indeciso, por ser fraco e inepto, era-o também por esperteza e dissimulação. Raras vezes se opunha aos ministros que lhe davam, mas nenhum deles se gabou jamais de ter a sua confiança. Não se opunha; mas intrigava, cortava-lhes os voos, temendo sempre a sorte do avô D. José, a quem o marquês de Pombal pusera em risco de morrer de um tiro.

Não tinha paixões, mas por isso mesmo queria viver sossegado. Desadorava o ardor da esposa irrequieta, e além disso infiel. Não queria restaurações, nem absolutismos: chegava a achar razoável que o povo tratasse de si. Observando-o de agora, é mister concordar que, um pouco menos burlesco, seria o melhor dos reis constitucionais: bastavam o cantochão e as peças de ouro para o distrair. Por mais que fizessem, não o levavam a ser tirano: preferia os louros frangos assados com que abarrotava os bolsos da casaca engordurada, comendo-os à mão, polvilhados de rapé. Por economia, usava um chapéu velho e sebento, sem se parecer no mais com Luís XI; e ria dos que, à força, queriam ver nele um déspota. Por isso chegavam a acusá-lo de pender para o lado dos pedreiros-livres, quando ele pendia, apenas, atrás do seu beiço carnudo e sensual, para a indolência e paz de alma próprias de uma criatura gorda e pouco inteligente.

Se como rei não pode deixar de inspirar tédio, o homem não deixa de provocar em nós a simpatia caridosa que nos merecem as pessoas moles, pesadas, incapazes de bem e de mal, seres inofensivos que nos não irritaras os

nervos.

Representante quase póstumo de uma dinastia, epitáfio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beiço pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçando como um fardo entre as almofadas de veludo dos velhos coches dourados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavalaria – era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma aparição burlesca. Para nós, ao lembrarmo-nos de que nesse coche, desconjuntado pelos solavancos das calçadas, – vai o herdeiro e o representante do Condestável, o espetáculo ressuscita-nos a história da nação, também desconjuntada pelos balanços da sua vida tormentosa.

E se, porventura, as misteriosas leis da vida têm um papel na história, força é reconhecer que na família dos Braganças não vingou a semente da nobre raça dos Nuno Álvares: viu-se em todos eles a descendência do crasso sangue alentejano da filha do Barbadão.

# IV

## IV. D. MIGUEL

A indiferença de D. João VI, o seu amor ao sossego, o seu ódio à rainha, faziam o desespero desta e do seu pupilo querido, o infante D. Miguel. Mãe e filho, como ideia e braço, capitaneavam o partido que à força queria *libertar* o soberano, restaurar, com um absolutismo radical, o Portugal antigo e fiel, inimigo dos pedreiros-livres e entusiasta da religião e da monarquia. No paço, o marquês de Loulé influía poderosamente no ânimo do rei, aconselhando-lhe a moderação, desviando-o das aventuras radicais. Em fevereiro de 1824 o marquês apareceu assassinado em Salvaterra. A comédia da corte, burlesca apenas desde o tempo de D. Maria I, aparecia trágica; a anarquia, mansa até agora, embravecia; as nódoas de sangue, o estertor rouco dos moribundos, a pálida amarelidão dos cadáveres vinham dar cores novas ao quadro da sociedade. A revolução de 20, apesar do seu nome e do pomposo e atrevido das suas frases, fora inocente: nem uma gota de sangue tinha corrido. O assassinato do marquês de Loulé foi como o primeiro tiro perdido, de autor ignorado, que no meio do tumulto surdo da rua desencadeia a fúria, marcando a hora da vertigem e da matança. Não podia faltar esta derradeira e necessária conclusão ao longo drama da decomposição da sociedade portuguesa.

A devassa ordenada sobre o assassinato do marquês querem alguns que descobrisse a cumplicidade da ferina rainha e do seu brutal filho; e esses dão como imediata causa da *abrilada* a necessidade de pôr pedra sobre o processo. O facto é que na noite de 30 de abril sublevaram-se as tropas. D. Miguel proclamou-se libertador do pai, demitiu o governo, prendendo em Belém o marquês de Palmela, chefe dos moderados. A cavalo, pelas ruas, durante essa primeira semana de maio em que se viu o rei, o infante, seguido por um bando de campinos armados de lanças, galopava triunfante. A sua coorte, recrutada nos carros das touradas e nas estrebarias do palácio, os seus amigos plebeus, o Sedvem, os Paiva Raposos, e outros, não o abandonavam jamais. As antigas arruaças estroinas de D. Afonso VI e do irmão de D. João V eram agora, nas mãos do moço infante, revoluções políticas. Plebeu nos modos, violento e bronco no espírito, fanático e valente, o infante democratizava a monarquia, e o seu povo adorava-o. Era corpulento e trigueiro, queimado pelo sol, e tinha uns grandes olhos negros peninsulares sobre a face rapada e sanguínea. Vestia-se à picadora, com um casaco de baetão verde, calção preto, botas altas de cava, com tacões de prateleira e esporas de prata. Usava um boné azul, de prato largo, com viseira. Tinha inclinações grosseiras e rústicas. Ensinava a lavrar os moços do campo: tomava a rabiça do arado, chicoteava as mulas, e sulcava fundo a terra mais dura. Sufocava um forte cavalo de Alter, puxando-lhe a ponta da cilha com os dentes. Levantava com a boca um saco de trigo de seis alqueires, e punha-o ao ombro com uma só mão. Galopava à desfilada com o José Veríssimo e o Sedvem, de Queluz a Lisboa, trazendo a vara entalada contra a sela, sob a perna.

Os soldados de cavalaria da escolta nunca podiam acompanhá-lo; ficavam para trás. Preferindo as touradas, os cavalos, a caça, as estrebarias, os arrieiros, os picadores, os frades bem grosseiros, as raparigas saloias de Queluz, tisnadas pelo sol e cheirando a erva, aos moles requintes do paço, aos entretenimentos da corte, ao luxo arrebicado e às damas e meninas preciosas da aristocracia – D. Miguel era o demagogo de antigas idades, perdido no meio de um século inimigo. Formado com todas as violências da alma portuguesa, inspirado pelo génio italiano da mãe, era o personagem destinado a imprimir a esta nação do extremo ocidente uma fisionomia semelhante ao Nápoles da outra península mediterrânea, tornando iguais, no fim, duas nações que, quase a par, tinham descido a estrada de uma decomposição fetidamente florida.

D. Miguel em pessoa foi o alguazil da *abrilada:* ia às casas arrancar os *pedreiros-livres* ao seio das famílias, perseguia os fugitivos, a cavalo pelas ruas. O *moderado* Subserra, querido do rei e alma da situação anterior, conseguira embarcar e fugir: o infante largou à desfilada para a barra, para que S. Julião fizesse fogo sobre o paquete inglês. Corria os quartéis, falava às tropas: os *pedreiros-livres* queriam matar o rei e a família real! E diante desta explosão da loucura do infante, levantado e aclamado pelas ondas da plebe, pela tropa, pelos frades, Lisboa, pasmada e inerte, observava, consentindo o império do novo partido, que afinal rompia os diques, e transbordava, mandando no paço, no governo, no rei. No meio desta crise, própria do Cairo ou de Tunes, os embaixadores intervieram, como é costume fazer-se no Egito. O paço da Bemposta, onde o rei vivia, estava cercado; mas os embaixadores, seguindo o da França, cuja intervenção foi decidida e nobre, forçaram o bloqueio e chegaram junto ao rei. Quando D. Miguel entrou e viu Neuville ao lado de seu pai teve um ataque de fúria; mordia e rasgava as luvas, desesperado, com uma cólera quase infantil. O rei estava sobretudo aflito, porque, ignorando o destino do Subserra, julgava-o morto. Neuville sossegava-o.

A intervenção dos diplomatas estrangeiros, com quem D. João VI conspirou contra a esposa e o filho, fez abortar a revolução. Dezasseis anos antes fugira para o Brasil: agora fugia, outra vez, para bordo de uma nau inglesa (maio 9) para ordenar daí o desterro do infante e a reabilição do partido moderado.

D. Miguel foi com efeito banido, e por dois anos andou enchendo a Europa da fama das suas tropelias. Expulso de Paris, acolheu-se a Viena, que era então o baluarte do *direito-divino,* com Metternich por sumo sacerdote[176]. D. Miguel era porém um efeito, e não uma causa; a fúria do seu génio era o desespero de uma sociedade perdida, a que as ideias novas encolerizavam, e a fome perseguia já de perto. A sucessão das miseráveis desgraças, que desde o princípio do século afligiam Portugal, afigurava-se como um castigo do céu contra as impiedades dos pedreiros-livres. Muita, senão a máxima parte da gente assim pensava, incluindo grande número dos homens de 20, convertidos das suas

ilusões. Em junho (4) de 24 dissolvia-se a junta encarregada em 23, depois da *Poeira,* de preparar uma constituição, e convocavam-se as *cortes de Lamego.* No dia seguinte aparecia um alvará anulando todos os decretos das cortes da revolução, por se lhes negar poder soberano ou legislativo. A revolução, perdida, era condenada: a reação imperava franca. Em 25 (agosto, 29) o Brasil separava-se. Reconhecida formalmente a independência, varriam-se as esperanças de readquirir a fonte dos proventos nacionais, e os comerciantes arruinados, a alfândega deserta, o tesouro vazio enchiam de desespero os cérebros de onde a história de três séculos varrera a lucidez. Só uma contrita confissão geral dos crimes liberais, só uma depuração da sociedade, só um terror absoluto, em nome de Deus e do Rei, podiam fazer voltar os bons tempos piedosos, e com eles o Brasil!

Tal era o estado de espírito da máxima parte da nação; tal era o entusiasmo da plebe; tal era a loucura que encarnara em D. Miguel. Carlota Joaquina, megera horrenda e desdentada, criatura devassa e abominável em cujas veias corria toda a podridão do sangue bourbon, viciado por três séculos de casamentos contra a natureza, atiçava essa chama, como a hórrida feiticeira, no fundo do seu antro, para o lume da sua cozinha diabólica. Ficara, na ausência do infante, para lhe preparar a volta a ele, e ao pobre rei um morrer desgraçado, sem amigos, sem mulher, sem filhos, sem povo, sem nada!

Queluz era o palácio querido dessa corte, onde reinava a devassidão plebeia. Entre o muito que a revolução destruiu depois, esqueceu deitar por terra o mesquinho arremedo do Trianon, que foi para nós uma bastilha de perdição e vergonha.

D. João VI preferia a Bemposta, e sobretudo preferia viver longe da rainha, a quem tinha ódio e medo. Não a podia sofrer, nem aos lacaios seus instrumentos. Como aquele rei do Egito alexandrino que varria os seus paços com um chicote, ou como Afonso VI que fustigava com ele os que o aborreciam, D. João VI também correu de bengala em punho o seu paço, atrás da mulata Maria Leonor, criada da rainha, confessada de Fr. José do Pilar, para a castigar, à portuguesa, das piedosas intrigas que armara.

Em Queluz a rainha, o seu frade, a sua mulata e toda a súcia davam largas ao furor, e conspiravam abertamente. Carlota Joaquina, ao chegar do Brasil, enganando-se com a omnipotência aparente das cortes, jurara a constituição, afetando uma exaltação jacobina que seduziu o ingénuo Borges Carneiro. Mostrando, porém, o tempo a impotência absoluta da revolução, a rainha sentiu que vivo ardor enlouquecia o povo atribulado por tantas e tão repetidas desgraças e vergonhas. Mudou pois de rumo; pôs-se atrás de todos os descontentes, a picá-los, a mordê-los, metendo no corpo do filho um vírus que rebentou num furúnculo, numa fúria – insensata, porque o seu curto juízo não dava para mais! plebeia e sanguinária, porque tais eram as inclinações do seu

temperamento.

Malograda a *abrilada,* a rainha, a quem a reação roubara o filho querido e seu instrumento, vestiu-se de dó, retirou-se, lamentando a perda da monarquia. O seu luto era, porém extravagante e burlesco: aparecia, esfarrapada e suja, num roupão velho de chita, com um chapéu de feltro e duas escarcelas cheias de relíquias à cinta. Só um milagre poderia salvar o reino, convertendo-o à verdadeira fé absolutista e beata, contra os pedreiros-livres e contra o próprio rei, que não se envergonhava de os apoiar. E esse milagre apareceu em Carnaxide, nos arredores de Lisboa: foi o cão de um caçador que, entrando numa gruta a perseguir um coelho, viu uma imagem da *Conceição* e ficou de joelhos a adorá-la, em companhia do coelho e do caçador que entrou logo. A *Senhora aparecida, ou* da *Conceição da Rocha,* pôde ainda excitar o fervor religioso do povo. *O miguelismo* tinha já o seu milagre. Deus favorecia-o.

Deus era com efeito o suposto cúmplice mais decidido das tramas de Queluz, onde se reuniam os *carcundas*. Eram os diplomatas ofendidos, os padres furibundos, os militares preteridos, os validos do infante desterrado: o marquês de Abrantes, os Paiva Raposos, e outros que a *moderação* do governo e os medos do rei não deixavam exterminar. Eram os validos plebeus, *o Garrocho,* o Cardoso, *o Cambaças,* que se tinha oferecido para carrasco dos pedreiros-livres no dia 30 de abril, o *Fitas,* ladrão célebre. Era uma ralé de frades, picadores e boleeiros, de mercúrios andrajosos, mendigos amputados e lazarentos que iam e vinham de Lisboa, com notícias e delegações. Estava ali formada a corte, o governo do futuro restaurador do absolutismo. As portas de Queluz, transformado numa estalagem de arrieiros onde se educavam as infantas, abriam-se a todos; e Latanzi, um italiano velho, ex-mercúrio do caduco marquês de Abrantes, privava com as meninas, contrabandeando em bijutarias francesas que ia vender ao paço. Era muito querido, e esperando em paga um emprego, presenteava as infantas com três chávenas de porcelana para caldo.

Em Lisboa, o governo, indeciso entre a revolução e o absolutismo, *moderado* ainda, mas inchado e com vertigens como o rei, deixava correr à solta o furor das conspirações. Tudo estava absolutamente podre, caindo a pedaços, esboroando-se numa gangrena. Contava-se de desembargadores do paço que chumbavam dados, marcavam cartas, passavam provisões falsas, eram assassinos, ladrões e cometiam estupros, sem deixarem de rezar o *terço* e comungar com toda a devoção. Na loja de bebidas de Marcos Filipe, onde se reuniam empregados públicos, sabia-se, por exemplo, que dos 17 da contadoria de Marialva só 3 ou 4 não eram ladrões. Não tinham conta as lojas onde se podia depositar dinheiro para obter empregos, porque, secada a fonte do Brasil, a nação devastada, sem agricultura, nem trabalho, esmolava em massa à porta das secretarias, como a plebe esmolava o seu caldo nas portarias dos conventos. No paço, os *canais* e *empenhos* vendiam tudo: mas nos tribunais era pior ainda. No

Desembargo do Paço, na Mesa da Consciência e Ordem, no Conselho da Fazenda, vendiam-se até os despachos mais triviais, e as consultas favoreciam quem melhor pagava. A sociedade estava tão pervertida na moral como na inteligência: coisa de resto comum, e por via de regra constante. A polícia era uma malta de denunciadores por dinheiro; e sabia-se de um Pinet, de origem francesa, que dava graus maçónicos a quem os queria, à razão de meia moeda, para receber depois outro preço da polícia, denunciando os novos pedreiros-livres. Um registro da Marinha classifica de um modo eloquente o pessoal da armada. O almirante nunca fora bom oficial, nem tinha força, nem saber. Dos quatro vice-almirantes, um estava incapaz por velho e trôpego, outro nulo por doença, o terceiro valia pouco ou nada, o quarto era ignorante e intrigante. Havia um chefe de divisão que passara de monsenhor da Patriarcal; havia bêbados conhecidos. Por isso a esquadra, que se pretendia dever ir submeter o Brasil rebelde, não partia, não partiu jamais.

O padre José Agostinho, entusiasta de 20, era em 24 um dos mais bulhentos corifeus da reação. Homem superior, perdido pelo tempo, a sua vida e os seus costumes resumem os diversos aspetos da decomposição final da sociedade. Andava em *troças* e orgias permanentes, de faca à cinta.

A devassidão, a brutalidade, e o caos de ideias novas, naturalistas, amalgamadas com paixões velhas e opiniões antigas, fervia no seu cérebro e fazia dele um tipo. Fora liberal em 20, era miguelista agora. Todos os sanguinários de 24 tinham sido radicais. O célebre D. Gil, na Rua dos Condes, interrompera os atores aclamando versos *liberais,* num furor de ensurdecer. O Alpoim enchera a sala de S. Carlos com as suas odes radicais. O Paiva Raposo era lembrado pelos seus vivas à Constituição, no botequim do Marrare; e D. António da Silveira espojara-se rebolando de alegria, no Salão de S. Carlos, na noite de 17 de setembro. José Agostinho, em 24, transformado em energúmeno, vagueava pelas ruas, arrastando o hábito enodado das orgias, declamando e profetizando. Era o ídolo plebeu, e o primeiro apóstolo do miguelismo.

Esta relaxação turbulenta, essa anarquia desenfreada a que o frade se convertera, era a lei geral. Não havia segurança, nem ordem, nem decência em Lisboa. Um grupo de *trocistas* armados de vergalhos introduziu-se uma noite no convento do Carmo; e à hora da disciplina invadiu o coro, desancando os frades, desalmadamente, às escuras. A frequência dos crimes crescia todos os dias, com o número dos vadios. Não os assustava a cadeia, onde tinham casa e comida. No próprio coração da capital, nas ruas do Loreto, da Atalaia, da Rosa, da Barroca, havia tendas e tabernas, que eram sabidos covis de malfeitores. No bairro de Andaluz havia assaltos: uma casa defendeu-se a tiro e um dos salteadores ficou morto. Os marujos desembarcavam para roubar. Cosia-se gente a facadas todas as noites. Havia botequins que eram, no saber de todos, covis de bandidos: o bilhar do *Abade* ao Passeio, o do *Bosque,* o da *Rua dos Condes*, o *Maneta,* no

largo do Socorro, e o *retiro* do Cabeço de Bola, que estava sob a proteção decidida do escrivão do crime do bairro da Mouraria. Os soldados eram os mais assíduos; e de todas as tabernas, a mais terrível era uma da Rua do Loreto, porque nela se reuniam os soldados da guarda real de marinha, os artilheiros nacionais, os artífices engenheiros, de braço dado com os da polícia. A grande questão militar era então a falta de pagamento das fardetas: daí dependia a sorte das instituições!

Os energúmenos exploravam esta falta do ministério; e viam-se, de braço dado, os frades e os soldados em colóquios íntimos, ouviam-se as catilinárias dos primeiros seduzindo os segundos.

Era notado Fr. José da Rocha, jerónimo conhecido pela frequência das suas bebedeiras, pela sua inclinação pelas súcias e pândegas. Saíam das *hortas* e das tabernas, inflamados pelos sermões dos frades, bandos de homens de jaleco e de soldados de *cacete,* para deitar abaixo o governo, matar os pedreiros-livres, pôr no trono o *senhor infante*. E atrás da turba, avinhada e ameaçadora, vinha o grupo do cego com a guitarra e o cão de guia, garoto amarelo e rouco, a cantar de um modo selvagem, com trejeitos lúbricos, cantigas obscenas como o *Negro Melro,* que provocavam gargalhadas dos frades, dos soldados, das colarejas de faca na liga, das meretrizes debruçadas das janelas. A plebe, reinando já, pedia que lhe dessem o seu príncipe.

Apareciam pasquins nas esquinas, todos os dias, por toda a parte. Agora D. João VI corria risco de vida; os pedreiros-livres tinham-lhe jurado a morte. Logo, era o rei o traidor: « Portugueses alerta, que el-rei deserta!» Uns anunciavam a chegada próxima do infante, com um exército francês, um exército da fé, como o que Chateaubriand mandara à Espanha *libertar* Fernando VII. Mas, como era grande o ódio aos franceses, autores da maçonaria e da *liberdade,* cuja invasão depredadora lembrava ainda, semelhante notícia irritava muita gente. Queria-se bastante à pessoa de D. João VI, e os energúmenos perdiam-se, desde que, para levantar o infante, deprimiam ou acusavam o rei: « Estou vendo isso, estou vendo! O mais velho (D. Pedro) está desafiando o pai no campo (no Brasil) com a espada na mão: que os brasileiros daqui a dois dias são capazes de o matar! Falta que o mais moço venha por aí, com algum exército francês insultar também o pai» . E o frade, para não ser batido, falava respeitosamente do rei, contando, porém, longas histórias da sua fraqueza, e terminando, ao ouvido, com amor: O *menino* não tarde por aí...»

Esta propaganda ativa lavrava, conquistando as baixas classes; o frade vivia com elas. As diversas ordens monásticas constituíam uma sociedade ao lado da outra – desde os agostinhos, que eram fidalgos, até os plebeus franciscanos. Todas as classes tinham os seus frades, e a propaganda era, assim, íntima, de igual para igual: força enorme que se aliava à de falarem em nome de Deus. Os liberais conspiravam, sim, e pregavam também; mas eram poucos,

eram *ímpios,* tinham o sabor estrangeirado, *francês,* e pertenciam exclusivamente à grossa burguesia do comércio, muito em baixo desde que se perdera o Brasil. Essa desgraça que os arruinava, fazia-os liberais. O Cais do Sodré era o único ponto onde reinavam, e o café do *grego o* seu baluarte: aí dava as cartas o mercador Walsh – um inglês herege!

De resto, por toda a parte, em todos os bairros, rebentavam os focos de agitação *miguelista.* No botequim do José Maria, no largo de Belém, onde se reuniam os picadores da casa real, via-se o toureador Sedvem, já solto da *abrilada,* falando em nome da santa religião; via-se o Gourlade, dando vivas ao infante, e pedindo « forcas e mais forcas» . No café do Nicola, o procurador Paiva afirmava estar decidida a partida do rei para o Brasil, e a vinda de D. Miguel para governar o reino. A própria cadeia do Limoeiro, onde estavam os presos da *abrilada,* era um clube presidido pelo matemático José Acúrsio das Neves, sempre furioso contra a pedreirada, que lho havia de pagar! O carcereiro estava comprado, e havia dinheiro em abundância. O padre Braga jogava o voltarete, às noites, com o juiz-de-fora de Oeiras, que ia à cadeia visitá-lo e conspirar. O governo via e sabia tudo isso: mas nada podia fazer, porque era coisa nenhuma: era um inchaço, como o rei. No Lumiar, em casa do escrivão José Egídio, dizia-se alto e bom som que rei e ministros eram maçons refinados; José Agostinho reunia em casa, em Pedrouços; mas a sua tribuna estava na loja do Tibúrcio, em Belém, onde iam o padre Braga e o Corvo e todos os sequazes da *abrilada.* O Paiva Raposo, o José Manuel, o Sabino, o Mesquita da *Marinha* reuniam-se na loja do Grondona, ao Calhariz, preferida pelos padres. Desses numerosos clubes, eram também falados o capelista Custódio, ao Loreto, os mercadores Paulo e Pedro José da Costa, no seu arruamento, o livreiro Caetano da rua da Prata, a loja de papel do Guimarães do Chiado, e sobretudo a botica do Plácido, na rua dos Algibebes, onde se reunia a nata dos energúmenos. O boticário em pessoa, que ouvia missa todos os dias e era confessado dos padres da congregação, queria que se começasse logo a enforcar na *pedreirada:* o padre Braga estava ali para os confessar. Não era necessário esperar pela chegada do infante que, segundo diziam de Queluz, estava já em Madrid, carteando-se com o pai para vir herdar o reino. D. João VI tornaria para o Brasil.

Das províncias chegavam todos os dias notícias animadoras. Só no Porto vegetava ainda um fermento de liberalismo; mas aí mesmo o partido do infante, ou da rainha, tinha adeptos seguros e dedicados. Em Braga eram todos pela revolução absolutista; em Guimarães, o convento de Santo António dos Capuchos era o clube onde conspiravam o corregedor e o capitão-mor; a câmara ia toda com os rebeldes, contra o rei pedreiro-livre.

Em Trás-os-Montes, a província inteira ardia em desejos de ver regressar o infante. Vila Real levantava vivas à rainha, e Chaves era um dos seguros baluartes do absolutismo. Nas Beiras sucedia outro tanto. Castelo Branco

fazia como Vila Real. Na Covilhã corria com entusiasmo a notícia, enviada de Lisboa pelo padre Braga, de que em breve acabariam todos os pedreiros-livres. Repetindo os seus velhos motins, reacendendo os ódios antigos contra os cristãos-novos, a Covilhã era agora o teatro dos roubos e assassinatos na pessoa dos liberais. Quando lá chegaram as proclamações do infante, pela *abrilada,* o povo sublevou-se: levava à frente o juiz-de-fora, o Camolino, com os padres José Gabriel, Joaquim Coelho, Manuel da Maia – e o Feio, que do púlpito disse que o conde de Parati fora ao paço mascarado para matar el-rei; que só a rainha e o infante podiam salvar o monarca das garras da *pedreirada.* Em Lamego Fr. António Espadeiro terminava assim um sermão: « Digam comigo, meus irmãos amados: Morram todos os pedreiros-livres!» E o povo, na igreja, em coro, batendo nos peitos com devoção, repetia: « Morram todos os pedreiros-livres!»

O povo, que em 1640 não chegara a convencer-se de que D. João IV fosse o verdadeiro D. Sebastião, o encoberto desejado, conforme lho pregava o padre António Vieira, continuava a esperar a vinda de um Messias. Era D. Miguel? Era; mas para muitos D. Miguel, bem no fundo, era D. Sebastião. Havia de voltar por mar, em manhã de névoa; e os fiéis iam todas as tardes às sessões do largo das Chagas, donde se avista a barra e o Bugio; e às vezes deitavam até ao Dafundo, até Cascais, para ver se alcançavam as Berlengas. Os políticos, com o seu espírito positivo e prático, receavam o desenvolvimento deste sonho amortecedor; e José Agostinho, esbaforido, não cessava de pregar que o sebastianista era mau pai, mau filho, mau cidadão – e por sobre tudo isso, um tolo refinado.

A persistência deste sonho durante dois séculos e meio, através de tão diversas condições, apesar da sequência de meia dúzia de reis de uma dinastia nova e indígena, demonstra-nos a profundidade da impressão recebida pela imaginação nacional na catástrofe do fim do XV século. Demonstra-nos que a consciência de um acabar desgraçado, depois de uma existência irremediavelmente perdida, se não apagara, apesar do dinheiro do Brasil, da pompa de João V e do terramoto de Pombal. O sentimento da fidelidade e do amor fixara-se, por fim, nos novos reis; mas como lugar-tenentes apenas do verdadeiro soberano, que voltaria, decerto, com a fortuna perdida, e a coroa roubada nos areais adustos da África...

Efetivamente o povo não se enganava. A longa história de quase três séculos fora a história de uma decomposição, semeada de incidentes, mas nunca interrompida, nem dominada. O Portugal restaurado era apenas a restauração de uma forma, e não a revivificação de um corpo. Contundido, miserável, roto, faminto, Portugal fora tombando, de baldão em baldão, até o fundo de um abismo de loucura vertiginosa, de abjeção torpe, onde agora se debatia arruinado de corpo e alma. Estonteado pela fé católica, entregara-se nos braços do diretor de morte – o jesuíta. Perdera o rei em África; logo depois os foros da

independência. O jesuíta voltou a dar-lhe um trono e uma autonomia, mas o povo não se iludiu; eram coisas aparentes, formais, vazias de alma, como convinha que fossem a esses coveiros das sociedades, discípulos negros de Loyola. Pagou-se com o Oriente a nova independência, e por um nada se perde o Brasil – que ficou para vazar sobre o reino uma chuva de ouro e diamantes. Apareceu então o beatério triunfante e magnífico, manto doirado nos ombros de um corpo roído, de uma nação que era o riso da Europa. Depois veio o terramoto, mas passou; e caiu-se logo mais fundo no abismo da devoção idiota e da corrupção mansa, até que a revolução francesa, agitando a Europa, e a separação do Brasil, secando o erário, fizeram erguer Portugal da sua sonolência e medir ao certo o cúmulo de miséria a que se chegara.

Quatro homens de génio que a nação gerara no decurso da sua ruína – o padre António Vieira e o *judeu* António José, Bocage e José Agostinho – demonstraram sucessivamente, na extravagância estéril, na grossaria vulgar, no desbragamento e no requinte ridículo das suas obras, a influência perniciosa dessa educação de morte, que tomando conta da nação no XVI século, a entregara, no seguinte, às mãos da dinastia de Bragança, fiel discípulo que veio a exceder os mestres. A nação comovia-se agora, acordava o sentimento vago da miséria em que se afogava; queria subir, libertar-se, viver. Como? se estava decrépita e doida! Como as nações perdidas o fazem: debatendo-se nas crises do terror fanático, da loucura varrida, da abjeção repugnante; revolvendo a vasa imunda: despindo com franqueza os andrajos, para mostrar o corpo chagado, a reclamar vingança e pão.

A ditadura de D. Miguel[177] é, nesta Judeia da Europa ocidental, como a crise feroz de Jerusalém quando se debatia contra os romanos. A plebe desvairada exerce o papel de fúnebre juiz, e as suas loucuras e os seus crimes são a expiação dos crimes acumulados pelo tempo. Um dia o instinto popular protesta, e a onda da anarquia rebenta. Uma vez impele-a a miragem do futuro: assim acontecera em França. Outra vez arrebata-a a miragem do passado: assim acontecia em Portugal, que vivera três séculos de esperar a restauração do Quinto Império, católico e messiânico.

Em março de 26 morreu D. João VI. A estulta incapacidade dos políticos demonstrou-se então cabalmente. O primogénito, que se levantara com o Brasil declarando-se imperador, desistiu da coroa portuguesa em favor da filha, D. Maria II, e outorgou ao reino uma carta constitucional. Sob o regime de uma monarquia temperada, a rainha, desposando o tio D. Miguel, continuaria a fruir em sossego o morgado de Portugal, segundo o sistema mesquinho em vigor desde 1640. Haveria paz e concórdia; evitar-se-ia o rebentar da procela que todos sentiam nos ares.

D. Miguel voltou ao reino (1828, fevereiro), regente em nome da sobrinha, que devia esperar para as bodas, e jurou a nova constituição. Os

políticos, moderados e prudentes, aplaudiam tudo, confiando no êxito da sua combinação singular. Se acaso o regente, ao jurar, acreditou nela e no tálamo e na coroa que lhe ofereciam, um mês bastou para o forçar a desempenhar o papel que as circunstâncias lhe impunham. Se não era tão crente e tão forte como o partido que o elegia chefe, esse partido obrigou-o a mentir a todas as combinações dos hábeis, dissolvendo as cortes (março) e aclamando-se rei (junho).

A tempestade rebentou logo. Todos os elementos que estudámos, até então comprimidos e refreados, se soltaram; e a onda da anarquia da plebe, o delírio da vingança, as perseguições, os exílios, as forcas invocadas com tanto amor – saíram à luz do dia, para punir os homens cuja impiedade arrastara o reino a tantas desgraças: os liberais, réus da perda do Brasil, os pedreiros-livres cujos pecados Deus fulminava com o dilúvio de desgraças que se despenhava sobre a nação. *Vae pastoribus qui disperdunt et dilacerant gregem pascuae meae!*

Esses pastores sem grei, esse grupo de homens desnacionalizados pela educação francesa que lhes ensinara os dogmas da novíssima idolatria da Liberdade e do Progresso, resistiram primeiro no Porto (1828, maio), mas foram esmagados. Depois acantonaram-se na Terceira, onde se lhes reuniu o ex-imperador do Brasil, ex-rei de Portugal, regente em nome da filha (1832, março) – para reivindicar o trono, invocando uma legitimidade contestada, e os novos princípios que decididamente venciam na Europa com a revolução de julho e a monarquia de Orléans na França.

Começou então uma guerra de quatro anos, cujos fastos, presentes a todos, ainda não foram historiados condignamente. A circunstância, aparentemente singular, da vitória final do exército de D. Pedro, numericamente inferior de dezenas de milhares de homens, sem homogeneidade, formado de voluntários e de soldados de fortuna, mercenários contratados por toda a Europa, essa circunstância explica-se, sem ser necessário entrarmos na avaliação do mérito pessoal dos capitães. Por D. Pedro combatiam a França e a Espanha *liberais;* por D. Pedro combatia, sobretudo, a fatalidade das crises que devoram rapidamente as forças sociais orgânicas, à maneira da febre que queima o sangue e mata. O ardor, o entusiasmo, a unanimidade da reação *miguelista* traduziam uma crise de desespero da sociedade: era um histerismo que, depois de entorpecer lentamente o corpo da nação, rebentava numa fúria, para logo a deixar prostrada e semimorta. Esse mesmo caráter, que dava momentaneamente a força, era a causa de muitas fraquezas, pervertendo o juízo, conturbando a lucidez, e pondo em seu lugar a doidice varrida com que se arrostava a terra, o mar e o mundo; com que se queria afundar a esquadra francesa no Tejo; com que se negava à Inglaterra a amnistia, condição por ela imposta ao reconhecimento do governo de D. Miguel.

O tempo que durou o cerco do Porto, um ano, bastou para que esse

débil cáustico, aplicado ao enfermo devorado de febre, lhe abatesse o delírio, a ponto de um punhado de homens e alguns navios serem capazes de destruir a esquadra no Cabo de S. Vicente, e descerem através do Alentejo a Lisboa, ocupando-a sem disparar um tiro. Depois, as batalhas de Almoster e da Asseiceira, bravamente pelejadas, foram já um epílogo: o enfermo caíra no estado comatoso; estava por tudo, aceitava quem quer que quisesse impor-lhe o mando. A sociedade, extenuada pela derradeira crise, caía num torpor de indiferença, de que não chegou a acordar de todo ainda nos dias de hoje[178].

Os pastores sem grei, os revolucionários liberais eram uma ressurreição de Pombal e vinham construir de novo, sobre as ruínas do regime antigo, da mesma forma que o ministro construíra sobre as ruínas do seu terramoto. Então e agora a sociedade era como um barro nas mãos do oleiro; e à antiga educação jesuíta, só agora por fim destruída, se devia a maleabilidade da matéria-prima sobre que Mouzinho da Silveira, novo Pombal, imprimia as formas do modelo estrangeiro que o guiava.

O edifício levantou-se; mas a história dos tempos sucessivos veio mostrar uma diferença íntima e profunda. Pombal apoiara a sua reforma exótica na força existente e positiva da autoridade do rei, segundo o código do absolutismo, já formulado e recebido; Mouzinho apoiava-se na espada e no exército do duque de Bragança, mas esse apoio, por não ser jurídico, por traduzir apenas a força da ditadura triunfante, era transitório – como logo se viu, quando D. Pedro chegou a Lisboa e o insultaram; como desde o princípio se tinha percebido nas reclamações formais dos sectários a que veio a chamar-se *setembristas.*

O novo sistema trazia por alicerces a vontade comum, a soberania do povo, segundo os dogmas da novíssima religião da França; mas quem diria ao certo qual era esse querer, em um povo abatido e morto, ignorante das fórmulas, adverso aos sistemas? Educado pelos jesuítas, não fora possível ao marquês de Pombal iniciá-lo no naturalismo mecanista e utilitário de onde saiu por toda a parte o liberalismo individualista. Sem prévia iniciação, davam-nos, pois, a *liberdade,* a *soberania popular,* e tantas outras coisas cujo valor ignorávamos, cujos merecimentos contestávamos em nome das nossas tradições.

Por isso a construção levantada por Mouzinho da Silveira oscilou por vinte anos, sem alicerces, batida pelo vento das revoluções, desconjuntando-se no seio de uma anarquia, ameaçada a toda a hora de uma ruína iminente.

A história contemporânea das revoluções a que deu lugar o estabelecimento do liberalismo entre nós não tem lugar neste livro; e o último episódio da nossa história será o rápido esboço da construção social planeada por Mouzinho, um hábil arquiteto, exercida pelo duque de Bragança, um valente mestre de obras. Guiar-nos-á nesta excursão um homem que assistiu à faina, e sabia vê-la com os melhores olhos: Alexandre Herculano.

## V. A REVOLUÇÃO LIBERAL

Se para todos os miguelistas ainda no gozo de um pedaço de juízo a reconquista do Brasil parecia já impossível, a esperança de restaurar a situação antiga formava, contudo, um dos artigos do programa do partido. Os homens de 20 eram, no dizer dele, os culpados da separação, que de facto 1820 não fez mais do que precipitar com as suas medidas impolíticas e temerárias. Quem separara o Brasil fora D. João VI. Desde 1808 que as rendas da casa de Bragança, da do Infantado, da das rainhas, de muitas casas particulares, além de uma valiosa consignação mensal, embarcavam em Lisboa com destino ao Rio. A situação relativa invertera-se: Portugal era a colónia, metrópole o Brasil, onde se acha o rei.

Portugal, o velho conquistador das costas de África e Ásia, o colonizador da América, diz Herculano, tinha-se tornado, por sua vez, uma colónia do Brasil, onde um governo corrupto, os ministros de D. João VI, espécie de rei Renato com os chapéus gordurosos de Luís XI, desperdiçavam loucamente os impostos ou os roubavam, para se locupletarem ou para enriquecerem aventureiros sem mérito e fidalgos abastardados. Politicamente, éramos colonos ingleses. O nosso exército era inglês, com soldados, apenas, nascidos em Portugal.

Um general inglês governava-nos por meio de uma Regência servil que se dizia representar em Portugal o rei, fugido no Rio de Janeiro.

A abertura dos portos do Brasil aos navios de todas as nações, e os tratados de 1810, finalmente, eis aí os principais atos que de facto haviam dado ao Brasil a autonomia económica, infalível precursora da autonomia política. As cortes de 1820 não fizeram mais do que precipitar a consumação de um facto realizado pela emigração e pelas medidas de D. João VI.

Porém as cortes e todo o reino, observando a miséria em que se caía; porém os interessados partidários do velho regime, vendo secar-se a fonte do seu parasitismo, propunham-se unanimemente a fazer retrogradar a história. Os produtos agrícolas de Portugal davam apenas para o consumo de 2 ou 3 meses; todo o resto se comprava com ouro, que dantes vinha do Brasil. Agora, esgotado esse rio, como se havia de viver? Das indústrias nacionais? Não; porque Portugal não tecia uma polegada de algodão, e mandava a sua cortiça para a Inglaterra para a receber na forma de rolhas. De Inglaterra vinham o fato e o calçado; e o vinho do Porto – Brasil criado em casa pelo marquês de Pombal – baixara excessivamente desde que a paz de 1815 tornara acessíveis todas as adegas da Europa ao corpo infatigável do inglês. A pipa do vinho generoso de embarque não valia mais de 10$00 réis, e 5 ou 6, apenas, o vinho comum.

Era uma miséria universal, e uma certa, infalível mendicidade. De 1820 a 28, nos anos que precederam o rebentar da crise, havia ainda uma esperança positiva e universal: a expedição do Brasil, a esquadra que havia de

sair para submeter os rebeldes. Essa esquadra, porém, jamais levantava ferro, e o povo afirmava de todos os seus pastores que « não queriam senão comer» . Eis aqui, textual e rudemente expressa, a opinião colhida da boca de uma testemunha, intérprete do espírito popular: « Está tudo perdido; e as nações estrangeiras fazendo o negócio do Brasil. Arre! que isto não é governo. Acabe-se uma vez com isto, ou experimente-se se se pode ou não restaurar o Brasil. Deixem demorar o caso, que daqui a dois dias não hão de lá pôr o pé, e então morreremos aqui todos à fome» . Havia bons 6000 contos de papel moeda com ágio, e o orçamento de 29 dizia assim: – receita 6000, despesa 15000, faltam 9000 contos.

O motivo mais cruel da crise foi esta fome que todos previam. Os que tinham, além de fome, opiniões apaixonadas, esperavam que D. Miguel exterminasse primeiro a *pedreirada,* restabelecesse na sua pureza o antigo regime, para depois se conquistar – depois se conquistaria, sem dúvida alguma! – o Brasil. A *pedreirada,* porém, rebelou-se, pegando em armas; e como elegeu para chefe o instrumento da autonomia política do Brasil, o ex-imperador D. Pedro, claro está que a sua vitória implicava a negação formal de todas as esperanças. Era este um motivo mais para tornar impopular o partido dos ímpios, cujo chefe espoliara o pai e o reino.

O Portugal histórico, a nação que vivera da Índia, depois do Brasil, ninho de mercadores e soldados, escritório de uma vasta fazenda ultramarina, acabava por uma vez, para todo o sempre.

Por isso a estrutura interna da sociedade devia transformar-se, para poder passar a viver à lei da natureza, e não como até aí vivera: como uma Holanda. Mediram todo o alcance da revolução os seus sectários? É lícito supor que foram principalmente impelidos pelos argumentos doutrinários, pelas influências da nova escola do direito público – os que o não foram pelo simples motivo do interesse ou da defesa, decerto justa contra a tirania, mas insuficiente, por si só, para inspirar e dirigir uma revolução, imposta e não pedida por um povo que a desadorava.

Que se medisse ou não o alcance social-histórico, o facto é que as reformas de Mouzinho da Silveira substituíram à estrutura antiga uma estrutura moderna; as instituições próprias de uma nação que vivia indolentemente de tradições caducas e de colónias rendosas, instituições adequadas à vida natural do trabalho e da indústria. Sabia, podia a nação usar destas últimas? Decerto não, como o provou a história de vinte anos de convulsões. « Antes e depois de 1831-4 – diz Herculano, como bom português, adorador da *energia,* que fez de D. João II *o príncipe perfeito,* e de Pombal um herói: como genuíno filho deste povo, que a um tempo adorava dois tiranos, D. Pedro ou D. Miguel – antes e depois de 1831-4, a história do liberalismo é uma comédia de mau gosto; e nesta mesma época há apenas duas grandes e nobres figuras: Mouzinho e o filho de D. João VI. O

resto não vale a pena da menção. São financeiros e barões, viscondes, condes, marqueses, de fresca e mesmo velha data, comendadores, grã-cruzes, conselheiros: uma turba que grunhe, burburinha, fura, atropelando-se e acotovelando-se na obra de roer um magro osso chamado orçamento, e que grita aqui-d'el-rei! quando não pode tomar parte no regabofe» .

Assim devia e tinha de ser, porque tal é a condição fatal de todas as ditaduras ou cesarismos, e este é o verdadeiro nome da revolução de 34. Quando um homem, ou um grupo, impõe a uma nação o regime, embora salutar, que ela não pede espontaneamente; quando se infringem assim as leis da natureza com os ímpetos da vontade humana, as consequências são por toda a parte as mesmas. As condições particulares de Portugal parecem terem-no destinado, desde todo o princípio, a uma sucessão de revoluções desta ordem, por isso que, nem a geografia, nem a raça, dão à nação um alicerce que ela só encontrou, desde Afonso I até D. Pedro IV, na vontade enérgica dos seus homens superiores.

Os recursos ultramarinos tinham dado bastante para viver folgadamente uma existência de dissipação. O entusiasmo religioso, gradualmente pervertido, e o espírito aristocrático, que descera a mesma ladeira, tinham-se tornado em dois instrumentos aspiradores que sugavam todo o rendimento da terra; instrumentos agora carcomidos sobre um soldo já devastado. Os dízimos, criados no XII e no XIII século para as despesas do culto e caridade, eram, quinhentos anos depois, uma coisa secular. Guardavam-se ainda as aparências, e às ordens religiosas militares cabia ainda, com efeito, a melhor parte do produto do imposto: tinham a obrigação de manter o culto em toda a parte onde cobravam o dízimo. Desde que ele, porém, em grande parte, se distraía da sua primitiva aplicação, o baixo clero teve de vender os serviços religiosos, criando *o pé de altar.* A máxima parte das paróquias vivia neste regime, e o dízimo constituía a renda dos nobres e poderosos que se inscreviam na jerarquia eclesiástica. O rei cobrava um quinhão, apenas, sob forma de tributos ou de empréstimos extorquidos à Igreja. Além do dízimo, os foros ou direitos dominicais secavam os terrenos tradicionalmente pertencentes à coroa e possuídos por contratos enfitêuticos: tais censos atingiam nos *realengos* a quarta parte do rendimento bruto. – Entre a coroa, os fidalgos e morgados, a Igreja, as ordens militares e monásticas, distribuía-se, pois, a quase totalidade do rendimento líquido da nação: eram essas classes que, salariando uma população mendiga e decrescente, governavam de braço dado com a fidalguia burocrática.

As ordens militares desfrutavam os bens de 653 comendas, e nas secretarias havia um exército: quase 3000 empregados. Só o Erário contava 800. Os conventos eram 534, com doze mil frades e freiras, por metades, com a renda de quase mil contos em dinheiro, e milhares de moios de trigo, de cevada, de milho, de pipas de vinho e azeite, e legiões de porcos e carneiros, nuvens de

patos e galinhas. Orçava-se em 30000 o número dos eclesiásticos, regulares e seculares, machos e fêmeas, com um rendimento total avaliado em seis mil contos de réis.

Sobre os encargos tradicionais assentavam os impostos locais do consumo, e os impostos gerais para as necessidades do Estado; porque as classes diretoras tinham perdido com o tempo a consciência de que eram depositárias, e não donas, desses bens que a história lhes confiara, quando lhes atribuiu o encargo de presidirem ao organismo social.

Em volta de uma coroa, de facto dependente apesar de absoluta de direito, formigava uma nuvem de donatários e alcaides, comendadores e prelados que eram os verdadeiros reis, nas suas pequenas monarquias. O capitão-mor, tipo que a imaginação popular conservou tradicionalmente, era com efeito um modelo. Reunindo na sua mão todos os poderes, tinha a autoridade de um cádi. Governava patriarcalmente em ambos os sexos, recrutando ao mesmo tempo as tropas de soldados e as das suas huris serranas.

Mouzinho da Silveira não era militar, e por isso, no acampamento da Terceira, o furor com que amontoava decretos sobre decretos, reconstituindo a estrutura da sociedade, passava por uma singular extravagância de quem não era tido como senhor de todo o seu juizo. Estava ao lado de D. Pedro, como os filósofos gregos ao lado dos tiranos da Sicília. Essa extravagância, porém, lida e comentada no reino, abria os olhos a muitos, convertendo-os; aumentava a opinião de que se devia pôr de parte a ideia de recuperar o Brasil, porque o verdadeiro Brasil estava em casa, na terra a libertar, no trabalho a remir, na mão-morta a partilhar. Entre os diversos calmantes que apressavam a baixa da temperatura febril do reino *miguelista*, os decretos de Mouzinho valeram tanto ou mais do que a influência da Europa: valeram mais, decerto, do que as batalhas do cerco do Porto. Eram granadas sem limite de alcance: rebentando, feriam a inteligência e o interesse, em vez de ferirem apenas o físico.

Quando a vitória das armas consentiu que se implantasse o novo sistema, tornou-se facto indiscutível que o antigo jamais se restabeleceria. Não houve mais a temer uma restauração como fora a de 23, porque o estadista procedera de um modo prático e não abstrato, como se tinha feito em 1820.

Aboliram-se os dízimos eclesiásticos e os direitos feudais, libertando-se por tal forma a propriedade rural e o trabalho agrícola, a pequena indústria e o pequeno comércio de dois terços de impostos só em mínima parte cobrados pelo tesouro da nação. Separaram-se as funções judiciais das administrativas, organizando-se os tribunais e implantando-se o sistema administrativo francês. Tornaram-se os empregos públicos pessoais e vitalícios, suprimindo-se a hereditariedade. Libertou-se o ensino. Aboliram-se as milícias. Restringiram-se os morgados aos que rendiam mais de 200$000 réis. Decretou-se a desamortização e secularizou-se um certo número de conventos. Limitou-se a

Sisa aos bens de raiz, reduzindo-a a metade do que era. Aboliram-se vários monopólios, entre eles o da venda do vinho do Porto fora de Portugal[179].

Por outro lado, fecharam-se violentamente os conventos de frades, proibiram-se os votos de freiras, chamando ao fundo da propriedade coletiva todos os bens das ordens religiosas.

Era um terramoto como o do marquês de Pombal.

Mais tarde, a sociedade, decididamente convertida ao utilitarismo, consumou-o abolindo de todo os morgados, o privilégio histórico da barra do Douro, e outros monopólios. já então Portugal estava lançado no caminho que factos de outra ordem concorriam a abrir-lhe.

A anarquia histórica terminara por uma violenta explosão de todas as paixões antigas feita homem na pessoa de D. Miguel; e por uma destruição formal de todo o passado, por uma negação absoluta cujo apóstolo foi Mouzinho, cujo braço foi D. Pedro. Depois desta decisiva campanha em que a história foi vencida, os ecos dos combates prolongaram-se no tempo, como ribombar de trovão repercutindo-se pelas quebradas das montanhas. A anarquia, reinando em nome da reação e da revolução; a anarquia no governo e na plebe, a anarquia dos tumultos e das praças, nos atos e nas ideias, no radicalismo e na tirania, nas perseguições e nas reivindicações, na administração e na fazenda, na economia e nos costumes – foi gradualmente amansando. Obliteraram-se os ódios, varreram-se as tradições do duelo de quinze anos, e a sociedade, vestida à moderna, desquitada da história, renegando as tradições, apareceu outra[180].

Ponhamos aqui umas breves palavras, para concluir. A história da nossa vida contemporânea tem lugar noutra parte; mas ao despedirmo-nos do Portugal antigo, cuja vida de mais de sete séculos estudámos, seja-nos lícito parar, indagando a natureza do novo ser criado pela audácia e pela vontade dos autores da revolução de 1834.

Lançadas no esquecimento as tradições antigas, destruída a estrutura social da velha nação jesuíta, que nova alma deu a revolução ao pais? A idolatria da liberdade e do progresso, em cujo nome os ideólogos o agitaram com sucessivas revoltas, só podia ser um culto para os homens educados pela Europa contemporânea. O povo, quando os seguia, era apenas arrastado por seduções, por influências, por ilusões – porque não havia, nem podia haver, nele consciência. A vida política da nação, debatendo-se entre as ambições e as ideias apaixonadas dos chefes de partido, foi por vinte anos uma desordem.

Não concorria para esse resultado a ideologia liberal apenas, pois, com os seus processos condenáveis, com as suas tendências intolerantes, os nossos *doutrinários* semeavam também a anarquia, ao mesmo tempo que procuravam consolidar a obra da revolução, chamando o país à vida prática do trabalho – mais definida expressão do progresso idolatrado do que as fórmulas vazias dos simpáticos reformadores radicais. Sem escrupulizarem nos meios, os

estadistas audazes, que sentiam a tendência decisiva dos tempos modernos para o industrialismo, padeciam os vícios comuns a todos os partidos que não têm outro norte além da Utilidade. Corrompiam, atacavam intimamente a fibra mole de um povo entorpecido; e por esse meio eficaz, muito havia em Portugal, conseguiam conservar-se, sem conseguirem domar a ambição entusiasta, nem a cólera nobre, nem as ilusões tenazes dos caudilhos radicais.

Deste conflito de opiniões e pessoas nasceu uma situação que todos vieram a reconhecer intolerável. Quando dizemos todos, referimo-nos aos políticos; porque, na sua grande massa, o povo, não compreendendo a nova religião, desadorava-a por ver que esse verbo novo não conseguia estabelecer uma paz e uma fortuna que agora, depois de 34, já pelo menos sabia desejar. A nova autoridade dizia fundar-se na vontade coletiva, porque o direito divino fora condenado; mas como tal autoridade não existia, por faltar ao povo a consciência da sua força e a inteligência para usar dela, o sistema traduzia-se apenas por uma sucessão de quimeras, um rosário de mentiras, à sombra das quais pululava um formigueiro de ingénuos crentes e de aventureiros atrevidos.

Foram todos esses que, ao fim de vinte anos, se sentiram fatigados de batalhas e intrigas. Por um compromisso, finalmente sincero, levados pela habilidade de um homem superior, frio e sem escrúpulos, os partidos assinaram tréguas, e o povo impôs a essas tréguas o caráter de paz definitiva. Conhecera que, nesse tumulto de vinte anos em que todos, vozeando, queriam salvá-lo, só ele era o perdido. Impenetrável à religião da democracia por ignorância, e desadorando-a agora por ver a qualidade dos seus apóstolos, começava a venerar essoutra religião que a segunda metade do século punha nos altares da antiga: a Utilidade, isto é, o progresso da viação num país que nunca tivera estradas, o progresso das culturas, dos rendimentos, do bem-estar. Desquitou-se formalmente dos políticos; pôs ponto às revoluções deles; tapou os ouvidos às suas declarações posteriores; guardou a clavina de guerrilheiro ao canto da alcova, deixando-a enferrujar, e deitou-se a uma nova faina. Daí proveio um desenvolvimento rápido e considerável da riqueza nacional.

A política ressentiu-se desta decisão formal do povo, e amansou. Fez-se melhor administradora; passou a cuidar mais das necessidades públicas do que dos interesses e das paixões das pessoas. Entretanto, os vícios antigos não podiam varrer-se tão depressa. No XVIII século, Portugal quase se tornara um comunismo monástico, em que as classes privilegiadas, fruindo todos os rendimentos, distribuíam comedorias à nação sob a forma de empregos e outras. O Brasil dava para tudo: o reino valia pouco. No cataclismo de 34, quando se confiscaram os bens das ordens e da coroa, houve uma larga seara a repartir; e por modos diferentes, essa massa de propriedade passou (como sucede sempre) das mãos do vencido para as do vencedor. Isto, porém, não podia influir na economia da nação, e a pobreza antiga continuou como dantes. O Tesouro,

pedinte, gemia sob o peso das obrigações tradicionais, agravadas agora pelo exército de gente nova a que era necessário dar de comer. Sucessivas bancarrotas foram liquidando as situações criadas por tantos vícios.

Depois da última, em 1851, veio uma causa nova juntar-se às anteriores. A construção de obras públicas, num país ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cara, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos encarregados por nós de nos angariar dinheiro que não tínhamos para as obras que projetávamos. Da reunião das causas antigas e modernas proveio o desordenado acréscimo da dívida nacional e a voracidade correspondente do imposto[181].

A consequência mais profunda da revolução liberal foi a rutura da tradição, o acabamento definitivo do *sebastianismo:* exprimindo por esta palavra simbólica todo o corpo de ideias, ambições e costumes históricos. Substituiu-se-lhe, porém, a consciência de uma nova pátria moral? Acordou-se o sentimento de um verdadeiro individualismo, fundado na *religião* (consinta-se-nos dizer assim) democrática? A personalidade tornou-se forte e consciente dos seus direitos? A inteligência apurou-se? Cresceu o saber? Pôde, com estes elementos, constituir-se o corpo homogéneo de uma nova nação real e viva?

Afigura-se-nos que não; e oxalá isto seja apenas a ilusão de um espírito triste.

A vazia agitação política, resultado necessário dos regimes parlamentares, parece condenar os pequenos países a uma esterilidade intelectual, porque absorve todas as capacidades desde que desabrocham. A direção moral que só a ciência pode dar desaparece, e os institutos e as academias vazam-se para encher os parlamentos e alimentar o jornalismo. Vê-se, pois, uma educação aparentemente mais extensa, mas de facto sem intensidade, nem vigor, condenada a uma decadência fatal. Não se sabe mais do que o praticamente indispensável, e por isso mesmo a craveira do saber necessário se fecha diariamente, chegando-se afinal a uma vulgaridade banal.

Essa mesma agitação política, por natureza inimiga do caráter que amesquinha e deprime, vicia o temperamento das nações condenadas a sacrificarem à profissão todos os seus melhores homens. A corrupção, mais ou menos positiva, a sedução da vaidade, das prebendas, dos empregos, da influência, lança nos carateres uma semente de perversão que germina no corpo de uma sociedade desprovida de um escol de homens sábios, de carateres fortes, alheios às misérias comuns: fibra íntima, mola resistente, que ponha em cheque a influência deletéria da intriga.

A limitada área das operações administrativas, a exiguidade relativa dos recursos do tesouro impedem, por seu turno, que se dote o país com a instrumentação necessária a um amplo desenvolvimento da riqueza e do saber,

porque esses gastos-gerais das nações não são proporcionais ao seu tamanho, mas quase idênticos em todas elas. Assim, causas de ordem exterior vêm concorrer para agravar as causas de ordem íntima.

Desde que o saber falta, os erros acumulam-se precipitando a ruína; desde que falta o caráter, a venalidade concorre para encarecer o custeio dos serviços; e ao mesmo tempo o reconhecimento da necessidade de progredir materialmente – e para esse não é mister caráter, nem saber – arrasta a empresas que, entregues a órgãos incapazes, podem ser cataclismos.

Para além dessa já numerosa classe que governa e intriga, de um modo em que não é lícito ver nobreza nem elevação, burburinha um enxame de trabalhadores obscuros, lavrando pacientemente a terra e transformando os seus produtos, indiferentes a ideias que desconhecem, esquecidos de uma religião anacrónica, desconfiados ou descrentes dos homens, inspirados e movidos pelo propósito único de semear e colher os frutos do seu trabalho. São eles a matéria-prima da sociedade, mas ninguém descobre nessa turba a fisionomia própria das nações. São uma população provincial que enriquece. Até hoje – não é ousadia afirmá-lo – nem eles por si próprios, nem, por eles, os que os mandam, souberam tornar essa matéria-prima, animá-la, dar-lhe a homogeneidade de forma e a vida própria dos organismos coletivos.

Daí vem o caso, talvez único na Europa, de um povo que não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não só vive de copiar, literária e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto; que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio, com os nomes mais ridículos e o desdém mais burlesco. Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, senão impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade coletiva.

Continua ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo aparente pelas ideias revolucionárias e pela restauração das forças económicas fomentadas pelo utilitarismo universal?

Ou presenciamos um fenómeno de obscura reconstituição, e sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa mudez patriótica, sob a desesperança que por toda a parte ri ou geme, crepitará latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?

# APÊNDICE

## I

## CRONOLOGIA[182]

(IDADE MÉDIA)

*Primeiro período – Independência e constituição do reino*

XII SÉCULO

*Separação de Leão: conquista do sul*

1097 – Criação do condado de Portugal, em favor de Henrique de Borgonha, conde hereditário, casado com Teresa, filha bastarda de Afonso VI de Leão.

1109 – Morte de Afonso VI; partilha de Leão; alargamento das fronteiras do condado para leste e norte.

1114 – Morte do conde D. Henrique. Começa o governo de D. Teresa, com os títulos de infanta, condessa, e rainha de Portugal.

1127 – Invasão leonesa, e perda da Galiza e da Terra de Campos, fronteiras de 1109.

1128 – Revolta dos barões portugueses contra D. Teresa; batalha de Guimarães (julho); exílio da rainha, e começo do governo de Afonso Henriques.

1130-37 – Guerras de Leão; invasões da Galiza, 1130, 1135 e 1137; fixação definitiva das fronteiras de norte (Minho), e leste além-Douro. Pazes de Tui.

1139 – Batalha de Ourique (julho).

1140 (?) – Quarta invasão da Galiza: torneio ou *bufúrdio* e tréguas de Valdevez. Afonso Henriques toma o título de rei.

1143 – Pazes e contrato de Zamora; reconhecimento da independência pelo *imperador* da Espanha; suserania do Papa.

1147 – Conquista da linha do Tejo: Santarém (março), Lisboa, Sintra, Palmela, Almada (outubro e novembro).

1151-7-8 – Três sucessivas investidas contra Alcácer do Sal, afinal tomada.

1160 – Conferência de Cela-Nova; tratado de limites entre Leão e Portugal, nas ulteriores conquistas aos sarracenos; fronteira do Guadiana.

1161 – Invasão sarracena: perda de Alcácer e das conquistas de além-Tejo.

1162 – Surpresa e tomada de Beja.

1165 – Correrias e surpresas de Afonso Henriques no Alentejo, e Estremadura espanhola; surpresa e tomada de Évora, Moura, Serpa, Alconchel, Cáceres, Truxilho (1166).

1166 – Derrota do infante Sancho em Arganal, pelos leoneses; última guerra de Leão; invasão frustrada da Galiza.

1169 – Ataque de Badajoz, e derrota dos portugueses.

1171 – Segunda invasão sarracena; primeiro cerco de Santarém; socorro de Fernando II.

1179-82 – Invasões sucessivas dos sarracenos, que dominam em todo o Alentejo.

1184 – Segundo cerco de Santarém, frustrado: retirada dos muçulmanos.

1185 – Morte de Afonso Henriques, sucessão de Sancho I.

1189 – Irrupção dos almorávides rechaçada; expedição do Algarve; tomada de Alvor e Silves (setembro).

1191 – Invasão sarracena; perda de Silves ou de todo o Alentejo.

1195-200 – Guerras de Leão.

XIII E XIV SÉCULOS

*Organização política e económica do reino*

1211 – Morte de Sancho I, sucessão de Afonso II.

1212 – Batalha das Navas de Tolosa.

1217 – Tomada de Alcácer do Sal.

1223 – Morte de Afonso II, sucessão de Sancho II.

1226-42 – Conquista da fronteira de leste do Alentejo, até ao Algarve: Elvas, Serpa, Moura, Mértola, Aiamonte, Tavira.

1245 – Deposição de Sancho II, regência de Afonso III.

1248 – Morte de Sancho II em Toledo; começo do reinado de Afonso III.

1249-50 – Conquista do Algarve: delimitação das fronteiras de leste.

1254 – Cortes de Leiria, primeiras em que têm assento os procuradores dos povos.

1261 – Cortes de Coimbra.

1279 – Morte de Afonso III, sucessão de D. Dinis.

1286-91 – Cortes; leis de desamortização, continuando a primeira, de 1250.

1287 – Guerra civil pela sublevação do infante D. Afonso.

1288 – Fundação da Universidade de Coimbra.

1295-7 – Guerra de Castela.

1308 – Primeiro tratado de comércio com a Inglaterra.

1309 – Abolição das *honras* posteriores a 1290.

1310 – Nacionalização das Ordens militares. Supressão do *Templo,* criação de *Cristo* (1319).

13 25 – Morte de D. Dinis, sucessão de Afonso IV.

1328 – Guerra de Castela.

1340 – Aliança: batalha do Salado.

1355 – Assassínio de D. Inês de Castro. Rebelião do infante viúvo D.

Pedro.

1357 – Morte de Afonso IV, sucessão de Pedro I.

1361 – Cortes de Elvas.

1367 – Morte de Pedro I, sucessão de D. Fernando.

1369 – Invasão da Galiza; primeira guerra castelhana. Paz de Alcoutim.

1371 – Casamento do rei com Leonor Teles.

1372 – Aliança do duque de Lencastre. Segunda guerra. Invasão da Beira pelos castelhanos.

1373 – Cerco de Lisboa. Paz de Valada. Cortes de Atouguia.

1375 – Promulgação das leis de almotaçaria e sesmarias.

1376 – Cortes de Leiria.

1381 – Declaração da terceira guerra a Castela; derrota naval de Saltes; paz de Badajoz.

1383 – Morte de D. Fernando (outubro); revolta de Lisboa, assassínio de Andeiro (dezembro).

1384 – Eleição do mestre de Avis para defensor do reino. Cerco de Lisboa por D. João de Castela, frustrado.

1385 – Cortes de Coimbra, aclamação de D. João I, rei (abril); batalha de Aljubarrota (agosto).

1387 – Casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre; aliança inglesa.

1393 – Preliminares da paz com Castela; 1406, tréguas de dez anos; 1414, reconhecimento da independência de Portugal.

(RENASCENÇA)

*Segundo período – Descobertas e conquistas ultramarinas*[183]

XV SÉCULO

*Navegações. Empresas de África*

1415 – (agosto). Tomada de Ceuta – Primeiras viagens de descoberta, ordenadas pelo infante D. Henrique.

1418 – Descoberta da ilha do Porto Santo.

1419 – Descoberta da ilha da Madeira.

1432 – Principia a sucessiva descoberta das ilhas do arquipélago dos Açores, já visitadas todas em 1454.

1433 – Morte de D. João I; sucessão de D. Duarte.

1434 – Dobra Gil Eanes o cabo Bojador. Publicação da lei *mental.*

1437 – Empresa de Tânger; capitulação e perda do Infante Santo.

1438 – Morte de D. Duarte; regência do infante D. Pedro, na menoridade de Afonso V.

1446 – Publicação das *Ordenações* afonsinas. – Princípio do reinado de Afonso V.

1449 – Guerra civil; batalha de Alfarrobeira, morte de D. Pedro, ex-regente.

1454 – Bula de Nicolau V, concedendo a D. Henrique o direito sobre todas as descobertas ao longo das costas africanas.

1458 – Continuação das guerras de África: tomada de Alcácer Ceguer.

1460 – Morte do infante D. Henrique.

1471 – Tomada de Arzila, em África.

1476 – Pretensões à sucessão de Castela. Batalha de Toro. Viagem do rei a França. Regência do príncipe herdeiro D. João.

1477 – Regresso de Afonso V; restabelecimento do seu governo.

1479 – Pazes com os reis católicos.

1481 – Morte de D. Afonso V; sucessão de D. João II. – Cortes de Évora, reivindicação das doações de Afonso V à nobreza, depois de Alfarrobeira. – Ocupação da costa da Mina.

1483 – Execução do duque de Bragança, em Évora.

1484 – Assassínio do duque de Viseu, em Setúbal.

1486 – Partida da esquadra de Bartolomeu Dias a dobrar o cabo da Boa Esperança. – Ocupação de Azamor.

1487 – Partida de Covilhã e Paiva, por terra, para o Oriente.

1490 – Bodas do príncipe herdeiro Afonso, com Isabel de Castela: morte do príncipe em 91.

1492 – Entrada dos judeus espanhóis em Portugal.

1493 – Sentença de Alexandre VI, dividindo as descobertas entre Castela e Portugal, por um meridiano que passa a 370 léguas O. de Cabo Verde; cabendo as do nascente a Portugal, as do poente a Castela.

1494 – Tratado de Tordesilhas.

1495 – Morte de D. João II; sucessão de D. Manuel.

1496 – Casamento de D. Manuel com a viúva do príncipe Afonso: expulsão dos mouros e judeus.

1498 – Descoberta do caminho marítimo da Índia, por Vasco da Gama.

XVI SÉCULO

*Império da Índia*

1500 – Viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia; descoberta do Brasil.

1503 – Fundação da primeira fortaleza na Índia, Katchi *(Cochim)*.

1504 – Defesa de Katchi, por Duarte Pacheco.

1505 – Constituição do Governo da Índia; D. Francisco de Almeida, governador. Ocupação da costa oriental de África.

1506 – Reconhecimento e desembarque em Madagáscar. Morticínio dos judeus, em Lisboa.

1507 – Tomada de Ormuz, por Afonso de Albuquerque.

1510 – Tomada de Goa, pelo mesmo.

1511 – Tomada de Malaca, pelo mesmo.

1513 – Tomada de Azamor, em África.

1514 – Embaixada de D. Manuel ao Papa.

1517 – Reforma dos forais do reino.

1518 – Ocupação de Ceilão.

1519 – Viagem de Fernão de Magalhães.

1521 – Publicação das *Ordenações* manuelinas. – Morte de D. Manuel; sucessão de D. João III.

1526 – Primeiro ataque, frustrado, a Diu; repetido, com a mesma sorte, em 31.

1535 – Fundação da fortaleza de Diu. Apogeu do império português na Índia.

1540 – Introdução dos jesuítas.

1547 – Estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal.

1549 – Abandono de Arzila.

1557 – Morte de D. João III; regência da rainha viúva D. Catarina.

1562 – Substituição da rainha pelo cardeal D. Henrique, na regência.

1568 – Princípio do governo de D. Sebastião, rei.

1578 – Primeira ida de D. Sebastião à África.

1578 – Segunda viagem de África; batalha de Alcácer Quibir onde o rei morre. – Segunda regência do cardeal D. Henrique, que é aclamado rei à notícia da morte de D. Sebastião.

1580 – Morte de D. Henrique; questão da sucessão. Conquista de Portugal por Filipe II de Espanha. Entrada do duque de Alba em Lisboa, depois da batalha de Alcântara (agosto).

1581 – Cortes de Tomar (abril). Filipe II de Espanha reconhecido, e I do nome, em Portugal.

1591 – Primeira viagem dos ingleses às Índias.

1594 – Substituição do regente castelhano por uma junta de membros portugueses.

1594 – Primeira esquadra holandesa às Índias; princípio da perda sucessiva da máxima parte das estações portuguesas no Oriente; extinção da potência marítima e do monopólio comercial.

1598 – Morte de Filipe I, sucessão do II.

(TEMPOS MODERNOS)

*Terceiro período – Regime do equilíbrio internacional*

XVII SÉCULO

*União e separação de Espanha*

1600 – (janeiro). Cristóvão de Moura substitui no governo de Portugal

a junta dos regentes.

1603 – Publicação das *Ordenações* filipinas.

1601 a 10 – Negociações para a liberdade dos judeus portugueses.

1619 – Viagem de Filipe II a Portugal; cortes de Lisboa.

1621 – Morte de Filipe II; sucessão de Filipe III.

1627 a 9 – Novas negociações para a liberdade dos judeus; tumultos em Portugal; indultos dos judeus.

1635 – A duquesa de Mântua, regente de Portugal; secretariado de Miguel de Vasconcelos.

1637 – Revolução de Évora: o *Manuelinho*.

1639 – O duque de Bragança (depois D. João IV) governador militar de Portugal.

1640 – (março). Batalha das *Dunas*. – (julho). Revolta da Catalunha. – (agosto). Convocação da nobreza portuguesa às cortes de Aragão. – (dezembro, 1). Sedição em Lisboa; aclamação de João IV, rei de Portugal. Princípio da guerra da separação.

1641 – (julho). Tratado de aliança com a França e com a Holanda. – Execução do duque de Caminha e seus cúmplices, na conspiração contra a dinastia. – Cortes de Lisboa.

1642 – (janeiro, 29). Reconhecimento da independência pela Inglaterra; tratado de aliança.

1643 – Execução de Lucena; segunda conspiração contra a dinastia.

1644 – (maio, 26). Batalha do Montijo.

1645 – Regicídio frustrado no dia de *Corpus;* execução de Domingos Leite.

1648 – Paz de Westefália (entre a Espanha e os aliados da França) e fim da guerra dita dos *trinta anos*. Planos dinásticos de união ibérica.

1654 – (julho, 10). Segundo tratado de aliança com a Inglaterra.

1656 – Morte de D. João IV, regência da rainha viúva.

1657 – Perda de Olivença.

1658 – (outubro-novembro). Defesa das linhas de Elvas.

1659 – (janeiro). Batalhas das linhas de Elvas. – Paz dos Pirenéus, entre a Espanha e a França.

1660 – Planos de abandono de Portugal e emigração do rei para o Brasil. – Vinda de Schomberg e mercenários franceses para o exército.

1661 – Invasão e conquista do Alentejo pelos espanhóis. – Casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra: terceiro tratado de aliança.

1662 – Afonso VI, rei. – (dezembro, 14). Tratado com a Holanda para a regularização definitiva das questões coloniais.

1663 – (junho, 8). Batalha do *Canal* ou *Ameixial*.

1665 – (junho, 17). Batalha de Montes Claros; evacuação do Alentejo

pelos espanhóis.

1667 – (março, 31). Liga ofensiva e defensiva com a França. Deposição de Afonso VI, regência de D. Pedro, depois II.

1668 – (fevereiro, 13). Paz com a Espanha; reconhecimento da independência.

1669 – (julho, 31). Novo tratado de limites, no ultramar, com a Holanda.

1674 – (junho, – 16). Dissolução das cortes de Lisboa; afirmação do regime absoluto.

1683 – D. Pedro II, rei, por morte de D. Afonso VI.

1693 – Descoberta das minas do Brasil.

XVIII SÉCULO

*Estabelecimento do absolutismo*

1703 – Tratado (de Methwen) de comércio com a Inglaterra. – Aliança com o Império, a Holanda, e a Inglaterra, contra a Espanha e a França. *(Guerra da sucessão)*.

1704 – (março, 7). Declaração de guerra à Espanha.

1706 – Morte de D. Pedro II; D. João V, rei. – (junho, 2). Entrada do exército português em Madrid.

1707 – (abril, 25). Derrota dos portugueses em Almanza.

1713 – (fevereiro, 6). Paz com a Espanha. – (abril, 11). Paz com a França; tratados de Utrecht.

1720 – Instituição da Academia Real de História.

1750 – Morte de D. João V; D. José I, rei.

1751 – Emancipação dos índios do Brasil.

1755 – (novembro, 1). Terramoto de Lisboa.

1756 – Fundação das companhias de Pernambuco e Paraíba e dos Vinhos do alto Douro.

1758 – Perseguição dos jesuítas. – (setembro, 3). Tentativa de assassínio contra o rei.

1759 – (janeiro, 13). Execução dos réus de Belém. – (setembro, 3). Expulsão dos jesuítas.

1761 – (dezembro, 1). Execução do padre Malagrida.

1762 – Guerra com a Espanha. – (abril). Invasão em Trás-os-Montes.

1763 – Paz de Fontainebleau *(Guerra dos sete anos)*.

1764-73 – Reformas económicas, administrativas e políticas do marquês de Pombal. – Abolição da escravatura no reino.

1777 – Morte de D. José; D. Maria I, rainha.

1779 – Criação da Academia Real das Ciências.

1782 – Morte do Marquês de Pombal.

1792 – (fevereiro, 10). O príncipe D. João toma conta do governo, no

impedimento da rainha.

1793 – (março). Declaração de guerra à França, com a aliança da Inglaterra e Espanha; campanha do Russilhão.

1796 – Paz entre a França e a Espanha.

1799 – Deposição de D. Maria I, doida; regência do príncipe D. João.

XIX SÉCULO

*Invasão francesa – Independência do Brasil – Revolução liberal*

1801 – (março, 2). Guerra com a França-Espanha, invasão do Alentejo. – (junho, 8). Pazes com a Espanha; (setembro, 29) com a França.

1803 – Primeira conspiração da regente D. Carlota Joaquina contra o soberano, seu marido.

1807 – (outubro, 29). Tratado de Fontainebleau (França e Espanha) para a conquista de Portugal. – (novembro, 30). Fuga da família real para o Brasil; formação de uma regência. Entrada do exército francês em Lisboa; e ocupação do reino pelos franco-espanhóis. Instituição da regência.

1808 – (junho). Sublevação do norte contra os invasores. – (agosto, 1). Desembarque de forças auxiliares inglesas. – (17). Combate da Roliça. – (21). Batalha de Vimieiro. – (30). Convenção de Sintra; evacuação de Portugal pelos franceses. (Exército de Junot).

1809 – (janeiro). Confirmação da nova regência, por D. João. – (fevereiro). Invasão (segunda) dos franceses, por Trás-os-Montes; rendição de Chaves. – (março, 29). Tomada do Porto. – (maio, 2). Batalha da ponte de Amarante; (13) tomada do Porto pelos anglos-lusos, e evacuação de Portugal. (Exército de Soult).

1810 – (fevereiro, 19). Tratados de comércio e aliança com a Inglaterra. – (julho, 24). Terceira invasão francesa (exército de Massena). Batalha do Buçaco, entrada em Coimbra (27-30 de setembro). Retirada dos anglo-lusos para as linhas de Torres Vedras.

1811 – (março-maio). Perseguição dos franceses; retirada do exército invasor pela Beira.

1816 – Morte de D. Maria I; D. João VI, rei.

1817 – Conspiração e execução do general Gomes Freire.

1820 – (agosto, 24). Sublevação do Porto; (setembro, 15). De Lisboa. Governo provisório; deposição da regência; (novembro, 11). Proclamação da constituição de Cádis, reunião do congresso constituinte.

1821 – (março, 9). Decreto das bases da constituição nacional. – (julho, 3). Regresso de D. João VI a Lisboa.

1822 – (maio-agosto). Declara-se independente o Brasil. – (setembro, 25). Assinatura da constituição; (outubro, 1). Juramento do rei; (novembro, 1). Juramento geral; (dezembro, 1). Reunião das cortes ordinárias.

1823 – (fevereiro). Sublevação do conde de Amarante em Trás-os-

Montes. – (maio, 27). Sedição absolutista. Jornadas de Santarém e Vila Franca; (junho, 2). Dissolução das cortes; (5). Volta do rei a Lisboa; proclamação do absolutismo moderado; Supressão da constituição.

1824 – (fevereiro, 29). Assassínio do marquês de Loulé, no Paço (abril, 30). Sedição absolutista, a *abrilada;* (maio, 4). O infante D. Miguel, generalíssimo; prisões e perseguição dos morgados; (9). Embarque do rei a bordo da nau *Windsor Castle,* no Tejo; desterro do infante.

1825 – (novembro, 15). Ratificação do tratado de independência do Brasil em Lisboa (V. a cron. partic. da independência do império no *Brasil e as Colón. Port.*).

1826 – (março, 10). Morte de D. João VI, regência da infanta D. Isabel Maria.

## II

## QUADROS GENEALÓGICOS
## DAS
## DINASTIAS NACIONAIS

Nota: Devido a dificuldades técnicas este apêndice não foi inserido nesta edição da obra.

## III
## NOTAS
## SOBRE A HISTORIOGRAFIA EM PORTUGAL

Na impossibilidade de inscrever aqui um catálogo dos subsídios impressos da história nacional, trabalho demasiadamente longo e porventura reclamado pelo comum dos leitores, limitar-nos-emos a indicar as principais obras e publicações, caracterizando brevemente os diversos períodos da historiografia pátria.

*Os Livros de Linhagens* são os mais antigos da história nacional, se dermos a esta extensão o valor de composição destinada a referir sucessos anteriores; excluindo, portanto, todos os monumentos, como cartas, códigos, foros, etc., materiais de história, e não história propriamente dita. Fastos de uma época feudal nos costumes e semibárbara, esses livros, mais ou menos fielmente reproduzidos nas suas edições sucessivas, são um documento precioso. A historiografia portuguesa data, porém, do tempo de D. Duarte, e o seu patriarca é Fernão Lopes, o vivo e pitoresco escritor, cuja pena soube animar, nas suas crónicas (D. Pedro I a D. João I), os dramáticos personagens da revolução do fim do XIV século. Pouco posterior, Azarara, na *Crónica de Afonso V* e na da *Conquista da Guiné,* relata, de um modo animado e colorido, acontecimentos de que foi testemunha; mas Duarte Galvão, que escreveu as *Crónicas* dos primeiros reis, sem conveniente saber, nem fortes dotes literários, tem um valor secundário.

O segundo período da historiografia nacional é o século de 500. Nessa época a literatura histórica é já rica e abundante. Para dar ideia da sua importância dividiremos em três géneros ou categorias as obras contemporâneas: a) Literatura histórica, ou história propriamente dita; b) Erudição; c) Crónicas e memórias. Na primeira categoria incluímos as *Crónicas* de D. Manuel e do Príncipe D. João por Damião de Góis, e as de Rui de Pina; de Barros as *Décadas* (continuadas no fim do século por Diogo do Couto), e os *Panegíricos;* a *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende; a *História da Índia,* de Castanheda; o *De Rebus Emmanuelis,* do bispo Jerónimo Osório; os *Comentários,* do filho de Afonso de Albuquerque; e finalmente o *Epítome,* e a *Europa, Ásia* e *África Portuguesa,* de Faria e Sousa. O mérito e o demérito de livros desta natureza são conhecidos, e, até certo ponto, o próprio valor que têm, como obras literárias de mais ou menos puro quilate, provém de ideias ao tempo dominantes sobre a arte de escrever. Da segunda categoria o exemplar mais notável é o livro *De Antiquitatibus Lusitaniae,* de André de Resende; e na terceira os materiais são tão abundantes que seria impossível apontar aqui todos os que sucessivamente têm vindo à luz da publicidade. A *Memória de Todas as Armadas,* de Faria e Sousa a

coleção de *Leis e Provisões de D. Sebastião,* publicadas por Francisco Correia, e das *Ordenações da Índia, o Regimento da Casa da Índia, o Livro de toda a Fazenda,* de Luís de Figueiredo Falcão, a *Corografia,* de Gaspar Barreiros, o *Tombo do Estado da Índia,* de Simão Botelho, as *Notícias de Portugal,* de Severim de Faria, a *Viagem,* do Padre Manuel Godinho, etc., constituem um corpo de informações do maior valor para a história do tempo; ao passo que outro género de livros nos revela o caráter da política e dos costumes, e nos deixa ver, realmente, os personagens da história. Mencionaremos os *Diálogos do Soldado Prático,* de Couto, e a sua *Vida de D. Paulo de Lima*; o *Primor e a Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia,* anónimo; o *Tempo de Agora,* de Miranda, e as *Miscelâneas,* de Garcia de Resende e de Andrade; o *Espelho de Casados,* do dr. João de Barros, as *Lendas da Índia,* de Gaspar Correia, a *História Trágico-Marítima,* as *Peregrinações,* de Fernão Mendes Pinto, a *Vida* e a *Crónica do Cardeal-Rei,* de Miguel de Moura, além de outras obras recentemente impressas e que indicaremos no lugar competente.

A literatura histórica do XVII século é copiosa decerto, mas inferior em merecimento à precedente por todos os lados. A corrupção do gosto diminui o quilate artístico das obras; o pequeno valor das questões agitadas nesse período de decadência omnímoda, e a substituição das fábulas eruditas à erudição, tiram o preço a obras históricas a que não compete já propriamente o nome de literárias. A ênfase no pensamento e no estilo, a nímia credulidade e ignorância produzem livros de um valor negativo quase, como os de Fr. Bernardo de Brito, o padre-mestre das patranhas, autor do *Elogio dos Reis,* da *Crónica de Cister,* e da 1.ª e 2.ª partes da *Monarquia Lusitana;* a *Crónica de D. João III,* de Francisco de Andrade, e a *Vida de D. João de Castro,* de Jacinto Freire; as *Crónicas* refundidas por Duarte Nunes de Leão, que é também o autor de uma *Descrição do Reino de Portugal* e da interessante compilação das *Leis Extravagantes.* As *Crónicas de D. Sebastião,* de Fr. Bernardo da Cruz e de D. Manuel de Meneses, a *História Sebástica,* a *Jornada de África,* de Jerónimo de Mendonça, narram o episódio com que terminou, desgraçadamente, o XVI século em Portugal. Obras doutra natureza são as *Várias Antiguidades,* de Gaspar Estaço, as *Grandezas de Lisboa,* de Fr. Nicolau de Oliveira, os *Diálogos de Vária História,* de Pedro de Mariz, as *Antiguidades,* de Diogo de Paiva de Andrade; mas a grande cópia das obras históricas do século consiste nos livros escritos por causa ou a propósito das diversas questões constitucionais que agitaram a vida nacional contemporânea. João Pinto Ribeiro com a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal,* com o *Desengano ao Parecer Enganoso,* está à frente da plêiade de subscritores políticos, em cujas obras; o estudioso pode aproveitar muito, no sentido de apreciar a decadência do saber e do gosto nessa época deplorável. A *União de Portugal,* de Conestágio, o *Portugal Cuidadoso e Lastimado,* de Baião, a *Restauração de Portugal Prodigiosa,* de Almeida, os *Avisos do Céu, Sucessos de*

*Portugal,* de Luís Torres de Lima, a *Lusitânia Liberata* e as *Excelências de Portugal,* de Sousa de Macedo, são livros que só uma curiosidade erudita pode instigar a ler. Não são assim as revelações indiscretas que, despidas dos ouropéis literários, documentam a protérvia real do tempo: a *Catástrofe de Portugal,* do bispo do Porto, Lacerda, e a anónima *Anticatástrofe,* memórias reais desse repugnante episódio de Afonso VI, recentemente esclarecido ainda pela publicação dos documentos judiciários na *Causa de Nulidade,* etc.; não assim os *Inéditos,* cartas e mais papéis do ministro Alexandre de Gusmão; nem o *Casamento Perfeito,* de Andrade; nem a *Carta de Guia* e os *Apólogos Dialogais,* de D. Francisco Manuel.

No princípio do XVIII século acordara o furor das *Academias;* e das sucessivas tentativas resultou a fundação da de *História* em 1720, mais tarde transformada na atual *Academia Real das Ciências.* Apesar de todos os vícios do gosto, apesar de se ter interrompido a tradição dos estudos eruditos, iniciados no XVI século, força é reconhecer que os trabalhos da Academia representam o primeiro esforço e um importante passo andado na constituição da historiografia nacional. À frente das obras que preparam ou acompanham esse movimento, devemos pôr, além dos catorze vols. das *Memórias,* a colossal compilação da *História Genealógica da Casa Real,* onde António Caetano de Sousa buscou reunir, conforme podia, todos os materiais primitivos, dispersos até aí, da história das origens nacionais. Luís Caetano Lima publica a *Geografia Histórica de Portugal;* José Soares da Silva, a *História de D. João I;* dos Barbosa Machados, José, o *Catálogo das Rainhas de Portugal,* e Diogo, autor da *Biblioteca Lusitana,* as *Memórias para a História de Portugal no Reinado de D. Sebastião;* dos Brandões, Fr. António escreve a 3.ª e a 4.ª partes da *Monarquia Lusitana;* Fr. Francisco a 5.ª e a 6.ª, e por fim Fr. Rafael de Jesus a 7.ª. O Dr. Alexandre Ferreira compõe a *Memória e Notícia da Ordem dos Templários;* João Batista de Castro o *Mapa de Portugal;* António Carvalho da Costa a *Corografia Portuguesa;* José de Seabra da Silva a *Dedução Cronológica e Analítica*; o conde da Ericeira o *Portugal Restaurado*; D. Francisco Manuel as *Epanáforas de Vária História, o Tácito Português,* o *Eco Político;* e Francisco Ribeiro Freire a *Nova Lisboa.*

Na enumeração que temos vindo fazendo, deixámos de mencionar as obras que tratam da história eclesiástica do reino, à frente das quais é dever pôr as de Fr. Luís de Sousa – a *Vida do Arcebispo,* e a *História de S. Domingos.* A segunda metade do XVII século e a primeira do XVIII são a idade áurea de publicação dessas obras reclamadas e inspiradas pela devoção e pelo caráter clerical do governo: o *Agiólogo Lusitano,* de Jorge Cardoso, a *Crónica da Companhia de Jesus,* de Baltasar Teles, as *Relações,* de Fernão Guerreiro, as *Vidas do Padre Vieira,* de André de Barros, de Francisco Alexandre Lobo; o *Catálogo dos Bispos do Porto,* e as *Histórias Eclesiásticas de Braga e de Lisboa,* do erudito D. Rodrigo da Cunha; *Historia Ecclesiae Lusitanae,* de D. Tomás da

Encarnação, a *Crónica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho,* de Fr. Nicolau de Santa Maria, a *História da Santa Inquisição,* de Fr. Pedro Monteiro, a *Memória Cronológica dos Prelados de Lamego,* de Fonseca, a *Crónica de Cister,* de Fr. Bernardo de Brito, a *Vária História da Cristandade Oriental,* de Fr. João dos Santos, a *Vida do Padre S. Francisco Xavier,* de Lucena, e finalmente os escritos de Fr. António da Purificação e de Fr. Marcos de Lisboa.

Antes de estudarmos, agora, as modernas idades da literatura histórica nacional, convém indicar algumas obras preciosas, memórias reveladoras sem o uso das quais se não conhece o século XVIII português: são as *Recordações,* de Ratton, as *Cartas,* de Beckford, as viagens de Link, de Murphy, de Chatelet, de Jungk; as *Oeuvres Meslées* e as *Mémoires Concernant le Portugal,* do Cavaleiro de Oliveira, o *Testamento Político,* de D. Luís da Cunha, e o XIV vol. das *Obras* de Manuel de Figueiredo, onde o irmão e editor deixou um importante documento para a história dos costumes.

Nos últimos anos do XVIII século a organização da Academia Real das Ciências de Lisboa deu lugar a uma segunda época da historiografia académica. Assim como o autor da *História Genealógica* é a primeira figura da anterior, assim João Pedro Ribeiro é também o primeiro historiógrafo da atual, e tão paciente, sábio e incansável como um Balúzio ou um Montfaucon.

A coleção da *História e Memórias da Academia,* as *Memórias da Literatura,* as *Economias* e os *Inéditos de História Portuguesa* compõem, com outras publicações secundárias, um corpo de erudição histórica; e revelam a existência de uma plêiade de homens ardentes no trabalho e perspicazes de senso crítico. Nos anos de 1788 a 95 funcionou uma comissão de inquérito aos arquivos dos mosteiros, câmaras e catedrais, e das colheitas dessa seara, João Pedro Ribeiro pôde oferecer ao público resultados de um valor estimável. Trabalhavam com ele, na comissão, Joaquim de Santo Agostinho de Brito Galvão, o benemérito Viterbo, e Ferreira Gordo, que foi enviado a Espanha estudar os arquivos de Madrid e do Escurial. A coleção das *Memórias de História e Económicas* encerrara muitos dos trabalhos dessa comissão, além de outros que, nem por lhe serem estranhos, deixam de prender-se ao movimento: de A. C. do Amaral sobre a *Forma de Governo e Costumes* dos antigos portugueses; de Gusmão sobre a *Agricultura;* de Ferreira Gordo sobre os *Judeus;* de Joaquim de Santo Agostinho sobre as *Moedas do Reino,* sobre as *Cortes de Lamego* e a *Tomada de Santarém;* de Vilanova sobre a *Introdução do Direito Justiniano;* de Neves sobre a *Autoridade do Código Visigótico;* de J. A. de Figueiredo sobre a *Origem dos Juízes,* as *Behetrias* e os *Coutos;* de Fr. Francisco de S. Luís e de A. P. de Figueiredo sobre a *Legitimidade de D. Teresa,* de Stockler, de Correia da Serra, de Ribeiro dos Santos, de Aragão Morato, de Rafael de Castro – de João Pedro Ribeiro, finalmente, o chefe da escola, sobre a *Introdução do Direito Canónico,* as *Fontes do Código Filipino,* a *Reforma dos Forais,* etc.

Além das Memórias, João Pedro Ribeiro coligia e imprimia *Reflexões Históricas,* as *Dissertações Cronológicas e Críticas;* Santa Rosa de Viterbo *o Elucidário;* Lobão a *Dissertação sobre os Dízimos,* e a *Memória para a História das Inquirições;* Fernandes Tomás *o Reportório* e *o Ensino Político;* J. A. de Figueiredo a *Synopsis Chronologica.*

A Academia ocupava-se ao mesmo tempo na impressão dos monumentos de história pátria, e os 5 vols. dos *Inéditos* incluem as *Crónicas* de Acenheiro compilador sem mérito, do tempo de D. João III; parte das preciosas *Crónicas* de Fernão Lopes; as de Pina; o *Livro* de Afonso V, e uma coleção de *Forais e Usos* de várias terras do reino. Além das reimpressões ou publicações feitas de novo nos *Inéditos,* a Academia dava à luz os *Documentos Arábicos da História Portuguesa,* do Padre Sousa, os *Vestígios da Língua Arábica,* do padre Serra, a *Vida do Infante D. Duarte,* de A. de Resende, e *os Diálogos do Soldado Prático,* de Diogo do Couto. Este livro liga-se naturalmente ao corpo das *Memórias para a História das Províncias Ultramarinas,* no qual, entre outras publicações de alto valor, deve mencionar-se o *Livro da Índia,* de Duarte Barbosa.

Os violentos acontecimentos do princípio do século, até ao estabelecimento do regime constitucional, interromperam o progresso desta obra dos estudos que em geral, também, a abolição das ordens religiosas prejudicava de um modo notável. A erudição histórica, fundada em 20 anos de trabalhos aturados e proveitosos, não conseguiu criar escola, nem tradição.

A geração que lhe sucedeu, assim que voltou com a paz a estabilidade política, deitou mãos à obra, mas o seu trabalho nunca chegou a ter a importância e vastidão do precedente. Foi mais o esforço e exemplo individual de um homem, do que o movimento de uma geração. Para Herculano, porém, as ambições iam mais longe; e não se propunha a restaurar a erudição, como a fundar a história propriamente dita – arte científica e literária que se podia dizer esquecida entre nós desde o XVI século. Os seus modelos não eram porém já os clássicos antigos, e o novo historiador inspirava-se principalmente nos modernos tipos do género, publicados neste século na Alemanha, na Inglaterra e na França. A história afigurava-se então como a ciência das instituições, ou uma espécie de nomologia; e ao lado da história formava-se um género híbrido e falso, o *romance histórico,* em que é para lamentar o tempo e o talento desperdiçados a compor verdadeiros *pastiches.* O valor dessas obras, a que ficaram ligados os nomes de Herculano e Garrett, de Mendes Leal e Rebelo da Silva, de Marreca e Bernardino Pinheiro, de Corvo e Arnaldo Gama, de Camilo Castelo Branco e ainda de Pinheiro Chagas, valor escasso ou nulo como obras poéticas, é apenas o da história dos costumes, trajos, etc., do *pitoresco* da história traduzidos pelos autores com maior ou menor saber e fidelidade.

A influência pouco duradoura de Herculano sobre a Academia

conseguiu, ainda assim, avivar um pouco as tradições eruditas, e a publicação dos inéditos foi recomeçada na coleção dos *Portugaliae Monumenta Historica.* Digno discípulo de Herculano em erudição, Soromenho, roubado ainda moço às letras e além disso desviado da história moderna pela epigrafia e pela arqueologia romanas, não pôde dar aos *Monumenta* a sequência desejada. Com ele se acabou de todo esse fugaz renascimento da erudição histórica. Entretanto a Academia ocupou-se ainda (e ocupa-se) da impressão dos inéditos da história ultramarina; e as *Lendas da Índia,* preciosa revelação, foram saindo sob o cuidado de Rodrigo Felner, também autor de um curioso jornal, o *Bibliófilo,* onde publicara uma narrativa fidedigna da jornada de África. Morto Felner, a tarefa anda hoje a cargo de Bulhão Pato.

Pulularam, porém, de 1840 a 1860, as publicações e os livros de caráter diverso, com o fim de vulgarizar um conhecimento mais substancial da história; e ainda aqui a influência mais ou menos direta de Herculano, pessoalmente ou pelos seus discípulos, era evidente. O *Panorama* e as outras publicações da *Sociedade Propagadora* fundada pelo mestre, *o Arquivo Pitoresco,* dirigido pelo sr. Túlio, um discípulo, e os *Anais das Ciências e Letras,* por Lopes de Mendonça e Rebelo da Silva, contêm subsídios históricos, muitas vezes de valor, mas frequentemente curiosos apenas. Herculano, além de diretor dos *Portugaliae Monumenta Historica,* contribuiu para a erudição histórica com as suas edições do *Roteiro de Vasco da Gama,* da *Crónica de D. Sebastião,* de Fr. Bernardo da Cruz, e dos *Anais de D. João III,* de Fr. Luís de Sousa, não falando nas suas numerosas monografias, agora colecionadas na série de opúsculos, em via de publicação (Livr. Bertrand). Também numerosos trabalhos avulso e curiosas investigações aparecem subscritos com o nome de Camilo Castelo Branco, o editor das *Memórias de Fr. João de S. José Queirós.* Mencionaremos ainda as *Lendas Peninsulares* e as curiosidades de José de Torres, o *Sumário de Vária História,* de Ribeiro Guimarães, as *Memórias das Rainhas de Portugal,* do sr. Figanière, a edição das *Obras Completas* do Cardeal Saraiva, por Correia Caldeira, as escavações, mais curiosas do que importantes, de Inocêncio da Silva, do marquês de Resende, do sr. José Silvestre Ribeiro e do sr. Vilhena Barbosa.

Todos estes esforços, desordenadamente encaminhados, demonstram a anarquia dos estudos; e é de crer que, se a tradição erudita da Academia se não tivesse interrompido, poderiam eles ter produzido um sistema de trabalhos tão homogéneos e importantes como os do fim do século anterior. A influência pessoal de um homem, ainda mesmo dotado da capacidade e do amor do trabalho de Herculano, não podia suprir a falta da direção superior de uma corporação como era a Academia.

Todos os trabalhos de Herculano já mencionados, edições, monografias, etc., gravitam em torno da *História de Portugal,* monumento imperfeito que revela, ao lado das fortes qualidades, os defeitos do primeiro

escritor dos nossos modernos tempos e a influência das condições em que trabalhava. A *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição* é decerto a sua melhor obra, como exemplar do género; e ainda que redigido de um modo conciso e escolar, o *Ensaio sobre a História da Legislação,* de Coelho da Rocha, é o livro mais praticamente útil de quantos a historiografia produziu em Portugal neste século. A Rebelo da Silva deve-se uma *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII,* obra copiosa, e uma boa *Memória sobre a Agricultura e Povoação.*

Ao lado destes, convém mencionar ainda os trabalhos do sr. Chaby sobre a guerra peninsular; e as *Histórias do Reinado de D. José* e da *Guerra Civil e Estabelecimento do Governo Parlamentar,* do sr. Soriano – livros sem mérito literário, mas que têm o valor de crónicas sobre que futuros historiadores virão a contar e a julgar os acontecimentos modernos de Portugal. Não valem menos, também, as publicações periódicas, literatura abundante que encerra a história nacional, a começar na era de 20 com o *Padre Amaro,* impresso em Londres. A coleção do *Corpo Diplomático* e *Quadro elementar,* publicadas por ordem do governo, são também subsídios valiosos, e até indispensáveis para a história diplomática, bem com os *Anais da Marinha Portuguesa,* de Quintela, e os *Quadros Navais,* de Celestino Soares, o são para a história marítima.

A moderna historiografia nacional apresenta três épocas sucessivas de uma considerável expansão, mas efémeras; em nenhuma delas se conseguiu fixar uma tradição, fundar uma escola. A primeira é a da Academia de História (1702 a 31) a que preside A. C. de Sousa com a *História Genealógica;* a segunda é a da Academia das Ciências (1780 a 96) a que preside João Pedro Ribeiro com a *Dissertação Cronológica*, as *Reflexões,* etc.; a terceira, finalmente, é a de Herculano, com a *História de Portugal*.

Depois desta última, a historiografia extingue-se; e embora apareçam trabalhos avulso de um mérito mais ou menos avultado, é facto que não há nos escritores em geral a força bastante para arcar com a dureza ou com a dificuldade dos trabalhos históricos. A *História da Filosofia em Portugal,* do sr. Lopes Praça, as *Raças Históricas,* do sr. Vilhena, as *Causas da Decadência,* do sr. Quental, *Os D. Sebastião,* do sr. Dantas, O *Marquês de Pombal,* de Fr. Luís Gomes, os *Quadros Históricos,* do sr. Silveira da Mota, as *Rainhas de Portugal,* do sr. Benevides, a *Descrição das Moedas,* do sr. Aragão, e as recentes *Memórias de um Soldado da Índia,* do sr. Costa Lobo, não bastam para formar uma literatura histórica; e nem os poderosos trabalhos do sr. Teófilo Braga, nem a compilação que sob o título de *História de Portugal* deu à luz uma Sociedade de literatos (o sr. Pinheiro Chagas) bastam como escola de estudos históricos.

Terminando, não deixaremos de mencionar algumas obras estrangeiras que podem e devem auxiliar o estudo da história pátria: a *História de Portugal,* de H. Shaeffer, cuja primeira parte anda traduzida do original alemão em francês e português; o *Portugal Pitoresco,* em francês, de F. Denis; a *Vida do*

*Infante D. Henrique,* traduzida em vulgar, do inglês de Major; e as *Notícias Arqueológicas,* de Hubner, traduzidas também, do alemão em vulgar, por Soromenho.

Recentemente devemos mencionar por ordem de importância e alcance o livro do sr. conde de Vila-Franca, *D. João I e a Aliança Inglesa,* o do sr. conde de S. Mamede, *Don Sébastien et Philippe II*, o *Portugal na Época de D. João V,* do sr. Bernardes Branco, e as preciosas edições comentadas pelo sr. Fernando Palha: *O Casamento do Infante D. Duarte, O Conde de Castelo Melhor,* e sobretudo a *Carta de Marca de João Ango*. No fim e como tributo de respeito mencionaremos a obra fundamental do sr. Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV,* um livro digno de ombrear com os do grande Herculano, e que por sinal seria impossível fazer se o nosso historiador não tivesse desbravado o campo.

Como compilações ou codificações de documentos históricos, devemos lembrar a *Coleção das Leis de Dívida Pública Portuguesa* (1.ª parte, div. interna) mandada fazer pela junta do Crédito Público; e *os Elementos para a História do Município de Lisboa* (em via de publicação) a cargo do sr. Eduardo Freire de Oliveira e mandados coordenar pela Câmara Municipal. *(Nota da 4.ª edição)*

## LISTA DOS CAPÍTULOS

**********************************
Título: *História de Portugal*
Autor: Oliveira Martins
Fixação do texto: José Barbosa Machado

ISBN: 978-989-8392-60-2
http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/evercial
**********************************

---

[1] V. *Teoria da História Universal*; Prefácio in *Tábuas de Cronologia*, publicado na edição *Obras Completas* in *Política e História*, II vol.
[2] V. o seu retrato em *Portugal Contemporâneo*, III vol.
[3] V. *História da Civilização Ibérica*.
[4] V. acerca dos lusitanos *As Raças Humanas*, I.
[5] V. *Hist. da Civil. Ibér.*
[6] V. *As Raças Humanas*, II.
[7] V. *Teoria da História Universal*, in *Política e História, II.*
[8] V. *Raças Humanas,* Introd.
[9] V. *Inst. Primitivas.*
[10] O sr. Adolfo Coelho.
[11] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[12] V. *As Raças Humanas*, I.
[13] V. *Hist. da Repúb. Romana.*
[14] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[15] V. *Raças Humanas,* I.
[16] V. *Teoria da Hist. Universal,* in *Política e História*, II.
[17] V. *Teor. da Hist. Universal,* in *Política e História*, II, e *Instituições Primitivas*.
[18] V. *Inst. Primitivas.*
[19] V. *Raças Humanas*, II, IV.
[20] V. *Portugal Contemporâneo*, II.
[21] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[22] V. *As Raças Humanas,* Introd.
[23] V. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, L.º I, Cap. I
[24] V. para a geologia terciária do Tejo, os *Elem. de Antropologia*, podendo cotejar-se o estudo da região portuguesa com o da Península no seu todo na *Hist. da Civil. Ibérica*.
[25] V. *Portugal Contemporâneo.*
[26] V. *Portugal Contemporâneo*, III.
[27] V. *Portugal Contemporâneo*, II.

[28] V. *Elem. de Antropologia.*
[29] V. *O Brasil e as Colónias Portuguesas.*
[30] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[31] V. *O Brasil e as Colón. Port.*, L.º IV-V, e *Portugal Contemporâneo*, V. III, L.º VI.
[32] V. *Hist. da Civil. Ibérica,* L.º III.
[33] Resumimos à política o campo das nossas observações, por termos deixado na *História da Civilização Ibérica* desenhados os traços gerais dos movimentos propriamente sociais. V. livro III.
[34] V. *Hist. da Repúb. Romana,* V. I.
[35] *Hist. da Civilização Ibérica.*
[36] V. *Instituições Primit.*
[37] V. *Instituições Primitivas.*
[38] V. *T. da Hist. Universal*, in *Política e História*, V. I.
[39] V. *Instituições Primitivas.*
[40] V. na *História da República Romana*, III, a descrição das máquinas de guerra dos antigos que eram as da Idade Média.
[41] *Tábuas de Cronologia*, pp. 43 e 271.
[42] V. *Hist. da Civil. Ibérica*, L.º III.
[43] V. *Instit. Primit.*
[44] V. *Instit. Primit.*
[45] V. para usos judiciais, etc., na Idade Média portuguesa, o *Quadro das Instit. Primitivas*; e *Regime das Riquezas*.
[46] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[47] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[48] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[49] V. *Instit. Primit.*
[50] V. *Instit. Primit.*
[51] V. *As Raças Humanas*, I.
[52] Curiosa coincidência a repetição desta cena em 1834, na guerra civil: (*Portugal Contemporâneo*, II).
D. Pedro vai
D. Pedro vem,
Mas não entra
em Santarém!
O estribilho do tempo de D. Fernando acabava – *de Lisboa a Santarém.*
[53] V. *Portugal Contemporâneo,* III.
[54] V. *Instit. Primit.*
[55] V. *Hist. da Civil. Ibérica,* os quadros dos estados peninsulares.
[56] V. *Elem. de Antropologia.*
[57] V. *As Raças Humanas.*

[58] V. *Hist. da Civil. Ibérica*, e *Elem. de Antropol*.
[59] V. As *Raças Humanas,* L.º IV.
[60] Ibid.
[61] V. *As Raças Humanas*, I, e *O Brasil e as Colón. Port.*
[62] V. *As Raças Humanas*.
[63] V. A cronologia particular das viagens de descoberta no *Brasil e as Colónias Portuguesas*.
[64] V. *As Raças Humanas*, I.
[65] V. *O Brasil e as Colón. Port.*
[66] V. no *Regime das Riquezas* a evolução dos veículos marítimos.
[67] V. *Regime das Riquezas.*
[68] V. *Hist. da Civilização Ibérica*.
[69] V. *Sistema dos Mitos Religiosos.*
[70] V. *As Raças Humanas,* II, V.
[71] V. *Teoria da Hist. Universal,* in *Política e História*.
[72] V. *Regime das Riquezas*.
[73] V. *Hist. da Repúb. Romana,* L.º V.
[74] V. *Regime das Riquezas.*
[75] V. nas *Raças Humanas,* a etnografia do Oriente, vol. I.
[76] V. no *Brasil e as Colón. Port.,* a descoberta das costas brasileiras.
[77] V. no *Brasil e as Colónias Port.*, a composição tipo de uma nau da Índia.
[78] V. *Hist. da Repúb. Romana,* L.º V.
[79] V. *Quadro das Instit. Primit.*
[80] « Então mandou aos batéis que fossem roubar os pageres (barcos) que eram dezasseis e as duas naus, em que todos acharam arroz e muitas jarras de manteiga e muitos fardos de roupa. Então tudo isto recolheram aos navios e a gente toda das naus grandes, e mandou que recolhessem o arroz que quisessem, que tomaram quatro pageres, que vazaram, que não quiseram mais. Então o Capitão-mor mandou a toda a gente cortar as mãos e orelhas e narizes e tudo isto meter em um pager, em o qual mandou meter o *frade* (a) também sem orelhas, nem narizes, nem mãos, que lhas mandou atar ao pescoço com uma ola (folha, carta) para el-rei em que lhe dizia que mandasse fazer caril para comer do que lhe levava o seu *frade*.
E a todos os negros, assim justiçados, mandou atar os pés, porque não tinham mãos para se desatarem, e porque se não desatassem com os dentes com paus lhes mandou dar neles que nas bocas lhos meteram por dentro, e foram assim carregados uns sobre os outros embrulhados no sangue que deles corria e mandou sobre eles deitar esteiras e ola seca e lhes mandou dar as velas para terra com o fogo posto, que eram mais de 800 mouros, e o pager do *frade* com todas as mãos e orelhas também à vela para terra sem fogo, com que foram logo ter a terra, onde acudiu muita gente a apagar o fogo e tirar os que acharam vivos

com que fizeram seus grandes prantos» . Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 302.
(a) Este *frade* a que se refere G. Correia foi um brâmane que, ao chegar a frota a Calecut, entrou a bordo com vestes monásticas cristãs e de mandado de seu rei. Assim vinha vestido o embaixador para que logo o deixassem aproximar-se da frota. O hábito, porém, era de um verdadeiro frade nosso por eles assassinado dois anos antes do assalto que haviam feito à feitoria portuguesa.
[81] « ...em que no mar tomaram naus de Cambaia e Calecut que iam para Meca, a que roubaram o melhor que acharam de que se carregaram os navios e caravelas quanto puderam e mormente roupas de muito preço e muitos mantimentos e Mouros para dar às bombas, e não se ocuparam em carregar os navios de pimenta e drogas que levavam as naus de Calecut que a todas, umas e outras, puseram fogo e queimaram com toda a gente sem a nenhum darem vida, mas Vicente Sodré mandou que os Mouros que tinham tomado para a bomba todos os tornaram com os outros e todos foram mortos» . Gaspar Correia, *Lendas*, I, pp. 365-6.
[82] V. *Hist. da República Romana*, I.
[83] V. *Hist. da Repúb. Romana*.
[84] « O vice-rei estava assentado em uma janela que vinha sobre a praia com o capitão e com outros fidalgos, e vendo o jeito da caravela e o capitão dela de arte que desembarcava, se tirou da janela e se assentou dentro em uma cadeira e pôs o braço na cadeira e sobre a mão encostou a face direita e disse:
– Esta caravela me traz a nova que eu tenho no coração; pois que as naus de Cochim vieram sem meu filho, é que ele é morto.
Ao que o Camacho entrou com grande tristeza no rosto, o qual antes que falasse, o vice-rei falou dizendo:
– Camacho, ainda que meu filho seja morto, por que não salvaste esta fortaleza: pois não é do pai do morto? Que meu filho não era mais que um só homem... Nem me fica outro.
O Camacho não lhe respondeu, mas pôs os joelhos no chão e com muitas lágrimas disse:
– Senhor, Nossa Senhora perdeu a seu bento filho posto na Cruz entre dois ladrões, e vós perdestes o vosso filho pelejando com os turcos do Soldão.
O vice-rei com rosto mui seguro lhe disse:
– Ora vos ide a descansar e mandai à caravela que faça sua costumada salva e eu mandarei na Igreja fazer sinal pelo defunto e acudirá gente e lhe dirão padre-nossos pela alma, porque quem o frangão comeu há de comer o galo ou pagá-lo.
Com o que se recolheu para uma antecâmara, onde, assentado, o capitão e fidalgos moveram prática de sustâncias consolatórias para abandonar tamanha dor como sentiam que o pai devia ter com a morte de tal filho. Ao que o vice-rei lhes foi à mão, dizendo:
– Eu não me posso escusar da dor que a carne me dá, como pai, de força da

natureza, mas espero em Nosso Senhor que me ajudará por sua misericórdia, e com a ajuda de meus amigos me dará alegria nesta dor que ora tenho, em que acabando a vida será para mim o mor descanso. Vão-se Vossas Mercês embora, que as palavras de conforto são das mulheres para suas amigas, quando pranteiam seus filhos mortos em acontecimentos como ora foi deste meu.
E lhes fazendo sua cortesia se recolheu à sua câmara» . Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 755.
[85] V. quadros das batalhas navais dos antigos, *Hist. da Repúb. Romana*, I, V.
[86] V. *Hist. da Repúb. Romana,* I.
[87] V. *As Raças Harmanas*, I, e *Hist. da Civilização Ibérica*.
[88] V. *Regime das Riquezas*.
[89] « Ao que se achou presente Tristão Álvares, que era feitor do capitão-mor, que não consentiu que ninguém tomasse nada e com João Rodrigues Pereira que o ajudou levaram tudo ao capitão-mor, o qual logo tudo mandou quebrar e amassar e deu ao capitão e aos fidalgos da repartição primeira a cada um um quintal de prata e a Afonso de Albuquerque três, porque nunca estes capitães e fidalgos se apartaram *para ir roubar*. G. Correia, *Lendas,* I, p. 677.
[90] O xerafim (as hrafi) = 1/2 rupia = 1 cruzado. Duarte Barbosa dá-lhe a equivalência de 300 réis.
[91] V. *As Raças Humanas*, I, V.
[92] Não consentia o governador A. de A. que os portugueses tratassem (negociassem), dizendo que onde tratassem haviam de querer ser poderosos e valorosos e não ser humildes como mercadores, do que se recreceriam males de os matarem e perderem suas fazendas... e também que, se os mouros vissem que lhes tomávamos seus tratos nos teriam mor ódio, e mais, que os homens, andando tratando, andavam fora do serviço de Deus e de El-rei, de que ele daria muitas contas a Deus: pela qual razão não consentia que nenhum homem andasse fora do serviço de El-rei. Com esta pragmática os portugueses eram muito temidos por cavaleiros e não mercadores, e tão temidos e obedecidos que ainda que um só português fosse em uma almadia, se o topassem naus de mouros, todas amainavam e lhe iam obedecer, mostrando-lhe seus cartazes que tinham para navegar, que todos eram assinados por A. de A.» . (Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 518).
[93] V. *Sistema dos Mitos Relig.*
[94] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[95] V. *As Raças Humanas.*
[96] V. *Sist. dos Mitos Relig.*
[97] Ainda hoje os índios chamam *Afonso de Albuquerque* a um certo peixe, do tamanho da corvina, e cujo nome zoológico não pudemos apurar. Diz a lenda que o *Leão do Mar* não morreu: afundou-se, e revive nesses animais marinhos. A maxila inferior do peixe, descarnada, tem o aspeto aproximado das figuras

portuguesas do século XVI; o barrete, as barbas pontiagudas e longas, etc. Os índios pintam esses ossos, dando-lhes fisionomia humana, e guardam os *Afonsos de Albuquerque* como fetiches.

[98] V. *Inst. Primit.*

[99] Ibid.

[100] V. *Hist. da República Romana*, I.

[101] V. na *Hist. da Repúb. Romana,* I. V., a descrição da pirataria mediterrânea: causas idênticas produzem resultados iguais.

[102] V. *Hist. de República Romana*, V. I.

[103] V. *Hist. da Repúb. Romana.*

[104] V. *Hist. da Repúb. Romana*, I.

[105] V. nas *Raças Humanas,* I, V., o estado atual dos restos da colónia portuguesa de Malaca; também I.

[106] 1 D. Francisco de Almeida ..... 1505 1.º vice-rei
2 Afonso de Albuquerque ..... 1509
3 Lopo Soares de Albergaria ..... 1515
4 Diogo Lopes de Sequeira ..... 1518
5 D. Duarte de Meneses ..... 1521
6 Vasco da Gama ..... 1574 2.º vice-rei
7 D. Henrique de Meneses ..... 1524
8 Lopo Vaz de Sampaio ..... 1526
9 Nuno da Cunha..... 1529
10 D. Garcia de Noronha ..... 1539 3.º "
11 D. Estêvão da Gama ..... 1540
12 Martim Afonso de Sousa..... 1542
13 D. João de Castro ..... 1545 4.º "
14 Garcia de Sá ..... 1548
15 Jorge Cabral..... 1549
16 D. Afonso de Noronha ..... 15 50 5.º "
17 D. Pedro de Mascarenhas .....1554 6.º "
18 Francisco Barreto ..... 1555
19 D. Constantino de Bragança .....1558 7.º "
20 D. Francisco Coutinho ..... 1561 8.º "
21 João de Mendonça ..... 1564
22 D. Antão de Noronha ..... 1564 9.º "
23 D. Luís de Ataíde .....1569 .....10.º "
24 D. António de Noronha ..... 1571 11.º "
25 António Moniz Barreto ..... 1573
26 D. Diogo de Meneses ..... 1576
27 D. Luís de Ataíde ..... 1578 12.º "
28 Fernão Teles de Meneses..... 1581

29 D. Francisco Mascarenhas ..... 1581 13.º "
30 D. Duarte de Meneses ..... 1584 14.º "
31 Manuel de Sousa Coutinho ..... 1588
32 Matias de Albuquerque ..... 1591 15.º "
33 D. Francisco da Gama ..... 1597 16.º "
Pela constituição do vice-reino da Índia o mandato dos governadores durava três anos, findos os quais podiam ser reconduzidos por novo triénio, conforme sucedeu a muitos, e se vê do rol supra. Com a nomeação do vice-rei iam, em cartas fechadas e numeradas, as dos substitutos; e quando ocorria a morte do governador, abria-se a primeira sucessão, na falta do indivíduo indicado, a segunda, etc. As datas acima inscritas e a ausência do título do vice-rei mostram quem governou por sucessão. O título de vice-rei, excecional a princípio, tornou-se inerente ao cargo de governador desde 1550.
[107] J. Freire de Andrade, *Vida de João de Castro.*
[108] V. *As Raças Humanas,* II, e *Tábuas de Cronol.*, pp. 45-9.
[109] V. Acerca dos costumes dos indígenas, *Quadro das Inst. Primit.*; e *Regime das Riquezas.*
[110] V. *Regime das Riquezas*.
[111] V. *O Brasil e as Colón. Port.*, L.º IV.
[112] V. *Hist. da República Romana.*
[113] V. *O Brasil e as Col. Port.*
[114] V. *Hist. da Repúb. Romana,* II, V.
[115] V. a estatística dos naufrágios no *Brasil e as Colónias Port.*
[116] V. *Hist. da República Romana*.
[117] V. *Hist. da Civil. Ibérica*.
[118] Na série de fenómenos que caracterizam a política centralizadora, iniciada por D. João II e seguida por D. Manuel, está em primeiro lugar o abandono das convocações de cortes nacionais. Essa instituição, cujas origens e história o leitor conhece (V. *Hist. da Civil. Ibérica*), vivera de um modo mais ou menos regular durante a primeira dinastia; mas a sua idade áurea é a primeira metade do reinado dos monarcas de Avis (D. João I, D. Duarte, D. Afonso V; 1385-1478). A nova dinastia, nascida de um movimento popular, era legítima filha da nação; e as cortes, onde ela se achava representada, colaboravam permanentemente com os reis no governo do Estado. A frequência das suas reuniões, a força das suas reclamações, a variedade dos lugares onde se reúnem, estão provando quanto a sua ação era geral e constante. Os precedentes dos dois reinados anteriores, e os créditos adquiridos chegam a levar a assembleia de 1438 a decidir que haja reuniões ordinárias anuais; e se tal coisa vingasse, as cortes ter-se-iam tornado entre nós um verdadeiro poder legislativo, à moda dos modernos. Não vingou, porém; e a condição das coisas, alterando as noções correntes sobre a origem do poder político, determinou a decadência gradual das cortes, até o ponto de se

reunirem apenas para receber os juramentos e confirmar a posse da coroa pelos imperantes.

Eis aqui o catálogo das cortes nacionais durante a segunda dinastia:

*Reinado de D. João I* – 1385, 1385, Coimbra. – 87, Porto, Coimbra, Braga. – 89, Lisboa. – 90, Coimbra. – 91, Évora, Viseu e Lisboa. – 94-95, Coimbra. – 98, Porto, Coimbra. – 1400, Coimbra. – 401, Guimarães. – 404, Lisboa. – 16, Estremoz. – 17, Lisboa. – 18, Santarém. – 27, Lisboa. – 30, Santarém.

*Id. de D. Duarte*. – 1434, Leiria e Santarém. – 35, Évora e Leiria.

*Id. de D. Afonso V* – 1438, Torres Novas. – 39, Lisboa. – 41, Torres Vedras. – 42, 44, Évora – 46, Lisboa – 51, Santarém e Lisboa. – 55, 56, 59, Lisboa. – 60, Évora. – 65, Guarda. – 68, Santarém. – 71, Lisboa. – 72, 73, Coimbra, Évora. – 75, Évora, Arronches. – 76, Lisboa. – 77, Montemor-o-Novo. – 78, Lisboa.

*Id. de D. João II*. – 1481, 82, Évora, Alvito. – 83, Santarém. – 90, É

*Id. de D. Manuel*. – 1495, Montemor-o-Novo. – 98, Évora, Lisboa. – 99, 502, Lisboa.

*Id. D. João III*. – 1525, Torres Novas. – 35, Évora. – 44, Almeirim.

*Id. de D. Sebastião*. – 1562, 63, Lisboa.

*Id. de D. Henrique*. – 1579, Lisboa. – 80, Almeirim.

Para as outras causas de constituição do poder absoluto dos monarcas, V. *Hist. da Civil. Ibérica*, liv. III. – V. também *Hist. da Repúb. Romana*, I.

[119] V. *Hist. da Civil. Ibérica*.

[120] V. *Regime das Riquezas*.

[121] V. *O Brasil e as Colón. Port.*

[122] Os cataclismos de toda a espécie, incluindo os terramotos, fazem de Lisboa uma cidade cuja população se tem renovado sucessivamente, alimentando-se com a imigração de provincianos e de estrangeiros. Não há fixidez de tipo em cidades assim; e por isso, apesar dos milhares de negros que, depois dos judeus, se misturaram com a população, seria um erro dar importância orgânica a qualquer destes elementos, para determinar a fisionomia da população em qualquer época ulterior.

[123] V. *Hist. da Repúb. Romana*, II.

[124] V. *Sistema dos Mitos Relig.*

[125] V. *Hist. da Repúb. Romana*, I.

[126] V. *Regime das Riquezas*.

[127] V. *O Brasil e as Colón. Port.*, L.º II; o tráfico da escravatura; a escravização dos negros africanos; *Hist. da Repúl. Romana,* II, e *Inst. Primit.*

[128] V. *Hist. da Civil. Ibérica*.

[129] V. *Hist. dos Mitos Relig.*

[130] V. *O Brasil e as Colón. Port.*

[131] V. *Hist. da Civil. Ibérica,* L.º IV. VII. Causas da decadência das nações peninsulares.

[132] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[133] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[134] *Ibid.*
[135] *Ibid.*
[136] V. *Hist. da Civil. Ibérica,* e *Teoria da História Univ.,* introdução às *Tábuas de Cronol.,* em *Política e História*, II, intr.
[137] V. *Instituições Primitivas.*
[138] V. *Portugal Contemporâneo*, I.
[139] Eis aqui um Censo de 1535, descrevendo os lugares representados em cortes: (ap. Santarém, *Cortes gerais,* doc. pp. 100 e segs.).

| | | Vizinhos |
|---|---|---|
| | *Vila* | *Termo* |
| *Trás-os-* | 470 | 1500 |
| *Montes* | 480 | 5151 |
| Vila Real | 979 | 2169 |
| Bragança | 3006 | 10116 |
| Mais três | 1405 | 3553 |
| vilas | 848 | 1091 |
| *Entre Douro* | 3353 | 13474 |
| *e Minho* | 379 | 1942 |
| Porto | 472 | 1018 |
| Guimarães | 459 | 2881 |
| Braga | 870 | 547 |

| | | |
|---|---|---|
| Mais 8 vilas | 2640 | 9883 |
| *Beira* | 13010 | 4024 |
| Guarda | 1988 | 3397 |
| Lamego | 737 | 1516 |
| Viseu | 775 | 1225 |
| Castelo | 1329 | 3241 |
| Branco | 994 | 466 |
| Mais 7 vilas | 3304 | 11014 |
| *Estremadura* | 2813 | 788 |
| Lisboa | 879 | 705 |
| Santarém | 1916 | 438 |
| Tomar | 1053 | 186 |
| Abrantes | 1927 | 880 |
| Coimbra | 727 | 550 |
| Aveiro | 875 | 747 |
| Mais 13 | 969 | 452 |
| vilas | 1224 | 195 |
| *Entre Tejo e* | 1220 | 35 |

| *Guadiana* | 10578 | 5573 |
|---|---|---|
| Évora | 1576 | 478 |
| Montemor | 873 | 572 |
| Elvas | 1310 | 453 |
| Olivença | 1126 | 1939 |
| Beja | | |
| Serpa | | |
| Moura | | |
| Estremoz | | |
| Portalegre | | |
| Setúbal | | |
| Mais 27 vilas | | |
| *Algarve* | | |
| Faro | | |
| Tavira | | |
| Lagos | | |
| Mais 4 vilas | | |

A diminuição da população progrediu sempre, desde o princípio do século XVI, talvez, e os sucessivos reveses nacionais fizeram com que dois anos depois de Alcácer Quibir, na resenha que então se fez, se visse não atingir a um milhão toda a população do reino. De 18 a 50 anos não havia mais de 18 000 homens, excluindo a nobreza e a gente que podia servir a cavalo. (V. *Mem. Econ. da Acad.,* I, p. 133).

[140] V. *Sist. dos Mitos Relig.*

[141] V. *As Raças Humanas*, I.

[142] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*

[143] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*

[144] V. *Hist. da Repúb. Romana.*

[145] V. *O Brasil e as Colón. Port.*

[146] V. *Hist. da Repúb. Romana.*

[147] V. *O Brasil e as Colón. Port.*

[148] Sucessão dos duques de Bragança:

I. D. Afonso, bastardo de D. João, que casou com a filha de Nuno Álvares (n. 1377, m. 1461).

II. D. Fernando I, filho dos precedentes (1403).

III. D. Fernando II (n. 1430); executado em 1483; banida a família e confiscados os bens.

IV. D. Jaime I, filho do precedente, restaurado na posse do título e dos bens em 1497.

V. D. Teodósio I.

VI. D. João I (n. 1587).

VII. D. Teodósio II; prisioneiro em Alcácer Quibir, de regresso ao reino em 1580 (m. 1630).

VIII. D. João II (n. 1604), aclamado rei em 1640.

[149] V. *Sist. dos Mitos Relig.*

[150] V. *O Brasil e as Colón. Portuguesas.*

[151] V. *O Brasil e as Colón. Portuguesas.*

[152] V. *O Brasil e as Colón. Port.*

[153] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*

[154] V. Para a exploração das missões da África e América, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, I; II.

[155] V. *Hist. da Repúb. Romana.*

[156] V. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, II.

[157] V. *Sist. dos Mitos Relig.*

[158] V. *O Brasil e as Colónias Port.*

[159] V. *Sistema dos Mitos Relig.*

[160] « A aurora do dia 13 de janeiro de 1759 alvorejava uma luz azulada do eclipse daquele dia por entre castelos pardacentos de nuvens esfumaradas que, a

espaços, saraivavam bátegas de aguaceiros glaciais. O cadafalso construído durante a noite estava húmido. As rodas e as aspas dos tormentos gotejavam sobre o pavimento de pinho. Às vezes rajadas de vento do mar zuniam por entre as cruzes das aspas e sacudiam ligeiramente os postes. Uns homens, que bebiam aguardente e tiritavam, cobriam com encerados uma falua carregada de lenha e barricas de alcatrão, atracada ao cais defronte do tablado. Às 6 horas e 42 minutos ainda mal se entrevia a faixa escura com umas cintilações de espadas nuas, que se avizinhava do cadafalso. Era um esquadrão de dragões. O patear cadente dos cavalos fazia um ruído cavo na terra empapada pela chuva. Atrás do esquadrão seguiam os ministros criminais, a cavalo, uns com as togas, outros de capa e volta, e o corregedor da corte com grande majestade pavorosa. Depois, uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres. Era a cadeirinha da marquesa de Távora, D. Leonor. Alas de tropas ladeavam o préstito, e à volta do tablado postaram-se os juízes do crime, aconchegando a capa das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas, que rolavam e vinham chofrar espumas no parapeito do cais. Havia uma escada que subia para o patíbulo. A marquesa apeou da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degrau da escada, e confessou-se por espaço de 50 minutos. Entretanto martelava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se pregos necessários à segurança dos postes, aparafusavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu entre dois padres a escada, na sua natural atitude altiva, direita, com os olhos fitos no espetáculo dos tormentos.
Trajava de cetim escuro, fitas nas madeixas grisalhas, diamantes nas orelhas e num laço dos cabelos, envolta em uma capa alvadia roçagante. Assim tinha sido presa, um mês antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camisa nem o lenço do pescoço. Receberam-na três algozes no topo da escada, e mandaram-na fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida. Depois, mostraram-lhe um por um os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miúdo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o maço de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as tesouras ou aspas em que se lhe haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos e explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostravam, e o modo como ela repuxava e estrangulava ao desandar do arrocho. A marquesa então sucumbiu, chorou muito ansiada, e pediu que a matassem depressa. O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar num banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou devagar, horrendamente devagar. Ela sentou-se. Tinha as mãos amarradas, e não podia compor o vestido que caíra mal. Ergueu-se, e com um movimento do pé concertou a orla da saia. O algoz vendou-a; e ao pôr-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço – não *me descomponhas* – disse ela, e inclinou

a cabeça que lhe foi decepada pela nuca, de um só golpe.
Este processo de carniçaria, naquela manhã de nevoeiro, debaixo de um céu de chumbo, impassível como a lâmina que degolou Leonor de Távora, há de sempre lembrar com horror e piedade. Porém, que nome execrado, que verdugo responsável escreveremos na página da História? Sebastião José, esse não tinha nada que ver com os adultérios de seu real amo e senhor. Mas agora, que temos aí à porta o centenário do Marquês de Pombal, vem de molde recordar alguns episódios daquele tempo» .
*Camilo Castelo Branco*
[161] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[162] V. *O Brasil e as Colón. Port.*
[163] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[164] V. *Hist. da Civil. Ibérica*, IV, e *Sist. dos Mitos Relig.*
[165] V. *Hist. da Civil. Ibérica*, IV.
[166] V. *As Raças Humanas, Introd.*, I, *A Terra e o Homem*.
[167] Estes e os seguintes processos a que aludo encontram-se numa copiosa coleção ms. da livraria do sr. Camilo Castelo Branco, a quem devo a comunicação.
[168] V. *Sistema dos Mitos Relig.*
[169] V. *O Brasil e as Colón Port.*, II.
[170] V. *Sist. dos Mitos Relig.*
[171] V. *O Brasil e as Col. Port.*
[172] V. *Hist. da Civil. Ibérica.*
[173] V. *Portugal Contemporâneo*, II.
[174] V. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, III.
[175] Os filhos, D. Miguel e D. Pedro são antes espanhóis ou italianos, aventureiros, *condottieri.* Têm o sangue da mãe. Os Braganças posteriores são alemães.
[176] V. *Portugal Contemporâneo*, I.
[177] V. *Portugal Contemporâneo*, I.
[178] A história do estabelecimento do regime parlamentar contada no vol. V da Biblioteca, I do *Portugal Contemporâneo.*
[179] V. *Port. Contemporâneo*, I.
[180] V. *Portugal Contemporâneo*, tomo III.
[181] V. no *Portugal Contemporâneo*, III, e o ap. C. estatístico.
[182] A era chamada de César, ou hispânica, foi vulgar em todos os monumentos históricos até ao fim do XIV século. D. João I substituiu-a pela era de Cristo. A de César precede 38 anos esta, e diz-se datar da vinda de Augusto à Espanha. Daremos sempre a era vulgar, que o leitor facilmente poderá reduzir à antiga, quando o necessite. V. *Tábuas de Cronologia, pp.* 275-6, nota.
[183] V. a cron. particular das viagens, no *Brasil e as Colón. Port.*, e pass. as datas

da exploração da América e da África. V. também *Tábuas de Cronologia,* pp. 413 e segs.